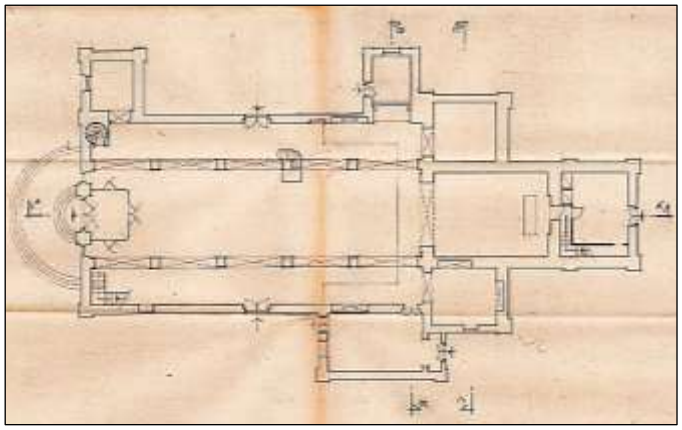
UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO



As igrejas de três naves e cobertura de madeira nos Açores – séculos XV-XX

Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira

Orientador: Doutor João Rosa Vieira Caldas
Co-Orientador: Doutor José Eduardo Capa Horta Correia

Tese aprovada em provas públicas para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovado com Distinção

2023

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

As igrejas de três naves e cobertura de madeira nos Açores – séculos XV-XX

Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira

Orientador: Doutor João Rosa Vieira Caldas
Co-Orientador: Doutor José Eduardo Capa Horta Correia

Tese aprovada em provas públicas para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovado com Distinção

Júri

Presidente: Doutora Ana Cristina dos Santos Tostões, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor João Rosa Vieira Caldas, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores

Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

2023

TÉCNICO LISBOA

Declaração/ Statement

Declaro que o presente documento é um trabalho original da minha autoria e que cumpre todos os requisitos do Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa.

I declare that this document is an original work of my own and that it fulfills all the requirements of the Code of Conduct and Good Practices of the Universidade de Lisboa.

Nome/Name: MATEUS EDUARDO DA ROCHA LARANJEIRA

Nº de aluno:/Student number: 80298/D

Lisboa, 30/12/2022

Assinatura/Signature: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira

Título: AS IGREJAS DE TRÊS NAVES E COBERTURA DE MADEIRA – SÉCULOS XV-XX

Nome: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira
Doutoramento em Arquitectura
Orientador: João Rosa Vieira Caldas
Co-orientador: José Eduardo Capa Horta Correia

Resumo

As igrejas de três naves com cobertura de madeira constituem um tipo de arquitectura religiosa desde o início da Cristandade. Seguiu vários tempos e estéticas, aos quais sempre se adaptou com sucesso, tornando-se inerente à «imagem de igreja». Desde o início do século XVI que as igrejas de três naves foram sorvendo o vocabulário, os elementos e as estruturas «ao romano» (motivos decorativos, colunas, arcos de volta inteira, abóbadas de berço). Primeiro, *romanizaram-se* para, depois, evoluir dentro da linguagem clássica até chegarem as normas emanadas pelo Concílio de Trento, que levou ao abandono do tipo em Portugal continental no final do século XVI. Contudo, prosseguiu nos Açores até ao início do século XX. A Sé de Angra do Heroísmo é um importante testemunho da Arquitectura Portuguesa Chã da segunda metade do século XVI. Embora a capela-mor seja a grande protagonista, única em Portugal, como igreja de três naves influiu na construção do tipo por cerca de trezentos anos. O facto de as arcarias assentarem em pilares, em vez de colunas, foi o factor mais assimilado na construção de igrejas de três naves nos Açores, tendo sido utilizados até ao século XIX.

As frontarias das igrejas revelam melhor a estética do tempo que os espaços internos, adquirindo uma familiaridade, por ilha, que as distingue das outras ilhas. Como face das igrejas, as frontarias tiveram uma maior liberdade compositiva, onde melhor se manifestou a estética barroca, ainda que sem interferir na estrutura estabelecida pela Arquitectura Portuguesa Chã, que sempre a condicionou.

Palavras-chave: Açores, igrejas de três naves; arcarias; pilares; fachadas.

Title: THE THREE-NAVE CHURCH WITH A WOODEN ROOF IN THE AZORES ISLANDS – FROM THE SIXTEENTH CENTURY TO THE TWENTIETH CENTURY

Abstract

The three-nave church with a wooden cover is a type of religious building that can be traced back to the beginning of Christianity. It adapted with great success to various styles and aesthetics, and became ingrained in the archetypal image of what a church should be. In the early 1500s, they began to absorb the vocabulary, elements and structures of the Renaissance (columns, round arches and tunnel vaults). These churches were first Romanised, then evolved until the norms emanated from the Council of Trent marked the end of the three-nave church typology in mainland Portugal in the late 1500s. However, they continued to be built in the Azores islands until the early twentieth century.

The Dome of Angra do Heroísmo is an important testimony of the Portuguese Plain Architecture of the second half of the sixteenth century. Although the main chapel, unique in Portugal, is the most impressive feature, the Dome influenced the construction of three-nave churches in the Azores for three hundred years. The arcades supported by pillars instead of columns were replicated in the three-nave churches built in the Azores until the 1800s. The churches' façades reflect the aesthetics of the times better than the internal space, and each island's churches have similarities that distinguish them from those of the other islands. As the church's face, architects had greater freedom in the composition of the facade, and it was there that the baroque aesthetic was most visible. However, it was always constrained by the structure defined by Portuguese Plain Architecture, with which it never interfered.

Keywords: Azores, three-nave churches; arcades; pillars; façades.

AGRADECIMENTOS

A presente Tese de Doutoramento contou com a colaboração e o apoio de várias pessoas e instituições, que passo a mencionar:

- Gostaria de prestar os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor João Vieira Caldas e ao Professor Doutor José Eduardo Horta Correia, pela disponibilidade e acompanhamento ao longo de todo este tempo.

- Agradeço à Diocese de Angra, pelo apoio e pela credencial facultada para ser apresentada nas paróquias da Diocese.

- Aos sacerdotes e todas as pessoas responsáveis pelas igrejas que me acompanharam nas visitas aos edifícios.

- Agradeço à Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores, pela documentação e desenhos técnicos que me disponibilizaram.

- À Direcção da Casa dos Açores em Lisboa, pela cedência de boa parte da bibliografia utilizada na execução deste trabalho.

- Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram no processo de investigação da tese, seja nos Açores, seja no Continente.

- Aos meus Pais, por estarem sempre presentes.

A todos, o meu muito obrigado

Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira

ÍNDICE

- Introdução.....1

1. As igrejas de três naves e cobertura de madeira em Portugal Continental – século XVI..... 9

1.1. O tardo-gótico português..... 9

1.2. O alvorecer do Renascimento em Portugal..... 16

1.3. A classicização das igrejas de três naves..... 18

1.4. As igrejas portuguesas de três naves na primeira metade do século XVI..... 20

1.4.1. Antiga Estremadura..... 21

1.4.2. Beira Transmontana..... 33

1.4.3. Algarve..... 38

1.5. As igrejas de três naves plenamente clássicas em busca de uma fachada..... 44

1.6. A variante das igrejas de três naves com pilares em vez de colunas..... 52

1.7. Algumas Conclusões..... 55

2. O Arquipélago dos Açores – enquadramento histórico..... 59

2.1. Sobre a criação de um bispado nos Açores..... 65

2.2. Arrolamento das igrejas de três naves açorianas..... 67

3. As igrejas de três naves na Ilha Terceira..... 73

3.1. Igrejas desaparecidas na ilha Terceira..... 187

3.2. Análise das igrejas de três naves da Terceira..... 197

4. As igrejas de três naves na ilha Graciosa..... 211

4.1. A desaparecida *Igreja de Nossa Senhora dos Anjos*, Convento de São Francisco de Santa Cruz da Graciosa..... 248

4.2. Análise das igrejas de três naves da Graciosa..... 256

5. As igrejas de três naves na ilha de São Jorge..... 263

5.1. Análise das igrejas de três naves de São Jorge..... 302

6. As igrejas de três naves na ilha do Pico..... 311

6.1. Igrejas desaparecidas na ilha do Pico..... 380

6.2. Análise das igrejas de três naves do Pico..... 384

7. As igrejas de três naves na ilha do Faial..... 395

7.1. Igrejas desaparecidas na ilha do Faial..... 432

7.2. Análise das igrejas de três naves do Faial..... 456

8. As igrejas de três naves na ilha das Flores..... 467

8.1. Análise das igrejas de três naves das Flores..... 492

9. As igrejas de três naves na ilha de Santa Maria..... 495

9.1. Análise das igrejas de três naves de Santa Maria..... 512

10. As igrejas de três naves na ilha de São Miguel..... 515

10.1. As igrejas de três naves de São Miguel – século XVI..... 523

10.1.1 Análise das igrejas de três naves micaelenses – século XVI..... 524

10.2. As igrejas de três naves de São Miguel – século XVII..... 547

10.2.1. Análise das igrejas de três naves micaelenses – século XVII..... 548

10.3. As igrejas de três naves de São Miguel – séculos XVIII-XIX..... 563

10.3.1. Análise das igrejas de três naves micaelenses – séculos XVIII-XIX..... 564

10.4. As igrejas de três naves de São Miguel com as arcarias assentes em colunas – séculos XIX-XX..... 683

10.4.1. Análise das igrejas de três naves com as arcarias assentes em colunas – séculos XIX-XX..... 685

10.5. As frontarias das igrejas de três naves na ilha de São Miguel..... 719

10.5.1. Análise das frontarias das igrejas de três naves micaelenses..... 722

11. Dissertação..... 755

11.1. O espaço interno das igrejas de três naves açorianas..... 755

11.2. As frontarias das igrejas de três naves açorianas..... 778

- Conclusão..... 797

- Bibliografia..... 803

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Capítulo 1

Figura 1.1 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): frontaria.
Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista*, IPA.00006538, FOTO.00517592 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

Figura 1.2 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): espaço interno.
Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista*, IPA.00006538, FOTO.00517593 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

Figura 1.3 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): planta.
Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista*, IPA.00006538, DES.00022610 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

Figura 1.4 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): frontaria.
Foto*:* Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.5 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.6 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja de Azurara/igreja de Santa Maria*, IPA.00005240, DES.00161226 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5240>

Figura 1.7 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): frontaria
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.8 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.9 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): planta.
Fonte*:* SIPA – *Castelo de Montemor-o-Velho / Castelo e cerca urbana de Montemor-o-Velho*, IPA.00002593, DES.00049273 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2593>

Figura 1.10 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.11 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.12 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Quintino/Igreja de Nossa Senhora da Piedade*, IPA.00002439, DES.00010667 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2439>

Figura 1.13 – Igreja de Santa Maria de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.14 – Igreja de Santa Maria de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.15 – Igreja de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Marvila/Igreja de Santa Maria/Igreja de Santa Maria de Marvila*, IPA.00006532, DES.00023108 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6532>

Figura 1.16 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.17 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.18 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos/Igreja de São João Baptista*, IPA.00001782, DES.00008584 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1782>

Figura 1.19 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.20 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.21 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Pedrógão Grande/Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, IPA.00005561, DES.00008568 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5561>

Figura 1.22 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Areias (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.23 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Areias (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.24 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Areias (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Areias/Igreja de Nossa Senhora da Graça*, IPA.00005561, DES.00024015 [em linha]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2040>

Figura 1.25 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI/XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.26 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI/XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.27 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI-XVIII): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Dois Portos/Igreja de São Pedro*, IPA.00006524, DES.00019915 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6524>

Figura 1.28 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.29 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.30 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): planta.
Fonte: : SIPA – *Igreja de Santo Estêvão/Igreja do Santo Milagre/Santuário do Santíssimo Milagre*, IPA.00006488, DES.00022856 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6488>

Figura 1.31 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.32 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.33 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa/Igreja de Nossa Senhora do Pranto*, IPA.00001531, DES.00008957 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1531>

Figura 1.34 – Matriz da Mêda (séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.35 – Matriz da Mêda (séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.36 – Matriz de Ranhados, (séc. XVI) frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.37 – Matriz de Ranhados (séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.38 – Matriz de Almendra (1565): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.39 – Matriz de Almendra (1565): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.40 – Matriz de Almendra (1565): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Almendra/Igreja de Nossa Senhora dos Anjos*, IPA.00005792, DES.00008983 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5792>

Figura 1.41 – Igreja de Cacela Velha (sécs. XIII-XVI-XVIII): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.42 – Igreja de Cacela Velha (sécs. XIII-XVI-XVIII): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.43 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.44 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.45 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): planta.
Fonte: SIPA – *Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Tavira*, IPA.00009143, DES.00002225 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9143>

Figura 1.46 – Igreja de Moncarapacho (séc. XVI): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.47 – Igreja de Moncarapacho (séc. XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.48 – Igreja de São Pedro, Faro (sécs. XV-XVI): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.49 – Igreja de São Pedro, Faro (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 1.50 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.51 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.52 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Santa Maria da Graça/Igreja de Santa Maria da Graça/ Catedral de Setúbal/Sé de Setúbal*, IPA.00002149, DES. 00023156 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2149>

Figura 1.53 – Igreja de São Pedro, Palmela (déc. 1570): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.54 – Igreja de São Pedro, Palmela (déc. 1570): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.55 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.56 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.57 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Pedro de Peniche / Igreja de São Pedro*, IPA.00001771, DES.00016363 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1771>

Figura 1.58 – Igreja de S. João Baptista, Abrantes (1588):frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.59 – Igreja de São João Baptista, Abrantes (1588): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 1.60 – Igreja de São João Baptista, Abrantes (1588): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Abrantes/Igreja de São João Baptista*, IPA.00003380, DES.00023292 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3380>

Figura 1.61 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): fachada.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, p. 53.

Figura 1.62 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): planta.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, p. 53.

Figura 1.63 –Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): corte longitudinal.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 53.

Figura 1.64 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): corte transversal.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 53.

Figura 1.65 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.66 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 1.67 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Julião/Igreja de São Julião*, IPA.00003448, DES.00022711 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3448>

Capítulo 2

Figura 2.1 – Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 2.2 – Quadro das igrejas de três naves dos Açores. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas que desapareceram. As igrejas desaparecidas encontram-se sombreadas.

Figura 2.3 – Mapa do arquipélago dos Açores.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 12.

Capítulo 3

Figura 3.1 – "Insula Terçera.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 3.2 – Mata administrativo da ilha Terceira.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

Figura 3.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha Terceira. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 3.4 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.5 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014

Figura 3.6 – "Mapa de la Isla Tercera" de Abraham Ortelius. Gravura a cobre colorida à mão, inserida no Atlas *L'Epitome du theatre de l' universe*, editado em Antuérpia, 1602. As linhas vermelhas sobrepostas ao mapa delimitam os três concelhos que existiram na ilha Terceira: Angra, Praia e São Sebastião, cujo termo apartava os outros dois.
Fonte: Mateus Laranjeira, *Casas de Câmara e Cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016.

Figura 3.7 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores

Figura 3.8 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.9 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.10 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.11 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.12 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): abóbada de capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.13 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.14 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): pintura mural na nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.15 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.16 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.17 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.18 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.19 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.20 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.21 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.22 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): perspectiva da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.23 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/ 1628-1694/1812/1842): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.24 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/ 1628-1694/1812/1842): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.25 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.26 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.27 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.28 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.29 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.30 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.31 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.32 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.33 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.34 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): guarda-vento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.35 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.36 – Matriz da Praia da Vitória (1517/ 1577/ 1628-1694/ 1812/1842): portal principal, rosácea e janelas da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.37 – Sé de São Salvador do Mundo, Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.
Figura 3.38 – Sé de São Salvador do Mundo, Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.39 – Excerto da reprodução do "Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara ao rei em 1557", *Livro da Câmara de Angra, fol. 8*.
Fonte: Antonieta Reis Leite, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 123.
Figura 3.40 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Vitorino Nemésio; José Guilherme Reis Leite, *António José Leite: Artista Fotógrafo*, Lisboa, IMCM, 1984, p. 92.
Figura 3.41 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Vitorino Nemésio; José Guilherme Reis Leite, *António José Leite: Artista Fotógrafo*, Lisboa, IMCM, 1984, p. 93.
Figura 3.42 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva aérea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 3.43 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): planta.
Foto: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.
Figura 3.44 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.45 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.46 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva aérea da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.47 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.48 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva interna da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.49 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno a partir da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.50 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): uma das entradas no deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.51 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.52 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015
Figura 3.53 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): tribuna presente no deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.54 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): tribuna e abóbada do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.55 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): abside e abóbada do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.56 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 3.57 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 3.58 e 3.59 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): cripta.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.60 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.61 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): serliana do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.62 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): serliana do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.63 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): corte transversal – serliana do coro-alto e arcos triplos nos campanários.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.64 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): arcos triplos nos campanários.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.

Figura 3.65 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.

Figura 3.66 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira2014.

Figura 3.67 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.68 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.69 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.70 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.71 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.72 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.73 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.74 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.75 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.76 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/ 1.ª metade do século XIX): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.77 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/ 1.ª metade do século XIX): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.78 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.79 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.80 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja de São João Baptista*, IPA.00035487, DES.00016581 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35487>

Figura 3.81 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.82 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.83 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.84 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.85 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.86 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.87 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.88 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.89 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.90 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pano central da fachada e torre poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.91 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.92 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.93 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pedra de armas reais.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.94 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): relógio e nicho da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.95 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Convento de São Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.96 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Convento de São Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.97 – Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": Convento de S. Francisco de Angra.
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

Figura 3.98 –Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": cerca e envolvência urbanística do Convento de S. Francisco de Angra.
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

Figura 3.99 – Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): alçado lateral sul.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.100 – Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.101 – Igreja de N.ª S.ª Guia - Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): planta do 2.º nível.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores – Governo dos Açores.

Figura 3.102 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.103 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): braço do transepto do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.104 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): arco de passagem do transepto para a nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.105 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): abóbada do braço do transepto, lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.106 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.107 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.108 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): cobertura da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.109 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva das naves e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.110 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): topo de entrada da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.111 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.112 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): tramo imediato ao de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.113 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.114 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): frontaria
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.115 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.116 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano lateral da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.117 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): janela do pano lateral da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.118 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): níveis superiores do pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.119 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano lateral da fachada e torre.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.120 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.121 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.122 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.123 – Igreja de S.to António, Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.124 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figuras 3.125 e 3.126 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): portal principal e entablamento superior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2014.
Figura 3.127 – Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Cabo da Praia (post. 1724-1767): fachada e alçado lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.
Figura 3.128 – Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Cabo da Praia (post. 1724-1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.129 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores.
Figura 3.130 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.131 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.
Figura 3.132 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): altares colateral e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.
Figura 3.133 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.134 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.
Figura 3.135 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): portal/janela principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.
Figura 3.136 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.137– Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): perspectiva interna a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.138 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.
Figura 3.139 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.140 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.141 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.142 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.143 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.144 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.145 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.146 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.147 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.148 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura - Governo dos Açores.
Figura 3.149 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.150 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.151 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.152 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.153 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.154 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.155 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.156 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.157 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/ 1890): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 3.158 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/ 1890): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.159 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): perspectiva da nave central a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.160 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/ 1890): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.161 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.162 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.163 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.164 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): frontão da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.165 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras (1834/1844-1867): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.166 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras, ((1834/1844-1867): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.167 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras (1834/1844-1867): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.168 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.169 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.170 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.171 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.172 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.173 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira., 2014.

Figura 3.174 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva externa.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.175 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.176 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.177 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Figura 3.184 – Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": primitiva igreja da Misericórdia e Hospital de Santo Espírito de Angra (sécs. XV-XVI).
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

Figura 3.185 – Primitiva igreja de São Pedro, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): espaço interno no 1.º quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.

Figura 3.186 – Primitiva igreja de São Pedro, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): perspectiva do adro e parte da fachada no 1.ª quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.

Figura 3.187 – Perspectiva da rua da Igreja, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): torre da primitiva igreja no 1.º quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.

Figura 3.178 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.179 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.180 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva do altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.181 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.182 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Pedro de Merelim, *As 18 Paróquias de Angra*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017, p. 257.

Figura 3.183 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): frontaria actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.188 – Igreja do Espírito Santo, Vila Nova, em 1895: O corpo da igreja foi erguido no século XIX, mas a torre é da igreja anterior, baixa e coroada por uma cúpula hemisférica ou oitavada. Esta torre foi substituída, nas obras ocorridas na década de 1940, por uma mais alta, coroada por um coruchéu piramidal oitavado.
Fonte: Carlos Enes, *Vila Nova antiga*, Praia da Vitória, Blu edições, 2009, p. 14.

Figura 3.189 – Antiga igreja de N.ª S.ª Guadalupe (post. 1614-1678): frontaria em 1924.
Foto: .Colecção Carlos Aguiar.

Figura 3.190 – Igreja do Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.191 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.192 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2014.

Figura 3.193 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.194 – Igreja das Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.195 – Igreja das Lajes (1826): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.196 – Igreja do Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.197 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade séc. XVI/1.ª metade séc. XIX): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.198 – Igreja do Raminho (1855-1861/1890): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.199 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015..

Figura 3.200 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.201 – Igreja N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.202 – Igreja do Porto Judeu (séc. XVIII): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.203 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade séc. XVI/1.ª metade séc. XIX): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.204 – Igreja do Cabo da Praia (post. 1724-1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 3.205 – Igreja das Lajes (1826): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.206 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.207 – Igreja das Quatro Ribeiras (1652): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.208 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Figura 3.209 – Igreja de S. João Baptista (1643-post. 1717): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 3.210 – Igreja do Raminho (1855-1851/1890): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.211 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/ 1964-1971): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.212 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672), Angra: fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 3.213 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Capítulo 4

Figura 4.1 – "Insula Graçiosa.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 4.2 – Mapa administrativo da ilha Graciosa.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

Figura 4.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha Graciosa. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 4.4 – Matriz de Santa Cruz, Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.5 – Igreja de Santa Cruz, Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): planta.
Fonte: Direcção Regional da Cultura – Governo dos Açores.

Figura 4.6 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.7 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do corpo das naves, captada no baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.8 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.9 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750): perspectiva da igreja a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.10 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da cabeceira e tramo adjacente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.11 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da capela-mor para a segunda capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.12 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da capela-mor para a segunda capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.13 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.14 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.15 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.16 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da segunda capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.17 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do espaço interno das capelas do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.18 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.19 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): Abóbada nervurada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.20 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.21 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.22 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.23 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.24 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.25 – Igreja de N.ª S.ª Guadalupe, Guadalupe (1713-1756): perspectiva da frontaria e alçado lateral poente.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.26 – Igreja de N.ª S.ª Guadalupe, Guadalupe (1713-1756): perspectiva interna.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.27 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.28 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela-mor.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.29 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela colateral do lado do Evangelho.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.30 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.31 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela colateral do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.32 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.33 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.
Figura 4.34 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): baptistério e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.35 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 4.36 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): excerto central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.37 e 4.38 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): pano central do frontão e remate do portal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.39 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): frontão da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.40 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Luz (1738-1745-1793): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.41 – Igreja de N.ª S.ª Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.42 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.43 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.44 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 4.45 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva do baptistério e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.46 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.47 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.48 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.49 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.50 – Antiga Matriz de São Mateus, Praia (2.ª metade séc. XVI): perspectiva da rua Direita em 1845.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

Figura 4.51 – Antiga Matriz de São Mateus, Praia (2.ª metade séc. XVI): frontaria, excerto da figura anterior.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

Figura 4.52 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): planta.
Fonte: Paulo Vilela Raimundo (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Cruz, Graciosa*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional de Cultura/Instituto Açoriano de Cultura//Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2010. p. 171.

Figura 4.53 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.54 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva aérea das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.55 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva das capelas mor e colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.56 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.57 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.58 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): topo da entrada da nave lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.59 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): guarda-vento e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.60 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.61 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895): nível superior da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.62 – Santa Cruz da Graciosa vista do Monte da Ajuda, nas décadas 1920-30: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

Figura 4.63 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): pormenor da imagem anterior.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

Figura 4.64 – Vista aérea de Santa Cruz da Graciosa na 1.ª metade do séc. XX: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

Figura 4.65 – Igreja de N.ª S.ª Anjos em ruínas: pormenor da imagem anterior.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores..

Figura 4.66 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1718): frontaria.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 45.

Figura 4.67 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): perspectiva aérea da frontaria.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

Figura 4.68 – Torre subsistente da desaparecida igreja de N.ª S.ª Anjos.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.69 – Vista sobre o rossio de Santa Cruz da Graciosa antes da plantação das araucárias, no último quartel do século XIX: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 13.

Figura 4.70 – Vista de Santa Cruz da Graciosa a partir do Monte da Ajuda, em 2015: a torre subsistente da desaparecida igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.71 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.72 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.73 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.74 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.75 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750: fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.76 – Antiga Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI): fachada em 1845.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

Figura 4.77 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.78 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): fachada.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 45.

Figura 4.79 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.80 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.81 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.82 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 4.83 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Figura 4.84 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Capítulo 5

Figura 5.1 – "Insula S. Georgij.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 5.2 – Mapa administrativo da ilha de São Jorge.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 92.

Figura 5.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de São Jorge. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas.

Figura 5.4 – Matriz de São Jorge, Velas (1664-1675): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.5 – Matriz de São Jorge, Velas (1664-1675): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.6 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.7 – Matriz de Velas (1664-1675): retábulo da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira 2015.

Figura 5.8 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva da nave central a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.9 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral e altar do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.10 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.11 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.12 – Matriz de Velas (1664-1675): abóbada de caixotões da capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.13 – Matriz de Velas (1664-1675): caixotões do fecho da abóbada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.14 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.15 – Matriz de Velas São Jorge (1664-1675): caixotões do fecho da abóbada da capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.16 – Matriz de Velas (1664-1675): capela lateral de N.ª S.ª das Dores.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.17 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva da entrada e do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.18 – Matriz de Velas (1664-1675): escada de acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.19 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria nos meados do século XIX, anterior a 1870.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.

Figura 5.20 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria em 1870.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.

Figura 5.21 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria na primeira metade do século XX.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.

Figura 5.22 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.23 – Matriz de Velas (1664-1675): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.24 – Matriz de Velas (1664-1675): coruchéu da torre datado de 1825.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.25 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.26 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.27 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da igreja nos finais do século XIX.
Foto: Junta de Freguesia dos Rosais.
Figura 5.28 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/ 1964): perspectiva da igreja na primeira metade do século XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.
Figura 5.29 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da fachada na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.
Figura 5.30 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.31 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.32 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.33 – Matriz de Santa Catarina, Calheta (1732-1760-1763): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.34 – Matriz de Santa Catarina, Calheta (1732-1760-1763): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.35 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.36 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): pormenor do arco sobrelevado da arcaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.37 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela-mor
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.38 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.39 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva do tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.40 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.41 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.42 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.43 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.44 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figuras 5.45 e **5.46** – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): cobertura do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.47 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.48 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.49 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.50 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): face posterior da torre.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.51 – Igreja de São Tiago Maior, Ribeira Seca (post. 1757-1761): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.52 – Igreja de São Tiago Maior, Ribeira Seca (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.53 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.54 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): arcaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.55 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.56 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.57 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.58 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.59 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.60 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.61 e 5.62 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): abóbada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 5.63 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.64 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.65 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.66 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): faces frontal e lateral da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.67 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): faces posterior e lateral da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.68 – Matriz de N.ª S.ª do Rosário, Topo (post. 1757-1761),: frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.69 – Matriz de N.ª S.ª do Rosário Topo (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.70 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.71 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.72 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.73 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor: lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.74 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor: lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.75 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.76 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): porta lateral no tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.77 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.78 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): tecto da capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.79 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.80 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.81 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): abóbada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.82 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.83 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): pormenor da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.84 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): face frontal da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.85 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): faces lateral e posterior da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.86 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.87 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.88 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.89 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.90 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/ 1964): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.91 – Matriz de Velas (1664-1675): fachada anterior a 1880.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.
Figura 5.92 – Matriz de Velas (1664-1675): fachada em 1880.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.
Figura 5.93 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.94 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.95 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 5.96 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da igreja na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.

Capítulo 6

Figura 6.1 – "Insula del Pico.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 6.2 – Mapa administrativo da ilha do Pico.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 92.

Figura 6.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha do Pico: A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 6.4 – Matriz de Santa Maria Madalena, Madalena (1645-1666/1891): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.5 – Matriz de Santa Maria Madalena, Madalena (1645-1666/1891): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.6 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.7 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.8 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.9 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva da capela-mor e altar colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.10 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): capela-do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.11 – Matriz da Madalena (1645- 1666/1891): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.12 – Matriz da Madalena (1645-1666): desenho da fachada primitiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.13 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.14 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.15 – Igreja de N.ª S.ª Boa Nova, Bandeiras (1860-1871): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.16 – Igreja de N.ª S.ª Boa Nova, Bandeiras (1860-1871): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.17 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.18 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.19 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.20 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): nave lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.21 – Igreja de Bandeiras(1860-1871): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.22 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.

Figura 6.23 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.

Figura 6.24 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.25 – Igreja de Santo António, Santo António (1696/1965): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.26 – Igreja de Santo António, Santo António (1696/1965): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.27 – Igreja de Santo António (1696/1965): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.28 – Igreja de Santo António (1696/1965): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.29 – Igreja de Santo António (1696/1965): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.30 – Igreja de Santo António (1696/1965): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.31 – Igreja de Santo António (1696/1965): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.32 – Igreja de Santo António: coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.33 – Igreja de Santo António (1696/1965): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.34 – Igreja de Santo António (1696/1965): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.35 – Igreja de Santo António (1696/1965): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.36 – Matriz de São Roque, São Roque do Pico (1714-1726): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.37 – Matriz de São Roque, São Roque do Pico (1714-1726): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.38 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.39 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.40 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): arco triunfal e tecto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.41 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.42 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.43 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): escada de acesso ao púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.44 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.45 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figuras 6.46 e 6.47 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): baptistério e pormenor da cruz em cantaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.48 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figuras 6.49 e 6.50 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): portal principal e pormenor da cartela situada entre o portal e a janela.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.51 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): níveis superiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.52 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Prainha (1787/c. 1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.53 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Prainha (1787/c. 1856): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.54 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.55 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.56 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.
Figura 6.57 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.58 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva do tramo de entrada a partir do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.59 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.60 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.61 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.62 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.63 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): corpo central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.64 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da frontaria e adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.65 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da frontaria e do adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.66 – Igreja de Santo Amaro, Santo Amaro (1736/ 1947-1948): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.67 – Igreja de Santo Amaro, Santo Amaro (1736/ 1947-1948): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.68 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.69 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.70 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.71 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): altar colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.72 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.73 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.74 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948) : perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.75 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): pormenor do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.76 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): baptistério e acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.77 – Igreja de Santo Amaro (1736): fachada em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.
Figura 6.78 – Igreja de Santo Amaro (1736): perspectiva da igreja em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.
Figura 6.79 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-48): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.80 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade (post. 1757): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.81 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade (post. 1757): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.82 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.83 – Igreja da Piedade (post. 1757): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.84 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.85 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.86 – Igreja da Piedade (post. 1757): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.87 – Igreja da Piedade (post. 1757): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.88 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva do baptistério e tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.89 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.90 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.91 – Igreja da Piedade (post. 1757): níveis inferiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.92 – Igreja da Piedade (post. 1757): níveis superiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.93 – Igreja da Piedade (post. 1757): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.94 – Matriz da St.ma Trindade, Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.95 – Matriz da S.ma Trindade, Lajes do Pico (1895-1967): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.96 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.97 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura6.98– Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.99 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.100 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.101 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.102 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.103 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.104 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.105 – Igreja de São João, São João (1829-1832): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.106 – Igreja de São João, São João (1829-1832): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.107 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.108 – Igreja de São João (1829-1832): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.109 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.110 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva do altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.111 – Igreja de São João (1829-1832): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.112 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.113 – Igreja de São João (1829-1832): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.114 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva do tecto do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.115 – Igreja de São João (1829-1832): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.116 – Igreja de São João (1829-1832): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.117 – Igreja de São João (1829-1832): alçado lateral poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.118 – Igreja de São Mateus, São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.119 – Igreja de São Mateus, São Mateus (1838-1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.120 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.121 – Igreja de São Mateus (1838-1842): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.122 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.123 – Igreja de São Mateus (1838-1842): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.124 – Igreja de São Mateus (1838-1842): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.125 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva do altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.126 – Igreja de São Mateus (1838-1842): porta da capela lateral do «Bom Jesus do Pico».
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.
Figura 6.127 – Igreja de São Mateus (1838-1842): altar do «Bom Jesus do Pico».
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.128 – Igreja de São Mateus (1838-1842): entrada na nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.129 – Igreja de São Mateus (1838-1842): entrada na nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.130 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.131 – Igreja de São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.132 – Matriz da Santíssima Trindade, Lajes do Pico (1509-1539): planta.
Fonte: Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages*, (fac-símile [s.l., s.ed.], 1937), Lajes do Pico, Câmara Municipal/Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 1991, p. 145.
Figura 6.133 – Matriz da Santíssima Trindade, Lajes do Pico (1509-1539): perspectiva interna no início do século XX.
Foto: Manuel Laureano Moniz Jr. (autor), colecção de Ermelindo Ávila.
Figura 6.134 – Igreja da Santa Bárbara, Ribeiras (1500/1677): perspectiva da fachada no início do século XX.
Fonte: Maria Leontina Bettencourt, *Freguesia das Ribeiras – Memórias da Minha Terra*, vol. II, s.l., s.n., 2015, p. 24.
Figura 6.135 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): espaço interno
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.136 – Igreja de Bandeiras (déc. 1860): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.137 – Igreja de São João (1829-1832): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.138 – Igreja de São Mateus (1838-1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.139 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.140 – Matriz de São Roque (1714-1726): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 6.141 – Igreja de Santo António (1696): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.142 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.143 – Igreja da Piedade (post. 1757): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.144 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.145 – Matriz de São Roque (1714-1726): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.

Figura 6.146 – Igreja da Prainha (1787/c.1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.147 – Igreja de São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.148 – Igreja de Bandeiras (déc. 1860): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.149 – Matriz da Madalena (1645-1666/ 1891): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.150 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.151 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): frontaria em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.

Figura 6.152 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): frontaria actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.153 – Igreja de Santo António (1696): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.154 – Igreja da Piedade (post. 1757): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 6.155 – Igreja de São João (1829-1832): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Capítulo 7

Figura 7.1 – "Insula Fayal.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 7.2 – Mapa administrativo da ilha do Faial.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

Figura 7.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha do Faial: A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 7.4 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de S. Francisco da Horta (1696-1700): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.5 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de S. Francisco da Horta (1696-1700): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.6 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.7 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.8 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.9 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): topo da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.10 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.11 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.12 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): tramo de entrada na nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.13 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.14 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.15 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva das naves a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.16 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.17 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): campanário da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.18 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.19 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.20 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Praia do Almoxarife/ Igreja de Nossa Senhora da Graça*, IPA.00008188, DES.00016474 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8188>

Figura 7.21 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.22 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.23 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela-mor e nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.24 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.25 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.26 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.27 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.28 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.29 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.30 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.31 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.32 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): espaço interno
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.33 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.34 – Igreja do Capelo (post. 1672): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.35 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.36 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva do tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.37 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.38 – Igreja do Capelo (post. 1672): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.39 – Igreja do Capelo (post. 1672): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.40 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.41 – Igreja do Capelo (post. 1672): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.42 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.43 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.44 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.45 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.46 – Igreja de Castelo Branco (1767): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.47 – Igreja de Castelo Branco (1767): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.48 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.49 – Igreja de Castelo Branco (1767): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.50 – Igreja de Castelo Branco (1767): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.51 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.52 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva das naves a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.53 – Igreja de Castelo Branco (1767): *Igreja Paroquial de Santa Catarina no ano 1897.*
Foto: Paróquia de Santa Catarina de Castelo Branco.

Figura 7.54 – Igreja de Castelo Branco (1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.55 – Igreja de Castelo Branco (1767): escadaria de acesso à igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.56 – Igreja de Castelo Branco (1767): escadaria de acesso à igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.57 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.58 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.59 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.60 – Igreja da Feteira (1824): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.61 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.62 – Igreja da Feteira (1824): tramo imediato à capela-mor e altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.63 – Igreja da Feteira (1824): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.64 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva do tramo de entrada e baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.65 – Igreja da Feteira (1824): tramo de entrada e escada de acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.66 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.67 – Igreja da Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.68 – Igreja da Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.69 – Igreja da Feteira (1824): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.70 – Igreja da Feteira (1824): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.71 – Torre do Relógio, Horta (1700-2.ª metade séc. XVIII): no terreno plano que lhe é contíguo erguia-se a Matriz de São Salvador da Horta, com a fachada voltada para poente (para cá).
Fonte: Carlos Silveira, *A Horta Antiga*, ed. do autor [Nova Gráfica], 2007, p. 126.

Figura 7.72 – Torre do Relógio, Horta (1700-2.ª metade séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Figura 7.73 – A cidade da Horta vista do mar: a torre do relógio está assinalada pela elipse branca, na parte norte da povoação (à direita na imagem), onde se localiza o núcleo urbano primitivo.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Figura 7.74 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Flamengos (séc. XVII/ 1736): .frontaria existente até 1938.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Figura 7.75 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Pedro Miguel/Igreja de Senhora da Ajuda*, IPA.00008187, DES.00016377 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8187>

Figura 7.76 e 7.77 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): perspectivas internas.
Fotos: Liseta da Silveira Pinheiro.

Figura 7.78 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): enquadramento geral nos meados do século XX.
Foto: José Ilídio da Costa.

Figura 7.79 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 7.80 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.81 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.82 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.83 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.84 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/ post. 1926): perspectiva interna após o sismo de 1998).
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

Figura 7.85 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva das ruínas em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.86 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): arcaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.87 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva das naves em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.88 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): nave do lado da Epístola em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.89 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva do coro-alto e torre sineira em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.90 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): frontaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.91 – Igreja da Ribeirinha
(1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 7.92 – Igreja da Ribeirinha 1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada após o sismo de 1998.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 7.93 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.94 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): frontaria na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 7.95 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): perspectiva interna na década de 1980.
Foto: Pe. José Alvernaz Escobar.

Figura 7.96 – Igreja do Salão (1780): adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015,

Figura 7.97 – Igreja do Salão (1780): adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.98 – Igreja do Salão (1780): cantarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.99 – Igreja do Salão (1780): cantaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.100 – Igreja de Santa Bárbara, Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): fachada em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 7.101 – Igreja de Santa Bárbara, Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): espaço interno em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 7.102 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): perspectiva interna nos meados do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 7.103 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): perspectiva da quarta nave nos meados do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 7.104 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros

Figura 7.105 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.106 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): portal e torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.107 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): fachada no último quartel do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 7.108 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.109 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de São Francisco da Horta (1696-1700): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.110 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.111 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.112 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.113 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.114 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): espaço interno.
Foto: Pe. José Alvernaz Escobar.

Figura 7.115 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): espaço interno.
Foto: Liseta da Silveira Pinheiro.

Figura 7.116 – Igreja de São Mateus, Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva interna após o sismo de 1998.
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

Figura 7.117 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de São Francisco da Horta (1696-1700): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.118 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.119 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.120 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.121 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): fachada na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 7.122 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Flamengos (séc. XVII/1636): fachada no 1.º quartel do séc. XX.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Figura 7.123 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 7.124 – Igreja da N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): fachada na 2.ª metade do século XX.
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

Figura 7.125 – Igreja de São Mateus, Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada (década de 1980).
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

Capítulo 8

Figura 8.1 – "Insula de las Flores.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 8.2 – Mapa administrativo da ilha das Flores.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

Figura 8.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha das Flores. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 8.4 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.5 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.6 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura.

Figura 8.7 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.8 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.9 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.10 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.11 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.12 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): arcaria do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.13 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta de acesso interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.14 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.15 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.16 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.17 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.18 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.19 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta de acesso ao coro-alto e torres.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.20 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.21 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.22 e 8.23 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectivas dos níveis inferiores da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.24 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): nível superior da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.25 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): torre sineira poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.26 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): torre sineira poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.27 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.28 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Fajãzinha (1776-1778): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.29 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.30 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.31 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.32 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.33, 8.34 e 8.35 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectivas da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 8.36 e 8.37– Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectivas da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.38 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.39 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): porta do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.40 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.41 –Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.42 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.43 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.44 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.45 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 8.46 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Capítulo 9

Figura 9.1 – "Insula S. Maria.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 9.2 – Mapa administrativo da ilha de Santa Maria.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

Figura 9.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de Santa Maria. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas.

Figura 9.4 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.5 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.6 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores.

Figura 9.7 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das arcarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.8 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das arcarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.9 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.10 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.11 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.12 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): capela lateral do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.13 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): cúpula oitavada da capela do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.14 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): altar da capela do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.15 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): tramo com a capela do lado da Epístola ao fundo.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.16 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): arco de entrada na capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014

Figura 9.17 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): arco de entrada na capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.18 – "Vila do Porto, Rua da Conceição".
Fonte: *Álbum Açoriano*, 1903.

Figura 9.19 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.20 – Igreja de N.ª S.ª da Purificação, Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.21 – Igreja de N.ª S.ª da Purificação, Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII) : espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.22 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): arcaria e púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.23 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.24 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.25 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.26, 9.27 e 9.28 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado do Evangelho – perspectiva interna; altar axial e capela lateral.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.29 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.30 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): capela colateral do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.31 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): arcaria do lado da Epístola nos tramos mais próximos da cabeceira.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.32 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado da Epístola: arcaria nos tramos centrais.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.33 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): baptistério.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.34 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.35 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): um dos pilares que sustêm o coro-alto.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.36 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.37 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): pano central da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.38 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): pano lateral da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.39 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): embasamento da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figuras 9.40 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.41 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): embasamento da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.42 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.43 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.44 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 9.45 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Capítulo 10

Figura 10.1 – "Insula S. Michaelis." – excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Figura 10.2 – Mapa administrativo da ilha de São Miguel.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 91.

Figura 10.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de São Miguel. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.

Figura 10.4 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.5 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.6 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.7 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.8 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.9 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.10 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.11 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das naves a partir do altar.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.12 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.13 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das capelas lateral e colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.14 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.15 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): frontaria (1748).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.16 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.17 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *Op. cit.*, Apenso Gráfico, n.º 5.
Figura 10.18 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.19 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.20 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.21 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): abóbada da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.22 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): arco lateral da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.23 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de S. Pedro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.24 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): abóbada da capela lateral de S. Pedro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.25 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de S. João Baptista.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.26 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral do Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.27 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de N.ª S.ª da Conceição.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.
Figura 10.28 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): cúpula hemisférica da capela lateral de N.ª S.ª da Conceição.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.29 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): frontaria (1774).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.30 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.31 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.32 – Matriz de Água de Pau (1525): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.33 – Matriz de Água de Pau (1525): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.34 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.35 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.36 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): frontaria (1844).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.37 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.38 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.39 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.40 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.41 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ ref. 1671/ref. 1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.42 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (sécs. XVII/XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.43 – Igreja do Convento de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.44 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): frontaria (séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.45 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.46 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.47 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.48 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.49 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.50 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.51 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): frontaria (séc. XVIII):
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.52 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.53 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.54 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.55 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.56 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.57 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.58 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.59 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.60 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

Figura 10.61 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.62 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): porta encimada por janela, colaterais à capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.63 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.64 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): arco do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.65 – Igreja de S. José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada (1709-1714): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.66 – Igreja de São José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada: (1709-1714): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.67 – Igreja de São José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada (1709-1714): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, apenso gráfico.

Figura 10.68 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.69 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.70 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.71 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.72 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): janela axial do alçado do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.73 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): parede lateral da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.74 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.75 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral e porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.76 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.77 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.78 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): janela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.79 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.80 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.81 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.82 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.83 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.84 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar/nicho do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.85 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.86 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.87 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): extremo da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.88 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.89 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva da nave central e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014

Figura 10.90 – Igreja de São José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.91 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.92 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.93 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores, 2018.

Figura 10.94 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.95 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.96 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.97 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.98 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.99 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.100 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.101 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.102 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.103 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.104 – Igreja de N.ª S.ª Misericórdia, Cabouco (1847-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.105 – Igreja de N.ª S.ª Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.106 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.107 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.108 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.109 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva da nave central e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.110 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.111 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.112 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.113 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.114 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.115 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): capela-mor
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.116 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.117 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.118 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.119 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.120 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.121 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.122 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.123 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.124 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.125 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.126 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.127 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.128 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.129 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno no início do século XX.
Foto: Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres do Pico da Pedra.

Figura 10.130 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.131 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.132 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.133 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.134 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.135 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.136 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.137 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.138 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.139 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Faial da Terra (1808-1839): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.140 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.141 – Igreja de N.ª S.ª Anunciação, Achada (1782/ ref. 1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.142 – Igreja de N.ª S.ª Boa Viagem, Calhetas (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.143 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.144 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.145 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.146 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.147 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.148 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.149 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.150 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.151 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): frontaria (1830-1835).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.152 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.153 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.154 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.155 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.156 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.157 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.158 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.159 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.160 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.161 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.162 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.163 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): nave do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.164 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): nave da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.165 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.166 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.167 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.168 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.169 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.170 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.171 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.172 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.173 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Fenais da Luz (1728-1756): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.174 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.175 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1856/1946-1952): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.176 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.177 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.178 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.179 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.180 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.181 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.182 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.183 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.184 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.185 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.186 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.187 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.188 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.189 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.190 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.191 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.192 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.193 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.194 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.195 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.196 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.197 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.198 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.199 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.200 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.201 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.202 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.203 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.204 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.205 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.206 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.207 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.208 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.209 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.210 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.211 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.212 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.213 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.214 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.215 – Igreja de N.ª S.ª dos Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.216 – Igreja de N.ª S.ª dos Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.217 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.218 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.219 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.220 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva das capelas axial e lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.221 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.222 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.223 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734/1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.224 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.225 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/ 1734-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.226 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.227 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.228 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796/ 1825): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.229 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.230 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.231 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.232 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.233 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.234 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.235 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.236 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.237 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.238 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.239 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): frontaria (déc. 1880).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.240 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.241 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.242 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 19.243 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.244 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.245 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.246 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.247 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.248 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.249 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.250 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.251 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.252 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): porta de acesso à sacristia.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.253 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.254 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.255 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.256 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.257 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.258 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.259 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): capelas colateral e lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.260 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.261 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.262 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.263 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.264 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.265 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.266 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.267 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.268 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): capelas colateral e lateral do lado do Evangelho
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.269 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.270 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.271 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.272 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.273 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.274 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.275 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.276 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.277 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.278 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.279 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.280 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): frontaria (sécs. XVIII-XIX).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.281 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.282 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.283 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas, (1733-1739): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.284 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.285 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.286 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.287 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.288 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.289 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.290 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.291 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.292 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.293 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.294 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.295 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.296 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.297 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.298 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.299 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.300 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.301 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.302 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.303 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Lomba da Pedreira (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.304 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.305 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.306 – Igreja de N.ª S.ª Penha de França, Água Retorta (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.307 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.308 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Achadinha (1830/ ref. 1882): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.309 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.310 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.311 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.312 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.313 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.314 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.315 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.316 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.317 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.318 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.319 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.320 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.321 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.322 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.323 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.324 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.325 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.326 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.327 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.328 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.329 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.330 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.331 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.332 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.333 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.334 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.335 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.336 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.337 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.338 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.339 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.340 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.341 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.342 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.343 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.344 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.345 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.346 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.347 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.348 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.349 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.350 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.351 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): capela axial e porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.352 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.353 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.354 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.355 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.356 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.357 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.358 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.359 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.360 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1822): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.361 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.362 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.363 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.364 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.365 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.366 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.367 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.368 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.369 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.370 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.371 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.372 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.373 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.374 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.375 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.376 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.377 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.378 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.379 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.380 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.381 – Quadro cronológico das frontarias das igrejas de três naves micaelenses.
Figura 10.382 – Quadro das frontarias das igrejas de três naves micaelenses, divididas por grupos e subgrupos.
Figura 10.383 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Matriz de Vila Franca do Campo – frontaria (post. 1534/1768).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.384 – Igreja de N.ª S.ª Anunciação, Achada: frontaria (1782/1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.385 – Igreja de Santa Ana, Santana: frontaria (1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.386 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Lomba da Pedreira: frontaria (1872).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.387 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação: frontaria (ant. 1795).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.388 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso: frontaria (séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.389 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Faial da Terra: frontaria (1839).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.390 – Igreja de N.ª S.ª Prazeres, Pico da Pedra: frontaria (1804).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.391 – Igreja de Santo António, Santo António: frontaria (1830-1835).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.392 – Igreja de N.ª S.ª Misericórdia, Cabouco: frontaria (1859).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.393 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada: frontaria (1680).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.394 – Igreja de São José, Ponta Delgada: frontaria (1714).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.395 – Igreja de São José, Ponta Delgada: frontaria (1714).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.396 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo: frontaria (1672).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.
Figura 10.397 – Matriz de Ponta Delgada: frontaria (1748).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.398 – Matriz de Água de Pau: frontaria (1750).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.
Figura 10.399 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Ribeira Grande: frontaria (1766).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.400 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão: frontaria (1744).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.401 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca: frontaria (1830).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.402 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.403 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.404 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.405 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Fenais da Luz: frontaria (1756).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.406 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes: frontaria (ref. 2.ª ½ séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.407 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe: frontaria (1758).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.408 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa: frontaria (1772).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.409 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha: frontaria (2.ª ½ séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.410 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas: frontaria (sécs. XVIII-XIX).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.411 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia: frontaria (1825).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.412 – Igreja de Santa Cruz, Matriz da Lagoa: frontaria (1844).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.413 – Igreja dos Reis Magos, Fenais da Ajuda: frontaria (1847).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.414 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação: frontaria (1856/1952).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.415– Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha: frontaria (1861).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.416 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Ponta Garça: frontaria (1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.417 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lomba da Maia: frontaria (1877).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.418 – Igreja de São Jorge, Matriz do Nordeste (1796): frontaria (1796).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.419 – Igreja de N.ª S.ª Penha de França, Água Retorta: frontaria (1872).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.420 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Achadinha: frontaria (ant. 1765/ref. 1882).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.421 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara: frontaria (ant. 1852).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.422 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva: frontaria (1748/ref. post. 1880).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.423 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto: frontaria (1855).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.424 – Igreja de N.ª S.ª Boa Viagem, Calhetas: frontaria (1830).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.425 – Igreja de São Brás, São Brás: frontaria (1886).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.426 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, N.ª S.ª dos Remédios: frontaria (post. 1893).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.427 – Igreja de Santo António, Nordestinho: frontaria (1909).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 10.428 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda: frontaria (1918).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Capítulo 11

Figura 11.1 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.2 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.3 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.4 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): arcos quebrados.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.5 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.6 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): pé-direito do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.7 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.8 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.9 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.10 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.11 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): nave central e clerestório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.12 – Matriz de São Sebastião (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.13 – Matriz de São Sebastião (Terceira): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.14 – Matriz de São Sebastião (Terceira): cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.15 – Matriz de São Sebastião (Terceira): cobertura de capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.16 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.17 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.18 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): cobertura de capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figuras 11.19 e 11.20 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): perspectivas das naves e da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.21 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): capela lateral vista da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.22 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.23 – Igreja de Cedros (Faial): perspectiva das naves em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Figura 11.24 – Antiga Matriz das Lajes (Pico): perspectiva das naves na transição para o século XX.
Foto: Manuel Laureano Moniz Jr., colecção de Ermelindo Ávila.

Figura 11.25 – Matriz de Lagoa (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.26 – Matriz da Praia (Graciosa): fachada em 1845.
Foto: Paróquia de São Mateus da Praia.

Figura 11.27 – Sé de Angra (Terceira): espaço interno visto da entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.28 – Sé de Angra (Terceira): espaço interno visto da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.29 – Sé de Angra (Terceira): cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

Figura 11.30 – Sé de Angra (Terceira): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

Figura 11.31 – Sé de Angra (Terceira): deambulatório visto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.32 – Igreja de S.ta Maria de Belém, Lisboa: capela-mor (1572).
Fonte: Miguel Soromenho, "A arquitectura do ciclo filipino", vol. 10, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao Século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009, p. 19.

Figura 11.33 – Capela de N.ª S.ª da Pena, Sintra: retábulo do altar-mor (1532).
Foto: Nuno Calvet, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 325.

Figura 11.34 – Capela de N.ª S.ª da Pena, Sintra: pormenor do retábulo.
Foto: Nuno Calvet, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 325.

Figura 11.35 – Igreja da Misericórdia do Porto: capela-mor.
Foto: Francisco Laranjeira, 20.

Figura 11.36 – Igreja de São João Baptista, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.37 – Igreja de São João Baptista, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.38 – Matriz Velha da Povoação (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.39 – Igreja do Capelo (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.40 – Igreja de Santo António (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.41 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.42 – Igreja do Convento de S. Francisco da Horta (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.43 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.44 – Igreja do Convento da Graça de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.45 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): braço do transepto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.46 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): parede lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.47 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): topo da nave lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.48 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): extremo do tramo imediato ao de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.49 – Igreja da Luz (Graciosa): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.50 – Igreja da Ribeira Seca (S. Jorge): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.51 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.52 – Igreja N.ª S.ª Conceição, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.53 – Matriz da Ribeira Grande (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.54 – Igreja da Praia do Almoxarife (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.55 – Matriz de Santa Cruz (Flores): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.56 – Igreja de Fenais da Luz (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.57 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.58 – Igreja de São Roque (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.59 – Matriz de São Roque (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.60 – Igreja da Prainha (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.61 – Igreja da Piedade (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.62 – Matriz do Nordeste (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.63 – Igreja da Maia (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.64 – Igreja da Ribeirinha (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.65 – Matriz das Lajes (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.66 – Igreja de São Brás (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.67 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.68 – Igreja de Guadalupe (Graciosa): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.69 – Matriz de São Roque (Pico): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.70 – Igreja da Fajãzinha (Flores): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.71 – Matriz da Povoação (S. Miguel): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.72 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.73 – Igreja da Piedade (Pico): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.74 – Igreja de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.75 – Igreja da Lomba da Maia (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.76 – Igreja de Santo Espírito (Sta. Maria): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.77 – Matriz de São Roque (Pico): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.78 – Matriz do Topo (S. Jorge): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.79 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.80 – Matriz de São Sebastião (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.81 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.82 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): portal principal e rosácea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.83 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.84 – Igreja de Cedros (Faial): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.85 – Igreja da Misericórdia de Tavira (Algarve): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Figura 11.86 – Matriz de Almendra (Vila Nova de Foz Côa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Figura 11.87 – Antiga Matriz de S. Mateus da Praia (Graciosa): frontaria em 1845.
Foto: Paróquia de São Mateus da Praia.

Figura 11.88 – Sé de Angra (Terceira): perspectiva aérea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

Figura 11.89 – Sé de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.

Figura 11.90 – Sé de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

Figura 11.91 – Igreja do Porto Judeu (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.92 – Igreja do Cabo da Praia (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

Figura 11.93 – Matriz do Topo (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.94 – Igreja de N. S.ª Conceição, Ribeira Grande (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.95 – Igreja do Pico da Pedra (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.96 – Igreja da Achada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.97 – Igreja de S. João Baptista, Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.98 – Igreja de S. João Baptista, Angra (Terceira): pano central da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.99 – Igreja do Colégio de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.100 – Igreja do Colégio da Horta (Faial): frontaria.
Foto: SIPA – *Colégio de São Francisco Xavier / Igreja Paroquial da Horta*, IPA.00008182, FOTO.00685815 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8182>

Figura 11.101 – Igreja do Colégio de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Fonte: SIPA – *Colégio de Todos os Santos/Colégio de São Miguel/ Museu Carlos Machado-Núcleo de Arte Sacra*, IPA.00008145, FOTO.00928316 [em linha]. Disponível na Internet:<http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8145>

Figura 11.102 – Igreja de São Francisco de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.103 – Igreja de São Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.104 – Igreja de São Francisco da Horta (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.105 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.106 – Igreja do Capelo (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.107 – Igreja da Ribeira Seca (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.108 – Igreja da Luz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.109 – Igreja da Prainha (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.110 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.111 – Igreja do Cabouco (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.112 – Igreja da Maia (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.113 – Igreja da Achadinha (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.114 – Igreja da Feteira (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.115 – Igreja da Ribeirinha (Faial): frontaria no séc. XX.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Figura 11.116 – Igreja de Bandeiras (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.117 – Igreja do Raminho (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.118 – Matriz da Madalena (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.119 – Matriz das Lajes (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.120 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.121 – Igreja N.ª S.ª Remédios (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.122 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.123 – Igreja das Lajes (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.124 – Igreja das Quatro Ribeiras (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.125 – Matriz da Calheta (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.126 – Matriz das Velas (S. Jorge): frontaria no 1.º quartel do século XX.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.

Figura 11.127 – Igreja dos Rosais (S. Jorge): frontaria na 1.ª metade do século XX
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.

Figura 11.128 – Igreja da Praia do Almoxarife (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.129 – Igreja de Castelo Branco (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.130 – Igreja dos Flamengos (Faial): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Figura 11.131 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.132 – Igreja de Guadalupe (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.133 – Igreja da Luz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.134 – Igreja de Santo António (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.135 – Matriz de São Roque (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.136 – Igreja de São Mateus (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.137 – Igreja de São João (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.138 – Matriz de Santa Cruz (Flores): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.139 – Igreja da Fajãzinha (Flores): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Figura 11.140 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.141 – Igreja de Santo Espírito (S.ta Maria): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.142 – Matriz da Ribeira Grande (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.143 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.144 – Igreja de N.ª S.ª Rosário (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Figura 11.145 – Matriz do Nordeste (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Lista de abreviaturas

AAVV – Autores Vários

ANTT – Arquivo Nacional-Torre do Tombo

ant. – anterior a

B.N. – Biblioteca Nacional

c. – cerca de

cf. – confrontar

cit. – citado por

consult. – consultado

coord. – coordenação de

D. – Dom/Dona

déc. – década

dir. – direcção

Dr. – Doutor

Dra./D.ra – Doutora

DRC/DRAC – Direcção Regional da Cultura – Governo dos Açores

ed. – edição/editor

Fig. – Figura

Figs. – Figuras

fl. – folha

fls. – folhas

Fr. – Frei

IAC – Instituto Açoriano de Cultura

IAC – Instituto Açoriano de Cultura

IHIT – Instituto Histórico da Ilha Terceira

Imp. – Imprensa

INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda

in – em

Jr. – Júnior

L./L.º – Livro

Lda. – Limitada

N.ª – Nossa

n.º. – número

op. cit. – obra citada

p. – página

Pe./P.e – Padre

post. – posterior a

pp. – páginas

pseud. – pseudónimo

ref. – reformada/o em

S. – São/Santo

[s.d.] – Sem data

[s.ed.] – sem edição/sem editor

[s.l.] – sem local

séc. – século

sécs. – séculos

Sr. – Senhor

Sra./S.ª – Senhora

SREC – Secretaria Regional de Educação e Cultura – Governo dos Açores

Sta./S.ta – Santa

St.ma – Santíssima

St.mo – Santíssimo

Sto./S.to – Santo

Tip./Typ. – Tipografia

trad. – tradução

V. – Ver em

vol. – volume

vols. - volumes

NOTA

Tese redigida segundo a Convenção Luso-Brasileira de 1945, norma anterior ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009.

INTRODUÇÃO

1. Objectivos

É objectivo desta Tese de Doutoramento estudar um tipo preciso de igrejas quanto à sua origem, evolução e término, numa região singular e com características próprias como é o arquipélago dos Açores. Uma vez que esteve presente nas ilhas durante mais de quatro séculos, o tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira foi sujeito a alterações morfológicas e adequações estéticas na sua evolução ilhoa. Partindo de uma análise formal e estrutural dos edifícios, que permita identificar espaços, elementos e soluções compositivas em comum, há que compreender os factores que conduziram ao sucesso do tipo e a uma grande longevidade – desde finais do século XV até inícios do século XX. Só assim se poderá avaliar as igrejas de três naves nos Açores, cuja situação geral engloba nove contextos apartados e distintos, cada um com características próprias mais ou menos vincadas. As igrejas de três naves açorianas evoluíram como conjunto e dentro de cada ilha, dando origem a algumas particularidades que poderão constituir-se como variantes.

2. Objecto de estudo: *As igrejas de três naves e cobertura de madeira nos Açores*

As igrejas de três naves constituem uma tipologia da arquitectura religiosa, cuja origem se encontra nas basílicas paleocristãs, por sua vez inspiradas no modelo das basílicas romanas mais antigas, com três naves e cobertura de madeira. Eram espaços multifuncionais, mas sempre civis, que foram adoptados e adaptados pelo Cristianismo depois do Édito de Milão (313 d.C.). Face à urgência em encontrar um edifício cujo espaço reunisse as condições requeridas para o culto e respondesse às pretensões e necessidades da Igreja – entre as quais, não estar correlacionado com qualquer tipologia arquitectónica de templo pagão –, os cristãos reconverteram as antigas basílicas e prosseguiram com a construção de novas. O tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira está intimamente conotado com a ideia de igreja, desde o nascimento do conceito, aplicado a grandes e pequenos edifícios, fossem catedrais, igrejas monacais ou paroquiais. Também havia o tipo de igrejas de nave única, possível para templos até determinada dimensão, de modo que, sem mais apoios, o espaço entre as paredes laterais permitisse uma única abóbada lançada sobre a nave.

A opção de abobadamento do corpo das igrejas de três naves começou a generalizar-se nos inícios do segundo milénio depois de Cristo, durante a vigência do

Românico na Europa. A arquitectura religiosa românica permitia a opção de cobrir as naves das igrejas com abóbadas de berço ou de aresta. A escolha reflectia a importância desejada para a igreja, bem como o orçamento disponível, uma vez que as abobadas eram bastante mais dispendiosas. Quer as igrejas de cobertura de madeira quer as abobadadas acompanharam toda a Idade Média europeia, adaptando-se às exigências dos vários tempos como no Românico e no Gótico. Na Baixa Idade Média, o tipo de igrejas de três naves foi reformado pelas Ordens Mendicantes, continuado durante o Tardo-gótico, «romanizado» a partir da Renascença e «classicizado» pela Arquitectura Portuguesa Chã.

O tipo das igrejas de três naves expandiu-se com o Reino, de norte para sul, chegando ao Algarve no século XIII. O início da expansão territorial ultramarina portuguesa, em 1415, com as conquistas do Norte de África e a chegada aos arquipélagos desabitados da Madeira (1418), dos Açores (1427) e de Cabo Verde (1460), fez com que surgisse, pela primeira vez, a necessidade de povoar, humanizar, urbanizar e construir toda uma nova realidade. Mal se iniciaram os processos de povoamento das ilhas, bem como o estabelecimento dos primeiros povoados – a partir das décadas de 1420, na Madeira, de 1430, nos Açores e de 1460, em Cabo Verde –, começou a transposição da arquitectura portuguesa da época para os novos territórios. O mesmo processo ocorreu ao longo de todo o século XVI nas terras já habitadas da Índia e do sudeste asiático, onde se constata alguma permeabilidade às suas culturas, designadamente nos motivos decorativos. No caso de África, também habitada, a presença portuguesa efectivou-se nos poucos povoados que se criaram até ao século XIX. O Brasil também era um território habitado quando, em 1500, os portugueses lá desembarcaram. Contudo, tanto África quanto o Brasil foram, desde o início, colossais telas em branco para a arquitectura e urbanismo portugueses, como demonstra a sua feliz e até exuberante evolução brasileira. Assim, a partir do século XV, os modelos portugueses da arquitectura civil, militar e religiosa expandiram-se para além do território europeu. O tipo de igrejas de três naves com cobertura de madeira não foi excepção, como é comprovado pela presença daquelas igrejas, desde os meados do século XV, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, filiadas no gótico final.

As igrejas de três naves com feição clássica foram as últimas do tipo a serem edificadas em Portugal Continental, não sem antes de se adaptarem, uma vez mais, às exigências do novo estilo *ao romano*, adoptando uma linguagem clássica e procurando uma espacialidade diferente. Foi um período de transição de gosto entre a arquitectura tardo-gótica e um novo conceito formal, estrutural, espacial e decorativo trazido pelo Renascimento. Também se sentiu necessidade de ultrapassar as fachadas-empena medievais, apenas com portal e rosácea/janela, explorando a criação de verdadeiras

fachadas que passaram a ser organizadas autonomamente, através do desenho geométrico, geralmente denunciante da tripartição do espaço interno. A permanência do tipo deveu-se à sua adaptabilidade e plasticidade, evoluindo até apresentar, a partir de meados do século XVI, uma linguagem plenamente clássica que a caracterizou até ao seu desaparecimento. As igrejas de três naves deixaram de ser construídas, em Portugal Continental, no último quartel do século XVI. No arquipélago dos Açores, o tipo não só continuou a ser edificado, mas também se tornou na principal solução escolhida para a erecção de igrejas. E, tendo em conta o tempo longo da sua construção, desde o final do século XV até ao início do século XX, o tipo obviamente evoluiu.

As igrejas de três naves e cobertura de madeira em Portugal, apesar de algumas vezes estudadas *per se*, identificadas como um tipo presente na arquitectura religiosa portuguesa, constatados os seus regionalismos, as cabeças-de-série, as relações de familiaridade entre igrejas e os processos de construção em série, nunca foram alvo de uma análise tipológica específica de conjunto. Este trabalho de investigação visa abordar o tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira nos Açores. Para isso, torna-se fundamental perceber quais os modelos que passaram do Reino ao arquipélago, assim como foram entendidos e perpetuados como tipologia do sagrado. As igrejas de três naves que foram construídas nas ilhas nos séculos XVI e XVII estão na base de uma tipologia que se destaca pela sua linguagem clássica, chã e até autóctone, fruto de uma evolução que prosseguiu somente nos Açores, a partir dos finais do século XVI e durante mais trezentos anos.

– Tipo e Tipologia em Arquitectura

Antes de prosseguir para o estudo das igrejas açorianas de três naves e cobertura de madeira, convém esclarecer os conceitos de tipo e tipologia na área da Arquitectura, para melhor se compreender o fio condutor do processo evolutivo daqueles templos.

O tipo é uma forma de identificação, por um lado, e de agregação, por outro, uma apreciação abstracta sobre objectos concretos, expondo ideias e soluções em comum, por mais dissemelhantes que sejam. “Penso pois no conceito de tipo como em qualquer coisa de permanente e de complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui”[1].

Na arquitectura, o tipo está quase sempre relacionado, primeiro, com a funcionalidade, depois, com características formais e estruturais dos objectos e, por

[1] Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 1977, p. 43.

último, com questões estéticas ou de estilo – que, por sua vez, categoriza os objectos consoante a estrutura e a estética de um tempo. Os tipos inserem-se num dos três grandes campos que constituem a Arquitectura: o religioso, o militar e o civil, originados pela distinção mediante a função. Tal não impossibilita alguma permeabilidade entre eles, já que a adopção/transferência de elementos ou tipos arquitectónicos de uns para os outros foi uma realidade ao longo dos tempos.

> *Le type* est *l'ensemble des caractères organisé en un tout, constituent un instrument de connaissance par «abstraction rationnelle» et permettant de distinguer des catégories d'objects ou de faits. Autrement dit, un type est un object abstrait, construit par l'analyse, qui rassemble les propriétés essentielles d'une catégorie d'objects réels et permet d'en rendre compte avec économie. L'analyse typologique peut s'appliquer à des ensembles d'objects très varies au sein de la même ville. On pourra mesurer comment chaque object concret procede par variation sur le type, éventuellement par croisement de deux types, et ayant ordonné l'ensemble, comprendre la logique des variations, les lois de passage d'un type à l'autre, bref établir une* typologie[2]*.*

É da análise comparativa dos objectos que nascem os tipos. A sua associação mediante soluções em comum, derivadas de uma ideia partilhada do espaço ou da sua estruturação, muitas vezes relacionada com um período temporal, disto trata a tipologia. Como tal, a tipologia é a reflexão sobre os tipos, um veículo para o seu reconhecimento e não o objectivo final[3].

3. Metodologia

A investigação começou pelo trabalho de campo, com o objectivo de identificar os exemplares a estudar e de agrupá-los por ilha. Foi executado o levantamento fotográfico e recolhida bibliografia e informação útil. A pesquisa documental foi fundamental para esclarecer situações duvidosas, nomeadamente, na cronologia e na história dos edifícios – as vicissitudes, restauros e reconstruções por que passaram –, bem como de templos precedentes. A pesquisa bibliográfica e arquivística foi realizada, sobretudo, nas Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, na biblioteca da Casa dos Açores, em Lisboa e através dos contactos estabelecidos com particulares.

[2] Philippe Panerai; Jean-Charles Depaule; Marcelle Demorgon, *Analyse Urbaine*, Marseille, Éditions Paranthèses, 1999, p. 120.
[3] Cf. Javier Rivera Blanco, "Tipologia y Metodo Analitico Arquitectonico y Urbano", in, Javier Rivera Blanco (Coord.), *Arquitectura y Orden – Ensayos sobre tipologias arquitectónicas,* Valladolid, Instituto de Ciencias de la Educacion – Universidad de Valladolid/Colegio Oficial de Arquitectos de Leon, 1988, p. 6.

4. Estado da Arte

O tipo de igrejas de três naves com cobertura de madeira ainda se encontra pouco estudado em Portugal, no âmbito da literatura já publicada, à excepção das igrejas dos maiores conventos das ordens mendicantes. Pelo contrário, as igrejas de três naves que apresentam coberturas abobadadas, com enfoque para as catedrais, as grandes abaciais e as igrejas-salão, estão presentes, como tipo, em todas as histórias da arte portuguesa[4]. Alguns exemplares do tipo foram estudados *per se*, inseridos na corrente artística a que pertencem, mas não englobados numa mesma tipologia que percorreu várias correntes artísticas no decorrer dos séculos.

Como excepção, a obra de José Eduardo Horta Correia – *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*[5] – apresenta-se como um primeiro estudo do tipo de igrejas de três naves com cobertura de madeira no Algarve. Cronologicamente, é balizado pelo início e o fim da construção renascentista em Portugal, pelo que não abrange várias correntes artísticas.

O tema insere-se na História da Arquitectura Portuguesa, dentro do contexto geral dos Açores. A arquitectura religiosa presente nas ilhas é uma realidade que, até há poucos anos, não se encontrava muito estudada pela historiografia da arte portuguesa. Após um primeiro artigo da autoria de Yves Bottineau (1977) – *L'Architecture aux Açores du Manuelin au Baroque*[6] –, existem apenas dois trabalhos académicos sobre o tema: de Nestor de Sousa (1986) – *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*[7] –, uma primeira obra sobre a arquitectura religiosa nos Açores, que aborda um conjunto de edifícios pertencentes à mesma urbe; de Mateus Laranjeira (2008) – *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica*[8], o

[4]AAVV, *História da Arte em Portugal*, 10 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1986. Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Ed. Presença, 2001. Carlos Alberto Ferreira de Almeida; Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002. Vítor Serrão, *História de Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002. Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 2003. Paulo Pereira, A arquitectura gótica, vol. 3, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009]. Pedro Dias, *A arquitectura manuelina*, vol. 5, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009]. Maria de Lurdes Craveiro, *A arquitectura "Ao Romano"*, vol. 9, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009]. Miguel Soromenho, *A arquitectura do ciclo filipino*, vol. 10, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009]. José Fernandes Pereira, *Estética Barroca I: arquitectura e escultura*, vol. 12, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009]. Paulo Varela Gomes, *Expressões do neoclássico*, vol. 14, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

[5] José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida Lda., 1987.

[6] Yves Bottineau, *"L'Architecture aux Açores du Manuelin au Baroque*, in *Colóquio-Artes*, n.º 35, Lisboa, Dez. 1977.

[7]Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

[8] Mateus Laranjeira, *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

primeiro estudo monográfico realizado à Catedral dentro do contexto da História da Arte Portuguesa. Para além destas obras, existe o *Inventário do Património Imóvel dos Açores*[9], obra editada em vários volumes e organizada por concelhos, essencial para a identificação e primeira análise das igrejas de três naves, nos quais se destacam dois artigos de João Vieira Caldas – "Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste"[10] e "A Matriz Velha da Povoação e a sua fachada «micaelense»"[11] –, ambos ensaios precursores do tema deste Doutoramento, tratando, em cada um deles, dois aspectos fundamentais destas igrejas: a organização espacial interna e a composição da fachada. Existem outras obras relativas à arquitectura religiosa dos Açores, não científicas, essencialmente monografias, crónicas, anais e tombos que tiveram valor de inventário de 2.ª classe.

Por último, a *História da Arte nos Açores*, uma obra de fundo com a coordenação científica de Delfim Sardo, João Vieira Caldas e Vítor Serrão, que, pela primeira vez, abrange as várias artes presentes no arquipélago, contextualizando-as temporal e espacialmente e inserindo-as na História da Arte Portuguesa[12]. Nela, destacam-se três capítulos dedicados à arquitectura edificada nos Açores. Um, redigido por Paulo Pereira – "Arquitectura entre o gótico e o clássico"[13] –, no qual o autor aborda as igrejas tardo-góticas açorianas, comparando-as com as contemporâneas continentais e abordando-as como parte integrante da arquitectura tardo-gótica portuguesa.

Os outros dois capítulos foram escritos por João Vieira Caldas – "A arquitectura religiosa do classicismo pós-tridentino"[14] e "A arquitectura religiosa do tempo barroco"[15] –, nos quais são tratadas várias igrejas de três naves que pertencem ao conjunto em estudo nesta tese. São, também, a primeira abordagem à arquitectura açoriana como um todo, notando a sua evolução no longo período cronológico abrangido, bem como as particularidades que foram diferenciando a «imagem de igreja», de ilha para ilha.

---

[9] Jorge Augusto Paulus Bruno (coord.)/Paulo Vilela Raimundo (coord.). *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura; [Câmaras Municipais], 1998- .

[10] João Vieira Caldas, "Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste", in Paulo Vilela Raimundo (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Nordeste*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura; Câmara Municipal do Nordeste, 2011.

[11] João Vieira Caldas, "A Matriz Velha da Povoação e a sua fachada «micaelense»", in Paulo Vilela Raimundo (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Povoação*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Povoação, 2012.

[12] Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores*, [s.l.], ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2018.

[13] Paulo Pereira, "Arquitetura entre o gótico e o clássico", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 33-57.

[14] João Vieira Caldas, "A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 249-301.

[15] João Vieira Caldas, "A arquitetura religiosa do tempo barroco", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 369-427.

5. Estrutura

A presente dissertação começará com uma abordagem ao tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira e a sua presença, em Portugal Continental, no período temporal compreendido entre o último quartel do século XV e o final do século XVI. Corresponde, na arquitectura, aos períodos tardo-gótico, primeiro renascimento e arquitectura portuguesa chã. O tipo das três naves deixou de ser construído, no Continente, no final de Quinhentos. Não obstante, prosseguiu no arquipélago dos Açores até às primeiras décadas do século XX. Como tal, os principais influxos externos aconteceram até ao desaparecimento do tipo no Continente, pelo que, a partir do século XVII, a edificação de igrejas de três naves somente se desenvolveu nos Açores.

Seguir-se-á uma introdução de conjunto ao arquipélago, a qual tem por finalidade explanar sobre a história das ilhas, do seu povoamento, governação e desenvolvimento, assim como do estabelecimento dos municípios e da instituição do Bispado de *Sancti Salvatori* de Angra, em 1534.

Suceder-se-ão os capítulos relativos às igrejas de três naves, um por cada ilha açoriana, partindo da consulta da bibliografia, especialmente, dos cronistas açorianos. São eles que informam sobre as cronologias da construção ou das obras efectuadas nas igrejas existentes ou já desaparecidas – não se consegue compreender verdadeiramente os edifícios sem o conhecimento das circunstâncias em que foram construídos. Numa primeira fase, será realizada uma análise formal e crítica dos exemplares, no contexto de cada uma das ilhas, para depois prosseguir com uma análise inter-ilhas. Por fim, expor-se-á a dissertação propriamente dita, dividida em duas partes, referentes ao espaço interno e às frontarias das igrejas açorianas em estudo, terminando com as conclusões.

1. As igrejas de três naves e cobertura de madeira em Portugal – século XVI

1.1. O tardo-gótico português

> (…) *o tardo-gótico português assume um desenvolvimento de construções espectacular; se a estas falta um modelo comum, a partir do qual seja possível organizar um padrão mais ou menos repetitivo; se, sobretudo a nível da decoração, esta assume características peculiares em Portugal, tudo se passa no quadro mais vasto da evolução do tardo-gótico europeu. As correntes que Virgílio Correia sistematizara* (…) *apenas confirmam, em nosso entender, o que caracteriza o gótico na sua fase final: a* nacionalização *e a* regionalização *de um formulário que não obedece mais a um cânone comum*[1].

O tardo-gótico teve a sua fase final, em Portugal, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), período que ficou conhecido pela designação *Manuelino*. Este foi um tempo de grande intercâmbio comercial que originou a chegada, a Portugal, de influências artísticas italianas, espanholas, flamengas e alemãs. Se de Itália veio o Classicismo, de Espanha chegou a sua interpretação sobre o mesmo, bem como as estruturas tardo-góticas. As influências germânicas foram, em geral, tardo-góticas, ainda que a pintura e a escultura já incorporassem algumas ideias transalpinas da Renascença. Os mestres-de-obras estrangeiros que para cá vieram trabalhar também trouxeram influências vindas de Inglaterra, da Flandres, mas sobretudo das Espanhas.

> *A arquitectura de D. Manuel* (…) *resulta da acumulação de opções: umas vêm na continuidade da arquitectura quatrocentista e do gótico internacional despojado; outras representam a continuidade da arquitectura «ao modo de Inglaterra»; outras ainda são a incorporação total ou pontual de motivos mudéjares e mouriscos; outras resultam da introdução de tipologias mediterrânicas e de tipologias norte-europeias, combinadas e conjugadas; ainda, por fim, outras resultam da absorção de formulários decorativos proto-renascentistas como o «plateresco» espanhol; a tudo isto acrescente-se o peso brutal da iconografia heráldica manuelina*[2].

As igrejas tardo-góticas portuguesas de três naves, com cobertura de madeira, tenderam a não possuir um transepto, resultado de um processo evolutivo efectuado, essencialmente, no decorrer do período Gótico, não voltando a exibi-lo até ao abandono do tipo. Contudo, mantiveram um clerestório que obriga a existência de três coberturas independentes, com tectos de madeira no seu interior. As coberturas das naves rebaixaram-se, dentro de uma tendência verificada, à época, na Europa. Apresentam vários tipos de arcos, sejam triunfais sejam das arcarias: apontados ou de volta inteira,

[1] José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal – a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 17.
[2] Paulo Pereira, "Do «Modo» Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI)", in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 55.

assentes em pilares polilobados ou prismáticos. À medida que diminuiu a altura das naves, os arcos de volta inteira começaram a ser mais utilizados. As capelas da cabeceira dos templos tendem a ser abobadadas, com testeira recta ou prismática. O espaço interno dessas igrejas demonstra uma busca por outra espacialidade que já não se identifica com a verticalidade gótica. No exterior, a fachada mantém a forma de empena, na qual se destacam o portal e a rosácea. O portal é o protagonista, pela complexidade de formas e ornatos que o compõem, várias vezes inserido em gabletes com ou sem ressalto. É usualmente encimado pela rosácea, de trato mais simples. Em muitos casos, a torre começa a ganhar protagonismo, ladeando as fachadas, compostas por campanários e coruchéus. Há, neste período, uma exacerbação da decoração, do ornato, que foi um veículo de entrada do Renascimento em pleno fulgor tardo-gótico.

> *O reinado de D. Manuel constitui o momento exemplar de manifesta reconversão dos valores plásticos em voga. Pactuando ainda com a tradicional planimetria de três naves, a arquitectura religiosa ensaiava o rebaixamento das coberturas com a consequente utilização dos arcos de volta inteira ou abatidos e com a necessária proliferação das nervuras. Assim se dinamizava também o espaço e se obtinham os ingredientes que remontando às míticas origens da nacionalidade* (…)*, preparavam o espaço concebido à medida do Homem* (…). *Os motivos decorativos que revestem os elementos estruturadores da arquitectura do período manuelino aceitam a rebeldia dos temas vegetalistas de extracção medieval, mas apresentam já também as propostas que conduzirão a outras concepções do próprio espaço usufruído.*[3].

O elemento clássico formal e estrutural que primeiro entrou na tipologia de igrejas com três naves foi o arco de volta inteira, tratado, a princípio, com uma linguagem que ainda não era clássica. Era um arco entre tantos utilizados na época, embora tenha sido rapidamente adoptado nas arcarias, começando por substituir o arco quebrado para, depois, roubar-lhe o lugar. Posteriormente, deu-se a substituição dos pilares das arcarias por colunas, enquanto o clerestório se rebaixou até desaparecer.

> *Poderemos, pois, afirmar que a arquitectura do tardo-gótico apresenta, por um lado, uma tendência para a simplicidade e a unidade na definição dos espaços; por outro, complica e multiplica as molduras e acumula uma decoração profusa em certas partes. Correntes de certo modo opostas, des-unidade, por vezes profunda, que constitui, paradoxalmente, a própria* unidade *do tardo-gótico* (…)[4].

Para melhor compreender a evolução do tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira, do Gótico final para o Renascimento, vejam-se alguns exemplares erguidos em Portugal entre os finais do século XV e o primeiro quartel do século XVI.

---

[3] Maria de Lurdes Craveiro, *A Arquitectura «ao romano»*, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao século XX,* vol. 9, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, p. 11-12.
[4] José Custódio Vieira da Silva, *Op. cit.*, p. 15.

– *Igreja de São João Baptista,* Tomar



Fig. 1.1 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): frontaria.

Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista,* IPA.00006538, FOTO.00517592 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>



Fig. 1.2 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): espaço interno.

Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista,* IPA.00006538, FOTO.00517593 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

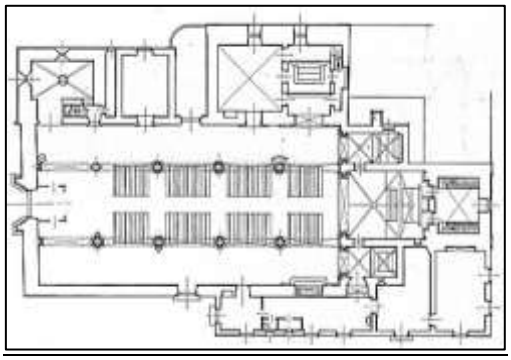


Fig. 1.3 – Igreja de São João Baptista, Tomar (1510): planta.

Fonte*:* SIPA – *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar/ Igreja de São João Baptista,* IPA.00006538, DES.00022610 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

> *Independentemente das provas documentais que dão o edifício* [a igreja de São João Baptista] *em obras ainda em 1510 (e com conclusão em 1511, altura em que a torre é rematada), é certo que se inscreve num período ainda precoce da época manuelina, denunciando a coexistência de diversas empreitadas, de algum modo contraditórias entre si do ponto de vista das opções estéticas*[5]*.*

A igreja de São João Baptista, Matriz de Tomar, exibe uma fachada em forma de empena com portal e rosácea. O portal é bastante elaborado, característico de um tempo em que foram aplicadas, aos vãos, várias formas de arcos. Neste caso, possui um arco polilobado bastante rebaixado e arcos conopiais que, só ao chegar ao vértice central, diferem dos arcos apontados, estando todos assentes em colunelos que ladeiam a entrada. A cimalha central da fachada possui ameias com pináculos ao centro

[5] Paulo Pereira, "As grandes edificações (1450-1530)", in Paulo Pereira, (dir.): *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 42.

e nos extremos. Ao lado da frontaria situa-se a torre sineira, que, acima da meia altura, passa de um corpo prismático de secção rectangular para octogonal, correspondente ao campanário, com uma ventana por cada uma das oito faces. A torre é coroada por um coruchéu piramidal oitavado, dividido em três partes na sua altura. A presença de clerestório obriga à existência de coberturas autónomas sobre as três naves.

O espaço interno é tardo-gótico, com três naves e cinco tramos. Duas arcarias separam as naves, com arcos apontados assentes em pilares compostos por duas meias colunas e dois colunelos. Todos estes elementos ultrapassam os capitéis – as meias colunas prolongam-se nos intradorsos dos arcos e os colunelos nos extradorsos. As naves são cobertas por três tectos de madeira, de três esteiras. A capela-mor abre-se através de um grande arco quebrado. Comunica lateralmente com as capelas colaterais e é coberta por uma abóbada de nervuras.

Se o interior da igreja de Tomar parece algo arcaico, tal foi possível dentro da estética tardo-gótica. O clerestório ainda é bastante alto e as suas aberturas rasgam-se bem acima das arcarias das naves. O exterior da igreja mostra-a como um exemplar da arquitectura desejada no reinado de D. Manuel I, onde a tónica dominante consiste em complexificar o desenho dos vãos, impregnando-os de formas e ornamentos, numa decoração geralmente densa. A torre é um excelente testemunho desta época, quando o uso de coruchéus, piramidais ou cónicos, teve grande propagação em Portugal.

– *Igreja de Santa Maria,* Azurara



Fig. 1.4 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): frontaria.
Foto*:* Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.5 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

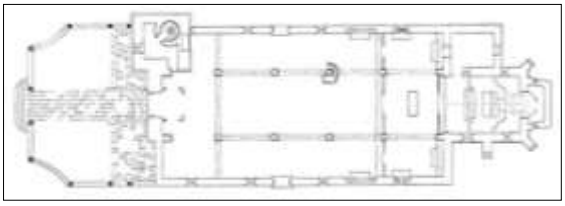


Fig. 1.6 – Igreja de Santa Maria, Azurara (1502-1522): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja de Azurara/igreja de Santa Maria,* IPA.00005240, DES.00161226 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5240>

Hoje completamente integrada no espaço urbano da moderna cidade de Vila do Conde, na margem esquerda da foz do Ave, fica a igreja matriz de Azurara, da invocação de Santa Maria (…)*. Uma inscrição com o nome de Gonçalo Lopes e a data de 1522 no fecho da capela-mor dá-nos o nome do construtor, o fundador de uma verdadeira dinastia de pedreiros e mestres de obras, e o ano do fim da empreitada fundamental*[6]*.*

As obras da igreja de Santa Maria, Matriz de Azurara, situada no actual concelho de Vila do Conde, acompanharam boa parte do reinado de D. Manuel I, tendo sido erguida de raiz. Esta igreja é contemporânea da vizinha matriz de Vila do Conde, o que é constatável na familiaridade estrutural e estética das duas igrejas.

O exterior da igreja de Santa Maria de Azurara apresenta uma fachada em forma de empena, com um portal formado por arcos ligeiramente apontados e uma rosácea. O seu pano central divide-se por um friso, entre o portal e a rosácea. No entanto, a grande torre que ladeia a entrada encontra-se encastrada na nave lateral da igreja, com os quatro níveis demarcados por cornijas. O último nível corresponde ao campanário, com duas ventanas por face e rematado por uma cornija, com quatro pináculos nos vértices. A existência de clerestório obriga a que as naves tenham coberturas independentes, só que este clerestório já se encontra bastante rebaixado quando comparado com a igreja de São João Baptista de Tomar, pois as suas aberturas rasgam-se na pouca superfície parietal existente entre as arcarias e o tecto da nave central. Houve uma intenção de unificar os espaços das três naves, o que resultou numa espacialidade interna menos tardo-gótica e mais proto-renascentista.

A Matriz de Azurara tem o seu espaço interno dividido em cinco tramos. O arco triunfal é de volta inteira, enquanto a capela-mor é abobadada com nervuras cruzadas. Os arcos de volta inteira das arcarias estão assentes em pilares de secção octogonal, distintivo da época manuelina, anelados a meio do fuste, com capitéis compostos por cordas e motivos naturalistas. Todos os elementos destas arcarias exibem um trato que não se encontra muito longe do renascentista, pois pouco existe que nos possa remeter para o gótico. As naves são cobertas por tectos de madeira, sendo de três esteiras na nave central e de apenas uma nas naves laterais. Esta igreja apresenta uma espacialidade ampla, com as arcarias a elevarem-se a uma grande altura, equilibrada pela largura do corpo das naves. O espaço interno exibe proporções que já não são góticas, faltando pouco (as ordens clássicas) para que este edifício pudesse pertencer ao grupo de igrejas renascentistas portuguesas. Porém, não deixa de se aproximar da espacialidade renascentista.

---

[6] Pedro Dias, *A Arquitectura Manuelina*, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao século XX*, vol. 5, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, p. 64.

– *Igreja de Santa Maria da Alcáçova,* Montemor-o-Velho



Fig. 1.7 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): frontaria
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.8 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

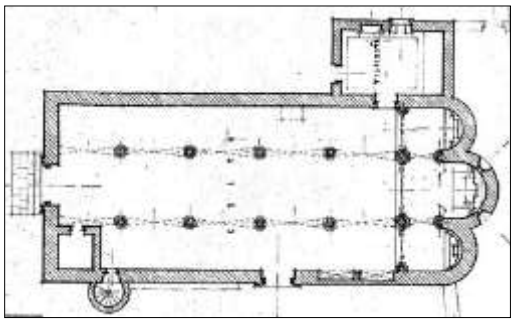


Fig. 1.9 – Igreja de Santa Maria da Alcáçova, Montemor-o-Velho (sécs. XI-XVI): planta.
Fonte*:* SIPA – *Castelo de Montemor-o-Velho / Castelo e cerca urbana de Montemor-o-Velho*, IPA.00002593, DES.00049273 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2593>

> *A igreja de Santa Maria da Alcáçova, cuja origem remonta ao século XI, foi fundada por D. Sesnando. No início do século XVI, o bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, que tinha o seu padroado, mandou reconstruí-la, ficando só a estrutura da cabeceira, obra a cargo do mestre Francisco Pires, um dos auxiliares de Boytac em Santa Cruz de Coimbra, cujas iniciais FP foram gravadas no portal sul*[7]*.*

A igreja de Santa Maria da Alcáçova, em Montemor-o-Velho, localiza-se no interior muralhado do castelo. Possui uma fachada simples, com um portal gótico de arcos quebrados encimado por uma rosácea. A torre integrada no corpo da igreja parece ser posterior, pela forma como quebra a fachada e pelo notório reforço das paredes nesta parte do edifício. No respectivo nível térreo encontra-se a capela baptismal. O corpo semicilíndrico adossado à igreja, logo após a torre, corresponde a uma escada espiralada de acesso ao campanário. Para além das grandes ventanas, o campanário é coroado por um coruchéu piramidal de secção quadrangular, enquadrado por quatro pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais. Esta igreja tem uma cobertura única, feita por duas águas, e já não possuiu clerestório.

O espaço interno da igreja de Santa Maria tem cinco tramos. As arcarias das naves são constituídas por arcos apontados assentes em colunas helicoidais, à excepção do primeiro par de colunas, junto à entrada, que é formado por pilares

[7] Idem, *Ibidem*, pp. 82-83.

prismáticos de secção octogonal. Os capitéis não são naturalistas e a decoração está quase ausente. O tecto da nave central é de madeira, de três esteiras, enquanto que nas naves laterais é de apenas uma. A cabeceira é formada por três capelas absidais, correspondendo aos volumes semicilíndricos visíveis no tardoz. Os arcos triunfal e das capelas colaterais são de volta perfeita, com o intradorso helicoidal, assim como os arcos de passagem da capela-mor para as colaterais – o efeito com que estes arcos foram tratados aproxima-se mais da representação de cordas entrelaçadas que da espiral das colunas das arcarias.

Por último, o pormenor que justifica a inscrição desta igreja no grupo a analisar – a ausência de clerestório. Apesar de os arcos da cabeceira serem de volta inteira e cordeados, os restantes elementos desta igreja nada têm de renascentistas. Todavia, a baixa cobertura única sobre as três naves conseguiu uma espacialidade bastante unitária do espaço interno. Pelo que pode ser observado, a ausência de clerestório não resulta de uma campanha de obras posterior. Sem vestígios de janelas que iluminassem directamente a nave central, a igreja de Santa Maria da Alcáçova parece ter sido, propositadamente, construída assim.

A partir da análise destas três igrejas do período Manuelino percebe-se que foi um tempo em que a multiplicidade de opções e soluções construtivas nunca tinha sido tão profusa. A utilização, nas arcarias, de arcos apontados ou de arcos de volta inteira foi comum no primeiro quartel do século XVI, com um progressivo abandono dos primeiros em prol dos segundos. A estrutura de suporte passou por uma variedade de formas, desde pilares compósitos, polilobados ou de secção octogonal, passando pelas colunas espiraladas, helicoidais, tronco-cilíndricas, até adoptar as normas das ordens clássicas. Neste processo, os capitéis foram os elementos das arcarias que mais tempo precisaram para exibir uma correcta absorção daquelas normas.

O clerestório mostrava-se cada vez mais baixo, quase a desaparecer ou já omisso, o que sucedeu mais consistentemente a partir da década de 1520. A morte de D. Manuel I, em 1521, não impediu que se continuasse a construir dentro de valores tardo-góticos durante a restante década, quer se tratasse de obras já iniciadas quer por iniciar. As primeiras igrejas de feição renascentista surgiram no final daquela década, algumas ainda com clerestório. Conclui-se, assim, que as décadas de 1520-1530 foram um período de alteração estrutural das igrejas, sobretudo nas naves e respectivas coberturas, com o gradual desaparecimento do clerestório, ainda que a presença deste seja constatável em algumas igrejas já renascentistas, erguidas até aos meados do século XVI.

1.2. O alvorecer do Renascimento em Portugal

> *O Renascimento em Portugal não só não apareceu subitamente e de um jacto mas também não brotou de uma única fonte, o que reforça a importância e a operacionalidade de um estudo sectorizado por regiões que, avançando pelo reinado de D. João III, consiga determinar não só a pluralidade das fontes como o seu polimorfismo inicial e as suas diversificadas concretizações*[8].

Do movimento renascentista salientaram-se ideias que foram experimentadas em todos os campos da cultura. Talvez o pensamento humanista e a política de centralização do poder no Príncipe tenham sido as primeiras ideias modernas a chegar a Portugal, vindas de Itália. O reinado de D. João II (1481-1495) é um claro testemunho de um monarca do seu tempo. Educado por humanistas, foi um homem que cresceu com as novas ideias que marcaram o *Quattrocento* italiano, um príncipe plenamente moderno, rei de um país medieval.

> *Quer isto dizer que foi no tempo de D. João II que se deu o impulso que provoca a passagem de uma cultura mais "orgânica", conduzida conforme as oportunidades – medieval, se assim se pode dizer –, para uma cultura mais "moderna", de planeamento, a que não era estranha, nos outros domínios do conhecimento que não apenas na arquitectura, o desenvolvimento da geometrização do espaço, da cartografia, da astronomia, das matemáticas e da geografia, numa gradual racionalização das políticas do trato e na construção de um* corpus *científico que contamina todas as artes e todas as actividades sectoriais de que a expansão necessitava*[9].

As primeiras formas renascentistas surgiram em Portugal, timidamente, durante o reinado de D. João II, embora o processo de introdução e absorção de toda uma nova linguagem estética tenha levado o seu tempo, com a arquitectura a ser a última das artes a converter-se, a partir do final da década de 1520. Se, praticamente, não chegaram referências arquitectónicas do reinado de D. João II, o gosto *manuelino* que se lhe seguiu está presente de norte a sul do Continente e nas Ilhas. A arquitectura foi o meio mais visível daqueles tempos de fartura, uma época de experimentação, de desejo por uma nova espacialidade mais adequada à escala humana. Este tempo também ficou marcado pelo mudejarismo na arquitectura, uma de várias influências estrangeiras presentes na arquitectura da época manuelina. No entanto, tal não impediu que o Renascimento fosse entrando por entre a ornamentação vegetalista e naturalista tardo-gótica.

---

[8] José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 24.

[9] Paulo Pereira, *A Arquitectura Gótica*, in Dalila Rodrigues (coord.): *Arte Portuguesa – da Pré-História ao século XX,* vol. 3., Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, p. 132.

> *Desta forma e antes que a arquitectura se decida pela consagração do espaço humanizado, é pela via da decoração que se apresentam os indícios mais explícitos e reveladores da mudança estética e cultural em curso, num período que tem, forçosamente, de ser entendido como de primeiro Renascimento em Portugal. Os objectivos de modernidade organizam um conjunto diversificado de informações extraídas a partir das heranças deixadas em Portugal pela presença de humanistas como Cataldo Sículo* (…), *no país a partir de 1485, ou de artistas como Andrea Sansovino, das interpretações italianizantes dos artistas nórdicos em demanda acelerada do reino de D. Manuel; das frequentes ligações à designada Espanha plateresca; em suma, de ambiência cada vez mais imperativa e estimulante pela riqueza de novas e sugestivas propostas*[10].

A estadia, em Portugal, de Andrea Sansovino durante nove anos – os últimos do reinado de D. João II e os primeiros do de D. Manuel I – sem que cá tenha deixado obra «que se visse» poderá ter tido mais relevância do que supostamente parece. Na pintura, ainda antes de Sansovino voltar para Itália, surgiram os primeiros fundos perspectivados, depois, as representações arquitectónicas de edifícios plenamente renascentistas. Na escultura veja-se os altos-relevos em púlpitos pétreos e as microarquitecturas dos retábulos de pedra de Ançã. Na arquitectura, as formas e os elementos decorativos renascentistas foram sendo introduzidos no vocabulário tardo-gótico. Contudo, a adopção do arco de volta inteira apoiado em colunas como estrutura interna da igreja, bem como o seu uso em portais e janelas, não invalida que os edifícios deste período continuassem a ser estrutural e morfologicamente góticos.

O Renascimento começou a afirmar-se a partir da década de 1530, em pleno reinado de D. João III, quando as soluções tardo-góticas decaíram e se esgotaram. Nessa altura, já o ideário renascentista se tinha imiscuído e apoderado das outras Artes: era chegado o tempo de materializar a arquitectura que já havia sido representada. Neste processo, salienta-se a figura de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, que, na década de 1520, patrocinou uma série de obras na Sé de Viseu, para as quais mandou vir, de Itália, o arquitecto Francesco de Cremona. A obra resultante é directamente filiada na arquitectura renascentista italiana, com alguns pormenores mal resolvidos, mas foi uma das primeiras obras inteiramente renascentistas edificadas em Portugal.

> *É, sem dúvida, na sequência do exemplo de D. Miguel da Silva que se dá um fenómeno sem par na restante Europa* [exceptuando a Itália]*: a definição precoce de uma tipologia «ao romano» na arquitectura religiosa. É assim que surge durante os anos 30 uma família de* igrejas de tipo português do Primeiro Renascimento*, com a sua característica planta de três naves e cinco tramos, cobertura de madeira no corpo e capela-mor com abóbada de nervuras e um leque reduzido de possibilidades espaciais e variantes decorativas (colunas, molduras, pias, púlpitos, retábulos), como se a uniformidade fosse virtude* (…)[11].

[10] Maria de Lurdes Craveiro, *Op. cit.*, p. 12.

[11] Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", in Paulo Pereira (dir.): *História da Arte Portuguesa*, volume II. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 341.

1.3. A classicização das igrejas de três naves

> *Descendem em linha recta das típicas igrejas nacionais do gótico mendicante, de originalidade tão bem sublinhada por Mário Chicó, através de formas intermédias como as matrizes de Vila do Conde, Caminha ou Azurara; mas esse reatar com a tradição medieval significa apenas uma procura de raízes onde enxertar o novo modelo espacial pretendido, cujo carácter plenamente renascentista não põe dúvidas. Pela sinceridade dos volumes, contenção ornamental (em via de regra restringida ao «espelho», ou corpo central da fachada em cantaria, às modelações, e vãos), e procurada* symetria *ou regularidade dada pelo rigor das medidas, trata-se de organismos genuinamente clássicos, «ao romano» – como se fossem a tradução para o latim dum modelo em vernáculo… –, exprimindo uma visão de ordem racional do espaço. O mais notável é que correspondem a um árduo esforço intelectual: a busca duma arquitectura para a qual não se possuíam quaisquer antecedentes ou modelos, mas que se desejava à altura dos princípios humanísticos em vigor* (…)[12].

As décadas de 1530-1540 foram um tempo de experimentação, adaptação e ajustamento ao novo estilo arquitectónico *ao romano* que chegava de fora do país, principalmente de Itália, Espanha e Flandres, reforçado pela circulação de desenhos sobre arquitectura renascentista. É seguro que tenha havido, em Portugal, ecos do tratado de Diego de Sagredo, *Medidas del Romano* (1526), que muito influenciou o Renascimento espanhol da primeira metade do século XVI. Foi reeditado várias vezes, sendo que, em 1542, o foi em Lisboa. Pelos meados de Quinhentos começou a tornar-se evidente a leitura de Sebastiano Serlio, designadamente *I sette libri dell'architettura* (1537), que muita importância teve na consolidação da linguagem clássica em Portugal.

Nas décadas de 1530-1560, a fórmula mais bem sucedida na construção de igrejas paroquiais consistiu na actualização, com o novo vocabulário renascentista, do tipo de igrejas de três naves com ou sem cobertura de madeira. “Oriunda do gótico mendicante nacional, também aparece já formada no período manuelino com espaço unificado, e assim quando se começava a construir à moda renascentista já uma nova espacialidade se estava a insinuar. Então quase só bastava a substituição de colunas e capitéis”[13]. Relativamente aos templos tardo-góticos, as igrejas de três naves erguidas a partir dos finais da década de 1520 mostram algumas diferenças, como o gradual desaparecimento do clerestório. Na continuidade do que já se verificava no tardo-gótico, as arcarias das naves são de volta inteira, com colunas e capitéis a caminho das ordens clássicas.

O tipo de igrejas com três naves e cobertura de madeira mostrou ser resistente ao longo dos séculos, para além da sua comprovada adaptabilidade às várias estéticas surgidas no seu percurso histórico, verificando-se, uma vez mais, na evolução para o Renascimento. A partir da década de 1530, aquele tipo de igrejas converteu-se ao novo

[12] Idem, *ibidem.*, p. 341.
[13] José Eduardo Horta Correia, *Op. cit.*, p. 50.

gosto, recorrendo à linguagem clássica. Esta transição de estilo foi progressiva, cuja evolução pode ser analisada desde as primeiras igrejas a utilizar o léxico renascentista, na década de 1530, até às últimas igrejas construídas nas décadas de 1580-1590, plenamente clássicas no desenho e no espaço. A segunda metade do século XVI caracteriza-se por um segundo momento do Renascimento em Portugal, que se distancia das normas sem abandonar o vocabulário clássico, o início de um longo período construtivo ao qual é dado o nome de Arquitectura Portuguesa Chã.

Na adaptação ao Classicismo, o tipo de igrejas de três naves foi-se alterando formal e estruturalmente. Isso é patente na redução do clerestório até ao seu desaparecimento, o que permitiu uma cobertura única em duas águas para o corpo das naves em vez das três coberturas anteriormente existentes. Trata-se de uma nova espacialidade, mais unificada, em que as naves laterais se alteiam e a nave central se rebaixa, ainda que mantenha a sua superioridade sobre as primeiras. Também é perceptível na permuta dos pilares compósitos das arcarias por colunas, com os capitéis entre o naturalismo e as ordens clássicas, bem como no desaparecimento do arco quebrado em prol do de volta inteira, seja nas arcarias das naves seja nos arcos triunfais. Surgiram, ainda, as primeiras abóbadas de canhão, primeiro, nas capelas colaterais ou laterais. As capelas mores continuaram a ter abóbadas de nervuras até meados do século XVI, tempo em que se renderam às abóbadas de berço. Os motivos decorativos renascentistas introduzidos no vocabulário tardo-gótico, aplicados a vãos, pilares ou superfícies parietais, tornaram-se hegemónicos até os meados do século XVI, quando a decoração empregue na arquitectura começou a decair, tornando-se pouco mais que pontual durante o período da Arquitectura Portuguesa Chã.

As igrejas continuavam a apresentar fachadas em forma de empena, com a projecção da diferenciação das naves que, no gótico, se exprimia como corpos realçados ou com contrafortes ressaltados do frontispício. Era no corpo central que se situavam os portais encimados por rosáceas/janelas, por vezes ladeados por janelas pequenas abertas no enfiamento das naves laterais. Com o decorrer do tempo, o destaque do corpo central desapareceu e os contrafortes apostos à parede evoluíram para pilastras que tripartiam e desenhavam a fachada. As torres sineiras começaram a erguer-se para além da frontaria: nas paredes laterais ou no tardoz.

A conversão à nova linguagem clássica deu-se sem pôr em causa a estrutura dos edifícios – uma vez mais, o tipo adaptou-se a uma nova linguagem. Externa e internamente, as primeiras igrejas renascentistas portuguesas construídas nas décadas de 1530-1540, com três naves e cobertura de madeira, caracterizam-se por ainda manterem soluções ou elementos arquitectónicos tardo-góticos junto com os elementos clássicos. São obras experimentais de uma época de transição de gosto, rumando ao

Classicismo. Tal pode ser constatado nas igrejas edificadas de raiz, nas que se reconstruíram e nas que foram ampliadas ou reformadas naquele período. A conjunção de elementos de duas ou mais origens estéticas aconteceu naturalmente, sem que para isso houvesse, no seu tempo, consciência de algum conflito estético-ideológico – eram distintos, mas podiam ser aplicados juntos ou intencionalmente separados.

> *Construir «ao romano» nas primeiras décadas do século XVI significa exercer a prática de uma arquitectura que mantém espaços anteriormente testados que recebem agora um outro sentido decorativo. A nova dimensão ornamental que preenche as estruturas arquitectónicas, laicas ou religiosas, não se cinge à mera agitação das superfícies onde se implanta, tem directas implicações sobre o usufruto do espaço na riqueza interpretativa de uma totalidade. Quando, num acto contratual, se estabelece a obrigação de fazer «obra romana», está-se em presença de uma cultura arquitectónica que forja alternativas face à «obra moderna», ou seja, a tentativa de abrir caminho à imposição de comportamentos de clássica definição, ultrapassando a «maneira gótica» que rege ainda a arquitectura portuguesa na transição do século*[14].

1.4. As igrejas portuguesas de três naves na primeira metade do século XVI

Existem igrejas de três naves com cobertura de madeira por todo o território português. Contudo, são em menor número nas regiões onde existe uma maior tradição de construção de abóbadas, como no Alentejo. Em Portugal continental existem três grandes regiões onde as igrejas de três naves prevaleceram até aos finais do século XVI: a Antiga Estremadura, a Beira Transmontana e o Algarve. Sobre estes três territórios incidirá a análise às igrejas de três naves com cobertura de madeira, através de um período temporal que coincide, *grosso modo*, com o segundo quartel do século XVI. Corresponde ao primeiro Renascimento em Portugal, quando as soluções tardo-góticas foram sendo deixadas para trás, até à sua definitiva superação. A associação em três conjuntos de igrejas reflecte as diferentes apreensões regionais do Renascimento.

> *No panorama diferenciado da arquitectura que preenche o País, justifica-se o olhar mais atento sobre as regiões que se constituem em "unidades" mais coesas na interpretação da cultura estética do Renascimento, seja porque mais afastadas dos centros mais dinâmicos de produção, seja porque nelas se organiza um corpo laboral vinculado à força de conceitos e procedimentos específicos e menos permeáveis à introdução de regras "formatadas" noutros círculos, seja ainda porque as estratégias que envolvem o relacionamento entre o trabalho, a encomenda e as pressões culturais presentes ditam uma peculiar expressão plástica que, sem prejudicar o multifacetado processo da cultura arquitectónica do Renascimento em Portugal, antes lhe conferem uma outra dimensão de riqueza e frescura interpretativas.*[15].

[14] Maria de Lurdes Craveiro, *Op. cit.*, p. 9.
[15] Idem, *Ibidem*, p. 113.

1.4.1. Antiga Estremadura

A Antiga Estremadura correspondia a uma região bem mais vasta do que a actual província da Estremadura, que abrange, sensivelmente, os distritos de Lisboa e Setúbal. Para além destes, a Antiga Estremadura prolongava-se para norte e para o centro do país, nos territórios que hoje constituem os distritos de Leiria, Santarém e parte do de Coimbra. Não só era uma das maiores regiões portuguesas do Antigo Regime, mas também era das mais povoadas e, talvez por isso, aquela que mais exemplares de igrejas de três naves com cobertura de madeira possuía. Os principais centros construtivos, em Portugal, na primeira metade do século XVI eram Lisboa e Tomar, ambas urbes localizadas na Antiga Estremadura. É, pois, no território de influência daqueles centros, focos irradiantes do novo gosto renascentista, que as igrejas de três naves se *romanizaram*, na sequência, por vezes, da acção directa de mestres pedreiros que trabalhavam nos grandes estaleiros de obras da época: o mosteiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa, e o Convento de Cristo, em Tomar.

– *Igreja de Nossa Senhora da Piedade*, São Quintino



Fig. 1.10 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.11 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

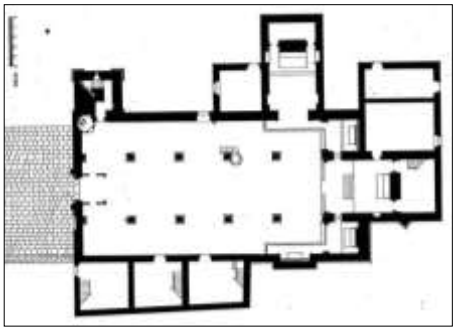


Fig. 1.12 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, São Quintino (1520-1530): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Quintino/Igreja de Nossa Senhora da Piedade*, IPA.00002439, DES.00010667 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2439>

A igreja de São Quintino, em Sobral de Monte Agraço, já existia no reinado de D. Afonso III, no século XIII. A actual igreja é o resultado de uma campanha de obras de reedificação integral, realizada na primeira metade do século XVI, a qual terá sido ordenada por D. Manuel I, em 1520. "A igreja de S. Quintino de Sobral de Monte Agraço

possui um portal de um tipo que se pode considerar de transição do gótico final para a renascença, permitindo datar outros por comparação, já que ostenta a data de 1530"[16].

O frontispício exibe um portal manuelino e uma rosácea, ladeado pelo único vestígio da anterior fachada – um arco apontado gótico em cantaria. Há manifestamente obras anteriores e posteriores à obra que ora se analisa. Todavia, o portal tardo-gótico é coevo do corpo das naves. A torre é posterior, com um coruchéu barroco de perfil contracurvado. A cobertura de madeira é em duas águas, pois já não há clerestório.

O interior da igreja é dividido em cinco tramos. As arcarias que separam as naves possuem arcos de volta inteira, assentes em colunas aneladas a meia altura do fuste. Os capitéis buscam as ordens clássicas, com enrolamentos nos extremos que se aproximam da ordem jónica moderna[17]. Os arcos triunfal e das capelas colaterais são quebrados, enquanto as três capelas são cobertas por abóbadas de nervuras, estrelada na capela-mor, remanescências góticas que prosseguiram pelo século XVI. O corpo das naves, que não possui capelas laterais, é coberto por tectos de madeira de três esteiras. As superfícies parietais encontram-se revestidas por painéis de azulejos seiscentistas.

– *Igreja de Santa Maria de Marvila,* Santarém



Fig. 1.13 – Igreja de Santa Maria de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.14 – Igreja de Santa Maria de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

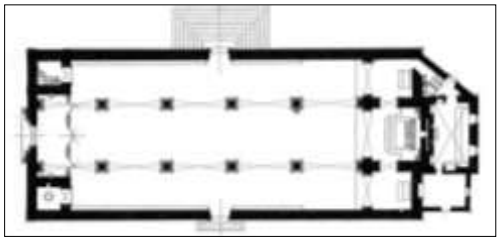


Fig. 1.15 – Igreja de Marvila, Santarém (sécs. XII/XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Marvila/Igreja de Santa Maria/Igreja de Santa Maria de Marvila*, IPA.00006532, DES.00023108 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6532>

[16] Pedro Dias, *Op. cit.*, p. 93.

[17] A ordem jónica moderna teve origem no Renascimento italiano. Os capitéis apresentam um só desenho que se repete nas quatro faces. Deve ser diferenciada da ordem jónica clássica, nome que define a construção jónica do período greco-romano, cujo desenho dos capitéis exibe, alternadamente, duas faces distintas. Por o desenho dos capitéis ser bastante diferente nas duas ordens, denominá-las como ordem jónica torna-se insuficiente no contexto arquitectónico português, onde ambas foram utilizadas a partir do século XVI, com o predomínio da ordem jónica moderna.

"A igreja de Marvila foi uma das primeiras a ser construída na cidade [Santarém], logo após a reconquista em 1147. Não sabemos como era primitivamente, pois as suas estruturas foram completamente reconstruídas no tempo de D. Manuel I. Dessa grande empreitada também só restam a cabeceira e o (…) portal"[18]. A primeira igreja de Santa Maria de Marvila, que poderá ter sido fundada sobre uma antiga mesquita, foi erguida nos meados do século XIII. No primeiro quartel do século XVI foi reformada e ampliada nas obras patrocinadas pelo vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida. A campanha-de-obras joaninas que se seguiu, poucos anos após a igreja estar concluída, foi consequência do terramoto de 1531. Desta campanha adveio a reforma do corpo das naves e das portas laterais com frontões triangulares. A torre foi demolida em 1876. Era rematada por um coruchéu piramidal, talvez original da campanha manuelina,

A igreja de Marvila que hoje se observa resulta principalmente da campanha de obras executada no reinado de D. Manuel I, terminadas por volta de 1530, ainda antes do terramoto de 1531. A igreja foi afectada por esse sismo, mormente na estrutura interna, embora não tanto quanto a igreja do Santo Milagre da mesma cidade. Foi neste contexto que a igreja de Marvila foi alvo de novas obras, no espaço interno e nas duas portas laterais, provavelmente já na década de 1540.

A igreja de Marvila apresenta uma fachada em forma de empena, com portal tardo-gótico encimado por rosácea. No lado da fachada oposto ao da torre abre-se, quase no cunhal, uma pequena janela de remate apontado. A torre actual, integrada na igreja em alçado e em planta, é posterior a 1876, com duas aberturas aprumadas, quase frestas. A cobertura da igreja é de madeira, sem clerestório e com duas águas.

O espaço interno do corpo das naves já é obra joanina, posterior a 1531. Com cinco tramos, exibe um alto pé-direito com arcarias de volta inteira assentes em colunas clássicas, com *entasis*, aneladas na base de uns capitéis que se aproximam da ordem jónica moderna. As naves são cobertas por três tectos de madeira, de três esteiras. O arco triunfal é policêntrico, enquanto os arcos das capelas colaterais são apontados. As três capelas têm abóbadas tardo-góticas de nervuras cruzadas. As paredes foram azulejadas no século XVII, enquanto a cabeceira está datada de «1617».

As igrejas de São Quintino e de Marvila foram construídas na transição do gosto tardo-gótico para o renascentista, comprovado pelas suas fachadas. Se a primeira é fruto de uma campanha de obras que substituiu a igreja anterior, a segunda teve duas empreitadas principais. No interior, as capelas-mores e as colaterais ainda são tardo-góticas, podendo ser anteriores à fábrica do corpo da igreja. Em São Quintino, só a ausência de clerestório e a presença de arcos de volta inteira assentes em colunas é

[18] Pedro Dias, *Op. cit.*, p. 104.

que a aproxima da Renascença. Na igreja de Marvila, as proporções ainda são tardo-góticas, com uma verticalidade de cariz medievo. Todavia, a campanha de obras que refez o interior da igreja, no reinado de D. João III, já é completamente renascentista.

– *Igreja de São João Baptista,* Figueiró dos Vinhos



Fig. 1.16 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.17 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

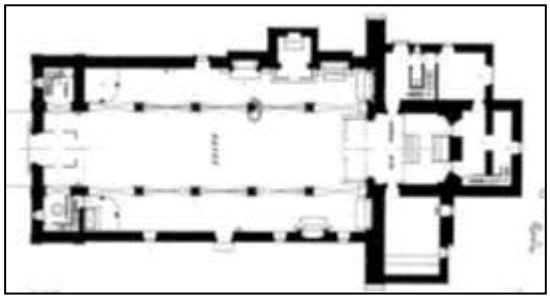


Fig. 1.18 – Matriz de Figueiró dos Vinhos (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos/Igreja de São João Baptista*, IPA.00001782, DES.00008584 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1782>

A igreja de São João Baptista, Matriz de Figueiró dos Vinhos, foi fundada no século XV pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, embora não haja vestígios do primeiro edifício. A actual igreja resulta, essencialmente, de três intervenções realizadas durante o século XVI: uma reconstrução total efectuada no primeiro quartel do século XVI sobre o edifício quatrocentista; uma reforma renascentista do seu espaço interno, na década de 1540; uma campanha de obras da segunda metade do século XVI, perceptível no desenho da fachada e no portal.

A igreja tardo-gótica tinha uma fachada em forma de empena, com portal, rosácea e cimalha recortada. O pano central contém um portal da segunda metade de Quinhentos, de lintel recto, ladeado por pilastras jónicas, sobre as quais corre um entablamento. Acima situa-se um nicho flanqueado de ornatos, sobrepujado por uma rosácea que parece ser da campanha anterior, bem como o remate recortado do tramo central. A torre deverá ser contemporânea da igreja tardo-gótica, integrada na planta e nos alçados, constituindo um dos três panos em que hoje se divide a fachada. Está demarcada em duas partes, sendo a superior autónoma e dividida em dois níveis, o relógio e o campanário, com duas ventanas frontais, coroada por um alto coruchéu.

O espaço interno desta igreja apresenta as naves separadas por duas arcarias com arcos de volta inteira e capitéis jónicos clássicos, perfazendo cinco tramos. As naves são cobertas por três tectos de madeira, de três esteiras na nave central e de uma só nas naves laterais. A capela-mor abre-se por um arco triunfal de volta perfeita, mais alto do que as arcarias que, pelas dimensões e tratamento estilístico, deve remontar à igreja tardo-gótica. É ladeada por dois altares colaterais.

A Matriz de Figueiró dos Vinhos é, à primeira vista, um quebra-cabeças, resultado de uma reforma dos meados de Quinhentos. O único elemento tardo-gótico exterior que lhe falta é o portal, todos os outros estão lá. No interior, a intervenção renascentista deu-se apenas nas arcarias, mantendo ou refazendo o clerestório e o arco triunfal. As novas colunas são jónicas clássicas, suportando arcos de volta inteira. O clerestório é bastante baixo, forçando as três naves a terem coberturas independentes.

Outras campanhas de obras contribuíram para a definição do actual templo, como a reforma setecentista da capela-mor, com a colocação de azulejos e do retábulo de talha dourada, assim como, no mesmo século, a abertura de janelas na parede lateral sul. A fachada foi alvo de obras de reconstrução na transição para o século XX, com a abertura de janelas nos seus panos laterais e a intervenção plástica no corpo autónomo da torre que mascarou a obra da época manuelina.

– *Igreja de Nossa Senhora da Assunção,* Pedrógão Grande



Fig. 1.19 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.20 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

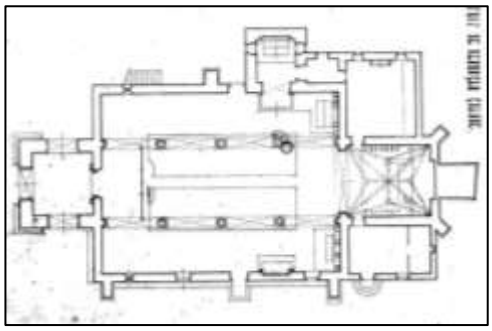


Fig. 1.21 – Igreja de N.ª S.ª Assunção, Pedrógão Grande (1536-40): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Pedrógão Grande/Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, IPA.00005561, DES.00008568 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5561>

A Matriz de Pedrógão Grande foi fundada no século XIII. Por se encontrar muito arruinada foi, no século XVI, sujeita a duas grandes campanhas de obras que a transformaram quase totalmente. A primeira decorreu entre 1537-1539, enquanto a segunda foi realizada na segunda metade do século, quando se ergueu a robusta torre da frontaria, reparada em 1736.

Esta igreja ainda possui um clerestório, obrigando à existência de coberturas diferentes sobre o corpo das naves. A grande torre frontal é composta por três níveis: a galilé, no nível térreo, a pequena rosácea, no médio e, no último nível, o campanário com duas ventanas na face principal e uma em cada face lateral. A torre é coroada por uma cúpula hemisférica telhada, com um curto lanternim. Esta torre é uma solução arquitectónica que toma conta da fachada – a torre é o frontispício. Com origem medieval, estas torres-fachada surgiram na época medieval, tendo estado presente na primitiva igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, encontrando-se nas Sés de Faro e Elvas e na igreja da Madalena de Olivença, entre outras. Como solução arquitectónica, presumivelmente teve nas igrejas quinhentistas em análise os seus últimos exemplares.

O espaço interno da Matriz de Pedrógão Grande é composto por duas arcarias, com arcos de volta perfeita e colunas com capitéis jónicos modernos. As naves, que se dividem em quatro tramos, são cobertas por um tecto de três esteiras, na nave central, e de uma esteira nas naves laterais. A capela-mor abre-se através de um largo arco de volta perfeita, com a mesma altura das arcarias das naves, não existindo capelas colaterais, apenas altares nos topos das naves laterais.

Apesar de as Matrizes de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos se mostrarem como espaços romanizados, as naves centrais de ambas as igrejas ainda possuem um baixo clerestório, uma persistência medieval em edifícios que foram ou remodelados ou construídos propositadamente assim.

> *Mas a extensão deste modelo que recusa as torres sineiras laterais e acentua o protagonismo das fachadas também se encontra noutros espaços com outras ligações, outros círculos de erudição e outras pressões de diferente encomenda. A igreja paroquial de Areias (Tomar), da década de 40, a matriz da Atalaia (Tomar) e a matriz de Pedrógão Grande, iniciada em 1536, apresentam todas as mesmas concepções quanto à organização do espaço e dos elementos decorativos. Todas elas, também, apostam na colocação do campanário em situação de centralidade na fachada principal. Sintomaticamente, todas elas se encontram sob a alçada da erudição projectista do biscainho João de Castilho e sob a esfera de influência de Tomar*[19].

[19] Maria de Lurdes Craveiro, *Op. cit.*, p. 115.

– *Igreja de Nossa Senhora da Graça,* Areias



Fig. 1.22 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Areias (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.23 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Areias (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

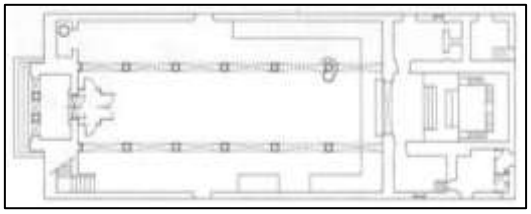


Fig. 1.24 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Areias (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Areias/Igreja de Nossa Senhora da Graça,* IPA.00005561, DES.00024015 [em linha]. Disponível na Intemet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2040>

A igreja de Nossa Senhora da Graça, Matriz de Areias (antiga vila cujo concelho foi extinto no século XIX) já existia em 1489. Em 1502, D. Manuel I mandou construir a capela-mor. Em 1512, ordenou a Miguel de Arruda, então encarregado das obras do Convento de Cristo, a construção de uma nova sacristia cujas despesas seriam incluídas na fábrica das obras de Tomar. A igreja foi reconstruída em 1548, numa campanha de obras que apenas salvaguardou a cabeceira. O corpo das naves e a frontaria da igreja foram os alvos principais daquela intervenção, realizada com uma linguagem assumidamente renascentista, sob a direcção de João de Castilho, Mestre-de-obras do Convento de Cristo e de todas as obras do território envolvente a Tomar, pertencente à Ordem dos Cavaleiros de Cristo.

A Matriz de Areias tem uma larga torre central que praticamente se constitui como a frontaria. Para além da torre, existem dois diminutos vãos de possível origem manuelina. A torre é composta por três níveis, demarcados por cornijas, ainda que já não tenha uma aparência tardo-gótica, pelo contrário, mostra um desenho racional, simples e claro. No nível térreo situa-se a galilé, constituída por uma tripla arcaria com arcos de volta inteira que se apoiam em colunas (ao centro) e meias colunas (embebidas nos extremos), com capitéis muito próximos da ordem jónica moderna. O nível superior à galilé mostra um nicho central com baldaquino, sobre a cornija, encimado por uma janela com as cantarias chanfradas. O último nível corresponde ao campanário, com duas ventanas centradas na fachada e uma em cada um dos extremos. Este nível é rematado por um frontão triangular interrompido na base, onde foi colocado o relógio, uma intervenção que certamente é ulterior à campanha de obras do século XVI.

O espaço interno da igreja de Nossa Senhora da Graça é composto por três naves, divididas em seis tramos, separadas por duas arcarias com arcos de volta perfeita assentes em colunas com *entasis*, cujas proporções e desenho dos capitéis as avizinham à ordem jónica moderna. A cabeceira da igreja data da campanha manuelina, onde se realça o arco triunfal de volta inteira e a capela-mor coberta por uma abóbada de nervuras cruzadas. O clerestório é muito baixo, com os pequenos vãos/frestas alinhados com o eixo dos arcos, dando a ideia de uma racionalização daquele elemento gótico. A evolução do espaço interno renascentista conduziu à supressão do clerestório, que acabou por desaparecer definitivamente pelos meados do século XVI.

– *Igreja de São Pedro,* Dois Portos



Fig. 1.25 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI/XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.26 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI/XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

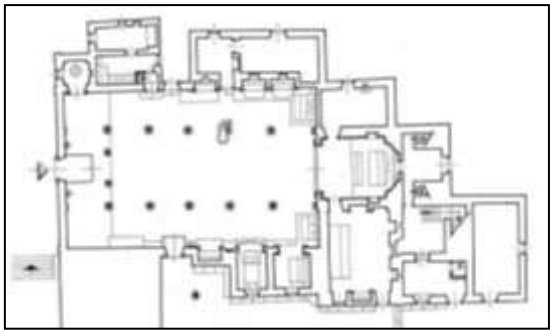


Fig. 1.27 – Igreja de São Pedro, Dois Portos (sécs. XVI-XVIII): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Dois Portos/Igreja de São Pedro*, IPA.00006524, DES.00019915 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6524>

A igreja de São Pedro de Dois Portos, concelho de Torres Vedras, foi edificada no segundo quartel do século XVI, com traça atribuída a João de Castilho. A frontaria da igreja foi reformada no século XVIII. Apresenta uma fachada em forma de empena com um portal e uma janela clássicos. A fachada é ladeada por uma torre barroca, dividida em dois níveis por um entablamento, cujo campanário possui uma ventana por face. A torre é coroada por um elemento de recorte contracurvado barroco. Esta igreja já não tem clerestório, permitindo uma cobertura única sobre o corpo das naves.

O espaço interno da igreja é original do primeiro terço do século XVI. Possui seis tramos, com arcarias de volta perfeita, apoiadas em colunas com capitéis próximos da

ordem jónica moderna. A cobertura é feita por um tecto de alfarge em laçaria, na nave central, uma influência mudéjar tão apreciada no reinado de D. Manuel I, enquanto que os tectos das naves laterais são de uma só esteira. A capela-mor é uma construção posterior ao corpo da igreja, erguida a partir dos finais do século XVII. O arco triunfal é bem maior que as arcarias, de volta inteira e assente em pilares embebidos nas paredes, com capitéis de duplo friso. A capela-mor tem uma abóboda de arestas resultante das penetrações de duas janelas laterais. A igreja de Dois Portos mostra vários revestimentos azulejares dos séculos XVI, XVII e XVIII, cujos mais antigos são os que revestem as naves, enxaquetados a verde e branco, originais da igreja.

A igreja de São Pedro de Dois Portos, em conjunto com as Matrizes de Pedrógão Grande e de Areias, possuem uma linguagem clássica familiar entre elas, decorrente de terem todas sido intervencionadas/construídas no segundo quartel de Quinhentos pelo mesmo mestre-de-obras, João de Castilho. Os espaços internos daquelas igrejas já são espaços renascentistas, embora haja persistências tardo-góticas – o tecto de alfarge da nave central da igreja de Dois Portos e os clerestórios presentes nas Matrizes de Pedrógão Grande, Areias e Figueiró dos Vinhos –, reflexo do processo gradual de conversão ao Renascimento das igrejas de três naves com cobertura de madeira.

João de Castilho era oriundo da região espanhola da Biscaia. Em 1509, foi chamado a Portugal pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, para refazer a capela-mor da Sé de Braga[20]. Começou, assim, a sua importante participação no intenso período construtivo tardo-gótico que caracterizou o primeiro quartel do século XVI. Entre 1513 e 1515, interveio pela primeira vez na campanha de obras manuelina do Convento de Cristo, concluindo as obras iniciadas por Diogo de Arruda. Deve ter-se distinguido, pois tornou-se *Mestre das Obras de El-rei*, em 1515, estabelecendo residência em Tomar[21]. Com este posto, João de Castilho passou a chefiar, por inerência, os estaleiros das obras do Convento de Cristo e do Mosteiro de Santa Maria de Belém. A partir de 1517, substituiu Diogo Boitaca na direcção do estaleiro dos Jerónimos. Em 1528, foi nomeado mestre das obras da Batalha, ocupando o lugar deixado vago pela morte de Mateus Fernandes, o filho. Renunciou àquele cargo em 1532, sendo substituído por Miguel de Arruda[22]. Voltou nesse ano para Tomar, onde se concentrou, sobretudo, na campanha de obras joanina do Convento de Cristo até à sua morte, em 1552, ainda que tenha trabalhado na Antiga Estremadura e nalgumas praças militares do Norte de África.

[20] Cf. Paulo Pereira, "As grandes edificações (1450-1530)", in Paulo Pereira (dir.): *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp.66-67.
[21] Cf. Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", in Paulo Pereira (dir.): *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 347.
[22] Cf. F. Sousa Viterbo, *Dicionario Historico e Documental de Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, vol. I, Lisboa, [s.ed.], 1899, p. 190.

Se a ida de Castilho para Belém, juntamente com Nicolau de Chanterenne, inicia uma caminhada irreversível na transformação do gosto e da realidade estética nacional, a sua transferência definitiva para Tomar, com o arranque das grandes campanhas de obras joaninas no Convento de Cristo, representa um virar de página de extrema importância para a arquitectura portuguesa. Aqui se vai desenhar o ciclo final da evolução estética daquele que, de pedreiro biscainho dos Jerónimos, se transformará no primeiro grande arquitecto português da Renascença[23].

João de Castilho acompanhou todo o processo de transformação do Tardo-gótico para o Renascimento, o que pode explicar as reminiscências medievais nas igrejas de três naves de sua autoria, que se desejavam clássicas. A evolução da sua obra arquitectónica reflecte uma conversão ao Classicismo, comprovada pela campanha-de-obras joanina do Convento de Cristo (1530-1443) e pela sua última obra, a Ermida de Nossa Senhora da Conceição de Tomar (1547), integralmente clássica.

– *Igreja de Santo Estêvão/ Santo Milagre,* Santarém



Fig. 1.28 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.29 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

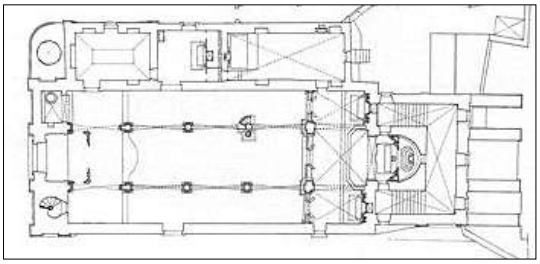


Fig. 1.30 – Igreja de Santo Estêvão/Santo Milagre, Santarém (1536): planta.
Fonte: : SIPA – *Igreja de Santo Estêvão/Igreja do Santo Milagre/Santuário do Santíssimo Milagre*, IPA.00006488, DES.00022856 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6488>

A primeira referência que existe da igreja de Santo Estêvão, em Santarém, data de 1190. Esta primeira igreja foi substituída por outra, sagrada a 16 de Fevereiro de 1241[24], erguida no período de transição para o Gótico, atestado pelos dois arcos quebrados no falso transepto. Devido ao milagre que terá ocorrido em 1247 ou em 1266, segundo as crónicas, a igreja passou, também, a ser designada do Santo Milagre. Não

[23] Cf. José Eduardo Horta Correia, *Op. cit.*, p. 31.
[24] Cf. Martinho Vicente Rodrigues*, O "Santíssimo Milagre" de Santarém*, Santarém, Real Irmandade do Santíssimo Milagre, 2008, p. 99.

se pode precisar se foi esse o edifício que chegou ao terramoto de 1531. Porém, pela cronologia apresentada, o edifício desaparecido não pode, nem deve ser classificado como gótico mendicante porque ainda o não podia ser[25].

A igreja ruiu quase por completo no terramoto de 1531. A única parte que resistiu foi a torre tardo-gótica, com três níveis, que se ergue no tardoz da igreja, com um alto e agudo coruchéu piramidal, oitavado e azulejado, em cujo nível térreo fica a capela-mor. Resta saber se a intervenção manuelina foi apenas naquela torre ou se abrangeu outras partes da igreja, que mostra ser, sobretudo, o resultado da campanha de obras executada de 1536 a 1547[26]. A esta intervenção corresponde a obra arquitectónica do corpo da igreja, que já não tem clerestório. A torre da frontaria é já uma edificação do século XVII.

O espaço interno apresenta as arcarias das naves perfeitamente clássicas, onde os arcos de volta inteira se apoiam em colunas da ordem toscana. Tem cinco tramos, sendo as naves cobertas por tectos de três esteiras. As paredes das naves laterais e do falso transepto apresentam azulejos enxaquetados quinhentistas. O arco triunfal exibe a data «1600». Contudo, o protagonismo deste templo vai para o conjunto de três arcos de volta perfeita que separam as naves do falso transepto, uma interpretação renascentista de iconóstase rara em Portugal. Os arcos que apartam o espaço do cruzeiro das naves são inteiramente clássicos, parecendo saídos de uma gravura renascentista. Apoiam-se em pilares lavrados de grotescos, com *tondi* nos extremos superiores da moldura rectangular dos arcos, onde cabeças em relevo se destacam da superfície parietal. Entre o arco central e os laterais estão as imagens de vulto de São Pedro e São Paulo, assentes em mísulas e coroadas por baldaquinos. O arco central é maior que os laterais, todos inseridos em molduras rectangulares, acima dos quais sobe, nas três naves, uma parede diafragma até ao tecto. Este elemento, em conjunto com os arcos levemente quebrados situados no cruzeiro, na continuidade das arcarias, podem ser persistências da igreja do século XIII. Como tal, a cabeceira da igreja só é avistada através dos vãos dos três arcos, que funcionam como cortina. A intenção de criar um falso transepto acabou por se gorar pela compartimentação criada pelos arcos quebrados do cruzeiro. A cobertura dos espaços do falso transepto é feita por três falsas

[25] As Ordens Mendicantes chegaram a Portugal em paralelo, a partir de 1217, oito anos depois da criação da Ordem de São Francisco (1209) e apenas um após a fundação da Ordem de São Domingos (1216). A sagração da igreja de Santo Estêvão, em 1241, coincidiu com as obras da igreja do Convento de São Domingos de Santarém, datada de 1238 – este convento foi o primeiro que a Ordem erigiu em Portugal. Não parece crível que os primeiros mendicantes já tivessem definido um tipo específico de construção, gótica mendicante, num tempo em que mendicantes e Gótico mal se haviam estabelecido em Portugal. Só depois é que o tipo de igreja de três naves com cobertura de madeira foi, por via empírica, reformado e goticizado pelos mendicantes, que difundiram a sua interpretação do gosto gótico nos muitos conventos fundados no país.

[26] Cf. Vítor Serrão, *Santarém*. Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 59.

abóbadas de canhão, mais baixas que os tectos das naves. O tramo do cruzeiro não chega a funcionar como um espaço unificado, apartando-se das naves quer pela organização espacial, estrutural e funcional, quer pela cortina formada pelos três arcos, quer ainda pelo tipo de cobertura.

A frontaria da igreja do Santo Milagre ocupa um tramo autónomo, prosseguindo nos alçados laterais. É claramente uma obra posterior ao restante edifício, em cujo portal se inscreve a data de 165?[27]. A fachada é quadrangular, com dois níveis tripartidos por pilastras. No pano central ficam o portal e a janela, sendo o portal clássico, rematado por um frontão. Num dos lados do portal fica um painel de azulejos que representa uma custódia, numa alusão ao *Santo Milagre* que terá sucedido naquela igreja. O painel de azulejos possui uma moldura em pedra, como se de um vão se tratasse, com um avental decorado por um nicho central e delimitado por volutas. A composição também sugere uma peanha onde «assenta» a custódia. Sobre o duplo lintel pousa um frontão triangular interrompido, em cuja abertura está uma cruz em relevo.

Acima do portal abre-se uma janela terminada por um frontão interrompido, onde o vértice central em falta é substituído por um pináculo com remate esférico. A fachada é delimitada por uma cornija superior, com uma cruz ao centro sobre um pedestal. Acima ergue-se um campanário lateral, talvez idealizado desde o início do projecto, mas concretizado num período posterior. Tem duas ventanas nas faces maiores, uma nas menores, pináculos nos ângulos e um pequeno coruchéu de perfil contracurvado.

A intervenção seiscentista é comprovada pelos elementos arquitectónicos decorativos ali existentes, como os pináculos, as folhas de acanto e os frontões triangulares interrompidos. É curioso que a utilização de cantaria, no pano central, com o portal sobrepujado pela única janela da fachada seja uma solução medieval que, após a conversão à linguagem clássica, perdurou para além do século XVI. Neste caso, apresenta um tratamento totalmente clássico dos seus elementos, numa composição assumidamente anticlássica. Os dois pisos da frontaria são bastante desiguais, bem delimitados pela grande cornija que corre entre o portal e a janela. Esta é reduzida face ao portal, ladeada pelas pilastras centrais que, aqui, têm um tratamento mais esbatido do que no portal – existe um enfoque expressivo no nível térreo do frontispício.

Nos séculos XVII e XVIII, a igreja de Santo Estêvão foi alvo de várias reformas, nalgumas, destruindo ou encobrindo parte das campanhas de obras anteriores. A igreja foi projectada para receber uma ou duas torres. Contudo, os corpos autónomos dos campanários nunca foram construídos, como sucedeu noutras igrejas portuguesas.

[27] O último algarismo presente nesta data não é legível, pelo que só podemos datá-la da década de 1650.

1.4.2. Beira Transmontana

A Beira Transmontana, como o próprio nome indica, é o território situado na Beira Alta que faz fronteira com Trás-os-Montes, a que pertencem, entre outros, os concelhos de Vila Nova de Foz Côa e da Mêda. Esta região granítica também foi palco da transição do Tardo-gótico para o Renascimento, conferindo um classicismo rústico à arquitectura ali praticada, em que as igrejas de três naves com cobertura de madeira se afirmam como os testemunhos máximos naquela região.

– *Igreja de Nossa Senhora da Piedade,* Vila Nova de Foz Côa



Fig. 1.31 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.32 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

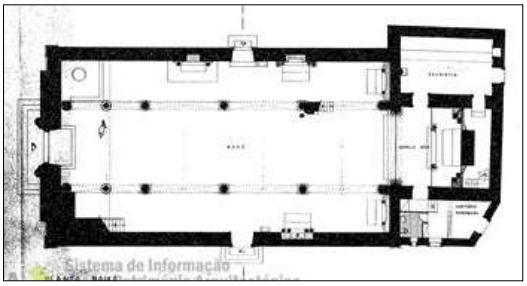


Fig. 1.33 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Vila Nova de Foz Côa (1.º quartel do séc. XVI): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa/Igreja de Nossa Senhora do Pranto*, IPA.00001531, DES.00008957 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1531>

Vila Nova de Foz Côa, na Beira Transmontana, recebeu carta de foral em 1299, dada por El-rei D. Dinis. Ao tempo, já existiria uma igreja paroquial de Santa Maria da Veiga. Em 1514, D. Manuel I deu novo foral à vila, tendo sido no seu reinado que se decidiu edificar uma nova igreja.

A igreja de Nossa Senhora da Piedade, Matriz de Vila Nova de Foz Côa, exibe um campanário central a coroar a fachada, uma solução comum naquela região, sobretudo nas terras raianas. O destaque vai para o grande e elaborado portal tardo-gótico, encimado por uma rosácea com moldura policêntrica. No campanário existem três ventanas com quatro medalhões intercalados, sendo a cornija rematada por uma grelha de pedra ao gosto manuelino. Os actuais cunhais da igreja são de construção

posterior, acusados pelos pináculos que os rematam, devendo resultar das obras de reedificação e ampliação da igreja no período posterior ao terramoto de 1755. Esta campanha de obras abarcou toda a igreja, permitindo a sua ampliação através do alargamento das naves laterais com a construção de novas paredes exteriores. Como os tectos das naves são resultado dessas obras, não podemos precisar se, antes, a igreja original teria ou não clerestório, não o possuindo actualmente.

O espaço interno da Matriz de Foz Côa apresenta quatro tramos, com as duas arcarias de volta inteira assentes em colunas que se aproximam da ordem jónica moderna, como se vê pelos enrolamentos nos vértices dos capitéis. O arco triunfal é largo e levemente abatido, da mesma altura que as arcarias das naves. Esta igreja não tem capelas colaterais, apenas altares erguidos no topo das naves, flanqueando o arco triunfal. Os tectos das naves são de madeira, em falsa abóbada ligeiramente abatida na nave central, enquanto, nas naves laterais, as arestas resultam da falsa meia abóbada de arestas, pelo que só podem ser da campanha de obras setecentista.

– *Igrejas de São Bento,* Mêda, *e de São Martinho,* Ranhados



Fig. 1.34 – Matriz da Mêda (séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.35 – Matriz da Mêda (séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.36 – Matriz de Ranhados, (séc. XVI) frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.37 – Matriz de Ranhados (séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

As igrejas Matrizes da Mêda e de Ranhados são similares e coetâneas, para o qual muito contribuiu a proximidade das duas vilas. Posteriores à Matriz de Foz Côa, devem ter sido construídas na década de 1540. Estas igrejas não possuem clerestório, com uma cobertura única de madeira de duas águas. Ambas têm menores dimensões

que a Matriz de Foz Côa, com fachadas coroadas por campanários de duas e três ventanas. Exibem portais renascentistas, compostos por arcos de volta perfeita enquadrados por colunas assentes em plintos que suportam um entablamento, na Mêda, ou uma cornija, em Ranhados. Na Matriz da Mêda existem medalhões nos extremos superiores da moldura do arco. Esta igreja tem um outro portal, lateral e mais pequeno, que segue a mesma composição do portal principal. O portal da Matriz de Ranhados é mais simples no desenho que o da Mêda, no entanto, é ladeado exteriormente por um altar coberto, também obra renascentista, um *tempietto* adossado à fachada da igreja.

A igreja de Ranhados, com três naves e três tramos, apresenta, no seu interior, arcarias de volta inteira apoiadas em colunas baixas, com capitéis desiguais, uns próximos das ordens clássicas, outros não. As naves exibem três tectos em falsa abóbada abatida. O interior da igreja da Mêda, com cinco tramos, caracteriza-se por ter um tecto de madeira em duas águas que repousa directamente nas colunas, próximas da ordem jónica moderna, sem que existam arcos. Esta solução, rara para uma igreja de três naves, tem antecedentes medievais, como na igreja românica de São Tiago, em Coimbra. Também podia corresponder a uma intenção de abobadamento da igreja que nunca foi concretizado. Porém, se aquelas colunas pertencessem a arcarias, os arcos ultrapassariam a cobertura. Sucede que as colunas parecem ter sido construídas, especificamente, para suportarem aquela cobertura. A altura do arco triunfal é próxima da da Matriz de Foz Côa, com a capela-mor ladeada por dois altares colaterais. O espaço interno da Matriz de Mêda é, acima de tudo, singelo.

As igrejas de Vila Nova de Foz Côa, Mêda e Ranhados são exemplares cronológica e formalmente próximos. A parecença das respectivas fachadas com outras igrejas românicas e góticas da Beira Transmontana é evidente. Trata-se de um regionalismo que caracteriza a arquitectura religiosa deste território, desde os tempos românicos, que denota uma confluência com a arquitectura espanhola que se erguia no outro lado da fronteira.

> *O carácter mais distintivo desta região* [Beira Transmontana] *é, na realidade, a imposição do campanário (de dupla ou tripla sineira) sobre os portais principais, em clara filiação aos procedimentos divulgados na Espanha de Carlos V e Filipe II. Esta circunstância repete-se também na igreja manuelina de Foz Côa, em cujo portal se detecta uma proximidade às campanhas de João Lopes na Sé de Lamego e à obrigação deste em construir obra "ao romano"* (…)*.A confirmar-se uma datação remetida à década de 20, a Foz Côa pertenceria um papel modelar de sucessivas reinterpretações na região*[28]*.*

[28] Maria de Lurdes Craveiro, *Op. cit.*, pp. 113-115.

No processo de adopção do Classicismo, estas igrejas paroquiais já não apresentam clerestório, com composições e vocabulário plenamente renascentistas. Os portais das igrejas da Mêda e de Ranhados não são encimados por óculos ou rosáceas. Estas duas igrejas têm, entre si, uma relação arquitectónica próxima: são menores, mais simples, quase modulares. Porém, já são renascentistas na sua singeleza. A Matriz de Foz Côa reflecte um tempo anterior, construída na transição para o Renascimento, cujos únicos apontamentos *ao romano* são os quatro medalhões do campanário.

> *O século XVI constitui, portanto, um espaço de abordagem estratégica a uma condição territorial de fronteira que exige a "desconfiança" e a prevenção, mas também encontra um campo de manobra que permite a infiltração. Ou seja, do lado português, a arquitectura religiosa pode desenvolver a tradicional planimetria das três naves, mas não deixa de incorporar os sinais explícitos da modernidade, com evidente contaminação do outro lado da linha política de limite*[29].

Durante a década de 1540, abandonaram-se definitivamente os portais tardo-góticos, que foram substituídos por portais renascentistas, com inspiração ou transposição dos muitos desenhos de arcos clássicos que circulavam pela Europa e que chegaram a Portugal por via flamenga, italiana e espanhola.

– *Igreja de Nossa Senhora dos Anjos,* Matriz de Almendra



Fig. 1.38 – Matriz de Almendra (1565): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 1.39 – Matriz de Almendra (1565): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

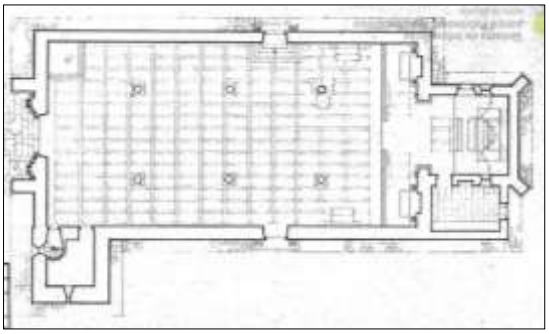


Fig. 1.40 – Matriz de Almendra (1565): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Almendra/Igreja de Nossa Senhora dos Anjos*, IPA.00005792, DES.00008983 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5792>

[29] Idem, *Ibidem*, p. 113.

A igreja de Nossa Senhora dos Anjos já existiria no primeiro quartel do século XIV, tendo sido reedificada no século XVI. As obras terão terminado em 1565. Esta igreja, Matriz ao longo do tempo em que Almendra foi sede de concelho, é um edifício de consideráveis dimensões, conjugando, na mesma campanha de obras, soluções tardo-góticas plenamente classicizadas com elementos predominantemente góticos, mas também renascentistas.

Para começar, distingue-se das outras igrejas da região analisadas por não ter uma torre central, mas lateral, robusta, com quatro níveis – o superior corresponde ao campanário, com duas sineiras por face. A fachada da igreja é fortemente marcada por dois contrafortes, longitudinais à igreja, no seguimento das arcarias internas. Entre os contrafortes situa-se o portal principal, inteiramente de acordo com os portais renascentistas supra-referidos, com dois pares de pilastras que suportam os arcos, mais outros dois pares de pilastras que sustentam um frontão triangular. Possui uma cartela no tímpano, com a data «1565», ladeada por pináculos embebidos na parede que mais lembram as agulhas presentes em portais tardo-góticos, não pela forma, mas pela composição. Todavia, não só o portal é renascentista, como também é o único elemento da fachada que o é, se dispensarmos a cruz central e os quatro pináculos que surgem no remate da empena. Acima do portal abre-se uma pequena rosácea, acima da qual a fachada é rematada por um ângulo mais alto que o corpo das naves.

Nos alçados laterais abrem-se duas portas renascentistas, idênticas entre si e mais simples que o portal da fachada. Um arco de volta inteira apoia-se em duas colunas da ordem jónica moderna, assentes em plintos, enquanto as colunas sustêm um entablamento rematado, ao centro, por uma peanha coroada por um pináculo e, nos extremos, pequenos hemisférios encontram-se alinhados com as colunas.

Observada pelo exterior, o corpo da capela-mor é uma torre, com contrafortes nos cunhais e, originalmente, com duas janelas estreitas chanfradas, quase frestas, em cada face lateral do nível térreo. Este corpo é rematado por uma platibanda e pináculos nos ângulos e no centro de cada face. É coberto por um telhado piramidal em quatro águas. A solução tardo-gótica da capela-mor/torre lembra o exemplo da igreja do Santo Milagre de Santarém. Contudo, se o Santo Milagre é uma obra manuelina, cuja diferença mais impactante está no coroamento da torre por um alto coruchéu piramidal, a capela-mor de Almendra é a classicização daquela solução.

A Matriz de Almendra possui uma planta com três naves e quatro tramos. As arcarias têm arcos de volta completa que se apoiam em colunas da ordem jónica moderna. A capela-mor, de planta quadrada, é coberta por uma abóbada de nervuras estrelada. É ladeada por uma sacristia, no lado da Epístola, que não parece ser contemporânea da igreja. Os altares colaterais localizam-se nos topos das naves

laterais, aos quais se adiciona mais um altar lateral em cada nave. As portas laterais da igreja foram abertas no tramo central mais próximo da cabeceira. Nos outros tramos existem janelas que se assemelham a frestas abertas nos extremos, no enfiamento dos arcos das arcarias.

A Matriz de Almendra mostra-se renascentista, de consideráveis dimensões, porém, pontuada por várias reminiscências tardo-góticas, das quais se distingue a abóbada estrelada da capela-mor, uma actualização da solução tardo-gótica ao novo gosto. Foi uma solução que não vingou em Portugal, pelo que a capela-mor/torre de Almendra é uma das últimas do seu tipo.

1.4.3. Algarve

O Algarve é a região portuguesa mais bem definida, orográfica e historicamente. A presença de igrejas de três naves e cobertura de madeira é grande, maioritariamente do século XVI e renascentistas. A intensidade da sua construção acompanhou o crescimento económico da região, desde o século XV, como base de apoio às praças conquistadas no Norte de África, estagnando a partir do último quartel de Quinhentos.

Boa parte das igrejas quinhentistas algarvias tiveram clerestório, perdendo-o em campanhas de obras posteriores, embora haja as que foram erguidas, de raiz, sem o ter.

– *Igreja de Nossa Senhora da Assunção,* Cacela Velha



Fig. 1.41 – Igreja de Cacela Velha (sécs. XIII-XVI-XVIII): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.



Fig. 1.42 – Igreja de Cacela Velha (sécs. XIII-XVI-XVIII): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

A primeira igreja de Cacela Velha foi construída nos meados do século XIII, após a conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III. Foi reconstruída no primeiro quartel do século XVI, de que o portal principal e as arcarias são os principais testemunhos. Existe uma inscrição «1586» que é relativa à construção da capela de Nossa Senhora dos Mártires. A igreja ficou bastante danificada no terramoto de 1755, pelo que a actual cabeceira deve ser fruto de uma campanha de obras da segunda metade do século XVIII.

A igreja de Nossa Senhora da Assunção apresenta uma fachada em forma de empena, composta pelo portal principal encimado por uma janela. Originalmente, poderia haver uma janela ou óculo sobre o portal, porém, esta janela, bem como as outras duas janelas laterais, as cornijas que rematam a empena e os pináculos sobre os cunhais são da campanha de obras realizada após o terramoto de 1755. O portal renascentista é composto por vários arcos concêntricos de volta inteira, apoiados em colunelos, ladeado por pilastras jónicas modernas com o fuste pleno de motivos decorativos. Nos cantos, entre as pilastras e os arcos, situam-se medalhões. Acima das pilastras desenvolve-se um entablamento, sobre o qual assentam quatro pináculos equidistantes.

O espaço interno da igreja de Cacela Velha é formado por três naves, separadas por duas arcarias compostas por arcos quebrados, que se apoiam em baixas colunas, com capitéis tardo-góticos sem ordem definida. No tramo imediato à cabeceira, os arcos amparam-se em mísulas como se fossem capitéis, mas sem as colunas, substituídas aqui pela parede. A capela-mor apresenta um arco triunfal de volta perfeita, sendo coberta por uma abóbada de berço.

Esta igreja foi construída no início de uma época de transformação da arquitectura portuguesa. Se a datação «1518» estiver correcta, então o portal principal não deverá pertencer à mesma campanha de obras que ergueu o corpo das naves, mas a outra posterior. É possível que a igreja tardo-gótica tenha tido um clerestório, retirado, o mais tardar, após 1755, quando foi construída a actual capela-mor. Não obstante, não deixa de ser perceptível que a espacialidade interna das igrejas de três naves tardo-góticas já tinha atingido uma evolução tal que, à medida que o Renascimento se impunha, bastava quase substituir os arcos quebrados pelos de volta inteira e adoptar as normas clássicas nos capitéis e nas proporções das colunas.

– *Igreja da Misericórdia,* Tavira

A igreja da Misericórdia de Tavira foi construída na década de 1541-1551. Trata-se de uma obra da autoria de André Pilarte, um mestre cuja obra se encontra, principalmente, no Algarve. O contracto celebrado entre Pilarte e a Mesa da Misericórdia estabelecia que o "(…) seu portal de pedraria à verdadeira romana que seja portal honrado como pertence a tal obra como esta há-de ser (…)"[30].

[30] Arnaldo Casimiro Anica, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira*, Tavira, s/ed., 1983. Citado por José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida, Lda, 1987, p. 42.



Fig. 1.43 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.



Fig. 1.44 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

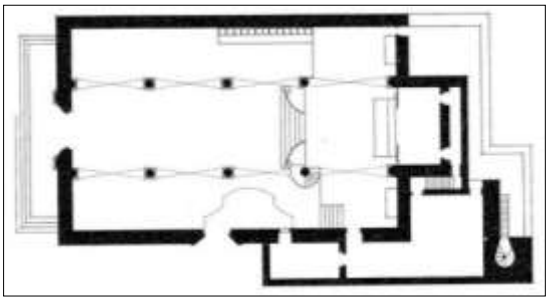


Fig. 1.45 – Igreja da Misericórdia de Tavira (1541-1551): planta.
Fonte: SIPA – *Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Tavira*, IPA.00009143, DES.00002225 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9143>

Continua a ser uma fachada em forma de empena, com um portal e um óculo semicircular. Porém, o tratamento renascentista da forma e da ornamentação do portal, ao qual se acrescentou o remate superior, a partir de 1551, afirmam esta igreja como uma obra de referência da arquitectura religiosa renascentista edificada no Algarve, modelo para outras igrejas construídas na região.

A igreja da Misericórdia de Tavira (1541-51) não tem clerestório, possuindo uma cobertura única em duas águas. A fachada é simples, resumindo-se a um pano central em cantaria onde sobressai o elaborado portal renascentista.

> *Organizado em moldura rectangular que integra as pilastras laterais, o vão definido pelos arcos de volta inteira, os medalhões e o duplo friso superior, o portal da igreja aposta na sobrecarga decorativa onde se conciliam motivos vegetalistas com séries ordenadas de ornamentos zoomórficos, figuração humana e agrupamentos de taças ou vasos. O remate superior (1551) dá lugar à colocação das figuras volumosas de S. Pedro e S. Paulo* (…) *e à obrigatória iconografia da Misericórdia sob um baldaquino de feição italianizante*[31]*.*

Esta descrição pode ser complementada. Os arcos são ladeados por dois pares de pilastras sobrepostas e ressaltadas, com capitéis da ordem jónica moderna. Entre os capitéis existe um friso e sobre os mesmos corre um entablamento. Centrado sobre

[31] Maria de Lurdes Craveiro, *Op. cit.*, p. 125.

aquele abre-se o meio óculo, com as figuras de São Pedro e São Paulo nos extremos, alinhadas com as pilastras. O trato deste portal é delicadamente renascentista, seja pela estrutura, composição, formas ou pelos motivos decorativos. Nos alçados laterais, existem duas portas laterais renascentistas, uma de verga recta e outra definida por um arco de volta inteira, ladeado de pilastras e encimado por duas volutas e um pináculo central. A Misericórdia de Tavira foi, possivelmente, a primeira igreja algarvia a não ser construída com a capela-mor voltada a Este, mas com a fachada virada a sul, talvez pelas condicionantes do terreno, certamente por questões urbanísticas.

O espaço interno da igreja é constituído por três naves separadas por arcarias de volta inteira, assentes em colunas com diferentes capitéis, agrupados em cinco pares, todos em torno da ordem jónica moderna. Em planta apresenta quatro tramos. Sobre as arcarias correm duas largas cornijas. Os tectos de madeira são em falsa abóbada de berço, na nave central, e falsas abóbadas abatidas nas naves laterais. Esta igreja não possui profundidade na cabeceira para a construção de capelas devido à orografia do terreno, pelo que não possui capela-mor nem arco triunfal, mas um altar-mor, na nave central, e dois altares laterais, uma solução comum nas Misericórdias portuguesas.

> *A coesão dos modelos espaciais constituídos na arquitectura religiosa verifica-se na generalização de uma tipologia de três naves, divididas por arcaria de arcos redondos e apoiados em colunas que integram ou a "fantasia" capitelar do primeiro Renascimento, ou o formulário mais estrito das ordens* (…).
> *Por outro lado, regista-se um compromisso explícito com a decoração "ao romano" exposta em capitéis, frisos ou alargada ao conjunto dos portais."*[32].

Como foi referido, a igreja da Misericórdia de Tavira é da autoria de André Pilarte, assim como várias outras igrejas, ou apenas portais, do sotavento algarvio e de regiões vizinhas. São os casos das igrejas de Cacela, Moncarapacho, Alcoutim, Mértola (Baixo Alentejo) e Ayamonte (Andaluzia). André Pilarte criou escola em Tavira, existindo igrejas que foram já construídas pelos seus discípulos ou em parceria com eles.

> *Com formação documentada no estaleiro de Belém, nas empreitadas do claustro, sala do capítulo e sacristia do mosteiro jerónimo, e com hipotética estadia em Sevilha, André Pilarte é o homem que assegura, a partir de Tavira, a coesão de um modelo que configura o primeiro Renascimento do Algarve. A igreja da Misericórdia (1541) parece, assim, abrir também o caminho das estruturas lavradas de romano que a escola de Pilarte divulgou em larga escala.* (…) *os capitéis e o portal principal da Misericórdia contemplam uma espécie de paradigma festivo que inclui adequada e expressiva diversidade ornamental*[33].

[32] Idem, *Ibidem*, pp. 123-124.
[33] Idem, *Ibidem*, p. 125

– *Igreja de Nossa Senhora da Graça,* Moncarapacho





Fig. 1.47 – Igreja de Moncarapacho (séc. XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

Fig. 1.46 – Igreja de Moncarapacho (séc. XVI): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

A igreja de Moncarapacho, concelho de Olhão, apresentava originalmente uma fachada em forma de empena, como a Misericórdia de Tavira, sem as duas janelas com frontões triangulares que ladeiam o portal e sem o remate do frontão tardo-barroco. A data da sua construção é desconhecida, mas parece que foi uma ampliação quinhentista de uma igreja gótica, testemunhada por uma porta lateral, já sem clerestório, cujo portal é da autoria de André Pilarte – segue a mesma composição do portal principal da Misericórdia de Tavira, embora com um programa iconográfico diferente. A presença do nicho central com baldaquino sobre o óculo, patente nos portais de ambas as igrejas, bem como toda a composição em torno deles, pode ser uma reminiscência dos portais tardo-góticos, com linguagem renascentista, nascido da necessidade de coroar o portal antes do surgimento dos frontões ou do remate recto.

O espaço interno da igreja é constituído por três naves, com arcarias formadas por arcos de volta perfeita assentes em colunas da ordem toscana, em cinco tramos. O tecto é de madeira, com três esteiras na nave central e uma esteira nas naves laterais. O arco triunfal é emoldurado com pilastras e rematado por um entablamento, como um portal renascentista inserido no espaço interno. A capela-mor é coberta por uma abóbada abatida, com penetrações. Quer as arcarias quer o arco triunfal encontram-se revestidos de pinturas decorativas. A cabeceira da igreja parece derivar de uma outra campanha de obras posterior ou de uma conclusão tardia das obras.

A igreja de Moncarapacho parece ser o resultado de uma intervenção já da segunda metade do século XVI. Se o portal sugere uma datação anterior, o uso de colunas da ordem toscana nas arcarias prova a diferença de idades, sabendo que a ordem toscana foi a mais utilizada nas igrejas algarvias construídas/reconstruídas na segunda metade de Quinhentos.

– *Igreja de São Pedro,* Faro



Fig. 1.48 – Igreja de São Pedro, Faro (sécs. XV-XVI): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.



Fig. 1.49 – Igreja de São Pedro, Faro (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.

A igreja de São Pedro, em Faro, é uma reconstrução da década de 1570 sobre uma igreja anterior, provavelmente, do segundo quartel do século XV. A fachada foi intervencionada posteriormente, após o terramoto de 1755 ou no início do século XIX. Possuía primitivamente uma fachada em forma de empena, cujos extremos ainda estão marcados pela cantaria dos cunhais, com o portal principal que hoje se observa, possivelmente encimado por um óculo. As três janelas no nível superior, a cornija, o frontão triangular central e os pináculos são posteriores à construção da igreja. O portal é composto por uma porta com lintel recto, enquadrado numa moldura – dois pares de colunas toscanas com caneluras, sobre plintos, suportam um entablamento com pináculos sobre os extremos e um nicho concheado, ladeado por volutas. Este portal foi marcante na evolução da arquitectura algarvia[34].

O espaço interno da igreja de São Pedro é constituído por três naves separadas por arcarias, com arcos de volta inteira apoiados em colunas toscanas, com cinco tramos. A cabeceira é constituída pela capela-mor e pelas capelas colaterais, todas cobertas por abóbadas de berço. Esta igreja é mais ampla que as igrejas algarvias quinhentistas atrás analisadas, o que denuncia "(…) uma conversão significativa à «militarização» progressiva da arquitectura portuguesa do «estilo-chão», introduzindo um certo «gigantismo» nas modestas proporções das igrejas algarvias"[35].

Este gigantismo é constatável nas três grandes regiões abordadas – Antiga Estremadura, Beira Transmontana e Algarve –, na segunda metade do século XVI, mas mais intensamente no seu último quartel. Foi uma tendência que não se cingiu às igrejas de três naves, uma vez que está presente nas últimas igrejas-salão e nos novos templos de nave única.

[34] Cf. José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida, Lda, 1987, p. 54.
[35] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 54.

1.5. As igrejas de três naves plenamente clássicas, em busca de uma fachada

A década de 1560 trouxe, ao panorama arquitectónico português, a total conversão das igrejas de três naves à linguagem clássica. São edifícios plenamente renascentistas, quer nos elementos compositivos quer no espaço conseguido. Uma novidade no tipo das igrejas de três naves foi ter-se chegado a um modelo espacial interno que permitia a opção, quanto à cobertura, entre falsas abóbadas de berço ou três abóbadas de berço ou de nervuras cruzadas. As coberturas de madeira também podiam exibir tectos de uma ou três esteiras.

A partir de meados do século XVI constata-se o incremento das tentativas para resolver aquele que era considerado «o problema da fachada». Como foi visto, as igrejas até então exibiam uma fachada em forma de empena como resultado do simples fechamento de um espaço interno, cuja configuração reflectia um portal central, fosse ele tardo-gótico ou já renascentista, encimado por uma rosácea ou óculo. Toda a animação do frontispício centrava-se no portal. Porém, a partir da construção das novas catedrais de Portalegre e Miranda do Douro, houve uma clara busca por soluções que dessem às fachadas das igrejas um rosto, soluções que tendiam a incorporar as torres na composição, tornando-as parte integrante dessa face – algo que não se via em Portugal desde o tempo das grandes catedrais românicas e góticas. As fachadas com forma de empena, cujo centro das atenções se resumia ao portal, deixaram de ser predominantes na arquitectura religiosa.

> (…) *pela primeira vez se ousa tratar a fachada com autonomia (como aconteceu também com as igrejas-salão). Sem esperar pelas soluções do maneirismo romano, delineiam-se soluções de grande qualidade. Referimo-nos, por exemplo, ao tipo de fachada utilizada por António Rodrigues em Santa Maria da Graça de Setúbal, retomado (por Afonso Alvares?) em Santa Catarina dos Livreiros de Lisboa, donde se seguem réplicas mais ou menos moderadas destes dois principais protótipos. O módulo é o quadrado e a utilização do «motivo de Palladio» como elemento essencial da galilé denuncia (aqui e não só) uma hábil e contínua utilização da tratadística como meio de inspiração. A «serliana» vai sofrer, aliás, um rápido processo de aplicação em série, desde casas nobres a humildes igrejas rurais, casos de utilização aculturante de elementos eruditos* (…)[36].

Começou a demanda por fachadas pensadas como tal, autónomas, com desenho geometrizado em várias composições experimentais, sempre com linguagem clássica. Resultaram da interpretação feita pelos mestres activos em Portugal, nas décadas de 1550-1580, das soluções presentes nos tratados de arquitectura ilustrados, como o de Serlio, bem como de muitos desenhos que circulavam por toda a Europa. O desejo português de criar uma fachada para as igrejas precedeu as soluções vindas «de fora»

[36] José Eduardo Horta Correia, *Op. cit.,* p. 50.

no último quartel do século XVI, nomeadamente, as normas emanadas pelo Concílio de Trento (1545-1563), que tiveram implicações nas estruturas e na estética da arquitectura da Contra-Reforma (a criação do Barroco italiano), de que é testemunho primordial a igreja romana *dei Gesú*, sede da Companhia de Jesus. No entanto, há que ter em conta a variante espanhola da arquitectura clássica que entrou em Portugal através da união dinástica com Espanha (1580-1640). Tratou-se de uma revolução operada pelas iniciativas de Felipe II, logo no início do reinado, ao mandar reformar o Real Paço da Ribeira e erguer uma nova igreja e casa monacal para São Vicente de Fora, em Lisboa, substituindo o mosteiro românico fundado, em 1147, por D. Afonso Henriques.

A partir da década de 1570, as igrejas de três naves tenderam a aumentar as suas dimensões, apresentando-se despojadas de decoração, cuja estrutura interna marca visualmente o espaço. A limpidez e sobriedade conseguidas, aliadas a uma concepção geométrica do espaço e ajudadas pela experiência da arquitectura militar, permitem incluí-las no âmbito do que George Kubler chamou Arquitectura Portuguesa Chã: "(…) *uma geografia arquitectónica completamente diferente, onde a clareza, a ordem, a proporção e a simplicidade definem os contornos de uma outra estética*"[37].

– *Igreja de Santa Maria da Graça,* Setúbal



Fig. 1.50 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.51 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

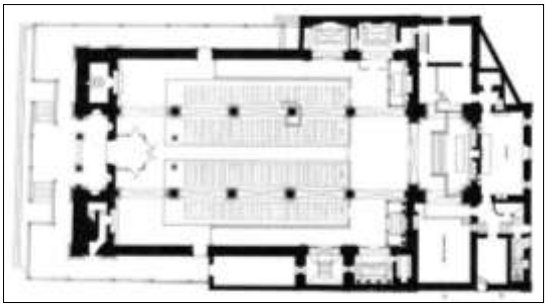


Fig. 1.52 – Igreja de Santa Maria da Graça, Setúbal (1565-1572): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Santa Maria da Graça/Igreja de Santa Maria da Graça/ Catedral de Setúbal/Sé de Setúbal*, IPA.00002149, DES. 00023156 [em linha]. Disponível na Internet:: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2149>

[37] George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, [trad. Jorge Henrique Pais da Silva; pref. à ed. port. José Eduardo Horta Correia]. Lisboa, Vega, 1988, p. 5.

D. Manuel I ordenou, em 1513, a reconstrução das igrejas de Santa Maria da Graça e de São Julião, ambas em Setúbal. Contudo, a obra de Santa Maria da Graça não avançou, mantendo-se em funções a igreja anterior durante mais meio século. A igreja actual deve-se à campanha de obras executada na segunda metade do século XVI, concluída na década de1570[38].

A igreja de Santa Maria da Graça, actual Sé de Setúbal, marca o início do período de ouro da concepção *ao romano* das igrejas de três naves em Portugal. Com um espaço interior rendido ao classicismo, é das primeiras igrejas em que se verifica uma busca por uma fachada autónoma, com desenho e composição próprios, rejeitando de vez o esquema medieval da fachada em forma de empena com portal/janela.

A igreja possui duas maciças torres inscritas na planta, alinhadas com as naves laterais. Como tal, o pano central corresponde à largura da nave central e tem a mesma altura das torres, embora lhes fique recuado, no qual se abre um grande janelão ao nível dos campanários. No nível térreo, o portal da igreja é precedido por uma galilé à face das torres, numa composição serliana de arco de volta inteira flanqueado por dois vãos rectangulares, que são suportados por duas colunas toscanas centrais e duas meias colunas embebidas nas torres. O alçado interior da galilé é composto por uma porta central, sobrepujada por um frontão triangular, ladeada por dois nichos. Sobre a galilé desenvolve-se um terraço com guarda de pilaretes. As torres têm uma planta rectangular, com as faces maiores voltadas para a fachada, com pilastras toscanas nos cunhais, sobre as quais corre um largo entablamento. Acima erguem-se os campanários, com duas ventanas na fachada. "O módulo desta fachada é visivelmente o quadrado, utilizado com uma ostensiva determinação que envolve um geometrismo calculado de filiação tratadística"[39]. Os coruchéus que coroam as torres, de perfil contracurvado, são de um tempo posterior ao da igreja.

O espaço interno da igreja, com cinco tramos, tem as naves apartadas por arcarias de volta inteira assentes em colunas toscanas. A cobertura é executada por três falsas abóbadas de berço em madeira. A capela-mor não é profunda, erguendo-se à mesma altura da nave central. Se se retirasse a talha, o arco triunfal lembraria um arco toral. A capela-mor é ladeada por duas capelas colaterais. Cada nave lateral possui, ainda, duas capelas com a mesma composição – um arco flanqueado por pilastras toscanas que suportam um entablamento encimado por um óculo oval, rematado por um frontão triangular.

[38] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 54-55.
[39] José Eduardo Horta Correia, "*A arquitectura – maneirismo e «estilo-chão»*", in AAVV, *História da Arte em Portugal*, vol. 7 – *O Maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 108.

Os volumes arrojados e gritantes de Setúbal nunca mais foram superados em Portugal e na intercepção da meia coluna da galilé com o cunhal da torre manifesta-se a obra de um poderoso arquitecto, bem assim como nas molduras austeras e maciças das janelas e nas proporções baixas, mas amplas, de cada divisão da fachada hexapartida. A ordem colossal das torres está correctamente articulada, mas o seu efeito expressivo dirigiu-se para qualidades arquitectónicas gravemente profundas e pesadas. Santa Maria não é uma igreja grande, embora o terraço, as suas proporções e os seus pormenores simples, mas pesados, lhe confiram uma importância que excede em muito o seu tamanho[40].

A autoria da igreja de Santa Maria da Graça está atribuída a António Rodrigues, *Mestre das Obras d'El-Rei* no reinado de D. Sebastião. Também lhe são atribuídas a igreja de São Pedro de Palmela e a Capela das Onze Mil Virgens, em Alcácer do Sal.

Homem da corte – fora um dos moços da estribeira que D. João III colocara em Tomar para trazer informações sobre as obras –, após longo aprendizado em Itália subiu ao mais alto posto da profissão (1564) e iniciou o ensino oficial da arquitectura no Paço da Ribeira, para o que compôs o primeiro tratado teórico sobre essa disciplina que se conhece escrito em português (1576-1579), decalcado de Serlio, Vitrúvio e Pietro Cataneo (…). *A sua obra construída combina essas influências com um* purismo geométrico *levado ao extremo, porém sempre temperado pelo bom gosto das escolhas e pelo vigor do desenho (Capela das Onze Mil Virgens, c. 1565; Santa Maria de Graça em Setúbal, c. 1570), no que parece ter sido a melhor expressão do gosto sebástico*[41].

– *Igreja de São Pedro,* Palmela



Fig. 1.53 – Igreja de São Pedro, Palmela (déc. 1570): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.54 – Igreja de São Pedro, Palmela (déc. 1570): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

A primitiva igreja de São Pedro, em Palmela, já existia em 1320, segundo documentação que também a identifica em 1412. Na década de 1570, foi construído um novo edifício que ardeu no incêndio de 1713. De 1717 a 1747, a igreja foi alvo de obras de reconstrução. Sobre a porta principal está a data «1745», provável final das obras da fachada. Em 1755, a igreja de São Pedro voltou a ficar arruinada devido ao terramoto. A igreja actual é o resultado de uma campanha de obras posterior, porventura já do

[40] George Kubler, *Op. cit.*, p. 55.
[41] Rafael Moreira, "*Arquitectura: Renascimento e classicismo*", in Paulo Pereira (dir.): *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 355.

século XIX. Apesar das várias obras efectuadas no edifício ao longo dos séculos, estruturalmente, o corpo da igreja não foi muito alterado – as intervenções na fachada permitem a sua identificação e datação.

A autoria da igreja de São Pedro de Palmela, da década de 1570, é atribuída a António Rodrigues. Apresenta uma fachada pensada enquanto tal, com desenho autónomo e com as duas torres integradas quer no alçado quer na planta do edifício. Como tal, exibe três panos, cujo central tem cerca do dobro da largura dos panos das torres. O pano central possui duplas pilastras toscanas nos extremos, cujos capitéis se integram num entablamento que atravessa todo o pano. Ao centro abre-se o portal, com frontão curvo, encimado por um janelão de verga curva. Estes dois elementos, mais o frontão triangular, com o seu óculo polilobado, parecem posteriores à edificação da igreja, quer pela estética, quer pelo facto de a cobertura em duas águas não estar integrada na cobertura que liga o frontão ao corpo das naves. O mais provável seria a existência de um terraço entre as torres, como em Santa Maria da Graça de Setúbal. Os tramos das torres encontram-se ligeiramente recuados face ao pano central. Toda a fachada, torres e pano central, mais os alçados laterais mostram dois estreitos frisos: o mais baixo corre à altura da base do frontão do portal; o mais alto corre pela base dos campanários e dos capitéis das pilastras do pano central. Estes frisos, apesar de correrem toda a fachada, têm mais impacto nas torres, dividindo-as em três níveis: os inferiores são mais altos, enquanto os níveis intermédios e superiores apresentam as mesmas dimensões. A meia altura das torres abrem-se janelas com lintel curvo, fruto de uma campanha de obras do século XVIII. As torres terminam com os campanários, que mostram uma ventana por face. O coroamento das torres é de uma época posterior, com recorte contracurvado e secção quadrangular.

O espaço interno da igreja de São Pedro é constituído por três naves, separadas por arcarias de volta inteira apoiadas em colunas toscanas. A cobertura é de madeira, com três falsas abóbadas de berço. As paredes do corpo da igreja estão azulejadas. A capela-mor mostra-se na continuidade da nave central, com a mesma largura, altura e cobertura. O arco triunfal quase se dilui entre a nave e a capela, lembrando um arco toral a demarcar ambos os espaços, podendo ser obra do século XVIII. A capela-mor é ladeada por uma capela colateral, no lado do Evangelho, e um altar, no da Epístola. Os altares laterais são definidos por arcos de volta inteira.

A igreja de São Pedro de Palmela, apesar de várias vezes intervencionada, constituiu-se como um exemplar plenamente clássico e já com uma fachada. É, também, um testemunho da Arquitectura Portuguesa Chã da época sebástica e um ponto de chegada do tipo de igrejas de três naves e cobertura de madeira, antes do seu desaparecimento em Portugal Continental.

– *Igreja de São Pedro,* Peniche



Fig. 1.55 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.56 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

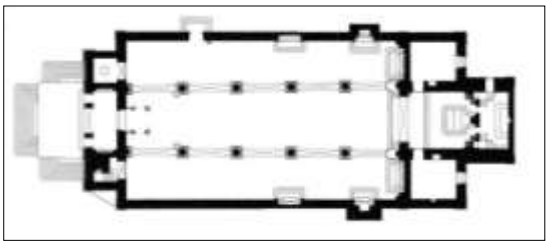


Fig. 1.57 – Igreja de São Pedro, Peniche (1593): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Pedro de Peniche / Igreja de São Pedro*, IPA.00001771, DES.00016363 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1771

A igreja de São Pedro de Peniche foi erguida sobre uma capela anterior dedicada ao Espírito Santo, possivelmente do séc. XV. O actual edifício foi fundado em 1589, data do início da edificação, e concluído em 1593, sendo obra do reinado de Felipe II.

A fachada é marcada pelas fortes pilastras que a dividem em três panos. O pano central tem o dobro da largura dos panos laterais, que correspondem às torres. Com três frestas verticalmente alinhadas, foram idealizadas para terem campanários, o que só se verifica numa torre. Talvez pelo coruchéu de recorte contracurvado, o campanário parece ser uma construção de um tempo posterior à igreja, com uma ventana por face.

No pano central da fachada encontra-se a galilé de entrada na igreja, que se abre para o exterior como uma serliana assente em pilares. Tangente ao arco da serliana corre um friso que só existe neste pano. Acima fica um óculo emoldurado de cantaria formada pela sobreposição de três círculos vazados, com diferentes raios. O limite superior da fachada original desta igreja é expresso por uma cornija que corre todos os panos. O frontão triangular sobre o pano central é uma construção de um tempo posterior. É possível que estivesse projectado um remate recto com um terraço entre as torres, sobre a galilé,, como na igreja de Nossa Senhora da Graça de Setúbal, na Matriz de Fronteira ou, possivelmente, na igreja de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa.

O espaço interno da igreja de São Pedro é constituído por três naves separadas por duas arcarias, com arcos de volta perfeita assentes em colunas toscanas, perfazendo cinco tramos. A capela-mor abre-se por um arco triunfal de volta inteira, sendo mais baixa que o corpo das naves e coberta por uma abóbada de berço. Logo

após arco triunfal ficam duas portas que acedem à sacristia e a uma despensa, espaços colaterais à capela-mor que não foram equacionados para capelas. Porém, existem altares colaterais e mais dois altares nas naves laterais. Na nave do Evangelho fica uma porta lateral, enquanto no extremo do tramo da frontaria, do lado oposto ao campanário, encontra-se o baptistério coberto por uma cúpula hemisférica. As três naves da igreja são cobertas por tectos de madeira de três esteiras, cujo central é mais alto.

A igreja de São Pedro de Peniche é uma das últimas igrejas de três naves e cobertura de madeira erguidas em Portugal Continental. A sua construção situa-se, basicamente, na última década do século XVI. Apresenta-se, exteriormente, como uma composição dos tempos sebásticos, mas verticalizada – a fachada em si, até à cornija que a delimita, parece inserir-se num grande quadrado, pelo que os dois campanários pensados originalmente iriam acentuar aquela verticalidade. A presença da galilé foi apontada e comparada com exemplares de igrejas que, em média, foram edificadas cerca de vinte ou trinta anos antes de São Pedro de Peniche. Contudo, o seu espaço interno, totalmente clássico, tem maiores dimensões que aquelas igrejas, principalmente a altura, o que proporciona um corpo das naves amplo, cujas colunas das arcarias, altas e proporcionadas, permitem uma maior unificação dos espaços das naves.

– *Igreja de São João Baptista,* Abrantes



Fig. 1.58 – Igreja de S. João Baptista, Abrantes (1588): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

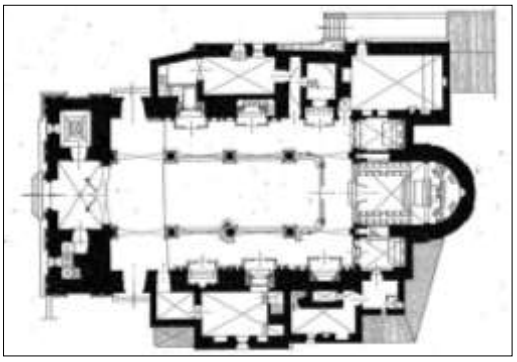




Fig. 1.59 – Igreja de São João Baptista, Abrantes (1588): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.

Fig. 1.60 – Igreja de São João Baptista, Abrantes (1588): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Abrantes/Igreja de São João Baptista*, IPA.00003380, DES.00023292 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3380>

A igreja de São João Baptista, em Abrantes, foi fundada em 1300 pela Rainha Santa Isabel, tornando-se sede de paróquia em 1326. Em 1588, Felipe II mandou erigir, de raiz, uma nova igreja cujas obras começaram no ano seguinte. A construção deste edifício delongou-se até 1633, com novas campanhas de obras entre 1660 e 1674 (relativas à execução dos retábulos) e a conclusão do coro-alto, em 1680.

A fachada é do século XVII, tendo ficado por construir os campanários das torres. É composta por alguns pormenores eruditos que a aproximam da coetânea igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa: a presença de pilastras duplas a delimitar os panos das torres; a divisão da frontaria por um entablamento que aparta as pilastras inferiores, mais altas e largas, das superiores, menores; as molduras e os frontões aplicados às fenestrações e ao nicho central do nível superior; a alternância entre frontões curvos e triangulares no remate das janelas superiores. As janelas dos panos das torres, sob o entablamento, têm cantarias que mostram enxalços fundos. É uma solução de influência militar, usual na arquitectura portuguesa a partir da segunda metade do século XVI. O portal é uma composição seiscentista coroada por um frontão triangular.

No interior, a igreja de São João Baptista apresenta as naves separadas por duas arcarias de volta inteira, assentes em colunas cujos capitéis reinterpretam a ordem jónica clássica. Sobre os capitéis assentam *dados brunelleschianos*[42] rematados por uma desenvolvida cornija. O corpo da igreja é coberto por três tectos de três esteiras, em madeira. O arco triunfal é de volta inteira, mais alto e largo que os das arcarias das naves, encimado por um óculo. A capela-mor é coberta por uma abóbada de berço, com caixotões, rematada por uma abside semi-hemisférica concheada. As capelas colaterais e os altares laterais exibem alçados de composição seiscentista.

Esta também foi das últimas igrejas do tipo de três naves que foram erguidas em Portugal Continental. A sua construção já é de iniciativa filipina, tendo sido morosa. Porém, ainda é fiel à solução das igrejas de três naves com cobertura de madeira, plenamente clássica. Trata-se, aqui, de um ponto final no tipo que provinha desde tempos anteriores à fundação de Portugal. As igrejas de três naves e cobertura de madeira que foram construídas nas últimas três décadas do século XVI são totalmente clássicas, interna e externamente. Desenvolveram-se no âmbito da Arquitectura Portuguesa Chã, que acompanhou todo o período filipino (1580-1640) e o tempo posterior das Guerras da Restauração (1640-1668).

[42] Os *dados brunelleschianos* são elementos de forma cúbica, colocados sobre os capitéis, a partir dos quais se lançam os arcos.

1.6. A variante das igrejas de três naves com pilares em vez de colunas

Data da década de 1570 uma variante do tipo das igrejas de três naves com cobertura de madeira, desta feita, com as arcarias das naves assentes em pilares e não em colunas. Os pilares mostram-se com proporções e vocabulário clássicos, com tendência a aumentar as suas dimensões no último quartel do século XVI. Não só foi esta opção aplicada a algumas igrejas com cobertura de madeira, como as de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa, e de São Julião, em Setúbal, mas também à igreja abobadada de Santa Maria da Atalaia, Matriz de Fronteira. No entanto, a escolha de pilares, em vez de colunas, foi pouco utilizada nas igrejas de três naves em Portugal Continental, ao contrário do que aconteceu no arquipélago dos Açores, onde foi a opção escolhida desde os finais do século XVI e até aos inícios do século XX.

A igreja de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa (1572), foi um importante edifício construído pelo mestre Afonso Álvares que ruiu no terramoto de 1755. O edifício não foi reconstruído, tendo sido demolido o que dele restava no século XIX. Porém, alguns desenhos foram encontrados, na transição para o século XX, pelo historiador Sousa Viterbo, tendo-os publicado no volume II da sua obra *Dicionario Historico e Documental de Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*[43]. Estes desenhos foram, posteriormente, republicados na obra de George Kubler – *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*[44].

– *Igreja de Santa Catarina dos Livreiros,* Lisboa



Fig. 1.61 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): fachada.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, p. 53.

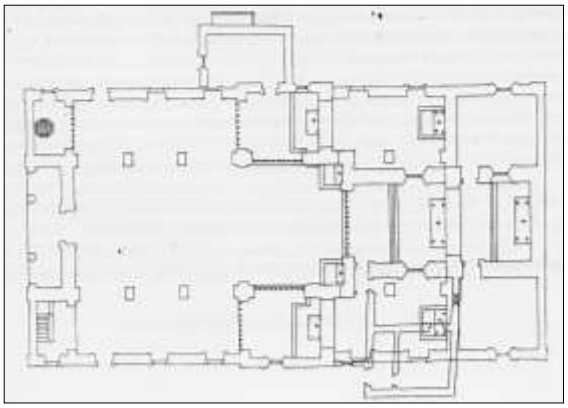


Fig. 1.62 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): planta.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, p. 53.

[43] F. Sousa Viterbo, *Dicionario Historico e Documental de Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, 3 vols, Lisboa, 1899-1922.
[44] George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, [trad. Jorge Henrique Pais da Silva; pref. à ed. port. José Eduardo Horta Correia], Lisboa, Vega, 1988.

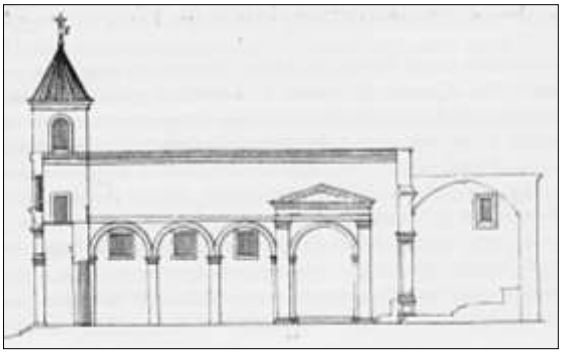


Fig. 1.63 –Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): corte longitudinal.
Fonte: George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 53.

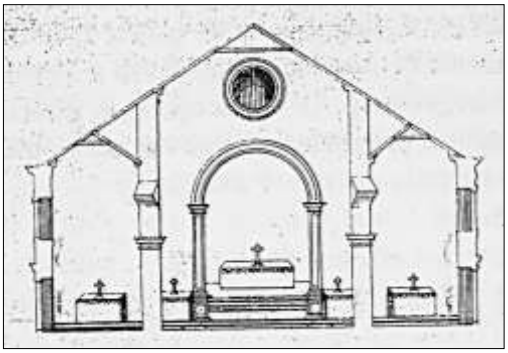


Fig. 1.64 – Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, Lisboa (1572): corte transversal.
Fonte*:* George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 53.

A análise da igreja de Santa Catarina terá, como base, os desenhos técnicos acima expostos. Sabe-se, de antemão, que existem soluções que mostram algumas incoerências quando se confrontam os desenhos da fachada e do corte longitudinal.

A igreja de Santa Catarina dos Livreiros tinha uma composição que a aproximava das igrejas de Santa Maria da Graça, em Setúbal, e da Matriz de Fronteira. A presença de uma galilé que se abre através de uma serliana é comum às três igrejas. Diferem no espaço superior à galilé, que, em Setúbal, é um terraço entre as torres, enquanto em Santa Catarina e em Fronteira esse espaço foi interiorizado, passando a pertencer ao espaço interno como coro-alto. Por cima, poderia existir um terraço entre as torres, em que o ângulo que remata o pano central corresponderia às duas águas da cobertura do corpo das naves. "A fachada com lóggia sob o coro tornou-se uma solução importante através dos impérios espanhol e português no século XVII. A sua presença aqui é, fora de Itália, bastante precoce e antecede a execução do Escorial (…)"[45].

A fachada era composta por três panos: um central, mais largo, e os dois laterais das torres. Os panos eram delimitados por pilastras toscanas que subiam até um largo entablamento, que corria sobre o portal, dividindo horizontalmente a fachada em duas partes de igual altura. O portal era uma composição serliana, composta por um arco de volta inteira flanqueado por dois óculos circulares, enquadrados em molduras quadrangulares. Esta composição assentava sobre colunas e meias-colunas da ordem toscana, fazendo a transição para a galilé. Dali, entrava-se na igreja por uma porta com entablamento e frontão triangular. A ladear a serliana do portal ficavam duas janelas nos panos das torres. Na metade superior da fachada abriam-se as três janelas do coro-alto, pousadas no entablamento, por cima das quais corria um friso a toda a largura do frontispício. Os panos das torres eram acrescidos dos campanários, com uma ventana por face, coroados por coruchéus piramidais.

[45] Idem, *Ibidem*, p. 54.

O espaço interno da igreja de Santa Catarina dos Livreiros era constituído por três naves. A planta apresentada corresponde à sobreposição de dois desenhos: num, a igreja tem seis tramos; noutro, tem quatro ou três tramos e um falso transepto, organizados numa planta quase quadrada. Esta segunda hipótese é a que se passa a analisar. As arcarias eram de volta inteira, assentes em pilares com capitéis toscanos. Um friso corria encostado superiormente às arcarias. O tramo que antecede a cabeceira tinha um tratamento mais cuidado, com arcos enquadrados numa composição clássica, ladeados por pilares que sustentavam um entablamento rematado por um frontão triangular. Trata-se de uma obra curiosa, uma composição que já era comum ver-se no exterior, num arco emoldurado ou num portal que, aqui, aparece no espaço interno da igreja. Desejou-se realçar a maior relevância deste tramo, o mais próximo da cabeceira, pois não havia transepto. Os pilares deste tramo, com secção cruciforme, eram maiores que os restantes pilares das arcarias, de secção rectangular. A capela-mor, com uma planta quadrangular, abria-se por um arco triunfal de volta perfeita, mais largo e alto que as arcarias das naves. As naves laterais não tinham capelas colaterais, mas duas sacristias a ladear a capela-mor. Possuíam altares colaterais, bem como dois altares na nave central a ladear o arco triunfal. As naves eram cobertas por três tectos de madeira, de três esteiras, enquanto o pavimento era sobrelevado no tramo imediato à cabeceira. As janelas das paredes laterais ficavam no enfiamento dos vãos das arcarias.

– *Igreja de São Julião,* Setúbal



Fig. 1.65 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 1.66 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

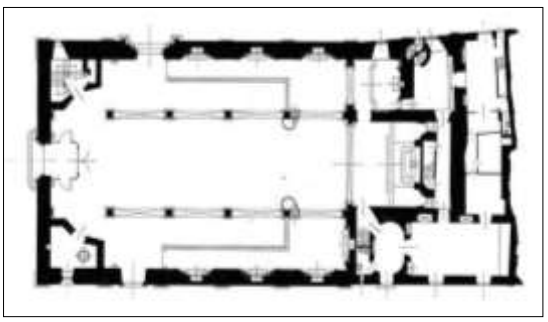


Fig. 1.67 – Igreja de São Julião, Setúbal (c. 1570): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de São Julião/Igreja de São Julião*, IPA.00003448, DES.00022711 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3448>

A igreja de São Julião, em Setúbal, é o resultado de três campanhas de obras principais: duas no século XVI e uma no século XVIII. Da primitiva igreja de São Julião, erguida na segunda metade do século XIII, nada restou. Terá chegado ao reinado de D. Manuel I, quando foi substituída por um templo maior.

As obras da nova igreja avançaram a partir de 1513, segundo a estética dominante na época. Esse edifício sofreu grandes danos no terramoto de 1531, ruindo a cobertura da igreja e destruindo o seu interior quase por completo. Da igreja manuelina apenas foram conservados o portal axial e o portal lateral norte, que foi salvaguardado por um arco cego de volta inteira para que se procedesse às obras. A frontaria actual resulta da reconstrução após o terramoto de 1755, que também preservou o portal manuelino. A fachada foi reformulada com um frontão de recorte policumeado, de gosto tardo-barroco. A cornija dos alçados laterais prolonga-se pela fachada, sendo interrompida pelas três janelas que a compõem – a janela central, mais elevada, é ladeada por pilastras que só existem acima da cornija. A torre da igreja, que se situa no tardoz, já existiria no século XVI, tendo sido reconstruída nos finais do século XVIII.

O interior da igreja é constituído por duas arcarias de volta inteira, sustidas por pilares com capitéis da ordem jónica moderna, e dividida em cinco tramos. As janelas laterais abrem-se nos três tramos mais próximos da cabeceira, acima dos altares laterais. O tecto é composto por três falsas abóbadas de berço em madeira. O arco triunfal tem praticamente as dimensões da nave central. A capela-mor, de planta quadrangular, foi totalmente reformulada após o terramoto de 1755, enquanto que o corpo das naves parece ser da segunda campanha de obras do século XVI. Colateralmente à capela-mor fica um altar, no lado da Epístola, e o vestíbulo da sacristia, no do Evangelho, com planta oval, uma obra dos finais do século XVIII. Por trás da capela-mor existe uma escada pétrea espiralada que acede ao nível superior e à torre. Pela sua existência e posição em planta, esta solução é familiar à das cabeceiras de Santa Maria de Belém e da Sé de Angra.

1.7. Algumas Conclusões

No primeiro quartel no século XVI, o velho tipo de igrejas de três naves acabou por ser um veículo de introdução do novo gosto *ao romano* em Portugal, admitindo elementos estruturais e formais renascentistas nas arcarias das naves, passando a utilizar-se sistematicamente arcos de volta inteira assentes em colunas, com um vocabulário que se queria clássico. Partindo da sua introdução em estruturas pré-existentes, o Renascimento começou a conquistar a arquitectura religiosa portuguesa.

A Renascença surgiu, em Portugal, integrada numa vasta paleta de opções ornamentais que assinalaram os reinados de D. João II e de D. Manuel I. Desde o início do século XVI que a pintura e a escultura iniciaram um processo de conversão *ao romano*, acompanhadas, depois, pela microarquitectura de janelas, púlpitos e retábulos. Na arquitectura, o Renascimento só se tornou uma opção construtiva consistente após a morte de D. Manuel I (1521). Na década de 1520, assistiu-se a algumas experiências na arquitectura e beneficiou-se da presença de mestres estrangeiros, como Francesco da Cremona. A arquitectura renascentista arrancou, deveras, na década de 1530, não só com obras experimentais, mas também com a adaptação da nova linguagem clássica ao velho tipo de igrejas com três naves e cobertura de madeira.

As primeiras apropriações deram-se no desenho e na estrutura das arcarias das naves, com arcos de volta inteira apoiados em colunas de fuste cilíndrico, num primeiro tempo, mais tarde com *entasis*. Nas décadas de 1540-1550, os capitéis das colunas das arcarias aproximaram-se das ordens clássicas. Alcançaram-nas a partir de meados do século, sendo corrente o uso das ordens jónicas e toscana. Os transeptos estiveram ausentes da arquitectura religiosa tardo-gótica e renascentista portuguesa. Para as igrejas de três naves, não voltaram, reaparecendo nas de nave única como transeptos inscritos, em planta, a partir da erecção da igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa.

Desde o Gótico final que os arcos triunfais começaram a ter volta inteira, mesmo nas capelas-mores precedentes que foram preservadas. Pelos exemplos analisados, pode afirmar-se que foram testados vários arcos de volta inteira em diferentes soluções: os que têm a altura das arcarias das naves (Santo Milagre de Santarém); os que são mais altos (Matriz de Figueiró dos Vinhos e São João Baptista de Abrantes), podendo ou não ter óculo superior; os que parecem arcos torais (Santa Maria da Graça de Setúbal), uma vez que as falsas abóbadas das naves e das capelas-mores elevam-se à mesma cota; os arcos que constituem a cortina do falso transepto do Santo Milagre.

As capelas-mores começaram, progressivamente a partir da década de 1550, a possuir abóbadas de berço. Os espaços colaterais à capela-mor foram ocupados por capelas, sacristias ou, então, não existiam – no segundo e terceiro casos, surgem altares. As capelas e os altares laterais começaram a ser encimados por janelas, no enfiamento dos vãos das arcarias, exibindo composições mais cuidadas, inteiramente clássicas. O enquadramento da capela/altar lateral, sobrepujado por uma janela tornou-se numa solução de sucesso em Portugal, de aquém e além-mar, na segunda metade do século XVI, estruturando as igrejas interior e exteriormente.

Quanto às fachadas, no conjunto de igrejas de três naves escolhidas para esta análise, observa-se, claramente, a evolução da fachada medieval em forma de empena para a fachada desenhada autonomamente através do vocabulário clássico, numa

composição ao gosto dos mestres portugueses. De facto, a vontade de trabalhar o alçado principal das igrejas, de criar uma face consistente com as suas funções que fosse além da empena com portal e rosácea foi uma necessidade que cedo se sentiu em Portugal e que é anterior às soluções italianas e espanholas. Como tal, iniciaram-se as experiências baseadas ou inspiradas na tratadística, em composições livres de normas que tiveram o seu protótipo na igreja da Graça de Évora, de 1532.

As primeiras soluções aplicadas à realidade arquitectónica portuguesa, que se revelaram frutíferas, foram as fachadas das catedrais das novas dioceses criadas na década de 1550, especialmente, as Sés de Portalegre e Miranda do Douro, duas igrejas que tiveram um grande impacto na construção do seu tempo. Passado o meado do século surgiu, na década de 1560, uma forte vontade de compor a fachada recorrendo ao desenho geometrizado, geralmente usando o quadrado como módulo. As torres passaram a inserir-se na planta da igreja, num tramo acrescentado ao corpo das naves, surgindo na prossecução das naves laterais, correspondendo, o espaço entre elas, à largura da nave central – são os casos de Santa Maria da Graça de Setúbal e de São João Baptista de Abrantes. A estrutura interna das igrejas passou a estar acusada na fachada, a partir do segundo quartel do século XVI – sobretudo, as dimensões das naves, delimitadas por pilastras, entablamentos, cornijas e frisos –, mas também nas torres.

A utilização da serliana como modelo de abertura para as galilés das fachadas, entre as torres, como em Santa Maria da Graça de Setúbal e São Pedro de Peniche, revela um conhecimento dos tratados e desenhos renascentistas. Tornou-se num motivo de sucesso na arquitectura religiosa e civil, levando à sua aculturação. Foi nesta época que se definiu o aproveitamento do espaço sobre a galilé para o estabelecimento do coro-alto, uma solução consumida e assimilada pelos mestres pedreiros portugueses, que a integraram nos seus projectos e converteram definitivamente o espaço sobre a galilé numa parte integrante do espaço interno da igreja.

A segunda metade do século XVI foi caracterizada pela construção de igrejas plenamente clássicas, que revelam a demanda portuguesa por soluções próprias, com acesso à tratadística e desenhos de arquitectura renascentista, mas através de uma certa distanciação das normas. Os Mestres portugueses viveram, naquele período, um dos tempos mais inventivos e criativos, um querer fazer *ao romano* que transvazou do interior da igreja para a sua fachada e restante edifício.

> *Continuando a trabalhar no interior das normativas de raiz classicizante, que não estavam contudo sujeitas à disciplina imposta pelos exemplos antigos, que aqui eram desconhecidos, nem aos cânones estabelecidos na tratadística do Renascimento pleno – veja-se a fortuna histórica do livro de Diego de Sagredo, cujos barbarismos eram inaceitáveis para as elites europeias –, não se vê, assim, como puderam os arquitectos, engenheiros e construtores portugueses assumir uma atitude de rebeldia militante e de*

crítica sistemática àquele quadro de valores, não fosse pelo seu desconhecimento ou incompreensão ou, ainda, pelo imperativo de afirmarem a coerência de uma genealogia formal legitimada pela abordagem empírica prosseguida nos estaleiros, onde passou a ser dominante a selecção dos elementos icónicos convencionais da linguagem das ordens, mas a que continuou sempre a faltar o correspondente contraponto teórico e conceptual[46]*.*

O surgimento da variante do tipo de igrejas de três naves com as arcarias apoiadas em pilares, em vez de colunas, não trouxe nenhuma novidade estrutural às igrejas, apenas formal. Só que a utilização de pilares permitia uma melhor adaptação da estrutura da igreja a obras de maior escala. Assim, a partir das décadas de 1560-1570, assistiu-se a um aumento progressivo das dimensões das igrejas. Estas tendem a reduzir os motivos decorativos escultóricos e pictóricos presentes nas superfícies parietais, evoluindo para uma decoração pontual, simples, integrada numa arquitectura límpida e despojada, com uma geometria rigorosa e proporcionada. A Arquitectura Portuguesa Chã marcou a paisagem construtiva durante mais de um século, surgindo tanto no Reino, quanto nos territórios ultramarinos. A análise feita às igrejas de três naves com cobertura de madeira mostra a existência, em cada região, de uma ou duas cabeças-de-série e de várias réplicas nas suas áreas de influência, cujos espaços internos partilham soluções comuns, quer estruturais quer decorativas, constatando-se a sua familiaridade. "Pela própria natureza da sua construção, ainda mais acentuada foi nestas igrejas a estandardização dos modelos, construindo-se, por longo prazo, ininterruptas cadeias de obras originais e de réplicas"[47]. Os mestres pedreiros eram muitas vezes os mesmos ou da mesma escola, ou a importância da igreja era tal que se tornava uma referência, contribuindo, desse modo, para a fixação de uma imagem regionalizada das igrejas de três naves, principalmente no que respeita ao seu aspecto exterior, enriquecido pelo uso da pedra predominante em cada região.

O tipo das igrejas de três naves permaneceu em Portugal continental até aos finais do século XVI. O seu desaparecimento resultou das normas tridentinas que propulsionaram o desenvolvimento da tipologia de igrejas de nave única, a partir da década de 1560. As ideias contra-reformistas almejaram, para os templos, uma nova espacialidade unificada numa grande sala – a *ecclesia*. As igrejas de três naves eram espaços tripartidos em naves, cujas arcarias foram, desde então, entendidas como obstáculos à unificação desejada pela nova concepção do espaço litúrgico. Como tal, foram preteridas pelas novas igrejas de nave única, resultando no término, em Portugal continental, de um dos tipos de maior longevidade na arquitectura religiosa portuguesa.

[46] Miguel Soromenho, "A Arquitectura do Ciclo Filipino", in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao século XX,* vol. 3, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, p. 10.
[47] José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo-Chão*. Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 50.

2. O arquipélago dos Açores – enquadramento histórico

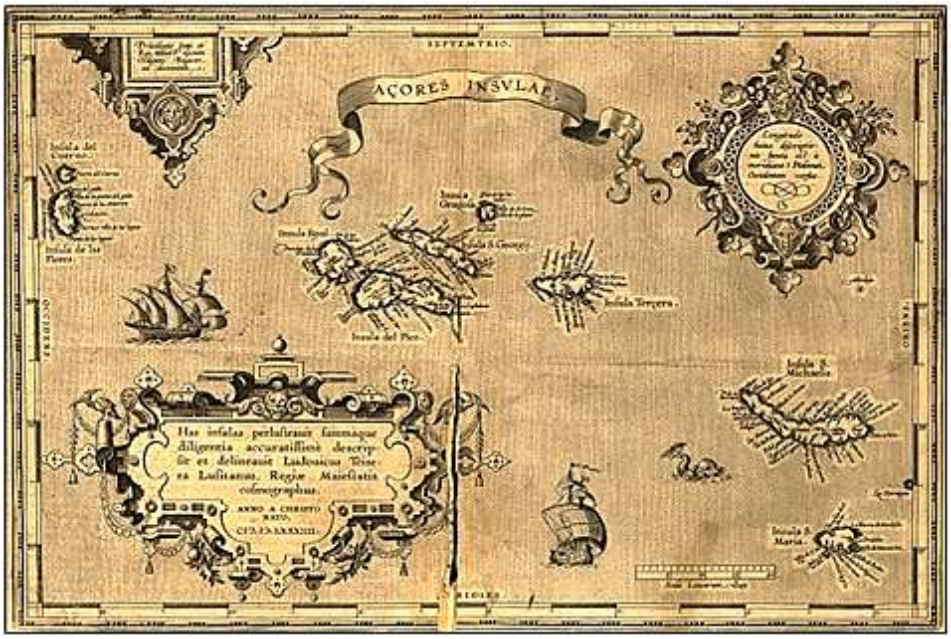


Fig. 2.1 – Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A primeira vez que os portugueses tiveram a oportunidade de criar uma sociedade de raiz foi nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores* (...). *Esta oportunidade civilizacional não voltou a repetir-se, com esta configuração, de modo frequente na história da expansão portuguesa. As ilhas atlânticas, achadas desabitadas, tornaram-se, assim, nos balões de ensaio perfeitos para a expansão do reino* (...).
> *O arquipélago dos Açores* (...) *é uma extensão do território metropolitano em termos religiosos, militares, políticos, administrativos, sociais e culturais. Falamos de uma genuína colonização, na acepção clássica da palavra, ocorrida em território virgem, a oportunidade de um novo começo*[1].

Os Açores foram oficialmente achados pelos portugueses em 1432, com a chegada da segunda expedição de exploração do Atlântico Norte que o infante D. Henrique promoveu, precisamente, com o intuito de tomar posse de umas ilhas que já se sabia existirem – teriam previamente sido avistadas no retorno das viagens de exploração da costa ocidental africana, nas quais se inserem as que Diogo de Silves fez ao serviço do infante, entre 1427-1428. Segundo Gaspar Frutuoso, pelo desembarque da expedição ter acontecido no dia da festa da Assunção da Virgem, a 15 de Agosto de 1432, foi dada à ilha o nome de Santa Maria[2]. Quem liderou essa expedição foi Gonçalo Velho Cabral, que veio a ser o seu primeiro capitão do donatário.

[1] Mateus Laranjeira, *As Casas de Câmara e cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, p. 19.
[2] Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, pp. 3-8.

Por carta régia de 2 de Julho de 1439, quando a regência do reino, na menoridade de D. Afonso V, ainda era repartida entre a rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, e o infante D. Pedro, duque de Coimbra, sabe-se que foi concedida licença ao infante D. Henrique, duque de Viseu, administrador da Ordem de Cristo e donatário dos Açores, para que procedesse ao povoamento da ilha de Santa Maria. Pela mesma carta se sabe que o infante D. Henrique já tinha, anos antes, mandado largar gado e outros animais domésticos em Santa Maria, para que, quando os povoadores chegassem, já existissem os recursos animais necessários à sua sobrevivência. Este procedimento foi repetido em todas as outras ilhas que vieram a ser descobertas.

O povoamento dos Açores começou pela ilha de Santa Maria, a partir de 1439. Dez anos depois, por carta régia de 10 de Março de 1449, no seu primeiro ano de reinado efectivo, D. Afonso V encarregou o infante D. Henrique de proceder ao povoamento das restantes ilhas já encontradas – São Miguel e as cinco ilhas do grupo central dos Açores –, bem como das ilhas que pudessem vir a ser descobertas. Em suma, exceptuando a ilha de Santa Maria, o início do povoamento dos Açores começou entre 1449-1451, nas ilhas de São Miguel e Terceira, processo que se prolongou nos anos seguintes, primeiro em São Jorge e na Graciosa, na década de 1450, depois no Faial e Pico, no decénio seguinte. As ilhas das Flores e do Corvo, achadas em 1452, só tiveram um povoamento efectivo a partir do início do século XVI. Uma vez gorada uma primeira tentativa de estabelecimento de uma colónia de flamengos, nos finais do século XV, o povoamento das Flores só se efectivou por volta de 1508-1510, enquanto, no Corvo, só se concretizou na década de 1520.

O povoamento dos Açores firmou-se cedo, embora tenha havido dificuldades no arranque, evoluindo em ritmos diferentes consoante a ilha. O processo de humanização do espaço foi mais célere nas ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa e Faial, devido às suas menores dimensões e, sobretudo, às orografias mais gentis que as das restantes ilhas.

As capitanias foram a primeira organização administrativa criada nos Açores, cujo capitão era o representante do donatário, o duque de Viseu (com a entronização de D. Manuel I, em 1495, a donataria dos Açores entrou na Coroa). Surgiu, assim, a figura do capitão do donatário, responsável máximo nos territórios ilhéus. As Flores e o Corvo não chegaram a pertencer à Casa de Viseu. As donatarias daquelas ilhas foram reservadas, por D. Afonso V, para presentear os cavaleiros por si escolhidos como recompensa pelos serviços prestados à coroa. Diogo de Teive, o descobridor das ilhas, ficou com as Flores, enquanto o Corvo foi dado a D. Afonso, 1.º duque de Bragança, em 1453. Como este não mostrou interesse na ilha, sem que tivesse tido qualquer iniciativa que contribuísse para o seu povoamento, cerca de duas décadas depois foi a ilha do

Corvo dada a Diogo de Teive, com confirmação régia de 28 de Janeiro de 1474, passando a integrar a donataria das Flores. Sendo assim, nas Flores e Corvo, os seus donatários ou viveram lá ou fizeram-se representar por um agente (até à integração das duas ilhas na Capitania-Geral dos Açores, em 1766).

A princípio, cada ilha dos grupos oriental e central dos Açores constituiria uma capitania. Porém, durante a segunda metade do século XV, várias alterações foram feitas ao plano inicial, por iniciativa da infanta D. Beatriz, duquesa de Viseu, regente na menoridade de seu filho D. Diogo, entre 1470 e 1483. Foi ela quem ordenou, em 1474, a divisão administrativa da ilha Terceira em duas capitanias, Angra e Praia (caso único nos Açores) – integrando, no mesmo ano, a ilha de São Jorge na capitania de Angra –, e quem mandou, em 1482, incorporar a ilha do Pico na capitania do Faial. As donatarias eram representadas, nas ilhas, pelos capitães do donatário, um cargo hereditário que tinha de ser reconhecido pelo donatário, tal como a venda dos direitos sobre a capitania. A falta de sucessão do capitão implicaria a perda da capitania a favor da Coroa, que a entregaria a um novo capitão do donatário.

No desenrolar do povoamento foram-se efectivando e constituindo os aglomerados urbanos, procedendo-se à divisão ou não do espaço insular em concelhos, sediados nas vilas e cidades criadas, mormente, até ao meado do século XVI. Quando a rede concelhia ficou estabelecida, a Coroa desejou exercer um maior controlo sobre as ilhas, criando, a partir dos meados do século XVI, a Corregedoria-Geral das Ilhas, com sede na cidade de Angra da ilha Terceira.

No decorrer do período Filipino, houve um Governo-geral nos Açores, também sediado em Angra, com o objectivo malogrado de melhor controlar as ilhas. A sua acção abrangeu, na prática, a Terceira e São Miguel, permanecendo as restantes ilhas mais afastadas da acção centralizadora do poder régio. Após a Restauração de 1640, D. João IV continuou a política de centralização do poder que havia sido estabelecida durante o período filipino, mediante a criação de novos governos-gerais. Nos Açores também estava prevista a instituição de um governo-geral. Todavia, face às queixas do senado de Angra, relatando os abusos praticados pelos espanhóis, D. João IV decidiu-se, em 1652, por não estabelecer um Governo-Geral nos Açores. Como tal, em termos administrativos, o arquipélago voltou à situação em que estava antes da crise dinástica de 1580-1583[3]. Esta situação só se alterou quando, em 1766, as capitanias foram abolidas no seguimento da política reformista e centralista do marquês de Pombal, ao instituir a Capitania-Geral dos Açores, uma vez mais, com sede em Angra.

[3] Cf. Paulo Silveira e Sousa, "*O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime*", in AAVV, *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 110.

A guerra civil entre as facções Liberal e Absolutista levou à reunião, na Terceira, de muitos liberais. Em 1828 estabeleceram, em Angra, a Junta Provisória do Reino em nome de D. Pedro IV e de sua filha D. Maria II. A 28 de Outubro desse ano foram efectuados dois decretos: um fazia da cidade de Angra capital do Reino e do Império; o outro reconfirmava Angra como capital das ilhas dos Açores. Se o primeiro decreto foi revogado após a «tomada» de Lisboa, a 24 de Julho de 1833, o segundo nunca o foi.

Com a vitória dos liberais, em 1834, o arquipélago dos Açores foi reformulado política e administrativamente. Em 1836 foram criados os três distritos autónomos de Angra, Horta e Ponta Delgada, na sequência da reforma administrativa iniciada por Mouzinho da Silveira. Aquela repartição acabava por espelhar a realidade vivida nas ilhas, pois, desde a primeira centúria do povoamento que se tinha estabelecido uma hierarquia entre as ilhas. Como tal, as ilhas Terceira, Faial e São Miguel constituíram-se como ilhas-cabeça, enquanto as ilhas que mais se acercavam eram suas satélites.

A organização político-administrativa dos Açores transformou-se a partir de 1976, quando a Região Autónoma dos Açores foi estabelecida, num contexto de democracia parlamentar nacional e regional. Ainda que o arquipélago se afirme como uma região bem definida, não deixa de ser um território fraccionado em nove ilhas desiguais, mais ou menos afastadas entre si – a distância entre os extremos sudeste (Santa Maria) e nordeste (Corvo) é cerca de 603 quilómetros – e onde permanece a relação entre as ilhas-cabeça e as ilhas-satélite.

No primeiro século do povoamento foram criados vinte concelhos nas ilhas, desde os reinados de D. Afonso V e D. João II, mas sobretudo nos de D. Manuel I e de D. João III. Encontravam-se distribuídos por oito das nove ilhas[4], aos quais se juntou o da Madalena do Pico, em 1723. Esta rede concelhia manteve-se até às reformas administrativas decorrentes da implantação do regime liberal em Portugal. As vilas mais antigas foram criadas pelos capitães dos donatários, facto que justifica a ausência documental ou da carta de criação de vila e seu termo. Só quando os Açores entraram na coroa, com a entronização de D. Manuel I, é que começaram a ser facultadas cartas régias aos novos concelhos então criados. É a partir desse momento que se tem conhecimento pormenorizado das datas da criação dos concelhos açorianos, a partir do de Ponta Delgada, em 1499.

Este enquadramento histórico é essencial para estabelecer as cronologias mais antigas dos edifícios erguidos nos Açores. Se, nas primeiras décadas do povoamento, as edificações primitivas foram construídas recorrendo às matérias-primas disponíveis mais abundantes e menos custosas, como a madeira, as pedras vulcânicas e a

[4] A ilha do Corvo pertenceu, administrativamente, ao concelho de Santa Cruz das Flores até à criação do concelho de Vila do Corvo, em 1832.

cobertura em colmo – em abundância nas ilhas –, nas últimas décadas do século XV começaram a ser levantadas igrejas e casas em alvenaria. Os edifícios de maior importância para a comunidade, de que as igrejas são o exemplo paradigmático, às quais se juntam as casas de câmara, as casas dos capitães do donatário e as casas das alfândegas (quando existiam). Foram os edifícios que primeiro se converteram em construções permanentes, conferindo um carácter mais definitivo à implantação das povoações, sediando-as e consolidando-as.

> (...) *à medida que os aglomerados populacionais iam adquirindo uma maior configuração, os povoadores investiam na edificação de igrejas* (...)*. Estas iniciativas privadas* (...) *foram acompanhadas pela fundação de outras igrejas, apadrinhadas pelos poderes públicos. Assim o entendemos de uma carta de 21 de Março de 1511, na qual a Câmara de Vila Franca do Campo, em São Miguel, apresenta as suas dificuldades financeiras a D. Manuel I, provocadas pelo facto de ter mandado edificar uma igreja em cada vila da ilha. Temos, assim, três tipos de responsáveis pelas fundações de ermidas e igrejas: o infante D. Henrique, na expressão de um domínio temporal e espiritual; os devotos, a título particular; e as câmaras municipais, no período inicial do exercício das suas competências.*
> (...) *As pequenas ermidas, que se transformaram em igrejas paroquiais em resposta ao crescimento da rede demográfica, garantiram a sua manutenção pela partilha de obrigações: as capelas-mores e as sacristias* (...) *eram da responsabilidade do mestre da Ordem de Cristo, enquanto os corpos dos edifícios* (...) *eram uma competência dos fiéis. Mantiveram-se as ermidas particulares, cuja conservação pertencia, exclusivamente, ao padroeiro*[5]*.*

Pelo testamento do infante D. Henrique (1460) tem-se conhecimento de quais as igrejas que ele, como donatário dos Açores e administrador da Ordem de Cristo, mandou estabelecer nas «Ilhas Terceiras»:

> (…) *Estas som as egreias e capellas que eu o Iffante Dom Anrrique Regedor e governador da ordem da cavalaria de nosso snor Jesu christo Duque de Viseu e snor de Covilhãa, estabeleci e ordenei pera sempre em reverença e louvor de meu snor Jesu christo e da virgem santa Maria sua madre minha senhora* (…).
> *Item ordenei e estabeleci a igreja de são Luis, na ilha de são Luis* [Faial]*, e a igreja de são Diniz na Ilha de são Diniz* [Pico]*: e a igreja de são Jorge na ilha de são Jorge; e a igreja de são Thomaz na Ilha de são thomaz* [Flores]*: e a igreja de santa Eiria na ilha de santa Eiria* [Corvo]*.*
> *Item ordenei e estabeleci a igreja de Jesu christo na ilha de Jesu christo* [Terceira]*: e outra igreja na ilha graciosa.*
> *Item ordenei e estabeleci a igreja de são Miguel na ilha de são Miguel: e a igreja de santa Maria na ilha de santa Maria* (…)[6].

Estas são as igrejas que o infante *ordenou e estabeleceu* nas ilhas açorianas até à sua morte, em 1460, mas tal não significa que tenham sido construídas no seu tempo de vida. Duvida-se que alguma o tenha sido, porém, de todas as igrejas sobreditas, só

[5] Susana Goulart Costa, "A Igreja: implantação, práticas e resultados", in Artur Teodoro Matos; Avelino de Freitas de Meneses; José Guilherme Reis Leite (direcção científica), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 185.
[6] *Archivo dos Açores*, vol. I, [ed. Francisco do Canto], Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1878, pp. 333-334.

as obras da igreja de Santa Maria (Nossa Senhora da Assunção – Vila do Porto) e das primitivas igrejas de São Miguel (São Miguel Arcanjo – Vila Franca do Campo) e de Jesus Cristo (São Salvador do Mundo – Angra do Heroísmo) poderiam, então, já estar iniciadas. Pela efectivação tardia do povoamento nas ilhas das Flores e do Corvo, já nas duas primeiras décadas do século XVI, as respectivas igrejas, se chegaram a ser construídas, acabaram por sê-lo mais de cinquenta anos depois da morte do infante D. Henrique. Contudo, não há referências a uma igreja de São Tomás nas Flores, nem de Santa Iria no Corvo, que se justifica por terem mudado de orago ou por não terem chegado a ser edificadas. Das nove igrejas mencionadas, apenas quatro mantêm o orago original: Santa Maria, São Miguel, Jesus Cristo e São Jorge, sem que se saiba qual o orago da igreja Graciosense[7].

As igrejas referidas no testamento do infante D. Henrique foram as primeiras cuja edificação foi ordenada nos Açores, uma por ilha. Tal não significa que não tenham existido outras, mandadas construir na transição dos séculos XV-XVI pelos capitães do donatário ou pelas comunidades cujos povoados prosperavam, tornando-se freguesias e vilas. Àqueles templos acrescentavam-se os dos primeiros conventos franciscanos que se estabeleceram no arquipélago. No entanto, não é possível confirmar se, primitivamente, teriam três naves ou nave única. Todas as igrejas cujos edifícios chegaram até à actualidade foram alvo de reformas, alterações, acrescentos, demolições parciais ou mesmo totais, fosse por desejo das populações ou por consequência de sismos, erupções vulcânicas ou tempestades. No caso da demolição, a regra geral adoptada foi construir um novo e maior edifício, de acordo com as correntes estéticas predominantes na época, como o testemunham as igrejas já mencionadas de Jesus Cristo (Sé de Angra) São Miguel (Matriz de Vila Franca do Campo) e de São Jorge (Matriz de Velas).

> *Tal como sucedeu nas questões de nível político, administrativo, económico, social e cultural, os primórdios da Igreja açoriana resultam das orientações da monarquia portuguesa, como proprietária do arquipélago* (...)*. Tal premissa conduziu à transposição dos modelos religiosos dos espaços de origem dos primeiros povoadores para as ilhas. Na sua bagagem cultural, os primeiros povoadores trazem a sua experiência religiosa tardo-medieval, que acompanhará as alterações que decorrem no cristianismo quinhentista e que conduzirão à Reforma Protestante e à Contra-Reforma. Assim, a igreja açoriana construiu-se através de um processo com diversas etapas, para o qual contribuíram elementos atinentes, mas igualmente factores exógenos à história religiosa, designadamente os ritmos de povoamento, os constrangimentos da insularidade e o peso das relações com os poderes políticos*[8]*.*

[7] A ilha Graciosa é a única ilha dos Açores que parece não ter tido um nome cristão. Tanto se desconhece quanto se acredita que jamais o teve, como o comprova o testamento do infante D. Henrique, de 1460, cerca de dez anos após o começo do povoamento da ilha, no qual refere todas as ilhas pelos seus nomes cristãos, excepto a Graciosa.
[8] Susana Goulart Costa, *Op. cit.*, p. 173.

2.1. Sobre a criação de um bispado nos Açores

As ilhas dos Açores começaram por estar subordinadas à jurisdição temporal e espiritual da Ordem de Cristo, exercida pelo Dom Prior de Tomar, vigário geral da dita ordem. Esta jurisdição foi outorgada por carta régia de D. Afonso V, datada de 7 de Junho de 1454, e reafirmada pela bula *Inter Caetera*, de 13 de Março de 1455, em que o papa Calisto III confirmou as concessões feitas pelo rei português. Com a erecção do bispado do Funchal, em 1514, os Açores passaram para a sua jurisdição.

O interesse de D. João III na criação de um bispado nos Açores data de 1528, quando o rei fez mercê do *bispado das ilhas Terceiras* a António de Azevedo Coutinho. Porém, só em Maio de 1532 foi D. Martinho de Portugal encarregue pelo monarca de pedir ao papa a erecção de vários bispados, entre os quais, um nas *ilhas Terceiras*, com sede em São Miguel. A 31 de Janeiro de 1533, o papa Clemente VII expediu a *Cedula Consistorialis*, na qual criava o bispado da ilha de São Miguel – *Episcopatus insulae sancti michaelis*. Todavia, aludia à necessidade de tornar cidade,

> (…) *a cidade ou aldeia na qual existe a dita igreja de São Miguel, ou de outro modo designada, e isto para a cidade que se chama de São Miguel, e erigir e constituir por autoridade apostólica a dita igreja de São Miguel em Catedral, sob a mesma invocação, a favor de um bispo a chamar-se de São Miguel, que a ela presida, amplie as suas instalações, lhe dê forma de igreja catedral* (…)[9].

Com a expedição da *Cedula Consistorialis*, D. João III tinha, antes do mais, de dar carta de cidade à povoação que iria receber a cátedra episcopal, para que o bispo aí pudesse ter assento. A partir do final de Janeiro de 1533, o rei deve ter encetado as diligências para dar carta de cidade à povoação onde se situava a dita igreja de São Miguel. Foi algures, no ano de 1533, que D. João III teve notícias sobre o cataclismo que se abatera sobre Vila Franca do Campo, onze anos passados, o que justificou medidas régias para a reconstrução de Vila Franca, expressas no alvará expedido a 01.02.1534. Face à subversão que deixou Vila Franca do Campo arrasada e despovoada de povo e fidalgos, o rei ordenou que se avançasse com as obras de reconstrução. Porém, tal também significava que a povoação predestinada a ser sede de bispado não se encontrava em condições para o ser, ainda mais com a igreja de São Miguel, Matriz de Vila Franca do Campo, pretendida catedral, não passar de um monte de escombros. Se, a tudo isto, adicionar-se a notícia sobre o surto de peste subsequente ao terramoto de 1522, que grassou na ilha de São Miguel entre 1523 e 1531, talvez se perceba a decisão de D. João III de mudar a sede de diocese não para uma outra

[9] *Cedula Consistorialis* in *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum,* (1868), p. 144, cit. Valdemar Mota, *Santa Sé do Salvador – Igreja Catedral dos Açores*, Angra do Heroísmo, ed. Sé de Angra, 1981, p. 23.

povoação micaelense, mas para outra ilha[10]. A escolha recaiu em Angra, na ilha Terceira, que recebeu carta de cidade a 21 de Agosto de1534, passada em Évora, ficando desse modo dotada das condições para ser a cabeça do novo bispado. Esta escolha resulta das informações que o rei deve ter recolhido na procura de uma alternativa a Vila Franca do Campo, nas quais se destacou Angra por ser sadia e em franco crescimento. O grande movimento do seu porto tornou-a na escala quase obrigatória na travessia do Atlântico Norte, na volta das Índias. Contudo, Clemente VII faleceu a 26 de Setembro de 1534, sem que expedisse a bula de erecção da nova diocese. Por fim, a 3 de Novembro de 1534, o papa que lhe sucedeu, Paulo III, expediu a *Bula Aequum reputamus*, na qual erigia um novo bispado nos Açores:

> (…) *e existia,* (…) *a ilha chamada ilha de São Miguel, situada no mesmo mar oceano, maior e mais notável do que as outras ilhas a ela próximas, chamadas dos Açores, ocupada e defendida por grande população de cristãos, e numa parte dela que se chama Angra, havia, entre outras, uma insigne igreja paroquial dedicada sob invocação do Santo Salvador* (…) [Clemente VII] *erigiu e instituiu a cidade ou vila do Santo Salvador, em a cidade que se chamaria do Santo Salvador, e erigiu a mesma igreja do Santo Salvador em igreja catedral, sob a invocação do Santo Salvador, para um Bispo que se chamaria do Santo Salvador, Bispo que presidisse à mesma igreja do Santo Salvador* (…)[11].

É inequívoca a escolha do templo onde teria assento a cátedra episcopal, a igreja de São Salvador de Angra, na ilha Terceira, cujo orago deu o nome à diocese: *Episcopatus Sancti Salvatori*. O que é interessante nesta citação não é nome erróneo da ilha em que é situada a sede episcopal, São Miguel, uma vez que, na ausência de mais referências, indicou-se o nome da ilha mencionada anteriormente na *Cedula Consistorialis* – consequência de um quase total desconhecimento da geografia das ilhas dos Açores. O que deveras importa é o facto de nela se afirmar que Clemente VII, o papa antecessor, ter erigido e instituído a cidade, a igreja e o bispo de São Salvador, ou seja, tal já estaria determinado antes da sua morte, a 26 de Setembro de 1534. Conclui-se, assim, que o processo de mudança de sede da nova diocese a ser criada nos Açores durou, no máximo, ano e meio, balizado, por um lado, pela tomada de consciência de D. João III, algures em 1533, da situação em que estava Vila Franca do Campo e, por outro, pela carta de cidade dada a Angra, a 21 de Agosto de 1534.

Se se cruzar a história da criação de um bispado nos Açores com a da data do alvará régio para a reconstrução de Vila Franca do Campo – de 1 de Fevereiro de 1524

[10] É conhecido o pavor que D. João III tinha da peste, tendo sido o principal motivo para que a corte se transferisse para a região de Évora, após o terramoto de 1531. O rei só regressou a Lisboa em 1538, dois anos depois de reportados os últimos casos de peste na cidade.

[11] *Bula Aequum reputamus* (A.N.T.T., Bulas, maço 17, nº32), trad. Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1960-1962, pp. 261-267.

ou de 1534, consoante os cronistas – verifica-se que ambas respondem-se mutuamente. Quando, em Maio de 1532, D. Martinho de Portugal foi incumbido pelo monarca de solicitar ao papa a erecção de várias novas dioceses, entre elas, uma nos Açores, forneceu as informações que detinha quanto à igreja, povoação e ilha escolhidas para sede de bispado. Foi com base nessas informações que foi expedida a *Cedula Consistorialis*, de 31 de Janeiro de 1533, que identifica inequivocamente a igreja de São Miguel Arcanjo, em Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, e com um bispo a chamar-se de São Miguel. Parece muito improvável que D. João III solicitasse ao papa a criação de uma diocese num lugar que soubesse ter sofrido um cataclismo em 1522. Se o alvará régio fosse de 01.02.1524, tal significaria que o rei saberia, desde então, que Vila Franca tinha sido arrasada, o que estranharia a sua escolha, em 1532, para sede do futuro bispado – só se o monarca tivesse fé que Vila Franca e a sua igreja de São Miguel estariam prontas a tempo da criação da diocese. Porém, a partir da *Cedula Consistorialis*, D. João III foi obrigado a tornar cidade a povoação eleita para sede de bispado. Não há dúvidas que algo se passou para, a 21 de Agosto de 1534, El-rei dar carta de cidade a Angra, na ilha Terceira. Ou o monarca apurou que, apesar do alvará de 1524, Vila Franca ainda não estaria em condições para ali se instalar a sede do novo bispado ou, o que parece mais plausível, o alvará régio da reconstrução de Vila Franca do Campo é de 01.02.1534, decorrente das diligências feitas no terreno a partir de Janeiro de 1533. A alteração da sede episcopal para Angra justifica-se, assim, por Vila Franca ainda se encontrar por reconstruir, devido a uma catástrofe que o rei desconhecia por completo.

2.2. Arrolamento das igrejas de três naves açorianas

O quadro infra-sito expõe o arrolamento das igrejas de três naves presentes ou que comprovadamente existiram no arquipélago dos Açores, desde o século XV até ao século XX[12]. Encontram-se distribuídas por ilha, concelho e localidade. Segue-se o rol das igrejas, à frente das quais surge uma de três letras, consoante a instituição a que pertence/pertencia: P (paroquial); C (conventual) e M (Misericórdia). À frente, informa-se sobre a datação dos edifícios, estando assinaladas as principais campanhas de obras referentes à arquitectura das igrejas. Os campos sombreados correspondem às igrejas desaparecidas, assim como a alguns edifícios precedentes, sobre os quais existem registos escritos e/ou imagéticos que corroboram a existência das três naves.

[12] O número total de igrejas de três naves poderá ser maior devido às que desapareceram. Na falta de registos escritos e/ou imagéticos explícitos, que evidenciassem a organização interna dos edifícios, foi definido não incluir as igrejas que se mostrassem dúbias.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Terceira **13** (5)	Angra do Heroísmo **9** (3)	Angra do Heroísmo	*Sé de São Salvador*	P	1570-1618
			São João Baptista	P	1643-post. 1717
			N.ª S.ª Conceição	P	2.ª metade séc. XVI/ 1.ª metade séc. XIX
			N.ª S.ª Guia	C	1666-1672
			Misericórdia	M	séc. XVI
		São Bartolomeu	*São Bartolomeu*	P	1846-1887/1964-1971
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	séc. XVI/1834/1844-1867
		Raminho	*São Francisco Xavier*	P	1855-1861/1890
		São Sebastião	*Matriz São Sebastião*	P	1.º quartel séc. XVI
		Porto Judeu	*Santo António*	P	séc. XVIII
		Ribeirinha	*São Pedro*	P	4.º quartel séc. XVI
	Praia da Vitória **4** (2)	Praia da Vitória	*Matriz Santa Cruz*	P	1517/1577/1628-1694/ 1812/1842
		Cabo da Praia	*Santa Catarina*	P	post. 1724-1767I
		Lajes	*S. Miguel Arcanjo*	P	1826
		Vila Nova	*Espírito Santo*	P	séc. XVI
		Agualva	*N.ª S.ª Guadalupe*	P	post. 1614-1678
		Quatro Ribeiras	*Santa Beatriz*	P	1652
Graciosa **4** (2)	Santa Cruz da Graciosa **4** (2)	St.ª Cruz da Graciosa	*Matriz Santa Cruz*	P	c. 1500-1523/1750
			São Francisco	C	1700-1708
		Guadalupe	*N.ª S.ª Guadalupe*	P	1713-1756
		Praia	*São Mateus*	P	2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895
		Luz	*N.ª S.ª Luz*	P	1738-1745-1793
São Jorge **5** (0)	Velas **2** (0)	Velas	*Matriz São Jorge*	P	1664-1675
		Rosais	*N.ª S.ª Rosário*	P	séc. XVIII/1964
	Calheta **3** (0)	Calheta	*St.ª Catarina Alexandria*	P	1732-1760-1763
		Ribeira Seca	*São Tiago Maior*	P	post- 1757-1761
		Topo	*Matriz N.ª S.ª Rosário*	P	post. 1757-1761
Pico **10** (2)	Lajes do Pico **3** (2)	Lajes do Pico	*Matriz St.ma Trindade*	P	1509-1539/1895-1967
		São João	*São João Baptista*	P	1829-1832
		Piedade	*N-ª S.ª Piedade*	P	post. 1757
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	1500/1677
	São Roque **4** (0)	São Roque	*Matriz São Roque*	P	1714-1726
		Prainha	*N.ª S.ª Ajuda*	P	1787/1856
		Santo Amaro	*Santo Amaro*	P	post. 1736
		Santo António	*Santo António*	P	1696
	Madalena **3** (0)	Madalena	*Matriz S. Maria Madalena*	P	1645-1666/1891
		São Mateus	*Bom Jesus Milagroso*	P	1838-1842
		Bandeiras	*N.ª S.ª Boa Nova*	P	déc. 1860
Faial **5** (8)	Horta **5** (8)	Horta	*N.ª S.ª Rosário*	C	1696-1700
			Matriz São Salvador	P	ant. 1514/1607-1615
			N.ª S.ª Conceição	P	séc.XVI/1607/1749/1933
		Praia do Almoxarife	*N.ª S.ª Graça*	P	1758
		Pedro Miguel	*N.ª S.ª Ajuda*	P	início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998
		Ribeirinha	*São Mateus*	P	1.ª metade séc. XVII/ post. 1926
		Cedros	*Santa Bárbara*	P	1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971
		Salão	*N.ª S.ª Socorro*	P	1780
		Capelo	*St.ma Trindade*	P	post. 1672
		Castelo Branco	*Santa Catarina*	P	1767
		Feteira	*Espírito Santo*	P	1.º quartel séc. XVI/1824
		Flamengos	*N.ª S.ª Luz*	P	séc. XVII/1736

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Flores **2** (1)	Lajes das Flores **1** (0)	Fajãzinha	*N.ª S.ª Remédios*	P	1776-1778
	St.ª Cruz das Flores **1** (1)	St.ª Cruz das Flores	*Matriz N.ª S.ª Conceição*	P	séc. XVI/1781-1859
Santa Maria **2** (0)	Vila do Porto **2** (0)	Vila do Porto	*Matriz N.ª S.ª Assunção*	P	sécs. XV-XVI
		Santo Espírito	*N.ª S.ª Purificação*	P	3.º quartel séc. XVIII
São Miguel **41** (2)	Vila Franca do Campo **3** (1)	Vila Franca do Campo	*Matriz S. Miguel Arcanjo*	P	ant. 1522/post. 1534
		Água de Alto	*São Lázaro*	P	1833-1855
		Ponta Garça	*N.ª S.ª Piedade*	P	1846-1869
	Ponta Delgada **10** (0)	Ponta Delgada	*Matriz S. Sebastião*	P	post. 1531-1545
			N.ª S.ª Conceição/S. José	C	1709-1714
			N.ª S.ª Graça	C	1680
		Santo António	*Santo António*	P	1730-1734
		Ajuda da Bretanha	*N.ª S.ª Ajuda*	P	sécs. XVII-XVIII
		Capelas	*N.ª S.ª Apresentação*	P	1733-1739
		Fenais da Luz	*N.ª S.ª Luz*	P	1728-1756
		Relva	*N.ª S.ª Neves*	P	1712-1758
		Arrifes	*N.ª S.ª Saúde*	P	séc. XVIII
		Rosto de Cão	*São Roque*	P	1734-1750
	Ribeira Grande **12** (1)	Ribeira Grande	*Matriz N.ª S.ª Estrela*	P	1728-1736
			N.ª S.ª Conceição	P	1732-1766
		Ribeira Seca	*São Pedro*	P	1830
		Rabo de Peixe	*Bom Jesus*	P	1734-1758
		Calhetas	*N.ª S.ª Boa Viagem*	P	1830
		Pico da Pedra	*N.ª S.ª Prazeres*	P	1802-1807
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	ant. 1852
		Ribeirinha	*S. Salvador do Mundo*	P	1830-1861
		Porto Formoso	*N.ª S.ª Graça*	P	séc. XVIII
		São Brás	*São Brás*	P	1874-1886
		Maia	*Divino Espírito Santo*	P	1796-1825
		Lomba da Maia	*N.ª S.ª Rosário*	P	1868-1877
		Fenais da Ajuda	*Reis Magos*	P	1832-1843
	Nordeste **7** (0)	Nordeste	*Matriz São Jorge*	P	1796
		Achada	*N.ª S.ª Anunciação*	P	1782/1869
		Achadinha	*N.ª S.ª Rosário*	P	1830/ref. 1882
		Lomba da Fazenda	*Imaculada Conceição*	P	1909-1918
		Lomba da Pedreira	*N.ª S.ª Luz*	P	1872
		Santana	*Santa Ana*	P	1869
		Nordestinho	*Santo António*	P	1899-1906
	Lagoa **4** (0)	Lagoa	*Matriz Santa Cruz*	P	1507/ref. 1583-1586
			N.ª S.ª Rosário	P	1767-1772
		Água de Pau	*N.ª S.ª Anjos*	P	post. 1525
		Cabouco	*N.ª S.ª Misericórdia*	P	1847-1859
	Povoação **5** (0)	Povoação	*N.ª S.ª Mãe de Deus*	P	1848-1856/1946-1952
			N.ª S.ª Rosário	P	c. 1595/ref. 1671
		Água Retorta	*N.ª S.ª Penha de França*	P	1872
		Faial da Terra	*N.ª S.ª Graça*	P	1808-1839
		N.ª S.ª Remédios	*N.ª S.ª Remédios*	P	post. 1893
TOTAL = **82** (20)	18 CONCELHOS	84 LOCALIDADES	**102 igrejas de três naves identificadas nos Açores**		

Fig. 2.2 – Quadro das igrejas de três naves dos Açores. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas que desapareceram. As igrejas desaparecidas encontram-se sombreadas.

Legenda: **P**-Paroquial; **C**-Conventual; **M**-Misericórdia; **séc**.-século; **sécs**.-séculos; **déc**.-década; **c.**-cerca de; **ant**.-anterior a; **post**.-posterior; **ref**.-reformada em.

De um total de 102 igrejas de três naves identificadas em oito das nove ilhas dos Açores, 82 chegaram até hoje. Das 20 igrejas desaparecidas, 2 estão arruinadas e 3 foram demolidas, enquanto que as restantes 15 correspondem aos templos anteriores que tinham três naves e que foram substituídos por novas igrejas. Todas as igrejas de nave única ou com duas naves dos Açores foram excluídas deste arrolamento.

Os números totais das igrejas de três naves que existiram em cada ilha são, por ordem decrescente: São Miguel com 43, Terceira com 18, Faial com 13, Pico com 12, Graciosa com 6, São Jorge com 5, Flores com 3 e Santa Maria com 2.

A ilha de São Miguel tem 41 das 82 igrejas do tipo existentes nos Açores, metade do número total de edifícios. Por concelho, a Ribeira Grande (São Miguel) e a Horta (Faial) tiveram o maior número de templos, 13 cada. Actualmente, o concelho da Ribeira Grande (São Miguel) é o que tem mais exemplares, 12. A localidade com mais igrejas é Angra do Heroísmo (Terceira), com 4 existentes e 1 desaparecida.

A ilha Terceira chegou a possuir 18 igrejas de três naves, das quais 5 já desapareceram. Destas, a antiga Misericórdia de Angra foi demolida na primeira metade do século XVIII para dar lugar à actual igreja (1748). Esta era a única igreja açoriana do tipo que não era paroquial nem conventual. Sabe-se que tinha três naves através das descrições escritas pelos cronistas que a conheceram. Do mesmo modo se sabe que a desaparecida igreja quinhentista da Vila Nova tinha três naves, tendo sido substituída por uma igreja de nave única, em 1882.

A ilha Graciosa tem 4 igrejas paroquiais de três naves, às quais se junta a desaparecida igreja do convento de São Francisco, demolida em 1950, da qual apenas resta a torre. Há registos visuais quer desta igreja quer da fachada da igreja quinhentista de São Mateus da Praia, com três naves, substituída pelo actual templo em 1895.

A ilha de São Jorge tem 5 igrejas de três naves, com uma cronologia que começa no século XVII, com a Matriz de Velas, mas prevalecendo as edificações do século XVIII.

A ilha do Pico teve 12 igrejas de três naves, uma das quais foi substituída pela actual Matriz das Lajes do Pico (séc. XX), erguida com três naves. A Matriz da Madalena possui uma frontaria levantada em 1891, embora haja uma gravura oitocentista da anterior fachada. O corpo das naves é bastante mais antigo, construído no século XVII.

A ilha do Faial tem 13 igrejas de três naves, das quais 8 já desapareceram ou estão em ruínas. A igreja dos Cedros e da Feteira eram as mais antigas da ilha, construídas na transição dos séculos XV-XVI. A da Feteira foi substituída no século XIX pela actual, também de três naves. A de Cedros foi comutada, na década de 1971, por uma igreja de nave única. Restaram o portal, o óculo e a torre que não era coetânea da igreja. As igrejas da Conceição, Salão, Pedro Miguel e Ribeirinha desapareceram nos vários sismos que afectaram o Faial ao longo da sua história.

A ilha das Flores teve 3 igrejas de três naves: a Matriz de Santa Cruz das Flores construída no século XVI, que foi substituída no século XVIII por outra igreja de três naves, e a igreja setecentista da Fajãzinha.

A ilha de Santa Maria tem 2 igrejas de três naves: a Matriz de Vila do Porto foi construída na transição dos séculos XV-XVI; a igreja do Santo Espírito é do século XVIII.

As 41 igrejas de três naves existentes na ilha de São Miguel estão distribuídas por seis concelhos. As 2 igrejas desaparecidas de que há registos são a primitiva Matriz de Vila Franca do Campo, que tinha três naves e não seria muito diferente da actual igreja, embora tenha sido relocalizada após o terramoto de 1522. A igreja de Santa Bárbara mantém a fachada e a torre, apesar de profanada. Foi substituída por uma igreja de nave única, no século XX, que se lhe ergue fronteira, no outro lado da rua.

Do conjunto das 102 igrejas em análise, 96 eram paroquiais, 5 conventuais e 1 pertencia à Misericórdia de Angra. Das 82 igrejas existentes, 78 são paroquiais e 4 foram conventuais. Destas, a franciscana de Ponta Delgada acolhe a paroquial de São José, a graciana da mesma cidade foi profanada, a franciscana de Angra encontra-se afecta ao museu e a da Horta continua fechada, desamparada desde o sismo de 1998.

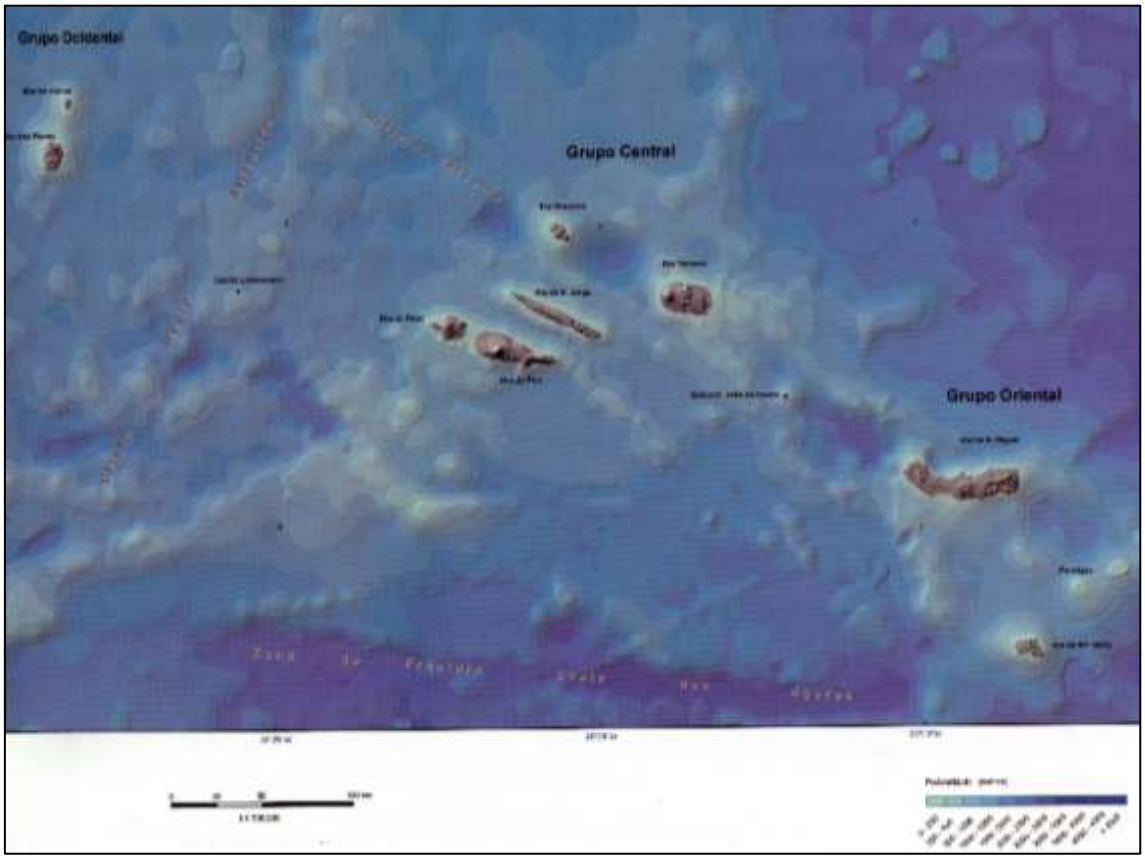


Fig. 2.3 – Mapa do arquipélago dos Açores.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 12.

3. Ilha Terceira



Fig. 3.1 – "Insula Terçera.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A ilha Terceira, universal escala do mar do ponente, é celebrada por todo o mundo, onde reside o coração e governo de todas as ilhas dos Açores, na sua cidade de Angra, cujo porto está em trinta e nove graus da banda do norte. É de figura oval, quase redonda; tem sua compridão de leste a oeste* […] *que são sete léguas de comprido, e sua largura de norte a sul, que podem ser até quatro léguas; e terá toda em circuito catorze, pelo caminho e estrada pública, que se anda toda em roda, que pela costa serão dezasseis ou dezassete, e muito mais por mar, por causa das pontas e enseadas*[1]*.*

A ilha de *Nosso Senhor Jesus Cristo da Terceira* foi dada a Jácome de Bruges pelo infante D. Henrique, em carta de 2 ou 21 de Março de 1450, embora o povoamento efectivo só tenha começado nos inícios de 1456, com a chegada do flamengo e da sua comitiva de povoadores. Não tendo apreciado o lugar onde primeiro tiveram assento, na Ribeira de Frei João, Jácome de Bruges depressa se mudou para os terrenos situados na parte leste da ilha, no extremo norte de uma grande baía, fundando ali a povoação de Santa Cruz da Praia. A Terceira foi, até 1474, uma única capitania pertencente a Jácome de Bruges, o primeiro e único capitão do donatário de toda a ilha. Com o seu enigmático desaparecimento, passados poucos anos da sua chegada, sucederam-se uma série de problemas sucessórios, já que só tinha duas filhas. Uma vez que o infante D. Henrique havia suspendido a Lei Mental, aquando da doação da Terceira a Jácome de Bruges, Duarte Paim, seu genro, reclamou toda a ilha para si.

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 7.

Entretanto, Álvaro Martins Homem tinha-se estabelecido num território na costa sul da ilha, junto a uma península ali existente (Monte Brasil), onde fundou a povoação de São Salvador de Angra. Tinha chegado à Terceira no início da década de 1460, encontrando-se ao serviço do infante D. Fernando, duque de Beja e Viseu – herdeiro do infante D. Henrique –, intitulando-se capitão.

A presença de um segundo capitão na ilha levou a que as facções de Duarte Paim e Álvaro Martins Homem começassem uma contenda pela posse do território. Ao tomar conhecimento das desavenças entre os povoadores da ilha Terceira e não sendo encontrada, na Corte, a carta de doação na qual o infante D. Henrique suspendia a Lei Mental, a infanta D. Beatriz, duquesa de Viseu e, à época, regente da mesma Casa e governadora da Ordem de Cristo, decidiu dar por extinta a linhagem do primeiro capitão da ilha Terceira. Por existirem notícias da sua larga extensão, D. Beatriz determinou, em 1474, a divisão da ilha em duas capitanias – Angra e Praia –, caso único nos Açores. A infanta deu a escolha da capitania a João Vaz Corte-Real, fidalgo de sua Casa, que escolheu a parte de Angra. Já Álvaro Martins Homem, que havia fundado Angra e fomentado o seu desenvolvimento, teve de se mudar para a capitania da Praia. Coube-lhe a definição dos quinhões, tendo sido ressarcido, pelos investimentos e obras já realizados em Angra. Duarte Paim e as descendentes de Jácome de Bruges, residentes na Praia, perderam todos os direitos que tinham sobre a ilha Terceira.

Angra e Praia são, desde o início do povoamento, as duas povoações que mais se destacaram na Terceira. Tornaram-se vilas no último quartel do século XV, às quais se juntou a Vila de São Sebastião, em 1504, mais para mediar os territórios dos outros dois concelhos do que por afirmação própria, já que o seu termo, pertencente à capitania de Angra, atravessava a ilha da costa Noroeste à costa Sudeste, intermediando os concelhos de Angra e Praia. Pelo seu desenvolvimento e auxílio às armadas que a demandavam, a 21 de Agosto de 1534, Angra recebeu carta de criação de cidade, dada por D. João III quando se encontrava em Évora. A 3 Novembro desse mesmo ano, o papa Paulo III instituiu o bispado de *Sancti Salvatoris* de Angra. A cátedra episcopal foi estabelecida na até então Matriz de São Salvador do Mundo.

Para além das sedes de concelho, as primeiras povoações que se tornaram freguesias abrangeram toda a ilha, sempre relativamente próximas da orla litoral. Com o avançar dos séculos, várias outras freguesias foram criadas, num processo de desagregação que prosseguiu até à actualidade. A autonomização de uma comunidade muitas vezes originava a construção de uma igreja maior e condigna da sua condição de sede paroquial. No entanto, também se assinala uma reforma das igrejas a partir do século XIX que entrou pelo século XX.

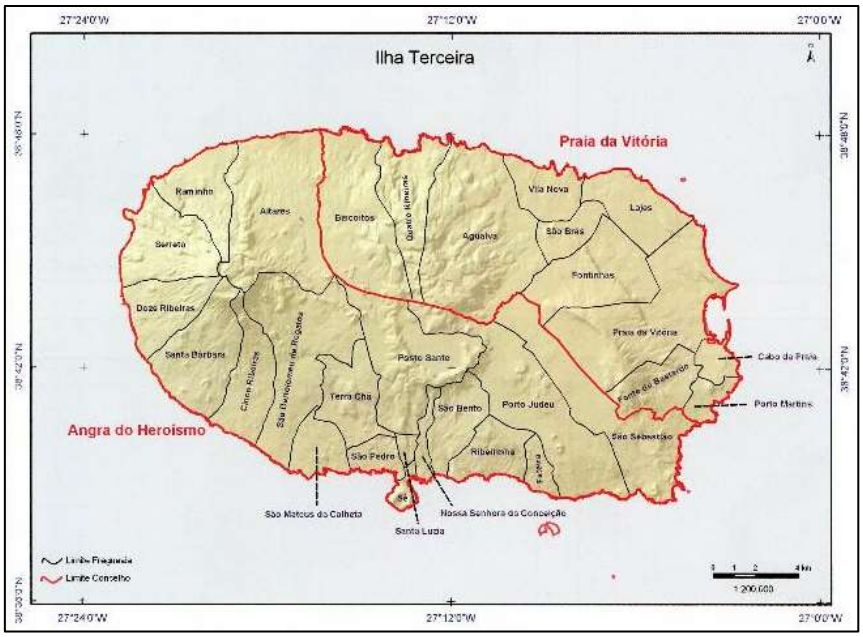


Fig. 3.2 – Mata administrativo da ilha Terceira.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Terceira **13** (5)	Angra do Heroísmo **9** (3)	Angra do Heroísmo	*Sé de São Salvador*	P	1570-1618
			São João Baptista	P	1643-post. 1717
			N.ª S.ª Conceição	P	2.ª metade séc. XVI/ 1.ª metade séc. XIX
			N.ª S.ª Guia	C	1666-1672
			Misericórdia	M	séc. XVI
		São Bartolomeu	*São Bartolomeu*	P	1846-1887/1964-1971
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	séc. XVI/1834/1844-1867
		Raminho	*São Francisco Xavier*	P	1855-1861/1890
		São Sebastião	*Matriz São Sebastião*	P	1.º quartel séc. XVI
		Porto Judeu	*Santo António*	P	séc. XVIII
		Ribeirinha	*São Pedro*	P	4.º quartel séc. XVI
	Praia da Vitória **4** (2)	Praia da Vitória	*Matriz Santa Cruz*	P	1517/1577/1628-1694/ 1812/1842
		Cabo da Praia	*Santa Catarina*	P	post. 1724-1767I
		Lajes	*S. Miguel Arcanjo*	P	1826
		Vila Nova	*Espírito Santo*	P	séc. XVI
		Agualva	*N.ª S.ª Guadalupe*	P	post. 1614-1678
		Quatro Ribeiras	*Santa Beatriz*	P	1652
TOTAL: **18 igrejas de três naves identificadas na ilha Terceira**					

Fig. 3.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha Terceira. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: P-Paroquial; C-Conventual; M-Misericórdia; séc.-século; post.-posterior.

Das 18 igrejas de três naves que existiram na ilha Terceira, 13 chegaram até hoje. A cidade de Angra é a povoação com mais exemplares, 4 existentes e 1 desaparecida, reflexo da sua importância como cabeça de bispado e capital dos Açores.

Houve duas igrejas de três naves que não eram paroquiais: a franciscana de Nossa Senhora da Guia e a primitiva Misericórdia de Angra, que teve origem na capela do hospital de Santo Espírito, fundado por João Vaz Corte-Real em 1492 e absorvido pela Misericórdia em 1498 – foi o primeiro hospital ultramarino português.

– *Matriz de São Sebastião*, Vila de São Sebastião



Fig. 3.4 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.5 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> (…) *está em um baixo, antre uns picos situada, a vila de São Sebastião, com uma grande igreja de três naves de sua invocação e três ou quatro capelas, com um vigairo e três beneficiados, que tem quinhentos moradores, de nobre gente* (…)[2].

A Vila de São Sebastião foi criada por D. Manuel I, em foral dado a 23 de Março de 1503. A sua criação e, principalmente, o estabelecimento do seu termo resultou de um problema administrativo quanto à delimitação das capitanias e dos concelhos pré-existentes de Angra e da Praia, uma questão que vinha desde a divisão da ilha Terceira em duas capitanias, em 1474, promovida pela infanta D. Beatriz

> *Só com a criação do termo da Vila de São Sebastião é que estas disputas se apaziguaram e o novo concelho passou, então, a ser a fatia intermediária da ilha, entre Angra e Praia, entendido como território neutral entre as duas capitanias. A constituição daquele concelho, pertença da capitania de Angra, resultou mais da tentativa do estabelecimento de uma zona tampão entre as duas vilas preexistentes do que do poderio económico do novo concelho[3].*

De facto, a povoação de São Sebastião não existia. Veio a ser fundada a meia cota entre dois povoados estabelecidos, no século XV, ao longo da ribeira que delimitava as duas capitanias da ilha: os lugares da Ribeira de Frei João, a jusante, e Santana da Porta Alegre, a montante. Quanto ao termo da vila, era uma faixa de terra que atravessava a Terceira no sentido Noroeste-Sudeste, de costa a costa, com cerca de meia légua de largura. O mais comum à época, nos Açores, era dar-se um termo de uma ou meia légua a uma nova vila, a contar do centro da povoação (pelourinho). A

[2] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 9.
[3] Mateus Laranjeira, *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, p. 27.

configuração do concelho da Vila de São Sebastião apresenta-se, assim, quase como uma «terra de ninguém» que aparta os concelhos de Angra e da Praia. Na prática, não havendo estradas que atravessassem a ilha pelo interior, quem vivesse na costa norte do termo teria, obrigatoriamente, de atravessar o território dos outros concelhos, Angra ou Praia, para chegar à Vila de São Sebastião.



Fig. 3.6 – "Mapa de la Isla Tercera" de Abraham Ortelius. Gravura a cobre colorida à mão, inserida no Atlas *L'Epitome du theatre de l' universe*, editado em Antuérpia, 1602. As linhas vermelhas sobrepostas ao mapa delimitam os três concelhos que existiram na ilha Terceira: Angra, Praia e São Sebastião, cujo termo apartava os outros dois.
Fonte: Mateus Laranjeira, *Casas de Câmara e Cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016.

> (…) *Fazemos saber, que achando nós o logar da Ribeira de Fr. João que he situado na nossa ilha Terceira de Jesus Christo, da parte d'Angra, conveniente para nelle se fazer huma grande povoação, com o termo que determinâmos de lhe ficar, assim por ser já muito povoado, como por ter huma muito boa fonte, onde está o dito logar, e igreja do orago de S. Sebastião, e estar no meio da estrada entre a Villa da Praia, e a d'Angra:* (…), *nos praz de fazer a dita Ribeira de Fr. João Villa de S. Sebastião, sem embargo d'antes desta nossa carta termos por outra feito no Porto Judeu, e não na Ribeira de Fr. João. E por nós termos informações de quanto melhor hé fazermos Villa no dito logar de Fr. João,* (…) *e a tiramos e desmembramos da Villa d'Angra a sua jurisdicção, e lhe damos por termo a ribeira secca, assim como parte da capitanía até a outra parte do Norte; e da banda do Ponente pelo biscouto da Feteira, linha direita, até a outra banda do Norte, de maneira que seja de mar a mar, e tão largo da parte do Norte, como hé da parte do Sul*[4].

A carta de foral de vila, dada por D. Manuel I, elucida-nos sobre a intenção régia para a construção de uma nova vila, apesar de esta ser sucedânea da Ribeira de Frei João, com um termo invulgar, *de mar a mar*, mas bem definido. Este excerto da carta é rico em informações que merecem ser analisadas. Para começar, é escrito e repetido que se deseja que o lugar da Ribeira de Frei João se torne Vila de São Sebastião, ou

[4] "Carta por que foi creada a villa de S. Sebastião. (L.º 2.º da camara da mesma villa, fl. 2.)", in Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, Documento – M., p. 506.

seja, que se mudasse o nome da povoação que iria receber o foral. A referência sobre a Ribeira de Frei João ser um lugar conveniente para se fazer uma grande povoação não alude ao povoado então existente, implantado numa encosta. No entanto, a montante daquele lugar encontrava-se um campo chão onde se produziam cereais, em cujos limites passava a estrada que, vinda de Angra, a poente, flectia para o quadrante norte, em direcção à Praia. Este campo era o local onde D. Manuel I previa que se fizesse uma grande povoação, pelo que ainda não estava planeada ou construída.

Todavia, a carta também nos informa que já havia gente lá instalada, que já existia uma fonte e que lá se situava uma igreja de São Sebastião. Devia tratar-se de uma capela primitiva, existente em 1503, que foi substituída pela actual igreja no primeiro quartel do século XVI. Várias foram as freguesias que não ergueram as suas igrejas nos centros dos povoados, mas a meio caminho entre dois lugares da freguesia. Nestes casos, verificou-se um desenvolvimento urbano em torno da igreja que, muitas vezes, se tornou no novo centro da povoação. Foi o que aconteceu com a Vila de São Sebastião, que para além de mudar de nome também mudou de lugar.

Pelo que também consta na carta supracitada, o povoado do Porto Judeu já teria recebido carta de vila. Porém, pelas informações que D. Manuel I dispunha, os terrenos da Ribeira de Frei João teriam melhores condições. O Porto Judeu situava-se na orla costeira, sobre as rochas, enquanto os terrenos da Ribeira de Frei João encontravam-se afastados da costa. A sua implantação a meia encosta permitia-lhe ser um posto de vigilância que conseguia cobrir duas léguas de costa, sem os perigos vindos do mar a que estavam sujeitas as povoações costeiras. Para a Vila de São Sebastião acabaram por migrar, ao longo do século XVI, quase todos os moradores do lugar de Santana da Porta Alegre, que se arruinou e desapareceu. Boa parte dos vizinhos da Ribeira de Frei João também se mudaram para a nova vila, ainda que, neste caso, a povoação primitiva continuou a existir como um lugar sufragâneo da Vila de São Sebastião.

É possível que a igreja de São Sebastião mencionada na carta de foral se encontrasse no mesmo lugar onde veio a ser construída a igreja Matriz. Também existe a hipótese, remota, de a igreja actual ser a referida na carta ou, pelo menos, a possibilidade de alguns dos seus elementos arquitectónicos serem anteriores a 1503. Por outro lado, a localização da igreja teria tido em conta a referida fonte, situada num terreiro após o seu tardoz, em conjunto com a curva da estrada já mencionada. A igreja implanta-se num quarteirão próprio, tendo sido uma das primeiras construções da nova vila, que se tornou no marco regulador do seu urbanismo.

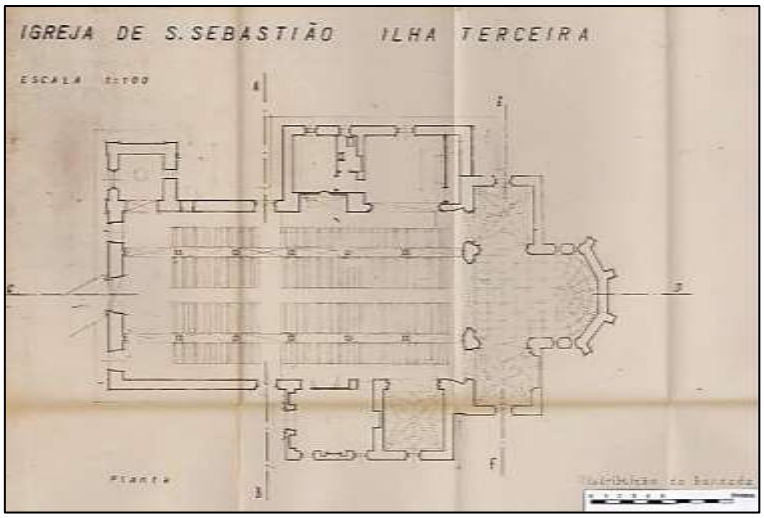


Fig. 3.7 – Matriz de S. Sebastião, Vila de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores

A Matriz de São Sebastião foi objecto de uma intervenção de restauro pela Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais, realizada entre 1953 e 1957, cujo objectivo foi repor o seu aspecto mais original, do primeiro quartel do século XVI, anterior às várias obras e acrescentos a que foi sujeita ao longo dos séculos. No decorrer daquela intervenção foi retirada a cobertura em duas águas que tinha substituído a cobertura original, com três coberturas autónomas e clerestório. Também se substituiu o portal barroco pelo primitivo que se encontrava emparedado, demoliu-se um corpo adossado à igreja, contíguo à capela lateral do lado do Evangelho e retiraram-se todos os retábulos de talha dourada existentes no espaço interno.



Fig. 3.8 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.9 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de São Sebastião apresenta uma planta de três naves, com seis tramos, e arcarias de volta inteira apoiadas em colunas, sendo sobrepujadas por um clerestório. A cabeceira é constituída pela capela-mor e por duas capelas colaterais, com arcos de volta inteira baixos e largos, permitindo a comunicação entre as capelas. Este «falso tramo» não só parece um transepto colocado na cabeceira, mas também poderia funcionar como tal, já que os sobreditos arcos quase têm a largura das colaterais. A capela-mor que hoje se observa não é a primitiva. Essa teria uma provável abóbada nervurada que ruiu ou estaria para ruir nos meados do século XVI. Foi substituída pela actual abóbada de berço, com caixotões, rematada numa abside de planta poligonal, remanescência da capela-mor primitiva, coberta por meia calote. A capela-mor foi erigida na sequência do alvará de D. Sebastião, de 16 de Junho de 1568, que ordenava:

> (…) *que as capellas das egrejas que forem da minha obrigação nas ditas ilhas* [Açores]*, que estiverem derribadas, ou por visitação do prelado estiver assentado que se concertem, ou façam de novo, onde os corpos das egrejas sejam feitos, se façam, e concertem assim e da maneira que nas ditas visitações estiver ordenado. E o que fizerem de custo se pague à custa de minha fazenda* (…)[5].

As capelas colaterais apresentam uma menor profundidade. Os arcos de entrada e de passagem têm o intradorso composto por colunelos que, após os capitéis, prosseguem pelo arco. Em planta, as capelas colaterais são espaços quadrangulares, cobertos por abóbadas de nervuras tardo-góticas, com janelas laterais. A capela-mor e

[5] Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, Documento – E*. – "Alvará a respeito das capellas mores que de novo se fizerem", pp. 636-637.

as colaterais encontram-se sobrelevadas face ao pavimento do corpo das naves, reflectindo, desse modo, a relevância da cabeceira no espaço interno da igreja.



Fig. 3.10 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.11 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Para além da cabeceira, a igreja de São Sebastião possui mais duas capelas, uma em cada nave lateral. À capela do lado da Epístola acede-se através de um arco de volta perfeita que possui um amplo vão. É coberta por uma abóbada de nervuras tardo-gótica, com uma janela chanfrada rasgada na parede do fundo. Quanto à capela do lado do Evangelho, o seu acesso faz-se por um arco de volta completa que repousa em baixos pilares. Esta é a única capela da igreja coberta por um tecto de madeira, em forma de masseira.



Fig. 3.12 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): abóbada de capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.13 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.14 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): pintura mural na nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela baptismal situa-se no extremo do tramo de entrada, do lado do Evangelho. Abre-se no nível térreo da torre sineira, adicionada à igreja posteriormente, possivelmente, no século XVII. O baptistério é acedido por um arco de volta inteira, com uma pequena janela que abre para a fachada, sendo coberto por uma abóbada de berço em cantaria, com caixotões pouco profundos.

Nas paredes das naves laterais encontramos os vestígios de alguns painéis de pinturas murais quinhentistas, figurativas e ornamentais, contemporâneas da fábrica da Matriz de São Sebastião, do primeiro quartel do século XVI.



Fig. 3.15 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A fachada da igreja de São Sebastião descende directamente das igrejas de arquitectura mendicante portuguesas. A existência de um clerestório é acusada na fachada através do desnível das três coberturas autónomas da igreja. Apresenta um portal principal constituído por quatro arquivoltas apontadas, assentes nos capitéis vegetalistas de colunelos com envasamento. O portal é encimado por um óculo com um chanfro profundo e é flanqueado por dois vãos estreitos, chanfrados, que iluminam as naves laterais. A presença de cantaria rusticada quer nos vãos quer nos cunhais de quase toda a igreja, mas não na torre, desvirtua o edifício, que nunca assim foi. A fachada parece ser das mais arcaicas das igrejas tardo-góticas açorianas.



Fig. 3.16 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.17 – Matriz de São Sebastião (1.º quartel séc. XVI): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A torre sineira é de um tempo posterior à igreja, podendo ter sido erguida nos séculos XVII ou XVIII. Encontra-se à face com a fachada, com dois níveis separados por uma cornija, cujo superior corresponde ao campanário, com uma ventana por face – a face voltada a sul mostra uma sineira bem mais pequena, encostada a um dos cunhais. A torre é coroada por um grande coruchéu piramidal, de secção octogonal, enquadrado por quatro pináculos que se encontram nos ângulos, sobre os cunhais.

– *Matriz de Santa Cruz*, Praia da Vitória



Fig. 3.18 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.19 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> (…) *e logo está a vila da Praia* (…), *com uma freguesia e sumptuosa igreja de três naves, com a capela-mor de abóbada e portais e pilares bem lavrados de pedra mármore, toda cercada de capelas de grandes morgados* (…), *sua invocação principal é de Santa Cruz, cuja festa se celebra a catorze dias de Setembro* (…)[6].

A Matriz da Praia da Vitória é um edifício que foi vítima de vários terramotos. Por várias vezes ruiu parcialmente, sendo sempre reedificado de acordo com a expressão artística preponderante na época da reconstrução. Como tal, o edifício que hoje se observa é o resultado de reconstruções e acrescentos, um intricado que dificulta a leitura da(s) sua(s) arquitecturas(s). A Matriz da Praia é a igreja de três naves açoriana que maior complexidade construtiva apresenta, albergando os vários testemunhos arquitectónicos de uma história que já ultrapassou os quinhentos anos. Por conseguinte, a análise que se segue tem um forte pendor bibliográfico, de modo que seja possível perceber o impacto e os danos que os terramotos fizeram à Vila e à Matriz da Praia. A identificação das campanhas de obras da igreja, o que foi reconstruído ou construído de raiz, são essenciais para decifrarmos a arquitectura do edifício.

Segundo os relatos dos vários cronistas açorianos acerca dos primórdios do povoamento da ilha Terceira, o primeiro capitão do donatário, Jácome de Bruges, teria feito um primeiro assentamento em Santana da Porta Alegre, onde fundou a primeira ermida da ilha Terceira. Não satisfeito com o lugar, decidiu mudar-se para o lugar da Praia, poucos anos depois da sua chegada à ilha. Em 1456[7], fundou a ermida de Santa

[6] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, pp. 7-8.
[7] A data «1456» foi encontrada gravada numa pedra durante as obras de reconstrução da Matriz, após o sismo de 1841. Foi entendida como pertencente à primitiva ermida mandada erguer, naquele lugar, pelo primeiro capitão do donatário da ilha Terceira, Jácome de Bruges.

Cruz, no cimo de uma pequena colina que sobe na parte noroeste da baía, nascendo, assim, a povoação de Santa Cruz da Praia.

No período de tempo compreendido entre 1482 e1487, a Praia tornou-se vila, uma provável iniciativa do terceiro capitão do donatário, Antão Martins Homem. À medida que a povoação se consolidava, foi decidida a substituição da ermida de Santa Cruz por uma nova igreja, maior, que acomodasse os fregueses e fosse mais apropriada à nova condição de Matriz. Não há registo do começo das obras da igreja, nem mesmo quando acabaram. Contudo, sabe-se que foi sagrada a 24 de Maio de 1517 pelo bispo visitador D. Duarte.

> (…) *em a Igreia de Santa Cruz da ditta Villa¸ estando ahi o Senhor Dom Duarte Bispo Duniensis, por elle Senhor Bispo foi sagrada a ditta Igreia de Santa Cruz; Igreia principal da ditta Villa, onde pera a ditta sagração foram metidas doze pedras nas paredes da ditta Igreia da parte de dentro em cada pedra hũa cruz aberta; e assim meteu o ditto Senhor Bispo no altar da capella principal hũa boceta com reliquias* (…)*; e sobre as dittas reliquias poserão hũa Campa; que ficou metida e sagrada no ditto altar, e isto foi feito com outras muitas cerimonias, que o ditto Bispo fez* (…)[8].

Por este *Termo de Sagração da Igreja de Santa Cruz da Villa da Praya*, sabe-se que a igreja já existia em 1517 ou, pelo menos, a capela-mor e algumas paredes. Quanto à sua arquitectura, a citação em epígrafe de Gaspar Frutuoso informa que tinha três naves, uma capela-mor abobadada (presumivelmente por uma abóbada de nervuras tardo-gótica), com portais e pilares lavrados em pedra mármore e grandes capelas laterais. Frei Diogo das Chagas fez uma descrição similar mas com mais pormenores: "(…) todos os pés direitos, e arcos das naues do meio que erão mui altas (por a Igreia assim os demandar) erão de marmore pedras trazidas do Reino, como he a Porta principal, e trauessas dellas, que ainda hoje estão"[9]. Os pilares de Frutuoso e os pés direitos de Frei Diogo referem-se às colunas das arcarias que então existiam na igreja. Não é crível que a igreja tivesse pilares, uma variante que só chegou aos Açores mais de meio século depois. Pelas informações dadas também se sabe que as arcarias das naves eram de mármore, tal como os três portais da igreja e a rosácea da fachada que ainda se mantêm, embora a rosácea já não seja original. Pelo que consta, essas pedras já teriam vindo talhadas do Reino.

Na segunda metade do século XVI, a Matriz de Santa Cruz foi alvo de obras de consolidação, com a hipótese de também ter sido aumentada. "Collige-se do acordão datado de 6 de Janeiro [de 1577], que se andava reformando o grande templo da matriz

[8] "Termo de Sagração da Igreja de Santa Cruz da Villa da Praya", in Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, pp. 257-258.
[9] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, 1989, p. 233.

de Santa Cruz, e foi então que El-Rei enviou as excelentes portadas de mármore, que se atribuem a oferta d'El-Rei D. Manoel"[10]. Esta é uma questão confusa: ou os portais foram enviados por D. Manuel I, em conjunto com a restante pedraria de mármore da igreja, ou foram enviados por D. Sebastião, aquando das obras de 1577. A razão pende para o *Venturoso*, pois seria pouco provável que portais tardo-góticos fossem oferecidos no último quartel do século XVI, embora não fosse impossível.

Em 1614, no culminar de uma crise sísmica, deu-se o grande terramoto de 24 de Maio. Pelas descrições de alguns cronistas, o sismo destruiu o concelho da Praia quase por completo:

> (…) *só digo q*ue *dentro // na Villa, e fora della cahirão vinte e coatro igr*ejas *a saber sinco parochias e dois Mo*steir*os de Freiras, e hũ de Frades; oito igr*ejas *de Sacrame*nto *as mais todas hermidas* (…). *Os fogos q*ue *chairão e erão abatidos tirados os q*ue *não tinham moradores dizem serem mil seiscentos e onze, isto tudo na jurisdicão da Villa da Praja* (…)[11].

Como consequência imediata, verificou-se uma desertificação da Vila e do seu termo, cuja recuperação demorou bastante tempo, perdendo decisivamente parte da importância que detinha. Foram vários os cronistas que relataram este terramoto. O Pe. Manuel Luis Maldonado, que se encontrava em Angra no dia do terramoto, partiu para a Praia, dois dias depois, para aferir da destruição causada por tal «castigo»:

> *Chegei à uilla da Praja Reprezento sse me a destruição de Hierualem, porq*ue *não ficou dentro desta Villa Templo de Deos nenhũ q*ue *não cahisse; de modo q*ue *em toda ella não hauia caza ou igr*eja *donde se podesse dizer missa* (…)*. Entrei na Matrix a qual achei quazi assolada e tão aruinada q*ue *esteue o Santiss*imo *três dias sem luz por se considerar a d*ita *igreja em tão manifesto perigo q*ue *não ouue sacerdote q*ue *se animasse a jr tirar o Senhor do Sacrario*[12]*.*

Frei Diogo das Chagas também visitou a Praia, após o sismo de 1614:

> *Não foi menos (antes muito maior) castigo os tremores do anno de 1614, porque alem de atemorizarem, e ameaçarem toda a Ilha, carregarão de modo sobre a jurdição da Praya, porque em 24 de Mayo de hum tal aballo a Ilha, que todos os edificios e Templos uierão ao chão deixando a Villa, e mais Poouações* [sic]*, feita hũa tal pedreira, que não se uia rua, e mais em particular, aonde as cazas erão continuas; hũa couza notei neste castigo, mui misteriosa, e foi, que em todas as igrejas que auia Pulpito cahindo todas as naues ate terra, a nave ou parede em que estaua o Pulpito não cahio mais, que delle pera cima, de modo que todas ellas ficaram todos os Pulpitos em Pé* (…)[13].

[10] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 174.
[11] Pe. Manuel Luis Maldonado, "Do que ui na Villa da Praja", in *Fenix Angrence*, 2.º vol., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. 41-42.
[12] Idem, *Ibidem*, p. 41.
[13] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 276.

Esta história das igrejas que caíram mas cujos púlpitos ficaram de pé foi interpretada como uma lição divina que, em conjunto com a notícia de que a casa da Misericórdia e a cadeia também tinham escapado ao «castigo», chegou ao conhecimento do Pe. António Vieira, que viu no acontecido obra da Divina Providência, como o expressou num sermão na Misericórdia da Bahia, em 1637:

> *Unicamente ficaram inteiras, e sem lesão estas três partes, ou peças daquele povo: a cadeia pública, a casa da misericórdia, e o púlpito da igreja maior. Oh Providência Divina, sempre vigilante, ainda nos casos, que parecem, e podem ser da natureza! Aquelas três excepções tão notáveis não foram sem grande mistério: e todos que o viram, o notaram, e reconheceram logo. No cárcere reconheceram a justiça, no hospital a misericórdia, e no púlpito a verdade*[14]*.*

Deveras, a Misericórdia não caiu. Já a cadeia pode ter resistido, mas a casa da câmara, que funcionava no piso superior, foi muito afectada pelo sismo[15]. Quanto à Matriz de Santa Cruz, segundo os testemunhos já citados, arruinou-se, como as outras igrejas paroquiais daquela parte da ilha Terceira. Todavia, ficou algo mais do que o púlpito da Matriz, como os três portais tardo-góticos, a rosácea e as quatro capelas laterais mais próximas da cabeceira.

> *Testemunhando não ter sido o flagelo de 1614 tão esfacelante para a Matriz como se diz, e por consequência não se perdeu a sua congregação de 24 de Maio de 1517, basta advertir-se que no Livro IV dos baptismos, em 9 de Junho do mesmo ano, aparece um registo. E no livro III, nos casamentos, se administrou este sacramento na mesma igreja em 22 de Junho, ou seja, a trinta dias do sismo*[16]*.*

Deduz-se que partes da igreja ter-se-ão arruinado, enquanto outras subsistiram, o suficiente para permitir as celebrações referidas. Assim sendo, mesmo que não tivessem ruído, a cabeceira da igreja e o corpo das naves tiveram de ser intervencionados por razões de segurança. É provável que dessa campanha de obras pós-terramoto tenha resultado o actual corpo das naves. A capela-mor reconstruída caiu no terramoto de 1841. A conversão da cobertura primitiva do corpo das naves, tripartida por causa do clerestório, deve ter ocorrido nestas obras de reconstrução.

Na sequência do terramoto de 1614, foi decidido enviar uma carta a El-rei Felipe III, tendo sido levada à corte, em Madrid, por um deputado eleito pelos poderes civil e eclesiástico da ilha Terceira. A 18 de Maio de 1615, o rei escreveu ao corregedor:

---

[14] Pe. António Vieira, Tombo 2, p. 406, citado por Pedro de Merelim, *Freguesias da Praia*, 2.º volume, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura, 1983, p. 409.
[15] Cf. Mateus Laranjeira, *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, p. 56.
[16] Pedro de Merelim, *Freguesias da Praia*, 2.º volume, Angra do Heroísmo, ed. Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura, 1983, p. 346.

> (…) *e pela Provisão que mandei passar, aos officiaes da camara daquela Villa, entendereis o que houve por bem de lhes conceder para se poder tornar a povoar e reedificar, e em tudo o que tocar a execução da dicta provisão, e continuação com que haveis de assistir ás obras da reedificaçam, confio que o fareis de maneira que a Villa fique melhorada do que dantes era, assim na fortificação dos edeficios, como na ordem das ruas e serventias dellas, que fareis faser de modo que todas se alcancem por cordel, com parecer de algum architecto pratico que para isso fareis ir á dicta Villa* (…)[17].

Para a execução das obras de reconstrução, Felipe III concedeu os sobejos das rendas dos dois por cento, que estavam aplicados à fortificação, e fez a imposição de um real em cada arrátel de carne, quartilho de vinho e de azeite, por um período de um ano, em todas as ilhas dos Açores. Outra medida foi a não cobrança de impostos aos habitantes da Praia até que as obras de reconstrução estivessem terminadas, aliciando os seus habitantes a voltar para a vila, concedendo-lhes os mesmos privilégios que gozavam os cidadãos do Porto[18].

Por alvará de 20 de Maio de 1615, El-rei concedeu dois mil cruzados anuais, por um período de quatro anos, retirados dos três mil cruzados dados anualmente às obras da Sé de Angra, para a construção ou reconstrução das capelas-mores, retábulos e sacristias das igrejas paroquiais atingidas pelo terramoto no concelho da Vila da Praia[19].

Se estes alvarás régios são referenciados pela maioria dos cronistas mencionados, há um que só é referido pelo Pe. Manuel Luis Maldonado: "(…) por Aluará de dez de Julho [de 1626] concedeo El Rey à Matrix da d*it*a Villa da Praja seiscentos mil r*ei*s pera ornam*en*tos e quinh*en*tos mil r*ei*s pera sinos e orgamos as quais quantias se pagarião do prim*ei*ro dinh*ei*ro dos Dizimos da Ilha Ters*ei*ra"[20].

Quanto ao início efectivo das obras, sabe-se pelo *Treslado do precatório* do corregedor João Correia de Mesquita que, a 13 de Agosto de 1616, "(…) arrematei as obras da Igreja Matriz e as do Paço do concelho da Casa da Audiencia, e cordeei as ruas como sua Magestade ordenou tomando os sítios necessarios, e ordenei a praça e tractei da reedificaçam dos Conventos (…)"[21]. Para além destas informações, também

---

[17] "Carta regia ao corregedor João Corrêa de Mesquita a respeito do terramoto da villa da Praia", Documento n.º 9 – I. –, in Francisco Ferreira Drummond, *Memoria Historica da Capitania da Muito Notavel Villa da Praia da Victoria*, (ed. fac-similada Praia da Victoria, Camara Municipal, 1846). in AAVV, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, pp. 78-79.

[18] Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p.433.

[19] Idem, *Ibidem*, p. 434.

[20] Pe.Manuel Luis Maldonado, "Do que uzou esta Cid*ad*e com a Villa da Praja, e mais pouos.", in *Fenix Angrence*, 2.º vol., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 46.

[21] "Treslado do precatório que se acha a fl. 121 verso do Livro de Acordãos sobre a reedificação da Villa da Praia pelo terramoto de 1614", in Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. 480-483.

se tem conhecimento que as obras da Matriz de Santa Cruz foram arrematadas, nomeadamente, as fábricas da torre dos sinos e do corpo da igreja, por Elias d'Alafon e Gaspar Dias Pedreiras, pela quantia de três mil e quinhentos cruzados[22]. Confirma-se, assim, que a torre e o corpo das naves foram reconstruídos nesta campanha de obras.

Relativamente ao final das obras da Matriz, "(…) só em 23 de Dezembro de 1628 se passou provisão para a trasladação do S.S. [Santíssimo Sacramento], para a Matriz consertada de novo das ruínas do terramoto"[23]. Contudo, as obras da Vila da Praia prolongaram-se por todo o século XVII, como é referido pelo Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade: "Todas estas obras só se poderam completar pelos anos de 1694: a Villa foi arruada de novo com muita regularidade, e de algum modo foi indemnisada de suas perdas pelos magníficos edificios, que se levantaram então; porem perdeu as suas muralhas, a sua primitiva posição, e mudou inteiramente de fisionomia"[24].

Tal como o resto da Vila, a Matriz foi afectada pelos muitos sismos sentidos ao longo dos séculos XVII e XVIII, sem que tivesse precisado de grandes obras estruturais. A 24 de Junho de 1800 e a 26 de Janeiro de 1801 deram-se grandes abalos sísmicos que arruinaram o frontispício, a torre e o tecto da capela-mor:

> *Na reparação da dita matriz da Praia, que durou 4 annos, gastaram-se com a obra de pedreiro rs. 1:227$000, sendo rematante em 30 de Julho de 1808 Romoaldo José official deste officio, que a fez por conta da real fazenda. A obra de carpinteiro, ferreiro, e pintor custou rs. 700$000, sendo a primeira feita por Stanisláu Caetano, e 3.ª pelo m.e Alexandre, todos moradores na cidade; mas também se notaram algumas faltas essenciaes, emendas nas obras, e acrescentamentos veio a concluir-se tudo com gasto de rs. 5:000$000. A obra foi toda nova, imitando o gosto gothico da principal peça; sómente se não mexeu nas portadas colateraes, e do frontispicio que são de jaspe* (…)[25].

Este excerto de Ferreira Drummond esclarece alguns pormenores que permitem reconstituir, mentalmente, a igreja reconstruída depois do terramoto de 1614 e a intervenção sofrida após os sismos de 1800 e 1801. A análise do autor tem por base um assento escrito pelo supracitado vigário, a 12 de Janeiro de 1810. Para além de se saber os nomes dos mestres da obra e os montantes orçamentados, também se verifica a derrapagem orçamental face aos custos totais da obra.

---

[22] Idem, *Ibidem*, pp. 480-481.

[23] Pedro de Merelim, *Op. cit.*, p. 346.

[24] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Topographia ou descripção physica, politica, civil, ecclesiastica e historica da Ilha Terceira dos Açores*, Angra do Heroísmo, Imp. de Joaquim Joze Soares, Offic. do Terceirense, 1843-1845, p. 152. In Biblioteca Nacional Digital, cota hg-32049-p. Sobre o urbanismo da Praia da Vitória ver: Antonieta Reis Leite, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014; Mateus Laranjeira, *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores (séculos XV-XVIII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016.

[25] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira,* III vol., (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1859), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, pp. 207-209.

As obras de reparação da Matriz foram arrematadas em 1808 e duraram quatro anos. Os portais foram as peças conservadas nesta obra. Pelo desalinhamento do portal principal (que já vinha do terramoto de 1614), a fachada foi desfeita e voltada a erguer, *imitando o gosto gothico da principal peça*, o que não é, de todo, a fachada que chegou aos nossos dias. O documento supracitado também refere que a torre da Matriz era a mais alta da ilha, com cerca de quarenta metros, e que teve de ser desmantelada até aos alicerces para voltar a ser erecta, possivelmente, com as mesmas feições e altura de antes – mais do que uma reconstrução, tratou-se de uma reconstituição. Contudo, as informações disponíveis não elucidam mais sobre esta torre que posteriormente caiu no terramoto de 1841. Para além das obras de reconstrução e consolidação da igreja, o espaço interno foi revestido com pinturas murais que representam motivos fitomórficos e marmoreados, nomeadamente as arcarias e o arco triunfal.

A 15 de Junho de 1841 deu-se outro grande terramoto que afectou muito a Praia e o seu termo. Como já tinha acontecido, foi precedido de vários sismos que resultaram de uma erupção vulcânica no mar. Ficou conhecido como «a segunda caída da Praia», já que a primeira corresponde ao terramoto de 1614. Segundo os relatos, arrasou a vila, tendo sido muito poucos os edifícios que não foram afectados ou arruinados. Foi convocada uma comissão ainda no mesmo mês para debater três pontos: se se devia tratar da reedificação da vila; se, entretanto, a sede do concelho deveria permanecer na Praia; de que modo se deveria empreender a reedificação[26]. Nem a sede de concelho chegou a sair da vila nem a vila saiu do lugar onde estava implantada. Urbanisticamente, foi preservada a malha urbana construída/consolidada após o terramoto de 1614, apenas com algumas pequenas intervenções. As obras de reconstrução prolongaram-se, entrando pela década de 1850.

Quanto à Matriz de Santa Cruz, "(…) *que tendo a Capella mór voltada para o mar, o tecto desta foi impelido para o corpo da Igreja, e toda afrente e torre esta inclinada para a serra da praia, indicando que toda a força, que a fez partir e curvar, lhe veio do lado do porto, ou do Nordeste*"[27]. Este relato informa que não só a cobertura da capela-mor caiu para o corpo das naves, mas também a fachada e a torre sineira caíram para o adro poente da igreja. Contudo, as arcarias das naves, o tecto da igreja e as capelas laterais subsistiram, tal como sucedeu com os três portais tardo-góticos e a rosácea da igreja primitiva. As obras de reconstrução da Matriz da Praia iniciaram-se no ano seguinte ao sismo, trinta anos depois da anterior campanha de obras:

[26] Cf. Felix José da Costa Junior, José Ignacio d«Almeida Monjardino; Francisco Ferreira Drummond, *Memória Histórica do Horrível Terramoto De 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Victoria da Ilha Terceira*, (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Imprensa da Administração Geral, 1841), in AAVV, *Memória Histórica do Horrível Terramoto De 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Victoria*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, p. 222.
[27] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 209 [nota de rodapé (17)].

Beneficiou, outra vez, de vastas reparações, em 1842, devido ao sismo do ano anterior, no cúmulo de brilhantismo. Levantou-se novo frontispício, com duas torres, uma para os sinos, outra para o relógio – dantes só tinha uma –, mas ambas rasas. Rebocadas também as pinturas do tecto, das paredes e colunas, que ficaram deterioradas, assim como de novo se ergueu a capela-mor que havia caído[28].

O frontispício que foi refeito é o actual, com duas torres, *ambas rasas*. Pode-se entender o termo *rasas* como referência ao coroamento das torres. Se o autor considera as torres baixas, também pode ser em oposição à alta torre sineira que anteriormente existia. Para além das obras de reconstrução da igreja, também se restauraram as pinturas murais que haviam sido executadas na campanha-de-obras de 1808-1812.

Esta é a igreja de Santa Cruz da Praia que chegou aos nossos dias, mesmo após o sismo de 1 de Janeiro de 1980, que fez ruir a torre norte, curiosamente, aquela que tinha sido adicionada à igreja em 1842. Assim sendo, a fachada actual é o resultado das obras efectuadas após o terramoto de 1841, ladeada por duas torres baixas, com remate plano, não circunscritas à planta da igreja, o que confere uma grande horizontalidade à fachada. Foi na sequência das obras de restauro do sismo de 1980 que se retirou a pintura mural das arcarias das naves, ficando apenas a do arco triunfal.

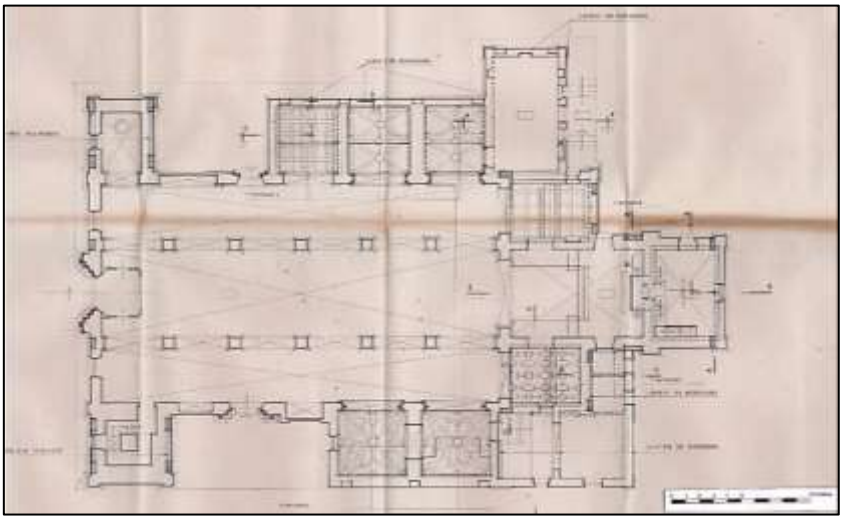


Fig. 3.20 – Matriz de Santa Cruz, Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

Como foi dito, a planta da Matriz da Praia da Vitória é o resultado das várias campanhas de obras operadas ao edifício, geralmente, na sequência dos terramotos. A igreja apresenta três naves e seis tramos, sem transepto, com uma capela-mor, duas colaterais, seis capelas laterais e um baptistério, para além da sacristia. Os espaços mais antigos desta igreja são as quatro capelas laterais, cujas coberturas em abóbadas de nervuras estão desenhadas na planta.

[28] Pedro de Merelim, *Op. cit.*, p. 348.



Fig. 3.21 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O corpo das naves mostra-se bastante amplo, formado por seis tramos e sem transepto. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, apoiadas em pilares. Ainda que não seja perceptível nas imagens, os fustes dos pilares das arcarias são constituídos, na metade inferior, por um tronco prismático e, na metade superior, por um tronco piramidal – a largura dos pilares é menor junto ao capitel do que na base. Poderá ser uma leve sugestão de *entasis*, embora a percepção não seja imediata. Uma larga cornija corre nas quatro faces da nave central, sobre os arcos, onde se apoia o tecto de madeira, com três esteiras. Possivelmente, as arcarias das naves são as que foram reconstruídas após o terramoto de 1614, conforme os testemunhos atrás narrados.



Fig. 3.22 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): perspectiva da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A cabeceira da igreja de Santa Cruz foi a parte do edifício que mais sofreu com os sismos – a actual é já a quarta. É profunda, com duas janelas abertas nas paredes laterais, coberta por uma abóbada de berço com caixotões. O arco triunfal, quase da largura da capela, mostra as ditas pinturas murais. A capela-mor actual resultou das obras de reconstrução após os sismos de 1614, 1801-1802 e de 1841. O espaço existente atrás da capela-mor é o resultado de uma das campanha de obras oitocentista.



Fig. 3.23 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.24 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.25 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.26 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor é ladeada por duas capelas colaterais que se abrem através de arcos de volta perfeita, revestidos de talha. Os espaços internos destas capelas são cobertos por abóbadas de canhão com caixotões. As colaterais parecem ter sido erguidas nas obras após o sismo de 1614, ainda que possam ser posteriores.



Fig. 3.27 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.28 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.29 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.30 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.





Fig. 3.32 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): abóbada da capela da figura anterior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 3.31 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As capelas laterais acedem-se por largos arcos relativamente baixos, três de volta inteira e um ligeiramente quebrado. Todos os arcos assentam em pés-direitos polilobados, constituídos por colunas, colunelos e colunas torcidas, que prosseguem pelos arcos. As capelas são cobertas por abóbadas de nervuras tardo-góticas que, no lado da Epístola, possuem ogivas simples. No lado do Evangelho têm ogivas simples em dois tramos atravessados por uma cadeia. As outras capelas e altares da igreja são obras posteriores, com arcos de entrada de volta inteira e abóbadas de berço, com caixotões simples. O baptistério ocupa o nível térreo da torre norte (lado do Evangelho). A capela lateral que lhe era contígua foi demolida no século XX.



Fig. 3.33 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.34 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): guarda-vento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.35 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/ 1812/1842): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.36 – Matriz da Praia da Vitória (1517/ 1577/ 1628-1694/ 1812/1842): portal principal, rosácea e janelas da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A fachada existente é o resultado das obras de reconstrução de 1842. Ao longo dos seus quinhentos anos de história, a igreja de Santa Cruz da Praia teve, pelo menos, quatro fachadas. A primitiva deveria ser uma fachada que acusava a existência do clerestório, com o portal principal e uma rosácea que não é a actual. Na campanha de 1577, não se sabe se as obras de consolidação (e possível aumento do edifício, sem que se saiba como) mexeram na fachada original. Depois do sismo de 1614, pelos testemunhos recolhidos, o corpo das naves ruiu, não havendo qualquer referência à fachada como um todo, apenas ao portal principal. Assim, não se pode precisar se a fachada manteve o seu perfil tardo-gótico ou se foi intervencionada naquela campanha de obras ou noutra anterior ao século XIX. Após os sismos de 1800 e 1801, foi decidido desfazer a fachada, que não tinha caído, para voltar a erguê-la, *imitando o gosto gothico da principal peça*. É possível que, de algum modo, a fachada primitiva tenha conseguido chegar ao século XIX, reconstituída na campanha de obras de 1808-1812 ou, então, construída uma nova inspirada nela. Também é viável a hipótese de a fachada ter sido alterada na sua feição ao longo dos séculos XVII e XVIII, e que, naquelas obras, tenham recriado uma fachada gótica inspirada no portal principal. Seja como for, esta fachada ruiu com o terramoto de 1841. A reconstrução que se seguiu apenas preservou o portal e a rosácea que o encima, embora esta rosácea possa não ser a primitiva. mas fruto da anterior campanha de obras.

O portal principal encontra-se inserido num gablete. Todo o portal é construído em mármore, o que valida a hipótese de já ter vindo talhado do Reino, desmontado e reerguido no local. O intradorso é constituído por três arquivoltas de arcos quebrados, assentes em três pares de colunelos com capitéis fitomórficos, rematados por uma

expressiva cornija. O arco que define exteriormente o portal também é quebrado, totalmente decorado com relevos cordeados. Sobre a quebra do portal ramifica-se, sobrepondo-se ao primeiro vértice um arco contracurvado encimado por um elemento decorativo. Trata-se de um portal tardo-gótico, directamente descendente dos portais góticos que existem em Portugal, particularmente, na arquitectura promovida pelas ordens mendicantes. A rosácea também é de mármore, de feição gótica, original ou não.

Todas as janelas foram abertas naquelas obras. Têm lintel curvo, sendo as da fachada rematadas por cornijas e encimadas por volutas e flores-de-lis em relevo. Estes motivos decorativos, colocados sobre os vãos, foram moda no século XIX, como pode ser comprovado noutros edifícios de arquitectura religiosa ou civil da Terceira. A colocação dos vãos na fachada é distribuída por dois níveis. As duas janelas centrais foram rasgadas sobre o portal. No espaço entre eles ficam cartelas, adicionadas nas obras de 1842, com as datas da construção, sagração e reconstruções da igreja. A fachada é rematada por um recorte contracurvado e duplamente quebrado.

As duas torres da igreja são similares, com um corpo inferior da altura dos extremos da fachada. A partir daí, cada torre é sobrepujada pelo campanário, com uma ventana por face. O coroamento é recto, executado por platibandas com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. Como foi referido, estas torres são uma solução adoptada depois do terramoto de 1841. Antes, a igreja possuía uma só torre adossada à direita na imagem. Pelos registos escritos, sabe-se que a torre erguida após os sismos de 1800 e 1801 tinha cerca de quarenta metros de altura, bem mais alta que as actuais, que não atingem os quinze metros. É possível que os quarenta metros indicados tenham em consideração o coruchéu que coroava a torre. No entanto, permanece a dúvida se a torre já não teria aquelas características antes do século XIX, ou seja, desde a reconstrução do primeiro quartel do século XVII.

A Matriz da Praia da Vitória ergue-se isolada, com dois adros aglutinados. O adro poente, fronteiro à fachada, é mais antigo, o adro sul foi aberto no pós-terramoto de 1614. Nos adros desembocam duas ruas, cujos pontos de fuga são os portais principal e lateral sul. No século XX foi aberta uma passagem, através de uma escadaria com vários lanços, a ligar o adro sul à praça.

– *Sé de São Salvador do Mundo*, Angra do Heroísmo





Fig. 3.38 – Sé de São Salvador do Mundo, Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 3.37 – Sé de São Salvador do Mundo, Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

O bispado de São Salvador de Angra foi criado a 3 de Novembro de 1534, pelo papa Paulo III, através da bula *Aequum reputamus*. Para que tal acontecesse, o rei tinha a obrigação, por ser o administrador da Ordem de Cristo e por indicação papal expressa na bula, de tornar cidade a povoação que viria a receber a cátedra episcopal, motivo pelo qual D. João III dera carta de cidade a Angra a 21 de Agosto do mesmo ano.

Ao entrar em Angra no ano seguinte, o primeiro bispo, D. Agostinho Ribeiro, apontou a falta de condições da primitiva Matriz de São Salvador, mandada construir pelo fundador da povoação, Álvaro Martins Homem, a partir de 1461. Era uma igreja acanhada que se encontrava num terreno inserido a meio da malha ortogonal que caracteriza o urbanismo do centro da cidade. A sua orientação era transversal à actual Sé, no eixo este-oeste, com a capela-mor voltada para nascente. Foram várias as cartas enviadas ao rei para que custeasse e mandasse avançar as obras da Sé, a pedido dos bispos e do senado da câmara. É precisamente uma carta do senado de Angra, de 9 de Abril de 1557, na qual, entre vários pedidos, havia um relativo à construção da nova Sé.

> *Que por ser a egreja que servia de sé muito pequena, e não se conformar com a grandeza e nobreza da cidade, e dos estrangeiros que a ella vinham, a mandasse fazer maior; porque, alem de lhe ser assim ordenado pelo Santo Padre na Bulla da creação do Bispado, como senhor dos dizimos, devia de alliviar o povo de tal carga e trabalho, que lhe tocava, se houvera de fazer a dita sé;* […] *e porque S. A. havia mandado fazer tantos e tão magníficos templos a suas próprias despesas, assim esperavam o mandasse naquella cidade que era sua*"[29].

[29] *Carta do senado de Angra a D. João III* (1º Livro do registo da camara d'Angra, fl. 4), in Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, pp. 121-124.

Todavia, D. João III morreu em Junho desse mesmo ano, sem ter tido tempo para qualquer deliberação relativa à carta do senado de Angra. No traslado dos apontamentos levados ao rei, naquele ano de 1557, a câmara preocupava-se com o atraso do processo da obra da nova Sé, iniciado algum tempo antes, mas sem que se saiba quando nem o que foi feito. "Por aí [pelo traslado] se sabe que antes de 1557 e a pedido do rei, de Angra saíra já uma traça para a nova igreja, provavelmente um levantamento topográfico do local e condicionantes prévias, nomeadamente a primitiva igreja do Salvador que servia de Sé, e as estremas e limites a considerar"[30]. Depois disto, nada se sabe sobre o processo da Sé de Angra até Janeiro de 1568.

Foi Antonieta Reis Leite quem trouxe à luz o referido "Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao rei em 1557", presente no *Livro de Registo da Câmara de Angra (1557-1591)*[31]. Por ele obtém-se informações que vêm colmatar o período de tempo entre 1557 e 1568, os onze anos que mediaram a carta do senado e o alvará régio que mandou avançar com as obras da Sé de Angra. Em 1557, o processo para a sua construção ter-se-ia já iniciado, nomeadamente, o levantamento topográfico e a inspecção do terreno, de que resultou um desenho enviado por carta ao rei. Com estes dados, a equipa de arquitectos régios, dirigida pelo *Mestre de obras dos muros e das fortificações do Reino, Lugares d'Além e Índia*, Miguel de Arruda (cargo estabelecido por D. João III, em 1548), podia começar a projectar a nova catedral.

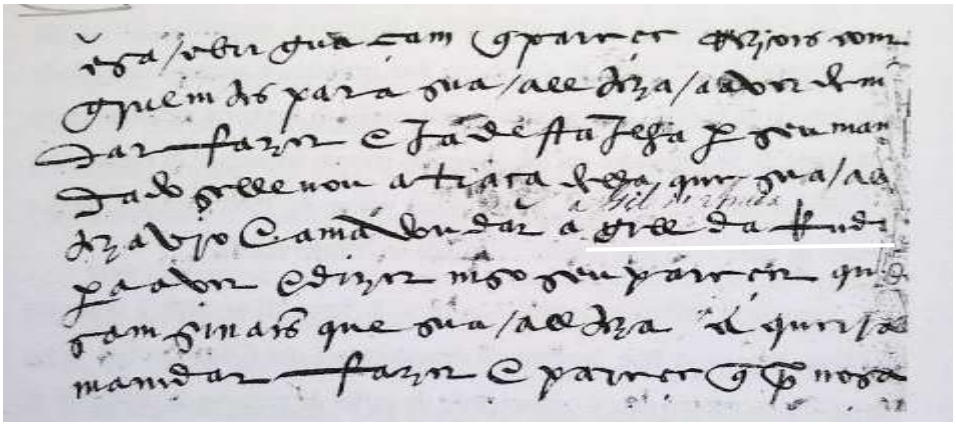


Fig. 3.39 – Excerto da reprodução do "Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara ao rei em 1557", *Livro da Câmara de Angra*, *fol. 8*.
Fonte: Antonieta Reis Leite, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 123.

[30] Antonieta Reis Leite, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 123.
[31] *Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591)*, (leitura paleográfica e introdução de Joana de Menezes Pinto Machado, prefácio de Avelino de Freitas de Meneses), Secretaria Regional de Educação e Cultura/Universidade dos Açores, [s.l.], [s.ed.] (no prelo).

O excerto do "Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara ao rei em 1557" acima exposto, presente no *Livro do Registo da Câmara de Angra*, fol. 8[32], foi apresentado e transcrito por Antonieta Reis Leite, sendo relativo a uma «traça» "que o rei *vjo e a mamdou dar a gill d'aRuda pera ver e dizer niso seu parecer*"[33]. Todavia, não existe qualquer referência a um arquitecto português do século XVI de nome Gil de Arruda, nem entrada no Dicionário de Sousa Viterbo, o que não significa que não tenha existido. Leia-se a defesa de Antonieta Reis Leite:

> *Gil de Arruda, afastada a hipótese de se tratar de uma abreviatura de Miguel de Arruda, é o mais que provável autor da nova traça da Sé entretanto enviada de volta a Angra. O nome não vem acrescentado de qualquer qualificativo, pelo que se desconhece a sua posição na hierarquia do funcionalismo especializado da época. É, apesar de tudo, importante referir que pelo menos o apelido, Arruda, induz a sugestão de se estar perante um membro, ainda desconhecido (?), do clã de mestres construtores portugueses com forte implantação na arquitectura portuguesa de Quinhentos[34].*

Parece precipitada a declaração sobre Gil de Arruda ser *o mais que provável autor da nova traça da Sé*, baseada unicamente na informação de que o processo da Sé de Angra lhe teria sido entregue. Tal não significa que fosse ele o autor do desenho da igreja. Existia uma equipa de arquitectos na corte que executava os projectos para as obras de iniciativa régia, sob a supervisão de Miguel de Arruda, o Mestre-mor que comandava vários estaleiros de obras espalhados pelo Reino, dirigidos por outros mestres. Miguel de Arruda participou, directa ou indirectamente, nos projectos de construção das Sés das novas dioceses de Leiria (1550), Portalegre (1556), Miranda do Douro (1552) e Goa (1562), como bem refere Antonieta Reis Leite. O excerto do traslado de apontamentos supramencionado vem confirmar que a Sé de Angra pode integrar-se nesse lote de grandes obras que foram projectadas no terceiro quartel do século XVI. Não eram forçosamente todas da autoria de Miguel de Arruda, mas aqueles projectos seguramente passaram pelas suas mãos.

Antonieta Reis Leite defende que o processo da Sé de Angra passou por dois períodos, enquadrados pelo reinado de D. João III e pelas regências da rainha D. Catarina e do Cardeal-infante D. Henrique, na menoridade de D. Sebastião[35]. É crível que esse processo tenha ido parar às mãos de Miguel de Arruda, ainda no ano de 1557, só que a morte do rei, nesse ano, pode ter suspendido a sua evolução. Nos anos que se seguiram pode ou não ter havido desenvolvimentos quanto ao desenho do edifício. A «traça» pode ter sido feita e depois guardada ou arquivada, à espera da ordem de

[32] Antonieta Reis Leite, O*p. cit.*, p. 123.
[33] Idem*, Ibidem*.
[34] Idem, *Ibidem*.
[35] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 124.

construção, mas também pode não ter existido um desenho quando, em 1568, se decidiu avançar com a obra da Sé de Angra. Todavia, Miguel de Arruda falecera em 1563, sucedendo-lhe, no ano seguinte, António Rodrigues no lugar de Mestre das obras do Reino. Quando, em 1568, se avançou com o processo de construção da Sé, haveria um projecto pré-existente ou fez-se um projecto novo? Se já havia projecto, poderia ser da autoria de Miguel de Arruda, que já não o poderia actualizar. Se não existia projecto, havia que projectar um com base num levantamento e nos documentos relativos aos terrenos de implantação da nova Sé, que tinham sido enviados para a corte antes de 1557. E se assim foi, esse projecto foi executado por um ou mais arquitectos da corte, com a supervisão (e uma duvidosa autoria) de António Rodrigues.

Perante as várias hipóteses indicadas (e poderão ser mais…), não se pode aferir se Miguel de Arruda ou um outro arquitecto chegou, sequer, a avançar com o processo da Sé de Angra, quanto mais se trabalhou no seu projecto. Mesmo que tenha existido um desenho, não seria certamente da igreja que hoje se apresenta. O projecto da Sé de Angra foi executado depois do alvará régio de 10 de Janeiro de 1568, que ordena a construção do edifício, e antes da cerimónia de lançamento da primeira pedra, a 18 de Novembro de 1570 – um intervalo cronológico máximo de dois anos e dez meses. A base para este entendimento é o próprio desenho da Sé, ao apresentar uma nave central alargada, a sala da *ecclesia*, que relega as naves laterais para a condição de meros corredores, uma possível resposta às directivas do Concílio de Trento que havia terminado em 1563. Também o desenho do espaço interno da igreja apresenta soluções arquitectónicas que não podem ser anteriores à década de 1560, entre as quais se destaca a capela-mor.

Quanto à autoria da traça da Sé de Angra, essa é uma questão abordada já por alguns autores, mais aprofundadamente pelo autor da presente tese, na obra *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica*[36]. José Eduardo Horta Correia insere a Sé no conjunto de edificações da arquitectura-chã da segunda metade do século XVI, contudo, sem lhe atribuir uma autoria[37]. Já Rafael Moreira atribui a autoria a António Rodrigues, fundamentando-se com documentos que permanecem inéditos[38]. Vítor Serrão afirma ser Jerónimo de Ruão o autor da Sé, através de uma análise comparativa com outras obras daquele arquitecto[39]. O autor de *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica* propõe e analisa os nomes de três arquitectos (até então) possíveis:

[36] Mateus Laranjeira, *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
[37] José Eduardo Horta Correia, "*A arquitectura – maneirismo e «estilo-chão»*", in AAVV, *História da Arte em Portugal*, vol. 7 – *O Maneirismo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
[38] Rafael Moreira, "*Arquitectura: Renascimento e classicismo*", in Pereira, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
[39] Vítor Serrão, *História de Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

Afonso Álvares, António Rodrigues e Jerónimo de Ruão, uma vez que Miguel de Arruda havia falecido em 1563. Entre esses arquitectos, avança com o nome de Jerónimo de Ruão após uma análise comparativa com outras obras da sua autoria, sem que o possa asseverar pela inexistência de documentos que o comprovem.

Com a documentação, até aqui inédita, apresentada por Antonieta Reis Leite passou a saber-se que o processo da Sé de Angra, em 1557, já estaria na corte. Se houve um projecto elaborado nesses anos, não se sabe; sabe-se que alguém deve ter ficado encarregue do projecto da Sé a partir de 1568 e até 1570. Contudo, não é impossível a existência de um projecto anterior que tenha sido «refrescado», cuja autoria inicial possa ser de Miguel de Arruda ou de outro arquitecto régio activo nas décadas de 1550-60.

Certo é que, por alvará enviado à Câmara de Angra, de 8 de Julho de 1572, D. Sebastião fez saber:

> (…) *que eu hei por bem, e me praz, que os arcos que vão traçados na traça da Sé, que mandei fazer na cidade d'Angra da ilha Terceira, que se façam de pedraria á custa de minha fazenda, do dinheiro que é applicado para as obras da dita Sé; os quaes arcos se farão conforme, e como vão traçados de riscos vermelhos na mesma traça; e os corpos das capellas que se hão-de fazer nos ditos arcos se farão á custa das pessoas a que se derem. E assim hei por bem que se façam na dita Sé duas portadas travessas no corpo da egreja em os logares que para isso vão assignados na traça, a qual é assignada por João Carvalho, fidalgo de minha casa, e provedor das minhas obras* (…)[40].

Esta carta chegou a Angra acompanhada de uma «traça» da Sé, na qual continha algumas alterações a serem realizadas, custeadas pela coroa. Quanto aos arcos referidos, assinalados naquela «traça» a vermelho, parece tratar-se dos arcos das arcarias que separam as naves. As portas travessas encontram-se rasgadas no terceiro tramo do corpo das naves, a contar da entrada, coroadas exteriormente por frontões triangulares, uma solução comum desde o período sebástico e que continuou no século XVII.

O facto de esta carta chegar a Angra em 1572, no início das obras da Sé, implica a existência óbvia de uma outra «traça» na corte. No entanto, mais uma vez não é referido o arquitecto responsável pelo desenho da nova catedral, mas sim o nome do provedor das obras reais, João Carvalho, que assina o projecto com as alterações a fazer ao desenho inicial. Permanecem, deste modo, as incertezas quanto à autoria da Sé de Angra…

[40] *Alvará sobre os arcos, e portas que se hão-de fazer na Sé da cidade d'Angra, para V. A. ver* (L.º 1.º do registo da camara d'Angra, fl. 163), in Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 650.





Fig. 3.41 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Vitorino Nemésio; José Guilherme Reis Leite, *António José Leite: Artista Fotógrafo*, Lisboa, IMCM, 1984, p. 93.

Fig. 3.40 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Vitorino Nemésio; José Guilherme Reis Leite, *António José Leite: Artista Fotógrafo*, Lisboa, IMCM, 1984, p. 92.

Depois das construções tardo-góticas da primeira metade do século XVI, há um hiato nos registos de construção de novas igrejas, nos Açores, entre a década de 1540 e o ano de 1570. Talvez tenham sido edificadas, mas não chegaram até nós. Em 1570 começou a construção da Sé de Angra, tornando-a no primeiro edifício religioso do arquipélago após o período tardo-gótico primitivo, cabeça-de-série de uma linhagem construtiva que se tornou ubíqua nas igrejas erguidas subsequentemente em todas as ilhas dos Açores, excepto no Corvo. Trata-se da primeira igreja erecta nos Açores com uma linguagem clássica, quer na estrutura quer na composição do espaço, e com as novidades da fachada autónoma e dos pilares no lugar das colunas. Só que a Sé de Angra já não é renascentista, mas um exemplar da Arquitectura Portuguesa Chã que se seguiu ao Renascimento.



Fig. 3.42 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva aérea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Por conseguinte, a construção de igrejas nos Açores saltou o Renascimento ao passar das estruturas tardo-góticas – que já tinham absorvido alguns elementos renascentistas, mas cuja linguagem arquitectónica ainda não era clássica – para a Sé de Angra, uma igreja desenhada com o recurso a princípios classicizantes, cuja escala é outra, as proporções são outras, bem como a linguagem despojada, simplificada e limpa que apresenta, com uma quase ausência de motivos decorativos.

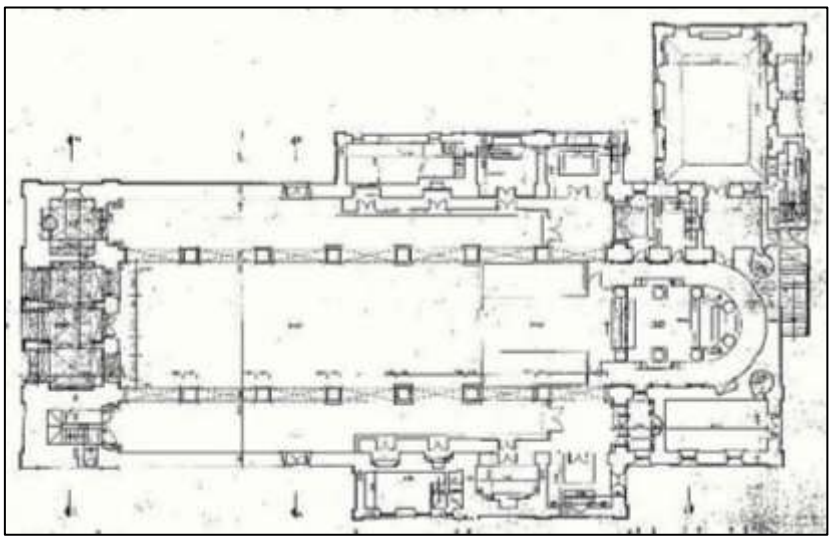


Fig. 3.43 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): planta.
Foto: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

A Sé de Angra possui, em planta, uma forma rectangular em duplo quadrado, incluindo o tramo da frontaria e os sete tramos do corpo das naves, sem transepto. As três naves são separadas por arcarias, com arcos de volta inteira sustidos por pilares de secção quadrangular, com uma cobertura de madeira em todo o corpo das naves, permitindo uma maior largura da nave central, doze metros, com um tecto de caixotões.



Fig. 3.44 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.45 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A grande protagonista desta igreja é a cabeceira, uma capela-mor sobrelevada num *podium*, circunscrita por colunas jónicas clássicas que sustêm um entablamento, no qual assenta a abóbada de berço com caixotões, terminada por uma calote semi-hemisférica. No deambulatório que circunda a capela-mor destacam-se as pilastras jónicas, projecções das colunas da capela-mor na parede curva, que se unem através de arcos torais presentes na abóbada de canhão que também circunscreve a capela-mor. As tribunas ficam num nível superior, sobre as portas de acesso às sacristias, sendo uma solução que surgiu por aqueles anos na arquitectura portuguesa.



Fig. 3.46 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva aérea da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.47 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.48 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva interna da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.49 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): espaço interno a partir da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor da Sé de Angra apresenta-se como um templo jónico que evoca a Antiguidade Clássica e que é realçado pelo espaço envolvente do deambulatório – um templo clássico inserido na cabeceira. Apesar de a capela-mor da Sé de Angra possuir um deambulatório, que começa e termina na nave central da igreja, nada neste espaço nos remete para os deambulatórios medievais, nos quais se entrava/saía através dos topos das naves laterais. Quase todos tinham uma parede que os separava da capela-mor, com capelas radiantes no lado oposto e em toda a sua extensão. Na Sé, o deambulatório aparta-se da capela-mor pelo desnível dos respectivos pavimentos e pela *cortina* criada pelas colunas jónicas clássicas que delimitam a capela-mor. Todavia, o deambulatório possui três altares rasgados na secção curva da parede, a que acrescem as duas portas de acesso às sacristias – que têm dois níveis – encimadas por tribunas. No tramo de entrada/saída do deambulatório existem duas passagens laterais que acedem as capelas colaterais através de vãos de verga recta.



Fig. 3.50 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): uma das entradas no deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.51 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.52 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.53 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): tribuna presente no deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.54 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): tribuna e abóbada do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.55 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): abside e abóbada do deambulatório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.56 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.57 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais são longas, com as capelas colaterais situadas nos topos do lado da cabeceira. Ao longo das naves existem, em cada nave, duas capelas laterais que se situam nos extremos dos dois tramos mais próximos da cabeceira – são todas cobertas por abóbadas de berço com caixotões. As capelas laterais do lado do Evangelho encontram-se sobrelevadas, às quais se acede através de alguns degraus. Sob uma destas capelas laterais fica uma cripta, um espaço pequeno constituído por vários arcos torais que se apoiam em baixos pilares embebidos nas paredes, suportando a capela que lhe é superior. A vontade de preservar aquele espaço da primitiva igreja de São Salvador foi determinante para a sobrelevação daquelas capelas.

Nos dois tramos sequentes ficam dois altares – arcos de volta perfeita rasgados como nichos – e no quinto tramo (terceiro a contar da entrada) abrem-se as portas travessas. No tramo da frontaria encontra-se, no lado do Evangelho, a capela baptismal que ocupa o nível térreo da torre nascente. No lado da Epístola ficam as escadas de acesso ao coro-alto e às torres.

No total, a Sé de Angra é constituída pela capela-mor, duas colaterais, quatro capelas e quatro altares laterais, para além do baptistério. Possui ainda um coro-alto sobre a galilé que mostra um alçado interno composto por uma tripla serliana.





Figs. 3.58 e 3.59 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): cripta.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.60 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Na Sé de Angra, as estruturas pétreas são as protagonistas. São elas que ritmam o espaço e assumem, de certa forma, o papel da ausente decoração. No espaço interno da igreja destacam-se duas serlianas: a do arco triunfal, de dimensões colossais e proporções anticlássicas, cujos óculos laterais eram originalmente vazados; a do coro-alto, sobre a galilé, que se abre para a nave central, cujos vãos se encontram, hoje, ocupados pelo moderno órgão de tubos da Sé.

A fachada da Sé, excluindo o frontão central do último quartel do século XVIII, tem uma composição efectuada apenas com os vãos, sejam eles janelas com enxalço ou arcos de volta inteira – na galilé e ventanas dos campanários –, que surgem associados a pilastras, frisos ou cornijas. Observa-se a utilização de arcos triplos tanto na galilé quanto no desenho das faces do último nível das torres.



Fig. 3.61 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): serliana do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.62 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): serliana do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.63 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): corte transversal – serliana do coro-alto e arcos triplos nos campanários.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.



Fig. 3.64 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): arcos triplos nos campanários.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.



Fig. 3.65 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.

A Sé de Angra possui a primeira fachada autónoma construída nos Açores. É fortemente marcada pelas duas torres que, mais que se incluir na fachada, são elas próprias a fachada, como se comprova se retirarmos o frontão central do relógio, construído em 1782 – até lá, o corpo central entre as torres tinha um remate recto, avistando-se a empena do corpo das naves num segundo plano. A galilé da entrada é composta por uma tripla arcada de volta inteira, um espaço de transição coberto por uma abóbada tripla de nervuras cruzadas. Em frente dos arcos da galilé ficam as três portas principais da igreja. As largas pilastras e cunhais das torres são os principais eixos verticais da composição, a que se contrapõe a cornija que divide a fachada a meia altura e as cornijas existentes nas torres, demarcando os seus quatro níveis. Existe ainda uma cornija presente apenas no corpo central da fachada, sobre a galilé, que indica a separação interna nível do coro-alto. Esta solução, que alcançou grande sucesso na arquitectura portuguesa no mundo, teve na Sé de Angra um dos primeiros exemplares conhecidos. Também a alternância dos vãos rectangulares do primeiro nível, com dois vãos dispostos na horizontal entre três verticais, seja uma tentativa de animação da fachada, que, como foi dito, é sobriamente composta pelos elementos estruturais: vãos, pilastras e cornijas. As torres são coroadas por altos coruchéus azulejados *à mudéjar*, enquanto pináculos sobre pedestais se erguem nos ângulos, sobre os cunhais.

Os elementos que nos remetem para a arquitectura gótica, como os arcos de passagem da capela-mor para as colaterais, o deambulatório e os arcobotantes exteriores sobre as paredes das capelas laterais, aparecem na Sé completamente reconvertidos. Podem ser elementos de raiz medieval, porém, além de surgirem com uma linguagem inteiramente clássica, são eles próprios as últimas actualizações daqueles elementos antes do seu desaparecimento da arquitectura portuguesa.

A importância da Sé de Angra na arquitectura religiosa açoriana foi tremenda. Para além de deter a cátedra episcopal, também é a maior igreja do arquipélago, até hoje. A sua construção veio influenciar definitivamente a edificação de igrejas de três naves nos Açores, particularmente nas arcarias sustidas por pilares em vez de colunas. Todas as igrejas de três naves açorianas construídas até aos finais do século XIX têm arcarias apoiadas em pilares, geralmente da ordem toscana.

Os coruchéus piramidais de secção octogonal coroam a maioria das torres das igrejas dos grupos central e ocidental dos Açores, sendo inexistentes no grupo oriental (São Miguel e Santa Maria). Também as três portas principais situadas na galilé tornaram-se comuns quer noutras galilés quer à face das fachadas. Foi igualmente a primeira igreja cuja frontaria ocupava todo um tramo acrescentado à restante igreja, solução que foi utilizada nos principais conventos franciscanos dos Açores. Nos extremos levantam-se as torres, alinhadas com as naves laterais da igreja, inserindo-se na fachada como nos alçados laterais, sem se destacar do corpo da igreja.

Pelo seu desenho, pelo tratamento correctíssimo dos elementos clássicos, pela existência de tribunas na cabeceira, pela solução do coro alto sobre a galilé e pela grande largura da nave central, reitera-se que a Sé de Angra é um projecto concebido entre 1568 e 1570, apresentando-se como um passo em frente na evolução do desenho arquitectónico na segunda metade do século XVI. Comparativamente às congéneres metropolitanas, erectas na década de 1550, e à de Goa, a partir de 1562, a Sé de Angra possui uma cobertura de madeira, tal como a Sé da Ribeira Grande-Cidade Velha, em Cabo Verde, edificada a partir de 1556.

A Sé de Angra é um produto da Escola Portuguesa de Arquitectura e Urbanismo[41] da segunda metade do século XVI. Revela uma maior maturidade do arquitecto, quer na assimilação da linguagem clássica, quer na sua confiança para a transgredir. O comprovativo disso é o espaço interno da Sé, onde impera a ordem toscana. A cabeceira tem duas abóbadas distintas: a de berço, na capela-mor, e a de canhão, no deambulatório, numa composição de grande habilidade e erudição.

[41] A Escola Portuguesa de Arquitectura e Urbanismo não se refere a uma instituição específica, mas ao conjunto do saber dos mestres pedreiros e arquitectos portugueses que fizeram escola a partir dos meados do século XVI, dando resposta à necessidade de urbanizar um império.

– *Igreja de Nossa Senhora da Conceição*, Angra do Heroísmo





Fig. 3.67 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 3.66 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira2014.

> *Dentro, nesta cidade, e seus arrabaldes há quatro freiguesias, em que há dois mil e quinhentos moradores, sc., na freguesia da Sé mais de mil, e na de Nossa Senhora da Conceição, rica e graciosa igreja de três naves, novecentos* (…)[42].

> *A terceyra Freguezia da Cidade he a nobre Collegiada da Conceyçaõ dos Clerigos, que no tamanho, & serviço da Occidental Igreja pudera ser huma Sè* (…)[43].

As frases supracitadas são as primeiras referências à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra. A primeira, de Gaspar Frutuoso, foi escrita na segunda metade do século XVI. Por ela sabe-se que a Conceição tinha uma *rica e graciosa igreja de três naves* no século XVI, quando era a segunda freguesia da cidade, posto que perdeu para o *Castelo de São João Baptista* após a Restauração. A segunda citação, do Pe. António Cordeiro, foi editada em 1717. Referindo-se à igreja da Conceição, escreve que *no tamanho, & serviço da Igreja pudera ser huma Sè*, o que poderá tratar-se do actual edifício. Será que as duas citações são relativas ao mesmo edifício ou a igreja que o Pe. António Cordeiro conheceu já era uma reconstrução posterior?

As palavras que o Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade dedicou, na sua obra *Topographia da Ilha Terceira* (1843), à igreja de Nossa Senhora da Conceição não só não esclareceram as questões relativas ao edifício, como complicaram ainda mais.

---

[42] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 12.
[43] Pe. António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental,* [Angra do Heroísmo], Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 279. Edição fac-similada de Lisboa Occidental, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717.

> *A igreja Parochial de* Nossa Senhora da Conceição *é um Templo mui excellente; tem tres naves com varias capellas e altares, que apezar dos estragos do tempo ainda inculcam bastante grandeza, e majestade. Presentemente acaba de ser reedificada, e pintada no interior, e exterior. Há nesta igreja um coro alto, e um coreto de Musica com um dos melhores órgãos da ilha*[44].

Neste excerto, o Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade informa que a igreja da Conceição acabara de ser reedificada e pintada, no segundo quartel do século XIX. Esta é a primeira referência a uma reedificação da igreja, sem que se saiba quais os alvos das obras ou se houve mesmo uma reforma geral do edifício. Todavia, tal não impossibilita que parte da igreja da Conceição possa ser do século XVI, bem como a existência de mais campanhas de obras ao longo dos séculos que as registadas. Na segunda edição da *Topographia da Ilha Terceira* (1891), foi inserida uma nota de rodapé *(n)* relativa à freguesia de Nossa Senhora da Conceição que diz: "Julga-se ter sido creada em 1533, porque por alvará de 26 de março d'este anno el-rei D. João 3.º ordenou ao Bispo D. Jorge de S. Thiago erigisse em parochia a ermida de Nossa Senhora da Conceição que já existia quando Angra era villa"[45]. Este alvará régio, que só é mencionado a partir desta obra, informa sobre a data a partir da qual se criou a paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Só que algo não está certo na informação fornecida. No ano 1533, os Açores ainda pertenciam à diocese do Funchal, sendo o bispo D. Martinho de Portugal o mesmo que, a mando de D. João III, se deslocou à Santa Sé para pedir a erecção de vários bispados em terras portuguesas, um dos quais, o bispado de Angra. A referência a D. Jorge de Santiago, terceiro bispo de Angra, insere-nos contextualmente no período temporal entre 1550 (confirmado pelo papa em 1552) e 1561, ano da sua morte. Assim sendo, se o alvará régio estiver certo quanto à informação de que o rei ordenou ao bispo D. Jorge de Santiago, não pode ser de 1533, pelo que o ano mais provável será o de 1553[46]. Se a igreja de Nossa Senhora da Conceição não foi construída até 1568, é muito provável que o tenha sido pouco depois, beneficiando do alvará régio de 16 de Junho daquele ano, já mencionado.

Segundo ficara estabelecido após a entronização de D. Manuel I, em 1495, cabia ao rei, como governador da Ordem de Cristo, zelar pela vida espiritual no arquipélago dos Açores, num tempo anterior a 1514, quando as ilhas passarem a depender da diocese do Funchal e, a partir de 1534, da diocese de Angra. A construção das capelas-mores das igrejas paroquiais açorianas era, pois, um dever do monarca. O que o alvará

[44] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Topographia, ou Descripção Physica, Politica, Civil, Ecclesiastica, e Historica da Ilha Terceira dos Açores*, Angra do Heroismo, Imprensa de Joaquim Joze Soares, 1843, p. 109.
[45] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade; José Alves da Silva (anot.), *Topographia, ou Descripção Physica, Politica, Civil, Ecclesiastica, e Historica da Ilha Terceira dos Açores*, 2.ª ed.,[Angra do Heroismo], Livr. Religiosa, 1891, p. 133.
[46] É possível que a troca de 1553 por 1533 tenha sido originada por um erro na leitura do manuscrito.

de 1568 tem de novidade é a informação sobre o rei custear não só as obras das capelas-mores, mas também as dos corpos das igrejas que estivessem caídos ou por construir. Em suma, exceptuando as capelas laterais, todas as igrejas paroquiais dos Açores tiveram, naquela época, a possibilidade de serem reedificadas às expensas da fazenda real. É neste contexto que se julga poder inserir-se a edificação da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra, assim como de outras igrejas da Terceira e restantes ilhas.

A freguesia da Conceição foi a segunda estabelecida em Angra, depois de São Salvador (Sé), localizada na parte alta que fica a leste do centro urbano. Trata-se de uma das partes mais antigas de Angra, anterior à urbanização do vale onde se estabeleceu o centro da povoação – desde o castelo *dos moinhos*, no alto, até ao Corpo Santo, na Rocha sobre a baía. Ao cimo da rua que sobe da Praça Velha à Conceição ergue-se a igreja paroquial. Apesar de se conhecer uma data aproximada da criação da freguesia, nada se sabe sobre a construção da igreja que veio substituir a citada ermida de Nossa Senhora da Conceição, nem mesmo se antecede ou é posterior ao início da edificação da Sé de Angra (1570).

> *É das egrejas parochiaes da cidade, a mais antiga depois da Sé Cathedral. Ignora-se a data da sua construção* (…).
> *A architectura exterior d'este templo nada tem de especial, e o seu interior bastante amplo e desafogado, faz lembrar a egreja Cathedral d'Angra. Está, como esta, dividida em trez naves, e o tecto que foi ultimamente reconstruido por ameaçar ruina, acha-se sustentado por quatro columnas de pedra, de cada lado, e de forma retangular*[47].

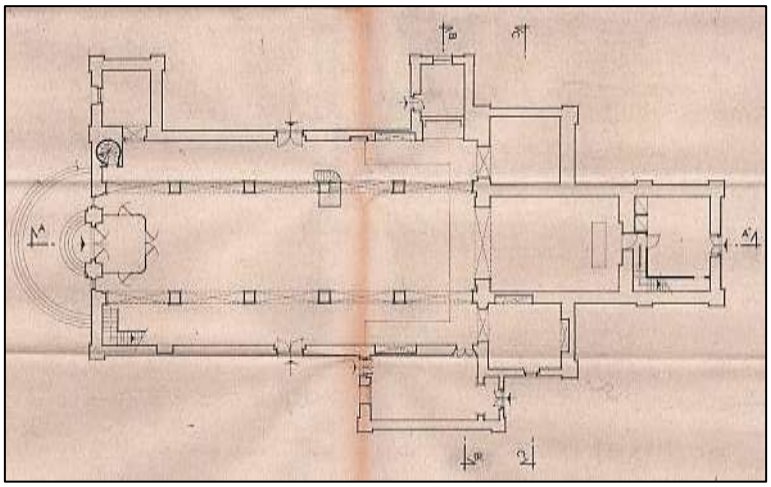


Fig. 3.68 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

[47] Alfredo da Silva Sampaio, *Memória Sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904, p. 233.



Fig. 3.69 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.70 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.71 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A planta da igreja de Nossa Senhora da Conceição apresenta as três naves divididas por cinco tramos, com uma capela-mor profunda que comunica para uma sala ulterior. A capela-mor é ladeada pelas capelas colaterais, nos topos das naves laterais. Todas as capelas da cabeceira são cobertas por abóbadas de berço com caixotões, enquanto o corpo da igreja ostenta tectos de madeira, com caixotões na nave central e de três esteiras nas naves laterais. De acordo com Alfredo da Silva Sampaio, no trecho supracitado, o tecto teria sido reconstruído pouco antes de 1904, por ameaçar ruína.



Fig. 3.72 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.73 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos do tramo subsequente à cabeceira situam-se as duas sacristias da igreja: no lado da Epístola fica a sacristia eclesiástica, enquanto que no lado do Evangelho localiza-se a sacristia da confraria do Santíssimo Sacramento. Depois da cabeceira, não existem mais capelas nas naves laterais, somente altares. A capela baptismal ocupa o nível térreo da torre sineira, após o extremo do tramo de entrada, do lado do Evangelho.

As arcarias toscanas que separam as naves são constituídas por arcos de volta perfeita, apoiados em pilares de secção quadrada. Os fustes arrancam como prismas, porém, a meia altura, passam a erguer-se como troncos piramidais, chegando ao capitel com uma secção claramente menor que no nível da base. Esta solução, em vez de pilares prismáticos, também foi usada nas arcarias da Matriz da Praia da Vitória, de maiores dimensões mas com menor expressão. Tal poderá indicar uma sugestão de *entasis* adaptada a superfícies planas. Seja como for, as arcarias presentes na igreja da Conceição poderão ser obra do século XVI, de uma campanha de obras posterior ou já do século XIX. Pela falta de informações, todas as hipóteses parecem possíveis.



Fig. 3.74 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.75 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada, para além de aceder ao baptistério, no extremo do lado do Evangelho, é totalmente sobreposto pelo coro-alto. Encontra-se instalado a um nível superior dentro dos vãos dos arcos das arcarias que se levantam naquele tramo, originando a tripartição do coro-alto – os mesmos arcos permitem a comunicação entre as três partes. O coro-alto é rematado com uma guarda recta de madeira talhada e pintada. Na parede do fundo abrem-se as três janelas superiores da fachada.



Fig. 3.76 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/ 1.ª metade do século XIX): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.77 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/ 1.ª metade do século XIX): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A fachada da igreja da Conceição possui um portal flanqueado por pilares canelados, que sustêm um entablamento com motivos vegetalistas no friso, entre os capitéis dos pilares. Acima estão pináculos e, sobre a cornija do portal, duas volutas em relevo que enquadram uma concha. Duas janelas pequenas ladeiam o portal, com cornija e pináculos nos extremos, enquanto uma mísula centrada segura uma concha. As três janelas superiores ao portal assentam num troço de cornija. A central, mais alta, é rematada por uma cornija, com pináculos nos extremos e, acima, volutas quebradas sobre as quais fica um pequeno óculo. As janelas laterais têm cornijas com duas volutas que se encontram num concheado central. A fachada é extremada por pilastras rematadas por pináculos. Uma das pilastras é partilhada com a torre, que possui três níveis. O campanário tem uma ventana por face e é coroado por um coruchéu piramidal oitavado, azulejado à mudéjar, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

– *Igreja de São João Baptista*, Angra do Heroísmo



Fig. 3.78 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.79 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de *São João Baptista do Castelo* é uma construção régia mandada erguer pouco depois da Restauração de Angra, em 1642, como edifício comemorativo da entronização de D. João IV, inaugurando a nova dinastia de Bragança.

> *Quando em 1642 os castelhanos se renderam e entregaram o Castello de S. Filippe, viram os terceirenses que alli havia egreja alguma; pelo que pediram a El-Rei que lhes fosse permitida a construção d'uma com a invocação de São João Baptista, visto ser este o novo nome da fortaleza. Por alvará do 1.º de abril de 1643, era permitida a construção da egreja que durou muitos anos, visto que, pelos documentos que ainda se encontram, o governador João Sequeira Varejão fez altos empenhos em 1656 para se concluírem as obras*[48].

Todavia, na época em que o Pe. António Cordeiro escreveu a sua obra *História Insulana*, editada em 1717, é referido que "(…) antes de chegar aos pès dos montes, está jà bem começada segunda, & sumptuosa Igreja, que parou por muytos anos, & tal vez que ainda não esteja acabada(…)"[49]. Assim, depreende-se que as obras da igreja de São João Baptista foram bem para além de 1656, entrando no século XVIII. Na frase supracitada também é dito que *está já bem começada segunda, & sumptuosa igreja.* Esta *segunda* deverá indicar a presença de uma igreja/capela precedente, iniciada ou já terminada na época em que as obras de São João Baptista avançaram.

Seja como for, a igreja foi destruída por um grande incêndio, em 1816, permanecendo abandonada até ao seu restauro, em 1867. O templo que podemos observar hoje é o resultado daquele restauro, a estrutura pétrea, pois os retábulos e toda a madeira que se encontravam no espaço interno desapareceram no incêndio.

[48] Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904, p. 236.
[49] Pe. António Cordeiro, *Op. cit.*, p. 266.

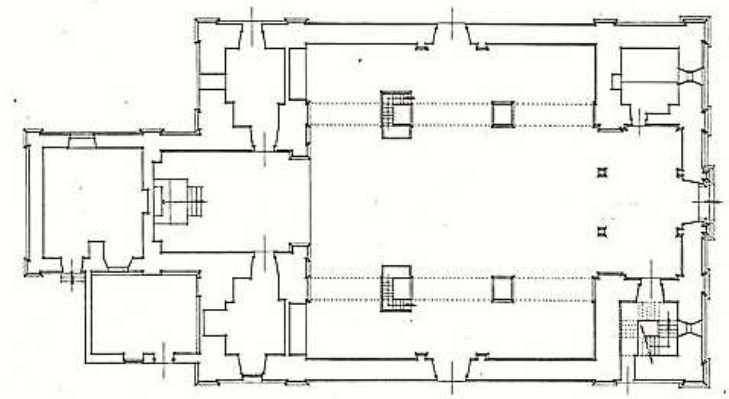


Fig. 3.80 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja de São João Baptista*, IPA.00035487, DES.00016581 [em linha]. Disponível na Internet:. <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35487>

A igreja de São João Baptista possui três naves, com três tramos, aos quais se acrescenta o tramo da frontaria. O espaço interno tem pouca profundidade, face à monumentalidade da fachada, sendo mais largo que extenso. Os quatro pilares toscanos das arcarias que separam as naves são, a partir dos capitéis, o arranque de dois arcos, entre os quais sobem pilastras estreitas que terminam na primeira cornija que corre nas quatro faces da nave central.



Fig. 3.81 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As portas travessas situam-se centradas no alinhamento do tramo central. São vãos simples com enxalço profundo, ladeados por pilares toscanos embebidos nas paredes e rematados por pináculos. Sobre a porta rasga-se uma janela simples, também com enxalço profundo, acompanhada de outras duas janelas similares, maiores, no alinhamento dos outros tramos.

No topo da fachada das naves laterais existem janelas rectangulares geminadas (que serão abordadas mais à frente), enquanto no topo da cabeceira rasgam-se os altares colaterais definidos por arcos cegos de volta inteira.



Fig. 3.82 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.83 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.84 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.85 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor possui um arco triunfal ladeado por finas pilastras que também arrancam dos pilares, terminando na grande cornija. É uma capela-mor-túnel, coberta por uma abóbada de berço revestida por uma malha de losangos de pedra, em relevo, sobre fundo rebocado e pintado de branco. A abóbada arranca a partir das cornijas das paredes laterais, abaixo das quais ficam as janelas laterais com enxalço profundo. Ao fundo, há um arco em relevo feito por uma pedra diferente da da igreja, tal como o seu aparelho, no qual se abre um vão recto gradeado. Afinal, esta porta situar-se-ia atrás do retábulo-mor, comunicando com o corpo posterior. Ainda na capela-mor, junto ao arco triunfal ficam duas passagens para as sacristias. Sob a capela-mor existia uma cripta onde eram sepultados os Governadores do Castelo de São João Baptista.

O corpo das naves é actualmente coberto por três tectos planos, de tabuado corrido, em que o da nave central é mais alto, com vigas transversais. As faces desta nave são rematadas por uma grande cornija encimada por outra menor, que sustém o tecto. No espaço entre elas abre-se uma janela axial na face do arco triunfal, a mesma solução utilizada na Sé de Angra, onde existem duas janelas.



Fig. 3.86 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O tramo da frontaria é ocupado, ao centro, por uma zona vestibular, situado sob o coro-alto, apoiando-se em dois pilares estreitos que ajudam a definir este espaço. No nível térreo da torre do lado da epístola ficava a capela baptismal, coberta por uma abóbada de nervuras, enquanto que pela outra torre se acedia ao coro-alto e aos campanários. É de destacar a existência, ao nível do coro-alto, de aberturas geminadas, com mainel, rasgadas quase até ao pavimento, com guarda metálica, situadas nos topos das naves laterais. No coro-alto abrem-se quatro janelas, em dois níveis, presentes no pano central da fachada, assim como o óculo onde está instalado o relógio. Ressalta-se o facto de a grande cornija se moldar às janelas superiores do coro-alto, contornando-as curvas, algo pouco habitual de se ver no espaço interno das igrejas.



Fig. 3.87 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.88 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

São João Baptista também foi a paroquial do *Castelo*, «freguesia» na posse dos militares. A igreja foi erguida na praça de armas da fortaleza do mesmo nome, defronte à porta principal que aí se rasgou após a Restauração. Nessa praça ficam a casa do governador da fortaleza, a ermida do Espírito Santo (primitivamente de Santa Catarina de Sena) e outros edifícios administrativos militares. Nos meados do século XX, foram demolidas as casas de residência dos militares e suas famílias que se situavam a poente da igreja, tendo sido aberto o actual terreiro definido pelos edifícios das casernas.



Fig. 3.89 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da igreja de São João Baptista tem três panos, cujos laterais são ocupados pelas torres, correspondendo, no espaço interno, à largura das naves laterais. A fachada é constituída por três níveis, sendo marcada pelas quatro pilastras que separam os três panos e pela cornija que se destaca a meia altura. Os panos das torres possuem um corpo inferior com dois níveis marcados por duas janelas: uma inferior estreita, com enxalço fundo e gradeada, outra superior de moldura simples. O terceiro nível das torres acomoda os campanários, com duas ventanas por face que são atravessadas por uma cornija ao nível do arranque dos arcos, prosseguindo no pano central da fachada. As torres são rematadas por entablamentos com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. As torres são coroadas por cúpulas oitavadas assentes num tambor baixo, de secção octogonal. As cúpulas oitavadas foram utilizadas, possivelmente pela primeira vez nos Açores, na igreja de São João Baptista do Castelo.

O pano central da fachada, situado entre as torres, tem apenas um portal no nível térreo. Com ombreiras e lintel simples, o portal é ladeado por um par de pilares embebidos em pilastras, todos da ordem jónica moderna. Entre os capitéis, sobre o portal, corre um entablamento com a cornija bastante balançada. Sobre a porta fica uma cornija que existe apenas no pano central e que denota o segundo nível interno, o coro-alto. A partir dessa cornija desenvolve-se uma fachada cuja composição é, pela expressividade, das mais barrocas que se encontram nos Açores.



Fig. 3.90 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pano central da fachada e torre poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.91 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.92 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Sobre o portal fica a enorme pedra-de-armas reais, centrada, inserida em várias molduras, cuja exterior é constituída por pilaretes alinhados com os pilares do portal e com motivos decorativos fitomórficos nos fustes. Uma cornija remata-a superiormente, sustentada por duas volutas que pousam na grande cornija central da frontaria. É justamente a pedra-de-armas que interrompe deliberadamente a cornija central. Sobre aquela pedra fica o relógio, encimado por um nicho com arco de volta perfeita, ladeados por volutas em perfil (relógio), continuadas por pilastras finas (nicho). Os capitéis destas últimas suportam um pequeno entablamento.



Fig. 3.93 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): pedra de armas reais.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.94 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): relógio e nicho da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A ladear a pedra de armas reais estão dois níveis de janelas, imediatamente abaixo e acima da grande cornija central, sendo as inferiores maiores que as superiores. As janelas inferiores são enquadradas por pilastras jónicas clássicas que sustentam um entablamento, enquanto as janelas superiores são flanqueadas por pilastras coríntias, rematadas por entablamentos mais complexos. Situados acima das janelas, mas alinhados com elas, ficam medalhões em relevo assentes num entablamento, ladeados por volutas em perfil e rematados por outro entablamento que continua quer para os cunhais das torres quer para o espaço entre ventanas. A cimalha é policurvada, composta pela articulação de troços de cornijas com forma de volutas.

A decoração limita-se ao pano central da fachada, acima do portal. A sua composição é marcada pela densidade e expressividade de cornijas e entablamentos em torno dos vãos e da pedra de armas. Não obstante, é notória a influência da arquitectura portuguesa chã do último terço do século XVI, lembrando as frontarias das igrejas da Graça de Setúbal (cerca de 1570) ou da Matriz de Fronteira (1575).

Devido às ocorrências já mencionadas, o espaço interno da igreja ficou limpo de retábulos e talha. Como tal, seriam aqueles elementos de madeira os animadores do espaço interno, uma vez que a construção pétrea do corpo da igreja é simples e quase sem decoração. Só a abóbada da capela-mor tem características decorativas, com os losangos em relevo. Salientam-se as janelas geminadas nos topos das naves laterais, no tramo da frontaria, incomuns nos Açores, as arcarias que separam as naves, com apenas três tramos, criando um espaço interno mais largo que extenso, e as duas cornijas paralelas que rematam os quatro alçados da nave central, revelando uma ligação à Sé de Angra.

– *Igreja de Nossa Senhora da Guia*, Convento de São Francisco de Angra do Heroísmo



Fig. 3.95 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Convento de São Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.96 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Convento de São Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

São vários os testemunhos que nos falam de um primeiro convento chamado *de Xabregas* – porque provavelmente os frades vieram do convento de Xabregas, em Lisboa –, instalado primitivamente numas casas de Angra, sem que se saiba a sua localização. Os frades acompanharam os povoadores desde o início do povoamento, entre os quais, o tristemente célebre Frei João, que foi levado por uma enxurrada e, por conseguinte, dado o seu nome àquela ribeira da actual freguesia de São Sebastião. É possível que quando Frei João morreu, já tivesse fundado os conventos franciscanos da Praia e de Angra, apesar da maioria dos autores afirmar desconhecer o seu fundador. Tudo isto ocorreu nas primeiras décadas do povoamento da ilha Terceira, 1450-70.

O primeiro convento de São Francisco de Angra construído de raiz foi erecto nas terras para tal doadas por Afonso Alves d'Antona, a partir de 1475. O doador, que ficou para a posteridade como *o Velho de São Francisco*, era terratenente do capitão Álvaro Martins Homem, o fundador de Angra. Com a divisão da ilha Terceira em duas capitanias, em 1474, Afonso Alves d'Antona decidiu acompanhar o seu capitão e mudou-se para a Praia, deixando em doação a sua casa e terras em Angra, para que os frades pudessem aí construir o seu convento.

> (…) *q*ue *a parte q*ue *doou foi bastante não só a formatura da igr*eja *e Conu*ento*, mas pera hũa tão dilatada cerca q*ue *pellos tempos em diante derão grátis a major parte della aos P*adre*s da compp*anhia (…). *Donde se uem a concluir com certeza indubitauel ser fundado o Conu*ento *de São Fran*cisco *d Angra em legitima clauzura nos annos da dezena de coatrocentos e sessenta* [,] *dez ou doze pouco mais ou menos da prim*eira *pouoação da Ilha*[50]*.*

[50] Pe. Manuel Luis Maldonado, *Fenix Angrence*, 1.º volume, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p. 101. Originalmente era um manuscrito redigido nos últimos anos do século XVII.

O novo capitão do donatário de Angra, João Vaz Côrte-Real, não só apoiou as obras do convento de São Francisco, como tomou o padroado da capela-mor, que, assim, passou a pertencer à capitania de Angra. Em 1480, o convento de São Francisco de Angra já estaria edificado, bem como os outros quatro conventos primitivos da Ordem de São Francisco nos Açores: Vila do Porto (Santa Maria), Vila Franca do Campo e Ponta Delgada (São Miguel) e Praia (Terceira). O convento de Angra foi, desde cedo, a cabeça da Ordem Franciscana nos Açores, a par com a crescente relevância da vila de Angra no contexto açoriano.

Sobre a fundação do convento de São Francisco de Angra, nenhum autor é mais completo (apesar de algumas faltas cronológicas), nem mais habilitado do que Frei Agostinho de Monte Alverne. Na sua obra *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, relata:

> *Três fundações teve na planta em que está hoje, com uma ermida de Nossa Senhora da Guia* (…)*, e junto dela um claustro bem limitado, girado de suas celas muito limitadas e pobres, com uma casa pegada em que dizem servia de refeitório, tendo detrás a cozinha, de que ainda tinha a chaminé, tudo limitado e pobre, e assim se conservou até à terceira fundação* (…)[51].

Devido à crescente importância, foi decidido erguer um novo convento, algures no século XVI, uma vez que este segundo convento, descrito por Frei Agostinho de Monte Alverne, apresenta algumas características em comum com o convento franciscano que Gaspar Frutuoso conheceu e que Linschoten desenhou em Angra.

> (…) *pois para o sustento lhe sobejavam esmolas, por onde trataram de fazer segundo convento na mesma planta, logo junto ao outro, pelo conservarem sempre; para isso só mudaram a ermida para onde está hoje, fazendo nova igreja com capela-maior e suas capelas em roda, tendo a porta principal como as igrejas de freiras, com um claustro grande e três dormitórios, dois de dois sobrados, um junto à ribeira, outro para a banda da horta, com todas as oficinas, nos quais chegaram a morar, ainda na custódia, 60 frades* (...)[52].



Fig. 3.97 – Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": Convento de S. Francisco de Angra.
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

[51] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1962, p. 27.
[52] Idem, *Ibidem.*

A característica que mais se destaca é a porta principal se colocar *como as igrejas de freiras*, ou seja, lateralmente ao eixo da igreja, com a cabeceira voltada para nascente. Outras características podem ser observadas, como o claustro em redor do qual se situavam os dormitórios, um junto à ribeira e outro junto à horta. Os dormitórios com dois sobrados não são explícitos na carta de Linchoten, porém, a torre da igreja é bastante expressiva. Quanto à existência ou não de três naves, não há qualquer informação. Frei Diogo das Chagas (1584-c.1661) refere as capelas instituídas, apontando alguns (poucos) elementos arquitectónicos, mas nunca descreve nem a estrutura interna da igreja nem o seu aspecto exterior.

Sobre este segundo convento de São Francisco de Angra, Gaspar Frutuoso escreveu na segunda metade do século XVI.

> *Tem* [Angra] *um sumptuoso mosteiro de São Francisco, da invocação de Nossa Senhora da Guia onde ordinariamente residem até vinte religiosos, situado no mais alto da cidade, com fresco pomar e horta regada com uma ribeira de água, e na claustra tem chafariz de água, com muitas capelas de morgados* (…)[53].

A igreja posicionava-se na ala sul do convento. A sua implantação e inserção urbanísticas podem ser observadas na representação de Linschoten quer do edifício conventual quer da sua cerca.



Fig. 3.98 –Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": cerca e envolvência urbanística do Convento de S. Francisco de Angra.
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

[53] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 12.

O convento situava-se no mesmo sítio que o actual edifício. A ribeira dos moinhos delimitava a sua cerca desde o Norte, ao longo do seu lado nascente, até à curva da ribeira, antes de descer para a casa de câmara, a caminho do mar. O edifício conventual não se situava longe da praça, embora não lhe tivesse acesso directo. A cerca fazia fronteira, a Noroeste, com as terras e casa do capitão do donatário e, a partir de 1638, com a vizinha casa e igreja da Companhia de Jesus. A sul e sudeste ficavam as hortas e pomares. Apesar de não se saber a data concreta, foi decidido por Frei Rodrigo Carrasco, guardião do convento, abrir uma rua que descesse do convento directamente para a praça, a então *rua dos Frades* ou *do Carrasco* que hoje tem o nome de Ladeira de São Francisco. Tendo conhecimento do ano da morte de Frei Rodrigo Carrasco, 1612, deduz-se que a nova rua foi aberta na transição para ou já no início do século XVII, até àquele ano[54].

Em 1640, "(…) *se propos em Capitulo geral fossem os Conuentos das Ilhas dos Acores Eretos em Prouincia com titulo de São João Evange*lista*. Forão oppostos a toda a ancia, e major empenho os vogaes da Prouincia de Chabergas não permetindo a tal separação*"[55]. O pleito seguiu até Roma, onde foi decidida a criação da nova *Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, em que o *Padre Mestre Frei Matheus da Conceipção Coruo* foi eleito Ministro Provincial Apostólico[56].

Foi a partir de 1663 que se iniciaram as diligências para a construção de um novo convento e igreja da Ordem em Angra, por iniciativa do Ministro Provincial, o Padre Mestre Frei Fernando Naranjo (ou Laranjo)[57]. O Pe. Manuel Luis Maldonado foi contemporâneo deste estaleiro, tendo acompanhado as obras de perto e relatado todo o processo de edificação da nova igreja do convento de São Francisco[58]. São muitas as peripécias narradas a respeito de Frei Fernando Naranjo, particularmente, sobre o seu génio e empenho em edificar a igreja com o menor custo possível. No entanto, neste trabalho serão de maior préstimo as informações directamente relativas com o processo de construção.

---

[54] Cf. Frei Agostinho de Monte Alverne, *Op. cit.*, p. 31.

[55] Pe. Manuel Luis Maldonado, *Fenix Angrence*, 3.º volume, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1997, pp. 150-151.

[56] Cf. Idem, *Ibidem*. Quando voltou de Roma, entre 1640-41, Frei Mateus da Conceição foi preso por influência do Provincial de Xabregas, a que antes pertenciam os frades da Ordem nos Açores. Quando a notícia da sua prisão chegou à Terceira, os governadores, em nome da nobreza e do povo da ilha, pediram a D. João IV que desse licença ao novo Provincial dos Açores para seguir para as ilhas, pedido que foi deferido a 8 de Maio de 1641. Nestes tempos, El-rei D. João IV já tinha sido aclamado na ilha Terceira, a 27 de Março de 1641, mas as tropas castelhanas permaneciam na posse da Fortaleza de São Filipe do Monte Brasil, só se rendendo a 4 de Março de 1642.

[57] Frei Fernando Naranjo nasceu em Angra, por volta de 1610, sendo filho de um militar castelhano que tinha vindo para a Terceira em torno de 1600, provido no posto de sargento-mor do Castelo de São Cristóvão (ou São Luís), mais conhecido por Castelo dos Moinhos, onde nasceu.

[58] Cf. Pe. Manuel Luis Maldonado, *Fenix Angrence*, 2.º volume, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. 432-441.

O edifício quinhentista apresentava muitas brechas e temia-se a sua ruína, fosse nos dormitórios, fosse na "(…) igreja do seu conuento quazi a pique de cajr em terra"[59]. Como tal, Frei Fernando Naranjo decidiu avançar com as obras de uma nova igreja e casa conventual, apesar de não haver dinheiro. Foram pedidas esmolas em todas as ilhas dos Açores (fosse em dinheiro, fosse em materiais), bem como na Metrópole (cal), nos reinos do Norte da Europa, nomeadamente em Inglaterra e Holanda (materiais de construção como ferro e madeiras), no Brasil, particularmente na Bahia e Pernambuco (madeiras) e em Angola (cabedais). Saía mais barato mandá-los vir da origem do que se fossem comprados no mercado de Angra, pelo que Frei Fernando comerciou directamente com os mercadores de diversas origens para obter os materiais que necessitava. Para além do que veio de fora, houve ainda o reaproveitamento das madeiras e outros materiais de construção, decorrentes de naufrágios ocorridos no porto de Angra. Foi mandado fazer um forno da cal na cerca do convento porque a cal comprada em pedra, no Reino, viajava no lastro das embarcações dirigidas aos Açores para ser utilizada nas obras, vendendo-se o muito que sobejava. Entre várias medidas, há a história das marmeladas feitas nos conventos femininos da Província dos Açores, doadas a Frei Fernando e por ele enviadas para os reinos do Norte, "(…) e forão estas em tanta quantid*ad*e q*ue* do seu procedido lhe vierão todas as vidraças das frestas, e janellas da igr*ej*a q*ue* são tantas q*uan*tas se mostrão patentes nella"[60].

A 6 de Março de 1666, realizou-se a cerimónia de colocação da primeira pedra da nova igreja de Nossa Senhora da Guia, nas valas já abertas para o assentamento dos alicerces. Segundo o Pe. Maldonado, foi o próprio Frei Fernando Naranjo quem concebeu o projecto, contratando o mestre-de-obras Braz Madeira para ajudar nas obras de pedraria, cujos empregados juntaram-se aos frades que já estavam a trabalhar nas obras, aumentando assim a mão-de-obra e o ritmo da construção.

> [Frei Fernando Naranjo] *contratou com o mestre Braz Madeira (que era o mais ciente q*ue *naquele tempo se achaua em Angra com suficientes inteligências da Arte) a lhe dar cento e oitenta por cada pedra sentada na obra q*ue[r] *grande q*ue[r] *pequena, e seis tostões por cada braça com os vãmos por chejo, tudo liure dos massames carretos, e arencos das cantarias e aluenarias a q*ue *o d*ito *mestre não era obrigado, mais q*ue *ao lauram*ento *e asento da cantaria, e feitio da braça d obra*[61]*.*

Foi intenção declarada de Frei Fernando Naranjo preservar a capela-mor da igreja quinhentista, não só pela obra em si, mas porque a capela-mor tinha por padroeiro o capitão do donatário – se não se interviesse na capela-mor, não haveria permissões a

[59] Idem, *Ibidem*, p. 433.
[60] Idem, *Ibidem*, p. 436.
[61] Idem, *Ibidem*, p. 434.

pedir. Como tal, pelo corpo da capela-mor proporcionar-se-ia o corpo da nova igreja. Mas não foi o que aconteceu, já que Frei Fernando Laranjo "(…) se valeo de mais de meja cerca do conu*en*to em q*ue* prim*ei*ro q*ue* tudo se fundou hũa fortiss*im*a muralha q*ue* supposto de pedra e Cal foi neces*sari*o fortalecerem na com hũs grossos batereos de cantaria escarpados, porq*ue* o pezo dos antulhos com q*ue* a vniuelarão a fez sentir em modo q*ue* ameacou ruina"[62]. A forte muralha situa-se a poente da fachada, cujo entulhamento do terreno permitiu a ampliação da área de construção da igreja e do seu adro. A casa conventual quinhentista continuou erecta até ao final das obras da igreja, após as quais foi substituída pelo edifício que hoje se mostra.

Quando as obras iam no seu terceiro ano, percebeu-se que não seria possível manter a capela-mor quinhentista. As obras estariam bastante avançadas, pois já começavam os trabalhos de carpintaria, tendo-se mandado vir madeiras de cedro da ilha das Flores. A edificação da nova capela-mor tornara-se num processo complexo, já que a capela pertencia ao capitão do donatário de Angra, o marquês de Castelo Rodrigo, que, após a Restauração, optou por ficar em Castela, custando-lhe o confisco das capitanias que lhe pertenciam – Angra e São Jorge, Praia, Faial e Pico –, correspondendo a quatro das nove ilhas dos Açores.

> *Chegou a obra a termos q*ue *foi necessario desfazer se a Capella mór e da jrmand*ade *dos Terceiros q*ue *lhe ficaua contingua, e esgilhada; e como // daquela era p*roptetor *o Marquez de Castel rodrigo Capp*itam *Donatario da Ilha de q*ue *fora fundador o primeiro Capp*itam *d Angra João Vaz Corte real q*ue *nella fora sepultado, se temeo ficaria frustaneo o Custo della pellas dependencias do requerim*ento *q*ue *hauia ser feito nos tribunais, por estarem incorporadas as rendas da Capitania por Reprezalia na faz*enda *real*[63]*.*

Enquanto esperava por resposta ao requerimento expedito, pedindo o dinheiro da construção da capela-mor à fazenda real, Frei Fernando Naranjo decidiu avançar com as ditas obras e do seu retábulo por sua conta e risco. O requerimento veio a ser indeferido, pelo que Frei Fernando dirigiu-se ao Provedor e, num acesso de cólera, conseguiu daquele a verba necessária para as obras da capela-mor[64].

> *Engalgada a obra de pedraria, e já ensemalhada se acharão prestes os madeiram*entos *de q*ue *se hauião formar os tetos, e já vindos do Norte os tirantes de ferro, q*ue *por sua m*uita *grandeza se conduzirão em partes por tal arteficio q*ue *facilm*ente *na Ilha se vnirão ficando fixos sem deffeito algũ, e logo q*ue *se intimou a osada em q*ue *hauia cajr a telha em rezão das agoas, foi m*uito *q*ue *principiou com ella a obra dos florões, e molduras q*ue *hauião ficar à façe* [na fachada] *e tudo porq*ue *por este modo se euitaua a machina dos andaimes, e estaleiros q*ue *erão percizos* (…)[65].

[62] Idem, *Ibidem*, pp. 433-434.
[63] Idem, *Ibidem*, p. 438.
[64] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 438-439.
[65] Idem, *Ibidem*, p. 439.

As obras da igreja terminaram em 1672. Na tarde do dia 30 de Setembro foi ordenada uma procissão para a transferência do Santíssimo Sacramento para a nova igreja de Nossa Senhora da Guia, onde ficou exposto por três dias e se fez Pontifical. Depois da igreja nova seguiram-se as obras de reedificação da casa conventual. "(…) e como estas obras comessarão na era de 1663. e findarão na de 1677. se mostra durarem catorze annos cujas somas importão treze contos coatrocentos e corenta mil r*ei*s q*ue* reduzidos a cruzados fazem a quantia de trinta e tres mil seiscentos cruzados"[66]. O Pe. Maldonado não descreveu as obras da casa conventual com a mesma dedicação que o fez para a igreja, pelo que pouco se sabe sobre os trabalhos. Contudo, descreve a funcionalidade dos espaços internos das suas partes, bem como o claustro e o seu chafariz. Quanto à duração das obras de todo o conjunto de São Francisco, a edificação da igreja durou seis anos e meio (1666-1672), enquanto a casa conventual ficou pronta em catorze anos (1663-1677).

Não só as obras foram expeditas, mas também a factura final traduziu-se numa quantia consideravelmente módica, face aos estaleiros de obras da Sé de Angra (desde 1568) e da nova Casa e Igreja da Companhia de Jesus (desde 1636), o que levou o Pe. Maldonado a escrever, no ano de 1700, que "(…) durarão as obras da See d Angra cento trinta e dois anos, sem estarem findas com o gasto de duz*en*tos mil cruzados. As obras do Coll*egi*o [dos Jesuítas] sessenta e coatro anos com o gasto de cento, e tantos mil cruzados e continuão (…)"[67]. Não há dúvida que as medidas tomadas por Frei Fernando Naranjo vieram poupar, e muito, no custo final das obras que, em volume edificado, se compara à Casa dos Jesuítas, embora tenha sido erguida com maior rapidez e por um terço do valor das obras daquela Casa.



Fig. 3.99 – Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): alçado lateral sul.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[66] Idem, *Ibidem*, p. 441.
[67] Idem, *Ibidem*, 3.º volume, p. 156.

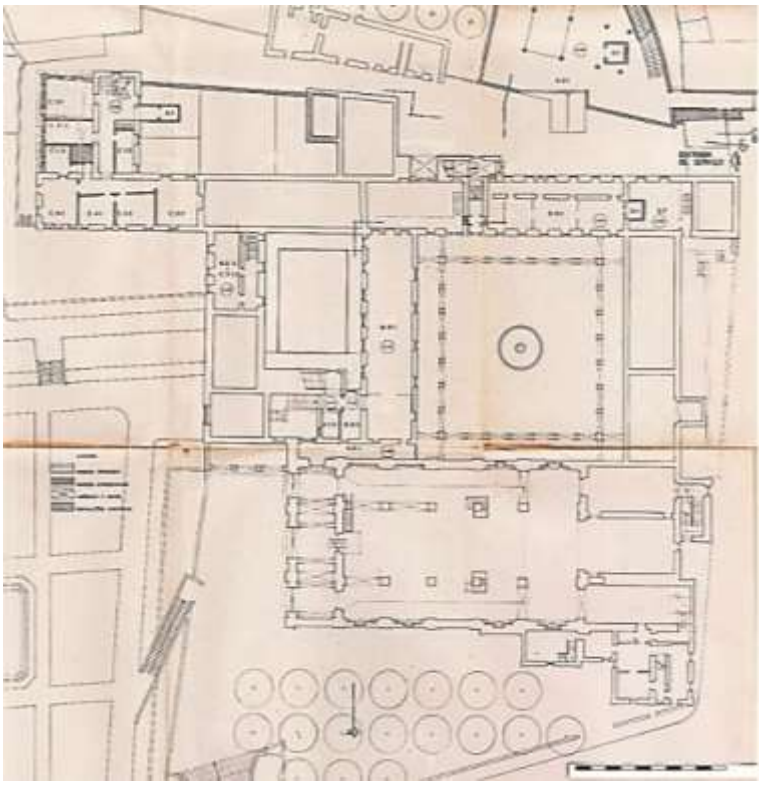


Fig. 3.100 – Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

O convento de São Francisco de Angra localiza-se próximo da Praça, ligados directamente pela Ladeira de São Francisco, ao longo do lado sul. A oeste faz fronteira com o Jardim Duque da Terceira (antiga cerca conventual), enquanto, a norte, se desenvolve o complexo conventual. A leste corria a levada da ribeira dos Moinhos que a separava da rua que passa no seu tardoz.

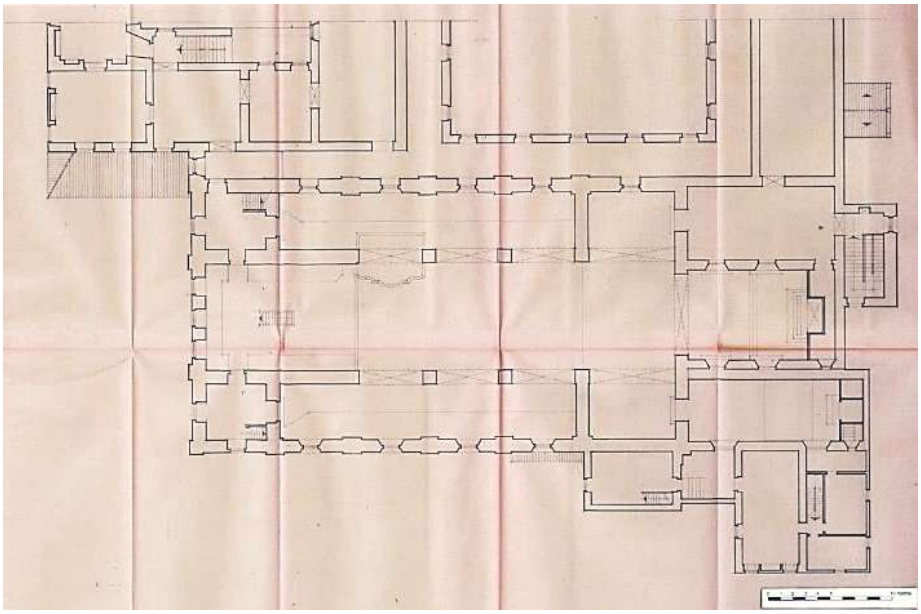


Fig. 3.101 – Igreja de N.ª S.ª Guia - Convento de S. Francisco de Angra do Heroísmo (1666-1672): planta do 2.º nível.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores – Governo dos Açores.



Fig. 3.102 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Nossa Senhora da Guia aglutina-se à casa conventual através da sua ala sul. Possui um grande adro cercado que se desenvolve a sul e a oeste, com uma entrada principal constituída por uma escadaria em três lanços. Ao templo acede-se através de uma galilé inserida na frontaria que corre todo o nível térreo, com três arcos de volta completa que comunicam com as três portas axiais de cada uma das naves. As arcarias das naves são da ordem toscana, com arcos de volta inteira sustidos por pilares de secção quadrangular. Acima dos capitéis, entre os arranques dos arcos, existe uma fina pilastra que sobe até à expressiva cornija que corre em todas as faces internas da nave central, interrompida apenas na parede da fachada pela janela axial superior. Acima daquela cornija lança-se a falsa abóbada de berço da nave central. Para além da galilé, que corresponde ao tramo da frontaria, a igreja tem mais cinco tramos. O imediato à cabeceira é mais largo, sobrelevado, com os atributos de um transepto inscrito. Os braços apresentam arcos mais altos e largos que os das arcarias, cobertos por curtas abóbadas pétreas com caixotões, transversais ao corpo das naves. São visíveis os momentos em que terminam os tectos das naves laterais, que, transpondo um arco transversal, se entra no transepto inscrito. A maior diferença entre aqueles tectos está no material utilizado e no tratamento final: de madeira à vista nas naves laterais e de pedra pintada com motivos vegetalistas no transepto – poderá ser o único existente em igrejas de três naves açorianas. Para além da capela-mor e da capela da Ordem Terceira (colateral), a igreja não possui mais capelas, só altares laterais.



Fig. 3.103 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): braço do transepto do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.104 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): arco de passagem do transepto para a nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.105 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): abóbada do braço do transepto, lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.106 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor é possui grandes dimensões, alta e profunda, quase da largura da nave central. O arco triunfal está coroado com as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816-1826), encimadas por um janelão axial. Na parede do fundo da capela-mor ergue-se um grande retábulo. Esta capela possui quatro janelas laterais, com guarda, que são falsas no lado do Evangelho. A delimitá-las ficam, inferiormente, um estreito friso e, superiormente, uma cornija que corre entre o arco triunfal e o retábulo. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço. Os espaços colaterais à capela-mor são ocupados pela capela da Ordem Terceira, no lado da Epístola, e, no do Evangelho, um grande vestíbulo que antecede a sacristia.



Fig. 3.107 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.108 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): cobertura da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais são pouco mais que espaços de circulação. O pavimento em frente aos altares está sobrelevado, com teia de madeira que ocupa quase metade da largura das naves. Os arcos dos altares e das portas travessas são similares, sempre com pilastras laterais que prosseguem após o arranque dos arcos. Sobre os altares laterais corre uma cornija, também presente no topo da entrada das naves laterais, na qual se apoiam as janelas laterais alinhadas com os altares, todos enquadrados com os vãos das arcarias. Porém, as janelas da nave do lado do Evangelho são falsas, já que partilham aquela parede com a ala sul do convento.

A porta lateral sul abre para o adro da igreja, enquanto a porta lateral norte está sobrelevada por uns degraus, até atingir a cota do claustro, com o qual comunica directamente. Nos topos das naves laterais, no tramo de entrada, situam-se as portas axiais que se abrem para a galilé. São encimadas por janelas assentes na referida cornija, cujas ombreiras se prolongam inferiormente, encurvadas nos extremos.



Fig. 3.109 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva das naves e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.110 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): topo de entrada da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.111 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.112 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): tramo imediato ao de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro alto só existe na nave central. Para além de um cadeiral em três faces, o coro-alto possui quatro painéis de azulejos. Com as respectivas molduras, são obra da transição para o século XVIII, mostrando episódios hagiográficos de São Francisco de Assis. Ao fundo abrem-se as janelas, três neste nível mais a janela superior. No vão do arco do tramo seguinte, ao nível do coro-alto, foi instalado o órgão de tubos. Para tal, foi construído um segundo arco no mesmo vão, com cerca de metade da altura, sobre o qual se fez um balcão para aí colocar o órgão.



Fig. 3.113 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.114 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): frontaria
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da igreja de Nossa Senhora da Guia está voltada a poente. A norte fica o alpendre que acede à portaria do convento, uma tripla arcada de volta perfeita apoiada em pilares. A fachada da igreja possui uma galilé, onde se abrem as três portas da igreja, fronteiras aos arcos. Esta galilé é coberta por uma tripla abóbada de arestas.



Fig. 3.115 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada apresenta três níveis delimitados por cornijas que se prolongam pelo alçado lateral, até à profundidade do tramo da galilé. A cornija superior continua até ao tardoz como limite daquele alçado. A fachada possui quatro pilastras que têm, logo acima do cruzamento com a primeira cornija, pedras de armas de mármore em alto-relevo. Ao cruzarem com as cornijas, as pilastras delimitam superfícies rectangulares por elas emolduradas. No nível térreo foram rasgados os três arcos de volta inteira da galilé, enquanto nos dois níveis superiores se abrem dez janelas, cinco por nível. O pano central apresenta, no segundo nível, uma janela com avental rectangular ladeada por finas pilastras, cujas metades inferiores se desenvolvem como volutas quebradas. São as mesmas janelas presentes nos panos laterais da fachada e após o cunhal com o alçado lateral. Uma vez que o pano central é mais largo que os laterais, foram abertas duas janelas mais pequenas, alinhadas pelo lintel com a janela central. O ritmo horizontal deste nível é dado pela diferença e alternância dos vãos. Os lintéis das três janelas encostam-se à cornija do terceiro nível. Aqui, quatro janelas apresentam dimensões próximas, reflectindo a menor altura do nível, excepto a janela central que é circular. No pano central, a flanquear a janela circular, estão duas janelas com finas pilastras entre elas. Nos panos laterais, as janelas possuem um curto avental rectangular e são enquadradas por finas pilastras. As janelas dos panos laterais mais as janelas centrais do pano central encontram-se aprumadas com os arcos da galilé.



Fig. 3.116 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano lateral da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.117 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): janela do pano lateral da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada é rematada por um grande frontão cuja base tem a largura da fachada. Nos extremos, sobre as pilastras dos cunhais, erguem-se pináculos com grandes pedestais. O tímpano possui uma janela central, cuja parte superior semicircular irrompe num pequeno frontão triangular. Sob os extremos deste frontão ficam pilastras estreitas que ladeiam a janela central. A tripartição da fachada por pilastras continua pelo grande frontão, em que os panos laterais são preenchidos por molduras triangulares que se adaptam à forma disponível. Os lados do frontão são definidos por grandes volutas. O vértice também é circunscrito por volutas com maior declive, sendo rematado por uma cornija contracurvada. No espaço criado sob o vértice existe uma moldura com pequenas volutas que circunscrevem um óculo cego polilobado. Nele inscreve-se um símbolo franciscano (cruzamento do braço de Cristo com o de um frade).



Fig. 3.118 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): níveis superiores do pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.119 – Igreja de N.ª S.ª da Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): pano lateral da fachada e torre.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Encostada à fachada está uma estreita torre que, em planta, se encontra «entalada» entre a igreja e o alpendre da portaria do convento, subindo a partir da cobertura daquele. É definida por cunhais apilastrados e partilha o do extremo da igreja. Na face visível é possível observar a continuação das cornijas da fachada, dividindo a torre no mesmo número de níveis. Abre-se uma janela com enxalço no segundo nível, enquanto que, no terceiro, não existe qualquer abertura. Este nível é rematado pela continuação da grande cornija da fachada, aqui com bastante menos expressão. Acima ergue-se o campanário, com uma ventana por face que a rasga quase por completo, rematado por uma cornija, com pináculos sobre os cunhais, enquadrando uma cúpula oitavada com um pequeno pináculo no cimo. A torre acaba por ser um pano extra da fachada, de muito menor largura, como um acrescento. O campanário é de reduzidas dimensões para a igreja em que se incorpora. Parece que a torre teria perdido importância naqueles tempos, surgindo aqui como uma reminiscência de si própria que, face à fachada, é quase dispensável, ainda que nunca o tenha sido.

A igreja de Nossa Senhora da Guia é um edifício de grandes dimensões, com uma arquitectura-chã que já apresenta uma «infecção barroca», verificável não na estrutura, mas em alguns motivos decorativos (volutas e frontões) e na proliferação de janelas. As arcarias internas lembram as da Sé de Angra, embora a igreja franciscana tenha um transepto inscrito, acusado pelos arcos maiores.

– *Igreja de Santo António*, Porto Judeu



Fig. 3.120 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.121 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O Porto Judeu é uma freguesia agrícola e piscatória cujo centro se situa na orla costeira, devendo o seu nome ao mau porto que possui. A sua fundação é bastante antiga, remontando ao século XV, pois "Foi este lugar criado vila por el-rei D. Manuel (foi escrito em vila, por alvará de 12 de 1502. Livro das ilhas, fl. 80), e pelo que se depreende de alguns documentos e tradições, exautorado no ano de 1503, por falta de águas, e [de] fácil comunicação com as vilas de Angra e da Praia"[68]. À destituição do Porto Judeu como sede de concelho correspondeu a elevação da Vila de São Sebastião, a 6 de Março de 1503, a cujo termo passou a pertencer. Contudo, não se sabe se como lugar ou já como freguesia. "Dizem que em seu princípio foi capelania sujeita à igreja de Santa Ana [da Porta Alegre][69]. Todavia de alguns fragmentos pelos anos de 1555, se vê já existir na classe de paróquia com seu vigário (…)"[70]. No *Accrescentamento das congruas ecclesiásticas*, de 30 de Julho de 1568[71], consta o vigário de Santo António do Porto Judeu, confirmando já ser sede de paróquia.

"(…) está a Igreia do Glorioso Santo Antonio que he parochia da freguesia do Porto Judeu [e a ermida de Nossa Senhora da Esperança], ambas estas Igreias ficão ao longo da rocha calhao do mar, fronteiras aos nomeados Ilheos do Porto Judeu (…)"[72].

---

[68] Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 222.

[69] Esta capela de Santa Ana da Porta Alegre também está na origem da Vila de São Sebastião. Actualmente, o lugar de Santa Ana pertence à freguesia do Porto Judeu.

[70] Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 222.

[71] "Accrescentamento das congruas eclesiásticas" (L.º do tombo da egreja parochial do Santo Espirito de Villa Nova), in Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, pp. 627-636.

[72] Frei Diogo das Chadas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, [Angra do Heroísmo], Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 1989, p.229.

De facto, a igreja de Santo António foi construída entre a estrada e o mar, numa zona de cota mais baixa que a estrada, na qual foram erguidas algumas casas, poucas, no decorrer dos tempos. A igreja tem uma orientação este-oeste, com a cabeceira voltada a nascente e um adro a poente. "A parochia [igreja paroquial] é de construcção antiga; e pelas irregularidades que nella se notam, ou foi construida em diversas épocas ou então sofreu varios estragos cauzados talvez pelo mar que lhe está muito proximo, não se seguindo o plano primitivo nos reparos effectuados"[73]. As irregularidades de que fala Alfredo da Silva Sampaio são respondidas por ele próprio: foi construída em diversas épocas e sofreu vários estragos causados pelo mar e pelos sismos, o que não lhe permitiu identificar, no edifício, *o plano primitivo nos reparos efectuados*.

A igreja de Santo António do Porto Judeu pode ter sido fundada ainda no século XV ou já no século XVI, mas pouco ou nada restou do primeiro templo. A construção que hoje se observa tem uma frontaria e um corpo das naves do século XVIII. Não se pode assegurar se a primeira igreja foi reconstruída de raiz naquele século ou se algumas estruturas da primeira igreja foram, deveras, subsistindo ao longo das várias intervenções realizadas até à actualidade.



Fig. 3.122 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.123 – Igreja de S.to António, Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja paroquial do Porto Judeu apresenta as três naves separadas por arcarias toscanas, com cinco tramos e sem transepto. O corpo da naves não é alto, reflectindo-se nos baixos pilares, sobre os quais se encontram elementos fitomórficos. Sobre as arcarias corre uma cornija que, nos topos da nave central, acompanha as três esteiras do tecto de madeira. Na base do tecto, sobre as cornijas, encontra-se uma série de vigas transversais de madeira.

[73] Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904, p. 273.

A capela-mor abre-se por um arco triunfal de volta inteira, mais alto que os das arcarias e quase tão largo quanto a nave central. Possui duas janelas laterais, embora a do lado do Evangelho esteja cega. O tecto desta capela é de madeira, com um entrançado de ripas cruzadas que produzem uma teia ortogonal em ressalto.

Nos topos das naves laterais encontram-se os altares colaterais. Vários altares e capelas laterais foram rasgados ao longo dos tempos, três do lado do Evangelho e dois no da Epístola. Sobre o tramo de entrada da igreja existe um coro-alto, que, dado o baixo pé-direito, é necessário declinar para passar os arcos e chegar ao seu espaço central. A iluminá-lo encontra-se a janela axial presente na fachada.



Fig. 3.124 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Santo António tem uma fachada simples, com um portal setecentista encimado por uma janela, sobre a qual se encosta um relógio ao vértice da empena, definida através de cornijas. O portal principal possui as ombreiras e o lintel com motivos decorativos, em baixo-relevo, cujos três elementos se cruzam na parte superior da porta, pois os extremos de cada um dos elementos ultrapassa as dimensões usuais.





Figs. 3.125 e 3.126 – Igreja de Santo António, Porto Judeu (séc. XVIII): portal principal e entablamento superior.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2014.

Duas mísulas ladeiam os extremos do lintel, suportando os capitéis jónicos clássicos. A partir deste nível desenvolve-se um duplo entablamento. O inferior é limitado pelos capitéis jónicos já referidos. O friso encontra-se bastante deteriorado, mas ainda é possível ver a sua decoração em relevo, no que parece ser a sucessão de um mesmo motivo – dois losangos concêntricos de diferentes dimensões. A cornija é desenvolvida e ressaltada nos extremos, sobre os capitéis inferiores. Esta cornija é a arquitrave do entablamento superior, sobre a qual está um friso, ressaltado nos extremos, preenchido com a repetição de outro motivo decorativo em relevo – uma circunferência com uma cruz inscrita que encima uma meia circunferência com meia cruz encostada à arquitrave, numa repetição contínua com os motivos encostados entre si. Por último, outra cornija ainda mais desenvolvida, ressaltada nos extremos, remata o portal, com pináculos nos extremos a enquadrar a janela superior central.

A torre ergue-se adossada ao corpo das naves do lado do Evangelho. É uma torre baixa, formada por dois níveis separados por um entablamento que prossegue nos alçados laterais e posterior da igreja. O nível inferior é rasgado por uma pequena janela sobre o soco. O nível superior corresponde ao campanário, com uma ventana por face (excepto na face sul). As ventanas da fachada e da face norte (voltada para a estrada) possuem arcos que empurram a cornija para cima, obrigando-a a contorná-los. Não é comum encontrar esta solução nos campanários açorianos, mas também não é comum uma igreja rural da Terceira ter uma torre coroada por uma cúpula oitavada.

A fachada da igreja do Porto Judeu denota algumas inconsistências relativas às várias intervenções de que foi alvo ao longo dos séculos. O frontão não tem definido um dos vértices da base por estar ocultado por um dos cunhais da torre. Já esta não parece que pertencesse a esta fachada, como denota o arranque do campanário que está abaixo do nível do vértice da base do frontão. Com estas irregularidades é provável que a torre não seja contemporânea da actual igreja, mas à anterior que existiu desde o século XVI, até à reforma da segunda metade do século XVIII.

Como foi escrito, não parece que esta igreja do Porto Judeu seja a original, apesar de a torre poder ser uma remanescência do anterior templo, alterada nas intervenções realizadas com o passar dos anos. Porém, o espaço interno não poderia ter sido contruído no século XVI. A cantaria das arcarias está muito bem aparelhada e os pequenos motivos decorativos sobre os pilares, entre o arranque dos arcos, não poderiam ser quinhentistas. O coroamento em duplo entablamento do portal principal e a cúpula oitavada confirmam que a igreja de Santo António que chegou até nós é uma construção que só pôde ser possível, na ilha Terceira, a partir da segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII.

– *Igreja de Santa Catarina de Alexandria*, Cabo da Praia



Fig. 3.127 – Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Cabo da Praia (post. 1724-1767): fachada e alçado lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 3.128 – Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Cabo da Praia (post. 1724-1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *Da vila* [da Praia] *corre* (…) *a praia muito aprazível por espaço de meia légua até a ponta de Santa Caterina* (…)*, onde está uma ermida de São João, que antigamente foi de Santa Caterina, pela mudarem pera uma freiguesia do mesmo orago, que está acima pela terra dentro pouco mais de um tiro de besta* (…)[74].

> *Antes de chegar a Praya fica a Igreia de Santa Catharina, que he parochia desta freguesia que se diz Cabo da Praya, por estar perto della, e quasi [n]o fim do areal, que começando se no porto Villa, uem aly, fenecer e se diz, e chama, e // porque esta Igreia foi hermida antigamente fundada ao longo desta Praya no cabo della, se dizia santa Catharina do Cabo da Praya, e ainda que depois de ser mudada mais pera cima (por respeito da area, que a cobria) sempre teue o mesmo nome, e sendo depois criada freguesia della se intitulou do mesmo uocabulo* (…)[75].

Santa Catarina do Cabo da Praia implanta-se numa zona que foi ocupada logo no início do povoamento, na parte sul da baía da Praia, uma área de muitas areias e pauis. A baía acaba ali, rematada pelo cabo de Santa Catarina, lugar onde existe um forte do mesmo nome, a partir do qual arranca o actual molhe de protecção do porto oceânico da Praia da Vitória.

> *Quando fosse elevada a paróquia não consta; mas quando a capelania sufragânea à Matriz de Santa Cruz da Praia, anda escrito que foi no ano de 1470. No ano de 1540 parece que foi assentada no lugar que hoje é cemitério, mas por algumas razões que não podemos alcançar foi mudada para o sítio em que se acha; e o seu freguês Estevão Gonçalves Pereira, falecido em 4 de Julho de 1546, e sua mulher Violante Luis, foram os padroeiros da capela-mór para onde ele mandava tresladar seus ossos, quando estivesse concluída[76].*

[74] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 9.
[75] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 233.
[76] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos..., Op. cit.*, pp. 247-248.

Pelo trecho supracitado de Francisco Ferreira Drummond, houve um início de construção da igreja em 1540, mas foi decidido mudar a sua implantação para o lugar actual. Através do testamento dos padroeiros da capela-mor, de 1546, percebe-se que mandariam trasladar os seus ossos para lá quando estivesse terminada. Assim sendo, a capela-mor da igreja não estaria concluída em 1546, mas pressupõe-se que as obras estivessem a decorrer naquele ano. Já Alfredo da Silva Sampaio avança com a data de 1545 para a igreja e para a constituição da freguesia[77] – relativamente à igreja, só se aquela data indicar o início das obras, pois, segundo o testamento de 1546, a capela-mor ainda não estaria acabada. Certo é que, pelo *Accescentamento das congruas ecclesiasticas*[78] de 1568, D. Sebastião mandou aumentar os mantimentos do clero açoriano em todas as ilhas e, no que toca à Terceira, o vigário de Santa Catarina do Cabo da Praia foi um dos visados. Em 1568, a povoação já era freguesia e, provavelmente, a primeira igreja já estaria concluída.

"Este templo, um dos maiores que se encontra hoje, nas freguezias ruraes da ilha Terceira, e que data de 1545, foi reconstruído no mesmo logar depois do terremoto de 1614, sendo a capella-mór concluida em 1746 e o resto em 1767"[79]. Após aquele terramoto, que arrasou a freguesia do Cabo da Praia, reconstruiu-se a igreja. Duvida-se que tenha demorado cerca de 130 anos para terminar a capela-mor e cerca de 150 para concluir a igreja, o que, não sendo inédito, se torna inusitado para uma paroquial rural. Se foi construída uma igreja nova, não se sabe. Pode ter ocorrido uma reconstrução do templo quinhentista que porventura tenha chegado ao século XVIII. Segundo Francisco Ferreira Drummond, "(…) porque esta igreja era muito pequena, no ano de 1724, houve provisão para serem fintados os paroquianos, e os proprietários que naquele limite possuíam terras, para se concluir, como se vê hoje, edificada pelo gosto moderno"[80]. Pelas limitações espaciais da igreja, em 1724 foi lançada finta para a edificação de uma igreja nova. As obras devem ter começado entre as décadas de 1730-40, ficando a capela-mor terminada em 1746 e a restante igreja em 1767. Apesar de ter sido um processo construtivo longo, de mais de trinta anos, sempre é uma hipótese mais aceitável que a que dá a entender Alfredo da Silva Sampaio. De outro modo, onde teria funcionado a igreja durante as obras, num período entre o terramoto de 1614 e a conclusão do templo, em 1767? Houve uma segunda igreja, construída após 1614 que, por ser pequena, foi substituída pela actual a partir do segundo quartel do século XVIII.

[77] Cf. Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, pp. 281-282.
[78] "Accrescentamento das congruas eclesiásticas" (*L.º do tombo da egreja parochial do Santo Espirito de Villa Nova*), in Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, pp. 627-636.
[79] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 281.
[80] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos…*, *Op. cit*., p. 248.

"Esta freguesia sofreu e a igreja sofreu bastante pelos terramotos de 1800 e 1801; e muito mais pelo de 15 de Junho de 1841, mas ficou bem reparada, segundo os socorros que lhe subministrou, assim como às duas [vezes] precedentes o governador civil José Silvestre Ribeiro"[81]. Conclui-se que, apesar das reparações a que foi alvo, três em menos de meio século, a igreja que chegou até ao presente foi edificada nos meados do século XVIII. Depois da década de 1840, voltou a ser reparada após o sismo de 1 de Janeiro de 1980.

A igreja de Santa Catarina situa-se no centro do Cabo da Praia, isolada mas não em quarteirão próprio. Tem uma orientação quase norte-sul e localiza-se no mesmo sítio que as igrejas suas antecessoras. Não há dúvida que as dimensões do templo são grandes para uma freguesia rural, como já foi notado, e para este povoado em particular, porque a maioria dos seus habitantes morava no Porto Martins – trata-se de um lugar cuja capelania de Santa Margarida era sufragânea da paróquia de Santa Catarina, tendo sido elevado a freguesia em 2001.

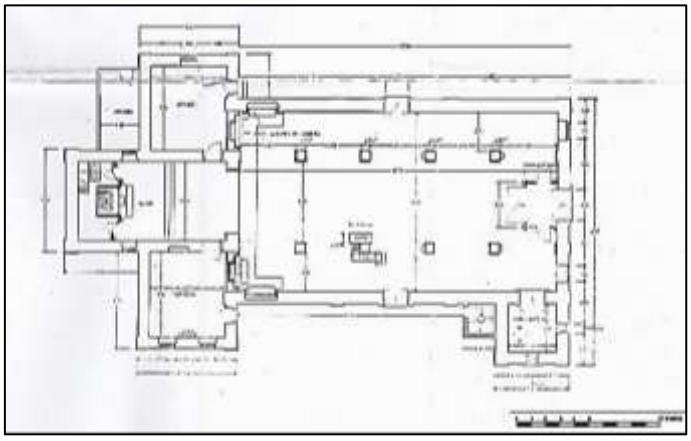


Fig. 3.129 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores.



Fig. 3.130 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[81] Idem, *Ibidem*, p. 248.

A igreja de Santa Catarina tem três naves divididas por cinco tramos, sem transepto. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, suportados por pilares toscanos de secção quadrangular que se apresentam pintados. O arco triunfal é de volta inteira, mais elevado e mais largo que as arcarias. A capela-mor é relativamente funda, iluminada por duas janelas laterais que se encostam às cornijas, a partir das quais arranca um tecto de madeira de três esteiras, também pintado. Em cada nave lateral erguem-se dois altares, um colateral e outro lateral, situados no tramo mais próximo da cabeceira. No tramo de entrada está um guarda-vento, mas não existe coro-alto. Sabe-se que teve "(…) um corêto alto na nave do lado da epistola e a meio da egreja, onde está um *harmónium*"[82]. O corpo das naves é coberto por um tecto de três esteiras, na nave central, e dois peculiares tectos de duas esteiras nas naves laterais.



Fig. 3.131 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 3.132 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): altares colateral e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 3.133 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[82] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 282.



Fig. 3.134 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

A fachada da igreja de Santa Catarina é marcada pelas largas pilastras que a dividem em três panos, a que acresce o pano da torre. Uma vez mais, as duas pilastras centrais demarcam, na fachada, a tripartição do espaço interno. O pano central, mais largo, detém o portal principal sobrepujado por um janelão.



Fig. 3.135 – Igreja de Santa Catarina, Cabo da Praia (post. 1724-1767): portal/janela principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.

O portal é constituído por ombreiras e lintel simples, sendo ladeado por pilastras duplas em ressalto. Ao nível superior do lintel encosta-se um duplo entablamento: o inferior é rematado, nos extremos, por capitéis pseudo-coríntios sobre as pilastras; o superior tem prolongamentos das pilastras que suportam uma cornija. Pousado sobre o entablamento superior do portal está um janelão, flanqueado por um par de pilastras duplas que são interrompidas por elementos que podem ser ou troços de entablamento ou capitéis que marcam os terços inferiores das pilastras. A rematar o janelão encontra-se um entablamento relativamente simples. Os panos laterais da fachada possuem uma janela assente no soco do edifício. A fachada tem um remate em forma de empena, delimitada por um entablamento que acompanha os declives. Não se considera que exista ali um frontão – sem base nem autonomia, não se pode assumir como tal. O que se vê é uma fachada em forma de empena tratada como um todo. Não deixa de ser interessante que a fachada de Santa Catarina não possua nenhum friso ou cornija, nenhum elemento horizontal que não sejam os lintéis e entablamentos que acompanham os vãos.

A torre possui dois níveis. O inferior, com a mesma altura dos extremos da fachada, onde existe uma pequena janela encostada ao soco. Existe ainda outra janela, maior, igualmente encostada ao soco na sua face lateral. O nível superior corresponde ao campanário, com uma ventana por face, coroado por um coruchéu piramidal oitavado. É rematado por um pináculo e tem cinco pequenas aberturas por face. A enquadrá-lo estão quatro pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

A igreja de Santa Catarina confirma o aumento de dimensões que as igrejas de três naves açorianas sofreram a partir do século XVIII. Trata-se de uma igreja grande para a população que a freguesia então albergava. O conjunto portal-janelão central continua presente nas fachadas das igrejas, tratado ao gosto da época e com capitéis coríntios. Já os portais laterais, mais simples, lembram o portal principal da igreja de Santo António do Porto Judeu, pela composição e utilização de capitéis jónicos, embora não tenham o cuidado decorativo nem a erudição daquele. A utilização de entablamentos, em vez de cornijas, a rematar a fachada e os alçados laterais, acrescido do uso das ordens arquitectónicas clássicas – que diferenciam o portal principal, com capitéis coríntios, dos laterais jónicos – parece resultar da intenção de construir uma igreja com alguma erudição.

– *Igreja de São Miguel Arcanjo*, Lajes



Fig. 3.136 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.137– Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): perspectiva interna a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A freguesia das Lajes situa-se em pleno Ramo Grande, a meio caminho entre a Praia da Vitória e a Agualva. Foi, durante séculos, o «celeiro da ilha», até uma grande parte daqueles terrenos terem sido convertidos na Base Aérea n.º 4 da Força Aérea Portuguesa, a base das Lajes[83]. Lá estiveram os militares britânicos, nos últimos anos da II Guerra Mundial, seguidos pelos americanos, depois da guerra ter terminado.

Não se conhece quando as Lajes se tornou freguesia, mas sabe-se pelo *Accrescentamento das congruas eclesiásticas* já citado, de 1568, que "O vigario de S. Miguel do logar das Lagens tem 12:000 rs. hade haver mais 13:000 rs"[84]. Tal significa que as Lajes já era freguesia em 1568, como defendeu Alfredo da Silva Sampaio ao apontar a data 1564, embora não apresente provas. Contudo, é uma data que se insere na cronologia possível.

Em 1568 já existiria o primeiro templo. Uma lápide presente na face principal da torre contém três datações: *F-1564*, *A-1826*, *R-1977*. A primeira data corresponde a *Fundata em 1564,* a segunda a *Aedificata em 1826* e a última a *Reparata em 1977*.

> *Foi grandemente destruída esta igreja pelos terramotos de 1614 e 1841. Daquele primeiro estrago foi reedificada por escritura de contrato com o oficial de pedreiro a 15 de Dezembro de 1627 e vê-se que fora acrescentada para ficar de 32 covados de comprido, e 10 de largo, que se lhe fizeram 5 naves* [tramos?]*; e que se estipulou seria da madeira de cedro cortada na ilha do Pico, e a torre dos sinos em forma de caracol. Esta mesma igreja sofreu um grande estrago pelos terramotos de 14 de Maio de 1800 e 26 de Janeiro de 1801, e foi reparada com a torre que se demoliu, à custa de seus rendimentos* (…)[85].

[83] As obras de construção da base das Lajes foram dirigidas pelo capitão Magro Romão e acompanhadas pelo então Major-Aviador Humberto Delgado.
[84] "*Accrescentamento das congruas eclesiásticas"*, *Op. cit.*, p. 632.
[85] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos…*, *Op. cit.*, p. 275.

Pelas palavras de Francisco Ferreira Drummond, sabe-se que a primeira igreja ruiu em 1614, tendo sido decidido erguer uma nova. Se o contracto desta obra foi celebrado em Dezembro de 1627, então as obras devem ter-se iniciado a partir de 1628. Aquele contracto também apresentava as dimensões na planta do edifício, 32 côvados de comprimento por 10 de largura, porém, seria inexequível fazer cinco naves com tal largura, como se encontra escrito. Sabendo que um côvado equivale à distância entre a ponta do dedo médio e o cotovelo, uma medida que pode variar entre os 45 e os 52 centímetros, então a largura da igreja situar-se-ia entre os 4,50 e os 5,20 metros – mal teria espaço para três naves, quanto mais para cinco. A solução das cinco naves não era impossível, ainda que fosse estranha ao século XVII – tratava-se da ampliação de mais duas naves laterais às igrejas de três naves. No caso da igreja das Lajes, não parece que houvesse largura suficiente para albergar cinco naves.

O trecho supracitado também nos fala da madeira de cedro da ilha do Pico que pode ter sido usada para a estrutura da cobertura e/ou tectos da igreja. A torre dos sinos seria *em forma de caracol*, o que poderá designar a escada de acesso ao campanário ou a existência de um coruchéu a coroar a torre ou, ainda, tratar-se de uma torre cilíndrica. Contudo, esta igreja foi gravemente atingida pelos terramotos de 1800 e 1801, após os quais foi reparada – preservou-se o edifício seiscentista, reconstruiu-se a torre que ruíra ou ergueu-se uma nova. Estas obras devem corresponder à segunda datação presente na torre – *Aedificata-1826*.

O terramoto de 1841 causou grande destruição na freguesia das Lajes, afectando 457 fogos num universo de 577. Pelo relatório da *Comissão Inspectora e distribuidora de socorros, creada na Freguezia das Lageas*[86], sabe-se detalhadamente os números das casas reparadas – as que tinham um sobrado, as que tinham cobertura em telha ou em palha (existiam 357 casas palhaças até 1841, o que levou a tomar medidas para que as coberturas em palha fossem substituídas por telhados). No rol do edificado atingido pelo terramoto não consta a igreja de São Miguel Arcanjo. Porém, deve ter sofrido alguns danos – "*Lagens:* Tem 577 fogos e 2663 almas. Teve 12 cazas totalmente arruinadas, e 60 com grave ruína. A Igreja, que com a concussão abrio alguãs fendas em suas paredes, teve uma nave muito aluida, e a sineira rachada"[87].

[86] José Ignacio d'Almeida Monjardino,"Collecção de Documentos sobre os trabalhos da reedificação da Villa da Praya, e Villa de S. Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praya, Fontinhas, Lages, Villa-Nova, e Agoalva, da Ilha Terceira, ocasionados pelo terremoto de 15 de Junho de 1841", (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1844), in AAVV, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que assolou a Vila Da Praia da Vitória da Ilha Terceira*, Praia da Vitória, ed. Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, Documento D, pp. 111-113.
[87] Félix José da Costa Junior, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que assolou a Vila Da Praia da Vitória da Ilha Terceira*, (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, ed. Imprensa da Administração Geral, 1841), Praia da Vitória, ed. Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, nota de rodapé (19), pp. 212-213.

O edifício que chegou até à actualidade é, pois, o edificado em 1826, na sequência dos sismos de 1800 e 1801. Subsistiu ao terramoto de 1841 e, pelo menos a torre, foi reparada em 1977. Nem três anos volvidos ocorreu o sismo de 1980, que não afectou tão gravemente a zona do Ramo Grande, situada na parte nordeste da ilha, quanto as partes oeste e sul. No entanto, a igreja sofreu danos, pelo que teve de ser intervencionada.

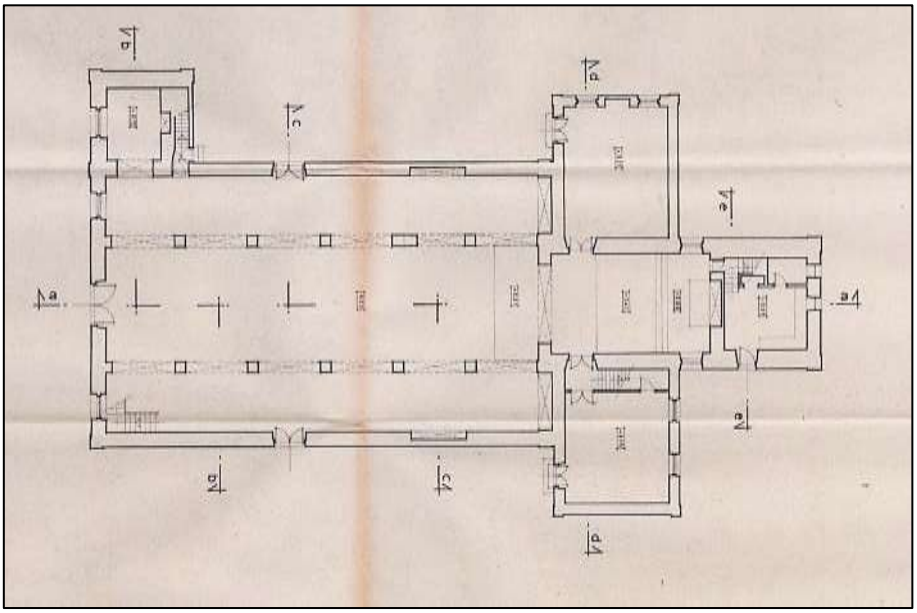


Fig. 3.138 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

A igreja de São Miguel Arcanjo encontra-se orientada no eixo este-oeste, com a cabeceira voltada a oeste. Apresenta três naves compostas por seis tramos. As arcarias que separam as naves são próximas da ordem toscana, com arcos de volta inteira assentes em pilares de secção quadrangular. O arco triunfal é mais alto e largo que os das arcarias. A capela-mor é iluminada por duas janelas que se abrem nas paredes laterais, junto ao altar-mor e é coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada com motivos decorativos. Logo após o arco triunfal abrem-se duas portas laterais, uma por lado, que comunicam para dois espaços colaterais. Possuem uma porta de acesso ao exterior e duas janelas que divergem, em cada lado, quanto ao seu posicionamento. Num daqueles espaços funciona a sacristia.

O corpo das naves é equilibrado, na relação comprimento/largura/altura que pode ser observada. A nave central tem o dobro da largura das naves laterais, que possuem dois altares colaterais e dois altares laterais.



Fig. 3.139 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.140 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No terceiro tramo a contar da entrada abrem-se as portas travessas. O tramo da entrada possui as duas janelas que dão para a fachada, alinhadas com as naves laterais. No lado do Evangelho fica a capela baptismal, que ocupa o nível térreo da torre, com uma pequena janela aberta no frontispício e cobertura em abóbada de canhão. Sobre o tramo de entrada fica o coro-alto, iluminado pelas janelas superiores da fachada. As naves são cobertas por tectos de madeira, travejado e com três esteiras na nave central, duas esteiras nas naves laterais: uma esteira horizontal encosta-se às arcarias, enquanto a segunda esteira declina até se apoiar nas paredes laterais. Esta solução é idêntica à usada nos tectos das naves laterais da igreja do Cabo da Praia.



Fig. 3.141 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.142 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.143 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Antes de avançar para a descrição e análise do exterior da igreja de São Miguel Arcanjo, convém ter assente que todos os seus vãos apresentam verga curva. A fachada mostra dois níveis, demarcados por uma cornija cuja secção central se encontra rebaixada, com elementos curvos nos extremos. No nível térreo está o portal central, rematado por um entablamento que acompanha a curvatura do lintel e com pináculos em ressalto nos extremos. Acima do entablamento, entre os pináculos, estão duas volutas inclinadas que convergem superiormente numa concha central. Esta composição decorativa está presente sobre todas as janelas da fachada, embora adaptada às suas diferentes posições e dimensões. Laterais ao portal, próximas das pilastras, abrem-se duas janelas que, internamente, iluminam as naves laterais. Todas as janelas apresentam os extremos inferiores da cantaria ressaltados.

O nível superior é constituído por um frontão com os lados quebrados e contracurvados. No tímpano ficam três janelas quase encostadas entre si, em que a central é mais alta e larga que as laterais. São contornadas inferiormente pela cornija que separa os níveis da fachada, sendo rematadas com os mesmos elementos decorativos presentes nos vãos do nível térreo. Sobre a janela central, logo abaixo do vértice do frontão, foi instalado um relógio. Assente no cunhal oposto à torre está um grande pináculo. A torre está adossada à igreja pelo lado do Evangelho, tendo dois níveis. O inferior tem a altura dos extremos da fachada e é rematado por uma cornija que prolonga a que delimita a fachada. Possui uma janela aberta pouco acima do soco, com os extremos inferiores em ressalto e o mesmo remate superior das outras janelas, mas sem pináculos nos extremos e sem motivos decorativos. Acima está a lápide com

as três datações já referidas. O campanário situa-se no segundo nível da torre, com uma ventana por face, coroado por um coruchéu piramidal oitavado, azulejado «à mudéjar». Foi certamente influenciado pela Sé, mas mais ainda pela igreja da Conceição, ambas da cidade de Angra.



Fig. 3.144 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Lajes (1826): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.145 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade do séc. XVI/1.ª metade do séc. XIX): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

De facto, são várias as semelhanças compositivas entre as fachadas das igrejas das Lajes e da Conceição de Angra, aparte os diferentes remates das fachadas. Se as pequenas janelas laterais ao portal da igreja da Conceição foram abertas na nave central, na igreja das Lajes foram rasgadas grandes janelas mais próximas das pilastras dos extremos da fachada, alinhadas com as naves laterais. No entanto, a maior semelhança está nos três janelões centrais do nível superior. Apesar de, na Conceição, serem vãos com verga recta, o posicionamento das janelas entre si e na composição da fachada é o mesmo. Até os motivos decorativos que coroam as janelas são os mesmos, volutas e conchas. Diferem no tratamento estético: na igreja da Conceição, o vocabulário usado remete para o século XVIII, embora tenho sido alvo de obras que entraram pelo século XIX; nas Lajes, reflectem o gosto do primeiro quartel do século XIX. Quanto aos coruchéus, divergem apenas na altura das pirâmides octogonais.

– *Igreja de Santa Beatriz*, Quatro Ribeiras



Fig. 3.146 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.147 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A freguesia das Quatro Ribeiras situa-se a meio da costa norte da Terceira. Trata-se de um território orograficamente difícil, que medeia os terrenos chãos da Agualva, a leste, e os Biscoitos, a oeste, com muita água e fértil nos poucos terrenos agricultáveis. Talvez por isso, a povoação nunca se tenha desenvolvido muito, sendo até hoje uma freguesia parcamente habitada e com uma fraca produção agrícola. As Quatro Ribeiras pertence ao grupo de freguesias mais antigas da Terceira. O centro da povoação foi instalado perto do lugar onde quatro ribeiras confluem numa só, perene. A descida é declivosa na direcção do mar e alimentava os moinhos ali mandados instalar pelo capitão do donatário, Álvaro Martins Homem, no último quartel do século XV.

> (…) *a qual está na freiguesia de Santa Beatris, das Quatro Ribeiras* (…)*, e tem somente vigairo e quarenta vizinhos, que foi a primeira igreja freiguesia que se fez nesta ilha, onde os da Praia, ao princípio da povoação da dita ilha, vinham ouvir missa, sempre ao longo do mar, caminho mais de três léguas*[88]*.*

Com este trecho, Gaspar Frutuoso assume a autoria da ideia sobre a igreja das Quatro Ribeiras ter sido a primeira igreja da ilha (talvez tenha sido a primeira igreja construída em alvenaria, o que é altamente duvidoso). Esta ideia foi replicada por quase

[88] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 17.

todos os autores cronistas que se lhe seguiram, denotada na desactualização do número de vizinhos, sempre o mesmo desde o século XVI até ao século XVIII, como se a população tivesse estagnado durante duzentos anos, o que não foi o caso. Tal mostra o profundo conhecimento que os cronistas açorianos tinham da obra de Gaspar Frutuoso, porém, desmazelo e desinteresse no que concerne aos dados da população, que poderiam ser obtidos através dos párocos das freguesias, que sabiam quantas almas comungavam nas suas paróquias. Além do mais, Frei Diogo das Chagas, florentino, viveu a maior parte da sua vida na Terceira e o Pe. António Cordeiro era terceirense. A ideia da primeira igreja da ilha ter sido feita nas Quatro Ribeiras parece um quase absurdo. Por que razão a igreja haveria de ser construída a mais de três léguas da Praia, a sede de capitania? E se, nos primeiros tempos, a maior parte da população se encontrava concentrada nas zonas da Praia, de S. Sebastião e de Angra, então a opção seria construir uma igreja longe dos maiores centros populacionais? Quer o padre Jerónimo Emiliano de Andrade quer Francisco Ferreira Drummond discordam daquela ideia, tendo exprimido as suas opiniões sobre o assunto. Se o primeiro, pela lógica, refutou-a, o segundo fez um verdadeiro trabalho de investigação de arquivo que esclarece, e muito, sobre o que se passou nas Quatro Ribeiras durante a segunda metade do século XV, concluindo com as seguintes palavras – "E todavia não foi este o primeiro povo da ilha Terceira, nem esta foi a primeira e unica egreja, onde iam ouvir missa os da Praia como é tradição, a qual na origem dos povos sempre caminha ao mais alto, ainda com o soccorro das fabulas, fundando-se em quimeras"[89].

Pode ter havido uma ermida construída por Guilherme Brandath[90], o primeiro a estabelecer-se nas Quatro Ribeiras, entre as décadas de 1460-70. Contudo, foi Fernão Dulmo[91] quem fundou a povoação e a igreja, na década de 1480.

---

[89] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., *Op. cit.*, p. 13.

[90] Guilherme Brandath era flamengo. Foi um dos primeiros povoadores da ilha das Flores, vivendo lá cerca de dez anos, após os quais desistiu da ilha e dirigiu-se para a Terceira, nas décadas de 1460-70, acompanhado de alguns colonos que o seguiam desde a Flandres. Estabeleceu-se nas Quatro Ribeiras, onde introduziu a cultura do pastel na ilha. Todavia, não ficou muito tempo por lá, acabando por se juntar a um grupo de colonos que se foi estabelecer no Topo, ilha de São Jorge (cf. Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos…*, *Op. cit*., pp. 284-286).

[91] Fernão Dulmo era flamengo (ou francês), cavaleiro da casa d'El-Rei D. João II. Recebeu da infanta D. Beatriz a capitania das terras que iam desde a ribeira da Agualva até ao Biscoito Bravo (correspondem, grosso modo, às actuais freguesias das Quatro Ribeiras e parte da Agualva). Aquelas terras geraram litígios entre os capitães do donatário de Angra e da Praia. D. Beatriz tentou resolver a questão, em 1474, com a divisão da Terceira em duas capitanias. Porém, como os litígios continuavam, foi criada uma terceira capitania na ilha e doada, em 1486, a Fernão Dulmo, que já lá estaria estabelecido. Insatisfeito com as terras que lhe calharam, decidiu ir-se embora poucos anos depois de estar instalado nas Quatro Ribeiras. Muitos dos que o acompanhavam acabaram por passar para Angra, já fundada por Álvaro Martins Homem, onde se estabeleceram. Já Fernão Dulmo obteve do donatário D. Manuel e d'El rei D. João II as licenças necessárias para empreender, às suas custas, uma viagem em busca da ilha ou ilhas das Sete Cidades, crendo na lenda de uma suposta ilha que existiria ao norte da Terceira. Nunca mais voltou, pelo que, se achou terra, por lá ficou (cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol,, *Op. cit.*, pp. 11-15).

> *Fernão Dulmo foi capitão donatario da parte da ilha que comprehende desde a ribeira d'Agoalva até ao Biscouto Bravo, limite das Quatro Ribeiras: foi elle o que ali desembarcou com trinta pessoas, cultivou a terra, deu principio á egreja; e impaciente de não achar correspondencia na terra, ingrata a seus suores, a abandonou para sempre*[92].
>
> *Porém o que se não pode negar é que essa igreja, qualquer que fosse, existia com a conveniente povoação a 11 de Maio de 1482, como se colhe de um apontamento extraído do livro do registo das* ***dadas*** *de terras pelo ouvidor Afonso do Amaral, e almoxarife Álvaro Lopes, concedendo-as a* ***Fernão do Anes morador nas Quatro Ribeiras****, sua mulher e todos os seus herdeiros: que essas terras tinham de comprido mil braças e de largo cento e trinta* ***à frente da igreja*** (…)[93].

Pelas citações de Francisco Ferreira Drummond, de obras distintas, torna-se claro que a primeira igreja das Quatro Ribeiras já existia em 1482. Seria uma igreja pequena, provavelmente de nave única, porém, no mesmo local da actual. Foi mandada erguer por Fernão Dulmo e restantes povoadores ou pelo capitão do donatário da Praia, Álvaro Martins Homem, "(…) dedicando-a a Santa Beatriz em obséquio da infanta, que então servia de tutora ao duque D. Diogo seu filho; mas de tudo isto não podemos alcançar as épocas precisas e a confusão com que os autores tratam estes sucessos, sem lhes assinar data (…)"[94]. Pelo já mencionado *Accrescentamento das congruas eclesiásticas*, de 1568, sabe-se que o vigário das Quatro Ribeiras foi um dos contemplados com os rendimentos de uma freguesia pequena[95].

A primeira igreja das Quatro Ribeiras certamente seria um edifício de pequenas dimensões, erecto no último quartel do século XV. A freguesia não cresceu muito e, nos meados do século XVII, o templo já não apresentaria as condições requeridas para o culto. "A parochia[l], situada quazi no centro da freguesia, parece ter sido construida em 1652, tendo soffrido depois varios concertos. O seu interior está dividido em trez naves, separadas por trez columnas de cada lado (…)"[96]. Esta é a igreja que chegou até hoje, com algumas obras de restauro por causa do sismo de 1980, que não causou grandes danos. Desde 1904, ano da publicação daquelas palavras, houve uma campanha de obras de ampliação do corpo das naves. Alfredo da Silva Sampaio descreve uma igreja com *trez columnas de cada lado*, o que perfaz quatro tramos, contudo, a planta da igreja de Santa Beatriz mostra um corpo das naves com cinco tramos. Deve ter sido acrescentado um tramo no século XX, o da entrada, denunciado pela diferença na cor das pedras usadas nos arcos e pilares ali existentes. Como tal, a fachada e a torre da igreja avançaram para o adro fronteiro.

---

[92] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., *Op. cit.*, p. 13.
[93] Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos…*, *Op. cit*., p. 284. Destaques do editor.
[94] Idem, *Ibidem*, p. 286.
[95] Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., *Op. cit.*, p. 630.
[96] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 299.

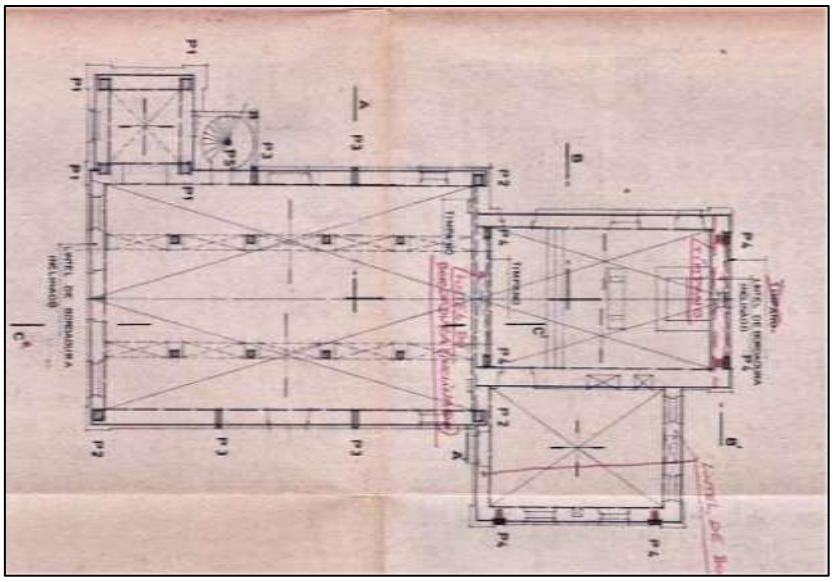


Fig. 3.148 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura - Governo dos Açores.



Fig. 3.149 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras é, de facto, uma igreja de reduzidas dimensões – é a mais pequena das igrejas de três naves da Terceira. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, suportados por pilares toscanos. Os arcos do tramo fronteiro à capela-mor têm vãos um pouco maiores que os dos outros tramos. Antes da última ampliação do templo, o púlpito situava-se a meio do corpo das naves. O pilar onde se encontra o púlpito e o pilar oposto apresentam, na face da nave central, uma sobrelevação dos entablamentos.



Fig. 3.150 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.151 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é praticamente da largura da nave central, com quase a altura dos arcos das arcarias, o que faz dele um arco abatido – apesar de o arco estar coberto por uma sanefa, são visíveis as curvaturas laterais após os arranques. A capela-mor é profunda, quase do tamanho do antigo corpo das naves, sobrelevada por três degraus no primeiro terço da planta. Na parede lateral do lado do Evangelho abre-se uma janela. A cobertura é feita por um tecto de três esteiras.



Fig. 3.152 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.153 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A sacristia ladeia a capela-mor pelo lado da Epístola, acedendo-se-lhe por uma porta. A igreja de Santa Beatriz não possui qualquer capela lateral, apenas dois altares colaterais. Também não tem coro-alto, mas já o teve[97].

As naves são cobertas por tectos de madeira, do mesmo tipo que o da capela-mor, com três esteiras na nave central e duas nas laterais. Os tectos das naves laterais mostram-se como os da igreja das Lajes, com uma esteira horizontal, à qual se segue uma outra com declive e cerca do dobro da largura. No tramo da entrada, no lado do Evangelho, fica o arco que abre para a capela baptismal, que ocupa o nível térreo da torre. Nela abrem-se duas janelas – uma, horizontal na fachada, a outra, vertical cega na face oposta da torre, tapada pela escada exterior de acesso ao campanário. É coberta por uma abóbada de canhão com arcos torais.



Fig. 3.154 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.155 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O actual tramo de entrada foi acrescentado à igreja no século XX. No extremo norte ergue-se a torre, com o baptistério, que pode ter sido construída nos meados do século XVII e reconstruída no século XX – desmantelada e voltada a montar. A torre sineira, pelas suas dimensões e proporções, parece ter sido erecta nos séculos XVII-XVIII, incluindo-se a hipótese de também ter mudado de lugar e reconstruída à imagem da torre anterior.

[97] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 299.



Fig. 3.156 – Igreja de Santa Beatriz, Quatro Ribeiras (1652): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A fachada da igreja de Santa Beatriz, apesar de ser do século XX, bem podia ter sido erguida nos meados do século XIX. Apresenta dois níveis separados por um entablamento, cuja cornija prossegue nos alçados laterais, após os cunhais. O entablamento possui uma secção central quebrada e curvada nos extremos, à semelhança do que sucede com a igreja das Lajes.

Todos os vãos da fachada têm lintel e entablamento curvos, com ressalto central. O portal principal aparenta ser uma simples porta, mostrando uma cartela com as datas 1455-1460, referindo-se à fundação da primeira ermida de Santa Beatriz, pois a primeira igreja jamais poderia ter essa datação. No seguimento das ombreiras, acima do entablamento, surgem arranques de pilastras. As janelas laterais são quase janelões, sobrelevados face ao portal, encostando-se às secções laterais do entablamento da fachada através de arranques de pilastras alinhadas com as ombreiras.

Acima do portal fica a janela superior, assente no entablamento da fachada e maior do que as janelas laterais, já no tímpano de um frontão peculiarmente triangular. É delimitado por duas secções de entablamento com declive que se encurvam nos extremos, como volutas «esticadas». Fica a ideia de que as janelas da fachada da igreja são demasiado grandes para o espaço disponível.

A torre encosta-se à igreja pelo lado do Evangelho. Tem dois níveis que aparentam ter a mesma altura. No nível térreo abre-se a já aludida janela da capela baptismal. No nível superior situa-se o campanário, com uma ventana por face, coroado por um coruchéu piramidal oitavado, com pequenos pináculos sobre os cunhais.

– *Igreja de São Francisco Xavier*, Raminho





Fig. 3.158 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/ 1890): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 3.157 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/ 1890): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O Raminho começou por ser um lugar chamado Folhadais, pertencente à freguesia dos Altares. Com a criação da Vila de S. Sebastião, em 1503, o respectivo termo correspondia a uma estreita faixa de terras, com uma légua de largura, que se estendia desde o sudeste da ilha, onde estava a vila, até ao noroeste, integrando o lugar dos Folhadais. No entanto, aquele lugar dependeu da freguesia de São Roque dos Altares, concelho da Praia, até aos meados do século XIX. Se houve acertos, no século XVI, quanto à delimitação dos dois concelhos, nomeadamente na demarcação entre Altares e Raminho, no século XIX, com a extinção do concelho da Vila de São Sebastião (1855), o Raminho e os Altares passaram a integrar o concelho de Angra.

O lugar do Raminho começou a desenvolver-se tardiamente, no século XIX. Tratava-se de um lugar de terras pobres, rodeado de densos matos com muitas árvores, razão pela qual os proprietários dessas terras pagavam baixos impostos. Através de muito trabalho, com o passar dos séculos aquelas terras tornaram-se muito férteis, continuando os proprietários a pagar os impostos relativos às terras pobres. Tal originou um enriquecimento da população que se manifestou, principalmente, no decorrer da segunda metade do século XIX. Foi neste período cronológico que o lugar do Raminho se tornou curato (1861), depois freguesia civil (1878) e, por fim, sede paroquial (1880)[98].

Com o lugar povoado, houve a intenção de erguer uma ermida da Madre de Deus, em 1694, cuja autorização foi dada pelo monarca. Porém, a ermida nunca foi

[98] Cf. Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, pp. 317-344.

construída e o povo que vivia nos lugares do Raminho e da Fajã da Serreta continuaram a ter de se deslocar à paroquial dos Altares para assistir às cerimónias religiosas. Chegado o século XIX, a importância do lugar merecia já uma igreja em vez de uma ermida. Em 1855, no ano em que o lugar do Raminho passou a pertencer ao concelho de Angra, iniciou-se a construção da primeira igreja de São Francisco Xavier, sem que o povoado fosse curato, muito menos paróquia. A igreja ficou pronta em 1861, ano em que o Raminho passou a ser um curato sufragâneo dos Altares, "(…) constituindo um elegante templo d'uma nave, com três altares, collocado no centro da povoação, em logar vistoso e elevado, para o qual se dá ingresso por uma magestosa escadaria sobranceira á estrada real"[99]. Por esta descrição confirma-se que a escadaria fronteira à igreja que se observa hoje é obra do primeiro templo.

Em 1878, o Raminho tornou-se numa freguesia independente. Como tal, o bispo de Angra elevou o curato de São Francisco Xavier a paróquia, em 1880, com os mesmos limites que a freguesia. Tudo isto ocorreu na sequência do enriquecimento do Raminho e do aumento populacional verificado ao longo do século XIX. Cedo se percebeu que a primeira igreja construída, havia quase duas décadas, era demasiado pequena para as necessidades da florescente população. Em 1890, fizeram-se obras de ampliação do primeiro templo, convertendo-o numa igreja de três naves em apenas seis meses.

> *Abateu até aos alicerces toda a capella mór e sachristias; acrescentou o corpo da Egreja com dois arcos que dão entrada para quatro novas capellas; em seguida a estes arcos ergueu a capella mór, mais alta e espaçosa do que a primitiva, ladeando-a com duas amplas sachristias, por sobre as quaes correm duas bellas salas, excelentes para archivo e para o resguardo de todas as alfaias da Egreja*[100]*.*

Pelo que se compreende, a igreja foi ampliada lateralmente com duas naves. Com a demolição da primeira capela-mor e sacristias, a igreja pôde ser aumentada para o lado da cabeceira, o que pressupõe que a frontaria já existia (sendo ou não a actual), bem como o adro e a escadaria que lhe dá acesso, pois não havia espaço para a igreja se expandir para a frente. Os dois arcos acrescentados ao corpo da igreja são, de facto, quatro, pois referem-se aos arcos presentes em dois tramos e porque *dão entrada a quatro novas capellas*, duas por lado. A nova capela-mor ficou maior do que a anterior, ladeada por duas sacristias que, num segundo nível, acomodam duas salas.

Em planta, a igreja apresenta um tramo da frontaria inserido no rectângulo definidor da igreja, com as torres a sobreporem-se aos topos das naves laterais. Porém, não é isso que se vê no espaço interno, cujas portas de acesso aos espaços das torres

[99] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.,* p. 323.
[100] Idem, *Ibidem,* p. 324.

se abrem para o espaço central do tramo, fechando os topos das naves laterais com paredes. As naves propriamente ditas só começam no tramo seguinte, tal como as arcarias, o que torna a nave central mais extensa que as laterais.



Fig. 3.159 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): perspectiva da nave central a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A nave central é bastante larga, com cerca do dobro da largura de cada nave lateral. Após o tramo da frontaria seguem-se outros quatro. Segundo o relato citado das obras de 1890, o corpo da primeira igreja terminava nos pilares centrais, onde hoje estão os púlpitos. A capela-mor e as sacristias que foram demolidas começavam nesse plano.



Fig. 3.160 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira., 2014



Fig. 3.161 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita que pousam em pilares próximos da ordem toscana, construídos na última década do século XIX. Possuem capitéis formados por troços de entablamento, com as cornijas bem desenvolvidas.



Fig. 3.162 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se segundo um arco triunfal de volta inteira, com um vão maior que os das arcarias, o que lhe permite tangenciar o tecto de madeira plano da nave central. A capela possui uma certa profundidade, com duas portas laterais de acesso às sacristias e duas janelas cegas. Os dois terços posteriores do pavimento da capela encontram-se sobrelevados por três degraus. A cobertura faz-se por uma falsa abóbada de berço que arranca a partir das cornijas que rematam as paredes laterais. A capela-mor é ladeada pela capela colateral do Santíssimo Sacramento, no lado do Evangelho, e por um altar colateral no lado da Epístola.

Nas naves laterais é possível observar os altares novos que se fizeram ou os nichos onde albergar-se-iam os respectivos retábulos. Estas naves são cobertas por tectos de madeira de uma esteira, com declive, amparadas pela presença de traves que partem do espaço superior entre arcos, alinhados com os pilares, penetrando nas esteiras do tecto. As portas travessas abrem-se a meio das naves laterais. O tramo de entrada, como foi referido, é uma solução peculiar, sendo fechado nos níveis térreos das torres quando tantas vezes acolhem a capela baptismal. Esta solução poderá ter resultado das obras de ampliação realizadas em 1890. Sobre a entrada situa-se um coro-alto que preenche o espaço entre as torres, sobre o tramo de entrada. Ambos os níveis do tramo da frontaria são bem iluminados pelas janelas da fachada.

Sem informações contrárias, existe a hipótese da frontaria da primeira igreja do Raminho já ser a actual, constituída por duas torres que flanqueavam um corpo de nave única. Com a ampliação do edifício e a criação de duas naves laterais, ulteriores às torres, conquistou-se o espaço externo em torno das pré-existências, convertendo-o em espaço interno – não é, afinal, um caso de torres inseridas na planta da igreja, mas, sim, de torres que foram aparentemente aglutinadas pela ampliação do edifício.



Fig. 3.163 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de São Francisco Xavier do Raminho encontra-se sobrelevada em relação à estrada, acedida por uma escadaria constituída por dois pares de lanços opostos em simetria. No nível inferior abre-se, ao centro, um pequeno nicho. A fachada é composta por três panos distintos, o central e os das duas torres, delimitadas por pilastras. O corpo central tem sensivelmente o dobro da largura das torres e é dividido em três sub-panos, por meio de pilastras, com o central mais largo que os laterais. Possui um portal central ladeado por pilastras em ressalto, sobre as ombreiras, e é encimado por um lintel. Sobre o portal corre uma secção de cornija curva, remate de um frontão curvo que não se lê bem na fachada.

No nível superior abre-se um janelão rematado por uma cornija, tal como acontece em todas as outras janelas da frontaria. Os sub-panos laterais do pano central possuem janelas no nível térreo, a ladear o portal, enquanto janelas flanqueiam o janelão central no nível superior. O corpo central da fachada é coroado por um frontão tripartido pelo prolongamento das pilastras, que o subdividem em três panos, com a base interrompida no pano central. Tem um remate quebrado e policurvado, com pináculos

nas quebras das volutas, sobre as pilastras. Alinhados ao eixo da fachada estão, no tímpano do frontão, um relógio encimado por uma grande pedra de mármore, com as armas dos Xavieres de Espanha, sobrepujada por uma cartela com um símbolo mariano. Nos panos laterais do frontão estão duas cartelas que ladeiam os arranques das volutas, com as datas 1858 e 1907[101].



Fig. 3.164 – Igreja de São Francisco Xavier, Raminho (1855-1861/1890): frontão da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Ambas as torres têm uma janela no nível térreo e um óculo cego ao nível dos janelões centrais. Acima corre uma cornija que prolonga a cornija da base do frontão, envolvendo as torres. Sobre esta cornija erguem-se os campanários, com ventanas em três faces. As torres são coroadas por dois coruchéus piramidais de secção octogonal, com pináculos nos vértices e nos ângulos, sobre os cunhais.

Há dois factores que aproximam a igreja paroquial do Raminho da Sé de Angra. As torres inseridas numa fachada aproximadamente quadrangular, coroadas por coruchéus oitavados, é um deles. O outro relaciona-se com o espaço interno, pois ambas as igrejas apresentam uma nave central com o dobro da largura das naves laterais (que pouco mais são que corredores). A nave central quer-se única, com um tecto de madeira plano, remetendo à ideia tridentina da grande sala da *ecclesia*, tal como na Sé de Angra, aplicada a igrejas de três naves. Só que, na igreja do Raminho, esse efeito de sala é mais íntimo, decorrente das menores dimensões e do menor número de tramos. Contudo, foi construído três séculos depois da Sé.

[101] A data de 1858 enquadra-se nas obras da primeira igreja, entre 1855 e 1861, sem que se saiba o motivo real da menção daquele ano. A data de 1907 deverá ser relativa à conclusão do novo frontispício.

– *Igreja de Santa Bárbara*, Santa Bárbara das Nove Ribeiras



Fig. 3.165 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras (1834/1844-1867): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.166 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras, ((1834/1844-1867): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

"(…) Santa Bárbora, que está também no sertão quase um quarto de meia légua do mar e é lugar perto de duzentos visinhos e terras de pão, como campinas muito chãs e outras de muita criação (…)"[102]. Como inconveniente, não possuía fontes, pelo que obrigou os habitantes não só a construírem tanques de retenção da água das chuvas para o seu abastecimento, mas também a aproveitar as águas das ribeiras sazonais que correm neste território. A povoação encontra-se relativamente afastada da costa, desenvolvendo-se ao longo da estrada de circunvalação da ilha, com o centro em torno da igreja e um certo número de ruas e travessas, algumas que acompanham as ribeiras, num proto-urbanismo essencialmente orgânico.

Santa Bárbara das Nove Ribeiras foi a primeira paróquia a autonomizar-se na parte ocidental da ilha Terceira, nas décadas de 1450-60, logrando ser anterior a São Salvador de Angra, criada em 1461 por Álvaro Martins Homem.

> *Já em tempo do capitão Jacome de Bruges se haviam fundado algumas egrejas parochiaes em beneficio do culto divino; e como os logares onde os povoadores mais poderosos assistiam ficavam distantes uns dos outros a mais d'uma legua, era porisso necessario dividil-as* [sic]*. Foi portanto a primeira destas parochiaes, na jurisdicção d'Angra, a de Santa Barbara das Nove Ribeiras, creada com vigário* (…)*. A esta mesma parochia ficou anexo o logar de S. Bartholomeu dos Regatos.*[103]

De início, toda a parte oeste da Terceira compreendida entre Angra, a sul, e os Altares, a norte, pertencia à freguesia de Santa Bárbara. Com o tempo, vários lugares se tornaram curatos e, posteriormente, freguesias independentes. Contudo, Santa Bárbara nunca deixou de ser a maior e mais populosa povoação desta parte da ilha.

[102] Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, Livro VI, pp. 15-16.
[103] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., *Op. cit.*, p. 72.

São vários os cronistas que referem as três naves da igreja de Santa Bárbara das Nove Ribeiras – Gaspar Frutuoso, Fr. Diogo das Chagas, Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade e Alfredo da Silva Sampaio –, cobrindo um período temporal desde a segunda metade do século XVI até ao início do século XX. Se todos conheceram uma igreja de três naves, é possível que não fosse o mesmo edifício. Como tantas outras congéneres açorianas, a igreja de Santa Bárbara foi alvo de várias obras ao longo do tempo, fosse pelos dos estragos feitos por algum sismo, fosse para ampliá-la ou reformá-la.

> *Ignora-se a data da creação d'esta parochia; o que com certeza se sabe é que em 1545 já era parochia com vigario, cura e thesoureiro e collegiada de 4 beneficiados, d'onde se infere que a sua creação foi muito anterior áquelle anno, ao qual remontam os primeiros monumentos que existem; sabendo-se que foi a primeira parochia da ilha pelo lado d'Oeste*[104]*.*

A primitiva igreja de Santa Bárbara pode ter entrado em funções em 1545. Pela sua cronologia, aquele edifício poderia ter uma arquitectura tardo-gótica, como sucede nas igrejas das restantes primitivas freguesias criadas na Terceira – São Salvador de Angra, São Sebastião, Santa Cruz da Praia, Espírito Santo da Vila Nova e São Roque dos Altares. De facto, nada se sabe da igreja primitiva, se foi demolida ou absorvida pelas várias intervenções a que foi sujeita desde o século XVI.

As informações presentes na 2.ª edição da obra do Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade (1891), anotada por José Alves da Silva – que é o autor da nota de rodapé *(a)* – completam, e muito, as parcas informações dadas sobre a freguesia de Santa Bárbara pelo autor da *Topographia*…[105]. As notícias que se seguem sobre aquela igreja, no que concerne à arquitectura, são já do século XVIII. No período mediado pelos anos 1777 e 1788, a capela do Santíssimo Sacramento e a Sacristia foram reconstruídas. Tudo indica que a estrutura da igreja que chegou ao último quartel do século XVIII, tratando-se ou não do templo primitivo, não foi alterada nestas obras. Em 1812 fez-se a mudança do coro que se situava numa tribuna, sobre a entrada na nave central, para a capela-mor, tendo sido feito o cadeiral em madeira nessa ocasião. Em 1834, a igreja paroquial de Santa Bárbara foi sujeita a obras que a alteraram profundamente.

> *Esta* [a igreja de Santa Bárbara] *era de 3 naves e espacosa* [sic]*; mas necessitando promptos reparos os tectos os tectos* [sic] *do corpo da egreja, aproveitaram este ensejo para a alargarem,* ***substituindo as columns*** [sic] ***que eram redondas por pilastras quadrangulares****, como hoje estão; ficando mais espaçosa, como hoje é; tendo de comprimento da porta principal até ao arco do cruzeiro da capella-mór vinte e trez metros de vão; e largura tambem de vão, treze metros e sessentas* [sic] *centimetros* (…)[106].

[104] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, p. 378.
[105] Idem, *Ibidem,* pp. 377-436.
[106] Idem, *Ibidem,* p. 384. Destaque nosso.

A frase supra destacada contém uma preciosa informação. Até 1834, a igreja de Santa Bárbara possuía arcarias assentes em colunas e não em pilares. As únicas igrejas açorianas, até ao século XIX, que tinham colunas em vez de pilares são as de edificação quinhentista. Sendo assim, é muito provável que a estrutura interna da igreja que foi substituída naquela campanha de obras tenha incluído as arcarias do primitivo templo. Assevera-se, assim, a antiguidade da primeira igreja de Santa Bárbara.

O edifício resultante das obras de 1834 tem dimensões apreciáveis, sobretudo na extensão. O quarto arco do lado da Epístola, a contar da entrada, foi alteado em 1837 para a instalação de um órgão num coreto pré-existente, tendo sido ampliado para o efeito[107]. Não obstante, as obras na igreja de Santa Bárbara não se interromperam, de acordo com os registos referentes ao período entre 1844 e 1867.

> *Durante este periodo effectuaram-se obras importantes tanto na egreja parochial como externas d'utilidade publica. Reconstruiram-se a capella-mór, a do Santissimo, e a do Sr. Jesus, e a sachristia, e sobre esta construio-se uma sala não só para guardar alfaias, como para as sessões da junta, em 1848, 1849 e 1850. Fez-se um retabulo novo para a capella mór em 1854; e douramento e pintura do mesmo e do tecto da capella em 1859*[108]*.*

Das obras mencionadas realça-se a reconstrução da capela do Santíssimo e da sacristia, que correspondem às grandes obras do último quartel do século XVIII. Em meados de Oitocentos voltaram a ser reconstruídas. Pelo rol das partes da igreja intervencionadas ao longo das várias campanhas de obras de 1777-1788, 1834 e 1844-1867, nada sobrou da primitiva igreja tardo-gótica para além da pia baptismal.

Em 1876, todo o pavimento da igreja foi assobradado de madeira de castanho, sobre o antigo piso lajeado. A mesma madeira foi utilizada para forrar o tecto do corpo das naves. Nesse mesmo ano foram demolidas uma pequena casa de despensa do império do Espírito Santo e um *teatro* que se encontravam no adro, por *desfearem* a frontaria da igreja. Também se fez o desaterro no lado norte do adro, que tinha uma diferença superior a cinquenta centímetros em relação ao pavimento da igreja, e construiu-se um esgoto para a ribeira que passa pelo seu tardoz[109].

Em 1882, os arcos das capelas colaterais foram alteados. "N'este mesmo anno se reconstruiram os muros de vedação do adro dos lados do nascente, sul e poente, e fizeram-se novas cancellas: cobrio-se d'argamassa e de pedra miuda do mar, de cores, o caminho do adro em direcção á porta principal, com superficie curva, e o restante plano inclinado para facil desaguamento (…)"[110].

---

[107] Cf. Idem, *Ibidem,* p. 385.
[108] Idem, *Ibidem,* pp. 385-386.
[109] Cf. Idem, *Ibidem,* pp. 403-404.
[110] Idem, *Ibidem,* p. 407.

Na sequência da aquisição, em 1889, de um novo presépio com apreciáveis dimensões, foi construída uma nova capela para o albergar, concluída em 1891. Acede-se-lhe pelo lado da Epístola, sendo uma capela profunda com uma janela aberta para o adro. Como a construção da nova capela criava um espaço exterior entre ela e a sacristia, foi decidido fechá-lo, apropriando-o para o espaço interno[111].

Internamente, a nova construção é um vestíbulo, local de transição para a sacristia, cuja porta de acesso directo ao espaço interno do templo foi fechada e substituída por uma porta que se abre para o novo espaço. É também neste vestíbulo que se ascende ao nível superior, através da escada de cantaria que foi removida da sacristia para ali ser instalada, permitindo ampliar a sacristia. "(…) e em frente á nova escada se construio um pórtico d'abobada de pedra, e com uma fresta na frente superior, para luz do mesmo; o qual dá acesso para a nova capella, para a sachristia e para a sala superior (…)"[112], um espaço interno que se sobrepõe à sacristia.

A igreja de Santa Bárbara voltou a ser alvo de reparações menores em 1922, nomeadamente, a pintura das capelas e dos retábulos. Em 1948, fechou-se uma janela da capela-mor devido à construção do salão paroquial, que ali passou a encostar-se. O sismo de 1980 atingiu mais intensamente a parte ocidental da Terceira, tendo a freguesia de Santa Bárbara sido das mais afectadas. A igreja paroquial não ruiu, mas necessitou de obras de consolidação e restauro que decorreram entre 1984 e 1985, ano em que foi reaberta ao culto.

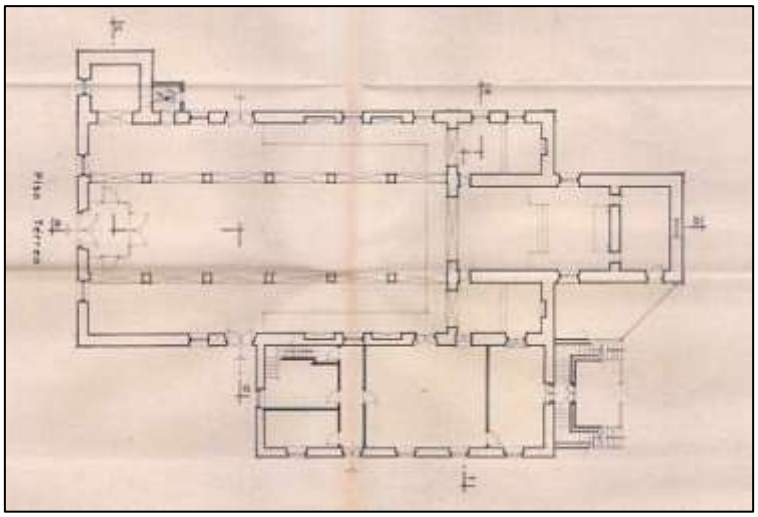


Fig. 3.167 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara das Nove Ribeiras (1834/1844-1867): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

A igreja de Santa Bárbara que chegou à actualidade mantém as três naves, com seis tramos. É possível que o edifício primitivo já os tivesse, porém, foi aumentado lateralmente nas obras de 1834, verificável pelo descentramento das janelas axiais das

[111] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 407.
[112] Idem, *Ibidem*, pp. 407-408.

naves laterais e que se abrem na fachada, anteriores a estas obras. Pela observação da planta, é possível que as três naves tenham mantido a extensão. As arcarias de volta inteira assentes em pilares toscanos, presentes desde 1834, parecem ter sido erguidas mais afastadas do que a largura original da nave central.



Fig. 3.168 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.169 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A cobertura da nave central é de madeira, com um tecto de três esteiras, enquanto as naves laterais são cobertas por tectos de duas esteiras, à semelhança do que acontece nas igrejas das Lajes e do Cabo da Praia. Como templo de origem tardo-gótica, é provável que o edifício primitivo tenha possuído um clerestório na nave central.



Fig. 3.170 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.171 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A cabeceira da igreja é bem desenvolvida, com uma profunda capela-mor e um arco triunfal de volta inteira mais estreito que a capela. Existem duas portas junto ao arco triunfal que acedem às capelas colaterais. A capela-mor comunica, ao fundo, com um espaço ulterior ao altar-mor através das duas portas laterais ao retábulo. Nas paredes laterais abrem-se duas janelas, acima das quais correm as cornijas de onde arranca a cobertura, uma falsa abóbada de berço que se vai abatendo à medida que se aprofunda. Embora o arco triunfal seja mais estreito, a capela-mor tem praticamente a mesma largura da nave central. As capelas colaterais têm arcos de volta perfeita, com duas janelas em cada, cerradas na do lado da Epístola por ter adossada a sacristia.



Fig. 3.172 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Exceptuando a capela construída em 1891 e as capelas colaterais, não existem capelas nas naves laterais, mas dois altares em cada nave, definidos por arcos de volta inteira que se apoiam em pilastras, delimitando nichos. No terceiro tramo a contar da entrada ficam as portas travessas da igreja. O baptistério encontra-se no lado do Evangelho, no extremo do tramo de entrada, localizado no nível térreo da torre sineira. É acedido por um arco de volta perfeita, com uma janela que se abre para a fachada. Encostada à face posterior da torre foi construída uma escada espiralada que ascende ao campanário.



Fig. 3.173 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira., 2014.

A actual fachada da igreja de Santa Bárbara é fruto de uma campanha de obras imprecisa dos séculos XIX ou XX. Teve, no entanto, outras fachadas ao longo da sua história, cuja composição não deveria ir para além do portal/janela, como possivelmente devia acontecer, também, na fachada do primitivo templo. As duas janelas laterais encontram-se no alinhamento das naves laterais, embora não lhes sejam axiais. Todos os vãos têm verga curva rematada por uma cornija. O segundo nível da fachada é indicado pela cornija que a atravessa, encontrando-se quebrada na secção central, com extremos curvos a rebaixarem-na, correndo entre o portal e a janela superior. O pseudo-frontão é triangular, com o vértice cortado.

Não há conhecimento da data de construção da torre que acompanha a igreja. Contudo, e sem conhecimento de outras torres anteriores, esta poderá ser obra do século XVIII. Possui cunhais bem evidentes, com uma janela rectangular no nível térreo (capela baptismal) e o campanário, que arranca a partir do nível do extremo da cornija da fachada. Com uma forma cúbica, quase do tamanho do corpo inferior, o campanário

possui uma ventana por face. A torre é coroada por um coruchéu oitavado, com um pequeno pináculo no vértice, enquanto outros quatro pináculos maiores se posicionam nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 3.174 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva externa.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Santa Bárbara, particularmente a fachada, apresenta-se maquilhada de uma estética setecentista que atravessou todo o século XIX, entrando até no século XX. É possível que tenha possuído um portal barroco flanqueado por pilastras, com capitéis e lintel recto, como se pode observar noutras igrejas e edifícios civis terceirenses. Seja como for, desde os primeiros tempos do povoamento quatrocentista que este templo foi cabeça de uma das mais antigas, populosas e importantes freguesias da ilha, o que acabou por se reflectir nas consideráveis dimensões da igreja de Santa Bárbara, que se tornaram ainda maiores com as ampliações ocorridas no século XIX.

– *Igreja de São Bartolomeu*, São Bartolomeu dos Regatos



Fig. 3.175 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.176 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

São Bartolomeu dos Regatos deve o seu nome aos abundantes regatos que correm no seu território, alimentando as duas ribeiras sazonais que atravessam a freguesia, localizada a cerca de sete quilómetros a oeste de Angra. Apesar de ter linha de costa, não possui porto, desenvolvendo-se afastada da costa como freguesia rural. O seu núcleo central acompanha o Caminho do Meio, uma via mais interior que a estrada litoral que comunica com a cidade. Nesta freguesia também não abundam as nascentes, um problema que abrange a parte ocidental da ilha. Como tal, a solução foi a construção de tanques e cisternas para recolher as águas das chuvas.

São Bartolomeu tornou-se paróquia pelos meados do século XVI. Pertence a um segundo lote de freguesias que se autonomizaram das primeiras freguesias criadas na ilha, no caso, de Santa Bárbara das Nove Ribeiras.

> (…) *parece que a paróquia seria de novo criada, isto é, pelos anos de 1560, como foram outras. De sua fundação nada consta, porém sabemos que no ano de 1568 existia com menos de 100 fogos, porque ao seu vigário foram assinados 20 000 reis de côngrua, a qual pelo alvará de 7 de Agosto de 1590 foi elevada a 30 000 reis por ter já nesse tempo a freguesia mais de 100 vizinhos* (…)[113].

Na origem da igreja esteve uma ermida, construída por volta do ano de 1500,

> (…) *que depois por varias vezes ampliada e reformada, deu a actual egreja parochial – um bom templo de 3 naves estreitas, com uma boa torre de sinos e um adro ajardinado* (…)*. O archivo parochial, posto que incompleto, começa em 1564, d'onde se deprehende que a parochia foi creada entre os annos decorridos desde a fundação da ermida até áquella em que o archivo principiou – de 1500 a 1564"*[114]*.*

[113] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos…*, *Op. cit*., p. 308.
[114] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, p. 455. Este excerto insere-se na nota de rodapé – a) –, escrita pelo anotador da 2.ª edição da obra, José Alves da Silva, em 1891.

Só se volta a ter notícias da igreja no período 1846-1887, quatro décadas em que o vigário João Coelho da Madre de Deus esteve à frente da paróquia. Assim que tomou posse, mandou colocar uma cobertura nova na igreja porque a que existia estava a cair. Em 1856, ordenou que se levantasse e ampliasse a capela-mor, já que a anterior ameaçava ruir. Foi nesta campanha de obras que se fez o coro-alto e o guarda-vento. Em 1876, foram construídas as capelas do Santíssimo Sacramento e de N.ª S.ª da Conceição. Nesse mesmo ano fez-se uma nova tarja no frontispício da igreja paroquial[115]. Todavia, aquele frontispício não é o actual, com duas torres e quase nenhum elemento que tenha pertencido ao edifício do século XIX.

> *Em 1890 foi completamente assobradada a Egreja, sendo-lhe antes feita uma excavação de mais de metro para obstar ao apodrecimento do sobrado.*
> *Além d'esta excavação, cujo entulho servio para o cemiterio que estava muito falto de terra, foram collcados* [sic] *no sobrado e em volta da egreja ventilhadores que de todo obstam ao apodrecimento[116].*

Pela mesma fonte sabe-se que, em 1892, a capela do Santíssimo Sacramento foi assobradada e que o adro da igreja foi escavado e refeito. O templo conservou-se assim até à segunda metade do século XX, quando deflagrou um incêndio, a 24 de Agosto de 1963, com graves consequências para a capela-mor e sacristia. A 18 de Março de 1964, um sismo causou danos no edifício, pelo que, a 1 de Abril, iniciaram-se os trabalhos de reconstrução da capela-mor e da sacristia. Foi nessa altura que a população de São Bartolomeu se dividiu em duas facções: a que queria manter o corpo da igreja tal como estava e a que desejava aproveitar a ocasião para expandir as obras da nova capela-mor ao restante templo, reedificando-o mais amplo e desafogado. Os ânimos da população foram-se inflamando na defesa de ambas as posições, culminando na noite de 12 para 13 de Janeiro de 1965, quando os defensores da ampliação da igreja decidiram clandestinamente demolir os pilares do interior da igreja. Não obstante o alarido e um processo judicial, a facção «reformista» ganhou[117].

As obras da igreja prosseguiram para o corpo das naves, o que provocou uma revolução no espaço interno e na frontaria. Em 1969, a Comissão Fabriqueira de São Bartolomeu recebeu um subsídio de cinquenta mil escudos, do Ministério das Obras Públicas, para a execução de «obras de conservação» urgentes na igreja. A 9 de Maio de 1971, a igreja foi sagrada. A reforma de que foi alvo deve ser traduzida por uma quase reconstrução. O sismo de 1980 danificou-a bastante, tendo sido objecto de obras de consolidação e restauro. Reabriu ao culto a 8 de Dezembro de 1985.

---

[115] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 455-463.
[116] Idem, *Ibidem*, p. 459.
[117] Cf. Pedro de Merelim, *As 18 paróquias de Angra*, Angra do Heroísmo, [s.ed.], 1974.

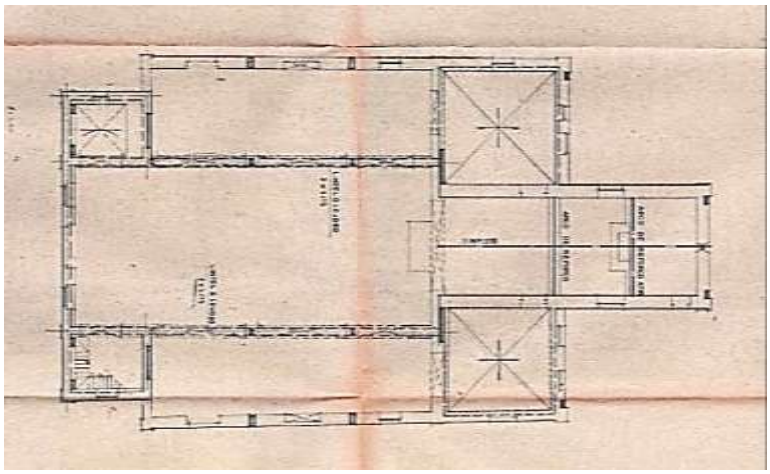


Fig. 3.177 – Igreja de S. Bartolomeu, São Bartolomeu dos Regatos (1846-1887/1964-1971): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

A planta da igreja de São Bartolomeu reflecte as várias campanhas de obras realizadas ao edifício primitivo, a partir de meados do século XIX. Porém, permanece no mesmo lugar e com a orientação que sempre teve (capela-mor voltada a nascente). Apresenta-se como uma igreja de três naves, em que a nave central tem cerca do dobro da largura das naves laterais. O tramo da frontaria é mais curto que os restantes três.



Fig. 3.178 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A cabeceira é composta por uma profunda capela-mor, sobrelevada por dois degraus, com um compartimento posterior ao altar-mor. Possui duas janelas e duas portas laterais: as primeiras abrem-se junto ao altar-mor, as segundas situam-se logo abaixo do desnível do pavimento e comunicam para duas sacristias – a do lado do Evangelho foi dividida transversalmente, permitindo criar uma capela colateral que antes não existia. Até então, as duas naves laterais possuíam altares nos topos da cabeceira, o que se continua a verificar no lado da Epístola.



Fig. 3.179 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.180 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva do altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As arcarias são constituídas, cada, por três arcos, mais o do tramo da frontaria. Os centrais são mais altos e com quase o dobro da largura de vão. Já os arcos que antecedem a cabeceira são menores, tal como os arcos presentes no tramo da frontaria, parecendo remanescências do edifício original, talvez deslocados da posição original. Os arcos maiores de cada arcaria aparentam ter resultado das obras da década de 1960, com o intuito de desanuviar a separação das naves. Estes arcos parecem derivar da unificação dos vãos de dois arcos menores. Os pilares em que assentam resultam da reutilização dos pilares anteriores. Foram seccionados verticalmente, as duas metades foram rodadas 180º e reunidas pelas suas faces externas, com os chanfros para dentro e revestidos de argamassa nas zonas de ligação, de modo a ficar um pilar quadrangular sem chanfros. A distância entre as arcarias parece ter sido alargada. Torna-se evidente a ampliação sofrida nas naves laterais, que tornou o corpo das naves mais largo que o da frontaria. O baptistério situa-se no nível térreo da torre do lado do Evangelho. No da Epístola ficam as escadas de acesso ao coro-alto e às torres. Os tectos da igreja são de madeira e bastante altos, sobretudo o da nave central, com três esteiras, tal como os tectos das naves laterais e da capela-mor.

A diferença em planta e em alçado das larguras do corpo da igreja, maior, e da frontaria, menor, indica intervenções distintas, sem que se perceba bem como foram processadas. Na falta de certezas, avançam-se duas hipóteses: a frontaria manteve a largura que tinha antes – apesar de a fachada actual ter pouco que ver com a anterior – enquanto o corpo das naves foi expandido lateralmente; ou a actual frontaria foi erguida num tramo acrescentado à igreja antes do alargamento da mesma.



Fig. 3.181 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada pertence ao corpo da frontaria. Encontra-se aberto para o corpo das naves na nave central, enquanto os espaços laterais estão fechados para as naves laterais – o baptistério, no lado do Evangelho, e as escadas de acesso ao coro-alto e torres, no da Epístola. Ambos os espaços acedem-se pelos baixos arcos das arcarias. Assim, o coro-alto somente existe na nave central, sendo ladeado por antessalas. Existem duas janelas que ladeiam o portal axial, na nave central, mais a janela superior axial que se abre no nível do coro-alto.



Fig. 3.182 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Fonte: Pedro de Merelim, *As 18 Paróquias de Angra*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017, p. 257.



Fig. 3.183 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): frontaria actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As imagens acima expostas apresentam a fachada da igreja de São Bartolomeu que existiu até à década de 1960 e a que ora existe. No seguimento da reforma/ reconstrução da igreja, também a frontaria foi reformada e aumentada. Constata-se que os vãos do nível térreo, a cornija e o friso que os encima, assim como a janela central do nível superior mantiveram os seus posicionamentos. A fachada foi alteada, criando-

se mais um nível – o nível intermédio –, delimitado por cornijas, assimilando a janela superior central. O frontão foi sobrelevado, mantendo o recorte contracurvado quebrado que possuía antes, em cujo tímpano foi colocado um relógio. A principal diferença está no relacionamento da janela superior central com a base do frontão. Na fachada antiga, aquela janela interrompia a base do frontão, desenvolvendo-se mormente no tímpano. Essa situação desapareceu na actual fachada pela introdução do nível intermédio, em que a base do frontão corre por cima da janela, quase encostada.

Com a adição de mais um nível à fachada, foi necessário aumentar a torre. Porém, decidiu-se erguer duas torres, tendo sido projectadas para fazerem parte da composição da fachada. Também nas torres se pode falar de um nível intermédio, já que os níveis térreo e superior mantêm-se. O nível intermédio mantém a mesma demarcação feita por pilastras presente no pano central, enquadrando as janelas ali abertas, uma por torre. São similares às janelas do pano central, mas menores e com avental. Os campanários ocupam o último nível, sendo coroados por coruchéus piramidais oitavados mais esguios que o coruchéu que anteriormente existia.

A igreja de São Bartolomeu possuía uma só torre, no lado do Evangelho, até à campanha de obras na década de 1960. Porém, a reconstrução no pós-sismo de 1980 também contribuiu para a corrente imagem. Trata-se de uma fachada composta por três panos, delimitados por pilastras, cujo pano central tem mais do dobro da largura dos panos laterais. Os três níveis são demarcados por finas cornijas. No nível térreo, só o pano central tem vãos – um portal ladeado por duas janelas com verga curva, sobrepujadas por secções curvas de cornijas. Encostado superiormente corre um friso espesso. Acima abre-se uma janela central, com o mesmo remate superior dos vãos inferiores. Uma cornija superior delimita o nível intermédio, onde pousa um frontão policurvado e quebrado, emoldurado por uma fina cornija e com o vértice cortado. No tímpano apenas se encontra um relógio.

A actual fachada da igreja de São Bartolomeu foi buscar a inspiração à Sé de Angra, patente tanto no número de torres quanto na volumetria e estruturação da fachada. Os panos centrais são bastante diferentes, mas as torres acabam por aproximar o desenho das duas igrejas, seja pelos níveis assinalados por cornijas, seja pelos coruchéus piramidais oitavados.

Todas as frontarias existentes na ilha Terceira que actualmente possuem duas torres, independentemente de pertencerem ou não ao tipo de igrejas de três naves, são construções posteriores ao meado do século XIX. Até lá, só a Sé de Angra possuía duas torres com coruchéus oitavados e apenas três outras igrejas da ilha detinham duas torres: São João Baptista do Castelo, a actual igreja da Misericórdia e Santo Inácio de Loyola, templo Jesuíta de Angra.

3.1. As igrejas de três naves desaparecidas da ilha Terceira

De acordo com o arrolamento das igrejas de três naves nos Açores, na ilha Terceira identificam-se cinco igrejas desaparecidas: a antiga Misericórdia de Angra e as primitivas paroquiais da Ribeirinha, Vila Nova, Agualva e Altares. Será feita uma curta análise com base nos registos visuais e/ou escritos que foram recolhidos no decurso desta investigação.

– *Igreja da Misericórdia*, Angra do Heroísmo

Das igrejas de três naves desaparecidas, há uma que se distinguia de todas as outras do arquipélago por não ser nem paroquial nem conventual. Pertencia à Misericórdia de Angra, instituição que abrangeu, a partir de 1498, a anterior Irmandade do Santo Espírito, cujo hospital fora fundado em 1492 pelo capitão do donatário João Vaz Corte Real. A igreja da Misericórdia de Angra era um edifício do século XVI, o que fazia dela uma das mais antigas da cidade e da ilha. De facto, foi construída sobre a anterior capela da Irmandade do Santo Espírito, no topo sul do quarteirão, entre a rua Direita – para a qual se levantava o frontispício – e a rua de Santo Espírito, onde se situava o Hospital do mesmo nome, fronteiro ao porto.

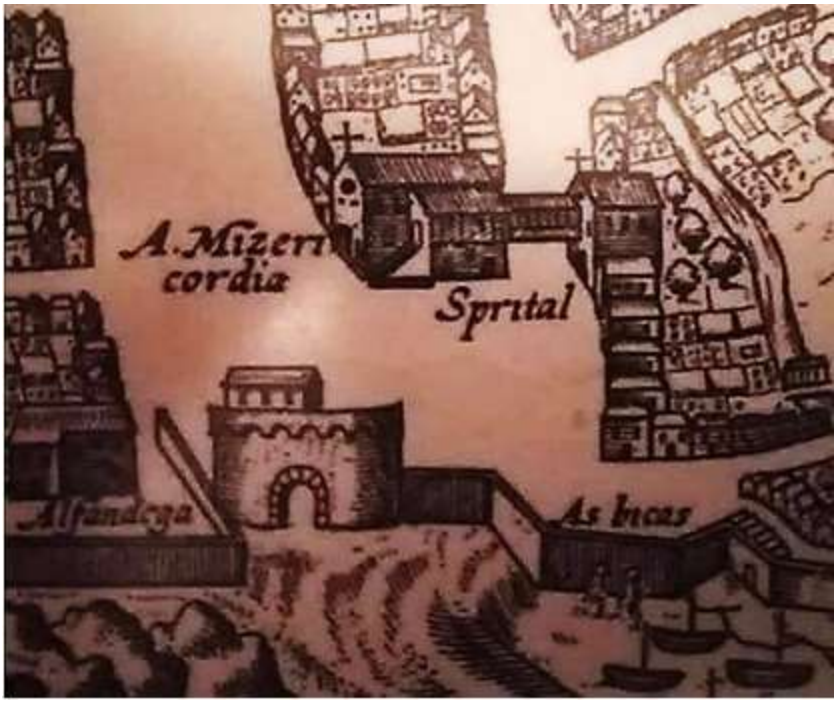


Fig. 3.184 – Excerto da carta "A cidade de Angra na ilha de Iesv xpto da Tercera qve esta em 39 graos.": primitiva igreja da Misericórdia e Hospital de Santo Espírito de Angra (sécs. XV-XVI).
Fonte: Linschoten, *Itinerarium*, 1595.

O pormenor da *Carta da Cidade d'Angra* de Linschoten, no que à Misericórdia diz respeito, mostra uma igreja com uma fachada voltada para poente, onde se destacam as três portas e a rosácea superior. No alçado sul, umas escadas subiam ao nível do primeiro sobrado de um corpo adossado à igreja. A partir do seu tardoz, a igreja comunicava com o Hospital através de um passadiço fechado, sobre a rua de Santo Espírito. Pelo desenho, a igreja não teria clerestório. Leiam-se as palavras que lhe foram dedicadas por Gaspar Frutuoso e pelo Pe. António Cordeiro.

> *Saindo da porta do mar à rua Direita, principal, está uma fermosa casa da Misericórdia, de três naves e três portais, com seu hospital anexo e sua renda, assi de el-rei como de outras pessoas* (…), *grande e proveitoso refúgio de muitos enfermos e pobres da terra e de muitos mais que pelo mar vêm de fora, de muitas partes, por ser o porto desta cidade escala de muitas navegações*[118]*.*

> *Tem mais a dita Cidade* [Angra]*, ao entrar do porto, pela famosa rua direyta, & á mão direyta também, a Real Misericordia com seu Hospital anexo, e tudo* primò *fundado por El-Rey, & augmentado depois por várias pessoas; he Igreja que corre com a rua, sem se afastar da direytura da casaria, & por isso muyto larga, de tres naves, & tres como altares mòres, & outros varios à roda, & menos funda, do que pedia a altura, por lhe correr por detraz a rua de Santo Espirito; mas ainda assim tem todas as casas, & repartições que costuma ter huma nobre Misericordia; & logo na rua de Santo Espirito tem seu real Hospital, & com mais largueza para traz* (…)[119].

Se Gaspar Frutuoso regista os elementos básicos da igreja, com três naves e três portais, já o Pe. António Cordeiro afirma que a sua fachada estava alinhada com as outras casas da rua, alta mas com pouca profundidade, devido à rua existente no seu tardoz. Compensava na largura que apresentava, *de tres naves, & três como altares mòres, & outros varios à roda.* A igreja da Misericórdia não deveria possuir capelas na cabeceira, mas três altares alinhados no topo das três naves. As arcarias internas do corpo das naves apresentariam arcos de volta inteira, ainda que fique a incerteza se seriam sustentadas por colunas ou pilares. Esta igreja é posterior à fundação da Misericórdia, em 1498. Todavia, não é possível aferir sobre a sua data de construção. Como já foi notado na gravura de Linschoten, a igreja teria um telhado em duas águas, logo, não teria clerestório. Tendo em consideração que as Matrizes da Praia e de São Sebastião, edificadas no primeiro quartel do século XVI, possuíam clerestório, é provável que a igreja da Misericórdia tenha sido uma obra já do segundo ou terceiro quartel de Quinhentos.

[118] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 13.
[119] Pe. António Cordeiro, O*p. cit.*, p. 180.

– *Igreja de São Pedro*, Ribeirinha

A freguesia da Ribeirinha desenvolve-se ao longo da rua da Igreja, a principal artéria da povoação que sobe desde a estrada de circunvalação da ilha, em Santo Amaro, até à serra da Ribeirinha. A igreja desaparecida de São Pedro da Ribeirinha erguia-se no mesmo quarteirão do actual templo. Porém, como tinha a orientação Este-Oeste, implantava-se em cunha para o adro que se abria a partir da rua da Igreja.

> *Ao centro fica a egreja parochial, cuja fundação se ignora; apenas se sabe que em 1486 constituia um curato sufragâneo da matriz de S. Sebastião, e em 1568 era já parochia independente, segundo se depreende da Carta regia de 30* [ou 28] *de julho d'aquelle anno. Este templo, que se acha voltado ao poente, tem sofrido modificações importantes* (…)*; e comquanto a sua architectura exterior seja pouco elegante, o seu interior é alegre e vistoso, e está dividido em trez naves*[120].

Uma vez que a Ribeirinha já era freguesia em 1568, é possível que a igreja de São Pedro possa ter sido erecta a partir do último quartel do século XVI e até os meados do século XVII. Infelizmente não foi possível encontrar uma foto completa do seu aspecto exterior, contudo, o mesmo não acontece com o seu espaço interno.



Fig. 3.185 – Primitiva igreja de São Pedro, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): espaço interno no 1.º quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.



Fig. 3.186 – Primitiva igreja de São Pedro, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): perspectiva do adro e parte da fachada no 1.ª quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.



Fig. 3.187 – Perspectiva da rua da Igreja, Ribeirinha (4.º quartel séc. XVI): torre da primitiva igreja no 1.º quartel séc. XX.
Foto: Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.

[120] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 271.

Pelas imagens supra exibidas da anterior igreja da Ribeirinha percebe-se que tinha pequenas dimensões, com arcarias de volta completa e quatro ou cinco tramos. O corpo das naves era coberto por um tecto de três esteiras na nave central. A capela-mor abria-se por um arco de volta inteira, quase da largura da nave central e mais alto que as arcarias. Porém, a capela era pouco profunda e coberta por uma falsa abóbada de berço. Sobre a entrada situava-se um pequeno coro-alto. Pelas dimensões e pela articulação dos espaços internos, esta igreja era similar à das Quatro Ribeiras, havendo a possibilidade de serem coevas. No lado da Epístola adossava-se uma baixa torre, cujo campanário possuía uma ventana por face, coroada por um coruchéu piramidal oitavado.

– *Igreja do Espírito Santo*, Vila Nova

A Vila Nova (*da Serreta* ou *d'Agualva*) é uma das mais antigas freguesias criadas na Terceira, ainda no terceiro quartel do século XV. "O seu Orago é do Espírito Santo, e parece que esta paroquial foi uma das primeiras da ilha criada com a de Santa Bárbara, Vila de São Sebastião, e Praia, em tempo do Infante D. Fernando (…)"[121], ou seja, no período de tempo em que o herdeiro do infante D. Henrique foi duque de Viseu, Mestre da Ordem de Cristo e donatário dos Açores, entre 1460-70. Alfredo da Silva Sampaio afirma ser possível que tenha sido paróquia antes de 1482[122], embora não revele a fonte da informação. O Pe. Manuel Narciso de Lima declara – "E tão rapido foi o seu desenvolvimento, devido á abundancia da produção cerealifera e industria dos seus moradores, que já em 1488 figurava como parochia colectiva (…)"[123]. Com o crescimento e enriquecimento da freguesia, povoada por fidalgos, artífices e com algumas indústrias, "(…) e, desejando o capitão Antão Martins da Câmara de a fazer vila, por [para] ser senhor de duas vilas, o não quis aceitar o lugar por ficar o melhor monte, como é, de todas as ilhas (…)"[124]. Alfredo da Silva Sampaio também conta a história sobre a intenção do capitão do donatário da Praia "(…) fazer d'este logar uma Villa, os seus habitantes a isso se oppozeram, alegando que os encargos se tornavam grandes, e que por isso preferiam que fosse o melhor logar da ilha, a ser elevada à categoria de Villa"[125]. Todavia, afirma tratar-se do capitão Antão Martins Homem (em funções de 1483 a 1520) e não de Antão Martins da Câmara (em funções de 1540 a

[121] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 277.
[122] Cf. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória Sobre a Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904*, p. 294.
[123] Pe. Manuel Narciso de Lima, *Album Litterario – Commemoração do 4.º centenário da Sagração da Egreja Matriz da Villa da Praia*, Angra do Heroismo, Typ. Catholica Açoreana, 1917, p. 82.
[124] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 18.
[125] Alfredo da Siva Sampaio, *Op. cit.*, p. 294.

1577, segundo Gaspar Frutuoso), o que nos dá cronologias bem distintas. Entre os dois autores, Gaspar Frutuoso parece ter um melhor conhecimento da matéria, pois foi contemporâneo do capitão Antão Martins da Câmara. A freguesia acabou por ficar com o nome *Vila Nova*, sem que alguma vez o tenha sido.

O centro da freguesia foi implantado junto a uma pequena serreta, situando-se nos terrenos de cota mais baixa e chãos, com um terreiro onde se situam a casa e ermida da Misericórdia, mais o império do Espírito Santo, enquanto a igreja paroquial foi erigida na parte alta da serreta, com orientação Este-Oeste, mostrando, de cima, o tardoz ao centro da povoação. Quanto ao urbanismo da Vila Nova, possui uma malha ortogonal de ruas e travessas entre o terreiro – onde passa a estrada de circunvalação da ilha – e a alta orla costeira. "(…) e talvez que o bom alinhamento de suas ruas, casa da misericórdia, e praça fosse um preparo a este fim [torná-la vila] (…)"[126].

Não existem registos visuais da primeira igreja do Espírito Santo da Vila Nova. Contudo, subsistem referências escritas por alguns cronistas e investigadores amadores que garantem a inserção daquele desaparecido templo no rol de igrejas de três naves açorianas. Para começar, Gaspar Frutuoso escreveu, no último quartel do século XVI, que, no que concerne à freguesia da Vila Nova, "será de uma grande légua de costa em comprido e corre do mar à serra. Há nela igreja paroquial, da invocação do Espírito Santo, de três naves, muito bem ordenada (…)"[127]. Também o Pe. António Cordeiro mencionou, em 1717, que a paroquial da Vila Nova "(…) he Igreja de três naves, & bem ornada (…)"[128]. O Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, entre 1843-45, avançou com mais algumas informações – " A Parochia é do titulo do *Espirito Sancto de Villa-Nov*a; o tempo [sic] é de tres naves divididas por duas columnadas de cantaria e colocado n'um lugar mui elevado, dominando todas as povoações circunvizinhas"[129]. Francisco Ferreira Drummond afirma – "Tem esta igreja, que é de 3 naves de uma antiga arquitectura com duas capelas colaterais (…)"[130]. Alfredo da Silva Sampaio escreve – "A sua egreja parochial, situada num ponto elevado, é anterior a 1482. Era, ao principio, dividida em trez naves; mas foi quazi por completo transformada e reconstruída em 1882, ficando d'uma só nave"[131]. Por último, o Pe. Manuel Narciso de Lima informa –

[126] Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 277.
[127] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 18.
[128] António Cordeiro, *Op. cit.*, p. 255. Este é somente um exemplo de como o Pe. António Cordeiro plagiou Gaspar Frutuoso, seja *ipsis litteris*, seja alternando frases, modificando palavras, substituindo-as por sinónimos ou por palavras da mesma família, o que é asseverado pela leitura das obras de ambos os autores. Neste caso, a palavra *ordenada* passa a *ornada*. O erro mais fatal está na desactualização dos números de habitantes apresentados pelo Pe. António Cordeiro na sua obra, em 1717, os mesmos que Gaspar Frutuoso tinha avançado no último quartel do século XVI, quando é sabido que a população aumentou nesses mais de cem anos.
[129] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, p. 248.
[130] Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 278.
[131] Alfredo da Siva Sampaio, *Op. cit.*, p. 295.

"Desde 1885 que deixou de ser o velho casarão duma só nave e pouca luz, sustido no tecto por oito pilares desgraciosos, que o diferenciavam, por isso mesmo, dos outros sanctuarios da ilha"[132]. É estranho que o autor nos diga que a igreja tenha uma só nave e, de seguida, que o tecto seja suportado por oito pilares. Talvez não considerasse as naves laterais como tal, por causa das acanhadas dimensões. Porém, aos oito pilares corresponderia uma planta do corpo das naves com cinco tramos. Como hipótese, é possível que a primitiva igreja fosse anterior a 1482, todavia, só existem garantias da existência da paróquia da Vila Nova a partir de 1488. Seja como for, seria uma igreja de *arquitectura antiga*, como a definiram alguns autores, quiçá tardo-gótica, erecta entre o último quartel do século XV e o terceiro quartel do século XVI.

Esta igreja não caiu no terramoto de 1614 que arrasou a Vila da Praia, embora tenha sido alvo de obras de consolidação. Possuía uma torre sineira de datação posterior àquele sismo[133]. O Pe. Manuel Luis Maldonado relatou o que viu *in loco*, dias após o sucedido. No que à igreja da Vila Nova diz respeito, escreveu as seguintes paravras – "Entrei na freguezia do Spirito Santo da Villa nova, chegando ao adro da igr*ej*a antes q*ue* nella entrasse vi no caminho tal rotura na terra q*ue* era couza m*ui*to de admiração (…). Estaua a igr*ej*a tão asollada, e descomposta por cauza das ruinas q*ue* não acertei com as couas de meos pais (…)"[134]. Se o autor entrou na igreja, então a igreja não se derribou. Partes do tecto, das paredes e das capelas podem ter caído, mas, estruturalmente, a igreja subsistiu.

Contudo, o terramoto de 1841 provocou graves danos à igreja do Espírito Santo, levando à demolição do velho templo e a sua substituição por um novo, de nave única[135].



Fig. 3.188 – Igreja do Espírito Santo, Vila Nova, em 1895: O corpo da igreja foi erguido no século XIX, mas a torre é da igreja anterior, baixa e coroada por uma cúpula hemisférica ou oitavada. Esta torre foi substituída, nas obras ocorridas na década de 1940, por uma mais alta, coroada por um coruchéu piramidal oitavado.

Fonte: Carlos Enes, *Vila Nova antiga*, Praia da Vitória, Blu edições, 2009, p. 14.

[132] Pe. Manuel Narciso de Lima, *Op. cit.*, p. 84.
[133] Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 278.
[134] Pe. Manuel Luis Maldonado, *Op. cit.*, 2.º vol., pp. 39-40.
[135] Cf. Carlos Enes, *Vila Nova: Pelos caminhos da sua história*, Angra do Heroísmo, ed. Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores, 2011, p. 57.

– *Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe*, Agualva

A Agualva teve a sua origem na ribeira do mesmo nome, uma das poucas ribeiras da ilha com água corrente todo o ano. Por isso, Álvaro Martins Homem mandou construir moinhos que dessem vazão ao Ramo Grande, um território que se estende desde a Agualva até à baía da Praia, numa extensão com mais de dez quilómetros de terras que eram fartas em trigo. Como não havia uma ribeira capaz para a moagem ao redor da Vila da Praia, a Agualva acabou por assumir o importante papel de centro de moagem da capitania da Praia.

Até ao século XVIII, a Agualva era mais conhecida por Nossa Senhora de Guadalupe, tal como se encontra registado nos testemunhos dos vários cronistas açorianos e nas várias cartas da ilha Terceira, desenhadas a partir do século XVI, cuja importância não passava despercebida aos autores que a assinalaram, enquanto outras freguesias ficaram omissas[136]. O lugar de Nossa Senhora de Guadalupe pertencia à Vila Nova que, nos séculos XV e XVI, se chamava Agualva – até o capitão do donatário a querer fazer vila, como foi relatado. Apesar de os moradores não terem aceitado, o nome Vila Nova ficou associado ao centro da povoação. Quanto a Nossa Senhora de Guadalupe, situava-se mais a montante da ribeira, no sopé da serra da Agualva. Em vida de Gaspar Frutuoso ainda não era paróquia, como ele próprio apontou.

> (…) [Ermida] *de Nossa Senhora de Guadelupe, de grandíssima romagem de todas as ilhas dos Açores, na qual por intercessão de Nossa Senhora se fazem muitos milagres. Foi fundada esta por um João Homem da Costa* (…) *e tem missa quotidiana* (…).
> *Neste lugar, junto destes pomares, está a ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, que acima disse, antre duas ribeiras que muito junto dela passam* (…)[137].

Tratava-se, pois, de um lugar ao qual afluía muita gente de fora (o que justifica a missa quotidiana), que, em conjunto com os moinhos e os vastos pomares que possuía (com os quais abastecia de fruta a cidade de Angra), fomentaram o desenvolvimento do lugar da Agualva. A tais factores acresce a decisão do bispo D. Gaspar de Faria (1571 a 1576), que, atraído pela frescura e fartura do lugar, mandou ali fazer uma quinta de recreio para as suas estadias – cuja casa ainda existe –, prosseguidas pelo seu sucessor, D. Pedro de Castilho (1578 a 1583)[138].

---

[136] Cf. "Açores insvlae", mapa de Luís Teixeira, 1584 e "Mapa de la Isla Tercera", de Abraham Ortelius, 1602.
[137] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, pp. 18-19.
[138] Cf. Idem, *ibidem*, p. 19. O bispo D. Pedro de Castilho nasceu numa família de mestres pedreiros, sendo filho de Diogo de Castilho e sobrinho de João de Castilho. Em 1582, por ser partidário de Felipe II, o bispo teve de fugir para São Miguel depois da Terceira ter aclamado D. António I, rei de Portugal. Antes de sair da Terceira, o prelado refugiou-se na quinta da Agualva.

"Assignou-se fabrica ás egrejas parochiaes em 28 de Julho deste anno [1568]; e neste mesmo doou João Homem de Guadalupe e sua mulher D. Maria de Bettancor, a ermida que hoje serve de egreja parochial, e fundou a mesma capella em 3 de Fevereiro de 1594"[139]. Assim sendo, a igreja já estaria pronta quando foi feita aquela capela ou, pelo menos, a capela-mor e os tramos mais próximos da cabeceira.

Como foi apontado por Gaspar Frutuoso, a ermida de Nossa Senhora de Guadalupe situava-se entre duas ribeiras que confluíam a jusante dela, no mesmo local onde as igrejas posteriores foram erectas. Constituía uma capelania sufragânea à freguesia da Vila Nova, porém, "(…) ignora-se o tempo, em que foi erecta em Parochia: os seus livros antigos acham-se dilacerados, e apodrecidos da humidade: apenas do primeiro livro das visitas consta ter sido visitada já como Parochial em 1596 pelo Bispo d'esta Diocese D. Manoel de Gouvea [de 1584 a 1596]"[140], o primeiro bispo de Angra indicado por Felipe II. Como tal, a paróquia da Agualva terá sido criada ainda no século XVI, o que para muito contribuíram as temporadas que os bispos D. Gaspar de Faria e D. Pedro de Castilho passaram na sua quinta.

No entanto, há autores que consideram que a Agualva só se tornou uma freguesia independente a partir de 1623, por ser deste ano o primeiro Livro de Registos de Baptismos da igreja de Nossa Senhora de Guadalupe[141]. Isto não significa que não houvesse um livro de registos anterior que se tenha perdido. Afinal, o Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade já se havia queixado do mau estado daqueles livros antigos. "Todavia acha-se o alvará de 23 de Fevereiro de 1588 para ser a fábrica desta igreja **novamente**[142] erecta, 4 000 reis"[143], o que significa que a povoação poderia ainda não ser paróquia, mas a primitiva ermida já não teria condições para albergar tantos vizinhos. A primeira igreja da Agualva seria, possivelmente, uma construção do final do século XVI; porém, essa igreja foi destruída no terramoto de 1614, que muito afectou o Ramo Grande.

> *Chegando a entrada do lugar* [Agualva] *olhando pera hũa e outra parte, não ui parede, nem caza em pee assim de telha como palhaça ficando as armacões das de palha sobre estejos cahindo lhe as paredes the o chão.*
> *Chegando a igreja me encontrei com o Vigairo Manuel Cabral mostro me a imagem da senhora posta em hũ palheirinho[144].*

[139] Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I vol., *Op. cit.*, p. 153.
[140] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, pp. 255-256.
[141] Cf. Anotação de José Alves da Silva, in Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, p. 258 e Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 297.
[142] Destaque do editor. Neste caso julga-se que «novamente» significa «de novo» e não «outra vez».
[143] Francisco Ferreira Drummond, *Op. cit.*, p. 282.
[144] Pe. Manuel Luis Maldonado, *Op. cit.*, 2.º vol., p. 39.

Segundo o trecho supracitado, já haveria uma igreja na Agualva em 1614, começada antes de 1594. No entanto, continua a dúvida se, naquele tempo, a povoação seria ainda um lugar dependente da Vila Nova ou se já era uma freguesia autónoma. O relato do autor quanto à imagem de Nossa Senhora de Guadalupe estar num *palheirinho* justifica-se pelo desabamento da igreja no sismo de 1614, como sucedeu noutras freguesias do concelho da Vila da Praia. A igreja da Agualva que chegou ao século XX foi construída após aquele terramoto, "completando-se as obras da igreja em 1678 segundo inscripção gravada na porta do templo"[145].

O Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade fez uma identificação e descrição minimalista daquela igreja – "O orago da Parochial é de *Nossa Senhora de Guadalupe d'Agualva*: o templo é grande e de tres naves"[146]. Alfredo da Silva Sampaio fez uma enumeração das capelas da igreja segundo as suas invocações, fornecendo algumas informações sobre o espaço interno do templo anterior.

> *Esta parochia* [igreja paroquial] *está quasi ao centro da freguesia, e é formada, no seu interior, por trez naves. Na capella-mór, está a imagem de* ***Nossa Senhora de Guadelupe****, orago da igreja, ao centro, e dos lados, em nichos apropriados e aderentes ás bases das columnas do arco da mesma capella, as imagens de* ***Nossa Senhora do Rozario*** *e* ***Santa Anna****.*
> *Na nave do lado do Evangelho, encontra-se uma capella, a das* Almas*, com a imagem do* ***Coração de Jesus****; e na do outro lado, trez capellas, a de* ***Santo Christo****, onde está tambem a imagem de* ***S. Francisco****, e a de* ***Nossa Senhora das Necessidades****, onde está tambem* ***Santo Amaro*** *e* ***Santo Antão****, e dentro da sacristia d'aquelle lado, a do* ***Senhor dos Passos****, com a imagem da* ***Senhora da Soledade****.*
> *Possue esta egreja dois corêtos* [coros]*: um, junto á porta principal* [coro-alto]*, e o outro, do lado da epistola, entre dois arcos da nave, no qual está um órgão* [coro-baixo][147].

Para além das três naves, o autor noticia a existência de dois nichos apoiados em consolas que se evidenciavam na metade inferior dos pilares do arco triunfal, nos quais estavam as imagens referidas. A igreja tinha quatro capelas laterais: uma na nave do lado do Evangelho; as outras três localizavam-se na nave do lado da Epístola, onde havia mais uma capela na sacristia. Possuía dois coros, como era comum – quando havia apenas um coro é porque não existia coro-alto –, em que o coro-baixo se achava no tramo mais próximo da cabeceira.

Sem a existência de imagens do espaço interno ou de mais relatos escritos daquele templo desaparecido, não é possível uma fazer uma análise melhor, pelo que se avança para a análise da fachada da antiga igreja de Nossa Senhora de Guadalupe da Agualva.

---

[145] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, p. 297.
[146] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Op. cit.*, p. 55.
[147] Alfredo da Silva Sampaio, *Op. cit.*, pp. 297-298. Os destaques a negrito são do autor.



Fig. 3.189 – Antiga igreja de N.ª S.ª Guadalupe (post. 1614-1678): frontaria em 1924.
Foto: .Colecção Carlos Aguiar.

A fotografia exposta é o único testemunho visual da igreja construída no século XVII. Pela data apresentada – 1924 – sabe-se que a sua demolição ocorreu no segundo quartel do século XX. Era um edifício orientado no eixo Noroeste-Sudeste, com a capela-mor voltada para Noroeste, como acontece com a actual igreja. A fachada tinha dois níveis, com um portal central encimado por um entablamento, flanqueado por pilastras rematadas por mísulas. A ladeá-lo estavam duas janelas. Por cima dos três vãos corria uma cornija que integrava o entablamento sobre o portal, acima da qual ficavam pináculos embebidos na parede, alinhados com as mísulas, que rematavam as pilastras. Àquela cornija também se encostavam as janelas, prosseguimdo para o corpo da torre, sendo provável a sua presença nos alçados laterais. Sobre a cornija levantava-se um frontão triangular com o vértice cortado. Nele rasgava-se uma janela, aprumada com o portal e menor que as janelas do nível inferior, encostada à sobredita cornija, com pináculos embebidos nos extremos do lintel. Sobre a janela estava um alto-relevo, talvez relacionado com o orago da igreja. No cunhal à esquerda na imagem, sob o pináculo que delimita o frontão, "(…) vê-se no seu angulo esquerdo um antiquissimo *gnomon* ou relógio de sol, tendo as horas gravadas em uma pedra"[148].

A torre sineira encostava-se à igreja pelo lado da epístola. O seu corpo inferior não apresentava vãos, tendo a mesma altura da fachada até à cornija. Acima erguia-se o campanário, com uma ventana por face, coroado por um coruchéu piramidal oitavado e rematado por um elemento esférico. O coruchéu era enquadrado por pináculos colocados sobre os cunhais.

[148] Idem, *Ibidem*, p. 298.

3.2. Análise das igrejas de três naves da ilha Terceira

A ilha Terceira possui um conjunto de igrejas de três naves que abarca um período cronológico longo, desde o início do século XVI até ao terceiro quartel do século XX, com exemplares de todos os séculos. No tempo presente, tal realidade só existe na Terceira, já que nas outras ilhas faltam exemplares de um ou mais séculos. Começa com a Matriz de São Sebastião e a Sé de Angra, no século XVI, passando pelas igrejas seiscentistas de São João Baptista do Castelo, Nossa Senhora da Guia e Quatro Ribeiras, continuando no século XVIII com a igreja do Cabo da Praia e a campanha de obras da Conceição de Angra, e, no século XIX, com as igrejas das Lajes, do Raminho e a campanha de obras de Santa Bárbara, a que se junta a igreja de São Bartolomeu, já no século XX. As datações dos edifícios são o resultado de várias campanhas de obras, com o objectivo de os ampliar e enriquecer. Em alguns casos, a igreja foi tão alterada que se torna difícil datá-la, a não ser pelas partes, como sucede com a Matriz da Praia da Vitória. As igrejas da Sé, Nossa Senhora da Guia, São João Baptista, Cabo da Praia e Lajes são as menos intervencionadas, as que melhor conservam a arquitectura original, sejam edifícios primitivos ou resultantes de reformas posteriores.

As plantas destas igrejas reflectem o aumento gradual de proporções dos edifícios no decorrer dos séculos, excepção feita à Sé de Angra que, desde a sua construção, é a maior igreja dos Açores e a segunda catedral mais extensa de Portugal. Foi outrossim decisiva pela adopção, nos Açores, das arcarias com pilares em vez de colunas. Este foi o principal testemunho que a Sé de Angra legou à arquitectura religiosa açoriana, uma solução estrutural que se foi adaptando, com o tempo, às cada vez maiores dimensões das igrejas. O modelo foi aplicado a igrejas paroquiais, conventuais e até a uma Misericórdia, o que revela o sucesso daquela solução estrutural.

Os templos de três naves da ilha Terceira revelam que, não obstante as várias dimensões, todos têm plantas similares que variam, essencialmente, no número de tramos do corpo das naves, entre os três+frontaria de São João Baptista do Castelo e os sete+frontaria da Sé de Angra. O número de tramos era decisivo conforme a importância que se queria para a igreja. Contudo, o espaço interno do corpo das naves também se modificou com o maior afastamento das arcarias entre si, com tendência para o alargamento da nave central em detrimento das naves laterais. Verifica-se na Sé, Conceição e São João Baptista, em Angra, bem como nas igrejas das freguesias rurais do Cabo da Praia e de São Bartolomeu.

As capelas-mores, geralmente alteradas com o tempo, tendem a mostrar uma planta próxima do quadrado e meio de profundidade, que resulta em espaços profundos em cujas paredes laterais se rasgam, comummente, duas janelas junto do retábulo.

Variam na altura, devido ao aumento gradual das dimensões durante os séculos XVIII e XIX. As capelas-mores de algumas igrejas têm passagens directas para as capelas colaterais – Matriz de São Sebastião, Matriz da Praia, Sé de Angra e igreja de Santa Bárbara. A comunicação entre os espaços da cabeceira é relativamente comum nas igrejas açorianas, mas não só, de arquitectura tardo-gótica, das quais a Matriz de São Sebastião é dos exemplares mais antigos na ilha. Os três espaços da cabeceira comunicam por dois largos arcos de volta inteira, que, não sendo altos, rasgam as paredes ao ponto de quase anular a tripartição da cabeceira. Quase parece um tramo extra formado pelos espaços da capela-mor e das capelas colaterais.

A Matriz da Praia teve um edifício primitivo tardo-gótico, pelo que é possível que, nas campanhas de obras posteriores, tenha sido mantida e actualizada aquela característica da cabeceira. Havia razões funcionais que justificavam a sua conservação, porém, na Matriz da Praia não tem o impacto que tem na Matriz de São Sebastião. As alterações executadas foram muitas e a capela-mor actual é muito profunda, pelo que as passagens para as colaterais não passam disso mesmo. Pelas dimensões dos arcos, jamais aqueles espaços se poderiam tornar num tramo.

A Sé de Angra possui passagens entre o deambulatório da capela-mor e as colaterais, logo após a grande serliana do arco triunfal, no alinhamento das arcarias. São formadas por vãos rectos, lateralmente abertos em ambas as colaterais. Estas capelas são pouco profundas, localizando-se, por trás delas, as sacristias da igreja. As pilastras ao longo da parede curva do deambulatório criam uma superfície pautada por uma sucessão de elementos verticais que ritmam o espaço, gerando panos. Se existem panos com portas e janelas superiores, panos com nichos ou só de parede, então os vãos rectos que fazem a passagem para as colaterais são panos vazados, imiscuindo-se no deambulatório como paredes em falta. Ainda são herança da arquitectura gótica, assim como outros elementos e soluções presentes na Sé de Angra, que, para lá do deambulatório, apresenta arcobotantes sem qualquer funcionalidade, externamente sobrepostos às paredes laterais das capelas laterais. No entanto, todos revestem-se de uma linguagem plenamente clássica, seja no desenho, na estrutura ou na estética. O *templum* da capela-mor sugestiona um templo jónico grego, mais que romano. É precisamente a estética da capela-mor que revela o período cronológico e o contexto arquitectónico em que foi desenhada – terceiro quartel do século XVI –, com a utilização cuidada da ordem jónica clássica, com proporções claramente anticlássicas.

A igreja de Santa Bárbara, de origem tardo-gótica, foi alvo de várias reformas, chegando à actualidade sem vestígios do edifício primitivo. Porém, mantém uma cabeceira com comunicação directa, por portas, entre a capela-mor e as colaterais.

Outras igrejas não têm comunicação directa entre as três capelas da cabeceira, como nas de Nossa Senhora da Conceição e de São Bartolomeu. Outros templos não possuem capelas colaterais, mas altares pouco profundos. Por vezes, existem espaços colaterais ulteriores aos altares, frequentemente sacristias, como é o caso das igrejas de São João Baptista, Cabo da Praia e Lajes. Outras igrejas, como na das Quatro Ribeiras, não possuem espaços colaterais à capela-mor, mas um corpo adossado colateralmente, onde fica a sacristia.

As igrejas de três naves terceirenses tendem a apresentar uma torre adossada do lado do Evangelho, em cujo nível térreo se situa o baptistério, acedido pelo tramo de entrada. Como tal, é usual existir uma escada exterior de acesso ao campanário, por vezes espiralada, encostada à face posterior da torre, alinhada externamente com o segundo tramo da igreja. Houve torres que se adossavam às igrejas pelo lado da Epístola, como no desaparecido templo da Agualva e nas versões anteriores à década de 1840 da Matriz da Praia, hoje com duas torres.

Quando as igrejas têm duas torres inseridas na planta, no prolongamento das naves laterais, constituem um primeiro tramo que corresponde ao corpo da frontaria. Ali, os extremos são ocupados pelo baptistério e pelas escadas de acesso aos campanários, enquanto o espaço central pode ser ocupado por uma galilé, como na Sé de Angra, ou um vestíbulo, como em São João Baptista do Castelo. No caso das igrejas do Raminho e de São Bartolomeu, apesar de terem as torres inscritas em planta, não há qualquer tramo, já que o espaço das torres se fecha internamente através de paredes, com portas que acedem aqueles espaços. Por consequência, a igreja ficou com uma nave central mais comprida que as naves laterais, embora o espaço central da entrada, entre as torres, funcione mais como vestíbulo.

Pelo exterior, as igrejas de três naves com torre adossada ou com duas torres inseridas em planta aparentemente não variam nas frontarias, ainda que haja uma diferença substancial. A frontaria das igrejas de duas torres corresponde a um corpo adossado ao corpo das naves, com uma profundidade que se consubstancia no tramo da frontaria, distinto dos restantes tramos criados pelas arcarias das naves. A frontaria das igrejas com torre adossada comunicam directamente com o corpo das naves.

De novo no espaço interno, assinala-se uma evolução das capelas colaterais e laterais que induziu o seu desaparecimento. Foram sendo substituídas por altares formados por arcos cegos, colaterais à cabeceira e ao longo das naves laterais. Nalguns casos, os espaços das capelas colaterais foram convertidos em sacristias e outras dependências, o que resultou no fechamento do arco de entrada nas capelas com uma parede, encostado à qual se levantou um altar colateral. Posteriormente, as igrejas começaram a ser projectadas, de raiz, com espaços colaterais que não são capelas.

Aquela solução já existia na Sé de Angra, cuja planta original se cingia a um rectângulo, com uma extensão mais do dobro da largura, onde se inseriam a frontaria, o corpo das naves, a capela-mor, as colaterais e os espaços posteriores ocupados pelas sacristias. Já se encontravam altares laterais inscritos em arcos cegos, porém, à medida que foram erguidas as capelas laterais, nos dois tramos mais próximos da cabeceira, os seus corpos necessariamente tiveram de se desenvolver para fora do mencionado rectângulo. Sendo assim, antes da edificação da sacristia maior, no século XVIII, a Sé apresentava, em planta, uma silhueta cruciforme.

As arcarias já foram mencionadas quanto à largura das naves e ao número de tramos, que tem uma relação directa com o número de arcos das arcarias. Exceptuando a Matriz tardo-gótica de São Sebastião, todas as igrejas de três naves da ilha têm arcarias compostas por arcos de volta perfeita sustidos por pilares. Apesar da diversidade na largura dos vãos, a altura é a dimensão com mais impacto nas arcarias, já que influencia fortemente a espacialidade dos templos. Veja-se, agora, a evolução e variação das arcarias e como são fundamentais para a modelação do espaço interno.



Fig. 3.190 – Igreja do Porto Judeu (séc. XVIII): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.191 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja do Porto Judeu tem as arcarias assentes em pilares baixos e robustos. Os vãos dos arcos, que podem sugerir tramos largos, são mais consequência da menor altura dos pilares do que do alargamento dos vãos. Todo o espaço interno é marcado pela cobertura baixa, com pouca parede superior às arcarias. A nave central é coberta por uma falsa abóbada rebaixada e muito abatida. O corpo das naves é relativamente desafogado, mas os tectos baixos pressionam o espaço interno, dando a impressão que a igreja é mais comprida do que na realidade é.

A igreja de Santa Bárbara possui arcarias suportadas por pilares que não são tão baixos como na igreja do Porto Judeu, mas que estão longe de serem altos, com uma largura aproximada à altura dos pilares. Os tectos da igreja também não são altos, ainda que o espaço da nave central seja beneficiado pelo actual tecto de três esteiras.

As naves laterais são bastante mais baixas, contrabalançadas pela largura. Em planta, a igreja de Santa Bárbara não mostra um maior alargamento da nave central em prejuízo das laterais, sendo o corpo das naves amplo o suficiente para compensar a altura.



Fig. 3.192 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2014.



Fig. 3.193 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/1964-1971): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de São Bartolomeu inseria-se no mesmo grupo de igrejas com arcarias mais baixas, até à completa reconstrução operada na década de 1960. Partindo da ideia que os arcos presentes nos extremos das arcarias poderão ser originais da igreja anterior, retirados do seu lugar original, percebe-se a dimensão das obras a que o edifício foi sujeito – o grande afastamento das arcarias, a união de dois pares de vãos das arcarias, mais altos e com cerca do dobro da largura de vão. Apesar desta intervenção, as actuais arcarias, irregulares, confirmam um espaço mais unitário entre as naves. Porém, as paredes superiores às arcarias ajudam a encerrar o espaço superior das naves, originando um vazio de carácter esmagador devido ao muito espaço sobrepujante, sobretudo na nave central, ao se elevar a uma cota muito superior à das arcarias. Só o arco triunfal apresenta proporções equilibradas, comparativamente ao alçado em que se insere e à nave central.



Fig. 3.194 – Igreja das Quatro Ribeiras (1652): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.195 – Igreja das Lajes (1826): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja das Quatro Ribeiras é o mais pequeno templo de três naves da Terceira, cujo corpo das naves tem aproximadamente catorze metros de comprimento por nove de largura e com uma distância entre arcarias que não ultrapassa os quatro metros. Contudo, as proporções das arcarias aproximam-na dos templos de média e grande dimensão. Se se retirasse os bancos das naves, seria difícil perceber o quão pequena ela é. Também possui o único arco triunfal abatido da ilha.

A igreja das Lajes é do primeiro quartel do século XIX, ainda que pareça uma obra que podia ter sido erguida anteriormente. Apresenta uma nave central que não é muito larga, conferindo-lhe uma certa percepção da altura que se esbate na largura do corpo das naves, resultando num espaço bastante equilibrado.



Fig. 3.196 – Igreja do Cabo da Praia (post. 1724-1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.197 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade séc. XVI/1.ª metade séc. XIX): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja do Cabo da Praia é uma construção setecentista, bastante espaçosa e equilibrada nas proporções. As arcarias, para além de serem mais altas que nos exemplares anteriores, estão assentes em pilares robustos, com vãos mais largos. Como tal, o corpo das naves apresenta-se como um espaço mais unificado. O arco triunfal é pouco maior que as arcarias, enquanto a capela-mor tem alguma profundidade.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra possui dimensões maiores que as igrejas das Quatro Ribeiras e das Lajes. Para a escala da igreja, as arcarias não são altas, com os fustes dos pilares a arrancarem prismáticos, até meia altura, para depois se tornarem tronco-piramidais até aos capitéis, criando uma sugestão de *entasis*. A disparidade das alturas das arcarias e do arco triunfal denota reformas distintas, pelo que a elevação do tecto da nave central deve ser consequência da reedificação da capela-mor. O tecto de madeira plano, com caixotões, ergue-se alto sobre a nave central, conferindo-lhe uma espacialidade diferente dos tectos de três esteiras.

As igrejas do Cabo da Praia e da Conceição de Angra podem ser consideradas como grandes espaços de culto. Os vãos das respectivas arcarias não diferem muito

nas dimensões: no Cabo da Praia, os arcos são sustidos por pilares robustos, com alguma altura; na Conceição, são-no por pilares mais estreitos. A igreja da Conceição parece ser menor que a do Cabo da Praia, porém, ocorre precisamente o invés. A maior diferença na altura entre as arcarias e o tecto da nave central, aliada a um afastamento ligeiro entre as arcarias, foi a fórmula para aumentar a escala do corpo das naves.



Fig. 3.198 – Igreja do Raminho (1855-1861/1890): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.199 – Igreja de S. João Baptista, Angra do Heroísmo (1643-post. 1717): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015..

A igreja do Raminho é uma construção do terceiro quartel do século XIX, aumentada já na última década daquele século. De início, era uma igreja de nave única, tendo sido adicionadas as naves laterais e uma nova capela-mor. O espaço interno mostra um maior afastamento das arcarias, criando uma nave central como uma grande sala. As naves laterais não possuem capelas ou altares, apenas os colaterais, acabando por ter o papel de corredores laterais. O arco triunfal é pouco maior que as arcarias, erguendo-se tangente ao tecto plano de madeira da nave central. Os arcos das arcarias, apesar de menores, não ficam longe de atingir o nível do tecto. Não só o tecto não é alto, como a pintura escura da madeira usada na sua construção comprime o espaço interno – trata-se de uma nave central mais larga do que alta, caso único na Terceira.

A igreja de São João Baptista possui grandes dimensões, apesar de ter um corpo das naves curto, com três tramos, mais o da frontaria, resultando num espaço mais largo que extenso. As arcarias pousam em pilares portentosos, cuja espessura anula parcialmente a altura, marcando o espaço interno da igreja. Entre os arranques dos arcos estão pilastras finas que sobem até à primeira cornija. O arco triunfal é pouco maior que as arcarias, encostando-se superiormente à primeira cornija e enquadrado pelas finas pilastras que sobem desde os pilares. A capela-mor é de grandes dimensões, coberta por uma abóbada de berço revestida por uma malha de losangos em cantaria.

Tal como a Sé de Angra, a nave central de São João Baptista tem duas cornijas, cuja superior sustenta um tecto plano de madeira. No alçado da capela-mor abrem-se janelas termais entre duas cornijas – uma em São João Baptista, duas na Sé – confirmando como esta última continuou a inspirar e a fornecer soluções construtivas.



Fig. 3.200 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.201 – Igreja N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da Sé de Angra tem uma escala colossal, em que as três naves alcançam os quarenta e dois metros de extensão. A largura do corpo das naves ronda os vinte e três metros, no qual se destaca a nave central com doze metros mensurados entre os eixos dos pilares opostos. Com uma altura que ronda os dezasseis metros e meio, a nave central é um vasto espaço marcado pelas arcarias, cuja elevação se dilui tanto na sucessão dos arcos, ao longo de sete tramos, quanto pelo espaço superior às arcarias. A primeira cornija, bem balançada, corre logo acima dos arcos, sem os tangenciar. A segunda cornija, menos expressiva, sustenta o extenso tecto plano com caixotões. As grandes dimensões da igreja, bem como as proporções dos elementos que a compõem, tornaram o espaço interno da Sé de Angra num grande salão. O alargamento da nave central, fruto do distanciamento entre as arcarias, modera bastante a sua extensão. *In loco*, o comprimento que se observa em planta esmaece-se por influência da largura e da altura, que, em perspectiva, contrapesam a profundidade.

A igreja conventual de Nossa Senhora da Guia foi edificada no terceiro quartel de Seiscentos. É a única igreja em análise que possui um transepto inscrito, denunciado pela maior altura e largura dos arcos, bem como pelas abóbadas perpendiculares aos tectos das naves. O arco triunfal tem quase a mesma altura dos arcos do transepto, originando uma capela-mor alta e profunda. O corpo das naves é muito alto e as arcarias também o são. O menor afastamento das arcarias entre si contribui para a maior percepção da altura, bem como as pilastras finas que arrancam entre os arcos, prolongando os pilares até atingirem a grande cornija que corre nas faces internas da nave central e coro-alto. Daí arranca a cobertura da nave central, uma falsa abóbada de berço que prossegue para o coro-alto. As proporções da igreja, nomeadamente, a relação largura/altura, o menor afastamento das arcarias entre si e a longa e alta falsa abóbada geraram um espaço interno em que os elementos estruturais alcançam cotas elevadas, contribuindo para a percepção da escala colossal do templo franciscano.

Como constatado, as arcarias que definem as três naves do espaço interno são o fio condutor de todas as igrejas. Não obstante, as dimensões e o posicionamento dos arcos intervêm na definição do espaço, sendo responsáveis pela maior ou menor largura da nave central, pela maior ou menor altura do corpo das naves ou pela concepção de uma espacialidade mais ou menos verticalizada/horizontalizada. Para além da função estrutural de apoio à cobertura da igreja, as arcarias eram os elementos que permitiam uma maior flexibilidade na modelação do espaço interno dos templos, de acordo com as pretensões e os orçamentos de quem os mandava erigir.



Fig. 3.202 – Igreja do Porto Judeu (séc. XVIII): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.203 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra do Heroísmo (2.ª metade séc. XVI/1.ª metade séc. XIX): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.204 – Igreja do Cabo da Praia (post. 1724-1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 3.205 – Igreja das Lajes (1826): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.206 – Igreja de Santa Bárbara (1834/1844-1867): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.207 – Igreja das Quatro Ribeiras (1652): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Todas as igrejas atrás exibidas, excepto a igreja da Conceição de Angra, apresentam fachadas com proporções que tendem, umas mais que outras, a valorizar a horizontalidade da composição final. As três fachadas anteriores ao século XIX, designadamente as das igrejas do Porto Judeu, Conceição de Angra e Cabo da Praia, foram executadas respeitando a forma da empena, sem frontão definido por falta de base. As reformas oitocentistas das igrejas das Lajes, Santa Bárbara e Quatro Ribeiras produziram fachadas com frontão definido pela cornija rebaixada e curvada na secção central, no troço que corre entre o portal e o janelão superior, encostando-se-lhe. Embora a fachada do Cabo da Praia seja pautada por largas pilastras e nenhuma cornija, não é o suficiente para atenuar a grande largura. As restantes igrejas não possuem quaisquer elementos verticais ou horizontais na composição das fachadas.

Os portais principais consistem em portais/janela, geralmente acompanhados por janelas laterais, à excepção da igreja do Porto Judeu. Este exemplar, em conjunto com os das igrejas da Conceição de Angra e do Cabo da Praia, são obras do século XVIII. O portal é flanqueado por pilastras, com capitéis clássicos, e rematado por um entablamento, por vezes duplo. Pode ou não ter pináculos sobre os extremos, mas sobre ele assenta a janela superior. O portal da Conceição de Angra está apartado dos janelões superiores, em cujo espaço intermédio se encontram motivos decorativos – duas volutas e uma concha –, cuja composição se repete, numa escala menor, sobre as janelas superiores. Já os portais das fachadas das igrejas que foram construídas ou reconstruídas no século XIX encontram-se separados das janelas superiores, ainda que possam estar unidos por pináculos presentes sobre as ombreiras. É o caso das igrejas de Santa Bárbara e Quatro Ribeiras, enquanto que, nas Lajes, o portal e as janelas são autónomos, todos encimados por duas volutas e uma concha. A fachada da igreja das Lajes inspirou-se na Conceição de Angra, com um desenho similar, mas actualizado ao gosto do século XIX. Nas igrejas oitocentistas, a cornija rebaixada e curvada nos extremos delineia a base do frontão, apartando o portal da janela.

Também o formato das janelas e das portas com verga curva coincide com o mesmo tipo de vãos utilizados na arquitectura civil do século XIX. Neste aspecto, as fachadas das igrejas ganham uma aparência laicizada. Quanto ao posicionamento das janelas laterais na fachada principal, exceptuando as igrejas do Porto Judeu (não as tem) e da Conceição de Angra (que as tem pequenas, abertas para a nave central), todas as outras igrejas possuem janelas laterais ao portal principal, abertas no alinhamento das naves laterais. Podem variar no posicionamento e nas dimensões, mas quase sempre são um indicador da largura das naves, sabendo que usualmente lhes são axiais. As igrejas do Cabo da Praia, Lajes e Santa Bárbara possuem as fachadas com o maior afastamento entre as janelas laterais e o portal principal, por oposição às

igrejas da Conceição de Angra e das Quatro Ribeiras. No caso da igreja das Lajes, o afastamento é potenciado pelo posicionamento das janelas laterais, muito mais próximas dos extremos da fachada que do portal, sendo-lhe sobreelevadas.

A adição de torres robustas de baixa altura, mas com faces largas, contribuiu para acentuar a horizontalidade das fachadas das igrejas referidas. Encostadas às igrejas pelo lado do Evangelho, são constituídas por dois níveis: o corpo inferior, que prolonga lateralmente a fachada, e o campanário. O corpo inferior pode ter várias alturas, sempre dependentes da cota dos extremos da fachada, acima dos quais se erguem os campanários. A relação das alturas entre os corpos inferiores das torres e os campanários mostra, de facto, tratar-se de uma tradição de erecção de torres baixas nas paroquiais rurais. Às igrejas do Porto Judeu, Lajes, Santa Bárbara e Quatro Ribeiras adossam-se torres com corpos inferiores de uma altura quase igual à dos campanários, mas sempre maiores. Já a igreja urbana da Conceição de Angra tem uma torre cuja altura do corpo inferior é superior à do campanário em mais de duas vezes. O coroamento das torres é feito por coruchéus piramidais de secção octogonal, azulejados na Conceição e nas Lajes, uma clara influência da Sé de Angra. A torre do Porto Judeu é coroada por uma cúpula oitavada, decerto influenciada pela edificação da igreja de São João Baptista do Castelo, a partir da década de 1640.

As igrejas de três naves compostas por duas torres apresentam-nas como parte integrante da estrutura e do desenho da fachada. Em planta, as torres foram construídas combinando o tramo da frontaria, encostado ao corpo das naves, e as naves laterais. Na intersecção daqueles espaços desenvolvem-se verticalmente as torres. No nível térreo são quase sempre ocupados, no lado do Evangelho, pelo baptistério e, no da Epístola, pela escada de acesso ao coro-alto e aos campanários.



Fig. 3.208 – Sé de Angra do Heroísmo (1570-1618): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 3.209 – Igreja de S. João Baptista (1643-post. 1717): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 3.210 – Igreja do Raminho (1855-1851/1890): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.211 – Igreja de São Bartolomeu (1846-1887/ 1964-1971): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Estas fachadas são denunciadoras da configuração estrutural das igrejas, particularmente, na largura das naves e no nivelamento interno. Se as naves laterais se desenvolvem no espaço delimitado pelas pilastras, a nave central corresponde ao pano entre as torres. Também existem várias cornijas que acusam o nivelamento quer do corpo das naves quer das torres.

A solução das duas torres integradas na fachada e em planta teve o seu surgimento, nos Açores, com a edificação da Sé de Angra (1570-1618). Foi a primeira igreja do arquipélago a apresentar uma fachada autónoma, torres com quatro níveis rasgados por quinze ventanas, em cada uma, e com coruchéus piramidais oitavados. A fachada da Sé não possuía o frontão do relógio, ali colocado em 1782, pelo que mostrava, originalmente, um remate recto sobre o pano central, deixando ver, em segundo plano, a empena do corpo das naves. O frontispício resulta de um exercício geométrico de composição inserido no grande quadrado definidor do desenho (excluindo os coruchéus), com cerca de vinte cinco metros de lado. Quer a imagem, quer a estrutura interna da Sé estão presentes nas igrejas de três naves com duas torres da Terceira, o que não invalida alterações, a nível funcional, de alguns espaços internos.

A igreja de São João Baptista do Castelo inspirou-se na Sé, mais no espaço interno do que na fachada. Todos os elementos constitutivos das fachadas com duas torres atrás mencionados encontram-se em São João Baptista, cujas principais diferenças residem no aparato estrutural e ornamental do pano central e no coroamento das torres com cúpulas oitavadas, em vez dos coruchéus piramidais que rematam as outras igrejas de três naves com duas torres.

As igrejas do Raminho e de São Bartolomeu são o resultado de obras realizadas na segunda metade do século XIX e no terceiro quartel do século XX, respectivamente. Ambas as frontarias incorporam as torres na fachada, coroadas por coruchéus piramidais oitavados, imagens que denunciam uma filiação à Sé de Angra. No caso de São Bartolomeu, a marcação de todos os níveis do espaço interno e das torres é feita, no exterior, por finas cornijas. Os panos centrais da fachada são os que mais se evidenciam, com um maior número de janelas, vãos rectangulares no Raminho, com verga curva em São Bartolomeu. O que as destaca é de ordem compositiva. Em São Bartolomeu, o pano central da fachada organiza-se em três níveis marcados por finas cornijas que se prolongam para as torres. No Raminho, o pano central é ele próprio dividido em três sub-panos, através de duas pilastras que ladeiam o portal e que prosseguem no frontão. Essas pilastras interrompem a cornija da base do frontão, que se prolonga nas torres, separando os níveis inferiores dos campanários. Ambos os frontões têm recortes quebrados e contracurvados, embora sejam bem distintos entre si. Na igreja do Raminho, a base do frontão é ladeado por volutas. A presença de pináculos nas suas quebras assinala o fim das pilastras centrais. A opção das duas volutas poderá vir do frontão da Sé de Angra, erguido em 1782. Para além destas igrejas, as de São João Baptista e de Nossa Senhora da Guia também têm volutas nos frontões, ainda que díspares no tratamento.



Fig. 3.212 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo (1666-1672), Angra: fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 3.213 – Matriz da Praia da Vitória (1517/1577/1628-1694/1812/1842): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de Nossa Senhora da Guia, em Angra, e a Matriz da Praia da Vitória são excepções à categorização entre igrejas com uma ou duas torres. A primeira igreja, parte integrante do Convento de São Francisco, possui uma torre reduzida na largura e na altura, entalada entre o corpo das naves e a portaria do convento, tornando-a supérflua para a leitura da fachada. A frontaria constitui-se como um tramo extra ao corpo das naves, com galilé no nível térreo e coro-alto nos superiores, o que a aparta de todas as outras igrejas terceirenses de três naves e uma torre, mas aproxima-a da

Sé de Angra ou até mesmo de São João Baptista, ambas com duas torres. No entanto, a fachada da igreja de Nossa Senhora da Guia destaca-se de todas as outras igrejas da ilha Terceira pelo desenho bem vincado de pilastras e cornijas, criando uma malha ortogonal que enquadra as muitas janelas ali abertas.

A fachada da Matriz da Praia conserva o primitivo portal tardo-gótico, tendo sido refeita várias vezes na sequência de terramotos. As seis janelas rasgadas no primeiro e segundo níveis foram-no com total liberdade, visto que a igreja não tem coro-alto e o pano central da fachada não possui cornijas ou pilastras que pudessem condicioná-las. As janelas dos extremos foram abertas no alinhamento das naves laterais, enquanto as duas centrais, sobrelevadas, iluminam a nave central. A necessidade de rasgar várias janelas na fachada ajudou a preencher um frontispício tão extenso. Mesmo assim, a indefinição do frontão e a presença das torres dão a impressão de que os vãos estão concentrados em torno do portal, sobejando muito frontispício. Quer a forma e o tratamento das janelas – com verga curva e encimadas pelo mesmo motivo decorativo, duas volutas que centram uma concha –, quer a forma do remate da fachada – uma cornija quebrada e contracurvada – remetem para o período da sua construção, a primeira metade do século XIX, com paralelo imediato na igreja das Lajes e inspiração na Conceição de Angra.

A Matriz da Praia possui, hoje, duas torres, uma solução que data da reconstrução do grande sismo de 1841. Exceptuando o portal (e talvez a rosácea), toda a fachada é uma construção de meados do século XIX, cuja adição das torres e a inexistência de coruchéus que as rematem tornam-na num alçado horizontalizado. Porém, antes de 1841, a igreja sempre possuíra uma só torre, a do lado da Epístola, que foi reconstruída várias vezes ao longo dos séculos e que, na versão precedente, possuía quase quarenta metros de altura. A presença das duas torres não implicou a criação de um tramo da frontaria, já que as torres estão adossadas lateralmente ao corpo das naves. Todas as outras igrejas de três naves terceirenses com duas torres na fachada têm-nas inseridas em planta. Além do mais, pela planta da Matriz da Praia verificamos que a torre do lado do Evangelho, que tem menor profundidade que a outra, foi adicionada à igreja após 1841, tendo ficado arruinada no sismo de 1980.

4. As igrejas de três naves na ilha Graciosa



Fig. 4.1 – "Insula Graçiosa.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A ilha Graciosa, que está sete léguas da de São Jorge, chamada assi, por ser mais bem assombrada que as ilhas Terceira, São Jorge, Faial e Pico, que foram primeiro achadas, é quase de figura ovada e tem de comprido légua e meia e quase uma de largo*[1].

A Graciosa é a ilha mais a norte do grupo central dos Açores. É também a mais pequena do grupo e a segunda menor do arquipélago. A sua descoberta deu-se logo após a da Terceira, a ilha com a qual a Graciosa sempre manteve uma maior ligação desde os tempos do povoamento, na segunda metade do século XV.

Por incrível que possa parecer, a ilha Graciosa foi, no início do seu povoamento, dividida em duas capitanias, Santa Cruz e Praia, antes mesmo de qualquer das povoações receber foral de vila. Se tivermos em conta que a ilha de São Miguel tem uma área doze vezes superior à da Graciosa e que desde que se separou da capitania de Santa Maria constituiu uma única capitania, então a partição daquela pequena ilha em duas capitanias é, no mínimo, inaudita: "(…) porem jamais se realisaram as duas divisões, nem os dois donatários se encontraram na ilha"[2].

As capitanias foram entregues pelo donatário, o Infante D. Henrique, a Pedro Correia da Cunha e a Duarte Barreto. Pedro Correia da Cunha era regente do seu sobrinho na capitania da ilha do Porto Santo, tendo demorado uns anos até chegar à Graciosa. Duarte Barreto foi o primeiro a ocupar o seu território, estabelecendo-se na Praia. Porém, poucos anos passados, morreu assassinado sem deixar descendência. Após ter conhecimento do sucedido, Pedro Correia da Cunha dirigiu-se ao Reino e pediu ao donatário que lhe entregasse a capitania vaga, que pertencera a Duarte Barreto,

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra,* Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 123.
[2] Antonio Borges do Canto Moniz, *Ilha Graciosa – Descripção Historica e Topographica*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1981, p. 17 (1.ª ed. Angra do Heroismo, Imprensa da Junta Geral, 1883).

porque a ilha era muito pequena para albergar duas capitanias. O pedido foi aceite, pelo que passou a existir apenas uma capitania na Graciosa, coincidente com a ilha. Só então, em 1485, Pedro Correia da Cunha decidiu embarcar com a família e restante comitiva para tomar posse da Graciosa, onde fundou a povoação de Santa Cruz que logo se tornou na cabeça da ilha[3]. Isto não significa que o território onde assentou Santa Cruz ainda estivesse despovoado, pelo contrário, alguns dos primeiros povoadores já se tinham estabelecido naquela parte da ilha.

Apesar de parte da tradição escrita afirmar que foi D. Manuel I quem deu carta de foral a Santa Cruz, no ano 1500 (segundo um manuscrito antigo do registo da câmara que, no século XIX, já tinha desaparecido)[4], há dois cronistas que declaram algo diferente: Frei Diogo das Chagas afirma que "A Villa de Santa Cruz he a Cabeça, e primeira da Ilha Graciosa, que deuia ser feita logo no principio, porque como tem milhores, e maiores lauranças (…), foi esta sempre em mais crescimento"[5]; já Frei Agostinho de Monte Alverne é mais preciso, pois diz que "Havendo duas vilas nesta ilha, esta de Santa Cruz foi a primeira que fez El-Rei Dom João segundo, no ano de 1486"[6]. Estas duas referências seguem o mesmo raciocínio, isto é, de Santa Cruz ter sido fundada como vila logo no primeiro ano de estadia do capitão Pedro Correia da Cunha, uma vez que coube aos capitães do donatário criar as vilas e concelhos até o começo do reinado de D. Manuel I, em 1495. Porém, Monte Alverne afirma especificamente que foi D. João II que criou a Vila de Santa Cruz, em 1486. Se assim for, tratar-se-á da única vila de iniciativa régia nos Açores de fundação anterior a 1495. Porém, não há registos que o comprovem, pelo que Monte Alverne poderá ter compilado as informações existentes, colmatando as suas falhas, sem que se saiba das suas fontes. Seja como for, Santa Cruz foi vila cedo, algures entre 1486 e 1500.

A data 1500 está relacionada com uma carta de D. Manuel I, dada naquele ano, que ordenava a construção de uma casa para a câmara e de um tanque para a vila. Como tal, conclui-se que Santa Cruz já seria vila. Essa carta de D. Manuel I (o documento atrás referido como desaparecido), sobre a qual não há conhecimento se se trataria ou não de uma carta de foral, podia ser uma carta de confirmação de um concelho previamente criado, como aconteceu com a vila de Ponta Delgada, em São Miguel, na primeira década de Quinhentos.

[3] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 17-18.
[4] Cf. Félix José da Costa, *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845), Santa Cruz da Graciosa, Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal, 2007, p. 61.
[5] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 463.
[6] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1962, p. 237.

A Vila de São Mateus da Praia foi criada a 1 de Abril de 1546, por carta de foral mandada por D. João III, sendo a penúltima vila açoriana criada no século XVI. A Vila da Praia tem o principal porto da Graciosa, pelo que era sobretudo por ali que se embarcava e desembarcava, pessoas e todo o tipo de bens. No entanto, sempre foi uma vila acanhada, com poucas ruas e travessas, cuja artéria mais movimentada é a estrada que entra no espaço urbano, acompanhando a muralha que a separa da praia, de um lado, enquanto do outro fica uma frente contínua de fachadas. Essa estrada, agora rua, passa ao lado do centro urbano e prolonga-se até ao porto.

O mapa administrativo da Graciosa ficou definido, desde 1546 até 1867, por dois concelhos, cada um com duas freguesias: Santa Cruz e Guadalupe, localizados na parte norte da ilha; São Mateus da Praia e Luz, situados na parte sul. Com a extinção do concelho da Praia, em 1867, a ilha passou a ter um só concelho, o da vila de Santa Cruz, com as quatro freguesias existentes.



Fig. 4.2 – Mapa administrativo da ilha Graciosa.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Graciosa **4** (2)	Santa Cruz da Graciosa **4** (2)	St.ª Cruz da Graciosa	*Matriz Santa Cruz*	P	c. 1500-1523/1750
			São Francisco	C	1700-1708
		Guadalupe	*N.ª S.ª Guadalupe*	P	1713-1756
		Praia	*São Mateus*	P	2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895
		Luz	*N.ª S.ª Luz*	P	1738-1745-1793
TOTAL: **6 igrejas de três naves identificadas na ilha Graciosa**					

Fig. 4.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha Graciosa. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: P-paroquial; C-conventual; c.-cerca de; séc.-século.

– *Matriz de Santa Cruz*, Santa Cruz da Graciosa



Fig. 4.4 – Matriz de Santa Cruz, Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *está situada em um campo muito chão a vila principal de Santa Cruz, de cuja advocação é a igreja de três naves, postas sobre colunas e seis arcos, com três capelas de cada banda* (…)[7].

Foi na transição entre os século XV e XVI que se decidiu levantar uma igreja maior, condigna da sua condição de Matriz. Aquando da fundação da povoação, o capitão do donatário ergueu uma ermida à Santa Cruz, próxima do lugar onde tinha estabelecido a sua residência, um procedimento que também ocorreu nas outras capitanias dos Açores. Aquela ermida é a igreja referida no testamento do infante D. Henrique, de 1460, cuja erecção só ocorreu com a chegada de Pedro Correia da Cunha. Admitindo que a povoação foi fundada em 1485, aquela ermida teria, no máximo, quinze anos quando foi decidido substituí-la por uma nova igreja.

> *A igreja Matriz de Santa Cruz, seu orago, em dia de cuja invocação se julga ter sido descoberta a ilha, é um templo grande, que não serve de pequeno ornamento á villa. No interior é algum tanto defeituoso pelas muitas capellas, que sem ordem e symetria, mas que estão decentemente ornadas.*
> *Data a sua creação do anno de 1500* […].*Tem uma bôa capella mór, outras capellas lateraes, um côro grande, um orção, assim como um relogio, que serve á villa*[8]*.*

Independentemente da datação que os vários autores atribuem à igreja de Santa Cruz, seja anterior ou posterior a 1500, todos são consensuais quanto à fundação da Matriz coincidir com a criação da vila. Todavia, convém esclarecer que a Matriz de Santa Cruz não pode ter sido construída em 1486 e muito dificilmente será do século XV.

[7] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra,* Livro VI, *Op. cit.*, p. 126.
[8] Idem, *Ibidem*, pp. 68-69.

O primeiro documento que se refere explicitamente à igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa é o testamento de Mor Gonçalves Pereira, de 1510, que "Manda que se a Deus levar desta doença que seu corpo seja enterrado na Igreja de Santa Cruz da dita Vila ante o altar do Espírito Santo"[9], altar do qual seria patrona, mas que ainda não se encontrava construído[10]. Depreende-se, então, que a igreja de Santa Cruz ou já estaria pronta ou, pelo menos, possuiria as condições necessárias para funcionar no ano de 1510. É provável que a Matriz tenha ficado pronta em 1523, segundo data gravada na base de uma coluna das arcarias (a segunda a partir da entrada, no lado do Evangelho). Como tal, é um testemunho da igreja que foi reformada na primeira metade de Seiscentos. Mais tarde, o templo foi alvo de uma grande campanha-de-obras de reconstrução, começada ainda no século XVII, que se prolongou durante toda a primeira metade do século XVIII, terminando em 1750, segundo a data inscrita na fachada.

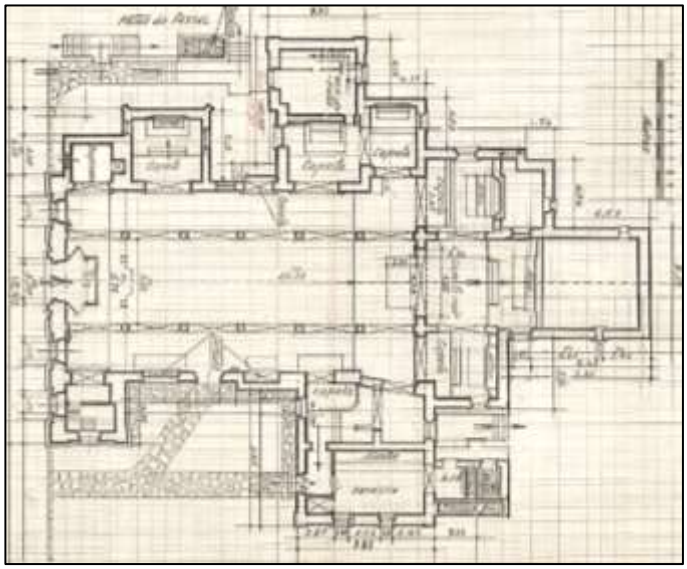


Fig. 4.5 – Igreja de Santa Cruz, Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): planta.
Fonte: Direcção Regional da Cultura – Governo dos Açores.

A Matriz de Santa Cruz da Graciosa é um edifício autónomo, inserido num quarteirão próprio. Trata-se de uma igreja de três naves, seis tramos, sem transepto e com clerestório, apesar deste já não estar funcional, pois encontra-se totalmente abaixo da actual cobertura, inserido no espaço interno. As arcarias não são altas, com arcos de volta completa apoiados em colunas, cujos capitéis não são nem vegetalistas nem figurativos, mas «almofadados», uma solução que se insere na arquitectura manuelina. Os tectos das naves são de madeira com três esteiras.

[9] "Testamento de Mor Gonçalves Pereira", cit. P.e Vital Cordeiro Dias Pereira, S. J., *Igrejas e Ermidas da Graciosa*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1986, p. 42.
[10] A capela do Espírito Santo veio a ser construída muito depois da data daquele testamento, posteriormente a 1589 (cf. P.e Vital Cordeiro Dias Pereira, S. J. *Op. cit.*, p. 43).



Fig. 4.6 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.7 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do corpo das naves, captada no baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A cabeceira da igreja é composta pela capela-mor e pelas capelas colaterais, cujos arcos de entrada são de volta completa. O arco triunfal ergue-se mais alto que os arcos das arcarias. A capela-mor, com cobertura de madeira, possui dois arcos laterais que comunicam directamente para as capelas colaterais. Esses arcos têm uma ténue quebra, o suficiente para não serem de volta perfeita.



Fig. 4.8 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.9 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da igreja a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.10 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da cabeceira e tramo adjacente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.11 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da capela-mor para a segunda capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.12 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da capela-mor para a segunda capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A partir daqueles arcos laterais da capela-mor obtém-se duas perspectivas que alcançam as segundas capelas das naves laterais, a contar da cabeceira, numa sucessão de arcos de diferentes dimensões, colocados perpendicularmente entre si. Quer as capelas laterais que ficam nos dois tramos mais próximos da cabeceira, quer as capelas da cabeceira são abertas entre si, apesar de a cabeceira e o corpo das naves continuarem apartados. As perspectivas conseguidas a partir da capela-mor mostram um espaço transmeável, permitindo uma comunicação visual e física entre as capelas.

Esta solução arquitectónica também está presente nas Matrizes da Vila de São Sebastião e de Ponta Delgada, ainda que, nesta última, os arcos se encontrarem actualmente tapados.



Fig. 4.13 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.14 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.15 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.





Fig. 4.17 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do espaço interno das capelas do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 4.16 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva da segunda capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As capelas colaterais são cobertas por abóbadas de berço com caixotões, tal como a primeira capela lateral do lado da Epístola, no tramo imediato à cabeceira, embora tenha dimensões mais pequenas. Todas as restantes cinco capelas têm cobertura de madeira em falsa abóbada. Para além das três capelas da cabeceira, a Matriz de Santa Cruz possui, no lado da Epístola, duas capelas laterais e dois altares, enquanto que, no lado de Evangelho, existem três capelas, um altar e o baptistério. As capelas laterais de ambas as naves abrem-se por arcos de volta inteira, largos para a sua altura, naquilo que aparenta ser fábrica da primeira metade do século XVI. O baptistério é o único espaço que não parece ter sido intervencionado desde o primeiro quartel do século XVI. Rasga-se no topo norte do tramo de entrada na igreja, através de um arco quase de volta inteira, pois mostra uma levíssima quebra. É o único espaço coberto por uma abóbada de nervuras tardo-gótica. A pia baptismal também é quinhentista, assim como o óculo em pedra rendilhada que dá para o adro da igreja.





Fig. 4.19 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): Abóbada nervurada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 4.18 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz de Santa Cruz da Graciosa começou a ser reformada nos últimos anos do século XVII, uma campanha-de-obras que só se concluiu em 1750. São desta empreitada as abóbadas de berço, com caixotões, que cobrem as três capelas já mencionadas. Também poderá ser desse tempo a conversão das três coberturas autónomas primitivas das naves numa única cobertura, em duas águas. Como tal, só podemos especular sobre se as «deficiências» e «imperfeições» apontadas pelos autores vêm do edifício primitivo ou se resultam da má articulação da cabeceira com a

renovação das capelas laterais e colaterais, executada no século XVIII. Ainda assim, a grande intervenção no edifício teve por objectivo primordial a fachada e a torre. Sabe-se que houve uma torre anterior à actual, no mesmo local, possivelmente erguida junto com a igreja primitiva, no início do século XVI, mas mais nada de concreto. Quanto à fachada original, não restam vestígios. Deveria apresentar uma fachada cujo recorte do clerestório seria visível, com um portal central encimado por uma rosácea.



Fig. 4.20 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada actual da Matriz de Santa Cruz da Graciosa é fortemente marcada pelas suas cantarias. É composta por três panos, com o pano central mais largo, em que o portal e o duplo janelão que o encima perfazem um pano ressaltado, delimitado por três níveis de pilastras duplas: as que ladeiam o portal, as que seguem como pilastras duplas, mais estreitas, até à grande cornija interrompida pelo duplo janelão e as que segmentam o tímpano do frontão triangular. Os lados do frontão são corridos por expressivas cornijas, interrompidas na secção central pelo par de pilastras duplas; na parte central do frontão, a cornija é mais simples e fina. O portal tem uma composição barroca, aliás, como toda a fachada, mas é ali que se condensa a atenção e o lavor decorativo. Constitui-se por uma porta com lintel recto, flanqueada pelas pilastras duplas com embasamento e capitéis coríntios. Entre os capitéis, sobre o lintel, está um friso decorado com motivos fitomórficos, sobre o qual se desenvolve um entablamento complexo e se rasga o duplo janelão.



Fig. 4.21 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.22 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Este duplo janelão consiste no alinhamento vertical de duas janelas: uma maior sobrepujada por outra menor. As cantarias dos vãos são ladeadas por pilastras que se prolongam pelo tímpano. O conjunto é rematado, já no tímpano, por uma cornija bem marcada na qual assenta um pináculo «apilastrado» que, ao centro, possui inscrita a inscrição «1750», data do término das obras da nova fachada. O frontão triangular mostra-se interrompido na base, cortado no vértice e com pináculos colocados nos extremos.

Entre as pilastras do pano do portal e as pilastras que definem o pano central abrem-se duas janelas pequenas, emolduradas, que se situam ao nível da base do duplo janelão. Os panos laterais da fachada têm dois pisos denunciados pelas duas janelas alinhadas verticalmente. As janelas são todas rematadas por entablamentos simples: as do nível térreo encostam-se ao soco; as do nível superior possuem avental recto, com «almofadas».

O remate lateral da fachada, ao lado do baptistério, é estranho – por um lado, não aparenta estar inacabado, por outro, parece mal rematado. Pode ser conferido pelo término do frontão antes de finda a cimalha, bem como pela pilastra do extremo da fachada, que tem a mesma largura da pilastra do outro extremo, só que, aqui, coincide com o cunhal da torre. A fachada original deve ter sido demolida para dar lugar à actual ou, então, a fachada nova pode ter sido «colada» à original.



Fig. 4.23 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.24 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre foi construída entre 1732 e 1743, consoante a inscrição gravada na almofada do avental da janela da torre que se abre para o adro. É composta por dois níveis, cujo inferior mostra robustez, terminando acima dos extremos do corpo da igreja. Este volume é tronco-piramidal, com embasamento e expressivos cunhais. Nas faces principal e sul abrem-se janelas de avental com almofada, semelhantes às presentes nos panos laterais da fachada ao nível do nível superior; na face principal, existe um relógio sobre a janela. Este nível inferior da torre é rematado por uma cornija bem balançada, a partir da qual se desenvolve o campanário. Com uma sineira por face (excepto a norte, com duas), o campanário continua as mesmas largas pilastras, apresentando as faces quase integralmente em cantaria. A torre é rematada por quatro pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais, com platibandas entre eles, e é coroada por um coruchéu piramidal de secção octogonal.

– *Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe*, Guadalupe



Fig. 4.25 – Igreja de N.ª S.ª Guadalupe, Guadalupe (1713-1756): perspectiva da frontaria e alçado lateral poente.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.26 – Igreja de N.ª S.ª Guadalupe, Guadalupe (1713-1756): perspectiva interna.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

"A freguesia de *N. S. de Guadalupe* é uma grande povoação, e está situada junto da vistosa planicie das Courellas, ao sudoeste de Santa Cruz, na distância pouco mais de meia legoa"[11]. Apesar dos autores do século XIX terem avançado a data 1644 para a criação da freguesia, investigações mais recentes, ajudadas pelos *Livros do Tombo de Guadalupe*, revelaram que a data da sua criação é 1602[12], tornando-se na segunda freguesia do concelho de Santa Cruz. Das quatro freguesias da ilha, Guadalupe é a única que não se situa na orla marítima, mas no interior da parte norte da Graciosa, em terrenos chãos férteis em trigo, vinhas, produtos hortícolas e frutos dos seus pomares. Como toda a ilha, Guadalupe é parca em água, sem ribeiras perenes ou sazonais, pelo que desde cedo foi a água das chuvas essencial à efectivação do povoamento na ilha, captada em tanques e reservada em cisternas para o abastecimento da população. Como tal, o sucesso das culturas dependia da chuva que caía na Graciosa, que sempre foi a ilha mais seca do arquipélago, com um relevo pouco acidentado, cujo ponto mais elevado não chega aos 500 metros.

A crónica mais antiga consultada, as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, apresenta-se truncada de duas páginas no Livro VI, logo no início do capítulo 44.º – «Da descrição da ilha Graciosa pelo meio da terra e de algumas coisas que há nela». A narrativa recomeça já no decorrer do 46.º capítulo, referente à ilha das Flores[13]. O 43.º capítulo trata da descrição da Graciosa pela orla litoral, referindo-se às vilas de Santa Cruz e da Praia e omitindo por completo a Luz, que ainda não era freguesia. Guadalupe

[11] Felix José da Costa, *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, Santa Cruz da Graciosa, Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2007, p.65. Edição fac-similada de Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845.
[12] Cf. Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira, *Igrejas e Ermidas da Graciosa*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986, pp. 359-376.
[13] Quer o manuscrito original, que se encontra na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, quer as duas cópias feitas na transição dos séculos XVI-XVII, que pertencem respectivamente à Biblioteca Nacional de Portugal e à Casa Cadaval, encontram-se igualmente truncadas entre o 44.º e o 46.º capítulos.

também não o era nesses tempos, embora a primitiva ermida de Nossa Senhora de Guadalupe tenha sido fundada no último quartel do século XVI, contemporânea do período em que as *Saudades da Terra* foram escritas. Se Guadalupe foi referida por Gaspar Frutuoso, não se sabe, mas é possível que ainda não existisse. A ter existido, encontrar-se-ia no desaparecido *capítulo 44.º*.

> *Sabemos, de facto, que, por via de regra, o templo precede a freguesia, pelo menos uma ermida onde o culto se exerça, pois a multidão de fiéis e a distância sempre se encontram entre as razões para a criação das divisões eclesiásticas. Em Guadalupe deveria já haver um templo, pois assim o afirmam os historiadores, a saber: que N.ª S.ª de Guadalupe, titular da ermida ali mandada construir por um dos primeiros povoadores do local: Domingos da Covilhã, na 2.ª metade do século XVI foi o centro à volta do qual a povoação se desenvolveu*[14].

A ermida de Nossa Senhora de Guadalupe passou a ser a paroquial da nova freguesia a partir de 1602, papel que desempenhou até à construção da actual igreja, durante a primeira metade do século XVIII. É de ressalvar que a nova igreja setecentista não foi erecta sobre a primitiva ermida, mas afastada desta, no cruzamento de dois caminhos, um dos quais em direcção a Santa Cruz, numa zona ao tempo já com algumas casas. A ermida primitiva, que durante mais de cem anos tinha sido cabeça paroquial, foi deixada ao abandono e é, hoje, uma ruína.

A actual igreja de Nossa Senhora de Guadalupe foi edificada entre 1713 e 1756, conforme a datação localizada sobre o portal da fachada. Veio substituir a velha ermida quinhentista que já não comportava a crescente população da freguesia nem apresentava condições para continuar a desempenhar as funções de paroquial. Leia-se, agora, o que ficou escrito nos *Livros do Tombo de Guadalupe* quanto às obras da nova igreja.

> *NOTA 1.ª – «Em 15 de Maio de 1713, em segunda-feira da dominga quinta post Pascha (sic) se começaram a abrir as valas para o licerce (sic) da Capela e Sacristia da nova igreja.*
> *2.ª – «Em vinte e dois do dito mês e ano, em segunda-feira da dominga post Pascha se lançou a pedra fundamental com as cerimónias do Ritual Romano* (…). *Lançou-se esta pedra no canto do lado direito da Capela-Mor* (…).
> *«Principiou esta obra André Correia de Barbosa, oficial mestre de pedreiro, natural desta ilha* [Graciosa]*, e assistente em a cidade de Angra.*
> *3.ª – «Em primeiro de Setembro de 1714 se começaram as obras de erecção do corpo da Igreja.*
> *4.ª – «Em 5 de Agosto, dia em que se faz a festa de N.ª S.ª de Guadalupe, do ano de 1756 – Se disse a primeira missa na sobredita Igreja*[15].

[14] Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira, *Op. cit.,* p. 362.
[15] *Livros do Tombo de Guadalupe – livro das pastorais,* fls. 4, cit. por Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira, *Op. cit.,* p. 366.

Por estas notas sabe-se as datas exactas de quando se abriram as valas para os alicerces, de quando se lançou a primeira pedra e de quando começou a construção do corpo da igreja, tudo isto nos anos de 1713 e 1714. Não deixa de ser estranho que a igreja só tenha ficado pronta em 1756, quatro décadas depois de iniciadas as obras. Contudo, há uma justificação que fez atrasar a execução da obra, a crise sísmica de 1717, que atingiu mais fortemente a parte norte da ilha. Pelo livro das pastorais supracitado percebe-se que os tremores de terra causaram grande destruição, trazendo a miséria a muitos habitantes de Guadalupe. Como tal, não foi possível aos fregueses continuarem a contribuir para as obras da igreja, ainda mais quando os mestres pedreiros estavam ocupados nas obras particulares das casas afectadas pelos sismos[16].

Uma outra fonte refere, resumidamente, as informações constantes nos *Livros do Tombo de Guadalupe*, aditando a data em que recomeçaram as obras da igreja.

> *Autorizada a obra em 1713 os caboucos começaram a abrir-se no dia 15 de Maio desse ano e a primeira pedra foi colocada e benzida no dia 22. No dia 1 de Setembro de 1754 começaram as obras do corpo da igreja. No dia 1 de Agosto de 1756, a igreja benzeu-se solenemente, e no dia 5 transladaram-se o Santíssimo Sacramento e as várias imagens da Igreja velha[17].*

Após os terramotos de 1717, as obras da igreja estiveram paradas, faltando concluir o corpo das naves, erguer o frontispício e a torre. Em 1754, o estaleiro de obras foi reactivado até à conclusão da igreja, em 1756. Apesar dos quarenta e três anos decorridos desde a colocação da primeira pedra até à sua conclusão, a igreja de Guadalupe foi construída, efectivamente, em seis anos.

A *Relação de 1738* dá algumas informações sobre a igreja no período em que as obras estiveram paradas, ou seja, do que estava feito e do que faltava fazer: "Está-se fazendo nova igreja de naves que tem a capela feita de pedreiro e a sacristia acabada e o corpo da igreja quase meio feito com duas torres que será grande templo acabando-se"[18]. Quando se refere à capela [mor] feita de pedreiro, tratar-se-á de uma abóbada? A sua aparência, como se verá, com uma cobertura de estuque pintado e um abatimento no cimo sugere uma falsa abóbada de madeira, ainda que se possa tratar de uma abóbada que tenha sido ocultada. Para além da capela-mor, a sacristia também já estava pronta, bem como parte do corpo da igreja. A notícia de que estaria prevista a erecção de duas torres, e não de uma só, vem justificar a organização interna do tramo da frontaria. Se tivesse as duas torres seria a única igreja da ilha com essa solução.

---

[16] Cf. Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira, *Op.cit.*, fls. 5, p. 366.
[17] Ivo Medina, «História das Igrejas e ermidas dos Açores», in *Jornal Açores – Grande Concurso Popular do Jornal Açores*, Ponta Delgada, Abril 1955-Outubro 1956, cit. por Pe. Vidal Dias Pereira, *Op. cit.*, p. 374.
[18] *Relação da Ilha Graciosa*, 1738, in Artur Teodoro de Matos, "Uma memória setecentista inédita da Ilha Graciosa", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XL, Novembro de 1982, pp. 375-396.

Desde a construção da igreja que várias intervenções foram feitas. “Nos primeiros tempos esta Igreja Nova não tinha sobrado, era terreira e muito húmida como se vê nas actas da Junta em que se fez o orçamento para assobradar o meio da Igreja (…). Depois de assobradado o meio da Igreja, ficaram os lados em terra a servir de cemitério”[19]. Ainda se sabe que “As naves desta igreja também não foram estucadas nos primeiros anos, foram-no 84 anos depois por 50$000. Este serviço foi feito por um mestre Alexandre Joaquim de Oliveira, natural da Terceira. Neste mesmo ano de 1844 foi aberta a janela do coro que não existia”[20].

A igreja de Guadalupe teve importantes melhoramentos no vicariato do Rev. João d’Ávila da Silveira, entre 1869-1899, com a contribuição de alguns beneméritos.

– Adro e Capela do Santíssimo pelas Obras Públicas e o falecido Sr. Manuel José Espínola;
– Pintura e ornamento pelo senhor Francisco de Sousa Bettencourt;
– Imagem de N.ª S.ª de Guadalupe, relógio e sino por antigos brasileiros, filhos naturais desta freguesia de que foram beneméritos, estimulando o seu pároco, que por sua vez, se tornou principal contribuinte do coreto[21].



Fig. 4.27 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Segundo Vital Pereira, a igreja de Nossa Senhora de Guadalupe “(…) mede 24 metros de comprimento, desde o degrau da porta principal, até ao do arco da capela-mor, por 13,20 de largura. A capela-mor de 9,69×5,52 metros é a maior da Ilha. As duas capelas colaterais, no topo de cada nave lateral, medem, cada uma, 5,45 metros de comprimento, por 3,15 de largura”[22]. O espaço interno está dividido em três naves, com duas arcarias constituídas por arcos de volta inteira sustidos por pilares relativamente baixos, quando comparados com a largura dos vãos. As chaves dos arcos mostram-se

[19] *Livros do tombo de Guadalupe – Modificações da Igreja Nova”,* fls. 5 verso, in Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira, *Op. cit.,* p. 369.
[20] Idem, *Ibidem*, p.369.
[21] Jornal “A ilha Graciosa”, n.º 502 de 23-5-1905, cit. por Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 372.
[22] Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 370.

destacadas em ambos os lados das arcarias. Tangentes sobre os arcos correm, acima, frisos rematados por cornijas em cada lado da nave central. O corpo das naves tem quatro tramos, mais o da frontaria. Os três tectos das naves são de três esteiras de madeira.



Fig. 4.28 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela-mor.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.29 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela colateral do lado do Evangelho.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.30 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.31 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): capela colateral do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se por um arco triunfal de volta inteira mais largo e alto que as arcarias. A sua largura é um pouco menor que a da nave central. Já o espaço da capela-mor tem a mesma largura daquela nave, com duas janelas laterais, e é coberta por uma falsa abóbada abatida. As capelas colaterais possuem arcos de volta perfeita. Sobrelevadas por quatro degraus que acedem a um estrado, estas capelas têm alguma

profundidade. As naves laterais não possuem capelas e os altares são simples, com mísula de madeira a suportar a imagem. Existe um coreto de madeira ao qual se acede por escada a partir da nave lateral, localizado no segundo tramo a contar da cabeceira, do lado da Epístola, onde se encontra um órgão[23]. Foi mandado fazer no último quartel do século XIX, bem como a abertura das duas janelas de cada nave lateral.



Fig. 4.32 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O tramo da entrada mostra-se compartimentado, com os espaços laterais encerrados, embora se vejam os arcos, agora cegos, que sustentam o coro alto. Os alçados internos poderiam compreender duas torres, como foi aludido anteriormente. Estes espaços são acedidos por portas abertas para o vestíbulo que surge na continuação da nave central até à entrada no templo. Se, no lado do Evangelho, o compartimento corresponde ao baptistério, no lado oposto ergue-se a torre que, em planta, se encontra inserida, em planta, no tramo da entrada e na nave lateral. No nível superior existem tribunas nos topos das naves laterais, enquanto o coro-alto apenas se desenvolve sobre a nave central.



Fig. 4.33 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.



Fig. 4.34 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): baptistério e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[23] Este órgão, que pertencia ao extinto convento franciscano de Santa Cruz, foi transferido para a igreja de Guadalupe ainda na primeira metade de Oitocentos (Cf. Félix José da Costa, *Op. cit.*, p. 71).



Fig. 4.35 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

A igreja de Guadalupe ergue-se isolada, construída no sentido Noroeste-Sudeste (onde se situa a capela-mor), com adro a toda a volta. Apresenta uma fachada com um portal central definido lateralmente por três pares de pilastras em ressalto. Sobre as duas mais ressaltadas estão meias volutas. As outras quatro pilastras são terminadas por dois pares de pináculos planificados, rematados por elementos esféricos. Sobre o portal vê-se a datação das obras da igreja, 1713-1756, logo encimada pela janela do coro-alto que interrompe a cornija do alçado e irrompe pelo tímpano.



Fig. 4.36 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): excerto central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.





Fig. 4.37 e 4.38 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): pano central do frontão e remate do portal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A ladear o portal estão duas janelas sem peitoril, encostadas a um embasamento com um perfil relevado e rematadas por entablamentos. Estas janelas foram abertas na segunda metade do século XIX, em conjunto com a supra-referida janela do coro alto, em 1844. Depreende-se, assim, que a igreja que chegou aos meados do século XIX não tinha janelas abertas nas fachadas, o que não sendo inaudito também não é habitual para uma paroquial com estas dimensões. Será que a cornija da fachada se mostrava interrompida ou era corrida antes de se abrir a janela sobre o portal? Também não se sabe se os óculos alinhados com as janelas laterais ao portal, quase encostados à cornija da fachada, são originais do edifício ou foram abertos posteriormente. Pelo seu alinhamento com as janelas inferiores, podem ter sido feitos na mesma campanha de obras. Se a janela sobre o portal ilumina o coro-alto e se as janelas laterais iluminam os compartimentos laterais ao vestíbulo (baptistério e escada de acesso ao coro-alto e campanário), os óculos alumiam os espaços laterais ao coro-alto.



Fig. 4.39 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): frontão da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada possui um frontão triangular cuja base corresponde à cornija interrompida pela janela do coro-alto. Pouco antes da interrupção da cornija surgem duas mísulas laterais à janela, das quais sobem verticalmente dois pilaretes adossados ao tímpano, seccionados por cornijas logo após o arranque. Estas cornijas prolongam-se horizontalmente até atingir a janela do coro-alto. Sobre os extremos destas cornijas situam-se duas outras mísulas, mais pequenas. Alinhado verticalmente com a janela do coro-alto encontra-se, no centro do tímpano, um nicho rematado em arco, assente num troço de arquitrave, que alberga uma imagem de Nossa Senhora de Guadalupe. O nicho é flanqueado por duas pequenas pilastras que partem das segundas mísulas atrás mencionadas, terminando com capitéis encimados por uma cornija que as une sobre o nicho. Sobre os extremos desta cornija assentam pináculos, enquanto que o espaço

central, inferior ao vértice do tímpano, está ocupado por elementos decorativos com figuras geométricas ladeadas por meias volutas. O frontão apresenta-se tripartido por duas pilastras, com uma cruz no vértice central. Perto do vértice do lado da torre foi colocado o relógio. No outro extremo do frontão fica um grande pináculo, alinhado com o cunhal. As cornijas ressaltam-se nas intercepções dos pilaretes aprumados com as pilastras do portal, bem como nas pilastras que tripartem o tímpano, mais largas mas menos expressivas.

A torre encontra-se à face da fachada. Porém, está relegada para segundo plano pelo frontão que se lhe sobrepõem, como se constata pela sua cornija lateral que corre sobre a torre até ao extremo da fachada. Por estar inserida no edifício da igreja, o seu «corpo inferior» não se encontra definido por pilastras na fachada. Assim sendo, a única parte da torre com autonomia é o campanário. Com os cunhais bem definidos, possui três ventanas com avental e é rematada por platibandas com pináculos nos extremos. O campanário é coroado por um coruchéu piramidal oitavado.

O mais curioso neste alçado é a existência de uma pilastra antes do cunhal, que corresponderia ao cunhal da torre que nunca chegou a ser erecta, quer dizer, o campanário que nunca foi construído, porque aquele que seria o seu corpo inferior encontra-se feito, como vimos na análise interna da igreja, albergando o baptistério. O campanário teria, como o existente, a sua largura marcada na fachada principal pela pilastra larga presente no tímpano mais próxima daquele cunhal, que, com a outra pilastra larga, tripartem o frontão. No campanário existente, aquela pilastra integra-se num triângulo em cantaria onde foi sobreposto o relógio.

A igreja de Guadalupe tem uma fachada familiar à da Matriz de Santa Cruz. Ambas as campanhas de obras foram contemporâneas, tendo a fachada da Matriz de Santa Cruz sido terminada em 1750, seis anos antes da igreja de Guadalupe. Também possíveis influências mútuas não são de estranhar, já que se encontram afastadas por cinco quilómetros de uma estrada plana e recta. As duas campanhas de obras foram empreendidas por dois padres, Pedro Correia Picanço e Domingos da Silva, tio e sobrinho, vigários de ambas as paróquias. E como se não bastasse, os mestres-de-obras de ambas as igrejas eram irmãos: André Correia Barbosa, nas obras de Guadalupe, e António Correia Barbosa, nas de Santa Cruz.

– *Igreja de Nossa Senhora da Luz*, Luz



Fig. 4.40 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Luz (1738-1745-1793): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.41 – Igreja de N.ª S.ª Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Luz foi o lugar por onde os primeiros povoadores entraram na Graciosa, desembarcando no pequeno anco do Carapacho. Ali tomaram assento alguns povoadores, fazendo daquele o primeiro povoado da ilha, situado na sua parte sudoeste. Aquando da criação da Vila da Praia, em 1546, o povoado da Luz passou a pertencer ao seu termo, até à extinção do concelho, em 1867, quando foi inserido no de Santa Cruz da Graciosa. Apesar das dúvidas de alguns autores oitocentistas, quanto à data da criação da freguesia da Luz – em 1601 ou em 1611 –, Frei Diogo das Chagas esclarece decisivamente: "Tinha esta Villa [da Praia] outra hermida da banda do Sul entre os biscoutos das Vinhas na fralda do serro (…), que foi criada freguesia pollo Senhor Dom Hieronimo em o anno de 1611, tempo em que eu na ditta Ilha moraua (…)"[24]. Esta ermida terá sido erguida antes de 1591, pois é referida por Gaspar Frutuoso no Livro VI das *Saudades da Terra*[25]. Todavia, não há registo da sua construção, apenas se sabe da sua existência a partir de um testamento de 1596, o qual destinava a parte remanescente dos bens dos testamentários à confraria e irmandade de Nossa Senhora da Luz. O primeiro assento de baptismo data de 22 de Janeiro de 1612[26].

Existem duas hipóteses quanto à existência ou não de uma igreja nova que tenha vindo substituir a ermida de Nossa Senhora da Luz, no século XVII[27]. Muita desta confusão vem da interpretação da palavra *paroquial*. Tal como eram chamadas igrejas, as paroquiais eram a cabeça das paróquias, fossem igrejas ou fossem ermidas. Uma das hipóteses é que a dita ermida tenha subsistido até à primeira metade do século XVIII, possivelmente ampliada ao longo desse tempo. Todavia, não é de descartar uma campanha de obras nos meados do século XVII, já que há registos escritos que se referem a obras na igreja, denominando-a *nova paroquial*. Sobre este tema, o *Dicionário*

[24] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 469.
[25] Cf. Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 127.
[26] Cf. Félix José da Costa, *Op. cit.*, p. 73.
[27] Cf. Pe. Vital Cordeiro Dias Pereira; *Op. cit.*, p. 409-413.

Corográfico dos Açores informa que "A sua primeira igreja foi uma ermida que veio a ser substituída nos fins do século XVII por uma igreja que caíu com o terramoto de 13 de Junho de 1730, para sete anos depois se construir o templo actual"[28]. Resumindo, não há remanescentes das anteriores construções. A igreja que se pode observar hoje é o resultado da grande campanha de obras executada após o terramoto de 1730.

O sismo de 13 de Junho de 1730 foi, até então, o mais forte sentido na parte sul da Graciosa, tendo causado grande destruição em toda a povoação. A paroquial da Luz, fosse ela ermida ou igreja, foi muito afectada mas não ruiu, já que os serviços religiosos prosseguiram no edifício até a nova igreja estar concluída. Como tal, também se sabe que a igreja actual não foi erguida sobre a antiga paroquial, mas ao lado.

A campanha de obras de edificação da nova igreja durou sete a oito anos. A construção da igreja de Nossa Senhora da Luz encontra-se bem registada nalguns documentos, mormente paroquiais. Há um em particular, não paroquial, de que não se conhece o autor, apenas o título *Memória*. É um manuscrito do meado do século XVIII que foi impresso como anexo na obra de António Borges do Canto Moniz, *Ilha Graciosa (Açores) – Descripção Historica e Topographica*, editada em 1883[29]. Trata-se de uma crónica, possivelmente obra de um eclesiástico graciosense, que apresenta indicações precisas sobre quem dirigiu as obras, sobre quem lá trabalhou e no quê, bem como a cronologia das obras e os seus custos. A informação é dada indirectamente através da listagem dos vigários da paróquia da Luz e das principais ocorrências durante as suas vigências. A completar as informações da *Memória* estão excertos dos artigos do jornal "*A Ilha Graciosa"* relativos à Luz, publicados na Praia entre 1894 e 1907.

Quando se deu o terramoto de 13 de Junho de 1730, era vigário proprietário da paroquial da Luz o Pe. António Lobão Botelho, que o foi desde 1693 até à sua morte, em 1747, período em que teve vários vice-vigários:

> (…) *o segundo foi o P.e Manuel de Bettencourt Barcamonte, natural d'esta parochial, que serviu 4 annos; foi o que deu principio á factura d'esta nova egreja; mandou fazer a capella mor e sachristia á custa da fazenda real. A capella de esta nova egreja foi benta em dia de Reis do anno de 1738* (…); *O terceiro foi o P.e Manuel José da Camara, natural d'esta paroquial; serviu 8 annos e 10 mezes e é que mandou fazer o corpo d'esta nova egreja, o que tudo consta bem. O quarto foi o Padre Bartholomeu Corrêa Picanço, natural da matriz da villa da Praia* (…). *Em 26 de Janeiro do anno de 1749 tomou conta da propriedade d'esta vigararia, e o foi o setimo vigário confirmado, que tem tido esta parochial de N. S. da Luz; mandou fazer todo o lageamento a completar a egreja nas cousas que lhe faltavam* (…)[30].

[28] José Rodrigues Ribeiro, *Dicionário Corográfico dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1979, p. 170.
[29] *Memoria*, in António Borges do Canto Moniz, *Ilha Graciosa (Açores) – Descripção Historica e Topographica*, Documento C, 2ª ed. New Bedford, Promotora Portuguesa, Inc., 1981 (1.ª ed. Angra do Heroísmo, Imprensa da Junta Geral, 1883).
[30] Idem, *Ibidem*, p. 260-261.

A *Relação de 1738* já referida dedica algumas palavras ao estado da igreja naquele momento: "Tem a freguesia da Luz a igreja da Senhora da Luz que os tremores arruinaram, que tem hoje fundado igreja nova de naves que tem já a capela acabada e sacristia, e o corpo da igreja está em meio e a capela já está benta"[31]. O final das obras celebrou-se "(…) no dia 11 de Julho de 1745, estando tudo concluído se transferiram o sacrário e imagens para o novo templo (…)"[32]. Porém, tal não significa que as obras não tenham continuado no espaço interno da igreja, com a construção de estruturas de madeira, retábulos e coros, num processo então chamado de *embelezamento* do edifício. Várias foram as intervenções ao longo do tempo que se sucederam, em particular as que resultaram da destruição causada pelos sismos.

> *Até à sua morte, em 15 de Setembro de 1745, o P.e Manuel José da Camara conseguiu fazer todo o corpo da igreja, despendendo nisso com operários e materiais, a totalidade de 957$060 réis.*
> *O mestre principal de pedreiro foi Manuel Martins e de carpinteiro Francisco Cardoso, havendo além destes um juíz de ofício – António Luís Pais.*
> *A obra foi construída com solidez, compensando a muita cal que por ele se importou de Angra. As melhores madeiras vieram das Flores, do Pico e de São Jorge* (…).
> *No próprio dia do falecimento do Rev. Manuel José da Câmara, o P.e Bartolomeu Correia Picanço passou a ocupar o seu lugar* (…).
> *E, assim se passaram as coisas até 2 de Dezembro de 1747, data da morte do reverendo Coadjuvado – P.e António Lobão Botelho, na idade de 88 anos, a quem se fez um enterro pomposo e se deu sepultura na capela-mor*[33].

O Pe. Bartolomeu Correia Picanço foi quem sucedeu como vigário proprietário da paroquial da Luz. "Já desde 1759 vinha tratando da torre cuja construção se concluiu, em 1761 com a despesa de 312$900 réis (…). Foi seu principal mestre Francisco Cardoso a 140 réis diários, e a pedra extraiu-se nas pedreiras da Caldeira e d'Afonso Vaz (…)"[34]. Com as obras de carpintaria, do reboco das naves e outras, "Todas subiram a 477$380 réis (…), ficando de toda a receita ainda um saldo de 4$440 réis"[35]. O Pe. Bartolomeu Correia Picanço teve as obras da igreja a seu cuidado até chamar um coadjutor, em 1773, o Pe. João Espínola Neto, que o substituiu como vigário após a sua morte, no ano seguinte – "(…) pôs em execução nos primeiros dez anos dos 14 que serviu a igreja da Luz diversas obras, umas para completá-la, e substituir já as que provisoriamente se tinham feito, outras para reparar ruínas"[36]. De facto, no tempo do Pe. Neto ocorreram duas crises sísmicas, a segunda das quais arruinou a torre da igreja,

[31] *Relação da Ilha Graciosa*, 1738, in Artur Teodoro de Matos - «Uma memória setecentista inédita da Ilha Graciosa», Angra do Heroísmo, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XL, Novembro de 1982, p. 395.
[32] Felix José da Costa, *Op. cit.*, p. 73.
[33] Jornal "A ilha Graciosa", n.º 517 de 23-10-1905, citado por Vital Pereira, *Op. cit.*, pp. 404-405.
[34] Idem, *Ibidem*, p. 415.
[35] Idem, *Ibidem*, p. 416.
[36] Idem, *Ibidem*, p. 416.

em 1787, mesmo no final da sua vigairaria. No seguimento do ocorrido, a igreja foi alvo de obras, de restauros e de críticas.

> *Os primeiros que trataram desta igreja só atenderam à solidez. E, uma das consequências foi deixarem uma igreja escura e acanhada; e outra foi a nova despesa em rebaixar a capela-mor e a parte da sacristia, do que restam vestígios, e a abertura de novas frestas na capela-mor e no frontispício; e em outras muitas coisas, que, por mais que se tenham emendado, sempre se ressentem do defeito primitivo*[37].

No último quartel do século XVIII foram feitas obras na igreja para rebaixar a capela-mor e parte da sacristia, bem como para a abertura de *frestas* na capela mor e na fachada, naquelas que foram as primeiras alterações ao edifício erguido no segundo quartel do mesmo século.

> *Segue-se ao P.e Neto, como «vice-vigário», o oitavo, nesta igreja, Sr. Pe. Mateus de Quadros Bettencourt, durante dois anos e um mês da sua paroquiação nesta igreja despendeu em obras de conservação e reparo 572$240 réis.*
> *Destes foram 219$260 réis gastos em reparar os estragos do terramoto de 1787 na torre da igreja, chamando o Sr. P.e Mateus, da Terceira, os pedreiros*[38].

As obras da igreja paroquial da Luz foram morosas e onerosas. "E, assim resumindo, temos que nos 55 anos, desde 1738 a 1793, se gastaram 2877$188 réis na conclusão da igreja nova de Nossa Senhora da Luz"[39]. Só que as obras continuaram para além de 1793, continuadas pelo Pe. Manuel Francisco de Melo, sucessor do Pe. Mateus de Quadros Bettencourt, que "(…) nas obras da igreja, as quais continuou, despendeu 242$616 réis, em trabalhos de carpinteiro, de pedreiro, de serralheiro e de pintor, em materiais e em auxiliar a compra do sino grande que veio de Lisboa (…)"[40]. Desde então, as únicas referências a obras na igreja são as relacionadas com o terramoto de 1 de Janeiro de 1980, no qual a Luz foi a parte mais atingida da Graciosa. O sismo causou grandes danos na igreja, "A torre aparenta ruir. Por esse motivo se lhe apearam todos os sinos (…). A fachada ficou fendida, assim como as paredes laterais. Os estuques das três naves e da capela-mor, por inutilizados, tiveram de ser removidos, quedando os barrotes à vista. Na sacristia velha (…), ruiu o canto superior direito"[41]. Na sequência do sismo, a igreja foi alvo de obras de consolidação e restauro, das quais as mais urgentes eram as da torre, que, como se tem vindo a perceber, sempre foi o ponto fraco da edificação setecentista.

---

[37] Idem, *Ibidem*.
[38] Idem, *Ibidem*, n.º 520 de 23-11-1905, cit. por Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 417.
[39] Idem, *Ibidem*.
[40] Idem, *Ibidem*, n.º 531 de 23-2-1906, cit. por Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 419.
[41] Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 419.



Fig. 4.42 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Nossa Senhora da Luz possui três naves separadas por arcarias de volta inteira apoiadas em pilares toscanos, num total de quatro tramos. As arcarias não são altas, nem o é o pé-direito da igreja. As três naves são cobertas por tectos de madeira de três esteiras com um suave declive.



Fig. 4.43 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

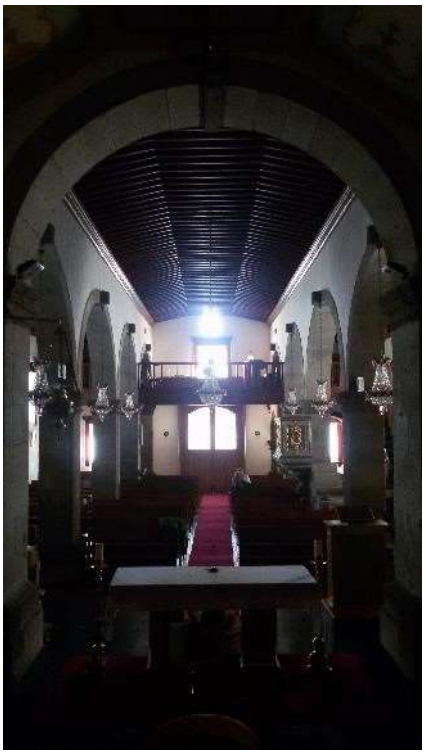


Fig. 4.44 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se a partir de um arco triunfal com maior largura e altura que os arcos das arcarias, quase da largura da nave central. Já a capela-mor tem a mesma largura da nave central, com duas portas que acedem às duas sacristias que a flanqueiam, e as duas frestas abertas nas obras do último quartel do século XVIII. É

coberta por um tecto pintado de madeira com três esteiras. Lateralmente ao arco triunfal estão dois altares colaterais nos topos das naves laterais.



Fig. 4.45 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva do baptistério e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O corpo da igreja tem duas janelas em cada nave lateral. No tramo da frontaria fica, no lado do Evangelho, o baptistério inserido no espaço da nave lateral, ao qual se acede através de dois arcos: um aberto para o tramo de entrada e o outro no topo daquela nave lateral. Nesta mesma nave fica a escada de madeira que acede ao coro-alto – um espaço tripartido pelos arcos do tramo de entrada, que, face ao elevado nível a que o sobrado do coro-alto foi construído, obriga a baixar na transição entre as naves.

Segundo Vital Pereira, "O corpo da igreja mede 19 metros de comprimento até ao degrau do arco da capela-mor, e 11,10 metros de largura. A capela-mor, por sua vez, mede 8,30 metros de comprimento até ao retábulo do altar, por 4,90 metros de largura"[42].



Fig. 4.46 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[42] Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 420.

A fachada da igreja de Nossa Senhora da Luz encontra-se dividida, por pilastras, em três panos, repartição que se prolonga no frontão triangular que a remata. No pano central, mais largo, abre-se o portal principal delimitado por pilastras assentes em pedestais, com pináculos nos extremos superiores. Sobre o portal está um entablamento ao qual assentam, superiormente, duas meias volutas encostadas aos pináculos. Acima fica uma janela rasgada até ao pavimento, com guarda. É ladeada por pilastras cujas bases são meias volutas. Esta janela interrompe a cornija que atravessa a fachada, obrigando-a a contorná-la com ângulos rectos. Assim, a cornija não chega a ser interrompida, antes é desviada pela presença da janela à qual também serve de cornija. Pousado nesta cornija está um nicho ocupado pela imagem de Nossa Senhora da Luz, rematado por um pequeno arco de volta perfeita. É ladeado por duas pequenas pilastras jónicas terminadas por duplas cornijas, em que as superiores estão ligadas entre si. Sobre a cornija e o nicho fica um semicírculo em pedra, flanqueado por pilastras simples que continuam superiormente as pilastras jónicas. A distância entre estas pilastras delimita o vértice cortado do frontão, onde assenta um pedestal ladeado por volutas que segura uma cruz.



Fig. 4.47 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.48 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Os panos laterais apresentam, no nível térreo, as janelas rasgadas nas obras do último quartel do século XVIII, enquanto que, nos segmentos laterais do frontão, apenas definem uma superfície branca de forma triangular. Se num dos lados, sobre o cunhal, está uma grande pináculo, no outro lado ergue-se a torre da igreja, adossada ao corpo das naves pelo lado do Evangelho e com uma pilastra em comum. O corpo inferior da torre e o campanário têm sensivelmente a mesma altura, divididos pela continuação da cornija da fachada, com o campanário a mostrar uma ventana por face. A torre é rematada por platibandas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais, e coroada por um alto coruchéu piramidal oitavado. Sobre as platibandas das faces frontal e posterior da torre ficam os mostradores do relógio.



Fig. 4.49 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja da Luz mostra similitudes com a sua congénere de Guadalupe. Ambas são resultado de campanhas de obras coevas, em que as de Guadalupe começaram primeiro e acabaram por último. A maior parte das obras da Luz desenvolveram-se enquanto as de Guadalupe estiveram paradas, sendo ambas as igrejas da primeira metade do século XVIII.

Pelas suas composições, vê-se que não diferem nos elementos construtivos nem nos motivos com que se ornam. Tal é patente no conjunto portal-janela-nicho que, na Luz, se desenvolve num tramo central definido por pilastras que atravessam o frontão, enquanto que em Guadalupe não existem pilastras no corpo inferior da fachada.

Outra disparidade é o posicionamento das torres das igrejas, adossada ao lado do Evangelho, na Luz, e integrada, em Guadalupe, na nave do lado da Epístola. Até aos meados do século XX, para além da igreja da Luz, só mais um templo graciosense tinha uma torre do lado do Evangelho, a igreja de Nossa Senhora dos Anjos do desaparecido convento de São Francisco da Vila de Santa Cruz da Graciosa.

– *Matriz de São Mateus*, Vila da Praia

> (…) *está a vila da Praia, edificada ao redor de um areal de areia branca, e muitas casas sobre areia, onde se faz uma grande enseada, porto de toda a navegação* (…). *Há nesta vila da Praia sós três igrejas, a principal de São Mateus, de três naves postas sobre arcos e na fronteira de cada nave sua capela, e aos lados uns archioes (sic) com dois altares a modo de capelas* (…)[43].

> *A Villa da Praya da Ilha Graciosa foi feita Villa polla Senhora Dona Catharina no ano de 1546* (…). *A Parochia desta Villa he do Orago de Sam Matheus, que foi a primeira Igreia que na ilha se fez* (…)*; no lugar da qual se fundou hua fermosa e bóa Igreia que hoje tem três naues, com sua mui fermosa torre de sinos* (…)[44].

Estas duas citações são as mais antigas que referenciam a Vila da Praia e a sua Matriz. A igreja foi erguida no mesmo local da primitiva ermida de São Mateus, que havia sido fundada na segunda metade do século XV pelos primeiros povoadores. Ambas falam das três naves da igreja e da presença de arcos, devendo tratar-se do mesmo edifício construído algures no século XVI, no tempo de vida de Gaspar Frutuoso (1522-1591)[45]. Frei Diogo das Chagas (1584-1661)[46] conheceu-a no tempo em que esteve na Graciosa. Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726)[47] e o Pe. António Cordeiro (1641-1722)[48] assinalam a Matriz do Apóstolo São Mateus, mas nada dizem sobre a estrutura do seu espaço interno. A *Relação da Ilha Graciosa*, de 1738, narra:

> *Contém a vila a Matriz de S. Mateus* (…). *Tem uma torre com cinco sinos, dois grandes e bem bons e coro. Tem oito capelas com a baptismal; a capela maior é de abóbada de cantaria bem feita, com seu cadeirado e o ladrilho soalhado de madeira, com seu órgão e alâmpadas; no lado esquerdo está a capela do Senhor de abóbada, com seu gradeamento bem feito; seguem-se pela mesma sunave esquerda duas capelas envazadas até à porta travessa, de S. João e de S. Pedro. Tem na sunave da parte da direita a capela da Senhora do Rosário, de abóbada a imitação das referidas, e pela mesma sunave da mesma parte, se seguem duas capelas envazadas, a da Senhora da Conceição e a outra até à porta travessa, e abaixo está a capela baptismal; diante da porta principal tem seu adro, com muro tapado, com suas entradas de degraus por onde se entra para o adro* (…)[49].

Apesar de nunca falar propriamente em três naves, esta é a descrição mais completa do espaço interno da Matriz de São Mateus, mas não só. A igreja tinha oito capelas, a saber: a capela-mor, duas capelas colaterais, quatro altares laterais e a capela

[43] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 127.
[44] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, pp. 467-468.
[45] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*. O manuscrito do Livro VI foi escrito até 1589.
[46] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*. O manuscrito foi escrito a partir de 1646 até depois de 1656.
[47] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Op. cit.*. O manuscrito foi escrito até 1695.
[48] Pe. António Cordeiro, *Op. cit.*. Obra editada em 1717.
[49] *Relação da Ilha Graciosa*, 1738, in *Op. cit.*, pp. 305-306.

baptismal. Fala nas três abóbadas de cantaria que cobriam as capelas da cabeceira, bem como do pavimento (*ladrilho*) assoalhado de madeira, enquanto as naves laterais (*sunaves)* apresentavam altares (*capelas envazadas*) e um coro sobrepunha-se à entrada. Sobre a morfologia externa e a sua envolvência, o texto supracitado começa por falar da torre da igreja, cujo campanário tinha cinco sinos (*dois grandes e bem bons*), terminando com uma referência ao adro da igreja (*com muro tapado*), sobrelevado à rua (*com suas entradas de degraus por onde se entra para o adro*).

Depois da Relação de 1738, foram precisos 107 anos até encontrar uma nova referência sobre a Matriz de São Mateus, dada por Félix José da Costa (1819-1877)[50]: "Foi elevada a Matriz no anno de 1546, depois de ter sido creada villa. É pena porem que tendo melhor symetria no seu interior, que a de Santa Cruz, se ache colocada de esguêlha ao lado d'um pequeno largo, a que chamam praça"[51]. Esta comparação entre as matrizes graciosenses revela um melhor desenho do espaço interno da Praia, tal como um enquadramento urbanístico condicionado pelo menor espaço disponível.

O ano de edição da obra de Félix José da Costa, 1845, é também o ano em que foi captada uma fotografia da Vila da Praia, mostrando a Rua Direita com a Matriz de São Mateus ao fundo. Apesar de se tratar de uma fotografia digital tirada a uma reprodução fotocopiada da fotografia original, esta imagem permite ter uma ideia de como era a fachada da igreja.



Fig. 4.50 – Antiga Matriz de São Mateus, Praia (2.ª metade séc. XVI): perspectiva da rua Direita em 1845.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

[50] Felix José da Costa, *Op. cit.*. Obra editada em 1845.
[51] Idem, *Ibidem*, p. 72.



Fig. 4.51 – Antiga Matriz de São Mateus, Praia (2.ª metade séc. XVI): frontaria, excerto da figura anterior.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

A antiga Matriz de São Mateus tinha uma fachada dividida em três panos, por pilastras que se prolongavam para o nível do grande frontão triangular que a rematava. Seria um templo grande, cujas arcarias que separavam internamente as três naves eram projectadas na fachada através das pilastras. Resultaria num espaço interno com uma nave central bastante larga, com cerca do dobro da largura das naves laterais. Apresentava um portal próximo dos seus congéneres metropolitanos de meados do século XVI, definido por um arco de volta inteira ladeado por duas colunas encastradas que suportavam um entablamento rematado por um frontão triangular. Este frontão interrompe, ao centro, a fina cornija que divide os níveis da fachada. Sobre o frontão abria-se um janelão central, rematado por um expressivo entablamento simplificado. Os panos laterais apenas possuíam, no nível inferior, janelas rematadas por cornijas que dificilmente pertenceriam ao edifício do século XVI. O mesmo se passa com as duas janelas pequenas do nível superior que se abrem a ladear o janelão central. Ambas as intervenções poderão ter ocorrido algures entre os meados do século XVII e o XIX.

A torre era robusta e parece, em planta, inserida no topo da nave do lado da Epístola, similar à torre da igreja de Guadalupe. Ergue-se no pano lateral da fachada, partilhando a mesma pilastra e o mesmo cunhal. A grande ventana da torre está aprumada com a janela lateral da fachada que lhe é inferior. Pelo campanário verifica-se que a face principal era mais estreita que as laterais, o que adivinha uma planta rectangular, provavelmente com a profundidade do primeiro tramo do corpo das naves, o que permitiu abrir duas ventanas na face lateral. Não é possível deslindar se a torre era ou não coroada por um coruchéu piramidal, embora se vislumbrem pináculos sobre os cunhais.

Ao que tudo indica, e não havendo referências a terramotos ou obras de monta ao longo dos tempos, a Matriz de São Mateus erecta no século XVI parece ser a mesma que chegou ao último quartel do século XIX. A fotografia exibida é anterior às obras de reconstrução, operadas entre 1882 e 1895, período em que a igreja esteve fechada ao culto. Nas palavras que António Borges do Canto Moniz (1846-?)[52] escreveu acerca da Vila da Praia, editadas em 1883 – "Tem ao centro a egreja matriz com a invocação do apostolo S. Matheus, que hoje está em reconstrução"[53]. Não são dadas informações pelas quais se perceba a razão das obras de reconstrução da Matriz da Praia, como seriam os casos, por exemplo, de risco de ruína de alguma parte do edifício ou da necessidade do aumento da capacidade do templo para albergar mais fiéis.

O novo edifício refere-se ao corpo das naves e à fachada, já que a cabeceira do século XVI subsistiu – capela-mor e duas capelas colaterais. O que parece ter sucedido foi o desejo de aumentar a altura do corpo das naves, refazendo-se a fachada.

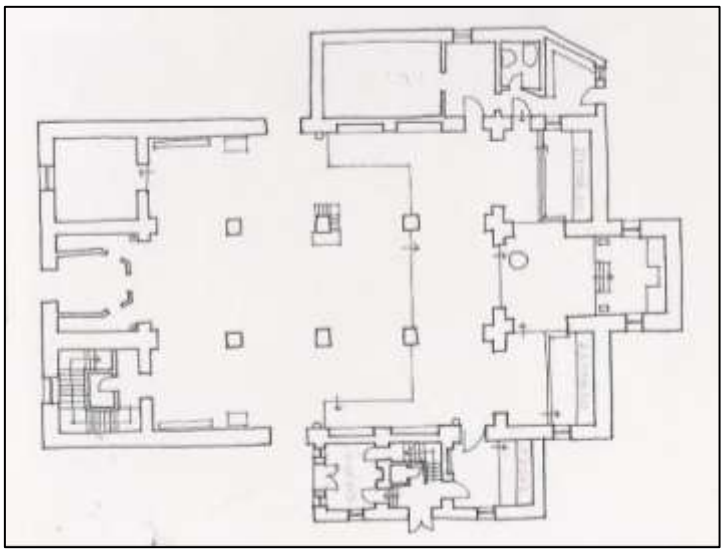


Fig. 4.52 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): planta.
Fonte: Paulo Vilela Raimundo (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Cruz, Graciosa*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional de Cultura/Instituto Açoriano de Cultura//Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2010. p. 171.



Fig. 4.53 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[52] Antonio Borges do Canto Moniz, *Ilha Graciosa – Descripção Historica e Topographica*, 2.ª ed. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1981 (1.ª ed. Angra do Heroismo, Imprensa da Junta Geral, 1883).
[53] Idem, *Ibidem*, p. 185.

O espaço interno do corpo das naves da Matriz de São Mateus é dividido por duas altas arcarias, constituídas por arcos de volta perfeita apoiados em pilares. O tramo da entrada é composto pelo vestíbulo e pelos espaços colaterais fechados, acedidos pelas naves laterais. Em planta, este tramo tem similitudes com o tramo congénere da igreja do Raminho, na ilha Terceira. Apesar de a planta da actual Matriz de São Mateus sugerir duas torres na frontaria, tem apenas um grande campanário central que não se mostra em planta. Os outros quatro tramos do corpo das naves têm grandes janelas laterais que se abrem nos extremos dos tramos, iluminando profusamente a igreja. Quanto às suas dimensões, o corpo das naves tem um comprimento de 23 metros por 15,60 metros de largura e cerca de 12 metros de altura. A capela-mor mede 9,25metros de comprimento por 5,40 de largura[54].



Fig. 4.54 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva aérea das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Um dos aspectos desusados desta igreja é o facto de os arcos das arcarias serem mais altos que o arco triunfal, o que é invulgar. Todavia, concebível se a cabeceira da antiga igreja foi conservada. A capela-mor tem uma certa profundidade, coberta por uma abóbada de berço que, em princípio, é a mesma abóbada de cantaria do século XVI. Sobre ela escreveu, em 1733, o visitador Pe. António da Silveira Goulart: "Achei que sendo a capela-mor de abóbada de pedra branca, esta é tão branda que se está desfazendo continuamente, caindo sobre o altar onde se celebra (…), [mandando] entabular a capela por cima"[55]. Na *Relação de 1738*, nada consta sobre o estado de conservação da abóbada, apenas que *é de cantaria bem feita.* As abóbadas das capelas colaterais também são de berço, em cantaria. As três abóbadas da cabeceira estão hoje rebocadas e pintadas.

[54] Pe. Vital Pereira, *Op. cit.*, pp. 316-318.
[55] *Livro das Visitas Pastorais à freguesia de S. Mateus da Praia*, 1733-1832, BPARAH, vol. I, fl.16. Cit. Idem, *Ibidem*.



Fig. 4.55 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva das capelas mor e colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.56 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.57 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Talvez o aspecto que melhor denuncia a sua origem quinhentista seja os arcos baixos e largos presentes nas paredes laterais da capela-mor. Esta característica está presente, com esta aparência, em várias igrejas tardo-góticas dos Açores, como são os casos das Matrizes da Vila de São Sebastião (Terceira) ou de Ponta Delgada (São Miguel – hoje cegos). Porém, não parece que se tratasse de uma igreja tardo-gótica, já que as dimensões e a estrutura arquitectónica reflectiam uma maior aproximação ao espaço renascentista. Sem conhecimento do ano em que a antiga Matriz de São Mateus foi erguida – apenas que o foi posteriormente à criação da Vila da Praia, em 1546 –, já estaria construída quando Gaspar Frutuoso (1522-1591) escreveu sobre ela, por volta de 1589. É pois, no intervalo cronológico de 1546-1589 que se deve situar a primeira campanha de obras da Matriz de São Mateus da Praia.



Fig. 4.58 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): topo da entrada da nave lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.59 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): guarda-vento e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O corpo das naves possui ainda dois altares laterais, bem como uma porta rematada em arco encimada por uma tribuna, no topo de cada nave lateral. O coro-alto que se ergue na nave central, sobre o tramo de entrada, situa-se a uma grande altura, ficando ao mesmo nível que os capitéis dos arcos das arcarias.





Fig. 4.61 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895): nível superior da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 4.60 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/ 1882-1895): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada da actual Matriz de São Mateus é o resultado da campanha de obras do último quartel do século XIX, que demoliu a antiga torre e sobrepôs uma nova frontaria à antiga fachada que desapareceu. Apresenta dois níveis, enquanto pilastras toscanas repartem a fachada em três panos. O pano central possui um portal rematado por um entablamento, logo encimado por uma janela jacente. Em cada pano lateral abre-se uma janela, também rematada por um entablamento, que quase se encosta ao soco que somente existe nos panos laterais. A grande cornija da fachada aparta o corpo da igreja do campanário.

O nível superior do campanário ergue-se na continuação do pano central da fachada, sendo ladeado por duas meias volutas que se desenvolvem até aos pináculos dos extremos. Logo após a grande cornija da fachada fica uma platibanda, limitada superiormente por uma fina cornija, onde estão marcados o que parecem ser os pedestais planificados das pilastras jónicas superiores que dividem o campanário em três secções. Ao centro encontra-se a data 1895[56] pintada em azulejos. A secção central é mais larga e possui uma ventana maior que as secções laterais, com uma ventana cada, o que perfaz três sinos na fachada. Sobre as pilastras corre uma cornija que é a base de um frontão triangular que remata a fachada, com o mostrador do relógio colocado no centro do tímpano. O corpo do campanário tem alguma profundidade e uma ventana em cada lado. A face posterior também possui uma ventana central e é rematada por um frontão triangular mais simples que o da fachada, exibindo um segundo mostrador de relógio.

Ao observar as imagens da antiga e actual Matriz de São Mateus quase se pode assegurar que a igreja foi aumentada para o espaço fronteiro ao antigo frontispício. Há referências quanto ao adro murado que circundava a igreja, incluindo um espaço entre as entradas no adro e no templo. Pela fotografia de 1845, os muros do adro já não existiam, mas a imagem não é explícita. Contudo, a fachada da actual igreja ergue-se no limite da rua Direita, com um estreito passeio a intermediá-las, indicando que a fachada foi mesmo avançada para o espaço exterior fronteiro.

[56] 1895 era a data prevista para a reabertura ao culto da Matriz de São Mateus, porém, por vicissitudes várias, só reabriu a 30 de Agosto de 1896.

4.1. A desaparecida *Igreja de Nossa Senhora dos Anjos*, Convento de São Francisco de Santa Cruz da Graciosa



Fig. 4.62 – Santa Cruz da Graciosa vista do Monte da Ajuda, nas décadas 1920-30: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.



Fig. 4.63 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): pormenor da imagem anterior.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

> (…) *fica o Nosso Conuento nas Cazas, e sítio, que pera isto nos deu o Capitão Xisto Dornellas, e sua molher Ines D'Auila que Deus tenha em gloria, cujo adro uem por hũa rua que se abrio por hum serrado sahir em meio do Rocio em cuja entrada está posta hũa Cruz, que não deixa entrar Carro, porque polla banda do norte lhe fica rua de serviço*[57].

Desde que os franciscanos desembarcaram na Graciosa, em 1609, foram construídos três conventos. O último foi demolido pouco tempo após a extinção das ordens religiosas, em 1834, enquanto a igreja chegou ao século XX, tendo sido arrasada em 1950 por apresentar risco de ruína. No entanto, quer Frei Agostinho de Monte Alverne quer o supracitado Frei Diogo das Chagas são anteriores ao terceiro convento, datado de 1700, pois escreveram as suas obras pelo que souberam ou conheceram ou viveram antes do início do século XVIII. Frei Diogo das Chagas viveu uns anos no segundo convento dos franciscanos da Graciosa e é esse que relata. Frei Agostinho de Monte Alverne, cujo manuscrito das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* foi terminado em 1693, é quem melhor relata a construção do primeiro e do segundo conventos. Sobre o primeiro sabe-se que foi fundado pelo padre Frei Jerónimo de Porciúncula, natural de São Miguel, e por mais seis irmãos franciscanos que o acompanharam à Graciosa.

> *2.º – No ano de 1609 veio para esta ilha o dito padre, com seis frades, fundar o convento, e fazendo eleição do sítio, aceitaram o que ofereceu Xisto de Ornelas, homem nobre da ilha, e sua mulher Teodósia de Ávila, que eram duas casas telhadas com dois alqueires de terra de quintal, com seu pomar detrás delas; a uma tirou o dito padre o sobrado e fez nela igreja, pondo-lhe o nome seu sobrenome que é Porciûncula; com sobrado tirado fez na outra casa quatro celas e um coro pequeno, abrindo nela tribuna para a nova igreja, sacristia, refeitório, cozinha de palha, e neste limitado jazigo se recolheu com os frades que consigo levou.*

[57] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 466.

> *3.º* – (…) *a mais terra do sítio, em que se foi fundando o convento pelo discurso dos anos, comprou o dito padre Fr. Jerónimo a Diogo Pires Pardo, por sessenta mil reis, que o povo da ilha deu de esmola*[58]*.*

O que se convencionou designar como primeiro convento de São Francisco da Graciosa foram as *duas casas telhadas com dois alqueires de terra de quintal, com seu pomar detrás delas*, as instalações provisórias até se reunir o dinheiro necessário à construção de um convento de raiz. Está descrita a reforma interna realizada pelo padre Frei Jerónimo de Porciúncula às duas casas telhadas: numa foi removido o sobrado e fez-se a igreja; na outra também lhe foi retirado o sobrado e fez-se quatro celas e um pequeno coro aberto por uma tribuna para a igreja. O mesmo Frei Jerónimo comprou mais terra junto do terreno do convento, com dinheiro dado de esmola pelos Graciosenses. Quanto ao posicionamento do primeiro convento, não se pode garantir que tenha sido nalgum terreno que veio a ser ocupado pelo novo edifício.

> *4.º* – (…) *Este padre, com esmolas do povo da ilha, deu princípio ao dormitório que está contíguo com a capela maior da igreja e o deixou pelas traves os sucessores o levantaram tão alto, que foi necessário que cinco palmos o abaixassem e tirarem a varanda que por fora iam fazendo, fazendo por dentro seu corredor com enxamezes (sic), e para esta mudança e das oficinas veio a esta ilha o padre pregador Fr. Francisco de São Pedro e Fr. Rafael dos Anjos, confessor, ambos da ilha de São Miguel, e sete celas fizeram em este dormitório, sendo o primeiro que teve o convento*[59]*.*

Os peditórios e as esmolas dadas fizeram Frei Jerónimo avançar com as obras de um convento definitivo (o segundo convento), começando pelo dormitório contíguo à capela-mor (da igreja que, neste momento, ainda não estava edificada). Com a ajuda de dois irmãos franciscanos, vindos de São Miguel, edificou-se o primeiro dormitório do convento com sete celas. Seguiu-se-lhe a igreja:

> *5.º – Tratando de fazer a igreja, tiraram esmola no povo. Sebastião Luís Lobão deu quarenta e tantos mil reis para se fazer a capela maior; no povo se tiraram quarenta moios de trigo, com os quais e sua agência fizeram os religiosos a igreja, não lhe faltando mais que o forro de cima e as colunas de pau, que, se na ilha houvera, logo ficaria perfeita de todo. Feita a igreja, nela se disse a primeira missa em seis de Fevereiro de 1622* (…).[60]

A igreja também foi custeada pelas esmolas recebidas do povo, mais a doação feita por Sebastião Luís Lobão para se fazer a capela-mor. As obras avançaram até faltar apenas *o forro de cima e as colunas de pau, que, se na ilha houvera, logo ficaria perfeita de todo.* O *forro de cima* deve se referir ao tecto de madeira da igreja. Já as *colunas de*

[58] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1962, pp. 241- 242.
[59] Idem, *Ibidem*, pp. 241-242.
[60] Idem, *Ibidem*. Nesta igreja pregou o Pe. António Vieira, na sua passagem pela Graciosa em 1654.

pau poderão tratar-se de colunas de suporte da cobertura. Ou seja, faltava construir a cobertura da igreja por não haver madeira na Graciosa com as dimensões desejadas. Depois de terminadas as obras, a nova igreja abriu ao culto a 6 de Fevereiro de 1622.

> *6.º – O segundo dormitório fez o padre pregador Fr. Domingos do Espírito Santo, que tem cinco celas, com uma escada que vai para o refeitório, cozinha e horta, e nos baixos fez granel e adega, o que fez com as esmolas da comunidade, sem pedir esmolas ao povo, mais que carros para pedra e barro, sendo ainda vigário* in capite.
>
> *7.º – O padre custódio Fr. Cosmo da Anunciação, celebrando capítulo no convento de Ponta Delgada, em 6 de Julho de 1632, fez guardiania a este convento, sendo o primeiro guardião o padre pregador Fr. Simão das Chagas, que forrou duas celas do dormitório acima, e em duas mais fez seus almários* (…).
>
> *9.º – A varandinha do coro, com porta para o púlpito, fez o padre pregador Fr. Estêvão da Purificação, sendo guardião no ano de 1657. As três celas do dormitório da banda da horta fez o padre pregador Fr. Manuel do Corpo Santo, sendo guardião nos anos de 1662 até ao ano de 1665*[61].

O segundo convento de São Francisco da Graciosa foi edificado ao longo do século XVII. Um segundo dormitório foi construído com cinco celas, *com uma escada que vai para o refeitório, cozinha e horta, e nos baixos fez granel e adega.* As informações recolhidas sobre aquele dormitório dizem que, algures no segundo quartel do século XVII, foram forradas duas celas, enquanto se fizeram os *almários* (armários) em outras duas, tendo sido construídas mais três celas entre 1662 e 1665.

Sobre a igreja existem poucas informações para além das que já foram referidas. Há notícia de uma *varandinha do coro, com porta para o púlpito* que foi mandada fazer por Frei Estêvão da Purificação em 1657, certamente, uma estrutura de madeira. Outra notícia trata de uma capela de Santa Bárbara existente no espaço interno da igreja, fundada a 27 de Janeiro de 1670[62]. Para além disto, pouco mais se sabe, nem mesmo se se trataria de uma igreja de três naves ou de nave única.

O segundo convento de São Francisco foi substituído por um terceiro, a partir de 1700. Não consta o motivo da edificação de uma nova casa conventual. Talvez o aumento do número de frades e a importância que foi adquirindo justificaram as pretensões para um edifício maior para o único convento da ilha.

«Tem (Santa Cruz) um convento de frades franciscanos, com igreja, diante do rocio, com seu pórtico, à imitação do do Faial, tendo esta melhores obras de pedraria por fora, e por dentro tem sete capelas, três por uma sunava e três por outra e capela-mor (…)»[63]. Esta é a referência mais antiga do terceiro convento franciscano da

[61] Idem, *Ibidem*, PP. 241-242.
[62] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 242.
[63] *Relação da Ilha Graciosa,* 1738, in *Op. cit.*, pp. 391-392.

Graciosa. Para além de exaltar a boa qualidade da construção, que compara com a do convento de São Francisco da Horta, na ilha do Faial, enuncia as sete capelas e acusa a divisão espacial interna ao apontar as duas *sunavas* (sub-naves=naves laterais).

O Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade escreveu o manuscrito inédito *Memória para a História da Ilha Graciosa, 1828-1831*, remetendo este período cronológico ao tempo em que o autor esteve exilado na Graciosa.

> *Neste convento* [o segundo] *residiram até 1700 em que lançou a primeira pedra da nova Igreja e Convento que hoje existe o P.e Pregador Fr. Manuel de Santo António, ex-Guardião e actual Presidente in capite do dito Convento* (…)*"*[64]*.*
> *Em 22 de Agosto de 1708, sendo Provincial Fr. António de Jesus Maria e Guardião o Pregador Fr. Sebastião de Santo Inácio disse a primeira missa, com toda a solenidade, e em 18 de Junho de 1724, sendo Provicial* (sic) *Fr. João Baptista e Presidente «in capite» o confessor Fr. Inácio de Jesus se mudaram os Religiosos do Convento velho para o novo, até hoje ali tem residido*[65]*.*

Tendo começado os trabalhos em 1700, a igreja nova ficou terminada em 1708. As obras de construção da casa conventual devem ter-se iniciado logo após a conclusão da igreja, ficando prontas em 1724, ano em que os frades se mudaram do convento velho para o novo. "O convento continha quatro corredores, com mais de vinte céllas, casa de livraria, refetorio, cosinha, e uma boa cêrca com varias hortas"[66].

O novo edifício não resultou de uma reforma do anterior, mas de uma construção feita de raiz em terrenos ao lado do segundo convento, que acabou por ser reconvertido em cemitério no século XIX. Quanto à igreja, foi construída com a fachada voltada para um adro que abre para o rossio. Não se pode aferir se a nova igreja foi ou não erguida sobre a anterior porque não se pode precisar a localização da igreja seiscentista. Porém, é uma possibilidade que se deveria ter em conta. Sobre o desenrolar das campanhas de obras da igreja, de 1700-1708, não há registos que nos possam auxiliar. Apenas as poucas fotografias do seu aspecto exterior poderão ajudar na análise da fachada da igreja, bem como as descrições escritas do edifício setecentista pelos que o conheceram, que poderão auxiliar na percepção do espaço interno e sua organização.

> *A igreja d´este convento é a melhor da ilha, tanto pela sua regular construcção, como pela sua boa posição. A capella-mór é elegante e perfeita; e as capellas lateraes muito aceadas. Tem ao lado esquerdo da capella-mór, a capella da ordem terceira com sua sacristia particular, e do outro lado a sachristia da igreja com porta para a casa chamada do capitulo*[67]*.*

---

[64] Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, *Memória para a História da Ilha Graciosa, 1828-1831*, Ms. N.º 70 do Fundo Ernesto do Canto, BPARPD, s/ed., cit. por Pe. Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 246.
[65] Idem, *Ibidem*, pp. 74-75, cit. por Pe. Vital Pereira, *Op. cit.*, p. 246.
[66] Felix José da Costa, *Op. cit.*, p. 78
[67] Idem, *Ibidem*, p. 80.

Fronteira à Praça Fontes Pereira de Melo, existe em Santa Cruz, a igreja de S. Francisco, resto do que se demoliu em um período de agitação (…).
É de três naves e com relativa elegância (…).
Sobre o pórtico, hoje fechado em nome da decência, está o coro central, onde ainda se conservam as cadeiras corais de excelente madeira (…).
Ao lado (direito) está a torre, que com a falta dos sinos parece estar dizendo à posteridade: Cunharam com eles moeda, que se derreteu… se sumiu!
É o tecto da nave central estucado e todos os seus relevos estão a branco. No das naves laterais entendeu-se muito bem não inutilizar a sua excelente obra de cedro, muito bem trabalhada, formando um bonito xadrez.
Há nestas naves laterais os altares de Santa Bárbara e Santa Rita de Cássia, as quais são boas imagens e os das Almas e de S. Benedito (…).
O que, porém, chama mais a atenção é a capela e o Santuário dos Terceiros.
O tecto da capela-mor é entabulado e tem pinturas de bom gosto. É excelente a talha dourada do retábulo desta capela, na qual se veneram as imagens de Nossa Senhora dos Anjos, orago da igreja, e de S. Francisco e Santo António.
Ao lado da Epístola (esquerdo) há outra capela, dedicada a S. Francisco, e dela se passa à sacristia dos Terceiros (…)[68].

Pelo cruzamento dos dados dos testemunhos supracitados percebe-se que era uma igreja de três naves, que certamente teria duas arcarias de volta perfeita assentes em pilares. Tinha um tecto de madeira estucado e pintado de branco, na nave central, e em madeira de cedro à vista nas naves laterais. Possuía um coro alto sobre a entrada, à imagem das restantes igrejas franciscanas. Tinha quatro altares laterais, mais a capela da Ordem Terceira de São Francisco, com sacristia privada, que se situava no lado da Epístola. No lado do Evangelho ficava a sacristia. A capela-mor exibia um tecto revestido por caixotões de madeira com telas pintadas, bem como um retábulo-mor em talha dourada bastante afamada. Por último, a torre erguia-se adossada ao lado do Evangelho, sendo a única parte da igreja que subsistiu até à actualidade.

Os dois testemunhos supracitados têm uma diferença de sessenta e dois anos. O primeiro é da obra de Félix José da Costa, editada em 1845, enquanto que o segundo é o extracto de uma descrição da igreja franciscana da Graciosa publicada em 1905. O que sobretudo os distingue é que o primeiro testemunho foi feito antes da demolição da casa conventual, embora esta já se encontrasse em avançado estado de degradação[69], enquanto que o segundo só aborda a igreja, referindo que, da casa conventual, *só restava uma nesga do claustro*[70]. A demolição do complexo conventual ocorreu algures nas décadas de 1860-1870, pois António Borges do Canto Moniz, em obra editada em 1883, diz-nos que "A igreja d'aquelle convento, ha poucos anos demolido, é superior a todas as que existem na ilha (…)"[71].

[68] «Obra Antiga e apreciável», in jornal "A Ilha Graciosa", n.º 488 de 21-01-1905.
[69] Cf. Félix José da Costa, *Op. cit.*, p. 80.
[70] Cf. «Obra Antiga e apreciável», in jornal "A Ilha Graciosa", n.º 488 de 21-01-1905.
[71] António Borges do Canto Moniz, *Op. cit.*, p. 170.

A igreja passou à posse do Estado e manteve-se aberta ao culto até ao século XX. Pensou-se em transferir para lá a Matriz porque era a melhor igreja da ilha, só que o edifício ressentia-se da demolição da ala do convento que lhe era adossada. Fizeram-se obras para suster a parede lateral sul, mas o tecto da igreja acabou por ruir na década de 1940, razão pela qual foi decidido demolir o templo, mantendo-se apenas a capela-mor entaipada. Só que o tecto desta capela também ruiu, na década de 1970, o que levou à decisão de também a demolir. Ficou a torre isolada e um parque infantil onde outrora se erguia a igreja.



Fig. 4.64 – Vista aérea de Santa Cruz da Graciosa na 1.ª metade do séc. XX: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.



Fig. 4.65 – Igreja de N.ª S.ª Anjos em ruínas: pormenor da imagem anterior.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores..

A análise da fachada e alçados laterais da igreja de Nossa Senhora dos Anjos só é possível com recurso às poucas fotografias que a registaram até à década de 1940. Do convento não nos chegou qualquer registo visual. Somente se sabe que se desenvolvia em torno de um claustro, com a ala norte adossada à parede sul da igreja, atrás da torre, o que responde ao facto de não existirem quaisquer janelas naquele alçado lateral da igreja, apenas uma porta lateral.

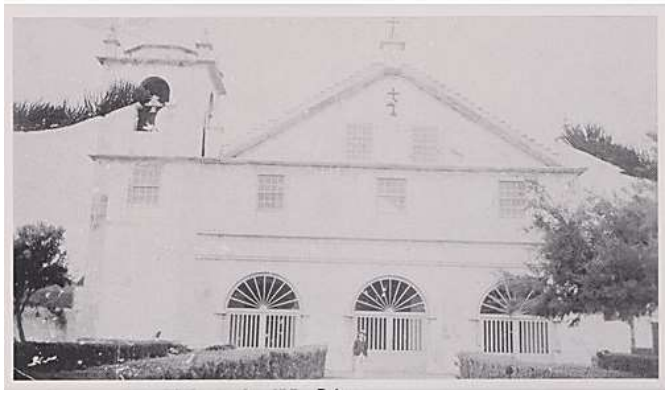


Fig. 4.66 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1718): frontaria.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 45.



Fig. 4.67 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): perspectiva aérea da frontaria.
Foto: Museu da Graciosa – Governo dos Açores.

A fachada da igreja de Nossa Senhora dos Anjos era dividida em três panos, por pilastras que subiam até à cornija da base do frontão triangular, sem que se perceba se também o atravessavam. O nível térreo era formado por uma galilé composta por três arcos de volta inteira centrados com as três naves do espaço interno. Sobre os arcos corriam duas cornijas, correspondendo, a superior, à mudança de nível interno. O segundo nível mostrava três janelas de guilhotina, cada uma alinhada com o arco inferior. Pouco acima das janelas corria a grande cornija da fachada, torre e alçados laterais. Esta cornija correspondia à base de um frontão triangular, em cujo tímpano foram abertas duas janelas que se integravam no pano central da fachada. Ladeavam um espaço vazio que, superiormente, era ocupado com um nicho com um símbolo franciscano – os braços cruzados de Cristo e de um frade sobre uma cruz, que também encontramos na igreja franciscana de Nossa Senhora da Guia, em Angra. O vértice do frontão estava cortado, servindo de base para uma cruz.



Fig. 4.68 – Torre subsistente da desaparecida igreja de N.ª S.ª Anjos.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre era, e ainda é, uma obra robusta. O corpo inferior subia até à altura da grande cornija da igreja, que se prolonga para a torre, contornando-a. Na face principal existe uma janela que foi rasgada mesmo abaixo da cornija mencionada. Acima desta desenvolve-se o campanário, com uma ventana por face, coroado por um coruchéu piramidal oitavado que pousa num baixo tambor, com um pequeno pináculo no vértice. Sobre os quatro cunhais encontram-se pináculos.

A fachada da igreja franciscana de Nossa Senhora dos Anjos lembra a sua congénere faialense, como foi dito. Todavia, recorda ainda mais a igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco de Angra (1672), cabeça da Província de São João Evangelista dos Açores. Embora de um modo simplificado, estão presentes os arcos da galilé, a demarcação dos níveis feita por cornijas, as pilastras que dividem a fachada em três panos e as janelas centradas em cada um deles. A igreja graciosense apresentava um frontão triangular, com duas janelas e um nicho central que lhes é superior, ao passo que a igreja terceirense já teve um frontão triangular, antes de lhe

rematarem os lados com volutas, círculos e *rocailles*, uma intervenção dos finais do século XVIII. Porém, o tímpano apresenta apenas uma janela central sobre a qual se situa um mesmo tipo de nicho. A grande variação, para além da estética, é que a igreja terceirense possui dois níveis de janelas entre a galilé e o frontão e a igreja graciosense apenas possuía um nível intermédio, conquanto alto.

De todos os conventos franciscanos nos Açores, apenas quatro possuíam uma igreja de três naves: Angra, Horta, Ponta Delgada e Santa Cruz da Graciosa. Os outros conventos tinham igrejas de menores dimensões e de nave única. Não se conhecem as razões que levaram à construção de um convento de maiores dimensões na Graciosa. Talvez por ter sido o único convento da ilha e, como tal, recebedor de muitas dádivas e doações. É certo que a Graciosa é uma ilha pequena, mas sempre foi bastante povoada, contando 11 436 habitantes em 1822, antes das vagas migratórias terem reduzido a população para cerca de 9 657 residentes em 1845, e 8 412 em 1883[72] – em 2021, a ilha tinha 4091 habitantes[73]. Seja como for, era um convento grande com uma igreja que vários autores consideravam *a maior e a melhor da Graciosa*.

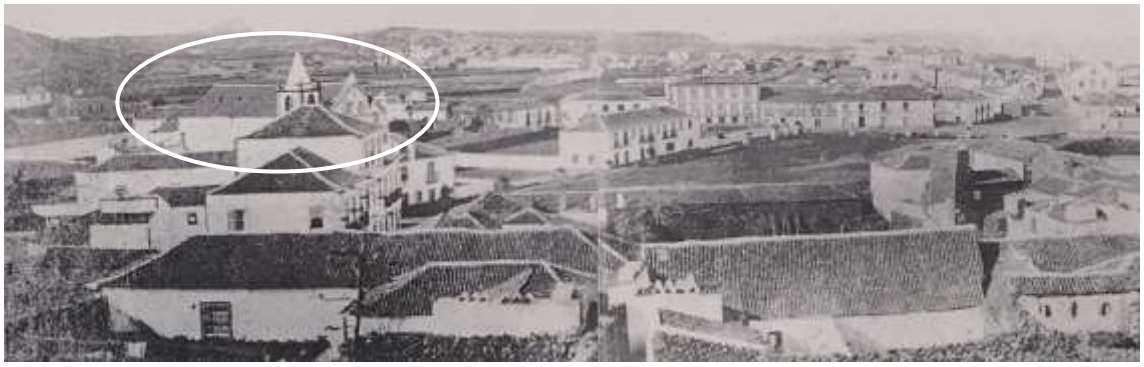


Fig. 4.69 – Vista sobre o rossio de Santa Cruz da Graciosa antes da plantação das araucárias, no último quartel do século XIX: a igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 13.



Fig. 4.70 – Vista de Santa Cruz da Graciosa a partir do Monte da Ajuda, em 2015: a torre subsistente da desaparecida igreja de N.ª S.ª Anjos encontra-se envolvida pela elipse branca.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[72] Cf. Félix José da Costa, *Op. cit.*, pp. 50-51; cf. António Borges do Canto Moniz, *Op. cit.*, pp. 65-66.
[73] Dados dos *Censos 2021* – Instituto Nacional de Estatística.

4.2. Análise das igrejas de três naves na ilha Graciosa

As igrejas de três naves presentes na Graciosa são quase todas obras iniciadas na primeira metade do século XVIII, a que se associam a Matriz de Santa Cruz, das primeiras décadas do século XVI, e a Matriz da Praia, da segunda metade do século XIX. Só se pode analisar por completo o espaço interno das igrejas que hoje existem, uma vez que não há registos visuais do interior das igrejas desaparecidas de Nossa Senhora dos Anjos e da primitiva Matriz da Praia.

A primeira campanha de obras da Matriz de Santa Cruz começou ainda no século XVII, prolongando-se até 1750[74]. Entretanto, a igreja franciscana de Nossa Senhora doa Anjos foi erguida entre 1700 e 1708. A igreja de Guadalupe começou a ser construída em 1713, obras que só se concluíram em 1756. A igreja da Luz foi edificada entre 1730 e 1745. Para além de serem coevas, na medida a que pertencem a um mesmo período cronológico de aproximadamente cinquenta anos, só a igreja conventual se apartava do conjunto no que se refere à frontaria. Pertence a uma família de igrejas franciscanas de três naves, com algumas diferenças compositivas em relação às restantes igrejas paroquiais da Graciosa, cujo modelo da fachada provém da igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco de Angra.



Fig. 4.71 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da Matriz de Santa Cruz revela a sua origem tardo-gótica, com as arcarias do corpo das naves constituídas por arcos de volta inteira apoiados em colunas. Pelo posicionamento do baptistério depreende-se que a nova frontaria foi construída à frente da fachada anterior, ganhando a igreja mais um tramo. A primitiva Matriz da Praia já deveria ter pilares a sustentar as arcarias, embora não haja referências que o comprovem. A cabeceira tinha, e tem, capelas amplas, já que foi preservada na campanha de obras que terminou em 1895. Os arcos que fazem a

[74] Deve ter sido nesta campanha de obras que se substituiu a antiga cobertura de três telhados autónomos por um só, com duas águas, incorporando o clerestório no espaço interno.

passagem entre as capelas da cabeceira são similares aos existentes nas igrejas tardo-góticas das ilhas Terceira e São Miguel, uma solução que foi classicizada no século XVI, mas que não perdurou para além.

As igrejas de Guadalupe, Luz e a nova Matriz da Praia apresentam arcarias com arcos de volta perfeita que se apoiam em pilares. Variam nas dimensões, sobretudo na altura, com a nova Matriz da Praia a mostrar uma escala maior, denotativa da época em que foi construída. Já as igrejas de Guadalupe e Luz são o resultado de campanhas de obras coevas, tendo a Luz sido erguida no longo intervalo em que as obras de Guadalupe estiveram interrompidas.



Fig. 4.72 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.73 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.74 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno das duas igrejas é bastante semelhante, embora a de Guadalupe tenha mais um tramo que a da Luz, para além da diferença nos tramos de entrada que resulta de a torre da igreja de Guadalupe se encontrar inserida, em planta, no topo da nave lateral. As arcarias de ambas são similares nas dimensões e nas proporções. Os pilares, não sendo altos, implantam-se com um certo afastamento entre si, o que origina arcos com vãos largos mas não muito altos. Tal permitiu a criação de um espaço fluido entre as naves, uma maior unificação do espaço. As capelas-mores são espaços análogos, com uma certa profundidade. A de Guadalupe tem a mesma largura da nave central. Os tectos de madeira das capelas-mores, apesar de pintados, mostram uma falsa abóbada em Guadalupe e três esteiras na Luz.

Da desaparecida igreja franciscana de Nossa Senhora dos Anjos só se pode imaginar o espaço interno através das poucas referências que chegaram até hoje. Para além de ter possuído uma capela e sacristia da Ordem Terceira de São Francisco, a igreja tinha umas arcarias tendencialmente altas (pela observação das imagens do seu exterior), assentes em pilares, coro-alto sobre a galilé e altares laterais em vez de capelas, três por nave lateral (colateral incluída), como na igreja do convento de São Francisco de Angra. Os tectos das três naves tinham caixotões e, em 1905, o da nave central encontrava-se estucado. A igreja de Nossa Senhora dos Anjos foi a maior e mais ampla igreja que existiu na Graciosa, pertença do único convento da ilha, cujo espaço interno não se deveria afastar dos que se encontram nas outras igrejas franciscanas do arquipélago com três naves.

Quanto às frontarias, as igrejas graciosenses têm alguma variedade, fruto das diferentes épocas em que foram construídas e/ou intervencionadas, contando com um contributo de peso da primeira metade do século XVIII. Quatro, num total de cinco igrejas, foram construídas ou reformadas naquele período de tempo. A Matriz quinhentista de Santa Cruz teve a frontaria reformada na primeira metade do século XVIII, tornando-a maior em largura e altura, relativamente ao corpo das naves. Quer a nova fachada quer a nova torre foram obras ambiciosas para engrandecer aquele que era um dos mais importantes templos da Graciosa. Todavia, trata-se de uma máscara adossada frontalmente para tapar a anterior fachada, uma vez que o corpo e a cabeceira da igreja foram conservados. São visíveis alguns problemas de composição na articulação de elementos na fachada, mormente no posicionamento e dimensão do frontão e no limite do lado oposto à torre. Nada que não torne a fachada da Matriz de Santa Cruz no mais imponente frontispício da ilha. É a única a possuir dois níveis inferiores à grande cornija, no que resultou na abertura de um maior número de janelas. Também é ímpar nos três níveis da composição do eixo portal/janela maior e janela menor. A partir dos extremos do lintel do portal sobem pilastras mais finas que

flanqueiam as janelas superiores e definem o pano central da fachada, a partir do segundo nível. Como tal, esta fachada possui cinco panos nos segundo e terceiro níveis. O frontão é tripartido, interrompido na base, com o vértice cortado e diferenças na moldura dos lados, cujas cantarias se adelgaçam sobre o pano central.



Fig. 4.75 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750: fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.76 – Antiga Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI): fachada em 1845.
Fonte: Paróquia de São Mateus da Praia.

A Matriz de São Mateus da Praia era um edifício da segunda metade do século XVI, com uma fachada cujos elementos de composição não diferiam muito das outras igrejas, mas com um tratamento que sugere a sua maior antiguidade. A relação entre a fachada e o frontão não tem que ver com o que se encontra nas igrejas setecentistas da Graciosa. A fina cornija da fachada que serve de base ao frontão triangular, com janelas abertas no tímpano, mais sugere um frontão como continuação superior da fachada, com menos autonomia que os frontões das outras igrejas.

O portal quinhentista que possuía, com arco de volta perfeita, ladeado por colunas embebidas na parede, encimado por um possível entablamento e rematado por um frontão triangular, não tinha paralelo nos Açores ou, se teve, não chegou aos nossos dias nem deixou registos. Recorde-se que a Sé de Angra tem duas portas laterais rematadas por frontões triangulares que podem ser contemporâneas do portal da Matriz da Praia, porém, mais simples. O da Matriz inseria-se num tipo de portais que caracterizou o Renascimento em Portugal, presente em várias igrejas de norte a sul do território continental. Nos Açores, que haja conhecimento, só a Matriz de São Mateus da Praia possuiu um portal daqueles. Esta igreja foi alvo de uma grande campanha de obras nos finais do século XIX, da qual apenas se preservou a cabeceira original. A nova Matriz também tem três naves e é a única na ilha a apresentar um corpo central do campanário, centrado e inserido como remate da frontaria, rematado por um frontão triangular.





Fig. 4.78 – Igreja de N.ª S.ª Anjos, Convento de S. Francisco de Santa Cruz da Graciosa (1700-1708): fachada.
Fonte: Norberto da Cunha Pacheco, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986, p. 45.

Fig. 4.77 – Matriz de São Mateus da Praia (2.ª metade séc. XVI/1882-1895): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As igrejas construídas de raiz na primeira metade do século XVIII foram as de Guadalupe, Luz e a desaparecida igreja do convento de São Francisco, a mais antiga deste grupo. As obras da nova fachada e torre da Matriz de Santa Cruz desenrolaram-se no mesmo período cronológico da edificação das outras igrejas, o período mais profícuo para a arquitectura religiosa na ilha. Como já foi notado, a desaparecida igreja de Nossa Senhora dos Anjos integra-se na arquitectura construída pelos franciscanos nos Açores, particularmente, a solução escolhida para as fachadas das igrejas de três naves. Pilastras e cornijas/entablamentos compartimentam a fachada, como uma malha ortogonal irregular, em cujos compartimentos se abrem os vãos, incluindo os arcos da galilé. As outras igrejas mostram portais/janelas ladeados por pilastras, mais os cunhais e uma única cornija no cimo, onde assenta o frontão triangular, pelo que, desde o soco até à cornija, não existem elementos horizontais que compartimentem o frontispício. Sendo assim, as fachadas de Guadalupe, Luz e da Matriz de Santa Cruz são apenas segmentadas verticalmente através das pilastras, criando os três panos. A fachada da igreja de Guadalupe não possui pilastras, embora estas existam no frontão, sugerindo uma tripartição que não está patente nos níveis inferiores da fachada.



Fig. 4.79 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.80 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.81 – Igreja de Guadalupe (1713-1756): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 4.82 – Igreja da Luz (1738-1745-1793): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Os portais das igrejas de Guadalupe, Luz e Matriz de Santa Cruz são o resultado evolutivo de uma solução de origem medieval, o portal encimado por janelão ou rosácea, classicizado no século XVI e «adensado» nos dois séculos sequentes. Os pormenores decorativos e estruturais conferem-lhes plasticidade, enchem a composição e realçam a terceira dimensão dos vãos. Salienta-se o uso das ordens clássicas em pilastras, entablamentos e cornijas no portal, janela e nicho. Os portais das outras duas igrejas aproximam-se bastante na composição e nos elementos usados, nos quais as meias volutas presentes sobre o portal servem de mísulas aos extremos interrompidos da grande cornija da fachada, em Guadalupe, ou de base a finas pilastras que ladeiam ao janela superior, na Luz. A grande cornija interrompida por uma janela é uma constante nas três fachadas, ainda que, na Luz, a cornija contorne superiormente a janela num percurso quebrado.



Fig. 4.83 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/ 1750): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 4.84 – Matriz de Santa Cruz da Graciosa (c. 1500-1523/1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No que concerne às fachadas, a da Matriz de Santa Cruz é a mais complexa da Graciosa. Mas terá ela influenciado as soluções escolhidas para as igrejas de Guadalupe e da Luz ou terá sido por elas afectada? Se a conclusão das obras da igreja de Guadalupe se deu seis anos depois das da Matriz, é provável que a fachada e a torre de Guadalupe lhes seja posterior. Contudo, a igreja da Luz foi concluída cinco anos antes da Matriz de Santa Cruz, o que não significa que não possa ter sido influenciada pelas suas obras que, afinal, tinham sido as primeiras a arrancar.

Quanto às torres, todas as igrejas graciosenses as têm/tiveram. Apesar de serem todas parecidas, destacam-se as das Matrizes de Santa Cruz e da Praia (desaparecida) pela maior altura. As torres tinham dois níveis, o corpo inferior, que podia ter janelas, e o campanário, com uma ou duas ventanas por face, coroadas por coruchéus piramidais oitavados, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. As igrejas da Luz e de Nossa Senhora dos Anjos tinham as suas torres adossadas ao corpo das naves no lado do Evangelho. As Matrizes de Santa Cruz e da Praia, mais a igreja de Guadalupe, apresentavam-na no lado da Epístola. Destas três igrejas, duas tinham a torre inserida em planta: Matriz da Praia e Guadalupe. Ao contrário desta, cuja torre assume um papel de segundo plano por se lhe sobrepor um extremo do frontão, na imagem da Matriz da Praia parece que a cornija do lado do frontão se interrompia com a pilastra/cunhal da torre. A existência de duas ventanas na face lateral interna do campanário deve ter influenciado a torre setecentista da Matriz de Santa Cruz, a única cuja cornija do arranque do campanário fica acima da cornija da fachada. Difere da torre de Guadalupe por não estar inserida em planta, mas adossada ao corpo das naves.

5. As igrejas de três naves na ilha de São Jorge



Fig. 5.1 – "Insula S. Georgij.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A ilha de São Jorge tem de comprido dez léguas; corre sua compridão noroeste sueste. O lugar ou freguesia de Rosales* (sic) *está ao noroeste e a vila do Topo ao sueste. Tem de largura em partes mais de uma légua, e em partes menos, e toda é um alto espinhaço e lombada de serrania. E pela banda do Topo mostra mais rosto e é mais larga que pelas outras partes, e por ser muito fragosa, não tem caminho por terra, que é de muito mato, senão com muito trabalho*[1].

A ilha de São Jorge ocupa o centro do arquipélago dos Açores, erguendo-se no meio das outras quatro ilhas do grupo central. Apresenta-se como uma serra que emerge do Atlântico, alta – com um pico máximo de 1053 metros –, de encostas íngremes, *muito fragosa*, com cerca de 53 quilómetros de comprimento, mas com uma largura máxima de apenas oito. A maioria das povoações nasceu nas muitas fajãs que pontuam ambas as costas da ilha. As fajãs são terrenos mais planos situados à beira-mar, resultantes do desmoronamento das encostas da ilha ao longo de milénios, para onde caem muitas ribeiras vindas da serra. Também podem resultar de anteriores erupções vulcânicas junto à costa. Com água e terrenos férteis para cultivar, as populações fixaram-se nas fajãs, já que acima das encostas, para além do mato existente, os terrenos ficavam a uma cota elevada que apenas serviam para pasto.

São Jorge foi achada logo após a Terceira, provavelmente antes da Graciosa. O seu povoamento começou nos mesmos anos que as outras ilhas do grupo central, a partir de 1449, quando D. Afonso V autorizou o infante D. Henrique, donatário dos Açores e administrador da Ordem de Cristo, a mandar povoar as *ilhas Terceiras*.

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da* Terra, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 90.

Os primeiros anos do povoamento da ilha de São Jorge estão envoltos em brumas. Só a partir de 1483, ano em que a ilha foi entregue pela infanta D. Beatriz a João Vaz Côrte-Real, é que houve um incremento quer do povoamento, quer do arroteamento de terras. Sabe-se que, naquele ano, já haveria moradores na ilha, fruto de algumas expedições não organizadas que assentaram arraiais no lugar de Velas, o primeiro povoado de São Jorge[2]. Pouco depois criaram-se outros povoados, como o Topo e a Calheta que, com as Velas, se tornaram nos três concelhos que a ilha teve até meados do século XIX, quando o concelho do Topo foi extinto e integrado no da Calheta.

As Velas e o Topo foram os focos a partir dos quais se iniciou o reconhecimento e a exploração da ilha. Relativamente a este processo, a exploração a partir das Velas cobriu desde os Rosais, no extremo noroeste da ilha, até às Manadas, lugar mais ou menos a meio da costa sul, mas mais próximo das Velas. A partir do Topo, o extremo sudeste da ilha, os povoadores também se expandiram pela costa sul, fundando os lugares da Ribeira Seca e da Calheta. Estas foram as primeiras freguesias de São Jorge, todas implantadas na vertente sul até ao último quartel do século XVI, quando foi criada a freguesia de Norte Grande, a primeira situada no lado norte, mas não na costa. O mesmo acontecia no lado sul, com as freguesias dos Rosais e da Ribeira Seca a localizarem-se afastadas da costa, mas em cotas menos elevadas.

A partir de 1483, a ilha de São Jorge teve os mesmos capitães do donatário que Angra, resultado da sua integração naquela capitania. Curiosa é a ausência de um capitão anterior a 1483, que pode ser explicada pela orografia da ilha, com uma costa norte impraticável e uma costa sul pontuada de fajãs, com poucas terras férteis. Após a efectivação do povoamento, e apesar das dificuldades, os extremos da ilha, Rosais e Topo, mostraram ser boas terras cerealíferas, principalmente de trigo e centeio, enquanto a serra foi sendo desbravada para a criação de pastagens. Quanto à comunicação interna na ilha, só no século XIX é que se abriu a estrada entre o Topo e a Calheta, pelo que, até lá, as viagens eram feitas por barco. O mesmo se passou com as fajãs, que ainda não tinham acesso aberto por terra que permitisse a comunicação com a restante ilha.

As igrejas de três naves existentes em São Jorge encontram-se todas em povoações implantadas na costa/encosta sul da ilha. Existem, actualmente, cinco exemplares. A Matriz de Velas foi, primitivamente, um edifício quinhentista, substituído no século XVII pelo actual templo. Veja-se o quadro relativo às igrejas de três naves da ilha de São Jorge.

[2] O primeiro capitão do donatário do Faial, Josse de Hurtere (Jos d'Utra), quando embarcou para tomar posse da sua ilha, provavelmente em 1466, fez escalar os seus navios no porto de Velas, o que indica que já haveria, se não um povoado, pelo menos um assentamento de povoadores naquele lugar.



Fig. 5.2 – Mapa administrativo da ilha de São Jorge.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 92.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
São Jorge **5** (0)	Velas **2** (0)	Velas	*Matriz São Jorge*	P	1664-1675
		Rosais	*N.ª S.ª Rosário*	P	séc. XVIII/1964
	Calheta **3** (0)	Calheta	*St.ª Catarina Alexandria*	P	1732-1760-1763
		Ribeira Seca	*São Tiago Maior*	P	post- 1757-1761
		Topo	*Matriz N.ª S.ª Rosário*	P	post. 1757-1761
TOTAL: **5 igrejas de três naves identificadas na ilha de São Jorge**					

Fig. 5.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de São Jorge. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas.
Legenda: **P**-paroquial; **séc.**-século; **post.**-posterior a.

– *Matriz de São Jorge*, Velas



Fig. 5.4 – Matriz de São Jorge, Velas (1664-1675): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.5 – Matriz de São Jorge, Velas (1664-1675): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Como foi referido, Velas foi o primeiro povoado fundado em São Jorge. Talvez por ser a maior fajã da ilha, apenas desprotegida no quadrante sul, mas com o melhor porto dos Açores. As Velas cresceram rápida e consistentemente, enquanto o povoamento na metade nascente da ilha ainda desbravava terra em busca de lugares onde assentar arraiais e fundar os povoados. A confirmação do desenvolvimento das Velas é dada pela elevação a vila por volta do ano 1500. Porém, "Pela vereação de 5 de Janeiro de 1591, certificando que o *escalvado* [baldio ou serra municipal] *terras de que o concelho estava de posse de mais de 100 annos*, parece que o município já se achava creado em 1490, antes do reinado de D. Manuel (…)"[3].

Foi nas Velas que se ergueu a igreja de São Jorge, na ilha de São Jorge, conforme o estipulado pelo testamento do infante D. Henrique, de 1460. Se, na época, se tratava de um altar, de uma capela ou de uma igreja, não se sabe, nem sequer se já estaria erecta à data daquele testamento. Apenas há conhecimento de que existiu uma igreja de São Jorge anterior à actual, que talvez possa ser a referida por Gaspar Frutuoso – "A igreja é de três naves, com cinco colunas de cada parte, com uma capela ao lado direito"[4]. A referência às cinco colunas presentes em cada uma das arcarias do corpo da igreja pode ser respeitante a colunas (se a construção fosse tardo-gótica ou anterior ao último quartel do século XVI) ou a pilares, uma vez que o autor não faz distinção entre as duas designações. Tratar-se-ia, muito possivelmente, de uma igreja tardo-gótica, tal como aconteceu em todas as ilhas dos grupos central e oriental dos Açores. Mais nenhum cronista menciona esta igreja, talvez por ter desaparecido nos meados do século XVII.

[3] José Candido da Silveira Avellar, *Ilha de S. Jorge (Açores) – Apontamentos para a sua História*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902, p. 230.
[4] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 91.

A igreja primitiva acabou por ser substituída por um novo templo, maior e mais espaçoso. O retábulo da capela-mor parece ser o que D. Sebastião ofereceu ao povo das Velas, referenciado na vereação de 12 de Agosto de 1570, data do requerimento do procurador do concelho.

> *Que este povo tinha gastado muito em pedir a el-rei nosso senhor um retábulo de que el-rei fez mercê para a igreja matriz d'este povo e que estava na egreja e há muito que elle está e se não faz a capella para se por e está em risco de se perder que requeria a suas mercês provessem n'isso de maneira que se não perdesse e ordenassem a capella para se pôr porque perdendo-se protestava para suas mercês darem conta disso, e os ditos officiaes disseram que por ora se não podia prover isso nem tinham dinheiro d'el rei nem provisão sua para se fazer a capella em que o retabulo se hade pôr por sua devoção o quer fazer e querendo proveria nisso*[5].

Portanto, e pelo que se evidencia, a igreja primitiva de São Jorge parece que foi substituída, principalmente, para a colocação do retábulo que D. Sebastião havia oferecido quase cem anos antes. É obvio que existiria a necessidade de erguer uma igreja maior por várias razões, só que o supracitado motivo parece ter sido resolutivo. Leia-se o desenrolar dos factos narrados por José Cândido da Silveira Avellar:

> *O vigario padre Balthazar Dias Teixeira solicitou e obteve d'el-rei D. Affonso 6.º, por alvará de 23 d'abril de 1659, que a camara repartisse pelo povo a finta de 8:157 crusados para a obra da dita egreja.*
> *A camara em vereação de 18 d'outubro de 1660* (…)*, accordou que se lançasse de finta annual 150$000 reis a começar no anno de 1661; quota que depois foi elevada a 200$000 reis fazendo-se a cobrança com difficuldade por se aggravar com a finta d'el-rei.*
> *E em correição de 6 de maio de 1664 proveu o corregedor dr. Domingos Pereira da Silva para se dar principio á dita edificação. Foi architecto d'ella Francisco Rodrigues, pedreiro* (…). *Contruida a egreja foi sagrada em fevereiro de 1675 pelo bispo D. Fr. Lourenço de Castro, por occasião da sua arribada á ilha em viagem da ilha de S. Miguel para a Terceira*[6].

De facto, a edificação da nova Matriz foi célere, quando comparada com muitas igrejas açorianas. Desde o alvará de 1659, mandado por D. Afonso VI, até ao avanço das obras, em 1664, passaram-se apenas quatro anos, nos quais se fez a colecta do dinheiro para se iniciar a construção do novo templo. Onze anos passados, estava a nova Matriz a ser sagrada por D. Fr. Lourenço de Castro, o então bispo de Angra.

O mestre designado para o encargo foi Francisco Rodrigues, pedreiro natural da ilha do Pico que, em 1664, se dirigiu para São Jorge com a responsabilidade de projectar e construir a nova Matriz das Velas. Ficou na ilha, casou e deixou descendência, tornando-se na cabeça de uma dinastia de mestres pedreiros, os *Avellar*[7].

---

[5] José Candido da Silveira Avellar, *Op. cit.*, pp. 255-256.
[6] Idem, *Ibidem*, pp. 253-255.
[7] Cf. Idem, *Ibidem*, nota de rodapé (1), p. 254. Voltar-se-á a abordar esta dinastia de mestres pedreiros na análise comparativa e crítica das igrejas de São Jorge a desenvolver no final deste capítulo.



Fig. 5.6 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.7 – Matriz de Velas (1664-1675): retábulo da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira 2015.

A igreja de São Jorge tem a sua capela-mor orientada para nascente, mantendo a orientação da primitiva igreja. Apresenta um espaço interno constituído por três naves, com cinco tramos, sem transepto. As arcarias são formadas por arcos de volta inteira assentes em pilares de secção quadrada, próximas da ordem toscana. A partir dos capitéis dos pilares, entre os arranques dos arcos, sobe uma pilastra que termina na cornija do alçado da arcaria. Na nave central existem dois púlpitos acoplados a pilares das arcarias, frente a frente e simétricos, que aproximadamente marcam o meio da igreja. A capela-mor abre-se através de um grande arco triunfal que, no cimo, ostenta as armas reais de Portugal em cantaria. O espaço da capela tem alguma profundidade e é iluminado por duas janelas laterais, próximas do altar. Como foi referido, o retábulo-mor quinhentista foi oferta de D. Sebastião à igreja Matriz de São Jorge, tornando-se numa das motivações para a construção de uma nova igreja onde coubesse o dito retábulo. A cobertura é de madeira, com um tecto de três esteiras.



Fig. 5.8 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva da nave central a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.9 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral e altar do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.10 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Os arcos de volta inteira das duas capelas colaterais são bastante mais pequenos que os arcos da capela-mor e das capelas e altares laterais. As colaterais têm iluminação natural, sendo espaços com alguma profundidade. São cobertas por abóbadas de berço com caixotões simples, profundos, cuja fiada de fecho se encontra preenchida por altos-relevos em cantaria, mostrando motivos florais e religiosos.



Fig. 5.11 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.12 – Matriz de Velas (1664-1675): abóbada de caixotões da capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

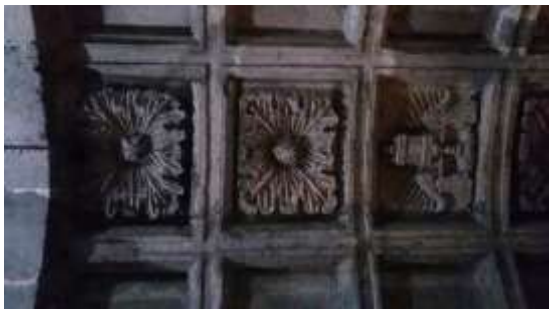


Fig. 5.13 – Matriz de Velas (1664-1675): caixotões do fecho da abóbada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.





Fig. 5.15 – Matriz de Velas São Jorge (1664-1675): caixotões do fecho da abóbada da capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 5.14 – Matriz de Velas (1664-1675): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais possuem uma capela e um altar no lado do Evangelho e dois altares no lado da Epístola. Todos se abrem por arcos de volta perfeita. A única capela lateral, de Nossa Senhora das Dores, sobreleva-se por três degraus, possui um retábulo rococó e é coberta por uma abóbada de berço. Sobre as entradas das capelas colaterais foram rasgadas, no século XIX, janelas elípticas que interromperam a cornija presente em todas as faces daquelas naves. No tramo de entrada, no lado do Evangelho, fica a capela baptismal cuja entrada se faz por um arco de volta inteira. O baptistério ocupa o nível térreo da torre sineira. No mesmo tramo de entrada, mas no lado oposto, situa-se a escada de madeira, em dois lanços, que acede ao coro-alto. Trata-se de uma estrutura de madeira feita após a edificação da igreja, adaptando-se às arcarias. O coro-alto é tripartido pelos arcos das arcarias ali presentes. O espaço central apresenta uma guarda contracurvada, atrás da qual está um órgão do século XVIII.



Fig. 5.16 – Matriz de Velas (1664-1675): capela lateral de N.ª S.ª das Dores.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.17 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva da entrada e do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.18 – Matriz de Velas (1664-1675): escada de acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.19 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria nos meados do século XIX, anterior a 1870.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 5.20 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria em 1870.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 5.21 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria na primeira metade do século XX.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 5.22 – Matriz de Velas (1664-1675): frontaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz de São Jorge teve, pelo menos, quatro fachadas diferentes desde os meados do século XIX até ao momento presente, para não dizer, desde que apareceram os registos fotográficos nos Açores.

A primeira fachada tem a forma de uma empena com os lados de acentuado declive. A pequena rosácea poderia pertencer à primitiva fachada, possivelmente tardo-gótica. Só que essa fachada reflectiria a diferença de altura das naves devido à existência clerestório, originando as três coberturas autónomas das naves da igreja. A primeira fachada acima exibida parece ser o resultado da mudança de cobertura das naves, de três telhados autónomos para um telhado de duas águas. Para isso manteve-se a altura do vértice (e a rosácea inferior), que foi ligado aos extremos da fachada, o que criou aquela empena de declives acentuados.

O portal era ladeado de pilastras jónicas, sobre as quais se lançava o entablamento com pináculos nos extremos. Assente naquele entablamento estava a janela central, acompanhada por alguns motivos decorativos e rematada por um entablamento curvo. Todos os elementos presentes no conjunto portal/janela sugerem pertencer à campanha de obras do século XVII. Existe uma estreita cornija na fachada que é interrompida pela janela central, sensivelmente a meia altura, que se encurva ao contornar os pináculos dos extremos do portal. De cada lado da composição central da fachada existe uma janela pequena que se encosta à cornija atrás referida. Estas janelas situavam-se nos topos das naves laterais, logrando ser obra dos séculos XVI ou XVII. Sendo assim, parece que boa parte dos elementos da fachada primitiva e da sequente chegou à segunda metade do século XIX.

A segunda fotografia está datada de 1870. Foram mantidos os mesmos elementos da fachada anterior, agora pintada e com o trabalho de cantaria realçado. Contudo, a empena foi rebaixada, o vértice cortado e a rosácea deu lugar a um nicho sobre a janela central, como é visível na comparação das duas fotografias, nomeadamente no nível do encontro do lado da empena com a torre. Todas estas modificações também ajudaram a definir o frontão, que antes não existia.

Na terceira fotografia parece que a igreja se mascarou. Todos os elementos das fachadas anteriores foram radicalmente reformados. As janelas laterais rectangulares tornaram-se circulares, enquanto novas janelas com remates semicirculares se abriam inferiormente, ladeando o portal, aprumadas com as ditas janelas circulares. O frontão triangular foi convertido num remate policurvado e a nova cornija da fachada, impactante, apresenta um troço central semicircular que contorna superiormente a janela axial.

A quarta fotografia mostra a Matriz de São Jorge em 2015. A fachada actual é o que se conseguiu fazer depois da fachada anterior… Os vãos permaneceram quase

todos, apenas as anteriores janelas circulares que já tinham sido rectangulares foram fechadas. As janelas laterais inferiores foram redimensionadas e o seu desenho simplificado, o que, aliás, acontece em todos os vãos da fachada. A cornija com a secção central semicircular foi mantida, mas mais fina e com menos impacto. O frontão voltou a ser triangular, mas com uma base dúbia, levantando a questão se será mesmo um frontão ou a parte superior de uma fachada com forma de empena.





Fig. 5.24 – Matriz de Velas (1664-1675): coruchéu da torre datado de 1825.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 5.23 – Matriz de Velas (1664-1675): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *A bella torre da egreja obedecendo á architectura do actual seculo foi construída em 1825. Esta torre e a capella da Senhora das Dores fundada no seculo XVIII pelo padre Manuel Joaquim da Silveira Machado, beneficiado da matriz, são obras que pela sua regular construção destoam completamente do templo a que se ligam*[8].

A torre da Matriz de São Jorge tem dois níveis separados por um entablamento. O nível inferior apresenta, na face da fachada, uma pequena janela aberta logo abaixo do entablamento. Na face lateral abre-se uma janela, pouco acima do soco. Na face posterior encontra-se, adossado à torre, o corpo da escada de acesso, em dois lanços, com um balcão superior onde se situa a porta de entrada na torre. O nível superior da torre é seccionado por uma cornija a pouca altura do entablamento, que demarca uma espécie de soco onde, na face frontal, se localiza o relógio da igreja. O campanário

[8] Idem, *ibidem*, p. 256.

possui uma ventana por face, salvo a face lateral interna, que tem duas estreitas ventanas desiguais e geminadas. Sobre os cunhais do campanário estão colocados pináculos, interligados por uma platibanda que imita uma balaustrada. Enquadram um coruchéu constituído por duas cúpulas bolbosas, oitavadas e sobrepostas, rematadas por um pináculo. Na cintura entre as duas cúpulas está inserida a data «1825», ano da conclusão da torre, que pode não ser produto de uma única campanha de obras.

A Matriz de São Jorge é o resultado de várias intervenções, mais na fachada que no corpo da igreja. O seu espaço interno apresenta dimensões que acusam uma fábrica da segunda metade do século XVII. As finas pilastras que arrancam dos capitéis dos pilares das arcarias até à cornija do alçado também caracterizam as igrejas coevas de São João Baptista e de Nossa Senhora da Guia, ambas na cidade de Angra. Não deixa de ser invulgar o facto de a cabeceira ter uma capela-mor com cobertura de madeira, enquanto as duas pequenas colaterais são abobadadas com caixotões. Poderá pressupor uma primeira intenção de abobadar a capela-mor que nunca se concretizou.

Pela análise das várias fachadas, desde os meados do século XIX até à actualidade, a frontaria desta igreja parece ter sido anterior a 1675, aquando da construção do novo corpo das naves e capelas da cabeceira. É provável que os trabalhos do portal e da janela central tenham sido executados naquela data. Porém, as duas pequenas janelas laterais podiam ser dessa campanha de obras ou de outra anterior. A rosácea é um elemento que pertenceu à fachada primitiva e que subsistiu até ao século XIX. Apesar de intervencionada no terceiro quartel do século XVII, a fachada primitiva parece ter subsistido até à segunda metade do século XIX. Depois de ter sido muito alterada nos séculos XIX e XX, nada resta das fachadas anteriores. Apenas se mantém a torre erguida em 1825, que ora é a parte mais antiga da actual frontaria.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Rosais



Fig. 5.25 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.26 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A freguesia dos Rosais pertence ao concelho de Velas, situando-se no extremo noroeste da ilha de São Jorge que termina na ponta dos Rosais. Por ser uma área orograficamente gentil, com várias nascentes, terras férteis para a agricultura, sobretudo, para o cultivo de cereais, aliada à proximidade a que ficava da vila de Velas, Rosais já era freguesia em 8 de Janeiro de 1559, data do "Auto da Eleição Trienal" presente nas *Vereações de Velas*[9], que refere a existência da freguesia e da igreja.

A igreja primitiva de Nossa Senhora do Rosário foi substituída, no século XVIII, por uma igreja de três naves que chegou incólume à década de 1960. Apesar de não terem sido encontradas imagens do espaço interno da igreja, o seu aspecto exterior foi registado algumas vezes, imagens essas que ora se mostra para depois as confrontar com o actual templo.



Fig. 5.27 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da igreja nos finais do século XIX.
Foto: Junta de Freguesia dos Rosais.

[9] Cf. Câmara Municipal das Velas; António dos Santos Pereira (introdução, transcrição e notas), *Vereações de Velas (São Jorge) – 1559-1570-1571*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1984.



Fig. 5.28 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/ 1964): perspectiva da igreja na primeira metade do século XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.

A antiga igreja do século XVIII apresentava uma frontaria com portal central sobreposto por janela, mais duas janelas abertas quase nos extremos da fachada, ainda no primeiro nível, mas sobrelevadas. O portal era ladeado por pilastras jónicas que se prolongavam superiormente como plintos sob pináculos. Estes elementos flanqueavam a janela superior, rematada por um entablamento. Entre o portal e a janela existia um duplo entablamento, enquanto o vértice da fachada se encontrava cortado. Embora existissem os primeiros níveis para duas torres – panos circunscritos por cunhais/pilastras em cantaria –, apenas foi construída a torre adossada ao lado da Epístola, com dois níveis: o inferior, com uma pequena janela junto ao soco e o campanário, com ventanas rasgadas nas suas quatro faces. A torre era coroada por um coruchéu piramidal de secção octogonal e tinha pináculos sobre os cunhais, ligados entre si por platibandas. Todos estes elementos encontravam-se pintados e pontuados por motivos decorativos. No extremo oposto à torre situava-se o baptistério, cuja cobertura corria na continuação da água do telhado do corpo das naves, por trás do pano de fachada da torre não construída, onde havia uma janela. Pelo que se pode observar na figura anterior, as portas das fachadas laterais eram coroadas por frontões com um pequeno óculo ou cartela no tímpano.



Fig. 5.29 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da fachada na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.



Fig. 5.30 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A crise sísmica de 1964 provocou graves danos na igreja dos Rosais, o que obrigou a uma intervenção de consolidação do edifício, no mínimo, discutível. No corpo das naves, os capitéis dos pilares e os embasamentos foram cortados à face dos fustes, que mantêm as arestas chanfradas pré-existentes. As três naves foram cobertas por tectos em falsa abóbada muito abatida. Quanto aos arcos, quer o triunfal quer os das arcarias deixaram de estar definidos por cantarias. São agora parte de um conjunto pintado de branco, um espaço estilizado que mais aparenta ser uma maquete em escala real do que a igreja que já foi e ainda lá está, totalmente intervencionada.



Fig. 5.31 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.32 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Exteriormente, a fachada reproduz a composição antiga, com elementos parecidos aos originais que denunciam a demolição da frontaria anterior e a sua substituição pela actual. De facto, a nova fachada é um *pastiche* da anterior, sem um único elemento original da igreja do século XVIII, simplificada nos seus elementos – as pilastras que ladeavam o portal deixaram de ser jónicas e as janelas laterais, redimensionadas, aproximaram-se do portal. A frontaria é rematada por um beiral.

A torre actual não tem a mesma composição da anterior. Foi construída de raiz aquando da referida intervenção de 1964. Não se sabe a razão da mudança da torre para o lado do Evangelho. A nova torre absorveu o baptistério pré-existente, cujas dimensões foram reduzidas internamente para poder partilhar o mesmo espaço com a escada de acesso ao coro-alto e ao campanário. Exteriormente, a torre tem o primeiro nível marcado, como anteriormente, mas as parecenças ficam por aí. É constituída por três níveis: o primeiro possui a janela do baptistério aberta para a fachada; o segundo, sensivelmente cúbico, não tem quaisquer vãos rasgados nas quatro faces, existindo somente para aumentar a altura da torre; o terceiro nível é ocupado pelo campanário, com uma ventana por face. É rematada por uma platibanda recortada onde se inserem os mostradores do relógio, encimados por beirais que simulam pequenos telheiros de duas águas. A torre é coroada por um coruchéu piramidal de secção octogonal.

– *Matriz de Santa Catarina de Alexandria*, Calheta



Fig. 5.33 – Matriz de Santa Catarina, Calheta (1732-1760-1763): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.34 – Matriz de Santa Catarina, Calheta (1732-1760-1763): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Calheta foi, para além de Velas e do Topo, um dos lugares pioneiros do povoamento. Situando-se sensivelmente a meio da costa sul de São Jorge, a povoação foi fundada acima de uma pequena calheta abrigada. Estende-se para poente ao longo de uma fajã, uma faixa de terrenos mais chãos, com cerca de duzentos metros de largura, prolongando-se por três mil metros, em cujos extemos se situam a vila da Calheta, a leste, e a Fajã Grande, a oeste. Para norte eleva-se a encosta sul da ilha, que, nesta parte, apresenta um declive bastante acentuado. Convém informar que a Calheta fica na base da maior elevação de São Jorge, o pico da Esperança, com 1053 metros de altitude[10].

A Calheta recebeu foral de vila a 3 de Junho de 1534. O seu termo foi retirado, essencialmente, do termo da vila do Topo, ficando entre este concelho e o de Velas. Não demorou a afirmar-se como a segunda vila de São Jorge. Para quem chega à Calheta, por terra, tem de descer uma ladeira inclinada com vários lanços que dependem do número de curvas. Na sua génese, esta ladeira bifurcava numa rua que seguia para o porto e na rua que desce fronteira à fachada da Matriz de Santa Catarina de Alexandria, terminando na rua paralela ao mar que, começando no porto, segue para oeste pela orla litoral, outrora como caminho, depois estrada e, por fim, a rua que segue até à Fajã Grande. No núcleo urbano, para além desta rua paralela ao mar havia outra que passava mais acima, do lado norte da Matriz, com muito poucas travessas, todas paralelas à rua que corre defronte à frontaria da Matriz.

A igreja de Santa Catarina já existia no século XVI, quando foi referida por Gaspar Frutuoso, no livro VI das *Saudades da Terra*, como sendo "(…) de três naves,

[10] Cf. Pe. Manuel de Azevedo da Cunha; Artur Teodoro de Matos (recolha, introdução e notas), *Notas Históricas*, vol. I – *Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 5-19.

com uma capela ao lado direito (…)"[11]. A igreja mencionada pelo cronista foi destruída por um incêndio, em 1639, que queimou toda a capela-mor e metade do corpo das naves. Não existem informações sobre a reconstrução operada após o incêndio, sendo certo que as obras ocorreram no tempo subsequente, sem que se saiba se se tratou apenas de uma reconstrução do edifício do século XVI ou se se aproveitou a oportunidade para ampliar a igreja ou mesmo para a substituir por um novo templo.

Em 1731, com a tomada de posse da Matriz pelo Pe. João Machado Teixeira, o novo vigário "resolveu imediatamente, cumprindo um capítulo de visita, rectificar e ampliar o templo"[12], no que pode ser visto como uma substituição do edifício com o intuito de construir uma nova igreja, maior e mais condigna da sua condição de Matriz, sem que fosse consequência de um terramoto. As obras começaram em 1732, prolongando-se por quase trinta anos.

Em 1757, quando a nova Matriz se encontrava praticamente concluída, ocorreu o grande sismo de 9 de Julho que arrasou, principalmente, os concelhos da Calheta e do Topo, provocando mil e trinta e quatro vítimas mortais (cerca de um quarto da população dos dois concelhos, naquela época). "Arruinadas, algumas completamente, as igrejas paroquiais e ermidas deste concelho, aproveitaram os párocos a triste ocasião que lhes marcara a Providência, para ampliar os templos, quase todos de construção primitiva e por isso de pequenas dimensões"[13]. Daí a inexistência, hoje, de igrejas anteriores ao meado do século XVIII erigidas na metade oriental de São Jorge. Mais uma vez, os fenómenos telúricos provocaram a destruição, tendo sido necessário um esforço da população para a reconstrução dos povoados. No que respeita às igrejas, a ocasião foi aproveitada para construir novos edifícios ou ampliar os subsistentes, uma vez que eram quase todos pequenos e já não tinham capacidade para albergar o crescente número de paroquianos.

> *Por efeito do Terremoto as paredes desta matriz* [da Calheta] *fenderam-se, as portas caíram com vergas e ombreiras, de modo que foi preciso levantar em volta delas paredes singelas para obstar que o gado solto pelos caminhos entrasse na igreja* (…).
> *Fendeu-se de alto a baixo o campanário, caindo o sino, que ficou acravado sob as ruínas, despedaçando e abatendo estas, a abóbada do bastieiro* [baptistério]*, ficando outrossim acravada e quebrada no rebordo superior a pia baptismal.*
> *Em suma, foram tais os destroços e ruínas que o templo ficou incapaz de culto[14].*

A nova Matriz ficou, portanto, arruinada antes de concluídas as obras começadas em 1732: "(…) o vice-vigário António de Sousa Pereira, que, nomeado vigário e ouvidor,

[11] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 91.
[12] Pe. Manuel de Azevedo da Cunha; Artur Teodoro de Matos (recolha, introdução e notas), *Op. cit.*, p. 202.
[13] Idem, *Ibidem*, p. 214.
[14] Idem, *Ibidem*, p. 214.

tratou de reparar as ruínas do templo e dar complemento às obras iniciadas em 1732”[15]. As obras de reconstrução principiaram em 1760 e terminaram em 1763, enquanto as obras no espaço interno continuaram até 1792[16]. Pelas informações patentes nas citações anteriores, a Matriz de Santa Catarina foi reedificada conforme o projecto que vinha seguindo desde 1732, mantendo a orientação este-oeste da igreja anterior. No final, o custo das obras ascendeu a 4 866$214 réis.

Em 1849, entrou como vigário da Matriz o Pe. João Silveira de Carvalho que empreendeu, desde o início, uma série de melhoramentos na igreja.

> *Proveu o campanário com mais dois sinos, arvorados em 28 de Outubro de 1876, ficando a respectiva torre com quatro e ornou a nave central com lustres de cristal.*
> *Assobradou de novo o pavimento, forrou o tecto, construiu o coreto para o órgão e levantou as duas capelas laterais que dão à igreja a forma de Cruz. Em 1870 rectificou completamente a capela-mor com novo retábulo* (…)*. Foi pintado e dourado* (…) *em 1873 e 1874.*
> *Com o subsídio de um conto de reis fez construir uma elegante capela para o SS.mo Sacramento, actualmente consagrada ao Senhor dos Passos[17].*

Foi durante os anos de vicariato daquele sacerdote que o espaço interno da igreja foi formatado no modo que hoje ainda se encontra. De todas as obras, salienta-se a edificação das duas capelas laterais “que dão à igreja a forma de Cruz” e a reforma da capela-mor que, para além do novo retábulo, consistiu em retirar o órgão que lá se encontrava (no lado do Evangelho) para o colocar num coreto construído para o albergar, no vão de um arco da arcaria do lado da Epístola, forçando o aumento da altura do arco.



Fig. 5.35 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[15] Idem, *Ibidem*, p. 204.
[16] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 204.
[17] Idem, *Ibidem*, p.226.

O espaço interno da Matriz de Santa Catarina de Alexandria compõe-se pelas três naves divididas em cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta inteira apoiados em pilares relativamente baixos (mais pelas proporções que pelas dimensões). Os seus fustes encontram-se chanfrados com tal veemência que, exceptuando nos extremos, apresentam uma secção octogonal regular. No entanto, quer os embasamentos quer os capitéis possuem uma secção quadrangular. Na nave central, sobre os pilares e entre os arranques dos arcos sobem finas pilastras que terminam nas cornijas daquela nave, bem acima da grande maioria dos arcos das arcarias. Apenas um arco transgride a composição, lançando-se mais alto que os restantes, a tangenciar a cornija longitudinal. Este arco terá sido originalmente construído similar aos restantes e, posteriormente, aumentado na sua altura. No intradorso do arco vê-se que os capitéis dos pilares foram cortados à face com o arco. Esta obra foi necessária para a instalação, em 1857, do coreto de madeira onde se encontrava o órgão[18]. Actualmente, o coreto já lá não se encontra ali instalado, enquanto o órgão foi transportado para o coro-alto.



Fig. 5.36 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): pormenor do arco sobrelevado da arcaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.37 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela-mor
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[18] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 224.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal peculiar, pois arranca dos pilares inseridos nas paredes laterais. O arco surge das paredes, sem arranques aparentes, lançando-se mais alto que os arcos das arcarias. Consequentemente, a capela-mor tem a mesma largura da nave central, sem que haja qualquer interrupção na leitura dos panos das arcarias e das paredes laterais subsequentemente alinhadas. Nestas paredes rasgam-se duas janelas próximas do altar-mor. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço ligeiramente rebaixada. Pela leitura exterior da capela-mor percebe-se uma maior profundidade do que aparenta no espaço interno, incluindo um espaço ulterior ao retábulo que possui uma janela aberta no tardoz.





Fig. 5.39 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva do tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 5.38 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor é ladeada por dois altares colaterais que se localizam no topo das naves laterais. No tramo junto à capela-mor foram adicionadas capelas laterais nos seus extremos, como foi referido, o que permitiu à igreja passar a ter uma planta cruciforme que antes não tinha. Estas capelas são simétricas, com duas janelas na parede do fundo e mais uma lateral, cobertas por falsas abóbadas abatidas rebaixadas. Variam no arco que se rasga defronte das janelas laterais, no lado da cabeceira: na capela do lado da Epístola encontra-se um altar simples – um arco de volta inteira em cantaria vazado, como um nicho –; na capela do lado do Evangelho, o arco comunica com a capela do Santíssimo Sacramento através de uma porta gradeada policromada. Esta capela, uma construção da segunda metade do século XIX, é paralela à capela-mor, com uma pequena janela lateral, coberta por uma falsa abóbada bastante abatida.



Fig. 5.40 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.41 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.42 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais não possuem mais capelas, apenas as portas travessas e as janelas abertas ao longo das naves. O tramo de entrada é diferente, uma vez que os arcos das arcarias ali presentes são bastante mais baixos e muito abatidos por suportarem o coro-alto, cujo acesso se faz por uma escada situada no lado da Epístola. Nem o coro-alto, nem a escada que o acede apresentam a estrutura de madeira original, tendo sido substituída por uma laje e uma escada de betão armado.



Fig. 5.43 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No lado do Evangelho abre-se um arco de volta inteira, com uma porta de madeira gradeada que faz a passagem para o baptistério. Este espaço ocupa o nível térreo da torre, com janelas estreitas abertas em três paredes. Sobre as cantarias destas janelas e do arco da entrada corre uma cornija balançada nas quatro faces. Superiormente encosta-se-lhe um friso que marca a base da abóbada de arestas que cobre o espaço. As janelas e o arco encontram-se centrados nas respectivas faces. Sobre eles estão pedras com caveiras em baixo-relevo encimadas por uma cruz em

alto-relevo. Daqui partem faixas que sobem pela abóbada de arestas, cruzando no fecho. As arestas da abóbada arrancam nos extremos das paredes, pelo que as quatro faixas corresponde às bissectrizes dos ângulos rectos feitos pelas arestas da abóbada.



Fig. 5.44 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Figs. 5.45 e **5.46** – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): cobertura do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.47 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.48 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da Matriz da Calheta não é larga, dividida em dois níveis por um entablamento com uma cornija bem balançada. Sob o entablamento estão frisos em cantaria que deviam estar pintados de branco. Nesta fachada destaca-se o portal, com ombreiras e lintel de arestas boleadas, com a datação «1735», a provável data de erecção desta parte da igreja. O portal é ladeado por um par de pilastras coríntias, à frente das quais se adossam pilares coríntios com embasamento. Laterais ao portal, quase nos extremos da fachada, ficam janelas rematadas por entablamentos.

Sobre o lintel desenvolve-se um duplo entablamento onde pousa a janela superior, envolvida por várias molduras em cantaria, também elas boleadas. Esta janela interrompe o entablamento da fachada, estando ladeada por grandes e bojudos pináculos de secção quadrada que se alinham com os pilares inferiores. Assente na janela superior está um nicho formado por um arco de volta inteira pousado em pequenas pilastras caneladas em cantaria. Aquele nicho é emoldurado por duas finas pilastras que partem de mísulas, que, no encontro com as cornijas dos lados do frontão, surge um friso que liga os extremos superiores de ambas as pilastras.

O frontão está cortado nos extremos, quer pela torre quer por um grande pináculo que se ergue sobre o cunhal oposto. A ideia que transmite é que a igreja deveria ser mais larga para um portal/janela daquela altura. Por outro lado, se se desejasse que o frontão não estivesse cortado nos extremos, o portal/janela deveria ter menor altura. O vértice encontra-se cortado, sobre o qual está um plinto encimado por uma cruz, ladeado por duas volutas autónomas.



Fig. 5.49 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.50 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): face posterior da torre.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Adossada ao corpo da igreja ergue-se uma maciça torre sineira, com dois níveis. O nível inferior não possui janelas, sendo mais baixo que o nível superior do campanário. Os dois níveis são separados pelo entablamento da fachada e pela cornija balançada, que se desenvolve em três das quatro faces da torre. O campanário possui uma ventana por face, com quatro pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. A rematar as quatro faces da torre existem pequenos frontões triangulares com mostradores de relógio nos tímpanos. A torre é coroada por um coruchéu piramidal de secção octogonal, com um pequeno pináculo no vértice. Na face posterior da torre situam-se as escadas exteriores que lhe acedem, com dois lanços encostados entre a torre e o corpo das naves. Sobrepõem-se ao alçado lateral do corpo das naves até ao portal lateral.

A Matriz de Santa Catarina de Alexandria denota alguma erudição nos elementos utilizados. O conjunto portal-janela principal, emoldurado por espessas cantarias, densifica uma fachada algo estreita, bem como os portais laterais complexos que poderiam ser portais principais são alguns exemplos de uma erudição que se torna mais patente na arquitectura setecentista. O caso do frontão da fachada, bem como a colocação das escadas exteriores de acesso ao campanário demonstram, ainda assim, que algumas soluções não foram resolvidas da melhor maneira. É possível que a construção da nova Matriz, no século XVIII, tenha sido condicionada quer pelo declive do terreno quer pelas pré-existências, não tendo sido possível a erecção de um edifício maior porque o quarteirão ocupado se encontrava limitado pelas vias urbanas.

– *Igreja de São Tiago Maior*, Ribeira Seca



Fig. 5.51 – Igreja de São Tiago Maior, Ribeira Seca (post. 1757-1761): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.52 – Igreja de São Tiago Maior, Ribeira Seca (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *a ribeira Seca, que é de enchentes e não corre no verão, mas no inverno moem com ela quatro ou cinco moinhos do capitão, junto da qual está a freguesia de São Tiago, de três naves, com três colunas por cada banda, que tem sessenta e cinco fogos* (…)*, que vivem espalhados pela serra e ao longo do mar, alguns légua e meia da igreja, e tudo ao redor são terras de pão e biscouto de pedra*[19]*.*

A Ribeira Seca foi uma das primeiras freguesias de São Jorge, já existente no terceiro quartel do século XVI. Vários povoadores instalaram-se naquelas terras por orograficamente possuírem terrenos de menor declive, que podiam ser cultivados com cereais que não abundavam na ilha. A ribeira era sazonal, aproveitando-se o Inverno para a moagem dos cereais. Como foi supracitado, o casario da Ribeira Seca implantava-se desde a costa até à serra, num povoamento essencialmente disperso, sem que o centro da freguesia estivesse propriamente urbanizado, embora se localizasse em torno da paroquial.

A igreja de São Tiago Maior da Ribeira Seca foi fundada no terceiro quartel do século XVI, cuja curta descrição feita por Gaspar Frutuoso se encontra mencionada – *de três naves, com três colunas por cada banda*, o que perfazia quatro tramos. Se esta igreja não foi substituída por outra no século XVII, certamente o foi após o terramoto de 1757. Esta catástrofe arruinou todo o casario da Ribeira Seca, à qual não escapou a anterior igreja paroquial. O templo que hoje se observa é, pois, uma reconstrução total, marcadamente setecentista, do terceiro quartel, cujo único testemunho de uma prévia existência será a pia baptismal. "A antiga egreja parochial dedicada a S. Thiago, demolida pelo terremoto de 9 de julho de 1757, foi reedificada em 1761 sendo seu constructor José d'Avellar de Mello, da villa das Velas"[20], neto ou bisneto de Francisco Rodrigues, o mestre das obras da Matriz das Velas.

[19] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 91.
[20] José Candido da Silveira Avellar, *Op. cit.*, p. 334.



Fig. 5.53 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da igreja de São Tiago Maior apresenta as três naves divididas por cinco tramos, cujo tramo junto à cabeceira é mais largo que os restantes, não constituindo um transepto. Como tal, as arcarias das naves são compostas por arcos de volta inteira, excepto naquele tramo, onde arcos abatidos se erguem à mesma altura que os da restante arcaria, contudo, mais largos.

Os pilares toscanos que sustentam as arcarias prolongam-se verticalmente como pilastras finas até atingirem as cornijas da nave central. Estas pilastras não existem nas faces das naves laterais. As três naves são cobertas por três tectos de três esteiras cada.



Fig. 5.54 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): arcaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.55 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.





Fig. 5.57 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 5.56 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se através de um arco de volta perfeita que arranca dos capitéis dos pilares extremos das arcarias. Mostra as armas reais de D. José I na chave e, por cima, fica uma pequena janela jacente cega. Parece que nem sempre foi assim. Talvez a capela-mor tenha tido uma cobertura com menor altura que a actual, permitindo que a janela estivesse aberta, cumprindo a sua missão de iluminar a nave central, em contraponto à janela aberta no coro-alto que hoje se encontra tapada pelo órgão. A capela-mor tem alguma profundidade, quebrada pelo desnível do pavimento. Possui uma janela no lado da Epístola e duas pequenas portas junto ao arco triunfal que fazem o acesso às sacristias. O espaço da capela mor também é coberto por um tecto de madeira de três esteiras.

As naves laterais apresentam, cada uma, um altar colateral e outro lateral, definidos por nichos criados por arcos de volta perfeita. Estes nichos não se encontram no eixo do tramo, pois são ladeados por pequenas janelas abertas quase no extremo das naves laterais. No lado do Evangelho ainda existe a capela oitocentista do Santíssimo Sacramento, na qual se entra por um arco de volta inteira pousado em pilastras, com capitéis que parecem troços de entablamentos e um motivo decorativo na chave. Sensivelmente a meio do corpo das naves abrem-se as portas laterais da igreja, encimadas por janelas, elementos emoldurados por cantarias simples.

O baptistério situa-se no nível térreo da torre sineira. Tem uma pequena janela na face lateral da torre, cuja cantaria simples é rematada, ao centro, por uma cruz com base semicircular. Aquela janela interrompe uma cornija balançada à qual se encosta um friso superior, ambos presentes em três faces do baptistério, cuja face de entrada é

definida pelo arco de volta perfeita ressaltado. A cobertura deste espaço é feita por uma abóbada de berço que apresenta quatro arcos em cantaria ressaltados que são interceptados no cimo da abóbada por uma faixa longitudinal.



Fig. 5.58 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.59 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.60 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O tramo de entrada também possui arcos abatidos mais baixos que suportam o coro-alto, já que este foi construído de raiz como parte integrante do projecto de arquitectura e não instalado entre os arcos do tramo de entrada, como acontece noutras igrejas açorianas geralmente mais antigas. Acede-se ao coro-alto através de uma escada de madeira em dois lanços. Nos topos das naves laterais, no tramo de entrada, abrem-se duas janelas simples que iluminam aqueles espaços.





Fig. 5.61 e 5.62 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): abóbada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.63 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja da Ribeira Seca possui uma fachada simples, com dois níveis, fortemente marcada pelo portal principal que é definido por cantarias simples, ladeadas por pilastras toscanas. Sobre o lintel e os capitéis daquelas pilastras está um duplo entablamento, enquanto as pilastras laterais prolongam-se para o tímpano do frontão em pináculos robustos embebidos na parede. A janela central interrompe a cornija da fachada, contornando-a enquanto a emoldura. Ainda no nível térreo, existem duas janelas laterais mais próximas dos extremos da fachada, cujas arestas internas das cantarias se encontram boleadas. Estas janelas são rematadas por finas cornijas.



Fig. 5.64 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.65 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O nível superior da fachada corresponde ao frontão triangular, que, para além da janela central e dos pináculos já referidos, possui motivos decorativos no tímpano. Uma mísula de forma antropomórfica é encimada por um elemento circular, todos com altos-relevos. Lateralmente encontram-se duas volutas cujos enrolamentos são contrapostos por pequenos elementos circulares. No vértice do frontão ergue-se uma cruz enquanto, no extremo oposto à torre, levanta-se um grande pináculo.



Fig. 5.66 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): faces frontal e lateral da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.67 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): faces posterior e lateral da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre tem os seus níveis demarcados pela continuação da cornija da fachada. No nível térreo apenas possui uma pequena janela na face lateral. O nível superior da torre é composto pelo campanário, com duas grandes ventanas nas faces poente e norte, coroado por um coruchéu piramidal oitavado, enquadrado pelos quatro pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais, e com um pequeno pináculo bojudo no vértice. Na face posterior da torre existe uma escada de alvenaria em três lanços que ascende até uma porta situada no nível do campanário. A escada exterior da torre encontra-se adossada ao alçado lateral norte da igreja, desenvolvendo-se quase até à porta lateral.

A igreja de São Tiago da Ribeira Seca é um edifício de linhas simples em que os poucos motivos decorativos também surgem depurados. O seu espaço interno, parecido com tantos outros do género, é simples, equilibrado e de medianas dimensões. Destaca-se pelas finas pilastras que sobem dos pilares até encontrar a cornija, mas principalmente pelos dois arcos abatidos presentes no extremo das arcarias e que ajudam a definir o tramo imediato à cabeceira. Poder-se-á ver aqui a intenção de valorizar aquele tramo específico como espaço pré-sagrado. Porque, para além da maior largura daquele tramo, nada mais indica o propósito de o tornar num transepto. Os arcos abatidos existentes no tramo de entrada têm cerca de metade da altura das arcarias, uma solução construída de raiz para sustentar o coro-alto. O baptistério é o único espaço abobadado, ocupando o nível térreo da torre, como acontece em muitas igrejas açorianas. Só que a utilização de uma abóbada de berço com arcos ressaltados que denunciam a estrutura construtiva daquela cobertura dá-lhe uma expressividade de espaço aprisionado que é complementada pela janela.

O portal/janela principal é uma composição das mais sóbrias encontradas nos Açores. Os portais/janela laterais são uma simplificação do portal principal (há igrejas que são simples portas, outras com composições mais eruditas que bem podiam ser principais). O desenho da frontaria é comum a várias igrejas suas contemporâneas no arquipélago: portal/janela ladeado por duas janelas mais ou menos próximas, tangentes ou quase à cornija da fachada; esta cornija é interrompida pela janela superior ao portal, irrompendo no tímpano de um frontão triangular; o corpo da igreja é ladeado por uma torre com dois níveis (que podem ter alturas semelhantes ou aproximadas), coroada por um coruchéu piramidal oitavado. Todavia, a frontaria da Ribeira Seca destaca-se por ser um exemplar bem desenhado e conseguido, cuja composição simples permite uma leitura morfológica clara das relações de proporção e harmonia entre os vários elementos componentes da frontaria.

– *Matriz de Nossa Senhora do Rosário*, Topo



Fig. 5.68 – Matriz de N.ª S.ª do Rosário, Topo (post. 1757-1761),: frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.69 – Matriz de N.ª S.ª do Rosário Topo (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Na ponta do Topo está uma vila, chamada do Topo, de oitenta e sete fogos e trezentas e cinquenta e nove almas de confissão* (…)*, cuja igreja e freiguesia é da advocação de Nossa Senhora do Rosairo, de naves, com quatro colunas por cada banda e duas capelas a cada lado*[21]*.*

A ponta do Topo foi por onde entraram os descobridores da ilha de São Jorge, vindos da Terceira. A parte oriental de São Jorge é a que fica mais próxima da Terceira, de onde é avistada quase todo o ano, até em dias de mau tempo.

Os primeiros povoadores que se estabeleceram no extremo oriental de São Jorge acompanhavam Willem van der Haegen, fidalgo flamengo natural de Bruges que, em Portugal, adoptou o nome Guilherme da Silveira[22]. Depois de um périplo de assentamentos nas ilhas do Faial, Terceira e Flores, o flamengo estabeleceu-se no Topo entre as décadas de 1480-90. Ali foi fundada a povoação que, em 12 de Setembro de

[21] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 90.

[22] Guilherme da Silveira, também conhecido por Guilherme de Casmaca ou Guilherme Vanderaga, veio da Flandres por volta de 1470, a convite do primeiro capitão do donatário do Faial, o também flamengo Joss van Hurtere, para se instalar na sua ilha. Algo sucedeu pouco tempo depois para Guilherme da Silveira deixar o Faial, rumando à Terceira com todos os homens e mulheres que o seguiam desde a Flandres. Na Terceira, foi co-fundador da povoação das Quatro Ribeiras, a par com Fernão Dulmo, introduzindo ali o cultivo do pastel nos Açores. Numa viagem a Lisboa encontrou-se com D. Maria de Vilhena, viúva de Fernão Teles de Meneses, o donatário das ilhas das Flores e do Corvo. Na época, D. Maria de Vilhena era tutora do seu filho menor, Rui Teles, o novo donatário, pelo que foi ela quem negociou a cedência dos direitos de exploração das Flores e do Corvo a Guilherme da Silveira em troca do pagamento dos direitos sobre as ilhas. Por volta de 1478, Guilherme da Silveira deixou a Terceira rumo às ilhas mais ocidentais dos Açores, estabelecendo-se nos terrenos onde mais tarde foi fundada a povoação de Santa Cruz das Flores. Guilherme da Silveira e o seu grupo de flamengos foram a primeira leva de povoadores que se instalou nas Flores. Ali viveu por um período de sete a dez anos, consoante os cronistas, voltando à sua casa na Terceira. O facto de o donatário ter decidido vender as Flores e o Corvo a Diogo de Teive, o descobridor daquelas ilhas, em conjunto com a grande distância a que as Flores ficavam da ilha mais próxima (Faial), a falta de navegação que as alcançasse, permitindo as trocas comerciais e, assim, conseguir exportar a muita produção de produtos agrícolas, tudo isto adicionado a uma posição geográfica que coloca as Flores e o Corvo na rota de furacões e tempestades fez com que Guilherme da Silveira decidisse abandonar as Flores e retornar à sua casa na Terceira. Após um incêndio que destruiu a sua residência nas Quatro Ribeiras, Guilherme da Silveira juntou-se a um grupo de povoadores que desejavam povoar o extremo oriental de São Jorge, uma vez que o seu povoamento, até àquele momento, se tinha concentrado nas partes ocidental e central da ilha. Foi assim que Guilherme da Silveira e os povoadores que o acompanharam se estabeleceram no Topo, fundando a povoação nos finais do século XV.

1510, se tornou na Vila Nova do Topo, sede do segundo concelho criado na ilha, que teve uma só freguesia até à sua extinção, por decreto de 1855, efectivado em 1870. O seu termo correspondia ao território orograficamente mais suave do extremo oriental da ilha, em cuja terra fértil se colhia muito trigo e centeio. Durante vários séculos, o Topo não teve caminho terrestre que o ligasse à restante ilha – ao Topo chegava-se e partia-se de barco. Só no século XVIII é que se começou a abrir o caminho que liga a Calheta ao Topo, um trabalho hercúleo que demorou décadas a concretizar devido ao terreno acidentado e à densa floresta primitiva que foi preciso abater para ligar as duas vilas.

Segundo o supracitado Gaspar Frutuoso, a primitiva Matriz do Topo teria três naves apartadas por *quatro colunas por cada banda e duas capelas a cada lado*. Não se sabe se realmente seriam colunas, mas o número de tramos, cinco, manteve-se na igreja setecentista, tal como o número de capelas e altares laterais. A igreja primitiva do século XVI parece ter-se mantido até ao terramoto de 9 de Julho de 1757.

A Matriz de Nossa Senhora do Rosário que hoje se observa é uma construção posterior àquele terramoto. Tal como a Calheta e a Ribeira Seca, também o Topo foi atingido violentamente pelo sismo, causando muitos óbitos e arrasando as casas da vila e do seu termo. A igreja ficou parcialmente destruída, sem que se saiba o que subsistiu. No entanto, não se pode aferir se a igreja foi reconstruída mantendo a parte remanescente ou se essa parte foi demolida para construir uma nova igreja de raiz. As obras decorreram entre em 1757 e 1761, um tempo de reconstrução curto que poderá indicar o aproveitamento de estruturas e elementos construtivos da igreja anterior, gerando um edifício híbrido.

A Matriz do Topo foi bastante afectada no terramoto de 1980, já que a parte oriental de São Jorge, e a ponta do Topo em particular, foi a que se encontrava mais próxima do epicentro, localizado no mar entre São Jorge e a Terceira. Porém, não ruiu como a vizinha igreja de Santo Antão, uma edificação dos finais do século XIX.



Fig. 5.70 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz do Topo é uma igreja de três naves, com cinco tramos definidos pelas arcarias. São compostas por arcos de volta perfeita assentes em pilares toscanos. O tramo da entrada apresenta arcos abatidos, com menor altura que os restantes arcos devido à presença superior do coro-alto. A cobertura das três naves e da capela-mor é efectuada por tectos de madeira com três esteiras.



Fig. 5.71 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.72 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor da Matriz do Topo tem um arco triunfal de volta inteira, com a largura da nave central, cujos arranques estão embebidos nas paredes laterais da capela – apenas se vê a pilastra que continua o intradorso do arco. Quer o arco quer as pilastras são bem mais altas que os arcos das arcarias. Possui uma janela aberta junto do retábulo, no lado da Epístola. O tecto de madeira em três esteiras já mencionado apresenta uma esteira central ao mesmo nível da da nave central. As esteiras das naves laterais têm maior declive relativamente às suas congéneres da nave central. Repousam em sancas de madeira que rematam os alçados laterais internos da capela.



Fig. 5.73 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor: lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.74 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva interna a partir da capela-mor: lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Nos extremos das paredes laterais da capela-mor, junto às pilastras do arco triunfal, abrem-se dois vãos: um arco abatido do lado da Epístola; uma porta baixa no lado do Evangelho. Ambos comunicam com as capelas colaterais, fazendo lembrar a mesma solução nas igrejas erguidas no século XVI. Eis que surge a pergunta: serão as capelas da cabeceira remanescências da antiga igreja? Tal possibilidade explicaria a diferença da largura já referida entre a cabeceira e o corpo das naves. Por outro lado, como justificar os vãos entre as capelas da cabeceira num edifício construído no terceiro quartel do século XVIII? A hipótese arredada da cabeceira da Matriz do Topo poder ser a que Gaspar Frutuoso conheceu ganha, deste modo, uma pertinência inusitada.



Fig. 5.75 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.76 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): porta lateral no tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O tramo imediato à cabeceira mostra, nos extremos, uma porta cuja cantaria se destaca por ficar recuada face às naves laterais, com metade da largura do tramo e encostada à cabeceira, com um expressivo duplo entablamento que a encima, tudo isto no vão de um arco que é cego na parte superior. Entende-se o recuo da porta por causa do arco da capela colateral, que é mais largo que a nave lateral. Todavia, a ligação da porta com a nave lateral parece algo mal resolvido, porventura, uma ligação de uma parte subsistente do terramoto com o que foi construído depois. A igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra também apresenta os arcos das colaterais descentrados nos topos das naves laterais. A maior largura das colaterais, face ao corpo das naves, destacam-nas exteriormente do corpo das naves. No entanto, não existe qualquer aprofundamento nos topos do tramo imediato à cabeceira.



Fig. 5.77 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.78 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): tecto da capela do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As capelas colaterais, para além de terem uma passagem desnivelada para a capela-mor, possuem uma janela aberta na parede oposta aos ditos vãos. A capela colateral do lado do Evangelho é dedicada ao Santíssimo Sacramento, com um vistoso retábulo num altar sobreelevado. O tecto é de madeira de cedro, constituído por uma falsa abóbada de berço totalmente pintada, no século XVIII, representando a importância do sacramento da Eucaristia[23].



Fig. 5.79 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[23] A pintura do tecto da capela do Santíssimo Sacramento apresenta uma composição com uma cartela central constituída por uma custódia, em cuja base aparecem três querubins. No centro dos arranques da falsa abóbada ficam as cartelas laterais, com as representações de Cristo Salvador do Mundo, no lado do Evangelho, e da Virgem Maria, no outro lado. Existem ainda pequenas cartelas com símbolos da Paixão de Cristo no centro dos topos da falsa abóbada, junto ao arco da entrada e sobre o retábulo. A decoração da abóbada é essencialmente fitomórfica, com folhas de acanto e guirlandas omnipresentes, até na sua utilização para definir as cartelas. Por entre tanta folhagem encontram-se anjos de corpo inteiro dispartidos por toda a composição. Em conjunto com as duas representações já referidas de Cristo e da Virgem, constituem os elementos antropomórficos ali presentes.

O tramo imediato à cabeceira resulta da estranha articulação da cabeceira com o corpo das naves. As naves laterais têm um só altar cada, com retábulos de talha dourada. Passadas as portas travessas da igreja, só no tramo de entrada é que há diferenças entre as naves laterais. No lado da Epístola fica uma escada estreita, cujos degraus são de pedra, encastrados na parede lateral que ascendem ao coro-alto. Este é composto por três sobrados desnivelados, cujo central está sobrelevado. É sustido pelos dois arcos abatidos menores do nível térreo. No extremo do lado do Evangelho fica o arco de volta inteira que acede ao baptistério, um espaço que ocupa o nível térreo da torre.



Fig. 5.80 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.81 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): abóbada do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Todas as faces do baptistério têm uma expressiva cornija acompanhada por um friso que marca o arranque da abóbada, excepto a da entrada. Na parede do fundo abre-se uma pequena janela jacente quase tangente à cornija. Sobre o friso, centrado com a janela, surge realçado um elemento semicircular que serve de base a uma cruz. O baptistério é coberto por uma pequena abóbada de berço análoga à da Ribeira Seca, que aqui se constitui por uma malha ortogonal em cantaria ressaída que enquadra os painéis.



Fig. 5.82 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz do Topo apresenta uma fachada que aparenta ter sido intervencionada no século XIX. Possui um portal central em cujo lintel se encontra gravada e pintada a data da conclusão das obras da igreja. Sobre aquele lintel repousa um entablamento rematado por uma dupla cornija. As ombreiras do portal são ladeadas por pilastras com capitéis constituídos por troços de entablamento. As pilastras prosseguem superiormente até encontrarem o entablamento do portal, que está assente sobre o lintel, sendo rematado por uma dupla cornija cuja superior seria a arquitrave de um entablamento superior, não fosse interrompida pela janela central. Na continuação dos troços de cornija desse entablamento prossegue a cornija da fachada.



Fig. 5.83 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): pormenor da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A janela central desenvolve-se quase toda no tímpano do frontão triangular, definida por cornijas e uma peanha a firmar uma cruz, sobre o vértice. Está emoldurada por cantarias e pela cornija da fachada que contorna a janela. A flanqueá-la estão dois pares de pináculos bem expressivos embebidos na parede, que mais não são do que o remate das pilastras do nível inferior. Sobre os pináculos estão duas volutas, enquanto um nicho circular situado entre a janela e o vértice do frontão exibe um alto-relevo com uma representação da Virgem Maria – coroada e com um véu na cabeça, mostra-se com as mãos juntas em posição de oração.

No nível térreo, lateralmente ao portal existem duas janelas com cornijas isoladas, logo encimadas por óculos elípticos jacentes que obrigam a cornija da fachada a contorná-los quase tangencialmente. Esta composição de vãos levanta algumas dúvidas, desde já porque estaria terminada em 1761. Não sendo impossível, as janelas encimadas pelos óculos aproximam-se mais das modas do século XIX, o que, a ser verdade, significaria que teria havido uma campanha de obras que mexeu nas janelas. Todavia, foi o que aconteceu na Matriz das Velas, já analisada.



Fig. 5.84 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): face frontal da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.85 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): faces lateral e posterior da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre sineira é uma edificação maciça, com dois níveis assinalados pela cornija da fachada que a contorna. Na face lateral do nível térreo está a pequena janela jacente do baptistério. O corpo inferior da torre é um pouco mais alto que o campanário. Este possui uma ventanas por face, cujas posterior e lateral interna têm dimensões menores. A torre é coroada por um coruchéu piramidal oitavado, enquadrado por platibandas de cantaria e pináculos sobre os cunhais. Na face posterior da torre fica a escada exterior de acesso ao campanário, com dois lanços em alvenaria adossados ao corpo das naves.

A Matriz do Topo tem similaridades com as igrejas da Ribeira Seca e da Calheta, todas construídas após 1757 e pelos mesmos mestres de obras – José d'Avellar de Mello, seus filhos e genro –, activos durante a segunda metade do século XVIII. Como foi atrás explanado, é possível que a fachada da Matriz do Topo seja da campanha de obras setecentista, apesar de parecer posterior. Pelo que se sabe, esta igreja é coetânea das igrejas mencionadas. No entanto, as janelas encimadas por óculos da frontaria são o que mais a diferencia das outras. No espaço interno, os topos do tramo imediato à cabeceira apresentam portas recuadas, rematadas por duplos entablamentos e inseridas nos arcos que circunscrevem as portas. A conjunção do corpo das naves com a cabeceira faz-se precisamente naquelas portas. O resultado sugere uma maior antiguidade da cabeceira, do século XVI ou XVII, cujas passagens para as capelas colaterais relembram as das igrejas quinhentistas.

5.1. Análise das igrejas de três naves na ilha de São Jorge

As igrejas de três naves da ilha de São Jorge são similares no espaço interno. Foram edificadas a partir do final do século XVII e ao longo do século XVIII. A igreja dos Rosais, intervencionada no século XX, mantém o corpo das naves setecentista, embora modificado. As igrejas de Velas, Calheta, Ribeira Seca e Topo são reconstruções de igrejas primitivas que tinham três naves. Se a de Velas foi substituída, em 1675, a da Calheta começou por sê-lo antes do terramoto de 1757, forçando o prolongamento das obras. As igrejas da Ribeira Seca e do Topo também foram reconstruídas depois daquele terramoto, substituindo os edifícios primitivos do século XVI.



Fig. 5.86 – Matriz de Velas (1664-1675): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.87 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.88 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.89 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.90 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/ 1964): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A espacialidade interna das igrejas de São Jorge apresenta-se bastante similar, todavia, varia consoante a altura do corpo das naves, particularmente da nave central. As igrejas de Velas e da Ribeira Seca possuem maior altura que as restantes, ao passo que as naves centrais dos outros exemplares detêm sensivelmente a mesma largura. As arcarias são de cantaria, com arcos de volta inteira apoiados em pilares «toscanos». As arcarias da Calheta apoiam-se em pilares com fustes de secção octogonal – caso único até agora –, que sugerem pilares de secção quadrangular cujas arestas foram chanfradas profundamente, em busca da secção octogonal regular.

Nas igrejas de Velas, Calheta e Ribeira Seca, os alçados das arcarias são pautados por finas pilastras que surgem entre o arranque dos arcos, na continuação vertical dos pilares, prosseguindo até às cornijas da nave central. A presença destas pilastras nos alçados das arcarias foi introduzida nos Açores a partir da erecção da igreja de São João Baptista, em Angra, na segunda metade do século XVII. Seguiu-se a igreja franciscana de Nossa Senhora da Guia, também em Angra, e a sua disseminação por outras ilhas açorianas. Em São Jorge foi uma solução utilizada a partir da construção da Matriz de Velas, na segunda metade do século XVII, seguida pelas igrejas da Calheta e da Ribeira Seca, na segunda metade do século XVIII.

As duas últimas são também as únicas igrejas cujas arcarias apresentam alterações à norma. Se, na da Calheta, um arco foi alteado no século XIX para permitir a instalação do órgão, os arcos presentes no tramo imediato à cabeceira da Ribeira Seca são mais largos que os restantes. Porém, mantêm a mesma altura, o que só é possível lançando os arcos abatidos que se pode contemplar. Tal dever-se-á a uma possível intenção de destacar aquele tramo mais próximo da cabeceira como uma vaga sugestão de transepto. Estes arcos foram assim erguidos de raiz, tratando-se, até ao momento, da única igreja do arquipélago a apresentar esta solução.

Todas as igrejas jorgenses possuem tectos de madeira com três esteiras sobre as três naves, à excepção da Matriz da Calheta, que possui uma nave central coberta por uma falsa abóbada de berço abatido e rebaixado, pintada de branco. As naves

laterais são cobertas por tectos planos. Se, nas igrejas de Velas e da Calheta, os tectos da nave central apoiam-se em cornijas largas, na igreja da Ribeira Seca existem sancas de madeira, mas com a expressividade de uma cornija. As igrejas do Topo e Rosais apenas possuem réguas de madeira no apoio aos tectos. A Matriz de Velas é a única cujo plano do arco triunfal é corrido por uma larga cornija, no seguimento das cornijas que correm sobre as arcarias.

As capelas-mores das igrejas de São Jorge têm quase todas a mesma largura das respectivas naves centrais, salvo a igreja dos Rosais, que é mais estreita. Quanto aos arcos triunfais, e continuando a excepção dos Rosais, as igrejas da Calheta, Ribeira Seca e Topo mostram-nos lançados de parede a parede, com os arranques embebidos com os pés-direitos inseridos nas paredes laterais da capela. Na de Velas, pelo contrário, são suportados por pilares encostados às paredes laterais da capela-mor. A composição do alçado deste arco aproxima-o dos arcos triunfais que foram erguidos durante milénios, fossem eles construções efémeras ou duradouras[24]. Na igreja da Ribeira Seca abre-se uma janela jacente acima do arco triunfal, solução única na ilha, que hoje se apresenta cega.

As capelas-mores são ou foram iluminadas directamente por uma ou duas janelas laterais, geralmente abertas mais próximas do retábulo. As paredes laterais onde aquelas janelas se situam apresentam, quase todas, portas junto aos arcos triunfais. A Matriz de Velas é a única que não possui quaisquer vãos nas paredes laterais da capela-mor. Na Matriz do Topo, existe uma porta do lado do Evangelho que comunica com a respectiva capela colateral, enquanto no outro lado abre-se um arco abatido. Uma vez que a cabeceira desta igreja poderá ser do século XVI, e apesar de nada ter de semelhante com os arcos abertos entre as capelas da cabeceira das igrejas do século XVI, não deixa de as recordar. Tal como sucede nas naves, os tectos das capelas-mores são de três esteiras, excluindo o da Matriz da Calheta, com uma falsa abóbada de berço pintada de branco.

Os espaços colaterais à capela-mor variam entre capelas nas igrejas de Velas e do Topo e altares nos templos da Calheta, Ribeira Seca e Rosais. Nas naves laterais existem quer capelas quer altares. Esta situação ocorre mais frequentemente na continuação do tramo imediato à cabeceira. Os espaços adicionados aos extremos daqueles tramos ora podem pertencer ao espaço interno do templo, acrescentando-o, ora podem ser corpos adossados à igreja, ocupados por dependências paroquiais que não se incluem no espaço litúrgico.

[24] Ainda hoje são levantados arcos triunfais nos Açores, aquando das festas anuais das freguesias. Colocados no início e no final do arraial, por vezes também nos limites da povoação, são estruturas de madeira decoradas com ramos de criptoméria, hortênsias e «rocas-de-velha», entre outras plantas.

Depois das portas travessas – que serão abordadas mais à frente – destacam-se os tramos de entrada por serem áreas vestibulares, sobre as quais se desenvolve o coro-alto. Por isso, os arcos dos extremos das arcarias ali presentes são bastante mais baixos, relativamente aos restantes, tendo sido, desse modo, erguidos de raiz aquando da edificação dos templos. A excepção é a Matriz de Velas, mais antiga, cujo coro-alto foi instalado após a construção das arcarias, adaptando-se-lhes. Os coros-altos são todos iluminados pelas janelas centrais sobre os portais principais, embora a localização actual dos órgãos nesses espaços bloqueie parcialmente a luz.

Nas igrejas da Calheta e dos Rosais, o coro-alto apresenta-se sobre lajes de betão, enquanto as restantes têm-nos em sobrados mais ou menos antigos. Na Matriz de Velas, as passagens do coro-alto para os espaços que lhe são colaterais realizam-se sob a parte superior dos arcos. Nas restantes igrejas ou são feitas por portas ou por vãos com verga curva abatida ou, simplesmente, não existem, quando o coro-alto só se desenvolve sobre a nave central.

Todas as igrejas da ilha apresentam os baptistérios no nível térreo da torre, abertos para a nave num dos extremos do tramo de entrada, do lado do Evangelho. Estes espaços têm, em geral, uma planta quadrangular, com uma ou duas pequenas janelas na face da fachada e/ou numa das outras faces livres. O posicionamento destas janelas relaciona-se sempre com a larga cornija presente nas faces internas do baptistério: ou a janela interrompe a cornija, ou a janela abre-se logo abaixo da cornija. No caso do baptistério da Calheta, o remate da janela cruza a cornija e prossegue superiormente como um dos arcos em cantaria. Por vezes, àquelas cornijas encostam-se frisos a sublinhar aqueles arranques.

As capelas baptismais não possuem uma grande altura, sendo cobertas por abóbadas de berço simples de cantaria, com ou sem arcos ou fechos ressaltados. O baptistério da Matriz da Calheta é coberto por uma abóbada de arestas, com faixas ressaídas em cantaria nas bissectrizes do ângulo recto formado pelo cruzamento das arestas, uma solução única na ilha. O baptistério da Matriz do Topo tem uma abóbada de berço com caixotões com os fundos pintados de branco. O da igreja da Ribeira Seca mostra-se como uma variante simplificada da abóbada de caixotões, com os seus cinco arcos de volta inteira, em cantaria, com frisos nos arranque e no fecho da abóbada. Os caixotões resultantes ficaram com uma extensão de meia-abóbada. A Matriz de Velas não tem a capela baptismal no mesmo local que as restantes igrejas da ilha. No entanto, existe uma capela no nível térreo da torre com as mesmas características arquitectónicas dos outros baptistérios que aparenta ter sido a capela baptismal. Possui uma abóbada de caixotões em cantaria que arranca a partir de cornijas. Esta capela é

uma construção anterior à torre em que se insere – datada de 1825 –, tratando-se, assim, de uma pré-existência com origens na edificação seiscentista da igreja.

A Matriz de Velas tem uma altura da nave central que lembra as proporções de uma igreja gótica, sem falar do largo espaço entre as arcarias e as cornijas que correm superiormente. Parece que a igreja seiscentista pode ter remanescências ou reminiscências da anterior igreja tardo-gótica, pois esta certamente teve um clerestório que deveria ser alto. Quiçá, aproveitaram-se os panos das arcarias e elevaram-se as naves laterais de modo a que todo o corpo das naves fosse coberto por uma única cobertura, com duas águas. Também a inclinação das águas dos tectos das naves laterais sugere que o clerestório possa ter sido absorvido e tapado, o que obrigou ao compromisso entre o levantamento das paredes laterais do corpo das naves e a altura desejada para as naves.

A igreja da Ribeira Seca também tem uma nave central alta, bem como as arcarias que criam uma espacialidade mais próxima da Matriz das Velas do que as restantes igrejas da ilha, possuindo a particularidade do tramo imediato à cabeceira ser mais largo que os restantes. Por conseguinte, para que os arcos ali situados não ultrapassassem a altura das arcarias, lançaram-se arcos abatidos.

As Matrizes da Calheta e do Topo têm um corpo das naves mais baixo que as anteriores igrejas, o que lhes confere uma espacialidade em que a largura e a profundidade são as dimensões que mais se evidenciam. A Matriz da Calheta possui duas particularidades, já referidas: o arco alteado da arcaria do lado da Epístola (consequência de ali ter sido instalado o órgão) e o tecto da nave central em falsa abóbada de berço abatido e rebaixado. A pintura integralmente branca daquelas coberturas ajuda a iluminar as naves e a capela-mor, ao mesmo tempo que melhor acusa a altura daqueles espaços. A Matriz do Topo ainda é mais baixa, com os tectos de madeira de três esteiras da nave central e da capela-mor situados à mesma altura, quase tangentes ao arco triunfal de dimensões consideráveis. Variam na inclinação das esteiras laterais. As portas existentes nos extremos do tramo imediato à cabeceira, com duplos entablamentos e enquadradas por um arco cego, também são singulares na ilha.

A intervenção novecentista a que a igreja dos Rosais foi alvo é, à primeira vista, quase chocante, em grande parte devido à pintura branca de todo o espaço interno, ao qual escapou apenas o pavimento em cerâmica escura e o lambril de madeira. Contudo, um novo olhar surgiu na comparação desta igreja com os demais templos jorgenses. Apesar de intervencionado, o edifício setecentista permanece ali. Essencialmente, a intervenção consistiu, no que concerne ao espaço interno, em remover os capitéis e embasamentos dos pilares das arcarias, bem como o ressalto das cantarias dos arcos, para além da construção de novos coro-alto e baptistério nos mesmos locais. Os tectos

são de madeira com três esteiras pintadas, porém, nota-se a sua antiguidade devido à existência de tirantes. Em suma, quanto ao espaço interno, a intervenção é mais impactante devido à quase ubiquidade da pintura a branco do que a nível estrutural. A igreja do século XVIII ainda lá está, só que camuflada.

As igrejas de três naves da ilha de São Jorge encontram-se invariavelmente no centro das povoações, mas sempre isoladas em quarteirão próprio que usualmente está delimitado por ruas. A sua imagem exterior é marcada pelas fachadas, em que os conjuntos portal/janela se destacam, e pelas torres que actualmente se erguem, todas no lado do Evangelho. Os alçados laterais têm as portas travessas com ou sem janela superior, normalmente seguidos de corpos adossados à igreja que podem ser ocupados por capelas laterais, sacristias e outras dependências paroquiais, que chegam a estar encostadas ao corpo da capela-mor, com janelas abertas nas faces laterais.



Fig. 5.91 – Matriz de Velas (1664-1675): fachada anterior a 1880.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 5.92 – Matriz de Velas (1664-1675): fachada em 1880.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 5.93 – Matriz da Calheta (1732-1760-1763): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.94 – Igreja da Ribeira Seca (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.95 – Matriz do Topo (post. 1757-1761): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 5.96 – Igreja de Rosais (séc. XVIII/1964): perspectiva da igreja na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.

As fachadas das igrejas de três naves de São Jorge são bastante similares. Exceptuando a Matriz de Velas, todas as outras fachadas que chegaram até à actualidade foram construídas no século XVIII. Os portais/janelas de todas elas seguem a mesma fórmula compositiva, com os mesmos elementos: as pilastras ressaltadas laterais ao portal, os entablamentos complexos, a ligação às janelas superiores e os pináculos que as ladeiam no seguimento das pilastras inferiores. Variam no tratamento expressivo que lhes foi dado. Ao comparar os portais/janelas das igrejas da Calheta e da Ribeira Seca, verifica-se que as cornijas balançadas da primeira conferem uma expressividade à fachada que, na segunda, quase não existe. A pouca expressão das cornijas na Ribeira Seca resulta num portal/janela «à face», a antítese do portal da Calheta. Aliás, em matéria de expressividade das cantarias, a Matriz da Calheta não tem rival. É a que menor largura de fachada apresenta, cuja inserção do portal/janela obrigou a altear o frontão, originando os extremos cortados.

De todas as igrejas, só a dos Rosais não possui uma cornija que delimite os níveis da fachada, a base que falta para definir o frontão, embora exista o seu «prolongamento» quer na torre quer no baptistério. Esta igreja é a única no conjunto da ilha que sugere o nível térreo de uma segunda torre[25]. As outras igrejas, além de possuírem uma só torre, apresentam sempre aquela cornija interrompida pela janela superior ao portal. Nos casos das Matrizes da Calheta e do Topo, essas cornijas interrompem-se ligeiramente acima do nível dos peitoris das janelas.

Os pináculos embutidos que se erguem a ladear as janelas superiores são de grandes dimensões em todas as igrejas, salvo os da Matriz de Velas, com dimensões mais regulares. São elementos que sobressaem no conjunto portal/janela como animadores das várias composições e que, por serem totalmente decorativos, poderiam ser objecto de uma maior liberdade criativa. Os elementos decorativos que surgem na fachada encontram-se em torno da janela superior, jogando com os pináculos atrás

[25] Esta igreja foi intervencionada no século XX, quando a torre original foi demolida e erguida uma nova no outro lado da fachada, sobre o baptistério. Nunca chegaram a coexistir, já que o baptistério também acabou por ser derrubado para a construção da nova torre, pelo que o único elemento original ali presente é a pia baptismal.

referidos. Estes motivos não estão presentes nas fachadas das igrejas dos Rosais e da Calheta. A primeira, por já não possuir elementos decorativos para além dos do portal; a segunda, porque o nicho superior à janela é enquadrado por duas pilastras e um friso. Os vértices das fachadas são todos cortados, contudo, os maiores cortes encontram-se nas Matrizes de Velas e da Calheta. Esta última é, aliás, a única que mostra duas volutas autónomas a servir de base à cruz que coroa o frontispício. Por último, a existência de um pináculo sobre o cunhal oposto à torre pode ser observado nas igrejas da Ribeira Seca e da Calheta, onde o pináculo tem grandes dimensões para poder rematar o extremo do frontão que ele próprio corta.

As janelas laterais ao portal/janela central são de pequenas dimensões, encostadas à cornija da fachada. Variam no emolduramento de cantaria, ainda que se integrem sempre no desenho dos demais vãos, como é notório na fachada da Matriz da Calheta. Pela sequência cronológica, desde a Matriz de Velas (mais antiga) à Matriz do Topo (mais recente), verifica-se um aumento gradual das dimensões daquelas janelas, bem como uma progressiva autonomia das janelas face à cornija da fachada. Na do Topo, trata-se já de janelas completamente autónomas encimadas por óculos que interferem na cornija, obrigada a contorná-los superiormente como que empurrada. A fachada da Matriz de Velas teve certamente uma intervenção posterior ao século XVII, pois os motivos decorativos usados e a cornija/entablamento curvo que rematava a janela superior central só podiam ser setecentistas. Por sua vez, a pequena rosácea que apresentou até ao século XIX, em conjunto com o remate angular presente na imagem mais antiga da Matriz de Velas, demonstram que uma parte da igreja do século XVI tinha subsistido à campanha de obras da segunda metade do século XVII.

Das torres das igrejas de três naves de São Jorge, só a da Matriz de Velas destoa do modelo das torres presentes nas restantes igrejas. É a mais nova, erguida em 1825, seguindo um desenho que pouco tem que ver com as outras. Distinguem-na a planta rectangular, com os lados maiores nas faces laterais, a altura, os três níveis, cujo intermédio é bastante menor, e o coruchéu formado por duas cúpulas bolbosas sobrepostas, cintadas entre si. As torres das restantes igrejas são muito semelhantes entre si: as suas dimensões são próximas, bem como as proporções dos seus elementos; possuem uma planta quadrangular, composta por dois níveis demarcados pela continuação da cornija da fachada nos seus lados; quer o número de ventanas, quer os coruchéus piramidais oitavados estão presentes em todas. A Matriz da Calheta possui um pequeno frontão triangular no topo de cada face da torre, onde se insere um relógio. Trata-se de uma adição posterior à edificação da torre que cobriu ou eliminou as possíveis platibandas originais. As escadas exteriores de acesso às torres também existem/existiram em todas elas. Desenvolvem-se em um ou dois lanços, no ângulo

formado pela face posterior da torre e a parede lateral do corpo das naves, terminando sempre antes dos portais laterais.

Por sua vez, os portais laterais são composições exteriores que se podem agrupar em três tipos: portal/janela simplificado (igrejas de Velas e Ribeira Seca); porta encimada por frontão triangular e motivo decorativo no tímpano (igrejas de Rosais e Topo); portal desenvolvido, sem janela superior, como na Matriz da Calheta. Nesta última, os portais laterais apresentam uma composição tão cuidada como o portal principal, plena de expressividade, tanto que poderiam ser portais principais de outros templos. Os portais em questão, bem como o principal, parecem inspirar-se no portal da fachada de São João Baptista, em Angra. Também se aproximam dos portais da Misericórdia de Angra, erecta em 1748, que, em consonância com a Matriz da Calheta, mostra o portal principal e os laterais com o mesmo tratamento estético e compositivo.

Quanto aos mestres que projectaram e construíram a maior parte das igrejas da ilha, são descendentes de Francisco Rodrigues, picaroto que passou a São Jorge, em 1664, para desenhar e dirigir a campanha de obras da Matriz de Velas. Ali ficou a residir, tornando-se na cabeça de uma dinastia de mestres pedreiros de sucesso. O filho, Manuel d'Avellar, nascido em 1683, foi o primeiro a usar aquele apelido. Também foi o mestre do edifício municipal das Velas, construído na primeira metade do século XVIII. O neto, José d'Avellar de Mello, nascido em 1719, foi o arquitecto da família que mais se destacou: pai de oito filhos, sete deles pedreiros, em conjunto com o genro foram os principais responsáveis pela reconstrução das igrejas no pós-terramoto de 1757. "José d'Avellar de Mello, como empreiteiro d'obras, percorreu a ilha com seus filhos e genro e edificaram as egrejas da Ribeira Secca, Norte Grande, Norte Pequeno, matriz do Topo e todas as mais e outros edificios construidos até ao fim do seculo XVIII"[26]. Tendo sido os autores das igrejas da Ribeira Seca e do Topo, conceberam fachadas aproximadas, mas com espaços internos algo díspares.

Trata-se de uma dinastia de arquitectos-mestres-pedreiros que se manteve continuamente activa, nos Açores, durante cerca de cento e cinquenta anos, com grande actividade nas ilhas do chamado *triângulo* – São Jorge, Pico e Faial. No princípio do século XIX, vários foram os membros da família Avellar que emigraram. "Percorrem as ilhas principaes do archipelago: vão a Lisboa, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, America do Norte e Africa"[27], para onde foram trabalhar como mestres-de-obras, difundindo, assim, o ofício familiar por outras paragens espalhadas pelo Mundo.

[26] José Candido da Silveira Avellar, *Op. cit.*, nota de rodapé (1), pp. 254-255. As igrejas de Norte Grande e Norte Pequeno são de nave única.
[27] Idem, *Ibidem*, p. 255.

6. As igrejas de três naves na ilha do Pico



Fig. 6.1 – "Insula del Pico.", excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *É de figura ovada. Tem compridão de até catorze léguas, segundo alguns, e, segundo outros da ponta do Calhau Gordo, que está a leste, dezoito, até ao porto da freguesia da Madalena, que está pera a banda de loeste, da parte do ocidente; e de largura quatro léguas, atravessando a ilha pelo meio da vila das Lagens, que está da banda do sul, passando pelo lugar onde arrebentou o fogo, no cume da serra, até a vila de São Roque, que está da banda do norte* […][1].

A ilha do Pico, baptizada como ilha de São Dinis, é a segunda maior dos Açores, sendo caracterizada pela montanha do grande vulcão que atinge os 2 351 metros de altitude, o ponto mais alto de Portugal. A montanha domina a metade ocidental da ilha. O vulcão criador daquela parte é geologicamente o mais recente dos grandes vulcões existentes no arquipélago. Como tal, aquelas terras eram as mais pobres do Pico, tendo sido aproveitadas, a partir do século XVII, para o cultivo da vinha e plantação de pinhais. A metade oriental da ilha tem uma contínua serrania que se torna em planalto na parte central, a cerca de 900 metros de altitude, e que se estende até ao sopé da montanha.

O povoamento localiza-se ao longo de toda a orla litoral, servido por uma estrada que circunda a ilha. As terras da parte oriental do Pico são geologicamente mais antigas, de melhor qualidade, boas para a agricultura. Com poucas nascentes, todas na parte oriental, o Pico não tem ribeiras perenes. As características naturais da ilha foram uma das razões para a pouca afluência inicial de colonos. Mas houve outra.

No princípio do povoamento das ilhas do grupo central (décadas de 1450-1570), a ilha do Pico constituiu uma capitania própria, doada em data incerta a Álvaro de

[1] Gaspar Frutuoso*, Saudades da Terra*, Livro VI (1522-1591), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 110.

Ornelas, natural da Madeira. Contudo, o primeiro capitão do donatário nunca se deslocou ao Pico, nem promoveu qualquer iniciativa de colonização, pelo que, a partir da década de 1460, o povoamento do Pico começou oficiosamente com a ida de colonos a partir da Terceira, sem o acompanhamento nem a direcção de um capitão no terreno. Os povoadores começaram por se estabelecer na costa sul da ilha, em torno do lugar a que chamaram *Lages*, avançando gradualmente para nascente, sem que houvesse um reforço de colonos nos anos seguintes. As dificuldades iniciais, agravadas com a falta de empenho de Álvaro de Ornelas, levou Jos D'Utra, capitão do Faial, a denunciar a situação à donatária, a infanta D. Beatriz, pedindo que lhe doasse a dita ilha. Em 1482, D. Beatriz retirou a capitania da ilha do Pico a Álvaro de Ornelas, por nunca ter tomado posse efectiva, e entregou-a a Jos D'Utra. A partir de então, as ilhas do Faial e do Pico constituíram uma única capitania com sede na Horta[2].

Uma das primeiras obras que o capitão do donatário mandou fazer no Pico foi a abertura do *caminho dos ilhéus*, que ligava as Lajes, a sul, ao porto situado frente aos ilhéus, no noroeste da ilha, onde se apanhava o barco para a Horta. Ali se criou a povoação da Madalena, que se tornou freguesia no século XVI e vila no século XVIII.

A primeira vila criada na ilha foi a das Lajes, em 1501, situada a meio da costa sul, onde os primeiros povoadores tinham feito o primeiro assentamento. Passadas quatro décadas foi criada a vila de São Roque, em 1542, na costa norte, fronteira à ilha de São Jorge, resultado da exploração daquele lado da ilha com vista ao povoamento. São Roque inseria-se nas rotas de navegação entre as ilhas do grupo central e o seu porto foi, desde cedo, chamado *Cais do Pico*.

Em 1645, Frei Diogo das Chagas contou treze paróquias no Pico. Todavia, ao contabilizar os clérigos que comiam o «Pão del Rey» encontrou discrepâncias:

> (…) *porque coatro destas freguesias, são curadas, como he Santa Luzia, aonde administra o Cura de Santo António, e a de Boa noua nas Bandeiras aonde reside o Cura da Madalena; e Nossa Senhora de Candelaria, aonde serue o Cura de Sam Matheus: e São João em que administra hum dos dous Curas que auião nas Lagens* (…) *o que fez o Senhor Bispo Dom Frei Antonio da Resurreição por mais serviço de deus, e bem das almas, por serem muj compridas, e distantes, e grandes povoações na parte aonde estauam as hermidas, que fez Parochias, independentes das principaes aonde as desmembrou, dando lhe pia bautismal e jurdição igoal ao Vigairo, em tudo o que toca ao seu districto*[3].

[2] Segundo os cronistas e escritores consultados, assim que lhe foi doada a capitania do Pico, Jos D'Utra reuniu um grupo de colonizadores e dirigiu-se àquela ilha. Desembarcaram na actual freguesia de São Mateus, na parte sudoeste do Pico, e, ao explorarem a orla costeira, depararam-se com um grupo de colonos estabelecido no sítio das Lajes. Eram os primeiros povoadores que tinham vindo da ilha Terceira, vinte anos antes.

[3] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, pp. 525-526.

D. Frei António da Ressurreição foi bispo de Angra de 1635 a 1637, um intervalo cronológico curto e preciso. A partir de então, Santa Luzia, Bandeiras, Candelária e São João passaram a ser *freguesias paroquiais*, independentes das antigas paroquias.

A vila da Madalena foi criada em 1723, fronteira à ilha do Faial. Todas as vilas picoenses são litorais e possuem um porto. Se o das Lajes do Pico sempre teve um carácter piscatório, pela pouca profundidade e muitos recifes, os portos de São Roque e da Madalena desenvolveram-se pelo comércio externo, em especial com as ilhas fronteiras. As relações de proximidade e entreajuda estabelecidas entre São Roque-Velas (São Jorge) e Madalena-Horta (Faial) fomentaram o seu progresso.

O Pico tem dez igrejas de três naves, mais as quinhentistas desaparecidas (Matriz das Lajes e paroquial de Santa Bárbara). Estão por toda a ilha e são o tipo predominante na arquitectura religiosa, como se vê no mapa do Pico e no quadro infra expostos.



Fig. 6.2 – Mapa administrativo da ilha do Pico.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 92.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Pico **10** (2)	Lajes do Pico **3** (2)	Lajes do Pico	*Matriz St.ma Trindade*	P	1509-1539/1895-1967
		São João	*São João Baptista*	P	1829-1832
		Piedade	*N-ª S.ª Piedade*	P	post. 1757
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	1500/1677
	São Roque **4** (0)	São Roque	*Matriz São Roque*	P	1714-1726
		Prainha	*N.ª S.ª Ajuda*	P	1787/1856
		Santo Amaro	*Santo Amaro*	P	post. 1736
		Santo António	*Santo António*	P	1696
	Madalena **3** (0)	Madalena	*Matriz S. Maria Madalena*	P	1645-1666/1891
		São Mateus	*Bom Jesus Milagroso*	P	1838-1842
		Bandeiras	*N.ª S.ª Boa Nova*	P	déc. 1860
TOTAL: **12 igrejas de três naves identificadas na ilha do Pico**					

Fig. 6.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha do Pico: A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: P-paroquial; déc.-década; post.-posterior a.

– *Matriz de Santa Maria Madalena*, Madalena





Fig. 6.5 – Matriz de Santa Maria Madalena, Madalena (1645-1666/1891): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.4 – Matriz de Santa Maria Madalena, Madalena (1645-1666/1891): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Até à elevação a vila, em 1723, a Madalena tinha o seu actual território repartido pelos concelhos das Lajes e de São Roque, sendo uma freguesia pertencente a São Roque que fazia fronteira com o termo das Lajes. Como foi mencionado, a Madalena nasceu no lugar da ilha com o melhor porto para atravessar o canal do Faial em direcção à Horta. Era lá que o capitão do donatário tinha a sua residência no Pico e era à Madalena que chegavam as gentes e mercadorias vindas do Faial. Por se encontrar longe das vilas da ilha, a Madalena começou a desenvolver uma relação de maior vizinhança com a Vila da Horta, que lhe era fronteira e, na realidade, mais próxima que as vilas picoenses.

A freguesia da Madalena, que tinha quatro léguas de limite costeiro, pertenceu administrativamente à ilha do Faial e não à do Pico, até à criação do concelho de São Roque, em 1542[4], ao qual passou a pertencer. Contudo, a forte ligação que tinha estabelecido com a Horta prosseguiu, ao ponto de a paróquia da Madalena só deixar de obedecer à Ouvidoria do Faial em 1668[5]. Com o passar do século XVII, a Madalena desenvolveu-se à medida que a Horta se afirmava como a primeira vila dos Açores, depois das cidades de Angra e Ponta Delgada. Muitos eram os faialenses que possuíam terras e residiam por grandes temporadas naquela parte do Pico. Apesar de os solos serem pobres, foram convertidos com sucesso para o cultivo da vinha e a consequente produção de vinho, cuja qualidade levou à fama internacional no século XVIII. Também

[4] Cf. Tomaz Duarte Jr., *O concelho da Madalena – Subsídios*, [s.l.], Câmara Municipal da Madalena, 1999, p. 59.
[5] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 24.

foram os faialenses que construíram as mais variadas infra-estruturas naquelas terras, como se a Madalena fosse uma extensão ultramarina do Faial. No início do século XVIII, a capitalidade do lugar da Madalena tornou-se clara no contexto picoense, embora não fosse cabeça de concelho. O território da Madalena podia estar repartido pelos concelhos das Lajes e de São Roque, porém e na realidade, mantivera-se sob a alçada dos ouvidores e corregedores da Horta.

A ligação estreita entre as ilhas do Faial e Pico, especialmente entre a Horta e a Madalena, alicerçada na vontade das várias famílias faialenses presentes naquela parte do Pico, levou a que os fregueses da Madalena fizessem uma petição a D. João V, na qual pediam a criação de um concelho próprio. A resposta chegou a 8 de Março de 1723:

> *D. João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc (…) hei por bem fazer mercê aos suplicantes de lhes conceder a regalia de que o dito lugar de Santa Madalena seja vila, fazendo-se separação do termo, pela Canada das Figueiras, que vai dar ao porto do Cachorro, ficando pertencendo à dita nova vila quatro freguesias, a saber: a da Candelária e de São Mateus pertencentes à vila das Lages, e as freguesias da Boa Nova e Madalena pertencentes à vila de S. Roque* […]"[6].

Ficou, assim, criado o último concelho dos Açores até ao final do Antigo Regime, que hoje compreende mais duas freguesias, a Criação Velha e São Caetano, antigos curatos que, entretanto, foram constituídos em paróquias, tendo sido desagregados das freguesias da Madalena e de São Mateus, respectivamente. O concelho da Madalena acabou, deste modo, por cobrir toda a parte ocidental do Pico.

Actualmente, a Madalena é a vila que mais se destaca na ilha. As Lajes não progrediram pelo mau porto que sempre teve, apesar de se afirmar como porto piscatório e, mais recentemente, turístico. São Roque foi fundada a alguma distância do seu porto, que sempre foi o principal da ilha, pelo que a vila cresceu sem um centro definido, desfasada no espaço entre a Matriz e o Cais do Pico. A Madalena e as relações comerciais com a Horta fizeram dela a principal porta de entrada e saída do Pico. Outrora famosa pelas suas vinhas, hoje verifica-se a sua recuperação e a sequente produção de vinho, para além ser a principal beneficiária do aumento de visitantes à ilha, já que ali se situam as principais unidades hoteleiras.

Na última vintena de Quatrocentos, assim que ficou aberto o *caminho dos ilhéus* – que ligava as Lajes ao porto de embarque para a Horta – e que se começou a formar a povoação , foi construída uma ermida dedicada a Santa Maria Madalena. Sobre esta ermida nada mais se sabe, a não ser que se erguia no mesmo lugar da actual Matriz, fronteira à rampa do porto.

[6] "Alvará para a creação da Villa da Magdalena da ilha do Pico", in Tomaz Duarte Júnior*., Op. cit.,* pp. 26-27.

Não se conhece quando a Madalena se tornou freguesia, porém, em 1588, já o era quando São Mateus também passou a sê-lo. Igualmente paira a suspeita sobre a possibilidade de ter havido uma igreja construída no período entre a ermida primitiva e o actual edifício, sobre a qual só se pode conjecturar. Leia-se o que foi apurado:

> *De acanhadas dimensões seria, mas não restou o menor vestígio da sua configuração. Apenas se poderão retirar ténues traços de umas folhas soltas de um Livro de Óbitos com registos de enterramentos a partir de 1633. Aí nunca se fala em "portas travessas", referência muito utilizada, a partir de 1661, para localizar as sepulturas "acima" ou "abaixo" das mesmas.*
> *Não se trataria de construção demasiado improvisada porque um defunto ficou "debaixo do púlpito", outro "debaixo da pia dagoa benta" e mais um outro "debaixo do taboado", indicação de que era assoalhada*[7]*…*

É difícil acreditar, embora não seja impossível, que uma ermida erecta, quiçá, ainda no século XV pudesse ser paroquial no século XVI e chegar até aos meados do século XVII, sempre no mesmo edifício. Ainda mais, quando se trata da parte do Pico que mais progrediu e enriqueceu durante aquele tempo, tornando a primitiva ermida obsoleta por falta de espaço para albergar os paroquianos. O início da edificação da actual igreja deu-se em data incerta, contudo, dentro do intervalo cronológico de 1645-1666: "(…) aqueles trabalhos de pedreiro estariam concluídos na década de 60 da era de 600 e a igreja era retelhada em 1666"[8]. No terceiro quartel do século XIX, António Lourenço da Silveira Macedo escreveu que a igreja acabara de ser reparada pelas obras públicas, embora, na sua época, ainda possuísse a fachada anterior.

> *Tem este templo de comprimento 45,1 metros e de largura 14,3 metros, com tres portas e dous andares de janelas por cima em cõrrespondencia. Não tem frontispício, nem grimpas nas torres, termina com uma cimalha em linha recta.*
> *Está esta egreja bem situada n'um lugar vistoso, e com um espaçoso adro junto à praça da villa. É de duas [três] naves com 4 altares por banda com bons retábulos dourados*[9]*.*

Na última vintena do século XIX, por iniciativa e encargo do Pe. José Lourenço de Medeiros, foi decidido erguer uma nova frontaria para a Matriz, já que a existente não era do agrado geral da população porque não se parecia com a fachada de uma igreja[10]. As obras terminaram em 1891, constituindo-se a nova frontaria como um corpo frontalmente adossado à anterior fachada, ocupando um tramo próprio acrescentado à planta do corpo das naves. A igreja de Santa Maria Madalena foi sagrada a 26 de Abril de 1931, pelo então bispo de Macau, D. José da Costa Nunes.

---

[7] Tomaz Duarte Júnior, *A Matriz da Madalena e três dos seus Padres*, Madalena, Câmara Municipal, 2000, p. 21.
[8] Idem, *Ibidem*, p. 25.
[9] António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, III vol., (ed. fac-similada Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, D.R.A.C., 1981, p. 102.
[10] Este assunto será desenvolvido mais à frente, na análise da frontaria.



Fig. 6.6 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz de Santa Maria Madalena é uma igreja de três naves, com sete tramos mais o da frontaria nova. É uma igreja grande, profunda, com as arcarias compostas por arcos de volta inteira suportados por pilares. Os capitéis apresentam troços de entablamento nas quatro faces, com cornijas expressivas. O corpo das naves é coberto por três falsas abóbadas de berço abatido que arrancam das cornijas presentes no cimo das arcarias. A nave central possui dois púlpitos.



Fig. 6.7 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.8 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta completa, com um vão bem maior que os existentes nas arcarias. Trata-se de uma capela-mor profunda, com duas janelas laterais abertas perto do retábulo, coberta por uma falsa abóbada de berço. Toda a capela-mor, incluindo o alçado do arco triunfal, foi revestida com talha dourada ao longo da primeira metade do século XVIII – com especial destaque para a talha da falsa abóbada de caixotões –, tempo em que também foram adquiridos os dois painéis de azulejos que preenchem os lambris das paredes laterais. Existem ainda duas pequenas portas, logo após o arco triunfal, que comunicam com os espaços colaterais à capela-mor, exteriores ao espaço litúrgico.



Fig. 6.9 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): perspectiva da capela-mor e altar colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.10 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): capela-do Santíssimo Sacramento.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz da Madalena não possui capelas colaterais, mas altares colocados axialmente nas naves laterais, rematados por arcos de volta perfeita. No topo do tramo imediato à capela-mor existe, no lado do Evangelho, um arco de volta perfeita cego, excepto na parte superior, onde se abre uma janela. No lado da Epístola encontra-se uma porta rematada por um entablamento simplificado que comunica com a capela do Santíssimo Sacramento, um espaço lateral externo ao corpo das naves. As naves laterais possuem dois altares cada, todos «antes» das portas travessas. O coro-alto é suportado pelos dois arcos do tramo de entrada, com cerca de metade da altura das restantes arcarias, com guarda gradeada. O acesso ao coro faz-se não pelo tramo de entrada, mas pelas torres.



Fig. 6.11 – Matriz da Madalena (1645- 1666/1891): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria actual da Matriz da Madalena foi terminada em 1891. Até ao começo das obras, a igreja possuía uma fachada erguida no século XVII, aquando das obras de construção do templo. Não foram encontradas fotografias dessa fachada, mas ficou uma gravura oitocentista, aqui exibida numa lápide colocada na entrada da igreja.



Fig. 6.12 – Matriz da Madalena (1645-1666): desenho da fachada primitiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Tem este templo de comprimento 45,1 metros e de largura 14,3 metros, com três portas e dous andares de janelas por cima em correspondencia. Não tem frontispicio, nem grimpas nas torres, termina com uma cimalha em linha recta.*
> *Está esta egreja bem situada n'um lugar vistoso, e com um espaçoso adro junto à praça da villa. É de duas* [três] *naves com 4 altares por banda com bons retabulos dourados*[11].

A primeira fachada da igreja tinha três níveis, marcados por cornijas/frisos, enquanto se dividia em três panos através de pilastras. O portal principal não estava centrado, encontrando-se ladeado por duas portas menores que se abrem a distâncias desiguais do portal. No pano lateral do lado da Epístola ficava uma janela quadrangular encostada inferiormente ao soco. Os níveis superiores tinham janelas quadrangulares sobre as cornijas/frisos que delimitam os níveis. Apenas o pano lateral atrás mencionado

[11] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 102.

é ocupado, no nível superior, por uma sineira. Existe a possibilidade que aquele pano da fachada fosse, de facto, a torre da igreja, contudo, sem assumir a autonomia que usualmente se encontra nas torres sineiras. A primeira frontaria era rematada por um telhado, talvez com quatro águas. Não há dúvidas de que se trata de uma fachada incomum para uma igreja, pois assemelha-se a um edifício de arquitectura civil, reforçado pelo telhado, em que a existência de uma sineira poderia insinuar uma casa de câmara, mais do que uma igreja.



Fig. 6.13 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.14 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria actual da Matriz da Madalena é composta pelo pano central e pelos panos das torres. Estas integram a composição da fachada, que, exceptuando os coruchéus, parece inserir-se num quadrado estirado. A grande cornija da fachada, que marca o nível superior, situa-se a cerca de dois terços da altura das torres, enquanto o nível intermédio só está marcado nos panos das torres.

No nível térreo abre-se um arco de volta perfeita, cuja volta externa converte-se em arco contracurvado e termina numa mísula axial, rematada por um pequeno baldaquino. O portal em si encontra-se recuado, constituído por um arco de volta perfeita que repousa em pilastras, cujos capitéis são troços de entablamento. Os fustes mostram as arestas internas chanfradas. A ladear e sobrepostos ao arco estão duas pilastras

sobre plintos, com capitéis iguais aos dos pilares anteriores, que são rematadas por dois troços de pilares assentes em mísulas.

Ladeando o portal, nos panos das torres, encontram-se janelas rematadas por arcos de volta perfeita. Este tipo de janelas repete-se no nível intermédio, ao qual se juntam as duas janelas do pano central que flanqueiam o motivo axial da mísula e baldaquino. As torres não possuem quaisquer vãos nas faces laterais. Acima da cornija da fachada erguem-se os campanários, nos panos das torres, com três ventanas cada (as faces internas não as possuem). As torres são coroadas por coruchéus piramidais bastante agudos, de secção octogonal, que pousam sobre tambores prismáticos também de secção octogonal. Os coruchéus são enquadrados por pináculos que rematam os cunhais das torres. No pano central, sobre a cornija da fachada, encontra-se um frontão delimitado por volutas simplificadas, em cujo vértice fica um pedestal com uma cruz. No centro do tímpano está um considerável relógio.

A Matriz da Madalena está implantada isolada, com adro a toda a volta e com a fachada voltada ao poente, fronteira ao porto e ao Faial. É um edifício de grandes dimensões que, após ser edificado, se tornou na maior igreja do Pico. A campanha de obras da segunda metade de seiscentos é, pois, anterior ao fervor construtivo do século XVIII que reformou quase todas as igrejas da ilha. Pode ter sido uma inspiração ou mesmo a cabeça-de-série de vários templos erectos posteriormente.

A igreja é extensa, com sete tramos, o que não é muito comum nos Açores. Realçam-se as arcarias, pelos capitéis com cornijas balançadas – que marcam a arquitectura pós-Restauração de 1640 –, e a capela-mor bastante profunda. O templo tem a altura e a largura proporcionadas, contudo, o grande comprimento das naves e da capela-mor, aliado à maior altura da nave central origina um amplo espaço interno. Foi erecta como igreja paroquial da freguesia meio século antes da criação do concelho da Madalena. A frontaria erguida em 1891 é impactante, quer na Madalena quer vista do mar ou do Faial, facilmente identificável pelos altos e agudos coruchéus.

– Igreja de Nossa Senhora da Boa Nova, Bandeiras



Fig. 6.15 – Igreja de N.ª S.ª Boa Nova, Bandeiras (1860-1871): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.16 – Igreja de N.ª S.ª Boa Nova, Bandeiras (1860-1871): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Como foi referido na introdução à ilha do Pico, Bandeiras foi um curato da freguesia da Madalena até se tornar independente, nos anos de 1635-1637. Até aí existia uma ermida de Nossa Senhora da Boa Nova. Todavia, dificilmente aquela ermida teria continuado ao serviço, como paroquial, até à construção da actual igreja, na década de 1860. Parece plausível que tenha existido uma igreja erguida depois de 1637, que veio a ser substituída no terceiro quartel do século XIX pelo actual templo.

> *A actual egreja parochial acaba de ser construida pela repartição das obras publicas a instancias do seu vigario o reverendo padre Manuel Joaquim de Serpa no mesmo lugar da antiga. Dista da sua Matriz* [da Madalena] *6:230 metros* (...).
> *Tem esta egreja de comprimento 48,28 e de largura 12,76 metros com trez portadas e trez janelas em correspondencia no coro: tem um elevado frontispicio e duas torres, e é de duas* [três] *naves*[12].

Por esta citação sabe-se que existiu uma igreja anterior, sem precisar se era a primitiva ermida ou uma igreja de construção posterior. O autor sintetiza a descrição da fachada, mas afirma que a igreja tem duas naves, em vez das três que apresenta. Tal pode ocorrer se se pensar que todas as igrejas têm, no mínimo, uma nave, o básico para desempenhar a sua função e, por isso, entendida como norma. Neste ponto de vista, as naves laterais são adicionadas à nave central. Este também é o entender na língua inglesa, que, no que concerne às igrejas de três naves, designam-nas por *aisle churches*, o que significa igreja de alas, referindo-se *nave* unicamente ao espaço da nave central[13]. Na língua portuguesa, a constituição de uma igreja de três naves é entendida com uma junção de naves e não de um corpo central com alas. A nave central é sempre a mais larga e alta, enquanto as naves laterais são sempre menores[14].

[12] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, p. 104. Sublinhado nosso.
[13] Na língua inglesa, *nave* corresponde ao espaço interno do corpo da igreja existente em todos os templos, independentemente de terem ou não *aisles*. Estas não são consideradas naves, mas alas de uma *nave*.
[14] À excepção das igrejas-salão, que, pelas suas características, apresentam a nave central com a mesma altura das laterais.



Fig. 6.17 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da igreja de Nossa Senhora da Boa Nova é constituído por três naves, divididas em seis tramos. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita que pousam em pilares toscanos sobre pedestais. As três naves são cobertas por tectos em falsa abóbada de berço abatido, que arrancam das cornijas que correm por cima das arcarias. O arco triunfal, quase da largura da nave central, arranca de pilares cujos capitéis se encontram ligeiramente acima dos das arcarias. A capela-mor possui a mesma largura da nave central, bem como alguma profundidade. Tem duas janelas laterais, quase encostadas ao retábulo. Também existem duas portas laterais encostadas ao arco triunfal que dão passagem aos espaços colaterais – num deles funciona a sacristia. A cobertura é feita por uma falsa abóbada de berço pintada.



Fig. 6.18 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.19 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja das Bandeiras não tem capelas colaterais. Existem dois altares axiais nas naves laterais que são colaterais à capela-mor. Os dois altares laterais que existem não são mais que pedestais de madeira, nos quais as imagens são colocadas, encostados à parede da nave, perto das portas travessas. Nos pilares das arcarias encontram-se dois púlpitos em simetria, entre o segundo e o terceiro tramo a contar da capela-mor. Mostram umas escadas maciças de cantaria que foram acopladas aos pilares, com três pequenos lanços de três degraus que ascendem aos púlpitos.





Fig. 6.21 – Igreja de Bandeiras(1860-1871): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.20 – Igreja de Bandeiras (1860-1871):
nave lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.22 – Igreja de Bandeiras (1860-1871):
baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.



Fig. 6.23 – Igreja de Bandeiras (1860-1871):
perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.

O baptistério localiza-se no nível térreo da torre do lado do Evangelho, na continuação do tramo de entrada. Entra-se no espaço através de um arco de volta inteira que assenta em pilares embebidos na parede. Tem uma janela com verga curva que se abre no frontispício e é coberto por uma pequena abóbada de berço. O tramo de entrada possui portas axiais às três naves.

O coro-alto é suportado pelos dois arcos baixos do tramo de entrada, com cerca de metade da altura das arcarias. O seu espaço é tripartido por paredes que continuam os panos das arcarias, onde ficam as portas que permitem a comunicação entre as partes. Em cada uma das partes existe uma janela axial que se abre na fachada.



Fig. 6.24 – Igreja de Bandeiras (1860-1871): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Bandeiras foi implantada lateralmente à estrada que liga as vilas da Madalena e São Roque. Ergue-se com a frontaria voltada a nascente, para onde se desenvolve o adro fronteiro, murado, acessível por uma escada central com poucos degraus. A igreja também tem adros laterais e um posterior.

A fachada da igreja de Nossa Senhora da Boa Nova é composta pelo corpo central das naves, ao qual se encostam lateralmente as torres. Por sua vez, o corpo central é dividido, por meio de pilastras, em três panos que correspondem às três naves internas. A forma com que as torres se inserem na fachada, bem como o seu tratamento e composição, originam um frontispício com cinco panos – os três do corpo central mais os dois das torres –, delimitados pelas pilastras e cunhais ali presentes.

O nível térreo apresenta portas rematadas em arco abatido em todos os panos da fachada, sendo os três centrais iguais entre si mas maiores que os das torres. O nível intermédio é pontuado por cinco janelas de verga curva que encimam as sobreditas portas. Todas as janelas possuem avental rectangular de fundo branco. Por cima das janelas corre a cornija da fachada, anunciando o nível superior. Sobre o corpo central ergue-se um grande frontão de remate policurvado, desenhado por finas meias volutas. O vértice é cortado por uma cornija balançada onde se fixa a cruz. O tímpano é dividido

por pequenas pilastras, alinhadas com as pilastras inferiores, sobre as quais existem motivos decorativos circulares com uma roseta hexafila, no centro. O pano central do tímpano mostra uma cartela oval com a inscrição «N. S. DA BOA NOVA 1860.», indicando o início ou o final das obras de construção da igreja. Situada entre aquela lápide e o vértice do frontão está uma coroa em relevo, com o fundo branco.

Nos panos das torres, o nível superior corresponde aos campanários, com duas grandes ventanas cada, abertas na fachada e nas faces laterais externas. As torres são coroadas por coruchéus piramidais de secção octogonal, com pequenos pináculos nos vértices superiores e nos ângulos, sobre os cunhais.

A igreja de Bandeiras é uma construção do terceiro quartel do século XIX. O espaço interno poderia ter sido construído no século XVII, depois da erecção da igreja da Madalena. A inspiração é obvia, mesmo sendo mais curta. Quanto à estrutura em cantaria, pouco ou nada as distingue, com dimensões aproximadas, arcarias análogas e a mesma solução para o arco triunfal, sem falar das capelas-mores profundas.

Apesar de algumas novidades na frontaria, este edifício é um dos últimos exemplares erguidos com fachadas de cinco panos. Existem quatro igrejas com aquelas fachadas no Pico. Trata-se das paroquiais de Bandeiras, São Roque (Matriz), Prainha e São Mateus. Em todas elas, as torres estão adossadas lateralmente ao corpo das naves, só que plenamente integradas na fachada como panos dos extremos. No caso da igreja de Bandeiras, as portas e janelas da fachada estão uniformizadas e só as duas portas dos panos das torres se mostram menores. Não há dúvida que o século XIX está denunciado naquela fachada, pelos vãos de verga curva e, talvez, pela uniformização das dimensões dos vãos, que acaba com a relevância do portal com janela sobreposta.

Por outro lado, a estrutura da fachada, as torres, as pilastras e a cornija são elementos de uma composição que vem de trás, do século XVI. São exemplos as torres, com as ventanas e os coruchéus iguais aos de Quinhentos. A diferença está na inserção dos panos das torres na composição do frontispício, tratados com os mesmos elementos presentes nos panos do corpo central. O resultado é uma sucessão de panos iguais nos dois primeiros níveis da fachada, cujo central se realça apenas pela maior largura. O frontão policurvado foi inspirar-se nos frontões setecentistas, contudo, com um desenho estilizado e uns motivos circulares originais sobre as pilastras que ajudam a encerrar a tripartição do tímpano.

– *Igreja de Santo António*, Santo António



Fig. 6.25 – Igreja de Santo António, Santo António (1696/1965): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.26 – Igreja de Santo António, Santo António (1696/1965): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *indo correndo a costa da rocha alta pela banda do norte pera o oriente, está uma pequena ponta ao mar, que se chama a Furna de Santo António, por estar uma ermida do Santo em cima da borda da rocha, pela boca da qual furna pode caber uma caravela de até vinte e vinte e cinco toneladas* (…)[15].

Santo António é uma freguesia localizada na parte norte da ilha que pertence ao concelho de São Roque do Pico, distando cerca de dois quilómetros dos limites da vila. A igreja paroquial ergue-se à beira-mar, com a fachada voltada para a furna atrás mencionada, a cerca de quinze metros da orla costeira. No entanto, não foi o actual templo que Gaspar Frutuoso sinalizou, mas sim a primitiva ermida de Santo António, que já existia no século XVI. Apesar do seu registo mais antigo ser o de um casamento ocorrido em 1609, Santo António só recebeu foros de paróquia em 1636.

A primeira igreja de Santo António foi concluída em 1696, sessenta anos depois de ter sido criada a paróquia. A torre que hoje se vê é uma reconstrução na sequência da destruição causada por um furacão, em 1906. Em 1965 foram recolhidas dádivas que "(…) potenciaram o levantamento das paredes da Igreja em 0,95 metros, o madeiramento para o tecto, a reparação da cantaria e a remodelação do adro, substituindo os altos muros por uma bancada em pedra lavrada"[16]. O sismo de 1993 fez aluir algumas paredes, bem como o tecto da sacristia. "Os serviços dos Sinistrados resolveram em parte o problema e ainda cimentaram todo o chão do corpo da Igreja ficando este apto a receber tacos de madeira, o que veio a acontecer com a generosidade do povo"[17]. Em 1996, foi necessária a substituição do tecto devido à deterioração dos tabiques revestidos a cal, obra que ficou a expensas da Junta de Freguesia. O novo tecto falso é de madeira envernizada, vinda de São Miguel.

[15] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 112.
[16] Padre José Idalmiro Ávila Ferreira, *Património Religioso. Concelho de São Roque do Pico*, São Roque do Pico, Câmara Municipal, 1999, p. 12.
[17] Idem, *Ibidem*, p. 12.



Fig. 6.27 – Igreja de Santo António (1696/1965): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da Igreja de Santo António é dividido pelas três naves, compostas por sete tramos, o que lhe confere um bom comprimento. As arcarias são constituídas por arcos de volta completa, assentes em pilares com embasamento. Encontram-se totalmente pintadas, incluindo as cantarias dos arcos – que não existem na face das naves laterais – e as impostas dos pilares. O embasamento tem a cantaria envernizada. O pilar ao qual se adossa o púlpito tem uma secção rectangular (duplo quadrado), desde a base daquele até ao pavimento. As naves são cobertas por tectos de madeira de três esteiras, com tirantes na nave central.



Fig. 6.28 – Igreja de Santo António (1696/1965): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.29 – Igreja de Santo António (1696/1965): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta inteira que repousa num nível um pouco acima dos arranques dos arcos das arcarias. É uma capela profunda, com duas janelas laterais abertas junto ao retábulo e duas portas situadas perto do arco triunfal, que comunicam com os espaços colaterais externos ao espaço da igreja. A capela-mor é coberta por um tecto de madeira de três esteiras que continua o tecto da nave central, apenas separados pelo arco triunfal.



Fig. 6.30 – Igreja de Santo António (1696/1965): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.31 – Igreja de Santo António (1696/1965): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais têm um altar axial que é colateral à capela-mor. Os outros dois altares laterais não passam de imagens colocadas em mísulas nas paredes das naves. Ao prosseguir na direcção da entrada encontram-se as portas travessas, após as quais se situam os dois tramos mais próximos da entrada. Na nave do lado da Epístola abre-se o arco de entrada no baptistério, espaço que se situa no nível térreo da torre. Tem uma janela aberta para a fachada e é coberto por uma pequena abóbada de berço, em cantaria. Apesar de a torre ter sido reconstruída no início do século XX, a composição do espaço do baptistério poderá apontar uma datação mais antiga. Como tal, surge a dúvida se a torre foi realmente toda reconstruída ou se apenas o foi nos níveis superiores. No lado oposto ao baptistério fica, na nave do lado do Evangelho, a escada de acesso ao coro-alto, de madeira e com dois lanços.



Fig. 6.32 – Igreja de Santo António: coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto cobre todo o tramo de entrada, mas avança sobre o segundo tramo da nave central, o que é, até ao momento, inédito. Os arcos dos extremos das arcarias, no tramo de entrada, são baixos e com cerca de metade da altura dos restantes arcos. O sobrado do coro-alto, ao sobrepor-se à nave central, apoia-se nos pilares que se erguem entre o segundo e o terceiro tramo. Os arcos do segundo tramo são cegos na parte superior, acima do referido sobrado.



Fig. 6.33 – Igreja de Santo António (1696/1965): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.34 – Igreja de Santo António (1696/1965): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada da igreja de Santo António é simples, consistindo num único pano sobrepujado por um frontão definido por volutas quebradas e a torre a flanqueá-la. No pano da fachada abre-se o portal, ao centro, baixo e largo, ladeado por duas pilastras sobre pedestais. O lintel do portal é a arquitrave do entablamento superior, com os extremos ressaltados na continuação das pilastras e a data «1696» centrada no friso. Sobre o entablamento estão pináculos aprumados com as pilastras inferiores. A janela que se abre acima do portal é simples, de «guilhotina», cuja verga insere-se não na cornija, mas na estreita faixa que remata o pano da fachada.

O frontão contracurvado quebrado não é uma construção original da igreja. Ergue-se centrado sobre o pano da fachada, mas não chega a atingir os extremos. É definido por finas volutas pouco expressivas que se encontram num curto troço de cornija central, base do pedestal que firma a cruz, ladeado por duas pequenas volutas. No centro do tímpano existe um vão circular com moldura em cantaria que foi pensado para receber um relógio. Sobre o cunhal do lado oposto à torre encontra-se um pináculo.



Fig. 6.35 – Igreja de Santo António (1696/1965): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre, como já foi dito, é uma reconstrução do século XX. Na ausência de imagens que mostrem a antiga torre, apenas se poderá analisar a presente. Tem três níveis que não estão marcados nas faces, com uma janela no nível térreo, pouco acima do soco, outra janela à mesma altura da janela central e, por último, o campanário com duas ventanas, uma na face frontal e outra na face lateral da torre. Um grande coruchéu piramidal oitavado coroa a torre, com um pequeno pináculo no vértice, enquadrado por quatro pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais.

A igreja de Santo António apresenta-se com um espaço interno que não é alto – veja-se a distância do arco triunfal e das arcarias ao tecto da nave central – nem particularmente largo. A profundidade do corpo das naves é a principal característica que se realça, acentuada pelo tecto baixo e pelos sete tramos estreitos, cujos arcos ritmam o espaço interno. Nem sempre um maior número de tramos corresponde a igrejas mais longas. Neste caso, trata-se de um edifício extenso para a sua escala, que, por sua vez, corresponde a uma redução dimensional de outros edifícios do mesmo tipo e com as mesmas características.

A capela-mor abre-se de modo em tudo similar ao que acontece nas igrejas de Madalena e Bandeiras. As arcarias estão pintadas e salienta a espessura dos pilares face aos vãos dos arcos. Todavia, é o coro-alto que desperta o interesse, quer por se sobrepor a dois tramos da nave central, quer pela forma como foi instalado, quer ainda pelas alterações feitas aos arcos envolvidos. O coro-alto original seria menor e sobrepor-se-ia ao tramo da entrada. Em algum tempo da história desta igreja, provavelmente no século XIX, foi decidido aumentar o coro-alto sobre a nave central. O sobrado passou a cobrir o segundo tramo, mais o que ganhou ao terceiro graças ao recorte contracurvado. Quanto aos arcos implicados, os presentes no tramo da entrada têm menor altura, pois já tinham sido erguidos para sustentar o coro-alto original. Os arcos do segundo tramo viram-se privados da parte superior dos vãos, entre o sobrado do coro-alto e o cimo do vão do arco, já que foi tomada a decisão de os fechar, quando poderiam ter colocado guardas laterais.

Para além das campanhas de obras identificadas, parece que houve mais alterações internas e externas à primeira igreja, resultando numa certa indefinição quanto à cronologia das suas partes. O portal principal é simples, porém, robusto, uma obra dos séculos XVII-XVIII. A janela da fachada é uma simples janela de guilhotina que se encontra em muitas casas do Pico. Não tem qualquer tratamento estilístico, sugerindo uma datação oitocentista. O frontão é obra do século XVIII, provavelmente tardio, que pousa sobre o remate recto da fachada, sem a continuar. É um frontão independente cuja presença ajuda a criar a fachada, já que esta, sem o frontão, seria um grande rectângulo jacente branco, com um portal e uma janela.

A destruição provocada pelos frequentes fenómenos telúricos obrigava a que se reparasse e reconstruísse as partes atingidas da igreja sem uma consciência patrimonial da obra como um todo. Por causa disso, as igrejas são, quase sempre, o reflexo das catástrofes ocorridas nas ilhas, cuja reconstrução por partes é consequência daqueles acontecimentos. Como tal, as obras eram executadas consoante o tempo e o gosto da época, sem que houvesse algum intuito de reconstruir de acordo com a «traça» original.

– *Matriz de São Roque*, São Roque do Pico



Fig. 6.36 – Matriz de São Roque, São Roque do Pico (1714-1726): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.37 – Matriz de São Roque, São Roque do Pico (1714-1726): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *o Cais do Norte, ou Cais de São Roque, por estar na freguesia da vila de São Roque, que é um cais e porto que se fez ao picão em tanta quantidade e espaço em quanta pode caber um batel por ele* (…).
> *Nesta freguesia, mais adiante como meia légua deste cais, debaixo da igreja de São Roque, que está em rocha alta, está outra enseada, onde também se carrega muita madeira pera as outras ilhas* (…)[18].

No tempo em que Gaspar Frutuoso escreveu as palavras supracitadas, São Roque já era vila (1542), mas o edifício da Matriz era outro, do século XVI, sem que se saiba mais acerca da sua existência. "A primitiva egreja parochial que ja existia antes da creação da villa, foi reedificada em 1716 e transformada na actual Matriz com a capacidade suficiente para a sua população: e suposto que a sua architectura exterior é singella e antiga, no interior està decentemente ornado (…)"[19]. Já o Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira refere que "Tendo pois sido iniciada a construção da nova Igreja em 1714 a conclusão da mesma vem acontecer em 1726 (…). Corrobora esta data o facto de nesse mesmo ano e nessa Igreja estar registado o primeiro baptismo (…)"[20]. O facto de a actual Matriz de São Roque ter sido edificada no primeiro quartel do século XVIII torna-a na mais antiga das igrejas com fachadas de cinco panos, ou seja, a primeira frontaria daquele género erecta no Pico. Como tal, é cabeça de uma série de várias igrejas construídas desde o primeiro quartel de Setecentos e até aos finais de Oitocentos.

A Matriz de São Roque foi bastante abalada no sismo de 1926, que fez ruir uma das torres sineiras. Por falta de verba, foi decidido acorrer aos estragos das paredes e do frontispício. Só em 1953 se iniciaram as obras da torre, nas quais, para além das escadas internas de acesso ao campanário, foi "(…) a cimalha renovada e sobre ela o pináculo desta e da outra sineira sobem dois metros sendo coroados com bilros em

[18] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, pp. 112-113.
[19] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., pp. 91-92.
[20] Padre José Idalmiro Ávila Ferreira, *Op. cit.*, pp. 1-2.

pedra para substituírem os de cimento. (…) O tecto falso de todo o edifício é laborado em cal e cimento sobre ripas de madeira. Tudo isto assinala a data de 1956 logo à entrada da porta principal (…)"[21]. As obras de reconstrução findaram dois anos depois.

Em 1978, foram empreendidos "(…) melhoramentos em paredes, e tecto com novas telhas e sobretudo com a remoção de tintas que cobriam os balaustres, cimalhas, e tirantes, e ainda da cal em cantarias e colunas restituindo-as à beleza primitiva do basalto com jactos de areia"[22]. Na última década do século XX, a sacristia foi restaurada e as portas principais foram substituídas por outras de madeira de Kambala, importada da Costa do Marfim. A 9 de Julho de 1998, deu-se um forte sismo que "(…) fez desabar a folha da parede da sacristia anexa à capela-mor. O tecto falso do corpo do edifício em parte ficou danificado (…)"[23]. O templo foi restaurado e apresenta-se bem preservado.



Fig. 6.38 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da Matriz de São Roque apresenta as três naves divididas em seis tramos. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, suportadas por pilares com embasamento e capitéis constituídos por troços de entablamento. Os dois panos das arcarias não são rematados por cornijas ou frisos, nos quais pousam as estruturas travejadas de madeira que sustentam os tectos de três esteiras das naves. "Tem de comprimento 33 metros e de largura 13,2 metros com trez portadas: é de duas [três] naves"[24].

O arco triunfal tem um vão bem maior que os das arcarias e repousa em altos pilares embebidos nas paredes laterais. Sobre o fecho do arco estão as armas reais de D. João V, a quem cabia patrocinar a construção da capela-mor.

[21] Idem, *Ibidem*, p. 3.
[22] Idem, *Ibidem*, p. 3.
[23] Idem, *Ibidem*, p. 2.
[24] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, p. 92.





Fig. 6.40 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): arco triunfal e tecto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.39 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor tem a mesma largura da nave central, sendo profunda e com duas janelas laterais junto ao retábulo-mor, mais as duas portas que se abrem perto do arco triunfal, permitindo a passagem para os espaços colaterais à capela, externos ao espaço litúrgico. Na parte superior das paredes laterais corre um painel emoldurado contínuo, desde o arco triunfal até ao retábulo, pintado com motivos fitomórficos. Sobre os painéis pousa o tecto de madeira de três esteiras da capela-mor. Quer este tecto quer o arco triunfal estão pintados com motivos vegetalistas, cartelas com formas *rocailles* e marmoreados, nomeadamente o intradorso do arco triunfal e as molduras inferiores dos painéis laterais.



Fig. 6.41 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.42 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.43 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): escada de acesso ao púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais têm três altares cada – um colateral e dois laterais, todos com retábulos de talha dourada –, aos quais se seguem as portas travessas e, nos topos da entrada, portas abertas na fachada que correspondem aos seus portais laterais. O tramo de entrada caracteriza-se pelos arcos mais baixos, de volta inteira, que sustentam o coro-alto. Este sobrepõe-se ao tramo de entrada com um recorte quebrado e contracurvado sobre a nave central, com uma guarda de madeira floreada, volutas e, ao centro, um motivo floral numa jarra em relevo.



Fig. 6.44 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O acesso ao coro-alto faz-se por uma porta existente no nível térreo, pela qual se passa ao corpo da torre do lado da Epístola, onde se encontra a escada que sobe ao coro-alto e aos campanários. O espaço do coro-alto está tripartido por dois panos de parede erguidos no seguimento das arcarias, do nível do sobrado até ao tecto. Assim sendo, as duas portas rasgadas naquelas paredes, mais a que está presente na parede lateral do corpo das naves, permitem a comunicação entre os três espaços que compõem o coro-alto e a escada interna da torre. Na parede do fundo de cada um daqueles espaços rasga-se uma janela que se situa sobre os portais da fachada.



Fig. 6.45 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Figs. 6.46 e 6.47 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): baptistério e pormenor da cruz em cantaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O baptistério situa-se na nave do lado do Evangelho, no nível térreo da torre sineira. Acede-se por um arco de volta completa com um largo intradorso. O espaço tem uma janela que se abre para a fachada e um nicho rectangular vazado na parede do fundo. Uma cornija corre sobre as paredes, contornando superiormente a janela que interrompe o seu percurso. Centrado e pousado sobre aquela cornija está um pedestal embebido na parede, composto por três níveis de quadriláteros de cantaria em alto e baixo relevo (cheio/vazio) que formam um padrão em xadrez tridimensional. No topo encontra-se uma cruz. O espaço do baptistério é coberto por uma abóbada de berço, pintada de branco.



Fig. 6.48 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz de São Roque do Pico ergue-se isolada, com adro a toda a volta. O acesso à igreja é desnivelado por alguns degraus bem largos e faz-se através da parte fronteira do adro. A fachada é constituída por cinco panos – três do corpo central mais os panos das torres –, todos delimitados por pilastras. Exibe três níveis no corpo central e nas torres. O nível térreo apresenta três portais abertos nos panos do corpo central.





Figs. 6.49 e 6.50 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): portal principal e pormenor da cartela situada entre o portal e a janela.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O portal principal situa-se no pano mais largo, enquadrado por pilastras sobre pedestais e capitéis duplicados a dois quintos dos fustes. A composição é rematada por um entablamento expressivo, com dupla cornija ressaltada sobre as pilastras, gerando grandes capitéis. Sobre os extremos, alinhados com as pilastras, estão dois pináculos

embutidos. Nos panos das torres abrem-se janelas de guilhotina com cantarias simples. Entre o portal principal e a janela superior está uma cartela quadrangular branca, em relevo, com um quadrado de cantaria inscrito, rodado a 45º, mostrando ao centro um motivo helicoidal em baixo-relevo. Do meio dos lados do quadrado surgem flores de lis.

O nível intermédio é composto por janelas de guilhotina em todos os panos, cuja central é um pouco maior. As janelas encostam-se superiormente à fina cornija da fachada, excepto a central, cujo lintel fica à cota da cornija, obrigando a contorná-la.



Fig. 6.51 – Matriz de São Roque do Pico (1714-1716): níveis superiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O nível superior da fachada é constituído pelo frontão e pelos campanários. O frontão triangular cobre os três panos centrais da fachada e encontra-se tripartido pelo prolongamento das duas pilastras centrais. A continuação superior daquelas pilastras não só ajuda a contrapor a horizontalidade da fachada, mas também agrega o frontão. A fina cornija que atravessa a frontaria e que prossegue pelos alçados laterais é um dos três elementos horizontais ali presentes, junto com as cornijas dos campanários. Parece propositada a pouca expressão das cornijas, contrapondo a horizontalidade referida. A janela losangular presente no tímpano não aparenta ser original da fachada da igreja. Acima, está uma cartela com uma composição similar à cartela inferior.

Os campanários das torres possuem ventanas em todas as faces, sendo de menores dimensões nas faces laterais internas. São coroados por coruchéus piramidais oitavados, com pequenos pináculos nos vértices, enquadrados por pináculos grandes colocados nos ângulos, sobre os cunhais. Pela imagem da frontaria vê-se que as torres foram reforçadas nos níveis superiores dos cunhais.

O espaço interno da Matriz de São Roque apresenta as naves com alguma largura. As arcarias, não sendo altas, também não são baixas. Todavia, a amplitude dos vãos das arcarias originam seis tramos largos, permitindo uma melhor unificação das naves. A nave central mostra uma altura apreciável, já que o tecto assenta a uma cota bem acima das arcarias.

– *Igreja de Nossa Senhora da Ajuda*, Prainha (do Norte)





Fig. 6.53 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Prainha (1787/c. 1856): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.52 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Prainha (1787/c. 1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Em meio da Lomba, que do pé deste Pico, se começa a criar de dous picos, que aly faz arrebentou fogo o anno de 1562,* (…) *que durou por muitos dias, que correndo pera a banda do norte com maior impetu, fez os biscoutos, a que chamão misterio* (…)*, que sendo isso antes hũa bahia, elle a ficou diuidindo em duas fazendo a Ilha aqui mais larga do que era, e são tão altos, e brabos estes biscoutos (tendo hũa boa legoa de largo) que nada em si criam* (…).
> *Ao longo deste misterio distancia hũa legoa do mar está hũa das* (…) *hermidas, que se diz Nossa Senhora a Velha porquanto era parochia da freguesia, que aly estaua, antes de o fogo arrebentar, e porque as cazas se abrazarão se mudarão mais pera baixo, aonde se diz agora a Prainha, e fizerão outra Igreja, e esta por escapar do fogo, a deixarão ficar* (…)[25].

Para compreender a história da igreja de Nossa Senhora da Ajuda da Prainha é necessário recorrer a um dos vários relatos que falam da erupção vulcânica de 1562. Nesse tempo, vinte anos depois de criado o concelho de São Roque, o povoamento do lado norte do Pico estaria a consolidar-se, com povoações a tornarem-se freguesias ainda no século XVI, enquanto outras povoações só o conseguiram nos séculos XIX e XX, mal-grado a sua existência desde os primórdios do povoamento. A erupção afectou a então povoação da Piedade que se erguia na encosta, afastada do mar, não longe da vila de São Roque, cuja igreja era a supramencionada *Nossa Senhora a Velha*. Com a erupção, a população daquele lugar fugiu para outras partes do Pico e para outras ilhas.

[25] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 529.

Os terrenos afectados pelo curso da lava ficaram cobertos de *biscouto* (lava petrificada) e impossibilitados para o cultivo. Contudo, várias árvores de fruto vingaram ali, com a predominância das vinhas.

Após a erupção vulcânica, a parte mais afectada, localizada sensivelmente a meio do lado norte do Pico, ficou despovoada. Uma parte da população desceu para a orla litoral, instalando-se nos terrenos da actual Prainha, nos quais fundaram a primeira ermida de Nossa Senhora da Ajuda. Todavia, não se sabe se aquele lugar já seria ou não habitado. Outra parte dos habitantes da antiga Piedade fugiu para mais longe, estabelecendo-se no extremo nascente da ilha, onde também não há certezas se, à época, existiria algum assentamento naquele território. Levaram com eles o orago e o nome da antiga povoação, Piedade, com o qual foi baptizado o novo lugar. É por causa desta história que Gaspar Frutuoso se confundiu com os nomes de todas as povoações situadas no lado norte do Pico, entre a vila de São Roque e a Ponta da Ilha, por si descritas nas *Saudades da Terra*[26]. Quanto ao lugar em torno da igreja velha, acabou por tomar o nome de Prainha de Cima.

A Prainha de Nossa Senhora da Ajuda foi a terceira freguesia do concelho de São Roque a autonomizar-se, ainda no século XVI. Os seus terrenos eram dos melhores da ilha, permitindo até produzir e embarcar trigo pelo seu porto para outras partes do Pico e restantes ilhas. "Adquirindo, porém, o estatuto de paróquia em 1530 [a antiga Piedade], os fieis deitam mãos logo no ano de 1576, à construção da paroquial sob a invocação da Senhora da Ajuda"[27]. Um outro relato revela mais informações referentes àquele templo: "A sua primitiva egreja parochial, cujo orago era N. S. da Piedade, foi reedificada em 1787, tendo já por orago N. S. d'Ajuda, e as torres concluiram-se em 1856: é um dos melhores templos do Pico, bem situado: tem um bello adro muito vistoso (…)"[28].

A data da conclusão das torres varia consoante os autores, que, para além da de 1856, apontam outras duas datas, 1853[29] e 1859[30]. A igreja foi alvo de obras de beneficiação em 1934, quando a frontaria foi revestida de azulejos brancos, excepto as cantarias, e em 1971, com a consolidação das estruturas da cobertura.

> *Em Agosto de 1983 a Prainha recebe como seu pastor o Padre Isidoro da Silva Alves. Com ele profundas modificações acontecem em todo o património desta paróquia: - nos exteriores passando pelos tectos e pelas cantarias e o mesmo pode-se dizer quanto aos melhoramentos levados a efeito nos interiores dos edifícios.*

[26] Cf. Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, pp. 113-114.
[27] Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira, *Op. cit.*, p. 5.
[28] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 94.
[29] Cf. Ermelindo Ávila, *Ilha do Pico – suas origens e suas gentes (Notas Históricas)*, São Roque do Pico, Câmara Municipal, 1988, p. 36.
[30] Cf. Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira, *Op. cit.*, p. 5.

Exemplo disto na paroquial, a remoção da cal das colunas das três naves, o soalho é totalmente substituído conservando felizmente a demarcação em pedra das sepulturas, digna bancada surge a substituir outra ultrapassada em arte e comunidade [comodidade], *o coro alto solidificado nas estruturas e as pinturas murais e dos altares renovadas*[31].

A remoção da cal das arcarias foi uma intervenção que também ocorreu na Matriz de São Roque. Das igrejas picarotas estudadas até ao momento, só a de Santo António mantém as arcarias caiadas. Houve mais igrejas nesta e noutras ilhas dos Açores que também tiveram as arcarias caiadas, todavia, também as há com as arcarias pintadas com motivos fitomórficos e marmoreados, intervenções que aconteceram a partir dos finais do século XVIII e se prolongaram pelo século XIX.



Fig. 6.54 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Tem esta egreja de comprimento 42,46 metros e de largura 26,2 metros com trez portadas na frente e trez janellas em correspondencia no coro: tem um elegante frontispício, com duas elevadas torres: é de duas [três] *naves e tem um sofrível orgão*[32].

A igreja de Nossa Senhora da Ajuda possui três naves espaçosas, divididas por seis tramos largos. A definir o espaço interno estão as arcarias, compostas por arcos de volta perfeita, apoiados em pilares com pedestais, base e rematados por troços de entablamento, que se elevam até perto das cornijas sobre as arcarias. A sua altura é contrabalançada pela largura dos vãos. Dali arranca a falsa abóbada de berço rebaixada que cobre a nave central. As naves laterais também mostram os tectos de madeira em falsa abóbada de berço muito rebaixado.

[31] Padre José Idalmiro Ávila Ferreira, *Op. cit.*, pp. 5-6.
[32] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 94.



Fig. 6.55 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.56 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.

O arco triunfal é grande, com uma altura próxima da da nave central. É suportado por pilares embebidos nas paredes. O espaço da capela-mor é amplo profundo, com dois pares de janelas situadas nas paredes laterais, mais próximas do retábulo. Perto do arco triunfal estão duas portas pequenas que comunicam com os espaços colaterais à capela, externos ao espaço litúrgico, como é o caso da sacristia. Sobre os pares de janelas correm entablamentos pintados com marmoreados, desde o arco triunfal até ao retábulo. Neles descansa uma falsa abóbada de berço, em madeira, que cobre todo o espaço da capela-mor.





Fig. 6.58 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva do tramo de entrada a partir do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.57 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais não possuem capelas, somente altares. Para além dos dois altares axiais que são colaterais à capela-mor, cada nave ainda tem mais um altar lateral. Entre os altares colaterais e os laterais abrem-se portas de acesso à sacristia e outras dependências paroquiais, nos topos do tramo imediato à capela-mor, sobre as quais foram rasgadas duas grandes janelas com remate semicircular. Depois de passadas as portas travessas chega-se ao tramo de entrada, com uma porta axial para cada nave (os portais da fachada). Os arcos das arcarias ali presentes são abatidos e têm cerca de metade da altura dos restantes arcos por suportarem o coro-alto, que cobre todo o tramo de entrada.



Fig. 6.59 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto é um espaço tripartido por panos de parede erguidos no seguimento das arcarias, sobre os arcos abatidos inferiores, com remate frontal recto protegido por uma guarda de madeira. Existem duas portas que permitem a comunicação entre as três secções do coro, mais outras duas portas nos extremos das paredes laterais. A do lado da Epístola acede à escada interna. Na parede da fachada abre-se uma janela em cada uma das secções do coro, situadas sobre os três portais do frontispício.





Fig. 6.61 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.60 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela baptismal situa-se no nível térreo da torre do lado do Evangelho. Entra-se por um arco abatido que arranca a partir de pilastras. Aquele vão encontra-se preenchido por uma porta gradeada de madeira talhada, outrora pintada de branco. O baptistério tem um óculo circular na parede da fachada, enquanto uma janela se abre na face lateral da torre. Encostada superiormente àqueles vãos corre uma cornija em todas as faces do espaço, que começa e acaba nos capitéis do arco da entrada. A capela baptismal é coberta por uma abóbada de berço pintada de branco.



Fig. 6.62 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O frontispício da igreja da Prainha é voltado a nordeste, sendo composto por cinco panos delimitados por pilastras: os três panos do corpo central e os dois das torres. Apesar de integrados na fachada, os panos das torres são claramente tratados como secundários. Poderá explicar-se com a pré-existência do corpo central quando as torres foram adossadas, não lhes tendo sido dado tanto protagonismo.

Os panos do corpo central são constituídos por um portal rematado por um duplo entablamento e encimado por uma janela também rematada por um entablamento. Os três portais têm as mesma dimensões, porém, o portal central tem, acima do duplo entablamento, pináculos embebidos nos extremos de forma estreita e longa. Entre o portal central e a janela que o encima fica uma cartela centrada em cantaria muito erodida, que une as cantarias do duplo entablamento do portal e do peitoril da janela. A cartela é ladeada por duas volutas que se estendem até aos pináculos mencionados. Cada voluta é antagonizada por um pequeno elemento circular e por uma pequena cruz, colocados em posição espelhada.



Fig. 6.63 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): corpo central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A janela superior central é maior e sobrelevada em relação às dos panos adjacentes, de modo que o seu entablamento se encosta superiormente ao grande entablamento que corre a fachada e abraça as torres, definindo o nível dos campanários. As quatro pilastras que delimitam os três panos do corpo central estão assentes em pedestais, possuindo troços de entablamento na parte superior, contudo, não no seu término, como é usual. Alteiam-se a par com o terço superior das janelas, embora sejam tenuemente mais altos nas duas pilastras centrais.

O frontão é delineado por duas volutas contracurvadas quebradas que, no cimo, sustentam um troço de entablamento. Ali pousa o pedestal delimitado por curvas quebradas, no topo do qual se firma a cruz e em cujo tímpano está uma cartela com a data «1934». Nos extremos daquele troço de entablamento erguem-se pináculos. As grandes volutas do frontão não pousam no entablamento da fachada, mas nos extremos de duas curtas platibandas que se estendem lateralmente até às torres, mas não prosseguem para o espaço central. Deste modo, o frontão prolonga-se inferiormente até ao entablamento da fachada. No centro do tímpano fica um vão circular com um relógio instalado.



Fig. 6.64 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da frontaria e adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.65 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): perspectiva da frontaria e do adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Ambos os panos das torres que pertencem à fachada possuem um óculo circular no nível térreo. O nível intermédio está delimitado por um friso que corre à altura dos lintéis dos portais. Acima abre-se uma janela com cantarias simples, de menores dimensões que as do corpo central. Sobre o grande entablamento da fachada encontram-se os campanários, com duas grandes ventanas cada – voltadas para a fachada e para a face lateral externa –, que se estendem quase até às cornijas dos campanários. As torres são coroadas por coruchéus piramidais oitavados, com as arestas em cantaria e um pequeno pináculo no vértice. Os coruchéus são enquadrados por pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais das torres. As cornijas a meia altura, presentes nas faces externas das torres, vêm dos alçados laterais e terminam nos cunhais da frontaria

O adro estira-se fronteiro ao frontispício, sobrelevado num pódio à mesma cota da igreja. Quer o adro quer a igreja foram construídos num terreno desnivelado, situando-se o adro na cota mais baixa. A solução foi construir um pódio até ao nível da igreja, murado, frente ao qual se atravessa a rua a uma cota inferior, superando os dois metros. As escadarias de acesso ao adro são laterais e enviesadas, com seis lanços de três degraus em cantaria. Em planta, o espaço formado pelo adro e pelas escadarias tem a forma de meio octógono, limitado pelo frontispício que coincide com o segmento que une, perpendicularmente, os pontos médios dos lados opostos.

– *Igreja de Santo Amaro*, Santo Amaro



Fig. 6.66 – Igreja de Santo Amaro, Santo Amaro (1736/ 1947-1948): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.67 – Igreja de Santo Amaro, Santo Amaro (1736/ 1947-1948): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *o lugar de S.to Amaro deve ter sido elevado a paróquia na segunda metade do século XVI, pois já teria algumas dezenas de anos quando o primeiro pároco João Soares faleceu, em 9 de Fevereiro de 1629. A actual igreja foi reconstruída em 1736. Foi beneficiada em 1848 e, novamente, em 1910, 1926, 1960 e 1967/68. O corpo da igreja manteve, porém, a traça de 1736*[33].

O pároco João Soares terá sido quem mandou construir a primeira igreja paroquial, substituindo a ermida de Santo Amaro que ali existira desde a primeira metade do século XVI. Reconstruída em 1736, a igreja foi beneficiada com obras que aumentaram a altura das naves laterais, o que requereu um novo tecto.

Em 1910, o pavimento do corpo das naves foi assoalhado. Em 1920 foi construída uma nova capela lateral na igreja. No entanto, entre 1947-1948, por o edifício apresentar risco de ruína, foram executadas várias obras importantes que modificaram a igreja, mais precisamente a frontaria, já que o corpo das naves foi preservado.

> *O tecto ameaçava ruínas, a frente por mal construída e bem assim grande parte do corpo do edifício estarem preste a desmoronar-se originou a 7 de Março de 1947 o início da primeira fase* [das obras]*. Privilegiou-se a construção do alçado principal e o aumento para mais de cinco metros do corpo da Igreja. Com isto foi possível erguer-se a nova torre, encimada com ameias* (…).
> *Guarda vento, a substituição do baptistério existente na nave lateral e sua transferência para local apropriado e ainda o coro para os cantares ao som do artístico órgão* (…).
> *Restauros e douramentos dos altares sucederam-se e, quando em fase de acabamento, a 17 de Janeiro de 48, grande parte do tecto da nave do lado do evangelho desabou e prevendo-se borrasca demolidora dos interiores renovados em pinturas, este tecto foi de imediato substituído num só dia, dado a boa vontade de todos os paroquianos*[34].

O resultado daquela campanha de obras é, essencialmente, que hoje se nos apresenta, tendo o corpo das naves setecentista sido preservado. Poucas obras se sucederam, com destaque para a remoção da cal dos pilares na década de 1990.

---

[33] Ermelindo Ávila, *Op. cit.,* p. 36.
[34] Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira, *Op. cit.*, p. 8.



Fig. 6.68 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Santo Amaro possui seis tramos, mais o «tramo» da entrada que será abordado mais adiante. As arcarias das naves são constituídas por arcos de volta inteira sustidos por pilares que não são integralmente em cantaria – os quadriláteros pintados de branco correspondem aos espaços de alvenaria entre pedras opostas. Sobre as arcarias corre uma cornija também presente acima do arco triunfal. O corpo das naves é coberto por três tectos de madeira de três esteiras, pintados de branco.

À capela-mor acede-se através de um grande arco triunfal (para as dimensões da igreja), que se apoia nos pilares de arranque das arcarias. A capela tem alguma profundidade, com duas janelas rasgadas nas paredes laterais, quase encostadas ao retábulo. Existem duas portas junto ao arco triunfal que comunicam com os espaços colaterais que não pertencem ao espaço litúrgico, como a sacristia. O espaço da capela também é coberto por um tecto de madeira de três esteiras, pintado de branco.



Fig. 6.69 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.70 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais possuem altares axiais dispostos colateralmente à capela-mor. Na nave do lado do Evangelho existe mais uma capela construída já no século XX. Trata-se de um arco de volta perfeita que acede a um espaço muito pouco profundo.



Fig. 6.71 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): altar colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.72 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.73 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): capela do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.74 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948) : perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.75 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-1948): pormenor do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A entrada no corpo das naves corresponde à parte que foi reconstruída em 1947-1948. As arcarias das naves terminam nos pilares antes do espaço acrescentado. Sobre aqueles pilares sobe uma parede até à cornija superior da nave central. O coro-alto

encaixa-se ali, entre os pilares, cobrindo o espaço central da entrada na continuidade da nave central. As paredes laterais do coro-alto estão rasgadas a toda a largura e tapadas por portadas de madeira, num posicionamento contíguo às arcarias. A parede do fundo do coro-alto possui, ao centro, uma janela losangular cujo vértice superior se integra na cornija tripartida pelas três esteiras do tecto.

O baptistério foi transferido para o nível térreo da torre após a sua construção, entre 1947 e 1948. Antes funcionava numa das naves laterais, próximo da entrada.



Fig. 6.76 – Igreja de Santo Amaro (1736/ 1947-1948): baptistério e acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.77 – Igreja de Santo Amaro (1736): fachada em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.



Fig. 6.78 – Igreja de Santo Amaro (1736): perspectiva da igreja em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.

A frontaria que se erguia antes das obras de 1947-1948 era bastante simples. Um portal central, com cantarias simples, era ladeado por dois óculos circulares que se situavam mais próximos dos extremos da fachada. Acima do portal corria uma fina cornija que prosseguia da fachada para o corpo do campanário. Sobre a cornija existia uma faixa em cantaria que a acompanhava na fachada. A janela central, superior ao portal, tinha o peitoril integrado nesta faixa. A fachada possuía um remate angular que procurava aproximar-se de um frontão, apesar de sobrelevado. No vértice da empena estava um pequeno pedestal que segurava uma cruz.

O campanário era composto por uma parede à face da fachada da igreja, com dois níveis separados pela cornija que vinha da fachada e com os cunhais em cantaria. No nível superior abria-se uma ventana com um sino.



Fig. 6.79 – Igreja de Santo Amaro (1736/1947-48): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A actual fachada da igreja de Santo Amaro possui três portas iguais, com remate semicircular. Pouco acima corre a cornija da fachada, que se prolonga para o corpo da torre e prossegue nos alçados laterais. Sobre a cornija desenvolve-se um «frontão» contra quebrado, com uma janela losangular central encimada por um óculo vazado, possivelmente à espera do relógio. Acima do óculo está uma faixa com a data 1736, ano em que o corpo da igreja foi construído.

A torre tem dois níveis, sendo o superior um pouco maior, delimitados por cunhais. Nas faces frontal e posterior, o nível térreo não tem vãos, enquanto a face lateral externa mostra, no nível térreo, duas janelas abertas perto dos cunhais, sobrepujadas por um óculo central. Internamente, estes vãos pertencem ao baptistério. O nível superior desenvolve-se acima da cornija que, vindo da fachada, contorna a torre e segue pelo alçado lateral. O campanário possui três ventanas, uma em cada face, à excepção da lateral interna. Sobre estas encontra-se um coroamento com ameias que enquadra um coruchéu piramidal oitavado, com um pináculo no vértice.

A igreja de Santo Amaro, apesar de baixa, é extensa, como vem sendo comum nas igrejas picarotas. Destaca-se o largo arco triunfal e a ampla capela-mor. Pelo exterior, o corpo das naves e o da capela-mor são cobertos pelo mesmo telhado.

– Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Piedade





Fig. 6.81 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade (post. 1757): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.80 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade (post. 1757): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Piedade, como freguesia, já existia em 1514 quando recebeu de D. Manuel I uns ornamentos para a igreja de Nossa Senhora da Piedade, na ilha do Pico[35]. No entanto, a freguesia estava implantada mais para oeste, na encosta norte da ilha. Era a freguesia referida na análise da igreja de Nossa Senhora da Ajuda da Prainha. A erupção vulcânica de 1562 fez correr lavas no seu território, pelo que a população acabou por deixar aquelas terras e migrar para mais perto do mar (Prainha) ou para mais longe, radicando nos terrenos mais suaves da ponta da ilha. Levaram consigo o orago e o estatuto de freguesia, que continuou a sê-lo, antes mesmo de haver um povoado definido.

> *A freguesia da Piedade, uma das mais antigas da ilha, já referida pelos velhos historiadores como freguesia da Ponta do Calhau, tinha uma igreja paroquial no sítio do «Império», que foi totalmente destruída pelo sismo de 9 de Julho de 1757, o qual arrasou parte da freguesia e fez seis vítimas. (O mesmo cataclismo que atingiu uma grande parte dos concelhos da Calheta e Topo, da ilha de S. Jorge. Nesta ilha as vítimas elevaram-se a 1034 pessoas.)[36].*

[35] Cf. Francisco Soares de Lacerda Machado, *Historia do concelho das Lages*, Lajes do Pico, Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico/Câmara Municipal das Lajes do Pico, 1991, p. 126. Ed. fac-similada de Figueira da Foz, Tip. Popular, 1936.
[36] Ermelindo Ávila, *Op. cit.*, p. 35.

A nova igreja foi erguida no actual lugar após aquele sismo, no ângulo formado por duas ruas concorrentes: a que corresponde à estrada de circunvalação da ilha e a que desce para a orla costeira, para a qual exibe o frontispício.

No entanto, antes de prosseguir com a análise daquela igreja, convém ler a descrição de António Lourenço da Silveira Macedo.

> *A actual egreja parochial foi começada em 1756 e dista da sua Matriz 22:050 metros: é um dos melhores templos da ilha situado n'um alto muito vistoso. Tem de comprimento 42 metros e 16 de largura com 3 portadas, trez janelas no coro, um bonito frontispicio e duas torres elevadas: é de duas* [três] *naves com uma ordem de arcada por cada lado*[37].

A descrição supracitada é um tanto problemática. Primeiro, se a igreja só foi reconstruída após o sismo de 1757, a data indicada acima é «1756», anterior ao sismo, o que parece duvidoso – veja-se o caso já analisado da Matriz da Calheta, em São Jorge –, pelo que deve ser uma gralha ou informação incorrecta. Segundo, o autor assevera, em obra editada em 1871, que o frontispício da igreja da Piedade tinha duas torres elevadas. É o único autor que menciona a existência de duas torres. Actualmente, a igreja apenas possui a torre adossada ao lado da Epístola. Terceiro, o autor afirma que a igreja possui duas naves, tal como aconteceu noutras igrejas picoenses já abordadas e cuja explicação já foi dada. Neste caso, ele identifica duas naves com *uma ordem de arcada por cada lado*, ou seja, duas arcarias, o que obriga à tripartição do corpo da igreja em naves – se tivesse mesmo duas naves, só poderia existir uma arcaria a separá-las. Certo é que a igreja possui actualmente uma só torre. Como tal, se a segunda torre existiu, desapareceu entre 1871 e a primeira metade do século XX.



Fig. 6.82 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[37] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., pp. 89-90.

A igreja de Nossa Senhora da Piedade é constituída, para além das três naves, por seis tramos. As arcarias têm dimensões consideráveis, face às outras igrejas do Pico até agora analisadas. Mais que largos, os arcos são sustentados por pilares altos, com capitéis em forma de entablamento simplificado. Os arcos são de volta inteira, em cujas chaves se encontram flores-de-lis em alto-relevo. Dos capitéis dos pilares sobem, por entre os arranques dos arcos, finas pilastras que prosseguem até à grande cornija que percorre a nave central, sobre as arcarias e alçado do arco triunfal. As naves são cobertas por tectos de madeira de três esteiras, com tirantes na nave central.



Fig. 6.83 – Igreja da Piedade (post. 1757): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.84 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal em cantaria, maior que os arcos das arcarias. Aquele arco arranca do pilar do início das arcarias (no topo da cabeceira), partilhando o mesmo capitel. O espaço da capela-mor possui duas janelas laterais perto do retábulo e duas portas nas paredes laterais, junto ao arco triunfal. Todas as superfícies parietais da capela-mor estão pintadas de branco, não existindo cornijas laterais que demarquem as paredes da falsa abóbada de berço.



Fig. 6.85 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.86 – Igreja da Piedade (post. 1757): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Nos topos das naves laterais situam-se os altares colaterais. No mesmo tramo, na parede da nave lateral, encontra-se uma porta rematada por um entablamento simplificado, encimada por uma dupla janela de cantarias chãs. Depois, existem mais dois altares laterais, um por nave, que se acham no enfiamento do segundo tramo a contar do arco triunfal. Cada nave lateral tem mais duas janelas, equidistantes das portas travessas.

A partir destas portas, em direcção à entrada, a nave do lado do Evangelho apenas possui a escada de madeira em dois lanços que sobe para o coro-alto. Porém, no lado da Epístola, à porta travessa segue-se um arco de volta inteira apoiado em pilastras com dois elementos fitomórficos sobre pedestais sobrepostos ao fecho. Trata-se do arco de entrada no baptistério, com uma janela frontal, que foi instalado num corpo encostado à face posterior da torre. Não é comum ver uma capela baptismal fora do nível térreo da torre, nem no lado da Epístola nem mesmo fora do tramo de entrada na igreja.



Fig. 6.87 – Igreja da Piedade (post. 1757): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.88 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva do baptistério e tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Após o arco do baptistério existe uma porta pequena, já no tramo de entrada, que comunica com a torre. Deste modo, o nível térreo é ocupado por um espaço iluminado por um óculo circular, que dá acesso às escadas para o campanário e para o coro-alto, outrossim para o exterior, por uma porta presente na face lateral da torre.

O coro-alto cobre todo o tramo de entrada, mostrando um remate recto com guarda de balaustres de madeira. O espaço do coro-alto é tripartido por panos de parede, na sequência das arcarias. Na verdade, o tramo de entrada apresenta, no nível térreo, arcos abatidos baixos que sustentam o coro-alto na continuação das arcarias. Nos extremos destas paredes existem duas portas fronteiras, de verga curva, rasgadas junto à parede do frontispício.



Fig. 6.89 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.90 – Igreja da Piedade (post. 1757): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada da igreja de Nossa Senhora da Piedade está repartida por pilastras, em três panos, aos quais acresce o pano da torre. No nível térreo somente existe o portal central. O portal está enquadrado por duas colunas, com pedestal da altura do soco, terminando em capitéis cilíndricos compostos como um entablamento circular. À altura destes capitéis prolongam-se frisos até aos extremos da frontaria. As colunas prosseguem, no nível superior, como pilaretes embebidos nas paredes.



Fig. 6.91 – Igreja da Piedade (post. 1757): níveis inferiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Sobre o lintel do portal apoia-se, ao centro, uma mísula que provoca um ressalto sobre a cornija do portal. Os extremos dessa cornija estão ressaltados sobre os pilaretes atrás referidos. No entablamento está assente o avental da janela superior onde sobressai uma almofada jacente. A janela tem o peitoril saliente, relevos verticais nas ombreiras e é rematada por um entablamento. No eixo da respectiva cornija assenta uma concha envolvida por duas volutas quebradas unidas no cimo, formando um pseudo frontão.



Fig. 6.92 – Igreja da Piedade (post. 1757): níveis superiores da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A janela é ladeada pelos dois pilaretes já referidos, que prolongam as colunas do portal e têm as arestas boleadas. Os capitéis dos pilaretes, situados a uma cota inferior ao entablamento da janela, sustêm «jarras» sobre pedestais. Logo acima está o entablamento do pano central da fachada, com pináculos na vertical das pilastras centrais, delimitando um frontão de lados curvos (côncavos) e vértice cortado. Ali está assente um pequeno pedestal que firma uma cruz.

Os panos laterais da fachada, que não têm janelas no nível térreo, têm-nas no nível superior. O seu emolduramento é boleado nas arestas internas. As cantarias das ombreiras prolongam-se inferiormente até atingiram o friso que demarca os níveis da fachada. Estas janelas têm igualmente peitoris salientes e são encimadas por entablamentos simplificados. A rematar os panos laterais estão duas volutas segmentadas a meio, com os enrolamentos inferiores apoiados nas pilastras dos extremos da fachada e nas volutas superiores sobrepostas às pilastras do pano central, sob o respectivo entablamento.

As pilastras que tripartem a fachada têm os capitéis nivelados superiormente com os entablamentos das janelas laterais. O nivelamento daqueles elementos sugere a base de um grande frontão, definido pelas volutas dos panos laterais e pelo remate côncavo do pseudo frontão do pano central. O facto de não existir uma base definida (cornija ou entablamento contínuos) impossibilita a legibilidade de um frontão.



Fig. 6.93 – Igreja da Piedade (post. 1757): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre da igreja está adossada à fachada pelo lado da Epístola. É delimitada por cunhais com troços de entablamentos como capitéis, ao mesmo nível dos presentes na fachada, e está dividida em três níveis. O nível inferior é delimitado pelo friso que vem

da fachada e contorna a torre. Aliás, na face frontal, a torre está tratada como um pano extra da fachada, apesar das diferenças. No nível térreo vê-se um óculo elíptico. O nível intermédio mostra-se como uma continuação para a face frontal da torre do pano lateral da fachada. A respectiva janela é em tudo semelhante às janelas laterais do frontispício, mas o seu entablamento encontra-se encostado ao friso que delimita o nível superior. A torre é coroada por um tambor elevado de secção octogonal, com as arestas marcadas por cantaria, sobre o qual repousa uma cúpula bolbosa, também oitavada, em cujo vértice fica um pináculo bem pequeno. É de destacar o facto, até agora inédito, de não existirem pináculos sobre os cunhais da torre.

A face lateral externa difere da frontal nos dois primeiros níveis. No primeiro está a porta, emoldurada de cantarias, que acede directamente ao nível térreo da torre. Devido ao declive, existe um pequeno balcão com quatro degraus de cada lado. No segundo nível só há uma estreita fresta que ilumina a escada interna que alcança o campanário. O campanário corresponde a um terceiro nível que só existe na torre. Possui ventanas com aventais em todas as faces, menos na posterior. É rematado por um entablamento nas quatro faces. A face posterior, apesar de ter o friso que demarca o arranque do campanário, é completamente cega.

Se a igreja da Piedade efectivamente teve uma segunda torre, então estaria adossada ao corpo das naves pelo lado do Evangelho. Possivelmente estaria ali instalado o baptistério, uma vez que agora se situa num espaço posterior à torre actual. Trata-se de um posicionamento deveras estranho para um baptistério, mas que pode ter por justificação o desaparecimento da torre do lado do Evangelho, onde ocuparia o nível térreo, à semelhança da maioria das igrejas de três naves açorianas.

A igreja de Nossa Senhora da Piedade é uma construção do terceiro quartel do século XVIII. No espaço interno são visíveis as finas pilastras que arrancam centradas nos capitéis dos pilares das arcarias, à semelhança do que sucede nalgumas igrejas de São Jorge. Porém, os pares de janelas situados nos extremos dos tramos imediatos à capela-mor são, por ora, uma solução singular.

O tratamento da fachada da igreja pouco tem que ver com as frontarias das outras igrejas do Pico. Não se trata de grandes diferenças compositivas, que não existem, mas no tratamento dos elementos utilizados, no posicionamento dos vãos, na ausência de uma cornija/entablamento superior de toda a fachada e na existência de um entablamento superior apenas no pano central, enquanto os panos laterais são rematados por volutas. É uma fachada que lembra mais as das igrejas da ilha de São Miguel que as das ilhas do grupo central, como se verá mais adiante neste trabalho. Por último, o coroamento da torre com um tambor sobrepujado por uma cúpula bolbosa é o primeiro deste tipo a surgir neste estudo.

– *Matriz da Santíssima Trindade*, Lajes do Pico



Fig. 6.94 – Matriz da St.ma Trindade, Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.95 – Matriz da S.ma Trindade, Lajes do Pico (1895-1967): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *A construção da igreja matriz da vila baleeira dos Açores arrastou-se por vários anos. Construiu-se no local da anterior matriz, que foi demolida, por já não possuir as condições requeridas para o culto.*
> *Lançou-se a primeira pedra a 5 de Julho de 1895, continuando as obras até 1910, ano em que paralisaram por completo. Recomeçadas a 19 de Agosto de 1954.*
> *Abriu ao público, para uma cerimónia litúrgica, a 27 de Dezembro de 1964. A inauguração verificou-se a 28 de Maio e 1967[38].*

A Matriz da Santíssima Trindade da vila das Lajes do Pico é um edifício cuja edificação se iniciou nos finais do século XIX, prolongando-se durante setenta e dois anos, até 1967. Veio substituir a velhinha Matriz do século XVI, já abordada no início deste capítulo. Para a sua construção foi preciso, para além de demolir a velha Matriz, arrasar a primitiva casa de câmara e cadeia, de princípios do século XVI. Aqueles dois edifícios, em conjunto com o cemitério, ocupavam o mesmo quarteirão: a casa de câmara voltava-se para norte, para a rua de entrada/saída da vila; a Matriz tinha a fachada virada a poente; o cemitério ocupava o espaço nascente, posterior à igreja. Ficou, assim, o espaço de todo o quarteirão livre para a construção do novo edifício, que apresenta uma orientação Norte-Sul, com a frontaria voltada a norte, perpendicular, portanto, à orientação da velha Matriz.

A actual Matriz das Lajes do Pico é um edifício de inspiração neogótica, apesar de a morfologia do edifício e a composição da frontaria seguirem o mesmo desenho e proporções de várias igrejas de três naves açorianas. O posicionamento dos vãos confirma-o, seja nas arcarias das naves, seja na fachada e nos campanários. A única diferença está na utilização de arcos apontados em vez dos arcos de volta inteira em todos os vãos, para além de apresentar um colossal espaço interno.

[38] Hélder Fonseca Mendes (dir.), *Igrejas paroquiais dos Açores – Suplemento do Boletim Eclesiástico dos Açores*, vol. 60, Angra do Heroísmo, Diocese de Angra, 2010, ficha n.º 35.



Fig. 6.96 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz da Santíssima Trindade apresenta um espaço interno bastante amplo, com uma grande altura do corpo das naves e da capela-mor. Nota-se um alargamento da nave central face às laterais, que, aqui, são meros corredores. O corpo das naves tem cinco tramos, aos quais acresce o tramo da entrada/frontaria. Cada tramo do corpo das naves possui duas janelas laterais, uma em cada extremo. As arcarias que separam as naves são compostas por arcos apontados, suportados por pilares. Para além de terem pedestais, os pilares são rematados por capitéis formados por troços de entablamento, com a cornija balançada. Quase tangentes aos vértices dos arcos correm dois entablamentos em todas naves. Na nave central, o pano das arcarias sobe como parede até encontrar o arranque do telhado. O corpo das naves não possui tectos, mas a estrutura do telhado à vista. O que se observa é uma cobertura única de madeira, com duas águas sobre a nave central, que repousa nas paredes das arcarias e nas paredes laterais através da utilização de asnas semelhantes a cruzes de Santo André. Nas naves laterais, os tectos também se apoiam em asnas sem linha, substancialmente menores e mais simples que as existentes na nave central.

O alçado do arco triunfal é constituído pelo arco em si, apontado, e por quatro nichos que também se abrem através de arcos apontados, alinhados verticalmente dois a dois, de cada lado da capela-mor, sem ultrapassar a altura dos pilares. Os que sustêm o arco triunfal têm os mesmos pedestais e altura dos pilares das arcarias, só que as dimensões do vão são maiores, resultando num arco monumental. Os capitéis também são semelhantes aos das arcarias. O arco triunfal é rematado por um escudo clássico, sobre o fecho. As cornijas superiores às arcarias não têm seguimento nem no alçado do arco triunfal, nem no tardoz da fachada. As partes do telhado sobre as naves laterais são apenas reforçadas por uma perna da asna simétrica aos caibros.



Fig. 6.97 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig.6.98– Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor desenvolve-se com profundidade, com duas portas rematadas por arcos apontados situadas perto do arco triunfal. Comunicam com os espaços colaterais que não pertencem ao espaço litúrgico. Mais acima, ao nível dos capitéis do arco triunfal, arranca um entablamento que contorna a capela-mor. O retábulo ocupa o nível térreo da parede do fundo. Já no nível superior, foram rasgadas duas janelas laterais mais próximas da parede do fundo. As faces internas da capela-mor são rematadas superiormente por cornijas, enquanto um tecto de masseira simples cobre todo o espaço. Parece que não houve a mesma ousadia para compor o espaço da capela-mor como sucedeu na erecção do arco triunfal.



Fig. 6.99 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.100 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.101 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais possuem, cada uma, uma capela axial pouco profunda, posicionada colateralmente à capela-mor. Abre-se por um arco apontado e possui uma janela lateral, também rematada por um arco apontado, e está coberta por uma abóbada de berço quebrado. Não existem mais capelas ou altares nas naves laterais, apenas as portas travessas cujos vãos são rematados por arcos quebrados. As paredes laterais da igreja possuem, no nível superior, janelas alinhadas com os arcos das arcarias. Todas elas se situam em vãos rematados por arcos apontados.



Fig. 6.102 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.103 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O alçado do coro-alto é constituído, no nível térreo, por cinco arcos apontados: três na nave central e mais um em cada nave lateral. No nível superior corre uma guarda a toda a largura da nave central. Ao fundo ficam os três grandes janelões da frontaria, encimados por um óculo axial onde está instalado o relógio. Cada alçado dos topos das naves laterais tem, sobre o respectivo arco do nível térreo, um vão rasgado até ao pavimento do coro, com guarda, como se fossem tribunas.

O tramo de entrada na igreja é constituído, no nível térreo, pelo vestíbulo central, sob o coro, e pelos espaços colaterais que se encontram no nível térreo das torres. Aqueles espaços laterais situam-se na continuação das naves laterais, com as quais comunicam através de arcos apontados. Na parede da fachada abrem-se janelas. No espaço do lado do Evangelho fica o baptistério e, no da Epístola, as escadas de acesso ao coro-alto e aos campanários.



Fig. 6.104 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Todos os vãos da frontaria da Matriz das Lajes do Pico são rematados por arcos apontados e ladeados por finos colunelos com capitéis circulares. Têm o extradorso dos arcos rematado por cornijas que acompanham a sua curvatura.

A fachada divide-se em três panos através de pilastras. O pano central tem três portas similares entre si, apesar de a central ser tenuemente mais alta. Acima corre um entablamento a toda a largura da fachada, marcando o nível intermédio. Sobre ele abrem-se os três janelões do pano central, que é rematado por um frontão triangular expressivo que pousa sobre o grande entablamento da fachada. O relógio ocupa um óculo axial no tímpano.

Os panos laterais da fachada são corridos pelos mesmos entablamentos existentes no pano central. Mostram uma janela no nível térreo e outra no nível intermédio, de iguais dimensões entre si mas menores que os janelões do pano central. Acima das janelas superiores ficam pequenos óculos circulares. Os campanários possuem ventanas em todas as faces excepto nas laterais internas. As torres são coroadas por pequenos coruchéus piramidais oitavados, em cujos vértices estão pequenos elementos esféricos. Nos ângulos repousam pináculos, sobre os cunhais.

A Matriz das Lajes é tida como um exemplar de arquitectura neogótica. A bem da verdade, há dois aspectos neogóticos presentes nesta igreja: o facto de todos os vãos, sejam das arcarias, portas, janelas ou ventanas serem rematados por arcos apontados – uma vez que o edifício possui muitos vãos, aquela característica é a que mais se realça na observação da sua arquitectura; o outro aspecto é relativo à grande altura alcançada na nave central e na capela-mor.

A disposição espacial é em tudo semelhante às restantes igrejas de três naves açorianas que possuem um tramo da frontaria onde se inserem as torres. O espaço interno é muito amplo, não só pela altura, mas também pelo alargamento da nave central face às laterais. Neste aspecto, a Matriz das Lajes aproxima-se particularmente da espacialidade da Sé de Angra e da igreja do Raminho (Terceira). A composição das arcarias das naves é única nos Açores. Existem exemplos de arcos apontados sustentados por colunas, mas não por pilares. Também houve a intenção de criar uma fachada interna que apartasse o tramo da frontaria do corpo das naves. Salienta-se a ausência de capelas ou altares para lá da capela-mor e das colaterais, facto compensado com a colocação de imagens de vulto nos quatro nichos que flanqueiam o arco triunfal.

A frontaria da Matriz é, na realidade, uma composição com paralelo na Sé de Angra, na igreja do Raminho e na Matriz da Madalena, entre outras. O desenho de pilastras e entablamentos que demarcam e compartimentam os panos da fachada são os mesmos encontrados noutras igrejas açorianas. As proporções da fachada podem variar. Na Matriz das Lajes definem um quadrado levemente «esticado» verticalmente, cujos coruchéus não estão integrados. Já a pouca altura destes não contribui muito para a verticalização da fachada que, por si, não é acentuada. A frontaria da Matriz das Lajes foi erigida conforme as regras compositivas que se encontram nas igrejas de três naves açorianas. As janelas laterais da fachada são semelhantes entre si, tal como as presentes nos alçados laterais e posterior, acusando uma estandardização dos vãos. A imagem ubíqua do arco apontado dá uma unidade arquitectónica à igreja que a distingue formalmente, embora essa distinção não seja tão clara no espaço interno.

– *Igreja de São João*, São João



Fig. 6.105 – Igreja de São João, São João (1829-1832): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.106 – Igreja de São João, São João (1829-1832): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *A creação d'esta freguezia data do seculo 17 a sua primeira egreja foi uma ermida construida em 1619 no sitio d'Arruda, que era o extremo da freguezia de S. Matheus* (…) *e que no dito anno foi ampliada e elevada a parochia com um cura parocho, sendo porém destruida pelo vulcão de 1718* (…) *até que em 1726 se construio o que servio até 1829, em que se edificou a actual no mesmo sitio em que a outra existia, celebrando-se a sua dedicação a 24 de junho de 1832* (…), *ficou a egreja incompleta até 1848 em que sendo provido n'ella de cura o padre Francisco Joaquim da C*[?] *a completou com esmolas; obtendo para ella o coro, cadeirado, gradeamento e mais utensilìos da egreja de Santo Antonio d'esta cidade* [Horta] (…)[39].

Pelo relato supracitado sabe-se que, para além da primitiva ermida, a igreja de São João Baptista já vai no seu terceiro edifício. A ermida e a primeira igreja, que parece ter resultado de uma ampliação da ermida aquando da elevação a paróquia, em 1619, situavam-se no sítio da Arruda. Depois da erupção vulcânica de 1718 a ter destruído, foi mudado o local de implantação da igreja para o sítio actual e construída em 1726. Em 1829, a igreja foi substituída por um novo edifício, abrindo ao público em 1832. Até aqui tinham ficado prontas as obras de construção da nova igreja, porém, faltava mobilar o espaço interno. Em 1848, foi conseguida a aquisição de várias peças do extinto convento de Santo António da Horta, das quais se destacam o coro, o cadeiral e o gradeamento.

[39] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., p. 84.



Fig. 6.107 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da igreja de São João possui cinco tramos. As arcarias que dividem as naves são constituídas por arcos de volta perfeita, suportados por pilares cujos capitéis são formados por troços de cornija nas quatro faces. Pouco acima dos arcos correm duas finas cornijas até à parede interna do frontispício. Nas naves laterais, as cornijas correm a uma cota mais baixa. As naves são cobertas por falsas abóbadas de berço abatido e rebaixado, em madeira pintada de branco.





Fig. 6.109 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranieira. 2015.

Fig. 6.108 – Igreja de São João (1829-1832): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O arco triunfal é de volta inteira, ligeiramente peraltado, apoiando-se em pilastras com capitéis em forma de entablamentos. Quase tem a largura da nave central, sendo mais alto que as arcarias. A capela-mor possui a mesma largura da nave central e mostra-se bastante profunda. Possui duas janelas laterais junto do retábulo, assim como duas portas laterais junto ao arco triunfal, todas rematadas por entablamentos. As paredes laterais são encimadas por finos entablamentos que correm a toda a extensão da capela-mor. É coberta por uma falsa abóbada de berço pintada de branco.



Fig. 6.110 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva do altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.111 – Igreja de São João (1829-1832): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Para além dos altares colaterais situados nas naves laterais, não existem mais altares ou capelas laterais na igreja de São João. Contudo, no tramo imediato à capela-mor, abrem-se portas, uma em cada lado, que comunicam com dependências que não pertencem ao espaço litúrgico. As portas travessas abrem-se sensivelmente a meio do corpo das naves. As naves laterais são pontuadas por grandes janelas que iluminam profusamente a igreja. No tramo de entrada abrem-se as portas laterais da fachada, colocadas axialmente às naves laterais.



Fig. 6.112 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto apoia-se nos dois arcos menores do tramo de entrada, sendo tripartido pelas paredes que, superiormente, prolongam esses arcos. Aquelas paredes erguem-se na prossecução das arcarias apenas no nível superior daquele tramo. Possuem duas pequenas portas quase encostadas à fachada que permitem a comunicação dos três espaços. O coro-alto tem um remate recto, com guarda de madeira. Em cada uma das secções abre-se uma janela do frontispício.





Fig. 6.114 – Igreja de São João (1829-1832): perspectiva do tecto do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.113 – Igreja de São João (1829-1832): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O baptistério ocupa o nível térreo da torre sineira. Entra-se por um arco de volta completa rebaixado, sustido por pés-direitos com pedestal e capitéis formados por cornijas. O vão possui uma porta de madeira gradeada. O espaço interno tem uma janela aberta para o frontispício, sendo coberto por uma abóbada de berço rebaixado, em cantaria, que se apoia numa cornija presente nas faces do baptistério. A superfície da abóbada é composta por fiadas alternadamente reentrantes e salientes.



Fig. 6.115 – Igreja de São João (1829-1832): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

É um bello Templo, bem situado, de duas [três] *naves, tem de largura 11,m 5*[?] *e comprimento 34,m 1 com trez portadas e trez janellas em cõrrespondencia no côro com uma só sineira*[40].

A fachada da igreja de São João é simples. No nível térreo existem três portas iguais, rematadas por arcos rebaixados. No nível superior abrem-se três janelas de guilhotina, sobre as portas, rematadas por verga curva. Pouco acima das janelas corre uma fina, mas balançada cornija da fachada, a partir da qual se eleva o frontão, fruto de uma interpretação vernacular daquele elemento. Com um recorte contracurvado quebrado, o frontão é definido por longas meias volutas quebradas a dois terços do vértice, onde pousam pináculos. O vértice é cortado por uma cornija saliente onde assenta uma cruz. No centro do tímpano, encostada à cornija da fachada, está uma janela losangular. No lado oposto à torre encontra-se um pináculo sobre o cunhal.



Fig. 6.116 – Igreja de São João (1829-1832): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.117 – Igreja de São João (1829-1832): alçado lateral poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre sineira é composta por dois corpos, possuindo três níveis. O corpo inferior apresenta, na face frontal, uma pequena janela com verga curva que corresponde ao espaço do baptistério. No nível superior abre-se uma janela de guilhotina igual e à mesma cota das janelas da fachada. Na face lateral externa não existem vãos abertos

[40] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., p. 85.

no corpo inferior da torre. Na face posterior existe uma porta de acesso ao campanário, precedida por uma escada adossada ao corpo das naves que começa mesmo ao lado da porta travessa da igreja.

O campanário corresponde ao terceiro nível, possuindo três ventanas com avental recto em três das suas faces. A coroar a torre está um coruchéu sobre um tambor, ambos de secção octogonal. O coruchéu parece uma pirâmide muito baixa, mas com os lados côncavos e um pináculo no vértice. O coruchéu é enquadrado por quatro pináculos colocados sobre os cunhais da torre.

A igreja de São João é mais pequena que as igrejas do Pico já analisadas. Tem menos tramos – cinco, em vez de seis ou sete – e menor altura. No entanto, as arcarias não são baixas. A diferença de altura entre o cimo dos arcos e o arranque das falsas abóbadas é que é reduzida. Nos panos das arcarias, os arcos foram rasgados com a maior altura possível. O facto que os tectos serem falsas abóbadas de berço amplia o espaço interno das naves que, se fosse coberto por um tecto plano, criaria um espaço pesado e abatido dadas as dimensões do espaço interno. A capela-mor, não sendo pequena, é bastante profunda, um atributo que partilha com todas as igrejas picoenses suas congéneres. Já a cobertura do baptistério é única, até agora. A sequência de arcos intermitentemente ressaltados deveria exibir os que não o são pintados de branco.

– *Igreja de São Mateus*, São Mateus





Fig. 6.119 – Igreja de São Mateus, São Mateus (1838-1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 6.118 – Igreja de São Mateus, São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Neste lugar da Calheta do Galeão o bispo Dom Manuel de Gouveia, visitando no ano de mil e quinhentos e oitenta e oito, criou uma nova freguesia, cuja igreja é da advocação de São Mateus, onde há cinquenta e dois fogos muito espalhados quase quatro léguas por antre matos* (…)[41].

São Mateus foi o lugar onde, em 1482, entrou a primeira expedição à ilha do Pico, realizada pelo primeiro capitão do donatário do Faial, Jos D'Utra, após ter-lhe sido dada a capitania do Pico. Foi, também, o primeiro assento populacional daquela expedição. Contudo, ao dirigirem-se para nascente, encontraram um povoado já constituído, as Lajes, consequência da primeira expedição com vista ao povoamento do Pico que tinha partido da Terceira na década de 1460.

São Mateus era uma freguesia populosa que se situava a meio do *Caminho dos Ilhéus* – a via de comunicação mandada abrir por Jos D'Utra, nos finais do século XV, que ligava as Lajes à Madalena (*Ilhéus*). Tinha recursos naturais variados, como os matos e a pesca, apesar de não possuir terrenos bons para a agricultura. No seu território ocorreram várias erupções vulcânicas, cujas torrentes de lava correram pela encosta, atravessaram povoações e caíram no mar, causando destruição e alterações a nível orográfico.

A actual igreja de São Mateus foi erguida entre 1838 e 1842. Nela foi criado o Santuário do «Bom Jesus do Pico», uma imagem de corpo inteiro do *Ecce Homo* com grande devoção na ilha.

[41] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.,* Livro VI, p. 112.



Fig. 6.120 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de São Mateus apresenta as três naves divididas por seis tramos. As arcarias estão integralmente pintadas com marmoreados, em tons de verde, que emolduram motivos fitomórficos enlaçados em tons de rosa. Os pedestais e os capitéis (constituídos por troços de entablamento) destacam-se pelos marmoreados em tons de rosa sem motivos vegetalistas. Pouco acima dos fechos dos arcos correm os entablamentos sobre as arcarias. Possuem cornijas balançadas e estão pintados com marmoreados em tons de verde. Entre os arcos e sob o entablamento das arcarias estão medalhões octogonais pintados. A partir dos entablamentos arrancam as falsas abóbadas de berço, pintadas de branco, que cobrem cada uma das naves.



Fig. 6.121 – Igreja de São Mateus (1838-1842): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.122 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor é ligeiramente mais estreita que a nave central. Abre-se por um arco triunfal composto por um arco suavemente abatido que é suportado por pés-direitos encostados às paredes laterais. São um pouco mais altos que os pilares das arcarias, enquanto o vão do arco é mais largo que os daquelas. Trata-se do maior arco presente nesta igreja, embora não seja muito maior que os arcos das arcarias. Encontra-se pintado com os mesmos motivos presentes nelas.

O espaço da capela-mor é profundo, não muito largo, com duas janelas abertas nas paredes laterais, perto do retábulo. Junto ao arco triunfal existem duas portas sem cantarias que comunicam com os espaços colaterais à capela-mor que não pertencem ao espaço litúrgico, como a sacristia. O espaço da capela-mor é coberto por uma falsa abóbada de berço levemente abatida no cimo. Encontra-se pintada com motivos fitomórficos que formam uma moldura irregular, mas simétrica, com um medalhão central composto por motivos folhosos. O fundo é pintado de azul turquesa.



Fig. 6.123 – Igreja de São Mateus (1838-1842): altar colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.124 – Igreja de São Mateus (1838-1842): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais possuem altares nos topos da cabeceira. A nave do lado da Epístola ainda tem mais um altar lateral e a capela do Bom Jesus do Pico, para a qual se entra por um arco de volta perfeita, com uma porta gradeada de madeira dourada, situado no extremo do tramo imediato à cabeceira. Esta edificação poderá ser coeva da igreja. No extremo oposto do mesmo tramo abre-se, no nível inferior, uma porta com molduras de cantaria simples e, no superior, uma janela de remate semicircular.



Fig. 6.125 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva do altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.126 – Igreja de São Mateus (1838-1842): porta da capela lateral do «Bom Jesus do Pico».
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.



Fig. 6.127 – Igreja de São Mateus (1838-1842): altar do «Bom Jesus do Pico».
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Após as portas travessas destacam-se, no tramo de entrada, as portas presentes na fachada, axiais às respectivas naves. O baptistério situa-se no lado do Evangelho, enquanto, no outro lado, fica a escada de acesso ao coro-alto e campanários. Ambos os espaços ocupam o nível térreo das torres sineiras. Os arcos presentes naquele tramo são mais baixos que as arcarias por susterem o coro-alto, estando pintados com os mesmos motivos fitomórficos.



Fig. 6.128 – Igreja de São Mateus (1838-1842): entrada na nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.129 – Igreja de São Mateus (1838-1842): entrada na nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.130 – Igreja de São Mateus (1838-1842): perspectiva da entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto encontra-se tripartido pelos planos das arcarias que, naquele nível, são panos de parede rasgados por portas que permitem a circulação entre as três secções. Possui uma guarda de madeira contracurvada na secção central, que avança sobre o tramo seguinte, sendo recta nas laterais, com falsas balaustradas. Na parede da fachada abrem-se as três janelas superiores centrais do frontispício, axiais às três naves, que iluminam o coro-alto.



Fig. 6.131 – Igreja de São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da igreja de São Mateus possui três níveis, divididos em cinco panos – três no corpo central, mais os dois das torres. No nível térreo abrem-se as três portas iguais da fachada, cada uma num dos três panos centrais. São rematadas por arcos de volta inteira que arrancam de capitéis compostos por troços de entablamento. Nos panos das torres existem duas janelas, rematadas por pequenos arcos bastante abatidos que também arrancam de capitéis formados por troços de entablamento.

O nível intermédio é composto por cinco janelas iguais, cada uma no seu pano. Têm verga curva, com ombreiras que se prolongam inferiormente, enquadrando aventais rectangulares brancos. Tangente às vergas das janelas corre o expressivo entablamento da fachada que contorna as torres e prolonga-se pelos alçados laterais da igreja. Actualmente, a arquitrave encontra-se pintada de branco, o que interfere na leitura do entablamento, já que o friso e a cornija mantiveram-se em cantaria.

Sobre os três tramos do corpo central ergue-se um frontão contracurvado quebrado, que repousa numa platibanda existente acima do entablamento. O frontão é tripartido pelo prolongamento das pilastras centrais da fachada, que irrompem pelo tímpano até à quebra e o dividem em três panos. No cimo das pilastras está um entablamento que as une, com pináculos colocados sobre os extremos, nas quebras do frontão. Sendo assim, o frontão ficou compartimentado em quatro áreas e passou a ter dois níveis. No pano central inferior existe uma cartela elíptica com a inscrição «SÃO MATTHEUS 1842», o ano em que a igreja foi terminada. Sobre este pano desenvolve-se a parte mais elevada do frontão que corresponde ao remate superior. Tem uma estrela em relevo centrada no tímpano. Os lados são ligeiramente côncavos e o vértice é cortado por uma cornija, com dois pináculos nos extremos, enquanto que, ao centro, uma pequena base quadrangular que segura uma cruz. As áreas laterais do frontão são rematadas por meias volutas e funcionam como aletas que amparam as áreas centrais.

Os panos das torres inserem-se plenamente na fachada até ao nível superior, onde se erguem os campanários. Têm três grandes ventanas cada um e são rematados por entablamentos nas quatro faces, que, tal como o entablamento da fachada que delimita inferiormente os campanários, têm as arquitraves pintadas de branco. A coroar as torres estão dois coruchéus piramidais de secção octogonal, com um pequeno pináculo (tipo bilro) no vértice, enquadrados por pináculos colocados os ângulos, sobre os cunhais. As faces laterais externas das torres não têm vãos abertos no corpo inferior. Nas faces posteriores, apenas a torre adossada do lado da Epístola possui uma pequena porta que dá acesso, pelo exterior, ao coro-alto e aos campanários.

A igreja de São Mateus possui um amplo espaço interno, com um afastamento das arcarias que é acrescido pela grande altura daquelas e da cobertura da nave central. As janelas presentes nas naves laterais têm praticamente as mesmas dimensões que as portas travessas. Para além de inundarem de luz o corpo das naves, demonstram a evolução das janelas laterais que, desde o século XVI, aumentaram em dimensão e número, enquanto as portas travessas foram perdendo relevância, simplificando-se. A capela-mor é profunda, com duas janelas e duas portas abertas nas paredes laterais. Segue o mesmo modelo de capela-mor que se pode encontrar em todas as igrejas picoenses. Também a ausência de capelas colaterais, substituídas por

altares – porque os espaços colaterais à capela-mor são ocupados por sacristias e outras dependências paroquiais – e todos os elementos presentes no tramo de entrada – arcos baixos, coro-alto tripartido por paredes e baptistério –, bem como a articulação entre si, são análogas a várias igrejas do Pico e semelhantes àquelas que possuem duas torres.

A fachada da igreja de São Mateus tem duas torres adossadas ao corpo central, o que a inclui num conjunto de paroquiais picoenses congéneres – Bandeiras, São Roque, Prainha e São Mateus. Em todas, os panos das torres são parte componente da fachada, dividindo-se em cinco panos com três larguras diferentes – o pano central é o mais largo, seguido dos panos das torres e, por fim, os panos laterais do corpo central, que são os mais estreitos.

No nível térreo da frontaria destacam-se as três portas principais, idênticas, que se abrem no corpo central para as três naves. O piso intermédio apresenta cinco janelas de avental recto alinhadas horizontalmente, abertas em todos os panos do frontispício. Aquelas janelas são, em conjunto com o entablamento superior, os elementos que mais contribuem para a incorporação dos panos das torres na fachada e para a unificação dos cinco panos.

O frontão tripartido é comum às igrejas de São Roque e das Bandeiras. Porém, a existência da cornija superior que corre entre os capitéis das pilastras centrais e que divide o pano central do tímpano em partes desiguais só tem paralelo no mesmo elemento presente na igreja da Piedade.

6.1. Igrejas de três naves desaparecidas no Pico

– *Matriz da Santíssima Trindade*, Lajes do Pico

> (…) *a vila das Lagens, que é a principal e maior que há na ilha do Pico, de mais de três léguas de limite, cuja igreja é de três naves, da advocação da Santíssima Trindade, e cabeça de toda ela* (…)[42].

A vila das Lajes do Pico situa-se a meio da costa sul da ilha, numa fajã à beira mar, embora não possua um porto com boas condições. Foi a primeira povoação fundada na ilha. A sua elevação a vila ter-se-á dado em 1500[43], uma vez que os documentos camarários mais antigos datam de 1501[44]. Teve um termo inicial coincidente com toda a ilha até 1542 (criação do concelho de São Roque). A vila das Lajes foi a capital do Pico até ao final do Antigo Regime, ainda que essa capitalidade tenha sido abalada a partir de 1725 (criação da vila da Madalena).

A igreja da Santíssima Trindade, Matriz das Lajes do Pico, foi começada a construir poucos anos depois da criação do concelho. Ainda que não se saibam as datas concretas da sua edificação, sabe-se que «Neste mesmo mejo tempo [1509-1535][45] se acabouo [sic] e fez a Igreia noua, que hoje tem, porque em o primeiro de Feuereiro, de 1539 acordarão em Camara se botasse finta, pera se lagear a Igreia, que já parece estaua acabada, pois a queriam lagear (…)»[46]. Assim sendo, ainda sem saber se a obra teve início antes ou depois de 1509, sabe-se que poderia já estar pronta em 1535 e, certamente, em 1539. Quanto às características desta Matriz das Lajes do Pico, leia-se uma descrição publicada em 1871, seguida de uma planta do edifício:

> *A Matriz que é ainda a primitiva da Villa por sua acanhada architectura, singeleza dos retabulos, e mau estado em que se acha está provando que os reparos que se lhe tem feito tem sido simplesmente para a conservar de pé sem se lhe fazer a menor ampliação, nem melhoramento.*
> *A capella mór é dedicada à Santissima Trindade, orago da parochia, cujo emblema está patente n'um quadro no frontão do retabulo, no mesmo altar existe no Saccrario o Santissimo Sacramento e a imagem de N. Senhora do Carmo n'um nicho: os dous altares laterais são dedicados, o da direita a Nossa Senhora das Dores e o da esquerda ao Bom Jesus* (…).
> *Ha mais n'esta egreja da parte da esquerda um simples altar instituido em honra das almas do Purgatorio e um soffrivel orgão*[47].

---

[42] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 111.
[43] Cf. António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. III, (ed. fac-similada Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p. 77.
[44] Cf. Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages*, (ed. fac-similada [s.l.], [s.ed.], 1937), Lajes do Pico, Câmara Municipal/ Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 1991, pp. 85-87.
[45] Lapso temporal em que não são conhecidos quaisquer documentos camarários.
[46] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 522-523.
[47] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, pp. 78-79.

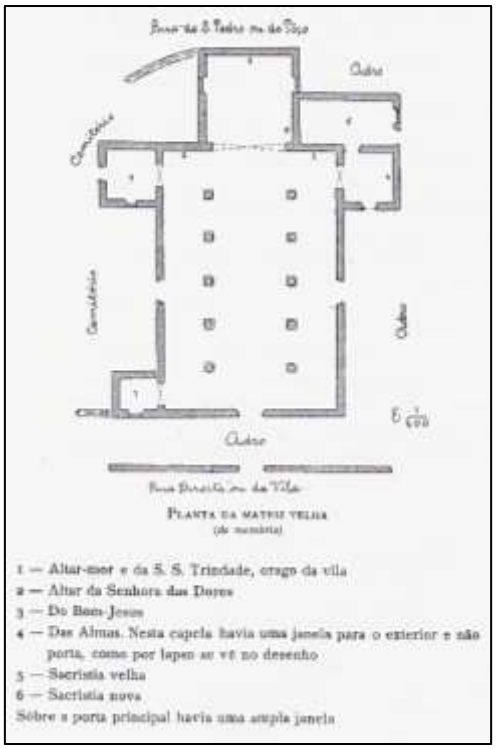




Fig. 6.133 – Matriz da Santíssima Trindade, Lajes do Pico (1509-1539): perspectiva interna no início do século XX.
Foto: Manuel Laureano Moniz Jr. (autor), colecção de Ermelindo Ávila.

Fig. 6.132 – Matriz da Santíssima Trindade, Lajes do Pico (1509-1539): planta.
Fonte: Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages*, (fac-símile [s.l., s.ed.], 1937), Lajes do Pico, Câmara Municipal/Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 1991, p. 145.

A planta da Matriz primitiva das Lajes do Pico foi desenhada, de memória, por Francisco Soares de Lacerda Machado e publicada em 1937. Mostra uma igreja de três naves, com seis tramos, em que o mais próximo da cabeceira apresentava duas capelas laterais. A capela-mor tinha uma planta quadrangular e era iluminada por duas janelas laterais; as capelas laterais também tinham iluminação directa. A entrada nas três capelas era feita por arcos, sem que se saiba de qual tipo se tratava. Todavia, os dois alinhamentos de colunas visíveis na planta não correspondem a duas arcarias (que, aliás, não estão representadas), mas a duas colunatas que apoiam a estrutura ortogonal de vigas de madeira que sustém a cobertura da igreja, de duas águas. A Matriz das Lajes do Pico também não tinha clerestório. Existe uma única fotografia da igreja primitiva, captada por volta de 1900, na qual o edifício já tinha começado a ser desmantelado para ser demolido e substituído pela actual igreja. Pode ver-se algumas colunas, bem como as traves e a cobertura de madeira.

Não existem registos visuais da fachada da Matriz primitiva. Pela legenda da planta acima exposta sabe-se que *sobre a porta principal havia uma ampla janela*. Esta janela já não deveria ser original da igreja, que primitivamente teria uma rosácea ou um óculo. Também não se sabe se a porta primitiva chegou ao século XX ou se foi reformada em algum tempo da sua existência. Por último, havia um espaço adossado à igreja que está representado na planta em análise ao qual se acedia, interiormente, por um arco. Possuía iluminação directa através de um vão que se abria para a fachada. Na planta, este espaço encontra-se numerado, mas não consta da legenda. Se o desenho

corresponde a uma torre, mostra-a com dimensões veramente diminutas, quando comparadas com as da igreja e com a escala geral do edifício que, por si, seria já reduzida. Após a visualização das várias igrejas tardo-góticas açorianas depreende-se que aquele pequeno espaço seria o baptistério, que poderia corresponder ao piso térreo de uma torre, por mais pequena que fosse, ou um corpo adossado ao corpo das naves, como nas Matrizes de Ponta Delgada e de Santa Cruz da Graciosa. Neste caso, não havendo qualquer outra representação ou legenda, a Matriz das Lajes do Pico não teria torre.

– *Igreja de Santa Bárbara*, Ribeiras

> *Em 1496 faleceu o 1.º Capitão donatário do Faial e Pico. Assumiu o cargo o seu filho, Josse Hurtere Júnior, autorizado a governar a capitania por carta de El-Rei D. Manuel, datada de 31 de Maio de 1500. Nesta data, a freguesia da Santíssima Trindade* [Lajes do Pico] *que tinha 3197 habitantes, foi elevada a vila.*
> *A igreja de Santa Bárbara com 2354 paroquianos, foi a 3.ª levantada na ilha do Pico. Foi sua padroeira Santa Bárbara. Bárbara era também o nome da esposa do 2.º donatário que autorizou a sua construção. A igreja foi alicerçada em 1500 e foi coberta com colmo. Depois foi reconstruída em 1677 conservando esta data na nave que suporta o púlpito* [nave central] *e coberta com telha de barro vinda da Graciosa. Daí para cá sofreu duas remodelações, sempre com o mesmo alicerce e com a intenção de a melhorar*[48]*.*



Fig. 6.134 – Igreja da Santa Bárbara, Ribeiras (1500/1677): perspectiva da fachada no início do século XX.
Fonte: Maria Leontina Bettencourt, *Freguesia das Ribeiras – Memórias da Minha Terra*, vol. II, s.l., s.n., 2015, p. 24.

[48] Maria Leontina Bettencourt, *Freguesia das Ribeiras – Memórias da Minha Terra*, vol. II, [s.l.], [s.ed.], 2015, pp. 23-24.

A desaparecida igreja de Santa Bárbara foi erguida na primeira metade do século XVI, tal como a primitiva Matriz das Lajes. Os seus espaços internos tinham a mesma estruturação, com colunatas em vez de arcarias – a estrutura de vigas de madeira que sustinha a cobertura pousava directamente nas colunas. Todavia, não existem imagens do seu espaço interno, apenas da fachada.

> [Ribeiras] *Foi a 3.ª freguezia da ilha, a sua egreja parochial está situada n'um logar alto e vistoso, mas no principio da freguezia distante da Matriz 4500m com a qual muito se assimelha podendo julgar-se sua coeva, pois já existia em 1568: tem de comprimento 16,m 6 e d'altura 7,m 2 foi com tudo já reedificada e reparada em 1838 conservando o primitivo gosto. A capella mór é dedicada ao Santissimo Sacramento e a Santa Bárbara, orago da parochia; tem trez altares lateraes dedicados a Nossa Senhora do Rosário, a São João Evangelista e a Nossa Senhora do Carmo.*
> *Tanto a egreja como os seus paramentos estão bem conservados; mas* (...) *necessita ser reedificada em logar mais central, e com as dimensões convenientes à população da freguezia.*[49].

A comparação que o autor faz entre a igreja de Santa Bárbara e a Matriz das Lajes é baseada na descrição que fez da segunda e que se encontra citada na análise realizada à referida Matriz. Ambas as igrejas eram quinhentistas, coevas e estruturalmente similares, com a característica de possuírem colunatas a suster a estrutura de madeira que suporta a cobertura. Para além da capela-mor, possuía mais três altares laterais. Era um templo pequeno e baixo, com uma fachada em forma de empena, onde se abria um portal encimado por uma janela. A torre era baixa e larga, formada por dois corpos cúbicos sobrepostos – no corpo inferior abria-se um nicho rematado por um pequeno arco ligeiramente abatido, enquanto o corpo superior correspondia ao campanário, com uma ventana na face frontal, coroado por um coruchéu piramidal oitavado rematado por um pináculo e com outros quatro grandes pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. Porém, é possível que a torre não fosse coeva da igreja, mas uma edificação posterior.

Segundo a informação dada, a igreja teria já sido reedificada e reparada em 1838, *conservando o gosto primitivo*, como tão bem assinala o autor na sua obra editada em1871. Já nesse tempo notava-se a necessidade de edificar uma nova igreja, com uma localização mais central, porque o centro da povoação deslocara-se, no decorrer dos séculos, do lugar de Santa Bárbara para o porto de Ribeiras. Com a construção de uma nova igreja nas Ribeiras, a de Santa Bárbara ficou com um menor número de paroquianos, tendo continuado em funcionamento até à década de 1960. Tal como a Matriz das Lajes, a igreja de Santa Bárbara foi demolida e substituída por um novo edifício no século XX.

[49] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., p. 86.

6.2. Análise das igrejas de três naves na ilha do Pico

As igrejas de três naves do Pico possuem, regra geral, uma ampla espacialidade. A construção da Matriz da Madalena, na segunda metade do século XVII, ditou o rumo das igrejas picoenses. No contexto da ilha, e no que respeita à constituição do espaço interno, aquela Matriz foi a cabeça-de-série das igrejas de três naves hoje existentes.

Em planta, as igrejas do Pico mostram uma tendência para terem naves extensas, com seis e sete tramos. De todas, só duas possuem um tramo autónomo da frontaria: as Matrizes da Madalena e das Lajes. No geral, os tramos têm larguras aproximadas entre si. Se as igrejas de Santo Amaro e de Santo António apresentam os tramos mais estreitos, as igrejas da Prainha, da Piedade, das Lajes e de São João têm-nos mais largos, diminuindo o seu número naquelas igrejas para cinco ou seis tramos.



Fig. 6.135 – Matriz da Madalena (1645-1666/1891): espaço interno
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.136 – Igreja de Bandeiras (déc. 1860): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.137 – Igreja de São João (1829-1832): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.138 – Igreja de São Mateus (1838-1842): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.139 – Igreja da Prainha (1787/c. 1856): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.140 – Matriz de São Roque (1714-1726): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.141 – Igreja de Santo António (1696): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.142 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.143 – Igreja da Piedade (post. 1757): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.144 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves variam consoante o maior ou menor afastamento das arcarias, que se mostra bastante constante, à excepção da Matriz das Lajes e da igreja de Santo Amaro. Nestes templos, as arcarias bem afastadas remetem o papel das naves laterais para o de simples corredores, mais ou menos escondidos pelas arcarias, consoante a altura e amplitude dos seus vãos. Já as naves laterais da igreja da Prainha são largas face à nave central, com uma altura um pouco menor. As arcarias são compostas por vãos largos e altos. O espaço interno é profusamente iluminado por grandes janelas que se abrem nas paredes laterais, «descobrindo» e incorporando melhor as naves laterais no espaço interno. Apesar de todas as diferenças, as características da igreja da Prainha dão-lhe uma espacialidade que recorda, lá muito atrás, a das igrejas-salão.

A maior diferença dos espaços internos das igrejas picoenses reside no tipo de tecto que cobre as naves. Cinco templos apresentam tectos em falsa abóbada de madeira – Madalena, Bandeiras, São Mateus, São João e Prainha. Os tectos desta última, de madeira, nem sequer se encontram pintados de branco, como nas restantes igrejas. Dos outros cinco templos, quatro possuem tectos de madeira com três esteiras – São Roque, Santo António, Santo Amaro, Piedade –, enquanto a Matriz das Lajes apresenta a estrutura do telhado à vista.

Outro aspecto que contribui para a definição do espaço interno, em especial das naves centrais, é a distância, nas arcarias, entre o cimo das arcarias e a cornija que

marca o arranque dos tectos. Àquele aspecto, que depende da altura dos arcos *versus* altura das arcarias, adiciona-se um dos tipos de tecto de madeira supra-referidos. É da conjugação daqueles factores que resultam as várias espacialidades das igrejas picarotas, que não possuem grandes dissemelhanças.

As capelas-mores seguem todas a mesma composição: duas janelas laterais junto ao retábulo; duas portas laterais junto ao arco triunfal; tecto de falsa abóbada de berço em madeira. Somente a capela-mor da Matriz das Lajes não possui um tecto daquele tipo, mas de masseira. Também é o único exemplar de capela-mor com dois níveis, contudo, mantém as portas e as janelas presentes nas paredes laterais.

Houve uma evolução da cabeceira da igreja, na qual as sacristias se situavam depois das capelas colaterais, o que obrigava a percorrer o tramo imediato à cabeceira para ter acesso à capela-mor. A substituição das capelas por altares libertou aqueles espaços colaterais, permitindo construir neles as sacristias com comunicação directa para a capela-mor. No Pico, só há capelas colaterais na mais recente igreja de três naves, a Matriz das Lajes, e, mesmo assim, com muito pouca profundidade.

As fachadas das igrejas do Pico podem ser agrupadas pelo número de torres, criando-se dois conjuntos: as que têm duas torres e as que só têm uma. No conjunto das igrejas com duas torres existem dois subconjuntos: as que as têm adossadas ao corpo das naves e as que as apresentam inseridas em planta. Assim sendo, existem seis igrejas com duas torres – São Roque, Prainha, São Mateus, Bandeiras, Lajes e Madalena –, das quais as últimas duas têm as torres inseridas, em planta, no corpo das naves. As igrejas que possuem uma só torre são quatro: três com torres adossadas no lado da Epístola – Santo António, Santo Amaro e Piedade – e uma com a torre encostada ao lado do Evangelho – São João.



Fig. 6.145 – Matriz de São Roque (1714-1726): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira,2015.



Fig. 6.146 – Igreja da Prainha (1787/c.1856): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.147 – Igreja de São Mateus (1838-1842): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.148 – Igreja de Bandeiras (déc. 1860): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As igrejas de São Roque, Prainha, São Mateus e Bandeiras possuem fachadas com duas torres adossadas ao corpo das naves. A familiaridade entre elas é inegável, seja no número de panos e no posicionamento dos vãos, seja nos frontões e nos campanários com coruchéus piramidais. As pilastras e os cunhais são elementos essenciais na composição das fachadas, aplacando a horizontalidade reinante.

A mais antiga é a Matriz de São Roque, do primeiro quartel do século XVIII. Seguem-se, por ordem cronológica, as igrejas da Prainha (último quartel do século XVIII), São Mateus (1842) e Bandeiras (1868). No nível térreo, todas possuem três portas na fachada, podendo ser ladeadas por portas, janelas ou óculos nos panos das torres. Na Matriz de São Roque ainda existe um destaque para o portal central *versus* portais laterais. Nas outras igrejas, os três portais são idênticos entre si, desaparecendo o realce do portal central. A fachada da igreja da Prainha é a única que possui uma cornija a dividir os dois primeiros níveis. Nas restantes igrejas, as pilastras ascendem sem interrupções até à cornija/entablamento da fachada.

O segundo nível exibe a mesma composição nas quatro igrejas – cinco janelas, uma por pano, aprumadas com os vãos do nível inferior. Se em São Roque, São Mateus e Bandeiras, as cinco janelas têm as mesmas dimensões e tratamento, na Prainha existem três dimensões de janelas: a central é a maior; as laterais do corpo central são um pouco menores; as dos panos das torres são as mais pequenas.

As janelas também mostram tratamentos diferenciados entre igrejas, particularmente nas dimensões e emolduramento dos vãos. Assim, as janelas presentes na Matriz de São Roque não são grandes, possuindo remate recto. Também as janelas da igreja da Prainha têm remate recto, mas com diferentes dimensões. Todavia, as janelas presentes nos panos das torres aproximam-se das de São Roque. As janelas da igreja de São Mateus são maiores que as de Bandeiras, ainda que similares. Ambas possuem aventais rectos delimitados por cantarias. Diferem no remate: de verga curva, em São Mateus; em arco bastante abatido, em Bandeiras.

Quanto ao posicionamento das janelas face à cornija da fachada, a Matriz de São Roque possui uma cornija superior fina que aglutina os lintéis das janelas. Na igreja de São Mateus, as vergas curvas das janelas são tangentes ao entablamento superior. Porém, o facto de a arquitrave estar pintada de branco impossibilita uma clara leitura do elemento, até mesmo de toda a frontaria, já que se trata de um expressivo entablamento que teria um impacto maior que aquele que exibe actualmente. Na igreja de Bandeiras, os arcos abatidos que rematam as janelas abrem-se perto, mas apartados, do entablamento superior. Na Prainha, somente o emolduramento superior da janela central se desenvolve deliberadamente até encontrar o entablamento superior, pelo que todas as janelas se encontram apartadas daquele elemento.

A igreja da Prainha foi inicialmente erecta sem as duas torres, em 1787. Só na década de 1850 é que foram adossadas as torres ao corpo das naves. Não se pode precisar se a fachada inicial do corpo central seria já a actual ou se o frontispício só foi composto aquando da adição das torres. É possível que o edifício terminado em 1787 corresponda ao actual corpo central, até ao grande entablamento. Seria uma fachada com três portais encimados por janelas de remate recto, que, pelo tratamento cuidado, aproximar-se-ia de uma fachada civil de uma casa nobre urbana. Há que assinalar o friso que corre toda a fachada, ao nível dos lintéis dos portais, e que prossegue para as faces externas das torres. Um aspecto interessante e intrigante é a presença de troços de entablamento colocados nas pilastras, abaixo do grande entablamento da fachada, como capitéis descaídos.

Relativamente aos frontões, se o da Matriz de São Roque é o único triangular, o da Prainha é o único das quatro igrejas que não se encontra tripartido por pilastras. De facto, a continuação das pilastras centrais para o tímpano é uma forma de contrapor a horizontalidade da fachada e, também, de integração do frontão na fachada, expandindo-a superiormente. No caso da igreja da Prainha, o frontão é independente da fachada, pousado sobre platibandas e menos largo que o corpo central da fachada. Dá a impressão de se tratar de uma peça ali colocada num tempo posterior, aquando da erecção das torres. Contudo, a forma do frontão da Prainha, contracurvado quebrado, é a que se acha nas igrejas de São Mateus e Bandeiras. Variam no tratamento estilístico e na composição dos elementos presentes nos tímpanos, fruto de campanhas de obras do século XIX. São frontões mais largos, que se desenvolvem de torre a torre, com as pilastras centrais a terminarem na quebra dos lados do frontão. Se, em São Mateus, as pilastras são rematadas por pequenos pináculos, nas Bandeiras a quebra é interna. As cantarias que delimitam os lados do frontão encontram-se nos motivos circulares colocados sobre o término das pilastras centrais, dentro do tímpano.

No âmbito deste grupo de igrejas, a cornija/entablamento superior que liga as pilastras centrais da fachada só ocorre na igreja de São Mateus, encontrando-se também presente na igreja da Piedade, embora possua, actualmente, uma só torre.

Os campanários possuem grandes ventanas e são coroados por coruchéus prismáticos de secção octogonal, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais das torres, enquadrando os coruchéus. Somente a igreja da Prainha possui as arestas dos coruchéus marcadas por cantarias.

Como foi referido, a Matriz de São Roque é a cabeça de série das igrejas de três naves com cinco panos de fachada. Esta composição só é possível com a adição lateral de duas torres ao corpo das naves e a integração dos seus panos frontais na fachada. A largura efectiva da igreja continua a ser a do corpo das naves, que corresponde à largura dos três panos centrais. Trata-se de uma grande superfície em que a horizontalidade impera, contrabalançada pelas pilastras, campanários e coruchéus. As pilastras são os elementos estruturantes do desenho do frontispício, definindo os cinco panos. Há uma ideia de repetição de elementos nos panos, sobretudo no nível intermédio, mal-grado as diferenças existentes nos níveis térreo e superior e do maior realce dado ao pano central. Por sua vez, os três panos que abrangem o corpo das naves têm a mesma composição – portal encimado por janela. O pano central destaca-se pela maior largura, pela cantaria do portal e pelas maiores dimensões da janela superior, relativamente às dos outros panos.



Fig. 6.149 – Matriz da Madalena (1645-1666/ 1891): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.150 – Matriz das Lajes do Pico (1895-1967): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As Matrizes da Madalena e das Lajes detêm duas torres inseridas, em planta, no rectângulo que define o corpo das naves. Porém, são frontarias que ocupam um tramo próprio, que se adossam frontalmente ao corpo da igreja. É preciso lembrar que a frontaria da Madalena foi concluída em 1895, enquanto a igreja já existia desde a segunda metade do século XVII. O caso da Matriz das Lajes é diferente, pois trata-se de um edifício construído de raiz, entre 1895 e 1967, sem que se saiba se a frontaria que hoje se observa seria a projectada inicialmente ou se houve uma alteração de planos. Aquela foi a última parte da igreja a ser construída. Há a possibilidade de se ter desenhado uma frontaria nova porque o projecto anterior, de finais do século XIX, já não seria do agrado geral dos paroquianos. Porventura, será esta a explicação para a discordância entre os entablamentos da frontaria e os entablamentos superiores dos alçados laterais.

As frontarias de ambas as Matrizes tendem para realçar a sua altura, em contraponto com as restantes igrejas do Pico. Se, na Madalena, essa tendência é claramente visível pelos coruchéus com tambor – os mais altos e agudos presentes na ilha –, nas Lajes, a tendência é atenuada devido ao contorno quase quadrangular da fachada e aos baixos coruchéus.

Quanto à composição das fachadas, não há uma grande divergência na colocação dos vãos, não obstante o seu maior número na Matriz das Lajes. Advém do corpo central ter três portas e três janelas superiores, enquanto a Matriz da Madalena tem um corpo central composto por um portal e duas janelas superiores. Se todos os vãos presentes na frontaria das Lajes são rematados por arcos quebrados, na Madalena são todos encimados por arcos de volta perfeita. As proporções desta igreja, os altos coruchéus e o portal principal – rematado por um arco conopial que termina numa mísula com baldaquino – revelam uma maior aproximação à corrente ecléctica da arquitectura de finais de Oitocentos. Todavia, a Matriz das Lajes é que tem o epíteto de templo neogótico, quando, na verdade, as características neogóticas que a fachada possui resumem-se aos remates superiores dos vãos, formando arcos quebrados, e às dimensões dos três janelões do corpo central. As proporções da fachada, aliadas à articulação dos elementos ali presentes (pilastras, cornijas, entablamentos), criam uma malha ortogonal feita pelas cantarias que emolduram as fracções dos panos da fachada. Tal pouco diverge do que acontece na fachada da Madalena, cuja dissemelhança está na ausência do entablamento inferior, entre os dois primeiros níveis do corpo central, por questões compositivas relacionadas com o portal principal.



Fig. 6.151 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): frontaria em 1945.
Foto: Colecção Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira.



Fig. 6.152 – Igreja de Santo Amaro (post. 1736): frontaria actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As igrejas de três naves picoenses com uma só torre têm fachadas mais variadas. A mais antiga era a de Santo Amaro, erguida em 1736, simples, com uma fina cornija que corria toda a fachada e uma faixa no corpo das naves que servia de peitoril à janela central. Nos extremos ficavam dois troços de pilastras terminadas por cornijas: uma coincidia com o cunhal; a outra encostava-se à pilastra da sineira. Era uma composição mal resolvida, que não teria existido se a construção da fachada e da sineira tivessem sido coetâneas. Sobre as cornijas daquelas pilastras pousavam os lados do pseudo-frontão.

A actual frontaria, edificada em 1948, nada tem que ver com a anterior. De uma porta passou para três, enquanto o presumível frontão é delimitado por uma linha contra-quebrada. A má articulação entre os lados do frontão, o troço de pilastra e o pano da sineira ficou resolvida na nova frontaria. A sineira foi substituída por uma torre atarracada, noção acentuada pela menor altura do corpo inferior da torre em relação ao campanário.



Fig. 6.153 – Igreja de Santo António (1696): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.154 – Igreja da Piedade (post. 1757): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 6.155 – Igreja de São João (1829-1832): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As restantes igrejas de três naves do Pico com uma só torre são as paroquiais de São João (1829-1832), Piedade (depois de 1757) e Santo António (1696), situadas na costa sul, na ponta leste e na costa norte da ilha, respectivamente. Destas três, só na de São João a torre se ergue no lado do Evangelho. As frontarias daquelas igrejas são bastante díspares entre si, reflectindo, cada uma, o tempo em que foi construída. No entanto, a disposição dos vãos e o uso de pilastras, cornijas e entablamentos são aparentados a outras igrejas do Pico e de outras ilhas.

A igreja de Santo António tem a fachada mais simples, com a forma de um rectângulo jacente, rematado por um frontão contracurvado quebrado. O portal e a janela que lhe é superior são os elementos que melhor datam a igreja do final do século XVII. Pela simplicidade, podemos compará-la à anterior fachada da igreja de Santo Amaro. Mesmo assim, a fachada de Santo António tem o menor número de vãos das igrejas picarotas. A torre é uma reconstrução posterior a 1906, que não parece ser fidedigna à original, quer pelos vãos que possui quer pelo agudo coruchéu piramidal. O frontão tem paralelo com o existente na igreja da Prainha. Aliás, são dois exemplares de frontões contracurvados quebrados, da segunda metade o século XVIII, que foram adicionados num tempo posterior à edificação dos respectivos templos.

A frontaria da igreja da Piedade é a única da ilha a mostrar uma composição mais erudita. O portal é o único vão do nível térreo, à semelhança de Santo António. Porém, a fachada da Piedade é corrida por frisos e entablamentos que se cruzam com as pilastras, criando uma malha ortogonal que a secciona em níveis e panos onde foram abertos os vãos. Neste aspecto, aproxima-se do que se passa na igreja da Prainha, com a pretensão de criar um conjunto portal/janelão, mas mantendo-os autónomos. A existência de pilastras com capitéis «descaídos» é comum às duas fachadas.

O número de vãos do nível intermédio seria o mesmo nas igrejas da Prainha e da Piedade se esta última tivesse mantido as duas torres. Como tal, há uma hesitação entre analisá-la como igreja de uma ou de duas torres. A igreja da Piedade pode ser

vista como sucedânea da da Prainha. Em ambos os templos existem, no corpo central, uma janela central mais ou menos sobrelevada em relação às janelas laterais, enquanto que no pano da torre se abre uma janela igual às laterais, numa intenção de integrar a torre na fachada. Na Prainha há uma clara demarcação do corpo das naves face às torres, em cujos panos existem janelas de menores dimensões.

A igreja da Piedade, pelo contrário, não tem um frontão definido, embora esteja implícito. A forma como foi composto o pano central lembra algumas igrejas de São Jorge e da Graciosa, sobretudo no conjunto portal/janela superior que, na Piedade, por não ter a base do frontão, não o interrompe. O entablamento que corre sobre aquela janela tem a largura do pano central, o que só é repetido no frontão da igreja de São Mateus. Apesar de aquele entablamento superior estar presente em duas igrejas do Pico, consta de muitas fachadas açorianas construídas nos séculos XVIII e XIX.

As três portas iguais do nível térreo encimadas por três janelas são a mesma solução das igrejas com duas torres. A Igreja de São João aproxima-se da de Bandeiras, principalmente, pelo tratamento estilístico e pelo posicionamento e remate das janelas. Quanto ao formato do frontão, assemelha-se ao da igreja de São Mateus, embora com um aspecto «descaído» e sem o entablamento superior. A igreja de São João tem uma fachada que se insere no panorama construtivo do século XIX. Se lhe retirássemos o frontão e o campanário, não ficaria díspar de um qualquer edifício civil construído naquela centúria, aspecto que é acentuado pela ausência de pilastras.

As faces frontais das torres das igrejas de Santo António, Piedade e São João têm três níveis de vãos (óculo/janelas, janelas, campanários), independentemente da marcação ou não dos níveis na fachada. Os campanários não são muito diferentes entre si, ainda que os coroamentos o sejam. Aquelas três igrejas são ilustrativas dos três tipos de coroamento que se pode encontrar nas torres sineiras da ilha. O mais frequente é o coruchéu piramidal oitavado, que só não coroa as torres da Piedade e de São João. Se, na Piedade, ergue-se um alto tambor rematado por uma cúpula bolbosa, em São João existe um tambor, mais baixo, cujo remate sugere um elemento peculiar – um coruchéu oitavado, baixo, de faces côncavas. Para além daquelas duas igrejas, a presença de tambor sob os coruchéus das torres somente existe na Matriz da Madalena.

As igrejas de três naves do Pico apresentam todas um corpo das naves de planta rectangular e sem transepto. Podem ser genericamente agrupadas pelo tipo de tecto que cobre as naves – falsa abóbada de madeira, com três esteiras, sem tecto falso –, o que gera espacialidades diferentes, sobretudo, no que concerne às naves centrais. As arcarias variam nas suas dimensões e proporções, definindo a altura da igreja e moldando o espaço interno como cortinas, que podem ser mais estreitas, dificultando a percepção do espaço das naves laterais, ou mais largas, contribuindo para uma maior

unificação das mesmas. Assinala-se o desaparecimento das capelas colaterais e laterais, substituídas por altares, permitindo aos alçados laterais externos assumirem-se como fachadas.

Uma última palavra para os adros das igrejas do Pico. Em geral, são bastante amplos e, amiúde, desenvolvem-se ao redor de todo o edifício, tendendo a ser murados a baixa altura. No entanto, há igrejas que não os têm, como na Matriz das Lajes, onde a igreja é antecedida pela praça, ou como na igreja da Piedade, onde o adro principal não é o frontal, mas o lateral. Dos adros existentes no Pico realçam-se os das igrejas da Prainha e de São João, pelo carácter cenográfico e impactante que exibem. São duas admiráveis construções geométricas que resultaram da implantação dos respectivos templos em terrenos declivosos. Contudo, são duas situações distintas, pois enquanto o desnível do terreno acompanha a extensão da igreja da Prainha, na de São João acompanha a largura. Na Prainha, o adro desenvolve-se sobre um pódio de planta semi-octogonal, com as escadas colocadas nos lados que perfazem 45º. Na igreja de São João, o adro frontal destaca-se particularmente pela sua escadaria. Tendo a igreja sido construída numa encosta, não permitindo a existência de largos adros laterais e posterior, o desnível é marcado pela ladeira inclinada que lhe passa defronte. Entre a ladeira e o adro situa-se a grande escadaria com duas entradas. Aquela escadaria é composta por dois patamares quadrangulares superiores, dos quais descem lanços de escadas até um primeiro patamar comum a todo o nível. Dali, seguem-se outros lanços de escada e mais um patamar inferior, seguido de outro lanço de escadas.

7. As igrejas de três naves na ilha do Faial



Fig. 7.1 – "Insula Fayal.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A ilha do Faial, que tomou o nome do que nele havia, que, de terra a terra, está sete léguas da ilha de São Jorge pera a parte do sul, é quase redonda; e, ainda que sua mor compridão, da ponta da Espalamaca até o Capelo, quase leste a oeste, seja de cinco léguas, indo, de leste a oeste, da Ribeirinha até ao mesmo Capelo, terá de comprido as mesmas cinco léguas, e de largo três do norte ao sul e, por algumas partes, duas*[1].

A data mais consensual para o início do povoamento da ilha de São Luís do Faial é 1466[2], porque foi por esse ano que o primeiro capitão do donatário, o flamengo Jos de Hurtere, chegou à ilha acompanhado por vários conterrâneos seus. Jos de Hurtere, cujo nome deflectiu para Jos D'Utra, recebeu a capitania da ilha do Faial a 21 de Fevereiro de 1468, dada pelo donatário infante D. Fernando, duque de Viseu, sendo confirmada a 5 de Março de 1491 por D. Manuel, duque de Viseu-Beja e donatário dos Açores. Jos D'Utra desembarcou na Praia do Almoxarife, a norte da Horta, onde não se delongou. Deslocou-se para os Flamengos, longe da costa, acabando por se fixar em Porto Pim, no extremo sul da Horta. Embora a referência seja a Horta, a povoação ainda não tinha sido criada. Com a sua fundação na parte norte da grande baía voltada a nascente, o capitão do donatário mudou-se para lá, junto à ribeira da Conceição – o nome Horta deriva do sobrenome do capitão Jos de Hurtere. Entretanto já tinha sido criado o bairro piscatório em Porto Pim, pelo que a Horta se desenvolveu, desde o começo, a partir de dois núcleos populacionais situados a norte e a sul da grande baía. Durante os séculos

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 101.
[2] Cf. Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, [s.l.], [s.ed.] (Vila Nova de Famalicão, Minerva), 1940-1943, p. 30.

XVI-XVII, a povoação foi crescendo no espaço mediado por eles, ao longo da rua que os ligava, consolidando-se no século XVIII com a erecção do convento de São Francisco e do Colégio dos Jesuítas.

O primeiro capitão do donatário morreu por volta de 1495, sucedendo-lhe o filho Jos de Hurtere, segundo do nome, também chamado Jos D'Utra. Foi neste tempo que a vila da Horta foi criada com um termo que abrangia toda a ilha. Nenhuma outra povoação lhe disputava a primazia, pois tinha os melhores portos da ilha e era onde tinha assento o capitão e muitas famílias proprietárias de terras no Faial e no Pico.



Fig. 7.2 – Mapa administrativo da ilha do Faial.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Faial **5** (8)	Horta **5** (8)	Horta	*N.ª S.ª Rosário*	C	1696-1700
			Matriz São Salvador	P	ant. 1514/1607-1615
			N.ª S.ª Conceição	P	séc.XVI/1607/1749/1933
		Praia do Almoxarife	*N.ª S.ª Graça*	P	1758
		Pedro Miguel	*N.ª S.ª Ajuda*	P	início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998
		Ribeirinha	*São Mateus*	P	1.ª metade séc. XVII/ post. 1926
		Cedros	*Santa Bárbara*	P	1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971
		Salão	*N.ª S.ª Socorro*	P	1780
		Capelo	*St.ma Trindade*	P	post. 1672
		Castelo Branco	*Santa Catarina*	P	1767
		Feteira	*Espírito Santo*	P	1.º quartel séc. XVI/1824
		Flamengos	*N.ª S.ª Luz*	P	séc. XVII/1736
TOTAL: **13 igrejas de três naves identificadas na ilha do Faial**					

Fig. 7.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha do Faial: A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: P-paroquial; C-conventual; séc.-século; ant.-anterior a; post.-posterior a; ref.-reformada.

A ilha do Faial não tem um relevo muito acidentado. Resulta de uma grande erupção vulcânica que criou a única caldeira da ilha, ultrapassando os mil metros de altitude. O Faial é uma ilha fértil, com algumas águas, o que lhe permitiu um maior desenvolvimento relativamente às ilhas mais próximas do Pico, de terras mais pobres, e de São Jorge, de poucas terras boas. O Faial também é uma das ilhas mais afectadas por sismos e erupções vulcânicas, que ali se agravam por se encontrar mais próxima da dorsal meso-atlântica. Todas as povoações do Faial foram implantadas nas faldas do vulcão criador da ilha, contudo, poucas à beira-mar (Horta e Praia do Almoxarife). A Horta, situada na parte sudeste da ilha, encontra-se implantada em anfiteatro voltado para a grande baía que se volta a nascente, para o Pico. No extremo sudeste ergue-se uma grande rocha ligada ao monte de Nossa Senhora da Guia por um istmo – a grande rocha fecha a grande baía a sul, enquanto delimita, em conjunto com o monte da Guia, a pequena baía de Porto Pim. Com embocadura a sudoeste, Porto Pim foi o primeiro porto da Horta, complementado mais tarde pelo porto construído na grande baía.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Convento de São Francisco da Horta



Fig. 7.4 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de S. Francisco da Horta (1696-1700): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.5 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de S. Francisco da Horta (1696-1700): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *está um mosteiro de São Francisco, o qual dizem que foi situado três vezes, a primeira na Praia do Almoxarife, a segunda em Porto Pim, em um monte que tem uma cova, chamada Cova do Frade, a terceira onde ele agora está* (…)[3].

O sítio *onde ele agora está* situava-se à beira-mar, era muralhado e tinha uma porta aberta para o mar, pouco a norte do forte de Santa Cruz, onde existia uma larga e longa praia de areia. Era o terceiro lugar onde os franciscanos tiveram assento, o primeiro onde construíram um edifício conventual. Em 1522, já estaria fundado um convento, o de Porto Pim, mas não de carácter perene. Embora se ignore a datação certa do convento de São Francisco da vila da Horta, parece ter sido construído nas décadas de 1520-1530. Sabe-se que D. Izabel d'Utra Corte Real, consorte do capitão do donatário, instituiu a capela de São Braz em 1537, o que só deve ter acontecido após a conclusão das obras da igreja do convento. Este edifício subsistiu até 1669, quando foi abandonado, embora tenha sido reparado/reconstruído depois dos saques e do fogo posto de 1597.

A partir da conquista da ilha Terceira pelos espanhóis, em 1583, os Açores passaram a integrar a monarquia dual iniciada por Felipe II, tornando-se alvos desejáveis para os inimigos de Espanha, sobretudo a França e a Inglaterra, mas também os mouros. Naquele mesmo ano de 1583, a Horta e muitas freguesias do Faial foram saqueadas pelos franceses, que para lá rumaram após a batalha naval de Vila Franca, ao largo da ilha de São Miguel. Em 1597, a Horta voltou a ser saqueada, desta feita, pelos ingleses comandados pelo conde de *Essex*, sob protecção régia de Isabel I de Inglaterra. O fogo

[3] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 102.

posto à então vila da Horta afectou, entre muitos edifícios, a Matriz de São Salvador, as paroquiais da Conceição (Horta), de Nossa Senhora da Luz (Flamengos) e de Nossa Senhora da Graça (Praia do Almoxarife), que arderam completamente[4], bem como parte da igreja de Nossa Senhora do Rosário do então convento de São Francisco da Horta.

> *3.º – No ano de 1597, entrando os ingleses com o Conde d'Eses* [Essex] *em esta ilha, com uma armada de 180 galiões, a queimaram, de sorte que não perdoaram a templo algum, em que foi queimado este convento* (…). *Os Cortes Reaes ofereciam o sítio em que os padres da Companhia estão hoje vivendo para os frades fundarem nele nove convento, o que não aceitaram por se não apartarem da vizinhança do mar; e para reedificarem no mesmo sítio convento, de novo se tiraram esmolas no povo da ilha, no ano de 1601, e no ano de 1609 se acabou o corredor da portaria, como consta de um letreiro que diz* Charitas (…). *Francisco Pacheco fez o corredor sobre a portaria, que diz o título* Charitas[5].

A reconstrução do convento franciscano da Horta, terminada em 1609, fê-lo subsistir por mais sessenta anos, quando, a 20 de Novembro de 1669, se fez sentir uma grande tempestade em que o mar veio em fúria pela baía, engoliu a praia, destruiu a muralha e entrou no convento, destruindo-o. O edifício não teve salvação, pelo que os frades procuraram construir o novo convento em terrenos sobrelevados, mais afastados da orla costeira.

> *Em rasão d'este sinistro trataram logo os religiosos de construir um novo convento e egreja em parte mais segura, em cuja empresa foram logo auxiliados pelas religiosas do convento de São João Baptista, que* (…) *lhes doaram 15 alqueires de terreno para o convento e cerca em 17 de Outubro de 1673 sendo abadessa soror Clara de Jesus e guardião fr. Estacio da Annunciação* (…).
> *O padre Manuel de Brum da Silveira cónego da Sé d'Angra também doou três alqueires de terreno para ampliar a cerca e outros devotos offereceram trigo de fôro* (…)*: o maior benfeitor porém d'este convento foi o capitão Simão Luiz Carolo natural da ilha e ausente por muitos anos* (…). (…) *instituiu um vinculo para seus descendentes e a capella mór da nova igreja de S. Francisco da villa da Horta, de que se declarou padroeiro* (…)[6].

As obras do novo edifício conventual começaram a 11 de Abril de 1696, data da cerimónia do lançamento da primeira pedra, sendo "Acabada igreja de três naves, com quatro capelas por banda, em 12 de Novembro, sexta-feira, de 1700, se benzeu (…)"[7]. Seguiu-se a construção da capela da ordem terceira de São Francisco e a reinstituição dos altares laterais pelos descendentes dos primitivos patronos, de que é exemplo a capela de São Braz, fundada na anterior igreja de São Francisco, mantendo-se como

---

[4] Cf. António Lourença da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, I vol., (ed. fac-similada Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p. 113.
[5] Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores,* vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1960-1962, p. 157.
[6] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, I vol., pp. 43-44.
[7] Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Op. cit.*, vol. III, p. 161.

parte integrante na nova igreja. A actual igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erecta entre 1696 e 1700, com algumas modificações no remate da fachada. O seu espaço interno ainda não foi alvo de obras de restauro profundas após o sismo de 1998, encontrando-se a maior igreja do Faial fechada, à espera de ser recuperada.



Fig. 7.6 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *A egreja tem de largura na frente 17,^{m}39 com trez portas, sobre as quaes se elevam em correspondência dous andares de janelas na altura de 13,^{m}48 até à cimalha, sobre a qual assenta ainda o elevado frontispício e a sua única torre.*
> *Tem esta egreja um pórtico em toda a sua largura de 3,^{m}83 de fundo, e fora este tem 28,^{m}80 de comprimento e 16,^{m} de largura: é de duas* [três] *naves com uma ordem de arcada a trez altares por banda; mas sem capellas lateraes, sendo por isso entre todas da ilha a que mais gente acommoda: é algum tanto escura e por isso mesmo quando nas solemnidades se ilumina apresenta uma vista surpreendente e edificante*[8].

O espaço interno da igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta três naves separadas por duas arcarias altas, com arcos de volta inteira apoiados em pilares. As chaves dos arcos estão ressaltadas, de onde partem finas pilastras que encontram a grande cornija presente em todos os alçados internos. Estas pilastras são centrais, enquadradas pelas pilastras que sobem dos pilares, a partir dos arranques dos arcos. Dos poucos exemplares conhecidos – igreja de São João Baptista e convento de São Francisco de Angra (Terceira), Matriz de Velas (São Jorge) –, cujas arcarias têm finas pilastras que continuam verticalmente para além dos pilares, terminando numa grande cornija presente sobre as arcarias, apenas a igreja do convento de São Francisco da Horta possui as descritas pilastras centrais.

[8] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 26.



Fig. 7.7 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

"A capella mór tem de comprimento 11, m20 e de largura 6,m60 e é dedicada á Senhora do Rosario"[9]. É profunda, totalmente revestida por dois lambris de azulejo, acima dos quais estão as paredes laterais e a abóboda de berço revestidas por caixotões em talha dourada, com painéis de pintura setecentista. É possível que tenham existido duas janelas laterais, perto do retábulo, que iluminariam directamente a capela-mor, só que se encontram tapadas.



Fig. 7.8 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.9 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): topo da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[9] Idem, *Ibidem*, p. 26.

As capelas colaterais situam-se nos topos das naves laterais. Abrem-se como arcos de volta completa e o seu interior não é profundo. São cobertas por pequenas abóbadas de canhão com caixotões. Sobre os arcos de entrada nas capelas colaterais existem cornijas que lhes são tangentes, acima das quais abrem-se janelas de forma elíptica logo seguidas pelo arranque dos tectos das naves laterais, em falsa abóbada de madeira. Existe ainda a capela da ordem terceira de São Francisco, adossada ao corpo da igreja, no lado da Epístola, enquanto a sacristia se localiza no lado do Evangelho.

Todas as capelas situam-se na cabeceira, pelo que as naves laterais possuem, cada, três altares e uma porta travessa. Realça-se as portas laterais que se abrem nos topos do tramo, junto à cabeceira. A existência de janelas e portas enquadradas com os vãos das arcarias e uma malha desenhada por frisos e pilastras simples nas paredes laterais, integrando os três pares de altares laterais espaçados ao longo das naves e envolvendo todos os elementos presentes naquelas naves, constituem um esboço de fachada interna.



Fig. 7.10 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.11 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.12 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): tramo de entrada na nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No tramo de entrada, as naves laterais possuem portas de remate recto, encimadas por janelas de balcão com remate em arco de volta perfeita, pertencentes às secções laterais do coro-alto. No nível térreo, as portas abrem-se para a galilé da frontaria. No nível superior, as três secções do coro-alto pertencem ao espaço interno da igreja. O coro-alto cobre a parte central do tramo de entrada, abrindo-se a partir do segundo tramo com um balcão de remate contracurvado e guarda de madeira. Por esse motivo, também se verifica a solução adaptada em várias igrejas de três naves açorianas – a diminuição dos arcos do tramo de entrada a meia altura dos restantes arcos das arcarias, sobre os quais assenta o coro-alto.





Fig. 7.14 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.13 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Tem esta egreja um espaçoso côro onde existe ainda parte do cadeirado em que em que a comunidade se apresentava a recitar o officio Divino, e um pequeno órgão: são também dignos de menção os dous púlpitos dourados por um religioso leigo há 150 annos* (…)*. O tecto desta egreja era todo guarnecido de lindos florões e estrelas de madeira de cedro, vindo da ilha das Flores symetricamente dispostas com muito gosto; mas tendo-se despregado algumas peças, para evitar algum sinistro, mandou a meza da Santa Caza em 1836 despregar tudo e substituil-o* (sic) *por um forro de tabuado caiado, imitando uma abobada; ficou assim o templo mais claro e o tecto mais seguro* (…)[10].

O tecto novo supracitado foi substituído, no século XX, pelo tecto actual, de três esteiras de madeira. O espaço interno denota influências da igreja de Nossa Senhora da Guia do convento franciscano de Angra, que o antecedeu em três décadas. Porém, não possui um transepto inscrito, pelo que os arcos das arcarias, à excepção dos existentes nos tramos de entrada, têm todos as mesmas dimensões, como acontece com a generalidade das igrejas de três naves. Há uma grande cornija superior presente nas quatro faces da nave central, onde se apoia o tecto.



Fig. 7.15 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): perspectiva das naves a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[10] Idem, *Ibidem*, p. 28.



Fig. 7.16 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário está implantada num terreno sobrelevado, acedida por uma ladeira lateral, já que o restante espaço é um largo, hoje, com um pequeno jardim. Tem a sua fachada voltada para nascente, fronteira à ilha do Pico.

O frontispício da igreja é marcado pelas pilastras e cunhais que o dividem em três panos que correspondem à igreja, mais o pano da torre. Uma vez que este se insere estrutural e compositivamente na fachada, principalmente nos dois primeiros níveis, pode-se ler o frontispício com a inserção da torre, com quatro panos. O primeiro nível é ocupado por uma galilé que se estende a toda a largura da fachada, torre incluída. Em cada pano abrem-se arcos de volta inteira enquadrados por finas pilastras que terminam superiormente num fino friso tangente aos arcos que corre toda a frontaria.

Pequenas pilastras arrancam do cimo dos arcos, subindo até encontrar a primeira cornija da fachada, que marca o segundo nível. Aqui se rasgam, alinhadas com os arcos inferiores, janelas de guilhotina de duas folhas, com avental recto em todos os panos. O facto de o emolduramento ser tangente às cornijas do segundo e terceiro níveis dá um ritmo à fachada, que, entre cornijas e cruzada com as pilastras, se acentua o jogo do branco/negro, negativo/positivo que pontua aquele nível.

O terceiro nível é mais alto e não tem a regularidade de janelas do nível inferior. De facto, o pano central da igreja tem duas janelas abertas a ladear uma pedra de armas, inserida num losango delimitado por cantaria, com uma rotação de cerca de 45º. As janelas possuem um remate semicircular composto por uma expressiva cornija. Nos panos laterais da fachada não existem vãos, apenas losangos rodados 45º, à semelhança do losango central, mas com pequenos losangos de cantaria no centro. No pano da torre abre-se uma janela sobre uma faixa de cantaria que corre acima da cornija.

O remate original da fachada pode ter sido recto, sobressaltado no término superior das pilastras. Contudo, no pano central, existe uma platibanda que liga os términos das pilastras e que serve de base a um pequeno frontão. Este é delimitado lateralmente por volutas quebradas e superiormente por uma cornija curva expressiva, onde, ao centro, se ergue um pequeno pedestal que segura uma cruz. No centro deste frontão está um vão cego, constituído por volutas quebradas, também numa posição rodada de 45º. É similar ao que existe na fachada de Nossa Senhora da Guia, igreja do convento de São Francisco de Angra, cujo posicionamento é o mesmo, embora não seja uma janela. Se conseguimos ver as relações entre as igrejas franciscanas, é bom que se tenha em mente que ambos os frontões são construções posteriores à sua edificação, possivelmente, da segunda metade do século XVIII ou inícios do XIX. Na igreja da Horta, os panos laterais são rematados por volutas quebrada que sobem em direcção ao frontão central. No pano da torre, acima da terceira cornija, fica o campanário com uma ventana por face – as ventanas têm perfis de entablamento, a meio das pilastras laterais, e um remate curvo e quebrado. O campanário é rematado por um expressivo e complexo entablamento.



Fig. 7.17 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Horta (1696-1700): campanário da torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre originalmente teria um remate recto, com pináculos sobre os cunhais, quiçá, com platibandas. O que está erguido na fachada é uma espécie de pequeno frontão, com uma ventana ladeada por volutas enquanto o remate também é delineado por volutas, desta feita quebradas, e um florão no topo do conjunto. Na face lateral interna é visível o que resta de uma outra sineira. É a primeira igreja até agora estudada cujos remates das torres não possuem nem coruchéus, nem cúpulas oitavadas ou bolbosas.

– *Igreja de Nossa Senhora da Graça*, Praia do Almoxarife



Fig. 7.18 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.19 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Junto a esta freguesia faz a terra uma ponta ao mar, alta, a que os framengos puseram nome ponta de Espalamaca que, em sua língua, quer dizer ponta da agulha ou alfinete* (…)[11].
>
> *Fica esta freguesia situada n'um valle entre duas lombas a da Espalamaca com quem confina ao sul e a dos Frades que lhe fica a norte.*
> *Esta freguesia estende-se de leste a oeste, começando da beira mar, onde tem a sua egreja parochial e a principal população em frente de uma espaçosa bahia e elevando-se gradualmente para o interior é cortada por uma pequena ribeira; a sua extensa praia, que lhe dá o nome, era defendida por uma muralha com trez fortalezas que se acham todas esmoronadas[12].*

O lugar da Praia do Almoxarife foi o primeiro assentamento dos povoadores no Faial. Todavia, o capitão do donatário do Faial resolveu não ficar naquele lugar e, logo nos primeiros anos do povoamento, instalou-se primeiro em Porto Pim e, depois, na parte norte da baía onde se encontra o centro da Horta. Depois do capitão, também os frades franciscanos deixaram o lugar onde se tinham estabelecido, a Lomba dos Frades, para se instalarem em Porto Pim enquanto o primeiro convento não ficou pronto, implantado à beira-mar, entre o Porto Pim e o centro da vila.

A Praia do Almoxarife é uma das povoações mais antigas da ilha e, apesar de estar perto da Horta, do outro lado da lomba da Espalamaca, é uma freguesia rural. Como tal, também foi das primeiras paróquias instituídas no Faial. Embora se ignore a data da fundação da primeira igreja de Nossa Senhora da Graça, sabe-se que foi saqueada e incendiada pelos ingleses, em 1587, tendo sido reparada em 1606, a par das outras igrejas afectadas. Em 1758, a igreja foi reedificada tal como hoje se vê. Trata-se de uma igreja de três naves, com a frontaria ladeada por duas torres.

[11] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 101.
[12] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 62.

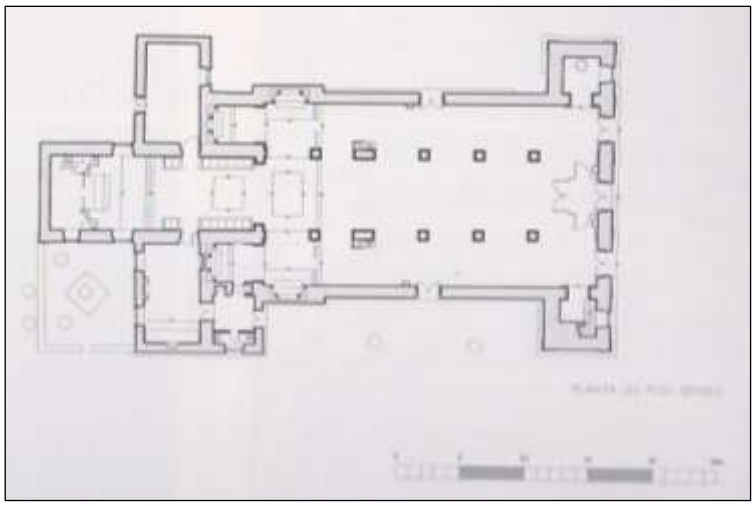


Fig. 7.20 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Praia do Almoxarife/ Igreja de Nossa Senhora da Graça*, IPA.00008188, DES.00016474 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8188>



Fig. 7.21 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Tem esta egreja de largura 14,3 metros e de comprimento 42,9 metros com trez portas e sobre ellas trez janelas: tem um lindo frontispício e duas torres aos lados com elevadas grimpas de elegante perspectiva: tem belos retábulos dourados e está tudo bem conservado*[13].

O corpo da igreja, em planta, mostra as três naves divididas em seis tramos. As arcarias são altas, com os seus arcos superiormente tangentes às grandes cornijas que suportam o tecto da nave central. Entre os arranques dos arcos das arcarias sobem pilastras, centradas com os pilares inferiores.

A face do arco triunfal apresenta um largo e alto arco de volta inteira, quase com a largura da capela-mor. No cimo daquele alçado existem continuações das cornijas das arcarias em forma de um quarto de circunferência, cujos extremos superiores são ligados por uma cornija recta sobrelevada. Existe uma ligação de pedra entre o meio ponto da cornija e a chave do arco triunfal que lhe fica inferior. Sobre a cornija encontram-se dois pilaretes que ajudam a suster o tecto.

[13] Idem, *Ibidem*, p. 63.



Fig. 7.22 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.23 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela-mor e nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor é alta, da largura da nave central e muito profunda. Possui duas janelas laterais abertas perto do retábulo, cujos remates superiores integram-se nas largas cornijas que correm as faces laterais da capela, a partir das quais arranca a falsa abóbada de berço em madeira. A capela-mor também tem duas portas laterais que comunicam com os espaços que lhe são colaterais.



Fig. 7.24 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.25 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.26 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A cabeceira da igreja possui ainda duas capelas colaterais que se abrem através de arcos de volta perfeita no topo das naves laterais. Os dois altares laterais existentes erguem-se nos extremos do tramo junto à cabeceira. As paredes laterais da igreja só são interrompidas até ao tramo da entrada pelas portas travessas. Ali se situam a capela baptismal, no nível térreo da torre do lado da Epístola, e o acesso ao coro-alto e aos campanários, no nível térreo da torre do lado do Evangelho.



Fig. 7.27 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.28 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.29 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto sobrepõe-se ao tramo da entrada, projectando-se sobre parte do segundo tramo por um remate contracurvado com guarda. O coro-alto assenta nos baixos arcos do tramo de entrada. Porém, nas secções laterais são mais altos, enquanto que na central parece estar descaído. O espaço do coro é coberto pelo mesmo tecto de madeira com três esteiras da nave central. As naves laterais também possuem tectos de madeira com três esteiras, de menor largura.



Fig. 7.30 – Igreja da Praia do Almoxarife (1758): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O frontispício da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta um corpo central, com três panos, aos quais se adossam lateralmente as duas torres. Assim, a fachada fica constituída por cinco panos, uma vez que as torres se inserem na composição do frontispício. O primeiro nível possui três portas nos três panos centrais, com a central mais alta que as laterais, enquanto pequenas janelas se abrem nos panos das torres, encostadas ao soco. No segundo nível existem janelas nos panos centrais, rasgadas até ao pavimento, sobre as portas do nível inferior, com guarda mas sem sacada. Nos panos das torres abrem-se janelas de peito mais pequenas, de guilhotina com duas folhas, situadas perto do grande entablamento da fachada. É de realçar que este entablamento é o único elemento horizontal presente em toda a fachada, não existindo outro entablamento ou cornija que faça a divisão entre os dois primeiros níveis.

O largo entablamento da frontaria marca o início do terceiro e último nível. Sobre os três panos centrais situa-se uma composição que não é um frontão, por questões formais, embora desempenhe essa função. As pilastras centrais da fachada prolongam-se para lá do grande entablamento, tripartindo o pano superior. Do cimo destas pilastras apoiam-se meias volutas que suportam um entablamento que serve de base a um pequeno frontão delimitado por voluta, em cujas quebras estão dois pináculos. Para além do medalhão circular com IHS inscrito no tímpano, superiormente está insculpida a data de 1770, possível conclusão das obras do frontispício. O pequeno frontão é rematado por um entablamento menor, sobre o qual está um pedestal com a data 1929,

de onde arranca a cruz, sendo ladeado por pequenos pináculos. Aquela data de 1929 remete para a última campanha de obras, que alterou a sua fachada com elementos decorativos que não são originais da igreja edificada na segunda metade do século XVIII.

Os elementos decorativos que rematam os panos laterais da igreja são iguais, constituídos por uma sucessão centrada de quadrados a 45º, com lados côncavos e os vértices «esticados». Sobre os vértices superiores assentam pináculos.

Nos panos das torres, o terceiro nível é ocupado pelos campanários, com duas ventanas cada, cujos vãos são rematados por cornijas contracurvadas, mais próximas de uma janela que de um arco de volta completa. Os campanários são terminados por entablamentos nas suas quatro faces. Nos quatro ângulos das torres existem pináculos sobre os cunhais. As torres são coroadas por coruchéus de secção quadrada variável, que começam piramidais para se encurvarem até terminarem em prismáticas. Sobre os coruchéus existem pedestais sobre os quais pousam pináculos.

A igreja de Nossa Senhora da Graça é uma construção da segunda metade do século XVIII, bem ampla e com uma frontaria vistosa, virada para o mar, a cinquenta metros da praia. O seu espaço interno revela as novas dimensões construtivas que, a partir de então, se vão manter na arquitectura religiosa portuguesa ao longo do século XIX, independentemente de serem projectos «clássicos» (Barroco, Rococó) ou «revivalistas» (Neogótico, Neomanuelino). Porém, a viragem para o século XX e as suas primeiras décadas foram tempos experimentalistas para os artífices locais, que se dedicaram a construir fachadas inteiramente novas, redesenhadas – como vimos na igreja de São Jorge das Velas, uma intervenção do primeiro quartel do século XX que descaracterizou completamente a fachada anterior – e que, neste caso concreto, mais parece um cenário de um castelo de fantasia.

– *Igreja da Santíssima Trindade*, Capelo



Fig. 7.31 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.32 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): espaço interno
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *o Capelo, chamado assi por no cume, em cima, sempre fazer névoa, ao pé do qual está uma fermosa fonte, que é o cabo da compridão da ilha da parte do ponente, porque daqui já faz volta a terra pela banda do norte; cujos moradores são freigueses de um lugar que adiante está, chamado Praia do Norte* (…)[14].

> *Foi esta a freguesia* [do Capelo] *creada pelo anno de 1600, tomando a sua egreja parochial por orago N. S. da Esperança, tendo esta porem ficado arruinada pelos terramotos em 1672, e tendo sido destruída pelo fogo a da Santíssima Trindade orago da Praia do Norte q' era mais antiga, cujos habitantes a abandonaram e se espalharam pelas mais e a maior parte pela villa, representou a camara a S. A. o princepe regente D. Pedro, depois 2 pedindo providencias, mandou então Sua Alteza em 1672* (…)*, que reparasse a egreja de Nossa Senhora da Esperança, para servir de parochia aos povos das duas freguesias, tomando por orago a Santissima Trindade, o que assim se comprio[15].*

A igreja que hoje existe foi erguida a partir de 1672, quando passou a ter por orago a Santíssima Trindade, orago que era da então desaparecida igreja da Praia do Norte, tornando-se na nova paroquial do Capelo e Praia do Norte – uma das mais antigas freguesias do Faial, à qual pertencia o Capelo, que, após uma erupção vulcânica e vários sismos, quase desapareceu em edificado e gente, pois "(…) foi em 1673 encorporada com a do Capello a quem transmittio o seu orago (…)"[16]. A Praia do Norte só voltou a ser de novo freguesia em 1839. O Capelo passou, assim, a ser a cabeça paroquial de um território que compreendia toda a parte oeste e noroeste da ilha. Sem notícias em contrário, tudo indica que a igreja da Santíssima Trindade que chegou à actualidade se trata do edifício erguido na campanha de obras de construção da igreja do Capelo, partir de 1672.

[14] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 104.
[15] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 53.
[16] Idem, *Ibidem*, p. 55.



Fig. 7.33 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja da Santíssima Trindade do Capelo apresenta-se como uma igreja mais diminuta nas dimensões, preservando as proporções e possuindo três naves e cinco tramos. O corpo das naves é dividido por arcarias de volta inteira que, no tramo de entrada, são bem menores que os restantes arcos por suportarem o coro-alto. Os pilares são rematados por entablamentos. Os tectos das três naves são de madeira, com caixotões pouco ressaltados na nave central e, nas laterais, com tectos planos de madeira corrida que não são os originais da igreja – os exemplares que hoje existem foram provavelmente colocados no século XIX.

A capela-mor é precedida por um arco triunfal de volta completa, que assenta em pilares embebidos nas paredes, fazendo-o quase tão largo como o corpo das naves. A pedra-chave daquele arco é quase tangente ao tecto de madeira da nave central. A capela-mor tem alguma profundidade, com duas janelas abertas nas paredes laterais, próximas do retábulo-mor. No cimo de ambas as paredes correm entablamentos, a partir dos quais arranca a falsa abóbada de madeira. Nas mesmas paredes laterais, mais perto do arco triunfal, existem duas portas que acedem a compartimentos colaterais à capela-mor, como a sacristia da igreja.



Fig. 7.34 – Igreja do Capelo (post. 1672): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.35 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A perspectiva da igreja do Capelo captada da capela-mor para a entrada expõe uma igreja construída no último quartel do século XVII, que, não sendo grande, também não é pequena. O tramo imediato à cabeceira encontra-se sobrelevado, face ao pavimento do corpo das naves. Talvez tenha havido uma conversão daquele tramo em cruzeiro, acrescido em altura e importância, um espaço pré-sagrado onde se levantam todos os altares da igreja: dois colaterais e dois laterais.



Fig. 7.36 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva do tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.37 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.38 – Igreja do Capelo (post. 1672): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.39 – Igreja do Capelo (post. 1672): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Para além da capela-mor, não há outras capelas no corpo das naves. Nas paredes das naves laterais, exceptuando o tramo imediato à capela-mor, apenas existem as portas travessas, dois vãos com um largo enxalço. No tramo de entrada, para além das três portas da fachada, existe o baptistério instalado no nível térreo da torre. É uma solução recorrente nos Açores, que aproveita o espaço térreo da torre, tornando-se num apêndice do corpo das naves para ser utilizado em celebrações específicas. Nestes casos, quando as capelas baptismais ocupam o nível térreo das torres, a escada de acesso ao campanário começa no nível superior, sobre os baptistérios, acedida através do coro-alto ou através de uma escada exterior, comummente colocada nos alçados posteriores das torres, adossadas às paredes do corpo das naves.



Fig. 7.40 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto sobrepõe-se ao tramo de entrada, com remate recto e gradeado. Tem o seu espaço tripartido por paredes que estão na continuidade das arcarias das naves, abertas apenas para as portas simples emolduradas de cantaria que fazem a comunicação entre as secções. Em cada uma das três secções existe uma janela que as ilumina naturalmente e que correspondem às janelas da frontaria. Um último pormenor: acima da janela central do coro-alto existe um óculo circular, que parece anterior ao actual tecto da nave central. Daí tenha sido necessária uma alteração nos três caixotões centrais do extremo do tecto, para permitir a integração do óculo no espaço interno da igreja.



Fig. 7.41 – Igreja do Capelo (post. 1672): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja do Capelo possui uma fachada limpa, toda caiada, com as cantarias em pedra vulcânica negra, mas sem apresentar pilastras – o que se vê são os cunhais dos corpos das naves e da torre. O nível térreo é constituído por três portas, sendo mais alta a central que é rematada por um entablamento, enquanto as portas que a ladeiam são rematadas por cornijas sobre os lintéis. Aprumadas com as portas do nível térreo estão as janelas que as encimam. Novamente, a central é maior, rematada com um entablamento, ao passo que as janelas laterais são terminadas por cornijas. A fachada possui o remate da empena, onde se abre um óculo circular centrado entre a janela inferior e o vértice central, onde se firma a cruz.

O cunhal do extremo oposto à torre é sobrepujado por um pináculo de forma piramidal. A torre tem dois níveis divididos por uma cornija, cujo superior é um pouco mais alto que o inferior. Possui uma janela na face lateral no nível térreo que corresponde à janela do baptistério. O nível superior acomoda o campanário, com uma

ventana por face que se liga ao entablamento que remata superiormente as suas quatro faces. Tem grandes pináculos pintados nos ângulos, sobre os cunhais, que não parecem originais da torre. A coroá-la está um coruchéu piramidal oitavado, com um pequeno pináculo no vértice.

A igreja do Capelo foi preservada sem muitas adições de corpos externos, mantendo-se fiel à "traça" original da igreja erguida no último quartel do século XVII. Fica a dúvida se o tramo imediato à capela-mor seria, de origem, sobrelevado. Também a torre levanta algumas questões, pois não aparenta ser coeva do corpo da igreja. Pode ser uma remanescência da anterior igreja ou, então, ser posterior à actual, como o são os desproporcionados pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 7.42 – Igreja do Capelo (post. 1672): perspectiva da igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Uma última palavra para mencionar o adro, em particular, a dupla escadaria que lhe dá acesso. Trata-se de uma construção posterior à igreja, do século XVIII, composta por duas escadas alinhadas e ladeadas pelo caminho, ascendendo, através de vários lanços e patamares, a um patamar superior centrado com a fachada, a partir do qual se entra no adro. Cada vez que começa um novo patamar, a guarda exterior ressalta, o que é indicado pelos pináculos colocados sobre o troço de parede que se sobreleva. No patamar superior existe um pequeno frontão delimitado por duas volutas, com uma cartela e um pequeno nicho no tímpano. É ladeado por dois pináculos e tem, ao cimo, um pedestal que segura uma cruz. No alçado sob o frontão encontra-se uma grande moldura rectangular cega, feita em cantaria e que liga, através de pilastras e frisos/ cornijas, a base do frontão com o soco da parede de sustentação da escadaria. Todo o conjunto é bastante cenográfico e distinto, formando mais um exemplar interessante do tipo de escadarias e adros das igrejas açorianas no período Barroco.

– *Igreja de Santa Catarina*, Castelo Branco





Fig. 7.44 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.43 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Mais adiante* (…) *está outra freguesia de Santa Caterina de Castelo Branco, de três naves sobre cinco colunas*[17].

> (…) *está a bella e abundante freguezia de Castello Branco de cuja creação se ignora a data como fica dito.*
> *A sua egreja parochial foi reedificada em 1767 é um bello templo de duas* [três] *naves com uma ordem d'arcada por lado, está situada n'um alto e por isso muito vistoso* (…)[18].

A criação da freguesia de Castelo Branco insere-se no mesmo período cronológico da criação de Cedros, Praia do Almoxarife, Flamengos, Feteira e Castelo Branco – entre o início do povoamento, na década de 1460, e os meados do século XVI. "A igreja de Castelo Branco devia ter sido concluída em princípios do século XVI, porque D. Manuel, por alvará de 10 de Julho de 1514, mandou fornecer-lhe os ornamentos ao culto (…). Em 1767 foi substituída pela actual"[19] Até então, seria provavelmente uma igreja tardo-gótica.

As igrejas que Gaspar Frutuoso conheceu, *de três naves sobre cinco colunas*, foram não só as tardo-góticas, mas também as igrejas erguidas entre o segundo quartel do século XVI e a construção da Sé de Angra, a partir de 1570. Destas igrejas, até ao momento, as que foram aproximadamente datadas pertenciam a templos já

[17] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 103.
[18] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 51.
[19] Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 240.

desaparecidos. Gaspar Frutuoso e, em geral, os outros cronistas denominam sempre por colunas, independentemente dos arcos serem sustidos por pilares ou colunas. É possível que se tenha continuado a utilizar colunas para sustentar a arcaria nas construções durante todo o século XVI.



Fig. 7.45 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da igreja de Santa Catarina de Castelo Branco é composto pelas três naves, divididas em cinco tramos pelas arcarias. Os seus arcos são de volta completa, assentes em pilares de secção quadrangular, rematados por troços de entablamento como capitéis nas quatro faces. Os tectos são de madeira, com três esteiras ressaltadas, quer na nave central quer nas laterais.





Fig. 7.47 – Igreja de Castelo Branco (1767): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.46 – Igreja de Castelo Branco (1767): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor é aberta pelo alto arco triunfal de volta inteira, que pousa nas pilastras laterais, ressaltadas da superfície parietal que partilham a nave central e a

capela-mor – têm ambas a mesma largura. Possui duas janelas laterais, rematadas por entablamentos, abertas próximo do retábulo-mor e duas portas laterais junto ao arco triunfal, que comunicam para os espaços colaterais à capela. A cobertura da capela-mor é feita por uma falsa abóbada de berço em madeira, pintada de branco, que arranca a partir das cornijas que correm no cimo das paredes laterais, superiormente tangentes aos entablamentos das janelas laterais supramencionadas.



Fig. 7.48 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A perspectiva interna da igreja, captada desde a capela-mor, denuncia uma nave central alta, cujos panos de parede das arcarias são rematados por cornijas. Ao fundo, o coro-alto aparenta estar a meia altura da nave central.

Cada nave lateral possui um altar nos topos das naves (lado da cabeceira), em posição colateral à capela-mor. Ao longo das naves abrem-se, em cada alçado lateral, duas janelas sobrelevadas que centram uma porta travessa da igreja. Toda a estrutura pétrea da actual igreja foi erguida em 1767, substituindo a igreja quinhentista que Gaspar Frutuoso conheceu, *de três naves sobre cinco colunas*. O baptistério tem dimensões um pouco reduzidas, encontrando-se instalado no nível térreo da torre sineira, no lado da Epístola. Possui uma grande janela ao fundo (na face lateral externa da torre) que interrompe o percurso de uma cornija que corre em três das quatro faces internas do espaço. É coberto por uma pequena abóbada de canhão e acedido por um arco de volta perfeita relativamente baixo, mas com uma largura de vão a ficar perto da largura do espaço do baptistério.



Fig. 7.49 – Igreja de Castelo Branco (1767): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.50 – Igreja de Castelo Branco (1767): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto estende-se sobre o tramo de entrada, tripartido em três secções por paredes que continuam as arcarias naquele tramo, com portas situadas perto da parede da fachada. Estas paredes laterais situam-se superiormente aos arcos do tramo de entrada, mais baixos por terem de suportar o nível do coro-alto. Este apresenta um remate recto, com guarda de madeira, comum às três secções. Na parede da fachada abre-se uma janela e um óculo: a janela fica ao nível do coro-alto enquanto que o óculo lhe é superior. Estes dois vãos são os principais responsáveis pela iluminação natural da nave central da igreja de Santa Catarina.



Fig. 7.51 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.52 – Igreja de Castelo Branco (1767): perspectiva das naves a partir do coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> [A igreja de Santa Catarina] *tem na frente 11,^{m}66 com trez portas e trez janelas em correspondencia com duas altas torres e entre ellas um elevado frontispicio e de fundo tem 31 metros e 46 centimetros*[20].

Esta descrição editada em 1871 revela que a igreja teria duas torres à época, o que não se verifica nem actualmente, nem na fotografia da frontaria da igreja de Santa Catarina captada em 1897. Algo sucedeu no último quartel do século XIX para que fosse preciso reconstruir a igreja ou, pelo menos, a sua frontaria. A resposta a esta dúvida é dada na legenda da fotografia captada em 1897, quando se ultimavam as obras do coruchéu, nos finais da edificação da nova frontaria da igreja de Castelo Branco que ainda hoje permanece.



Fig. 7.53 – Igreja de Castelo Branco (1767): *Igreja Paroquial de Santa Catarina no ano 1897.*
Foto: Paróquia de Santa Catarina de Castelo Branco.

Estava a ser concluída a sua reconstrução, com nova fachada após a destruição total pelo ciclone de 28 de Agosto de 1893. Era seu Vigário António Augusto da Silveira que, com a ajuda do povo de Castelo Branco, financiou os 4 anos necessários à conclusão das obras. Como sinal de gratidão os Albicastrenses colocaram no ano de 1900 uma nova cruz no cimo do frontispício com as suas iniciais AAS que ainda hoje se mantém

Castelo Branco 28 de Agosto de 2012



Fig. 7.54 – Igreja de Castelo Branco (1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria actual da igreja de Santa Catarina é a mesma que foi edificada em 1897, com a adição do pedestal e da cruz da fachada em 1900, como referido na legenda da fotografia de 1897. Além daqueles, também foram substituídos outros

[20] António Lourença da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 51.

elementos presentes no frontispício e na torre sineira, como os pináculos. Os que hoje existem são mais altos, de secção circular, compostos por três troncos cónicos ressaltados entre si, terminando num espigão. Os pináculos da torre são menores, mas mantêm o mesmo desenho. São patentes as diferenças entre os pináculos de ambas as imagens. Na de 1897, os pináculos eram mais pequenos e possuíam um desenho clássico. Foram trocados por pináculos que são responsáveis por um certo aspecto neogótico da fachada, apesar de esta ainda preservar um desenho clássico. Todavia, com os pináculos neogóticos, a leitura da fachada tornou-se algo contraditória. Pela cronologia apresentada, a igreja de Castelo Branco insere-se no conjunto de igrejas revivalistas construídas nos Açores a partir dos meados do século XIX e, pelo menos, até ao segundo quartel do século XX.

A fachada da igreja de Santa Catarina apresenta um pano único, mais o pano da torre. No nível térreo apenas se abre um portal central. Possui um lintel com uma data gravada «1767», o que poderá ser uma peça do portal da frontaria erecta naquele ano. Não se pode precisar se outras partes do portal também tenham remanescido, mas, pela imagem de pormenor, é visível a diferença nas pedras usadas e nem sequer as juntas estão disfarçadas.

Acima do remate em entablamento do portal encosta-se a janela central do segundo nível. A flanqueá-la estão mais duas janelas, todas iguais: janelas rasgadas até ao pavimento, com guarda; molduras em cantaria e remate em entablamento. Sobre a janela central abre-se um óculo circular. A fachada termina com um recorte contracurvado quebrado, composto por duas volutas. Nos extremos, sobre os cunhais e sobre as quebras das volutas, erguem-se os grandes pináculos neogóticos já abordados. No vértice está um pedestal que segura uma cruz, ali colocados em 1900.

A torre que acompanha a igreja de Castelo Branco possui dois níveis. No nível térreo existe uma janela simples elevada, com o peitoril alinhado com o segundo nível da fachada do corpo da igreja. Acima corre um entablamento em todas as faces visíveis da torre e que fica quase à mesma altura dos entablamentos das janelas da fachada. O campanário arranca a partir dali, possuindo quatro ventanas: têm a forma de um arco, em que a parte inferior da ventana é uma guarda-platibanda, mas que pode ser lido como avental recto. Ao centro fica uma cartela de pedra rectangular plana. O avental desce até ficar perto da cornija onde pousa o campanário. Sobre os arcos das ventanas corre o entablamento das torres, nas suas quatro faces. Nos ângulos, os cunhais são prolongados um pouco para servirem de pedestais aos pináculos. Aqueles prolongamentos acabam por ser os extremos de uma platibanda, emoldurada por cantaria e com uma outra cartela de pedra no centro. Os pináculos são neogóticos, com dimensões um pouco menores que os da fachada. O coruchéu é piramidal e com secção

octogonal. As suas proporções revelam uma construção da segunda metade do século XIX, já que possui uma relação de altura/largura em que não só foi aumentada a altura, como reduzida a largura. Tal tornou o coruchéu mais afunilado, composto por oito faces triangulares mais agudas. No vértice do coruchéu encontra-se um pequeno pináculo.

Por último, há que destacar as escadarias de acesso frontal à igreja. À semelhança do que sucede no Capelo, a igreja de Castelo Branco é acedida por duas escadarias que se desenvolvem paralelas ao caminho e que se encontram ao centro, num patamar mais alto, à cota do adro da igreja.





Fig. 7.56 – Igreja de Castelo Branco (1767): escadaria de acesso à igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.55 – Igreja de Castelo Branco (1767): escadaria de acesso à igreja.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Cada escadaria apresenta quatro lanços com quatro degraus (exceptuando, actualmente, o primeiro lanço, nas imagens supra expostas). A guarda das escadarias sobe em socalcos, acompanhando a subida. Em alçado, a escadaria é composta por nove panos definidos por dez pilastras, com embasamento e pináculos a rematá-las, pousados sobre a guarda. O recorte feito pela guarda corresponde a uma linha duplamente quebrada em cada pano, com dois segmentos de recta horizontais desnivelados que se ligam através de um segmento de recta em declive.

Aquela escadaria é parecida com a existente na igreja do Capelo, que é mais antiga e barroca, enquanto a escadaria da igreja de Castelo Branco mostra um desenho mais simples e estilizado, de acordo com o tempo mais tardio da sua construção.

A igreja de Santa Catarina de Castelo Branco teve a sua fundação no primeiro quartel do século XVI, sendo muito provavelmente um edifício de origem tardo-gótica. Esse edifício durou até 1767, aquando da erecção de uma nova igreja. Em 1893, por consequência de uma tempestade, a frontaria teve de ser substituída pela actual. Porém, o espaço interno da igreja é o edificado em 1767.

– *Igreja do Espírito Santo*, Feteira





Fig. 7.58 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.57 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> (…) *está uma freguesia, que se chama a Feteira, da advocação do Espírito Santo, tem a igreja três naves, com cinco colunas, sobre as quais está a armação de madeira e tecto e duas capelas aos lados direito e esquerdo*[21].

Ignora-se a data da criação da freguesia da Feteira, na certeza que foi das primeiras a serem instituídas no Faial. A igreja mencionada por Gaspar Frutuoso seria uma edificação da primeira metade do século XVI. A forma como o autor descreve o tecto sugere que, acima das colunas, estaria uma estrutura de madeira que sustinha a cobertura. Não existiriam arcarias, mas colunatas a separar as três naves. O mesmo se passava com as desaparecidas igrejas dos Cedros, no Faial (a ser analisada mais à frente), e das primitivas igrejas Matriz das Lajes e Santa Bárbara, no Pico. Como tal, a igreja da Feteira seria uma das mais antigas da ilha e do arquipélago, que, a par das outras, eram datadas do primeiro quartel do século XVI, se não dos finais do século XV.

A primeira notícia que há da igreja da Feteira é que beneficiou da "(…) provisão passada por D. Sebastião em 30 de Julho de 1568, acêrca do acrescentamento de côngruas"[22], devido ao aumento da população da freguesia. Parece que a igreja primitiva subsistiu até ao primeiro quartel do século XIX, quando foi substituída pela actual. A nova igreja foi concluída em 1824, enquanto que a torre foi erguida em 1864.

[21] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 103.
[22] Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 241.



Fig. 7.59 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

É um bello templo de architectura e esculptura singela, mas elegante, tem de largura 13,m64 e de comprimento 35,m64 tem trez portas de frente e em correspondência janelas[23].

A igreja do Espírito Santo da Feteira é obra do primeiro quartel do século XIX, denunciada pelas dimensões, bem como no uso de alguns elementos decorativos e composições que pouco têm que ver com os séculos precedentes. O seu espaço interno possui três naves e cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, sustidos por pilares de secção quadrangular, com embasamento, e capitéis toscanos. Acima das arcarias correm as cornijas, das quais arranca a falsa abóbada de berço rebaixado. As naves laterais são cobertas por falsas abóbadas de canhão, também rebaixadas e suportadas por cornijas que percorrem aquelas naves.



Fig. 7.60 – Igreja da Feteira (1824): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.61 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[23] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 50.

O alçado do arco triunfal é composto pelo arco em si, de volta inteira, que repousa nos mesmos pilares dos arcos do tramo imediato à capela-mor, sendo-lhes transversal. Sobre o arco triunfal abre-se uma janela elíptica em repouso, com moldura plana em cantaria. A capela-mor é bastante profunda e tem a mesma largura que a nave central. Possui três janelas abertas em cada lado, mais as portas que comunicam para os espaços colaterais à capela, aprumadas com as duas janelas que se situam mais próximo do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, em madeira, sem ser rebaixada como as falsas abóbadas das naves.



Fig. 7.62 – Igreja da Feteira (1824): tramo imediato à capela-mor e altar colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.63 – Igreja da Feteira (1824): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O tramo imediato à cabeceira é sobrelevado por dois degraus, enfatizado como um espaço pré-sagrado. As naves laterais possuem, no topo da cabeceira, os dois altares colaterais. As paredes laterais apresentam as portas travessas a cerca de meia extensão do corpo das naves, ladeadas superiormente por grandes janelas centradas. Além dos altares colaterais, não existem mais capelas ou altares nas naves laterais, apenas o baptistério que se localiza no nível térreo da torre, no lado da Epístola, com uma janela aberta para a fachada. Ao baptistério foi acrescentado um corpo exterior que prolonga aquele nível térreo para o espaço posterior à torre.



Fig. 7.64 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva do tramo de entrada e baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.65 – Igreja da Feteira (1824): tramo de entrada e escada de acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.66 – Igreja da Feteira (1824): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto sobrepõe-se ao tramo de entrada da igreja. Os arcos das arcarias ali presente são mais baixos, de modo a suportar o coro-alto. Neste caso, são dois arcos abatidos, os únicos do templo. O coro-alto é acedido por uma escada espiralada que sobe a partir da nave lateral do lado do Evangelho, dentro do tramo de entrada. Trata-se de um espaço tripartido por panos de parede que continuam as arcarias das naves. Têm duas portas junto à parede da fachada que permitem a comunicação entre as três secções, em que cada uma delas é iluminada pelas janelas do segundo nível da fachada.





Fig. 7.68 – Igreja da Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.67 – Igreja da Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada da igreja do Espírito Santo da Feteira foi erecta em 1824, ao passo que a torre só ficou concluída quarenta anos depois, em 1864. O frontispício do corpo da igreja apresenta dois níveis, marcados por um friso entre ambos que assinala o pavimento do segundo nível interno. Este templo não possui uma cornija superior da fachada, por conseguinte, não tem um frontão definido. A frontaria encontra-se dividida em três panos, através de duas finas pilastras que acompanham lateralmente o portal e a janela central, rematadas por troços de entablamento que sustêm pináculos embebidos na parede, terminando já na parte superior.



Fig. 7.69 – Igreja da Feteira (1824): pano central da fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.70 – Igreja da Feteira (1824): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As três portas ocupam os respectivos panos da fachada, sendo rematadas por pequenos arcos de volta completa, com a chave sobressaída, que assentam em entablamentos posicionados como capitéis das ombreiras. No pano central, coincidente com o friso da fachada, desenvolve-se um troço de entablamento que se destaca pela sua maior espessura. Aprumadas com as portas encontram-se as janelas superiores, com o mesmo remate das portas. As suas ombreiras prolongam-se inferiormente como finas pilastras até ao friso da fachada, tornando-as janelas com avental recto. No centro do avental da janela central está uma cartela elíptica, em repouso, com a data «1824». No extremo oposto à torre fica um cunhal da igreja, com a mesma altura dos alçados laterais, sendo rematado por um pináculo de secção circular sobre um baixo pedestal.

O remate da fachada podia ser um frontão se tivesse uma base definida, o que não é o caso. Todavia, está composto como se o fosse – quando os frontões deixaram de o ser por falta de base, a tendência foi expandir a fachada para o suposto tímpano, prolongando-a superiormente. É delimitada por dois pares de meias volutas com os enrolamentos voltados para baixo. Nos extremos superiores do par inferior estão colocados pequenos pináculos, assentes em curtos troços de cornija, que criam as duas quebras no perfil dos lados contracurvados. Aqueles pináculos também acusam o posicionamento das arcarias das naves no espaço interno. Posicionado um pouco inferior ao nível daqueles pináculos está, no centro da empena, um alto relevo de uma coroa do Espírito Santo, orago da igreja. A fachada é cumeada por um troço de cornija, sobre a qual repousa um pedestal que segura a cruz.

A torre tem três níveis, embora a leitura entre o segundo e o terceiro níveis esteja dificultada devido ao posicionamento dos frisos/cornijas. No piso térreo abre-se uma janela de guilhotina, com verga recta, correspondente à janela do baptistério. Acima corre o prolongamento do friso que demarca o segundo nível da fachada. Ali abre-se uma janela de guilhotina com verga recta, cujas ombreiras se prolongam inferiormente até ao friso, criando um avental recto como nas janelas da fachada. Um pouco acima da janela corre uma cornija que não existe da fachada da igreja. Situa-se à cota das cornijas superiores dos alçados laterais, envolvendo a torre nas três faces visíveis. No entanto, a cornija não parece assinalar uma mudança de nível na torre. O terceiro nível, que corresponde ao campanário, é denunciado por um fino friso que corre acima da cornija. A torre possui quatro ventanas, cujas ombreiras continuam inferiormente até ao friso anterior. Como as ventanas têm guarda pétrea, a parte inferior das ventanas funciona como aventais rectos. A torre é terminada por uma cornija nas suas quatro faces, em cujos ângulos se erguem pináculos de secção quadrada. Ao centro eleva-se um coruchéu piramidal oitavado, cujas arestas se apresentam em cantaria. No vértice fica um pequeno pináculo que segura um catavento.

A igreja possui um adro a quase toda a volta. O adro frontal está sobrelevado em relação à rua, não sendo largo e limitado pelos muros altos do cemitério. O adro do lado da Epístola desenvolve-se mais espaçosamente devido à presença da torre. O do lado oposto é o mais estreito e também se encontra sobrelevado à rua. Quanto ao espaço posterior da igreja, é corrido por uma rua encostada à face do tardoz.

A igreja do Espírito Santo da Feteira foi concluída no século XIX, substituindo o templo primitivo do primeiro quartel do século XVI. Possui amplas dimensões, tanto no corpo da igreja quanto na frontaria. O seu espaço interno tem cinco tramos com vãos mais largos, o que resulta numa maior extensão do corpo das naves sem ser necessário adicionar mais tramos. De ressaltar a existência, no tramo de entrada, de arcos abatidos que sustentam o coro-alto, tornando-se na única igreja faialense a escolher aquela solução. Também é única com três janelas em cada parede lateral da capela-mor.

A fachada apresenta várias soluções que pouco têm que ver com a arquitectura clássica. As janelas e os portais são rematados por pequenos arcos de volta inteira, com as chaves ressaltadas. As pilastras que ladeiam o portal e a janela central não se enquadram na cronologia do Antigo Regime. Acabam por estruturar a fachada, mas têm uma leitura mais decorativa que estrutural. Afinal, aquelas pilastras não correspondem, na frontaria, ao posicionamento interno das arcarias, como tem sido comum nas igrejas de três naves açorianas até agora analisadas. O remate da fachada, com meias volutas, é similar ao de outras igrejas açorianas dos séculos XVIII e XIX. Contudo, as meias volutas, mais finas e estilizadas, acusam uma execução oitocentista.

7.1. As igrejas de três naves desaparecidas do Faial

Como foi referido na introdução deste capítulo, o Faial tem sido, ao longo da sua história, uma das ilhas mais atingidas por crises sísmicas e erupções vulcânicas. Deste modo, muitas foram as igrejas que foram reconstruídas ou substituídas ao longo dos séculos, havendo menção a vários templos anteriores que já não existem. As igrejas desaparecidas podem-no ter sido por substituição do edifício ou por terem sido deslocalizadas, deixando as ruínas que ainda subsistem. As igrejas paroquiais de Pedro Miguel, Ribeirinha e Salão ficaram arruinadas com o terramoto de 1998. Porém, não foram reconstruídas nem erectas novos edifícios, pelo que o serviço religioso tem funcionado nos respectivos salões paroquiais.

– *Matriz de São Salvador*, Horta



Fig. 7.71 – Torre do Relógio, Horta (1700-2.ª metade séc. XVIII): no terreno plano que lhe é contíguo erguia-se a Matriz de São Salvador da Horta, com a fachada voltada para poente (para cá).
Fonte: Carlos Silveira, *A Horta Antiga*, ed. do autor [Nova Gráfica], 2007, p. 126.

> *Tem esta vila* [da Horta] *em um alto a igreja principal, da advocação do Salvador, mui fresca, de três naves, com seis colunas por cada banda e duas capelas por cada lado*[24].

> *Está a Igreja principal, e matriz da ditta Villa do Orago do Salvador que he um fermoso templo, que no mesmo lugar aonde foi queimado, se tornou a reedificar*[25].

A primitiva igreja de São Salvador, Matriz da Horta, parece ter sido edificada antes de 1514, ano em que D. Manuel I enviou alguns ornamentos, alfaias, missais e um retábulo de São Salvador[26]. Presume-se que a igreja já estivesse concluída àquela data.

[24] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 102.
[25] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 476.
[26] Cf. Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta (História da ilha do Faial)*, [s.l.], [s.ed.] (Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas "Minerva"), 1943, p. 244.

Como tal, é muito provável que a primeira Matriz da Horta fosse uma igreja tardo-gótica, com colunas e que, pelo que Gaspar Frutuoso informa, seriam seis de cada lado, o que perfazia sete tramos. Teria dimensões consideráveis, pois era a matriz da vila mais importante dos Açores – desde os meados do século XVI até à elevação da Horta a cidade, em 1833. Contudo, a primitiva igreja de São Salvador não chegou ao final do século XVI.

> *Cruzava o mar dos Açôres em 1597, à caça de navios da marinha espanhola, uma armada inglêsa de 140 velas, comandada pelo conde de Essex. Parte dela, sob as ordens do contra-almirante Walter Ralegh, invadiu o Faial, saqueando a vila vandàlicamente. Quatro igrejas, Matriz, Conceição, Praia do Almoxarife e Flamengos, foram totalmente pasto das chamas. A do convento de S. Francisco, então no sítio das Pedras dos Frades, ardeu em parte. O convento de São João, abandonado pelas monjas, sofreu muita ruína, ficando destroçado o seu arquivo*[27]*.*

A invasão, saque e incêndio da Horta, em 1597, pertence ao conjunto de acontecimentos que mais marcou a memória dos faialenses, ficando ao nível das erupções vulcânicas, dos terramotos ou das grandes tempestades. A Matriz da Horta somente ficou com as paredes exteriores, tal como as restantes igrejas incendiadas. A reedificação daquelas igrejas deu-se por provisão régia, na qual Felipe II fazia saber da sua vontade de, para além das capelas-mores – obras de obrigação régia como governador do mestrado de Cristo –, também se "(…) reconstruíssem os corpos das ditas igrejas, as tôrres dos sinos e adros delas; que as obras fôssem postas em arrematação, devendo ser presentes a esse acto o almoxarife, o bispo ou outro ministro por êle, e os vigários das igrejas a erigir"[28]. Apesar de não se saber, ao certo, a data da provisão régia, a análise dos documentos que lhe são vizinhos no *Tombo da Câmara da Horta* apontam para o final do ano de 1598[29].

Todavia, na viagem de volta, o barco em que seguia o representante do Faial com a provisão régia foi atacado por corsários ingleses, perdendo-se a dita provisão. A vereação da Horta logo voltou a rogar pela provisão ao provedor e ao bispo de Angra, que, ao tomarem conhecimento da situação, foram expeditos na sua resolução. A 20 de Julho de 1600 foi lavrado o despacho que ordenava as diligências necessárias para a renovação do pedido de provisão, pelo que, a 9 de Agosto do mesmo ano, foi feito pregão a revogar a provisão extraviada. Após estas diligências foi expedida uma nova provisão, por alvará régio de 3 de Fevereiro de 1601, podendo, deste modo, iniciarem-se as obras de reconstrução custeadas inteiramente pela Fazenda real. O problema foi a execução, na medida em que, naquele tempo, o lugar de provedor da Fazenda dos

[27] Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 247.
[28] *Tombo da Câmara da Horta*, liv. I, fls. 149. Cit. por Idem, *Ibidem*, p. 247.
[29] Cf. Marcelino Lima, *Op. cit.*, pp. 247, nota de rodapé (2). Uma vez que Felipe II morreu a 13 de Setembro daquele ano, permanece a dúvida sobre qual rei despachou a dita provisão, se Felipe II ou Felipe III.

Açores estava vago, o que só foi colmatado em 1607[30]. Tratou a câmara da Horta de enviar um representante do município à Terceira para informar o provedor e o bispo da necessidade de dar andamento às obras das igrejas faialenses que tinham sido incendiadas. A 24 de Julho de 1607, o provedor ordenou "(…) a Bartolomeu de Utra Machado que abrisse praça para a reconstrução das quatro igrejas queimadas, mas o trabalho de cada uma em separado"[31]. As obras daqueles templos foram arrematadas por Luiz Lemos de Faria, por 11 mil cruzados. Veio a perceber-se, porém, que as contas tinham sido mal feitas e que valiam cerca de metade daquele valor. Quando deram pelo engano já era tarde e nada havia a fazer[32].

As obras da Matriz da Horta iniciaram-se ainda em 1607 e terminaram em 1615, reabrindo ao culto a 20 de Dezembro daquele ano[33]. Esta igreja subsistiu até ao século XIX, mas os sinais evidentes do seu mau estado de conservação começaram a surgir nos finais do século XVIII.

> *Envelheceu. Os freqüentes abalos sísmicos foram-lhe imprimindo sinais de ruína, a ponto de a considerarem nos fins do século XVIII oferecendo perigo. Em 1785 o tecto ameaçava desabar e foi forçoso acudir-lhe, passando a servir provisòriamente de Matriz a igreja do Colégio – a actual Matriz; mas a obra indicou ser de pouca duração, pela falta de solidez do edifício* (…).
> *Os tremores de terra de 1808, por ocasião do fogo que rebentou na ilha de S. Jorge, muito lhe agravaram o estado deplorável de velhice* (…).
> *Na madrugada de 31 de Dezembro de 1820 caíu sôbre a Horta uma furiosa tempestade: um raio que penetrou na tôrre, causando avarias no relógio, foi a um dos altares e nêle ateou incêndio, só extinto horas depois* (…).
> *Outra tempestade em Setembro de 1825 fêz desabar o tecto da sacristia, Então nada mais houve a esperar. Decide-se o abandono do templo e a trasladação* [definitiva para a igreja do Colégio] *realiza-se solenemente na tarde do dia 30 de Outubro dêsse mesmo ano*[34].

Desde as primeiras notícias sobre a má conservação da Matriz da Horta até ao seu abandono definitivo passaram cerca de quarenta anos, mais dezassete até à sua demolição. Em 1842, a igreja ou a sua ruína foi completamente arrasada, tornando-se num terreiro onde nada mais foi construído. No entanto, manteve-se o talude que permitira à igreja primitiva implantar-se naquele local declivoso, sem o qual não haveria terreiro. Aquele talude tinha permitido a construção da igreja a meia encosta, segundo a orientação canónica da capela-mor voltada para nascente, ficando, desse modo, «de costas para o mar».

---

[30] Cf. Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 248.
[31] *Tombo da Câmara da Horta*, liv. I, fls. 163. Cit. por Idem, *Ibidem*, p. 248.
[32] Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, livro I, (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo, 1850), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 389.
[33] Cf. Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 244.
[34] Marcelino Lima, *Op. cit.*, pp. 244-245.



Fig. 7.72 – Torre do Relógio, Horta (1700-2.ª metade séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

A torre do relógio foi erguida a partir de 1700, mas só foi concluída na segunda metade do século XVIII, quando a igreja começava a acusar a sua má conservação. Como torre sineira, estava adossada ao corpo das naves pelo lado da Epístola. Pela sua colocação, aquela torre veio substituir uma anterior, fosse ou não a primitiva.

> *Por meados de 1700 começou-se a construção duma tôrre junto à igreja Matriz, destinada à colocação dum relógio para govêrno da vila. A certa altura pararam as obras por falta de dinheiro. Mas o bispo D. António Caetano* [1758-1772]*, passando pelo Faial em visita prelatícia, deu novo impulso ao empreendimento, reservando para isso os resíduos das confrarias e convidando os principais da vila a coadjuvarem a construção, que se concluíu, cerca de vinte anos depois, grandiosa e sólida, como ainda hoje se vê* (…).
> *Quando os serviços religiosos da Matriz, abandonada por estar ameaçando ruína, foram transferidos em 1825 para o majestoso e actual templo da extinta Companhia de Jesus, ficou o relógio sem ter quem cuidasse dele. Em 1833 (ofício de 9 de Julho) acudiu o sub-perfeito, determinando que a Câmara o tomasse à sua conta.*
> *Pediu a vereação posse definitiva da tôrre, relógio e sino, em representação ao Governador Civil, datada de 17 de Fevereiro de 1847* (…)[35]*.*

O pedido foi concedido e a torre passou definitivamente para a alçada da câmara, também responsáveis pelo relógio e o sino. A Torre do Relógio, como é designada, manteve-se fiel a si própria. Tinha um carácter religioso quando se encontrava adossada ao corpo das naves, que perdeu após a demolição do corpo da igreja, passando a ter um carácter civil.

A torre ergue-se sobre uma base, sendo constituída por três corpos sobrepostos, em cuja face sul se encontra a porta de entrada. A torre tem quatro níveis, com os dois primeiros a partilharem o corpo inferior da torre. Os corpos que constituem a torre são, em todas as faces, mais largos na parte inferior que na superior (faces trapezoidais),

[35] Marcelino Lima, *Op. cit.*, pp. 129-130.

apresentando um perfil ressaltado acima das cornijas. No que concerne às janelas – exceptuando a face norte da torre que se adossava ao corpo da igreja –, a composição e os elementos utilizados são os mesmos, por nível, em todas as faces.

No segundo nível abrem-se janelas de verga recta, emolduradas de cantaria que se rasgam até ao pavimento. No terceiro nível abrem-se janelas similares às inferiores, só que rematadas. As ombreiras prosseguem superiormente, ligando-se por uma faixa de cantaria simples, formando um rectângulo em descanso pintado de branco. Lembra a bandeira de uma porta, mas cega. Por cima ficam as molduras em cantaria de um frontão semicircular que, no tímpano de madeira, têm pequenas janelas quadrangulares ao centro. A cornija do terceiro nível é interrompida, em todas as faces, pela presença de mostradores de relógio, ocupando um espaço que abrange a base das quatro ventanas do campanário. A torre é terminada por um entablamento em todas as suas faces. Sobre o entablamento existem baixas platibandas que unem os pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais, que enquadram um coruchéu piramidal oitavado com arestas em cantaria e um pequeno pináculo no vértice.

Pela imagem antiga que abre esta análise da desaparecida Matriz da Horta, anterior à colocação do actual relógio, não havia mostradores em todas as faces. Possivelmente existiria um ou dois mostradores nas faces que estão ocultas, voltadas para o centro da povoação. Também se abria uma ventana, por face, centrada sobre o entablamento superior da torre que interrompia as baixas platibandas atrás referidas. Apresentavam um recorte contracurvado que se enquadra na estética tardo-barroca, uma composição semelhante à da ventana do sino das horas que remata o frontão da Sé de Angra, datado de 1782.



Fig. 7.73 – A cidade da Horta vista do mar: a torre do relógio está assinalada pela elipse branca, na parte norte da povoação (à direita na imagem), onde se localiza o núcleo urbano primitivo.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

– *Igreja de Nossa Senhora da Conceição*, Horta

> (…) *à entrada* [da vila da Horta]*, está uma ermida de Nossa Senhora da Conceição, que agora é freiguesia, pegada com uma ribeira que vem de riba das serras, com que algumas vezes se alaga, quando traz grande enchente; pera o qual tempo tem uma ponte de pedra, por onde passam pera a vila. Tem alguns moinhos que moem com a enchente e ao longo dela estão prantadas laranjeiras* (…). *Tem esta freiguesia da Conceição a igreja de três naves, postas sobre cinco colunas de cada banda, sobre as quais está assentada a madeira do tecto, com uma capela do lado direito*[36]*.*

É estranha a forma como Gaspar Frutuoso primeiro se refere à ermida de Nossa Senhora da Conceição, para depois designá-la por igreja. Sabendo que não se trata de dois edifícios diferentes, talvez o autor a tivesse conhecido antes da Conceição se tornar freguesia, momento a partir do qual a ermida passou a desempenhar funções paroquiais. Decerto houve obras de adaptação às novas funções, já que a ermida primitiva tinha sido mandada construir por Jorge da Terra, um dos primeiros povoadores do Faial. O certo é que tinha três naves e seis tramos definidos por colunas que sustentavam a estrutura de madeira de suporte do telhado. Ou seja, não possuía arcarias, como as primitivas igrejas dos Cedros e da Feteira. Se era este o edifício que Gaspar Frutuoso começou por assinalar como ermida, ou era uma ermida grande ou uma igreja pequena o suficiente para ter seis tramos. Além do mais, desconhecem-se ermidas com três naves nos Açores.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição foi um dos quatro templos incendiados, em 1597, pela incursão inglesa comandada pelo Conde de Essex, já mencionada. As obras de reconstrução começaram em 1607, quando foi reparada e ampliada para igreja paroquial, tendo ficado, na opinião de Frei Diogo das Chagas, "(…) *reedificada em mais perfeição do que era antes de a queimarem* (…)"[37]. Não existem referências quanto ao espaço interno da igreja reconstruída, se manteria ou não as três naves. Seja como for, o edifício reconstruído a partir de 1607 foi substituído por um outro, em 1749, de nave única abobadada, que foi destruído no terramoto de 1926. A actual igreja da Conceição é de nave única, tendo sido inaugurada em 1933 com uma estética arquitectónica modernista, na qual se destaca a torre central/torre frontispício integrada na planta do edifício.

[36] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, pp. 101-102.
[37] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 477.

– *Igreja de Nossa Senhora da Luz*, Flamengos

> *Pelo meio da ilha, saindo de vila de Horta* (…), *pera o ocidente, está uma freiguesia chamada a Ribeira dos Framengos, da invocação de Nossa Senhora da Luz* (…), *com igreja de três naves sobre cinco colunas, grande e bem feita, que antigamente situaram os framengos, onde há muitas frutas e algumas fontes* (…)[38].

Flamengos é uma povoação afastada da orla costeira, a cerca de quatro quilómetros a noroeste do centro da Horta. Como o nome indica, foram várias as famílias flamengas que se estabeleceram naquelas terras chãs, atravessadas pela única ribeira perene do Faial. As boas condições para a prática agrícola foram-lhe identificadas logo no início do povoamento, pelo que se tornou numa das primeiras povoações criadas no Faial, no último terço do século XV, coeva da fundação da Horta.



Fig. 7.74 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Flamengos (séc. XVII/ 1736): .frontaria existente até 1938.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

A ermida de Nossa Senhora da Luz foi erecta pelos primeiros colonos flamengos, provavelmente antes da consolidação do povoado. Não existem referências quanto à sua substituição pela igreja de três naves quinhentista que Gaspar Frutuoso conheceu. Sabe-se que essa igreja foi incendiada pelos ingleses, na já mencionada incursão de 1597, e reconstruída a partir de 1606. Contudo, não se pode asseverar se a igreja então reerguida teria as mesmas três naves ou se já foi erecta com nave única. A partir de então, os autores que temos vindo a seguir não identificam as três naves e até estranham a referência de Frutuoso quanto à existência das mesmas[39].

[38] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 104.
[39] Cf. Marcelino Lima, *Op. cit.*, p. 240.

A igreja foi reparada e completada em 1736, sendo esta data a mais tardia possível para a substituição das três naves do corpo da igreja por um espaço constituído por uma só nave. Pela imagem acima exposta, conclui-se que a igreja que chegou ao primeiro quartel do século XX é a que resultou da intervenção ocorrida no século XVIII. Apesar da sua aparente simplicidade, aquela fachada resulta de três campanhas de obras: a torre quinhentista – pouco afectada pelo incêndio que consumiu a igreja em 1597 –, a fachada seiscentista e o corpo da igreja setecentista, quando também se rematou a frontaria com uma composição de volutas, afim de disfarçar a diferença de alturas entre a fachada e o corpo da igreja.

Na segunda metade do século XIX, era considerada "(…) já muito acanhada para uma população de 2758 habitantes com 637 fogos e por isso está exigindo uma prompta reconstrucção"[40]. A igreja ficou danificada no terramoto de 1926, sem ter caído, tendo sido realizados trabalhos de consolidação e restauro do edifício. Todavia, a 9 de Setembro de 1938, foi destruída por um incêndio. Na época em que Marcelino Lima editou a sua obra (1940), as obras de reconstrução da igreja encontravam-se em andamento. Foi erguido um novo edifício que chegou aos finais do século XX.

A fachada era composta, no nível térreo, por uma porta central ladeada por duas janelas, enquanto o nível superior apenas tinha uma janela central aprumada com a porta e encimada por um óculo. A porta e a janela central tinham lintéis rematados por entablamentos, ao contrário das janelas laterais. Todos os vãos exibiam rombos (pontas de diamantes) nos lintéis – a porta possuía três rombos, as janelas tinham um rombo central[41]. O posicionamento das janelas do nível térreo, mais próximo dos extremos da fachada que da porta, sugestionam a primitiva existência de três naves no espaço interno da igreja. A composição da frontaria e o emolduramento dos vãos remetem para uma fachada seiscentista que foi colocada sobre a anterior quinhentista. É por isso que a fachada ficava ressaltada face à torre.

Aquando da reforma de 1736, a fachada e a torre subsistentes foram mantidas, enquanto se refez o corpo da igreja. O alteamento deste corpo deriva, provavelmente, da substituição da cobertura original de madeira por uma falsa abóbada sobre uma só nave. Disfarçar aquele alteamento deve ter sido o motivo para a colocação das volutas sobre os lados declivosos da fachada, que, por sua vez, também viram alterada a sua inclinação. No cimo, o pedestal que segura a cruz não assenta no plano da fachada, mas no extremo frontal da cumeeira do corpo das naves, em segundo plano.

---

[40] António Lourenço da Silva Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, III vol., (ed. fac-similada Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p. 46.

[41] A existência de rombos nos lintéis e frisos de entablamentos nos vãos da fachada da igreja dos Flamengos vem demonstrar que, afinal, o «estilo» não é só «micaelense». Porém, até que ponto é aceitável que um atributo decorativo seja suficiente para a constituição de um «estilo»?

– *Igreja de Nossa Senhora da Ajuda*, Pedro Miguel

> *Esta freguezia* (…) *está situada entre duas elevadas lombas que se prolongão de leste a oeste e é cortada por uma caudalosa ribeira.*
> *A sua egreja parochial que dista da Matriz 6:100 metros, foi começada em 1600 com a creação da freguezia por Diogo Rixão e Beatriz Alvernaz, é suficiente para os seus freguezes: tem bons retabulos e ornamentos: carece com tudo d'alguns melhoramentos. Tem esta egreja de largura 12,21 metros com trez portadas e trez janelas em cõrrespondencia no coro, e tem 32 metros de comprimento: é de duas* [três] *naves*[42]*.*

A freguesia de Pedro Miguel foi criada em 1600, uma data posterior à morte de Gaspar Frutuoso (1591), razão pela qual o cronista não lhe tenha dedicado a sua atenção, embora identifique a existência do povoado e a sua localização.

A igreja de Nossa Senhora da Ajuda foi construída nos primeiros anos do século XVII e pode ter subsistido até aos finais do século XX, apesar de ter sido intervencionada várias vezes. A descrição supracitada dá conta de uma fachada com três portas encimadas por três janelas, uma composição que dever-se-ia aproximar das igrejas seiscentistas dos Flamengos e do Capelo. Porém, a igreja sofreu obras após o sismo de 1926, que incidiram, sobretudo, na construção de uma nova frontaria.

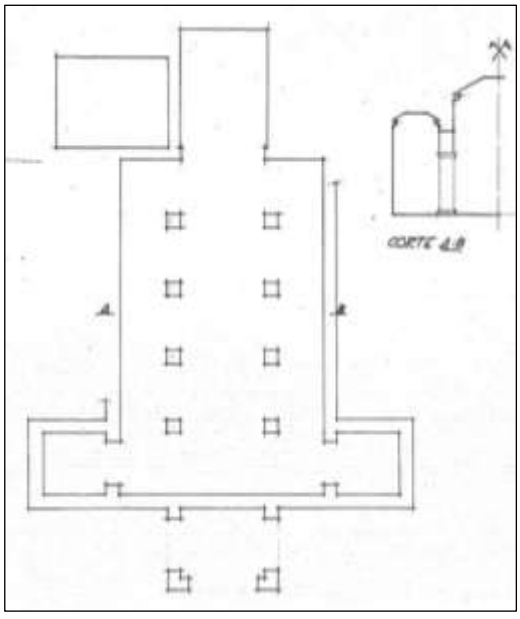


Fig. 7.75 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): planta.
Fonte: SIPA – *Igreja Paroquial de Pedro Miguel/Igreja de Senhora da Ajuda*, IPA.00008187, DES.00016377 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8187>

A planta da igreja de Pedro Miguel mostra-a com três naves, cinco tramos e uma capela-mor profunda. Pelo meio-corte A:B exibido no lado direito, confirma-se que as naves eram cobertas por tectos de madeira com três esteiras. O tramo da entrada possuía dois compartimentos laterais, num dos quais ficava a capela baptismal.

[42] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., pp. 60-61.





Fig. 7.76 e 7.77 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): perspectivas internas.
Fotos: Liseta da Silveira Pinheiro.

As fotografias acima reproduzidas representam os poucos testemunhos visuais encontrados do espaço interno da igreja de Pedro Miguel. A imagem do lado esquerdo é uma perspectiva das naves, captada a partir do tramo de entrada. A imagem do lado direito foi retractada desde o tramo imediato à capela-mor. A largura da nave central face às laterais era substancial, remetendo as últimas a meros corredores onde se erguiam os altares laterais. As arcarias encontravam-se pintadas, salientando-se a pintura dos entablamentos que rematam os pilares. A capela-mor era profunda, apesar de o retábulo a encurtar.



Fig. 7.78 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): enquadramento geral nos meados do século XX.
Foto: José Ilídio da Costa.



Fig. 7.79 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Destacada da fachada ficava uma torre central com três níveis. Possuía uma galilé com um arco de volta inteira por face. No interior da galilé ficava uma porta que acedia à nave central na igreja. Os níveis intermédio e superior tinham faixas sobre as cornijas inferiores que corriam entre os cunhais. Assentes nelas abriam-se janelas, no nível intermédio, rematadas por arcos de volta perfeita, enquanto, no nível superior, assentavam as ventanas do campanário. A rematar o nível superior corriam cornijas nas três faces. Os cunhais da torre tinham, na parte inferior de cada nível, embasamentos simples ressaltados com a mesma altura dos socos. A coroar a torre situava-se um coruchéu piramidal oitavado, com as arestas em relevo, rematado por um pináculo e enquadrado por quatro pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. Lateralmente à torre ficavam dois panos constituídos, cada um, por uma porta, no nível térreo, encimado por um troço de cornija na qual assentava a uma janela superior. Estas janelas estavam inseridas num arco de volta inteira rematado por outro troço de cornija. Aqueles panos eram terminados pelos lados declivosos da antiga fachada. A continuação lateral daqueles panos estava tratada como uma extensão da fachada, constituindo um só nível. Em cada lado abria-se uma janela encimada por um troço de cornija. Estes panos tinham remates rectos com pináculos sobre os cunhais.

A intervenção após o sismo de 1926 incidiu, principalmente, na construção da torre frontal (em voga, nos Açores, na primeira metade do século XX), adossada à antiga fachada, bem como na expansão desta aos panos dos extremos. Parece que o anterior corpo da igreja foi aproveitado. O facto da torre estar destacada da fachada lembra algumas igrejas quinhentistas do Continente, como as Matrizes de Pedrógão Grande ou de Areias, ambas analisadas no capítulo 1 deste trabalho.



Fig. 7.80 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.81 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.82 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): perspectiva da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de Pedro Miguel encontra-se actualmente em ruínas. O edifício foi muito afectado no terramoto de 1998, sem que tenha havido obras de reconstrução, pelo menos, até 2015. A falta de intervenção originou uma destruição continuada ao longo dos anos. Como tal, a cobertura da igreja acabou por ruir completamente, bem como a maior parte das arcarias. Todavia, ainda existem alguns pilares e vários arranques de arcos, hoje, subvertidos por um silvado que ocupa todo o espaço das naves. A fachada e a torre subsistiram erectas, como obra do segundo quartel do século XX, apesar de se encontrarem em mau estado de conservação.



Fig. 7.83 – Igreja de Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

– *Igreja de São Mateus*, Ribeirinha

> (…) *entra-se na freguesia da Ribeirinha que confina ao norte com o Salão, sul e oeste com Pedro Miguel e a leste com o oceano: é rodeada de montanhas e cortada por duas ribeiras, donde deriva o nome: dista da Matriz 9900 metros.*
> *A sua egreja parochial começada em 1606 em que a freguesia foi creada, tem a capacidade suficiente para os seus freguezes: tem bons retábulos que erão da egreja de Santo António da cidade* [da Horta]*, os ornamentos necessários e está bem conservada: tem de largura 11,^{m}88 e de comprimento 22^{m}, tem 3 portadas e 3 janellas por cima em correspondência no côro, e é de duas* [três] *naves*[43]*.*

A Ribeirinha ainda não era freguesia aquando do tempo de vida de Gaspar Frutuoso, razão pela qual ele não refere a povoação, apenas a ponta da ilha com o mesmo nome. A freguesia foi criada em 1606, como supracitado, pelo que a primeira igreja deve ter sido erguida pouco tempo depois, na primeira metade do século XVII. Não existem registos sobre a sua substituição por um novo edifício até ao século XX, o que não é garantido. A igreja foi afectada pelo sismo de 1926, quando foi alvo de obras, principalmente, na construção de uma nova frontaria, mantendo o espaço interno que existia anteriormente.

Em 1998, o corpo da igreja ruiu com o terramoto que atingiu a parte nascente da ilha do Faial, pelo que a igreja de São Mateus fechou ao culto. Não foi reconstruída ou substituída por um novo edifício desde então, subsistindo a frontaria erguida após 1926, mal-grado o seu estado de conservação. O corpo da igreja apresenta-se em ruínas, embora ainda existam, *in situ*, alguns arcos das arcarias.





Fig. 7.85 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva das ruínas em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Fig. 7.84 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/ post. 1926): perspectiva interna após o sismo de 1998).
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

[43] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.,* III vol., pp. 59-60.

A imagem acima exibida à esquerda mostra o espaço interno da igreja de São Mateus da Ribeirinha, mormente, a nave central, as arcarias e a capela-mor dias após o sismo de 1998. Como se pode constatar, o corpo das naves e a capela-mor não ruíram. Apenas se observa um pequeno desmoronamento na ligação entre aqueles dois corpos, no lado do Evangelho, bem como o descolamento de todo o estuque existente no desnível entre as falsas abóbadas da nave central e da capela-mor. Era uma igreja com três naves e cinco tramos, separados por baixos pilares, com embasamento e capitéis formados por troços de entablamento que sustinham as duas arcarias do corpo das naves. Os arcos das arcarias encontravam-se pintados com marmoreados em tons de rosa. A nave central era coberta por um tecto falso de madeira, que mais sugere uma falsa abóbada de berço muito rebaixado que uma falsa abóbada abatida. Pelo que é perceptível na imagem, a capela-mor era profunda. Teria, certamente, duas janelas laterais que não são visíveis, acima das quais correriam cornijas nas paredes laterais da capela, que era coberta por uma falsa abóbada de berço, em madeira.

A imagem supra exposta à direita, captada em 2015, mostra uma visão de conjunto do que resta da igreja da Ribeirinha. Apesar de parte das ruínas terem sido cobertas por vegetação trepadeira, percebe-se que boa parte do entulho resultante da ruína da igreja foi removido do local, o que permite alguma circulação pelo que restou do edifício.



Fig. 7.86 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): arcaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A arcaria do lado da Epístola subsistiu, tal como a parede lateral correspondente. No tramo de entrada não havia arcos, como nas restantes arcarias, o que pode ser resultado de um tramo acrescentado ao corpo das naves ou, mais possivelmente, um tramo refeito aquando da construção da torre e da nova fachada após o sismo de 1926.



Fig. 7.87 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva das naves em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.88 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): nave do lado da Epístola em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.89 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva do coro-alto e torre sineira em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.90 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): frontaria em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A torre inseria-se, em planta, na área ocupada pelo tramo de entrada, na nave central, mas com largura e profundidade menores. No nível térreo ficava o vestíbulo, em cujos vértices se erguiam os cunhais da torre. Entre eles, abriam-se as três portas do guarda-vento e a porta principal. O nível intermédio incorporava o coro-alto, uma obra posterior a 1926. Antes, deveria existir um coro-alto instalado num sobrado, suportado pelos dois arcos menores das arcarias existentes no tramo de entrada, como é comum em muitas igrejas açorianas. Pela menor largura da torre, quando comparada à largura da nave, o coro-alto tornou-se num espaço bem mais acanhado, consequência da perda progressiva de importância dos coros-altos na celebração litúrgica. O nível superior correspondia ao campanário, que, neste caso, era o único corpo autónomo da torre. Possuía uma grande ventana por cada um dos seus quatro lados e era coroado por um coruchéu oitavado, com as arestas boleadas, cujas faces eram seccionadas por quatro frisos. No vértice do coruchéu encontrava-se um pequeno pináculo esférico a segurar uma cruz. Na base daquele coruchéu situavam-se, nos ângulos sobre os cunhais da torre, pináculos com um tratamento decorativo neogótico que se erguiam sobre pedestais, interligados por platibandas rendilhadas que eram rematadas por elementos vegetalistas trifoliados.



Fig. 7.91 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.



Fig. 7.92 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada após o sismo de 1998.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.



Fig. 7.93 – Igreja da Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada em 2015.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da igreja da Ribeirinha foi construída, a par da torre, depois do sismo de 1926. Resultava da reconstrução efectuada após o sismo de 1926, ainda com laivos neogóticos, mais nos elementos decorativos que na estrutura e nas proporções do edifício. Dividia-se em três panos, cujo o central era mais estreito que os laterais, uma solução sem precedentes nos Açores. A largura do pano central estava assinalada por

duas pilastras que mais não eram que os cunhais da torre. Sendo assim, o pano central da fachada correspondia ao alçado principal da torre. Possuía uma porta larga com verga curva, encimada por uma janela de sacada geminada, com guarda rendilhada por motivos decorativos similares aos presentes nas platibandas que rematavam as faces da torre. Esta janela tinha as mesmas dimensões da porta que lhe era inferior. Acima corria uma cornija a toda a largura da fachada que, no pano central, marcava o arranque do corpo autónomo do campanário, enquanto estremavam superiormente os panos laterais.

Como foi referido, os panos laterais eram mais largos que o central, constituídos por duas janelas de peito, com verga curva, aprumadamente abertas nos dois níveis existentes. Todas as janelas tinham a mesma largura de vão, porém, as janelas que se abriam no nível térreo possuíam maior altura. À semelhança do que sucedia na torre, também os remates superiores dos panos laterais da fachada eram feitos por platibandas rendilhadas, com pináculos neogóticos nos ângulos, assentes em pedestais, sobre os cunhais. Os elementos decorativos, apesar de semelhantes aos que rematavam a torre, apresentavam dimensões maiores.

Pelas ruínas da igreja da Ribeirinha percebe-se que o corpo das naves não caiu no sismo de 1926, apenas a frontaria que então foi substituída. Como tal, e tendo em consideração o pouco que restou da igreja – uma arcaria, uma parede lateral e a estrutura pétrea do tramo de entrada –, somente se pode afirmar que os elementos remanescentes podem ser obra dos séculos XVII ou XVIII. A arcaria apresenta dimensões comuns às igrejas açorianas edificadas naqueles séculos. Os pilares não são altos, possuindo embasamentos e capitéis formados por troços de entablamentos. O nível definido pelos cimos dos troços de entablamento, onde arrancam os arcos, situa-se a meia altura do plano vertical da arcaria.

A frontaria erguida no segundo quartel do século XX foi implantada com a torre ocupando parte do tramo de entrada, na nave central. Porém, os panos laterais da fachada acabam por ter remates rectos, com aparato, não mostrando a tradicional forma da empena. Juntamente com o tratamento simples dado aos vãos ali presentes, todos estes aspectos contribuem para que a imagem da igreja da Ribeirinha, exceptuando o campanário da torre, se aproxime da aparência de um edifício civil.

A colocação paralela das três imagens da frontaria da igreja da Ribeirinha, para além de mostrar a mesma fachada novecentista, primeiro, na década de 1980, depois, após o sismo de 1998 e, por fim, em 2015, comprova igualmente o prolongado abandono a que ficou votado o património arquitectónico após um sismo destrutivo, bem como a evolução do processo de ruína. Em 2020, esta igreja ainda não tinha sido intervencionada, perfazendo vinte e dois anos desde que ficou arruinada.

– *Igreja de Nossa Senhora do Socorro*, Salão

> […] *a freguezia do Salão que dista da Matriz 14200 metros* […].
> *A sua egreja parochial começou por uma ermida suffraganea aos Cedros que já existia em 1727 e a actual foi edificada em 1780, tem 24,m 2 de comprimento e 10,m 12 de largura: tem bons retabulos dourados, que erão da egreja de São João; mas està carecida de reparos e ornamentos*[44].

O Salão começou por ser um lugar da freguesia dos Cedros, autonomizando-se no século XVIII. Como tal, Gaspar Frutuoso não o menciona na sua obra, apesar de referir o actualmente designado Porto do Salão. "Correndo a costa pera diante, vai fazendo uma baía de meia légua, na ponta da qual está um pesqueiro, chamado de Bastião Nunes, aonde descem, por passos perigosos, por rocha mui alta […]"[45]. Foi nos terrenos acima daquele porto que se criou o lugar do Salão, já existente no século XVII.



Fig. 7.94 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): frontaria na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

Como se encontra epigrafado, em 1727 existia uma ermida primitiva, sufragânea da igreja dos Cedros, que foi substituída pela igreja erecta em 1780. "Foi neste anno reedificada e ampliada a ermida de Nossa Senhora do Soccorro do logar do Salão da ilha do Fayal a qual passou a egreja parochial da freguezia que ahi se creou em 1800"[46]. Tratava-se, pois, de uma primeira igreja de uma freguesia recente, desmembrada da freguesia de Cedros, apesar de ainda ter sido criada no Antigo Regime.

A igreja do Salão era um edifício simples, com uma fachada composta, no nível térreo, por um soco ao centro do qual se rasgava a porta principal, rematada por um entablamento – o único elemento de alguma erudição presente em toda a frontaria. No nível superior, abriam-se três janelas de guilhotina com duas folhas. A janela central era maior que as laterais, aprumada com a porta inferior. A imagem da fachada era a de uma empena, delimitada lateralmente por um dos cunhais da torre e por outro cunhal. O remate

[44] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., pp. 58-59.
[45] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 104.
[46] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, I vol., p. 266.

superior apontado não se encontrava demarcado por cantaria, erguendo-se uma cruz de pedra talhada no vértice, pintada de branco. A falta daquela demarcação dá à fachada um certo ar de inconclusa, já que apresenta cantaria a defini-la quer nos lados (cunhais), quer inferiormente (soco). Não era caso único nos Açores, mas também não era comum.

A torre era baixa, constituída por dois corpos de dimensões aproximadas, embora o inferior fosse mais alto. Também possuía soco, destacando-se nos cunhais. Os dois corpos eram divididos por uma cornija que estava presente em três faces da torre. O corpo superior correspondia ao campanário, com uma ventana por face. A torre era rematada por um entablamento que corria nas suas quatro faces. Era coroada por um coruchéu piramidal oitavado, com um pequeno elemento de cantaria no vértice que não chegava a ser um pináculo. Estranha-se a inexistência de pináculos, seja nos ângulos da torre, sobre os cunhais, seja a rematar o cunhal do outro extremo da fachada.



Fig. 7.95 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): perspectiva interna na década de 1980. **Foto:** Pe. José Alvernaz Escobar.

O espaço interno da igreja do Salão não diferia muito do das igrejas faialenses do Capelo, Pedro Miguel e Ribeirinha, fosse nas dimensões, na estrutura ou nos elementos arquitectónicos. Tratava-se de uma igreja de três naves e cinco tramos. As naves eram separadas por duas arcarias de cinco arcos, cada, assentes em pilares de secção quadrangular não muito altos. Possuíam embasamentos, enquanto os capitéis eram constituídos por troços de entablamento nas suas quatro faces. Antes de 1998, as arcarias encontravam-se totalmente pintadas de branco. O arco triunfal abre-se quase tão largo quanto a nave central, arrancando de duas pilastras mais altas que os pilares das arcarias, com embasamento e rematados por troços de entablamento. O arco resultante era grande, mas não se pode dizer que fosse de volta inteira, mal-grado tivesse sido essa a intenção – era um arco ligeiramente abatido e alteado. A capela-mor era profunda e tinha duas janelas lateralmente abertas, sobre as quais corriam, em cada lado, cornijas que arrancavam mais acima que os remates das pilastras do arco triunfal. Laterais à capela-

mor situavam-se os altares colaterais, no topo das naves laterais. Não havia mais altares ou capelas naquela igreja. Pela imagem do espaço interno ainda se observa a existência de uma de duas grandes janelas laterais que foram rasgadas nos extremos do tramo imediato à capela-mor.

A igreja de Nossa Senhora do Socorro foi paroquial do Salão até ao terramoto de 1998. Ficou totalmente destruída, pelo que foi decidido arrasar as ruínas. O seu lugar permanece, identificado pela escadaria do adro e pelos degraus que ascendiam ao nível da igreja. O espaço que ocupou encontrava-se, em 2015, entulhado e pejado de pedras amontoadas, "desmontadas" do corpo das naves. Facilmente se detectam pedras talhadas, parte delas pertencente a embasamentos e capitéis dos pilares das arcarias.



Fig. 7.96 – Igreja do Salão (1780): adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015,



Fig. 7.97 – Igreja do Salão (1780): adro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.98 – Igreja do Salão (1780): cantarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.99 – Igreja do Salão (1780): cantaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

– *Igreja de Santa Bárbara*, Cedros

> (…) *está uma freguesia de Santa Bárbara, que se chama dos Cedros, mais principal da ilha, tirando a vila de Horta, que está situada na terra tão longe da rocha como um quarto de légua, onde há muita gente nobre* (…). *É a igreja de três naves sobre cinco colunas, com uma capela ao lado esquerdo*[47].



Fig. 7.100 – Igreja de Santa Bárbara, Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): fachada em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.



Fig. 7.101 – Igreja de Santa Bárbara, Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): espaço interno em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

Os Cedros, uma das primeiras povoações estabelecidas na ilha, situa-se na costa norte. Depressa se tornou numa das mais populosas e ricas freguesias rurais do Faial, devido, essencialmente, à grande produção de trigo e de gado.

A igreja dos Cedros era uma construção do reinado de D. Manuel I, que, ao longo dos séculos, foi algumas vezes aumentada, com uma torre edificada muito tempo depois da igreja. Este edifício tardo-gótico chegou ao terceiro quartel do século XX, quando, em 1971, sofreu um incêndio que o destruiu completamente. Após uma reconstrução de arquitectura contemporânea, da igreja apenas subsistem o portal da fachada primitiva e a torre. A presente análise basear-se-á em testemunhos escritos e visuais.

> *A sua egreja parochial começada em 1594* [sic] *epocha da creação da freg.ª: é um bom templo e espaçoso de 3 naves, parecendo que a última* [a quarta nave] *lhe foi adicionada com o aumento da população; pois que a sua acanhada altura não corresponde a' largura: esta é de 17,m 6 com uma so portada de fina pedra, bem espaçosa e elevada e primorosamente guarnecida com delicados relevos e por cima ainda uma clara-boia com uma vidraça da mesma pedra, obra de muita perfeição: tem de comprimento 35 metros*[48].

[47] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, Livro VI, p. 104.
[48] António Lourenço da Silveira Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 56.

A data 1594, avançada pelo autor, parece-nos um erro de impressão, pois, nessa data, já o povoamento do Faial se teria iniciado há mais de um século. Existem cinco hipóteses mais prováveis para a verdadeira data: 1494, 1504, 1514, 1524 e 1534. De entre elas, é crível que a data certa será entre 1494 e 1514, uma vez que a igreja foi construída aquando da criação da freguesia, que já estaria estabelecida na viragem para o século XVI. O trecho supracitado também identifica o espaço interno da igreja, três naves, com outra nave adicionada posteriormente. Descreve o portal principal e dá as medidas específicas do edifício: 35 metros de comprimento por 17,6 metros de largura. Quanto ao número de tramos, o trecho de Gaspar Frutuoso, que inicia a presente análise à igreja dos Cedros, afirma que *é a igreja de três naves sobre cinco colunas*, leia-se, cinco colunas de cada lado, o que perfaz seis tramos.



Fig. 7.102 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): perspectiva interna nos meados do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.



Fig. 7.103 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): perspectiva da quarta nave nos meados do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.

O que caracteriza a igreja dos Cedros é a ausência de clerestório e a inexistência de arcarias no corpo das naves. A cobertura de madeira, com duas águas, apoia-se numa estrutura ortogonal criada por duas vigas longitudinais, que assentam directamente sobre os capitéis das colunas e pelas vigas transversais que unem cada par de colunas. Enquanto as igrejas com arcarias apresentam-nas a suportar as paredes de alvenaria, na igreja dos Cedros não as havia. As colunas eram altas, cilíndricas, e os capitéis mostravam uma aproximação à ordem coríntia. Trata-se de uma solução estrutural simples, pouco comum, que também se encontrava na primitiva igreja da Feteira, assim como nas primitivas igrejas picoenses das Lajes do Pico e Santa Bárbara, todas coetâneas. Em Portugal continental, foi a solução escolhida para a Matriz da Mêda, distrito da Guarda. O arco triunfal da igreja dos Cedros era apontado, mais baixo que as colunas, com pés-direitos compostos por colunelos que se prolongam pelo arco.

Uma particularidade desta igreja está em ter sido aumentada com uma quarta nave no lado da Epístola. Existe, porém, um espaço depois da quarta nave que pode

ser observado nas imagens anteriores, que não se devia constituir como mais uma nave. A quarta nave é limitada por duas baixas arcarias, com arcos de volta completa assentes em colunas cilíndricas, comunicando com a nave lateral do lado da Epístola. A quarta nave foi erguida por trás da torre, pelo que só deve ter sido construída depois dela.



Fig. 7.104 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ref. várias vezes até 1971): frontaria na 1.ª metade do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros

A fachada da igreja dos Cedros era simples, constituída por um portal encimado por uma rosácea, à qual foram adicionadas, posteriormente, duas pequenas janelas quadrangulares a ladear a rosácea. O portal principal é uma peça tardo-gótica, com um arco levemente quebrado. O intradorso é composto por dois arcos, enquanto o extradorso é formado por um arco duplo, todos apoiados em colunelos. O espaço entre os arcos é inteiramente preenchido por motivos fitomórficos. No alinhamento vertical dos colunelos exteriores surgem dois colunelos com capitel, rematados por elementos folhosos.



Fig. 7.105 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.106 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): portal e torre sineira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A rosácea original seria uma peça contemporânea do portal, embora tenha sido destruída pelo incêndio de 1971. A torre é uma construção dos séculos XVII/XVIII, robusta, que apesar de não ser alta, quando comparada com o corpo da igreja impõe-se peremptoriamente, numa considerável diferença de escalas. É formada por dois níveis, em que o inferior possui largos cunhais e em cujo nível térreo se abre uma janela emoldurada por cantarias simples. Este corpo é rematado por uma cornija balançada, a partir da qual se encontra o campanário. De dimensões ligeiramente menores que o corpo inferior, o campanário tem os cunhais um pouco mais estreitos, entre os quais se rasgam quatro ventanas, uma por face. O campanário é rematado por um entablamento humilde (quando comparado com a cornija inferior). Um coruchéu piramidal oitavado coroa a torre, enquadrado por quatro pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais, unidos entre si por platibandas em cantaria.



Fig. 7.107 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): fachada no último quartel do séc. XX.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.



Fig. 7.108 – Igreja de Cedros (1.º quartel séc. XVI/ ref. várias vezes até 1971): fachada actual.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Na imagem à esquerda, vê-se a primeira fachada erguida após o incêndio de1971, no qual desapareceram a rosácea e as janelas quadradas sobre o portal. Esta nova igreja foi intervencionada após o sismo de 1998, tendo sido submetida a uma operação plástica que resultou no regresso da rosácea e das janelas quadradas, mas com uma linguagem contemporânea. Vingou a ideia de repor os elementos identitários da fachada que haviam sido ignorados após o incêndio.

7.2. Análise das igrejas de três naves da ilha do Faial

Como já foi notado, o Faial tem sido, ao longo do tempo, fortemente abalado por terramotos e fustigado por temporais. Estes foram os principais motivos para a renovação continuada das igrejas no decorrer dos séculos, mais que a pretensão de substituir um edifício por outro maior, mais cómodo e digno. Das treze igrejas de três naves identificadas na ilha, apenas cinco chegaram até à actualidade: as igrejas de Nossa Senhora do Rosário (São Francisco da Horta), Praia do Almoxarife, Capelo, Castelo Branco e Feteira. As restantes oito desapareceram em vários períodos da história do Faial, desde o século XVI até ao sismo de 1998. Este último fenómeno foi responsável pela destruição de quatro templos: Pedro Miguel, Ribeirinha, Salão e Flamengos. A juntar-se aos fenómenos telúricos e atmosféricos, houve ainda várias invasões de piratas e corsários, das quais se releva a do conde de Essex, em 1597, pela violência, saque e vandalismo. Quatro igrejas de três naves faialenses foram incendiadas nesse ataque – Matriz da Horta, Conceição (Horta), Praia do Almoxarife e Flamengos –, tendo sido reconstruídas com três naves na primeira metade do século XVII.

As igrejas de três naves do Faial, tal como nas outras ilhas, apresentam uma notória familiaridade dos seus espaços internos. São edifícios simples que seguem uma estrutura formatada à partida, porém, flexível e regulável às dimensões e proporções pretendidas, na qual se realçam as arcarias. Como tal, permitem a execução de grandes e pequenos edifícios, sempre sem perder a sua essência estrutural.



Fig. 7.109 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de São Francisco da Horta (1696-1700): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.110 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja do convento de São Francisco da Horta é o maior templo da ilha, só ultrapassada, na altura, pela antiga igreja dos Jesuítas, actual Matriz da Horta. A sua escala é quase colossal, composta por arcarias assentes em altos pilares, com capitéis toscanos e pilastras superiores finas que tanto prosseguem dos pilares quanto arrancam da chaves dos arcos.

A descrição da igreja franciscana de Nossa Senhora do Rosário é relevante para compreender a arquitectura dos templos da Praia do Almoxarife e da Feteira, uma vez que os precedeu. O texto descritivo aplica-se em pleno na Praia do Almoxarife, variando em três aspectos: as arcarias são quase tangentes às cornijas superiores que correm na nave central; no alçado interno do arco triunfal, cuja cornija é quebrada e curvada nos extremos, sobrelevando o troço de cornija recta; não existe um vão superior axial. No resto, partilha com a igreja franciscana a escala quase colossal da sua arquitectura, uma descendente erecta quase sessenta anos depois. Talvez por isso se atreva a alguns, poucos, laivos barrocos presentes na referida cornija e nos capitéis.



Fig. 7.111 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja da Feteira segue a mesma fórmula das duas igrejas anteriores, mas com dimensões menores. Para além de quase tudo, a igreja da Feteira tem em comum com São Francisco o vão aberto no alçado do arco triunfal (formas à parte). Todavia, aquele alçado não apresenta uma cornija sobre o arco, que, a existir, seria interrompida pelo vão/janela elíptica em repouso. Também não possui pilastras finas nem na continuação superior dos pilares, nem colocadas sobre as chaves dos arcos. Estas divergências resultam, na maior parte, do tipo de tecto escolhido, uma falsa abóbada de berço rebaixado na nave central e secções de falsas abóbadas de berço das naves laterais, todas em madeira.

As espacialidades conseguidas nas três igrejas em análise é bastante similar. A principal diferença reside na parede entre o cimo dos arcos e a cornija que corre superiormente. Na Praia do Almoxarife, as arcarias são quase tangentes às cornijas, pelo que o arranque do tecto faz-se logo acima delas. A quase inexistência daquele espaço é suficiente para, mal-grado a altura da nave central, aparentar que o tecto se apoia directamente nas arcarias, como se lhe faltasse o pano de parede sobre os arcos.



Fig. 7.112 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.113 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As igrejas de Castelo Branco e do Capelo possuem dimensões medianas, no contexto do Faial. As arcarias têm aproximadamente as mesmas dimensões, embora a do Capelo possua uma nave central mais larga. A distância entre os arcos e o arranque do tecto também é semelhante. Porém, o diferente tipo de tecto de madeira da igreja do Capelo, plano com caixotões, confere-lhe uma espacialidade mais limitada na altura. A igreja de Castelo Branco é coberta, na nave central, por um tecto de madeira com três esteiras, ampliando-a superiormente em relação à do Capelo. Em ambas as igrejas, os arcos triunfais são mais altos que os das arcarias, possuindo quase a largura da nave central. O facto de o arco triunfal de Castelo Branco parecer mais alto deriva da maior estreiteza da nave central. Os arcos triunfais de ambas as igrejas abrem-se para capelas-mores profundas, iluminadas por janelas laterais. O espaço interno das duas igrejas, por mais similares que sejam as suas dimensões, acabam por se mostrar díspares, em que a igreja de Castelo Branco tem a nave central mais alta, enquanto a do Capelo a tem mais larga, compensando a menor altura. Curioso é o facto de o tecto plano, com caixotões, colocado não muito alto, ajudar a integrar as naves laterais no espaço interno que o tecto de três esteiras, colocado mais alto.



Fig. 7.114 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): espaço interno.
Foto: Pe. José Alvernaz Escobar.



Fig. 7.115 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ref. várias vezes até 1998): espaço interno.
Foto: Liseta da Silveira Pinheiro.

As igrejas do Salão e de Pedro Miguel apresentavam um espaço interno pautado por arcarias semelhantes, mais baixas que as das igrejas anteriores. No entanto, a nave central de Pedro Miguel seria mais elevada, já que o arco triunfal arranca ao nível da chave dos arcos das arcarias, ao passo que, no Salão, arranca pouco acima do nível dos capitéis presentes nas arcarias. Tal facto pressupõe uma maior distância entre o cimo das arcarias e a cornija que lhe é superior. Como tal, independentemente do tipo de tecto de madeira que tivesse, fosse plano (com ou sem caixotões), fosse de três esteiras ou uma falsa abóbada (de berço ou abatida). Um pormenor que quase escapava à análise do espaço interno de Pedro Miguel era a existência de arcos transversais às naves laterais entre os dois tramos mais próximos da cabeceira. Poderá indicar a intenção de criar um transepto ou, no mínimo, um espaço cruzeiro que apartaria a cabeceira das naves. Nos topos desse espaço não existiam capelas ou altares. Na impossibilidade de verificar se aquele espaço teria ou não um tecto diferenciado da restante nave, supõe-se que não teria. Seja como for, esta solução só é encontrada, nos Açores, na igreja do Convento de São Francisco de Angra.



Fig. 7.116 – Igreja de São Mateus, Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): perspectiva interna após o sismo de 1998.
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

Das igrejas de três naves em estudo no Faial, a igreja da Ribeirinha é das que menores dimensões apresenta. Para além de possuir uma nave central pouco larga, as suas arcarias eram as mais baixas da ilha. O tecto não arrancava muito acima das arcarias. Tal como em Pedro Miguel, o arco triunfal era bastante mais alto que as arcarias, arrancando pouco acima delas. O tecto ficava pouco acima do arco triunfal, cuja forma abatida continha o espaço interno.

A análise das frontarias das igrejas de três naves do Faial não deve ser feita pelos mesmos parâmetros utilizados na análise dos seus espaços internos – grande;

média-alta; média; média-baixa; pequena. Apesar de a correspondência ser verídica em boa parte dos casos, vezes há que não o é – a igreja do Capelo tem uma espacialidade interna mediana, porém, apresenta uma fachada baixa; a igreja da Ribeirinha era a mais pequena da ilha, contudo, possuía uma fachada (de construção posterior) que a tornava bem alta. Sendo assim, quanto às frontarias, foi decidido agrupá-las consoante três categorias: as que possuem três portas – São Francisco da Horta, Praia do Almoxarife, Feteira e Capelo –; as que apenas têm uma porta – Salão, Flamengos, Castelo Branco –; e as que apresentam torre central – Pedro Miguel, Ribeirinha.



Fig. 7.117 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Convento de São Francisco da Horta (1696-1700): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.118 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Praia do Almoxarife (1758): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

São Francisco da Horta e Praia do Almoxarife são os dois maiores exemplares de igrejas de três naves do Faial, possuindo, também as três maiores frontarias. Para além das dimensões, têm em comum a solução das três portas no nível térreo. Em São Francisco existe uma galilé que percorre toda a fachada da igreja e da torre, porém, dentro da galilé, abrem-se as três portas do templo, todas centradas em cada uma das naves. A galilé é um elemento que, no Faial, apenas se encontra presente nesta igreja, cujo desenho da fachada foi inspirado na casa-mãe dos franciscanos nos Açores, a igreja do convento de São Francisco de Angra. A frontaria tem quatro níveis, a contar com o nível do frontão e do campanário da torre, aqui, integrada plenamente na fachada como um pano de largura ligeiramente menor. Como tal, São Francisco da Horta apresenta uma fachada bastante estruturada por largas pilastras, cornijas e um friso fino, o que gera vários repartimentos onde se abrem os vãos. No terceiro nível existem duas janelas no repartimento central, com elementos decorativos losangulares nos laterais. Crê-se que o frontão que se ergue sobre a fachada da igreja tenha sido adicionado num tempo posterior à sua construção, bem como a pequena ventana barroca que remata a face frontal do campanário.

A igreja da Praia do Almoxarife é da segunda metade do século XVIII. A sua frontaria foi intervencionada posteriormente, como já foi notado. Essa intervenção verificou-se, essencialmente, na colocação de um pseudo frontão, tal como no coroamento das torres com coruchéus em forma de funil invertido de secção quadrangular e no rasgar até ao pavimento das janelas originais, sobre as portas, com guarda férrea. O restante parece ser originário da construção setecentista. Apesar de manter alguma familiaridade com a igreja franciscana da Horta, o templo da Praia do Almoxarife aproxima-se mais das igrejas com duas torres erguidas no Pico. As suas dimensões e composição encontram-se em linha com as igrejas de Bandeiras, Prainha e São Mateus, principalmente. Ademais, é a única igreja de três naves do Faial que possui duas torres[49].



Fig. 7.119 – Igreja do Espírito Santo, Feteira (1824): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja da Feteira é uma edificação do século XIX cuja frontaria continua um modelo setecentista, apesar de refrescado com uma linguagem arquitectónica dos seus elementos que denuncia a época em que foi construída. É o caso dos vãos presentes na fachada do corpo da igreja, rematados por arcos de volta inteira, uma solução oitocentista que entra em contraste com as janelas presentes na torre, coevas, mas tratadas com uma estética setecentista. Todas as janelas possuem um avental definido pelas cantarias laterais e pelo friso que lhes corre inferiormente. Na verdade, se não fosse a existência do friso que separa os dois níveis da fachada prolongar-se para a

[49] No Faial, existem e existiram mais igrejas com duas torres, mas são de nave única. São os casos da actual Matriz da Horta (igreja jesuíta), da igreja do convento carmelita e da paroquial das Angústias, mas também dos desaparecidos templos da Conceição e da Misericórdia, todos situados na Horta.

torre não haveria muito mais em comum entre a fachada do corpo da igreja e a torre. Não obstante a tentativa de integrar a torre na fachada da igreja, tal objectivo não foi concretizado. Não só a forma dos vãos difere, mas também a quase inexistência de elementos horizontais na fachada do templo contrasta com os dois frisos e as duas cornijas que assinalam os vários níveis da torre. Salientam-se as finas pilastras que formariam os três panos da fachada que terminam como espigões, não existindo uma cornija superior que demarque o nível superior do pseudofrontão contracurvado e quebrado. A não existência daquele elemento horizontal, tal como noutras igrejas açorianas, costuma originar uma expansão vertical da fachada para a superfície que lhe é superior. Todavia, na igreja da Feteira, apenas as pilastras centrais invadem um pouco aquela superfície, que é francamente tratada como se fosse um frontão sem base definida.



Fig. 7.120 – Igreja da Santíssima Trindade, Capelo (post. 1672): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 7.121 – Igreja de N.ª S.ª Socorro, Salão (1780): fachada na década de 1980.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

A igreja do Capelo é a mais antiga das que existem no Faial, erguida no final do terceiro quartel do século XVII. Tem uma frontaria baixa, quando comparada com as igrejas atrás analisadas, com três portas abertas na fachada encimadas por janelas, com um óculo superior axial. Talvez por restar tão pouca superfície parietal, a fachada da igreja não apresenta qualquer estruturação feita por pilastras, frisos ou cornijas, aproximando-se da ideia de uma empena rasgada pelos vãos. O remate é feito pelos lados declivosos que, ao contrário do que sucede na Feteira, aqui, não insinua nenhum pseudofrontão. Com a igreja da Praia do Almoxarife, apenas tem em comum o posicionamento das portas e a maior altura da porta central. O facto de o corpo da igreja ser ladeado por uma torre baixa, mas larga – a cornija superior do campanário situa-se a uma menor altura que o vértice da fachada –, contribui para o aspecto robusto do templo. A circunstância de o templo estar sobrelevado e de ser acedido por uma escadaria frontal barroca, em posição transversal, confere-lhe um carácter cenográfico notável. Esta solução de colocar a escadaria paralela ao caminho permitia a criação de

um adro que não seria possível se a escadaria se desenvolvesse em posição longitudinal, fronteira à fachada.

A desaparecida igreja do Salão aparentava ser uma construção antiga, tal como a do Capelo. Conseguia ser ainda mais simples, com uma porta central encimada por uma janela, ladeada por duas janelas pequenas mais próximas dos extremos da fachada. Nesta igreja, a noção de se tratar de uma empena rasgada pelos vãos tinha ainda mais impacto, tanto pela ausência de pilastras, frisos ou cornijas, quanto pela inexistência de cantaria no remate superior da fachada. A torre que se lhe encostava era baixa, mas robusta, formada por dois corpos quase da mesma altura e coroada por um baixo coruchéu piramidal oitavado, como no Capelo. Só que, no Salão, a torre tinha sensivelmente a mesma altura do vértice superior da fachada. Em ambas as igrejas, as torres adossavam-se ao corpo das naves, marcando presença nas fachadas, mas sem as integrar.



Fig. 7.122 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Flamengos (séc. XVII/1636): fachada no 1.º quartel do séc. XX.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.



Fig. 7.123 – Igreja de Santa Catarina, Castelo Branco (1767): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja dos Flamengos é a que teve, até hoje, o maior número de fachadas ao longo dos tempos. Das conhecidas, a mais antiga é a supra exposta, à esquerda, a terceira que foi edificada no segundo quartel do século XVIII, embora a torre e, possivelmente, os vãos da fachada serem-lhe anteriores. Apresenta uma fachada composta por uma porta central encimada por uma grande janela, ambas rematadas por entablamentos, enquanto duas janelas menores se situam no nível térreo, mais próximos dos extremos da fachada que da porta. Trata-se da primeira igreja faialense, neste estudo, a ter janelas abertas no nível inferior – ou as têm no nível superior, flanqueando a porta e a janela superior central, ou abrem-se três portas no nível térreo. Também é a única construção, até agora, encontrada fora da ilha de São Miguel a mostrar «rombos»/«pontas de diamante» nos lintéis dos vãos. Mais uma vez, não existem elementos estruturantes da fachada como pilastras, frisos ou cornijas. A

expressão de alguma altura da frontaria pode ser enganadora, já que a igreja não tinha grande largura. Sem a existência de mais registos não se pode analisar o espaço interno, porém, teria uma nave central não muito larga, ladeada por duas naves laterais estreitas, se tivermos em conta que, regra geral, as janelas laterais da fachada situar-se-iam centradas no topo daquelas naves. Quanto à altura, foi aumentada no século XVIII, confrontável no desnível entre a cobertura e a fachada, mesmo com o remate superior adicionado na época.

A igreja de Castelo Branco tem uma implantação no terreno semelhante à igreja do Capelo, sobrelevada, onde a presença de uma escadaria similar – mais recente, com um trato menos barroco e mais estilizado – as aproxima, mas é tudo. Se a igreja do Capelo é uma construção isolada, a de Castelo Branco encontra-se num quarteirão próprio, inserida numa malha urbanizada a toda a volta, delimitada por ruas e acessos em, pelo menos, três lados. Trata-se de uma edificação do século XIX, cuja fachada é composta por um portal central, com três janelas iguais rasgadas até ao pavimento iguais no nível superior, em que a central se encosta ao emolduramento superior do portal. Todos os vão são rematados por entablamentos pronunciados nos extremos. Uma vez mais, não existem pilastras, frisos ou cornijas a estruturar a frontaria. Neste caso, o tratamento dado à parte superior da fachada é semelhante à de um frontão, embora sem base definida – um pseudo frontão. Uma característica desta fachada é a presença de grandes e esguios pináculos neogóticos nos extremos e nas quebras do remate superior contracurvado quebrado, bem como a rematar os cunhais da torre, exprimindo a moda arquitectónica da época da sua construção. Curiosamente, são os únicos elementos neogóticos da frontaria, já que o recorte do pseudo frontão se aproxima mais de um barroco tardio que de uma fachada de influências góticas. A torre, apesar de estar à face com a fachada, não se integra na sua composição. De notar o coruchéu piramidal oitavado bastante «esticado», ou seja, com maior altura relativamente à largura da base. Tal intenção deverá vir do desejo de «goticizar» a aparência do edifício, intervindo num elemento arquitectónico que tinha vindo a acompanhar a arquitectura religiosa açoriana desde a Sé de Angra (1570-1618), sem que tivesse sofrido grandes alterações nas proporções utilizadas, a não ser para ficarem com menor altura. A partir da segunda metade do século XIX começaram a ser construídos coruchéus dimensional e proporcionalmente mais altos, como este de Castelo Branco ou os da Matriz da Madalena do Pico, aumentando consideravelmente a altura absoluta das torres. Em Castelo Branco, o coruchéu «esticado» é enquadrado pelos esguios pináculos neogóticos nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 7.124 – Igreja da N.ª S.ª Ajuda, Pedro Miguel (início séc. XVII/ ref. várias vezes até 1998): fachada na 2.ª metade do século XX.
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.



Fig. 7.125 – Igreja de São Mateus, Ribeirinha (1.ª metade séc. XVII/post. 1926): fachada (década de 1980).
Foto: Foto Jovial, Horta, Faial, Açores.

As frontarias das igrejas de Pedro Miguel e Ribeirinha são construções do século XX, ambas adossadas a corpos de igrejas pré-existentes. Como tal, são corpos encostados/inseridos nas anteriores frontarias da igreja. O que as distingue das restantes igrejas faialenses, para além da cronologia e tratamento estilístico, é o facto de terem uma torre central, uma solução que só surgiu no panorama arquitectónico açoriano num século XIX já bem avançado. Em Pedro Miguel, a torre (ainda) se ergue desinserida da igreja, com uma galilé aberta nas quatro faces do nível térreo. Esta solução é antiga, como o comprova a Sé de Faro (séculos XIII-XVI) ou as Matrizes de Pedrógão Grande e de Areias (ambas do século XVI), todas igrejas de três naves com cobertura de madeira. A torre de Pedro Miguel encostava-se a uma fachada pré-existente que recebeu um tratamento estilístico resultante da intervenção arquitectónica do século XX. Pela imagem acima exposta, pode-se conjecturar que a fachada anterior teria três portas encimadas por janelas, o que a aproximaria da igreja vizinha da Praia do Almoxarife, mas com uma fachada em forma de empena. É mais que provável que tivesse tido uma torre lateral. Vistos frontalmente, poderiam induzir erroneamente sobre a existência de mais duas naves laterais. Afinal, esses espaços apenas existiam nos extremos do tramo de entrada, sendo ocupados pelo baptistério e por uma capela lateral.

A igreja da Ribeirinha também possuía uma torre central, desta feita, inscrita na planta da igreja como parte central do tramo de entrada. A característica mais interessante está na transformação interna do nível intermédio da torre em coro-alto, aberto para a nave central da igreja. A fachada desta igreja poderia ser de um exemplar de arquitectura civil – uma casa com uma porta larga axial, encimada por uma ampla

janela e mais outras duas janelas laterais em cada nível –, à qual teria sido adicionada uma «torrinha». Ora, essa «torrinha», um campanário coroado por um coruchéu piramidal oitavado, é aquilo que confere ao edifício o carácter eclesiástico, sem a qual a igreja correria o risco de não ser reconhecida enquanto tal. As platibandas rendilhadas que rematam os panos laterais e as quatro faces da torre são os elementos estranhos desta composição, sem termo de comparação no conjunto das igrejas de três naves dos Açores. Quanto aos pináculos, constituem-se como os elementos mais neogóticos e eruditos presentes na frontaria, quando comparados com outros pináculos coevos existentes nas outras igrejas do Faial e do arquipélago.

Para terminar, há que fazer uma pequena análise quanto ao posicionamento das torres face às frontarias. Neste aspecto, o Faial apresenta-se como uma ilha bastante equilibrada: existem três igrejas com a torre adossada do lado do Evangelho (São Francisco da Horta, Capelo, Flamengos); três igrejas cuja torre se ergue do lado da Epístola (Salão, Castelo Branco, Feteira); duas igrejas com uma torre central (Pedro Miguel, Ribeirinha) e uma igreja com duas torres (Praia do Almoxarife). Como tal, não só o Faial difere bastante do Pico, a ilha mais próxima, onde as igrejas com duas torres têm maior afirmação, mas também diverge das restantes ilhas, na medida que, naquelas, existe uma maior hegemonia da torre lateral, seja de que lado for.

8. As igrejas de três naves na ilha das Flores



Fig. 8.1 – "Insula de las Flores.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

Demora a Ilha das Flores ao Noroeste da Ilha do Fayal, da qual dista boas 40 legoas; he quasi rotunda como a Ilha Terceira, (e tamanha) e maior que ella, corre o mais comprido norte, e Sul, e faz muitas pontas ao mar, das quais pera dentro faz boas, e largas bahias, sendo as mais principaes, a do Porto da amoreira, e a do calhao da Ribeira da Cruz, aonde eu ui ancorada a armada do Conde D'Essex, que era de 160 uelas o anno de 1597 (…)*. Entre estas duas Bahias fica a Villa de Santa Cruz, ao pé de hum alto monte, que a Ilha ahi faz, que no tempo que eu me criei nella seruia de monte Caluario.*

He esta Ilha muito alterosa, e montuosa, e de todas as partes do mar, uai sempre sobindo em picos, uargeas, ribeiras e rochedos pera o certão, e no meio della acima donde se diz o pico da Sée (que fica a banda de Santa Cruz) faz o mais alto de toda ella, que he hum campo, a que chamão o Scaluado (…)*, e por esta parte linha direita Leste, e Oeste, fende a Ilha pollo meio, e faz o mais largo della, que he de tres boas legoas pera cima, e quasi toda por este certão tem quasi a mesma largura*[1]*.*

O texto supracitado, da autoria de Frei Diogo das Chagas (c.1584-c.1661), veio substituir a citação de Gaspar Frutuoso que, neste trabalho, costuma abrir os capítulos das ilhas. Por falta de duas folhas do manuscrito original, o primeiro capítulo dedicado às Flores e a parte inicial do capítulo seguinte desapareceram, começando a narração a meio da descrição da ilha[2]. Todavia, não se poderia ter encontrado melhor substituto,

[1] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, [Angra do Heroísmo],Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, 1989, pp. 536-537.
[2] Quer o manuscrito original, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, quer as cópias manuscritas de finais do século XVI e de inícios do XVII que se encontram na posse da Biblioteca da Ajuda e da Casa Cadaval, passam da folha 585 v. para a 588. A falta das folhas 586 e 587 origina o fim abrupto da descrição do interior da ilha Graciosa para, de seguida, estar já a meio da descrição da ilha das Flores. Passa-se, assim, do capítulo 44.º inacabado para o 46.º já avançado. Como tal, o desaparecido capítulo 45.º encontrava-se naquelas folhas em falta, no qual se iniciava o relato da descoberta e povoamento da ilha das Flores. Porém, a perda

sessenta e dois anos mais novo que Frutuoso, já que Frei Diogo das Chagas era natural das Flores, como está expresso no texto. Talvez por isso existam alguns exageros nas comparações, nomeadamente, no maior tamanho das Flores face à ilha Terceira, quando, em área, a Terceira é-lhe superior em quase três vezes. As Flores são a sexta maior ilha dos Açores (ou a quarta menor), um pouco mais pequena que o Faial.

A ilha apresenta uma orografia atribulada, muito fragosa, com vales cavados por ribeiras caudalosas perenes. No interior da ilha situa-se um *sertão*, a mais de 700 metros de altitude, território amplo e chão, interrompido por várias lagoas e rodeado de alguns picos. Este *sertão* servia de pastagem durante os meses de Verão, sendo deixado no restante ano devido aos Invernos ventosos, chuvosos e muitas vezes tempestuosos que atingem particularmente as ilhas do grupo ocidental do arquipélago.

Apesar de haver bons solos, a ilha tem-nos em pouca extensão, possuindo, também, solos que pela porosidade se afundam, com mais turfa e menos terra.[3]. A abundância de água é uma das características que mais se evidenciam nas Flores.

> *Toda ella assim no Certão como polla Costa do mar he hum chafariz perenne de agoa* (…)*, que a natureza negou a muitas das outras Ilhas, superabundou naquela, porque dizem, tem dentro em si 362 ribeiras* (…)*, e rara he a que não se não ajunta com outras tantas, que as que entrão no mar, que são não so ribeiras, mas algũas dellas rios caudelosos, e que tem seus nomes particulares são 41 por mi bem contadas* (…)[4].

Quanto ao povoamento, foi mais tardio que o das ilhas do grupo central dos Açores, pois só foi descoberta pelo mesmo tempo em que se iniciava o povoamento das outras ilhas, na década de 1450. Houve um primeiro povoador, já mencionado nos capítulos das ilhas Terceira e São Jorge, Willem van der Haagen/ Guilherme da Silveira, que, na última década do século XV, foi morar para as Flores com mais pessoas que o tinham acompanhado desde a Flandres natal. Segundo os cronistas, antes de lá chegar, Guilherme da Silveira veio, primeiro, ter ao Faial, depois foi para a Terceira, seguiu para Flandres, voltou para a Corte, de novo para a Terceira para, logo depois, seguir para as Flores. Ali viveu durante um período entre sete a dez anos, após o qual voltou para a Terceira, de onde tinha partido, estabelecendo-se nas Quatro Ribeiras. Após o incêndio

daquelas folhas, já apontada pelo Pe. António Cordeiro na sua obra *História Insulana*, editada em 1717, deve ter ocorrido cedo, se não mesmo pela mão do próprio Gaspar Frutuoso. Se não existem no manuscrito original nem nas cópias dos séculos XVI e XVII, o mais provável é terem sido retiradas, provavelmente para serem substituídas sem nunca o terem sido. Os motivos podem ter sido variados, quer por se terem danificado, quer por o autor ter obtido novas informações que o obrigariam a uma reescrita, quer ainda por essas informações poderem não suster ou, mesmo, contradizer o que já estaria escrito. Afinal, não consta que Gaspar Frutuoso tenha alguma vez desembarcado nas Flores (entre várias ilhas) e isso percebe-se pela sua escrita, que se torna algo vaga, generalista e pouco pormenorizada, relativamente às ilhas que conheceu, indicando apenas as características principais da ilha.

[3] Segundo Frei Diogo das Chagas, os primeiros povoadores queixavam-se que, fazendo uma cova num terreno, quando a voltavam a encher com a terra de lá retirada, faltava terra para a preencher. Eram terrenos muito porosos, com tendência para abater com o uso, ainda que não deixassem de ser férteis.

[4] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 537.

que destruiu a sua casa, Guilherme da Silveira decidiu partir para a ilha de São Jorge, radicando-se no Topo, a ponta leste da ilha, embora tenha morrido no Faial. Não há dúvida que Guilherme da Silveira foi o povoador mais indeciso/descontente de que há registo, mas também poucos devem ter conhecido, à época, tantas ilhas quantas ele conheceu e nas quais viveu. O resultado do seu trajecto, durante o qual foi deixando filhos a viver nas ilhas por onde passou, reflecte-se na rápida disseminação do nome Silveira pelas ilhas dos grupos central e ocidental dos Açores.

As ilhas de São Tomás (ou Tomé) das Flores e de Santa Iria do Corvo[5] foram achadas em 1452, por Diogo de Teive, a mando do infante D. Henrique. Foram por si incluídas no seu testamento, de 1460, como parte dos bens a serem legados ao infante D. Fernando, seu sobrinho e herdeiro universal por perfilhação. Contudo, após a morte do infante D. Henrique, o também sobrinho D. Afonso V, que tinha herdado alguns bens do tio, decidiu reservar a posse das Flores e do Corvo, entre algumas terras, entregando ao irmão D. Fernando, por troca, tudo o que lhe havia cabido por testamento do tio. O objectivo do rei era oferecer as ilhas, como senhorios, a «pessoas prestimosas da sua afeição». O Corvo foi oferecido ao 1.º duque de Bragança, que não se interessou pela ilha. Foi, então, integrado na donataria das Flores, criada em 1475 e dada a Fernão Teles de Meneses, que assim se tornou no senhor das Flores e Corvo. Foram vendidas poucos anos passados por D. Maria de Vilhena, a viúva, a Diogo de Teive, o descobridor daquelas ilhas, por ter o direito de preferência na compra das ditas ilhas se o primeiro donatário as decidisse vender. O principal derrotado acabou por ser Guilherme da Silveira, que depois de ter sido feito terratenente das Flores pela mesma donatária, e de ter sido o seu primeiro povoador, viu goradas as esperanças de comprar a ilha. Foi este episódio que o levou a abandonar as Flores e rumar à Terceira.

A donataria das Flores e Corvo mudou algumas vezes de mãos ao longo dos séculos, entre as quais se destaca, a partir de 1548, Gonçalo da Fonseca (ou de Sousa), natural de Évora e senhor da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Talvez por isso, o Corvo tenha chegado a ser erroneamente designado pelo mesmo nome daquela ilha. Em 1593, Frei Gonçalo de Sousa da Fonseca, neto daquele e senhor das ilhas, morreu sem deixar descendência. A donataria regressou à coroa e, nesse mesmo ano, Felipe II ofereceu-a a D. Francisco de Mascarenhas, 1.º conde de Santa Cruz (das Flores). Esta família manteve o senhorio das Flores e Corvo até 1759, aquando da condenação e execução do 15.º donatário, D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, 8.º conde de Santa Cruz e 8.º duque de Aveiro, na sequência do processo dos Távoras. Como resultado, as Flores e o Corvo foram confiscadas pela coroa.

[5] Mais tarde, o Corvo também foi designado de ilha de Santo Antão, devido aos donatários da ilha estarem associados à ilha cabo-verdiana daquele nome.

Em 1766, na continuidade da reforma político-administrativa realizada pelo marquês de Pombal – enquanto Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino –, as Flores e o Corvo passaram a partilhar a mesma tutela que as restantes ilhas açorianas. A criação, naquele ano, da Capitania-Geral dos Açores, com sede na cidade de Angra, fez com que o arquipélago passasse a constituir uma entidade jurídico-administrativa única, sem capitanias ou donatarias que pudessem interferir com a centralização do poder da Coroa. O sistema de um governo único no arquipélago já havia sido aplicado durante o período Filipino, com os Governadores-gerais. Porém, a existência das capitanias e, no caso das Flores e Corvo, de outra donataria constituíam pedras no mecanismo de uma intencionada centralização do poder, impedindo a efectivação de um modelo governativo das ilhas como um todo.

A decisão de D. Afonso V de retirar as ilhas das Flores e do Corvo da posse da Casa de Viseu, em 1475, criando uma segunda donataria nos Açores, acabou por torná-las ainda mais longínquas que as restantes ilhas. A partir de 1495, a donataria das sete ilhas que pertencia à Casa de Viseu-Beja entrou na coroa com a entronização de D. Manuel I. As Flores e o Corvo permaneceram de fora da teia político-administrativa que se estabeleceu nas outras ilhas, ficando à mercê das sortes dos seus donatários que deixaram de lá habitar. Se, a tudo isto, se juntar as suas posições geográficas, as derradeiras *ilhas de baixo*, as mais remotas do arquipélago, conclui-se que o que as salvou do oblívio foi o seu posicionamento na rota marítima do Atlântico Norte – vindo das Índias Orientais e Ocidentais, as embarcações teriam de atravessar o mar dos Sargaços até avistá-las, primordialmente o Corvo, que, por isso e à época, também era chamado de ilhéu do Marco. Dali, seguiam na direcção És-sudeste até chegar às ilhas do grupo central e a Angra.

A comunicação entre as Flores, o Corvo e as outras ilhas dos Açores sempre foi escassa. Passavam-se vários meses sem que alguma embarcação fosse às ilhas, uma vez que só se navegava nos meses de Verão, de Maio a Setembro. Geralmente, eram as embarcações vindas da Terceira e do Faial que traziam mantimentos e que levavam os produtos naturais ou manufacturados na ilha, dos quais se destacavam o gado, a lã e os tecidos de lã e de linho, bem como os grandes inhames, as gradas amoras bravas e a manteiga. Aqueles bens também eram procurados por piratas e corsários que costeavam e aportavam à ilha, fazendo dela uma base de apoio ao corso. Vindos por bem, tornaram-se em aliados duradouros e de grande fiabilidade, pelo que os ilhéus comerciavam com eles, estabelecendo uma economia paralela que deve ter pesado mais que a oficial. De facto, apesar de registados vários ataques pontuais de piratas, mouros e inimigos de Espanha, só há registo de um ataque corsário às Flores, em 1587, perpetrado por ingleses. Começou na vila das Lajes, mas propagou-se a outras

freguesias costeiras, com pilhagens, incêndios e destruição. Nunca mais aconteceu, pois os florentinos proibiram os estrangeiros de desembarcar nos seus portos, a não ser que viessem para comerciar, retaliando se tal não fosse o caso.

De acordo com os capítulos das *Saudades da Terra* que versam sobre as Flores, Gaspar Frutuoso refere apenas três freguesias criadas no último quartel do século XVI: as das vilas das Lajes e de Santa Cruz e a de Ponta Delgada, segundo a ordem cronológica de fundação. Frei Diogo das Chagas, nos meados do século XVII, assertou o mesmo estado administrativo e eclesiástico estabelecido nas Flores.

> *Tem esta Ilha duas Villas, e hũa freguesia, a saber; a Villa de Santa Cruz, que he a cabeça: a Villa das Lagens que fica ao Sul; e a freguesia de Ponta delgada que fica ao Norte em distancia de seis legoas de um cabo ao outro, ficando Santa Cruz ao meio, todas ao nascente do Sol*[6].

O povoamento das Flores resultou de três vagas coetâneas iniciais que entraram na ilha pelas zonas das Lajes, Santa Cruz e Ponta Delgada. As Lajes das Flores foi o primeiro povoado a tornar-se vila, em 1515, seguindo-se Santa Cruz, em 1548, a última a ser criada nos Açores até ao século XVIII. A divisão da ilha em dois concelhos tem menos que ver com a extensão do seu território e mais com a orografia irregular. Nos meados de Seiscentos, ainda não existiam caminhos terrestres que unissem as três freguesias e demais lugares da ilha – as comunicações intra-ilha eram feitas exclusivamente por via marítima, um século e meio após o começo do povoamento[7].

O Pe. António Cordeiro contabilizou na sua *História Insulana*…, editada em 1717, as mesmas três freguesias já mencionadas, às quais adicionou mais uma, a da Ponta (Ruiva), no termo de Santa Cruz, entre a vila e Ponta Delgada, criada em 1693 e posteriormente designada por Cedros. Em 1717, já tinham sido criadas as freguesias de Nossa Senhora dos Remédios das Fajãs (1676), e da Lomba (1698), todas desanexadas da jurisdição das Lajes, embora continuassem a pertencer ao termo daquela vila. Sendo assim, as Flores chegaram ao século XVIII com seis freguesias, distribuídas por dois concelhos – três freguesias constituíam cada termo da ilha.

António Lourenço da Silveira Macedo, em 1871, registou na sua *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta* que a ilha das Flores era composta por mais quatro freguesias, perfazendo dez no total: a do Lajedo, que se autonomizou da das Lajes, e a Caveira, de Santa Cruz – foram ambas criadas no mesmo dia de 1823; do mesmo modo, a do Mosteiro, em 1850, e a da Fajã Grande, em 1861, ambas

[6] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, p. 538.

[7] Só em 1966, com a instalação da Base Francesa das Flores, é que se acabou de abrir a estrada que liga Santa Cruz a Ponta Delgada, que antes terminava nos Cedros – a partir dali, era só a pé. A alternativa marítima foi, até ao século XX, a principal via de comunicação entre a vila e aquela parte do seu termo, sem que fosse sequer a mais distante.

desanexadas da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios das Fajãs, hoje denominada Fajãzinha. Ao rol das freguesias da ilha das Flores falta, somente, adicionar a da Fazenda, criada em 1919 e desmembrada das Lajes. Ficou, deste modo, a ilha com as onze freguesias que a compõem actualmente, divididas por dois concelhos: quatro no de Santa Cruz, sete no das Lajes.



Fig. 8.2 – Mapa administrativo da ilha das Flores.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Flores **2** (1)	Lajes das Flores **1** (0)	Fajãzinha	*N.ª S.ª Remédios*	P	1776-1778
	St.ª Cruz das Flores **1** (1)	St.ª Cruz das Flores	*Matriz N.ª S.ª Conceição*	P	séc. XVI/1781-1859
TOTAL: **3 igrejas de três naves identificadas na ilha das Flores**					

Fig. 8.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha das Flores. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: P-paroquial; séc.-século.

A ilha das Flores tem actualmente duas igrejas de três naves: a Matriz da vila de Santa Cruz e a igreja da Fajãzinha, concelho das Lajes. Ambas foram construídas sobre anteriores templos dos quais chegaram escassos registos. Como tal, é impossível determinar se as primitivas igrejas das três primeiras freguesias da ilha seriam templos de três naves, na certeza que a de Santa Cruz as tinha. A paroquial das Lajes funcionou numa ermida que foi convertida em Matriz, transferindo-se mais tarde para o lugar actual. Em Ponta Delgada, a ermida funcionou como paroquial até à construção da igreja. Ambos os casos eram igrejas primitivas construídas já em pleno século XVII.

– *Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, Santa Cruz das Flores



Fig. 8.4 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.5 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A vila de Santa Cruz é caracterizada por alguns cronistas açorianos como uma povoação bem arruada, com quatro ruas principais, paralelas entre si e perpendiculares à linha de costa, concorrendo com várias travessas que lhes são ortogonais[8]. Possui dois portos, encontrando-se a povoação, hoje, entalada entre a linha de costa e a pista do aeroporto, já que a grande fajã onde Santa Cruz foi fundada possui os terrenos mais razoáveis (únicos) da ilha para a instalação daquela infra-estrutura.

O estabelecimento da Matriz na primitiva igreja de Nossa Senhora da Conceição deve ter coincidido com a elevação a vila de Santa Cruz, em 1548. Gaspar Frutuoso não faz referência à igreja, mas, sim, à freguesia de Nossa Senhora da Conceição e às suas ermidas. Tal omissão poderá derivar ou da ausência de informações sobre a igreja ou do quão arruinada ficou após a incursão inglesa de 1587. Estima-se que Frutuoso escreveu o Livro VI entre os anos de 1586-87, um tempo coevo do sucedido. Sobre aquela igreja, pouco se sabe, a não ser que tinha três naves.

> *A Igreia de Santa Cruz he do orago de Nossa Senhora da Conceição, e muito fermosa Igreia de tres naues, que os Ingreses queimarão no tempo que governou a eretica Izabella, que agora nestes tempos, tornou a reedificar, e erguer sobre as mesmas paredes, que [por] serem de pedra, e cal, nunca fizeram ruina, meu Irmão o Padre Ignacio Coelho sendo Vigairo della, e pór no mesmo estado, e perfeição, que ella tinha, antes de a queimarem*[9].

[8] Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da* Terra, Livro VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 128. Cf. Pe. António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, (ed. fac-similada Lisboa Occidental, 1717), [Angra do Heroísmo], Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 482. Cf. António Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, III vol., (ed. fac-similada de Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p.124.

[9] Frei Diogo das Chagas, *Op. cit.*, pp. 538-539.

Frei Diogo das Chagas, que escreveu a sua obra nos meados do século XVII, refere a igreja como tendo três naves. Já que se tratava da reconstrução da igreja que fora incendiada em 1587, a intenção foi pô-la *no mesmo estado, e perfeição, que ella tinha, antes de a queimarem*. Como tal, as três naves viriam da primeira igreja, presumivelmente da segunda metade do século XVI, depois de Santa Cruz se tornar vila. A partir das paredes de pedra e cal que resistiram ao incêndio reconstruiu-se a igreja, embora quer esta quer as restantes igrejas e ermidas incendiadas ficaram sem telhado por um período de quarenta anos, no qual foram cobertas de palha[10].

A edificação da actual igreja foi iniciada em 1781, "(…) no mesmo sitio em que existia a primeira cuja construcção data da creação da Villa"[11]. Todavia, só foi sagrada em 1859, quase oito décadas depois. Houve duas campanhas de obras: uma, para a frontaria; a segunda, mais tardia, específica para o remate da fachada. Parece que não havia anuência quanto ao remate do frontispício, daí a demora na conclusão da igreja.

> (…) *a sua Matriz que é o melhor Templo da ilha e um dos bons dos Açores, tem de comprimento no corpo principal 27,^{m}3 e de largura 16metros e na capella mór 14,^{m}54 de comprimento e 7,^{m}36 de largura, com trez altares.*
> *A capella mór é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, orago da parochia* (…)*: é de duas* [três] *naves com trez portadas e duas torres, mas no interior está incompleta*[12]*.*

A Matriz de Santa Cruz é a maior igreja das Flores, com um amplo espaço interno e uma fachada monumental. Reflecte bem a arquitectura construída no último quartel de Setecentos, na qual se realça o aumento das dimensões das igrejas açorianas.

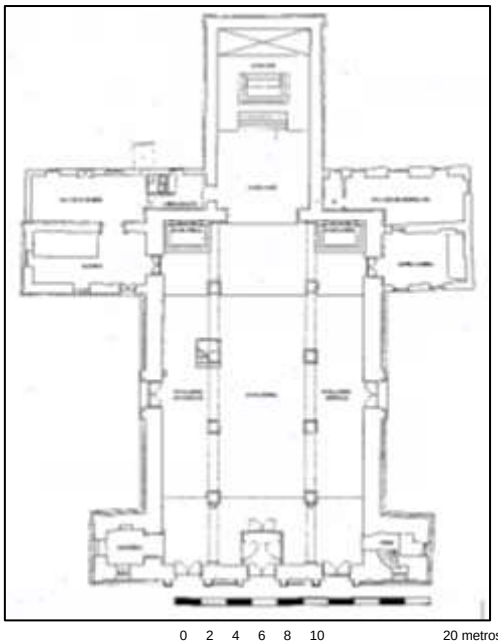


Fig. 8.6 – Matriz de N.ª S.ª Conceição, Santa Cruz das Flores (1781-1859): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura.

[10] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 539-540.
[11] António Macedo, *Op. cit.*, III vol., pp. 125.
[12] Idem, *Ibidem*, p. 124.

A planta da igreja de Nossa Senhora da Conceição apresenta-a com três naves e cinco tramos, sem transepto. A nave central tem cerca do dobro da largura das naves laterais. Possui uma capela-mor profunda, cuja parte junto ao arco triunfal, em conjunto com o tramo que lhe é imediato, é ladeada por corpos externos ao espaço litúrgico, entre os quais a sacristia. Mesmo a meio do corpo das naves ficam as portas travessas. Também se assinala a existência de duas torres, adossadas lateralmente ao corpo das naves, cuja profundidade é inferior à largura do tramo de entrada.



Fig. 8.7 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O espaço interno da Matriz de Santa Cruz denota a diferença de largura das naves, numa proporção 2:1 (dois para um), atenuada pela grande altura do corpo das naves. Se a relação entre a largura das naves é a mesma existente na Sé de Angra, a altura da Matriz de Santa Cruz é proporcionalmente muito maior. Estas são constituídas por arcos de volta inteira que se apoiam em pilares toscanos de secção quadrangular, com pedestais. No cimo das quatro faces da nave central corre um entablamento simplificado, a partir do qual se lança a falsa abóbada de berço de madeira, que define os remates semicirculares nas faces dos topos. Destaca-se a face do arco triunfal, de volta perfeita, que arranca um pouco acima da cota de arranque das arcarias. É enquadrado por uma moldura de cantaria, com elementos em alto-relevo. A partir da chave do arco sobe uma curta pilastra que liga ao entablamento superior daquela face, rematada por uma imposta que serve de base a um alto-relevo. A ladeá-lo estão três estrelas em cada lado, que juntos pertencem à iconologia mariana. Sobre o conjunto, ao centro, abre-se uma janela quadrangular quase tangente à falsa abóbada, com correspondência, na face oposta, a uma janela similar posicionada sobre o coro-alto.



Fig. 8.8 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.9 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor é bastante profunda, com duas janelas por lado. No cimo das paredes laterais correm entablamentos simplificados que sustêm a falsa abóbada de berço, em madeira, pintada com elementos relativos à iconologia mariana.



Fig. 8.10 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As naves laterais apenas possuem altares axiais, colaterais ao arco triunfal. As imagens veneradas encontram-se ao longo das naves, assentes sobre pedestais, peanhas e impostas. Superiormente, correm entablamentos simplificados em todas as suas faces, tal como na nave central, mas a uma cota um pouco mais baixa. Sustentam os tectos em falsa abóbada de berço, com óculos circulares nos topos da cabeceira.



Fig. 8.11 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.12 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): arcaria do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No tramo imediato à cabeceira abrem-se, nos extremos, duas portas de acesso a dependências da igreja. São enquadradas por cantaria e rematadas com entablamentos simplificados, com pináculos sobre os extremos e uma concha ao centro. Alinhadas com aquelas portas encontram-se janelas. A meio das naves situam-se as portas travessas, simples, encimadas por uma janela cada. O que suscita estranheza é o facto de as janelas laterais, quatro por lado, todas do mesmo tamanho – excepto as menores que se abrem no tramo imediato à cabeceira – se encontrarem desniveladas. As que se abrem sobre as portas estão sobrelevadas em relação às outras duas. Não é notícia haver janelas laterais desniveladas, a própria Sé de Angra as tem. Mas, desta maneira, no final do Antigo Regime, sugere má planificação e/ou má execução.



Fig. 8.13 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta de acesso interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.14 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.15 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O púlpito é uma obra de cantaria ligada a um pilar, com consola/mísula constituída por sucessivos desnivelamentos que afunilam inferiormente, culminando num elemento vegetalista. À sua direita está uma segunda mísula, bem mais pequena, que sustém a guarda de madeira do púlpito na passagem para a escada de cantaria que lhe dá acesso. Esta escada encontra-se aglutinada ao pilar, envolvendo-o.

O tramo de entrada apresenta, no nível térreo, os dois arcos dos extremos das arcarias bastante menores que os restantes. Resulta do desenvolvimento das igrejas de três naves, a partir do século XVII, de modo a integrar, de raiz, o coro-alto no edificado, evitando-se a instalação posterior e os problemas daí decorrentes. A solução encontrada teve grande sucesso nos Açores, como bem demonstra a Matriz de Santa Cruz, em muito ajudada pela espacialidade ali presente.



Fig. 8.16 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.17 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Nos topos das três naves estão as três portas presentes na fachada. A porta central abre-se para um guarda-vento de madeira, à frente do qual se erguem dois finos pilares de madeira que ajudam a suster o nível do coro-alto. Nas naves laterais, nos extremos laterais do tramo de entrada, abrem-se dois vãos: no lado do Evangelho, um arco fechado por uma porta de madeira talhada comunica com o baptistério, localizado no nível térreo da torre daquele lado; no lado da Epístola, a porta dá acesso ao coro-alto e às torres e é semelhante às portas laterais.



Fig. 8.18 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.19 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): porta de acesso ao coro-alto e torres.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto sobrepõe-se ao tramo de entrada, com guarda recta em madeira, apoiado pelos baixos arcos das arcarias e pelos pilares de madeira atrás mencionados. Trata-se de um espaço tripartido, comunicante por portas rematadas por troços de entablamento com cornijas expressivas. Nas três secções abrem-se as janelas de avental que se mostram na frontaria. Sobre a central fica um óculo quadrilobado, entre o entablamento e a curvatura do tecto. Na secção central do coro-alto situa-se um órgão.



Fig. 8.20 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.21 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da Matriz de Nossa Senhora da Conceição é deveras imponente, não pertencesse ela à maior igreja da ilha. É composta por cinco panos definidos por pilastras, que sobem até a um suposto quarto nível, sendo as duas centrais terminadas por pináculos. O pano central é ligeiramente mais largo, enquanto os das torres são os mais estreitos. Desenvolve-se em três (ou quatro) níveis, sendo os dois primeiros comuns aos cinco panos. São separados por uma fina cornija nos três panos centrais, que se transforma num entablamento nos panos das torres, e rematados superiormente pelo grande e balançado entablamento da fachada.

No nível térreo encontram-se as portas nos três panos centrais. São todas iguais em dimensões e composição – cada porta é ladeada por duas colunas, sobre altos pedestais, com capitéis coríntios que extremam o entablamento do portal e com um motivo floral em alto-relevo centrado nos lintéis. Sobre os capitéis estão mísulas que sustentam os pináculos, que rematam superiormente as colunas já acima da fina cornija que aparta os dois primeiros níveis. Todas as colunas, a partir dos pedestais e até aos pináculos, são projectadas nas paredes através de pilastras. As suas faces apresentam-se em alto-relevo, ligeiramente desviadas lateralmente, como sombras em três dimensões. Para além de ajudar a realçar a composição das portas (e das janelas que lhes são superiores, como se verá adiante), aquelas pilastras ajudam a criar volume, a adensar a composição, dando ainda mais realce às colunas.




Figs. 8.22 e 8.23 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectivas dos níveis inferiores da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O segundo nível desenvolve-se acima da cornija fina, com três janelas iguais e aprumadas com as portas inferiores. São enquadradas por aparatosas molduras em cantaria que repetem a composição das portas, porém, com as dimensões diminuídas. Sendo assim, os enquadramento das janelas estão assentes na dita cornija, com os pedestais ladeados pelos pináculos das colunas das portas. Entre pedestais existem aventais com uma almofada em alto-relevo. São encimados por uma cornija que também é o parapeito das janelas e em cujos extremos pousam as colunas. Sobre os capitéis coríntios assentam mísulas, como nas portas, mas que suportam mais uma cornija, ressaltada nos extremos, que praticamente se encosta ao grande entablamento da fachada, no qual há novos ressaltos alinhados com as colunas e com as mísulas.

As pilastras que dividem os panos da fachada possuem largos pedestais em ressalto, sobre o soco da fachada, sofrendo um aperto entre os portais, antes do segundo nível, sugerindo capitéis com pequenas volutas. A partir daqui, as pilastras tornam-se parte da fina cornija balançada, sugerindo uma imposta. Seguem rectas até ao entablamento da fachada, sobre o qual ressaltam. Se as duas pilastras laterais se integram nas torres, as pilastras centrais prosseguem superiormente até serem rematadas por pináculos, ao nível da base virtual do pseudo-frontão da frontaria, antes de atingirem o remate superior central.



Figs. 8.24 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): nível superior da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A secção superior central da fachada da Matriz de Santa Cruz poderia ser um frontão, funciona como tal, mas não o é. Inferiormente, arranca do grande entablamento da fachada. Porém, lateralmente, não começa na base dos campanários, mas nas suas cornijas superiores. Assim, a superfície do suposto tímpano encontra-se adossada, nos extremos, a toda a altura dos campanários, criando mais pano acima do grande entablamento da fachada. O seu remate contracurvado, que poderia/deveria estar assente naquele entablamento – criando, dessa forma, um frontão – desenvolve-se a partir do nível em que arrancam os coruchéus das torres. É como se o recorte do frontão tivesse subido, esticando a superfície do tímpano e, consequentemente, aumentando a altura da fachada, sugestionando mais dois níveis.

No nível inferior abrem-se três vãos centrados nos respectivos panos, divididos pela continuação das pilastras centrais. O vão axial é um óculo quadrilobado, entremeado por ângulos rectos e enquadrado por uma fina moldura quadrangular que ostenta, centrada no segmento superior, uma concha em relevo. Os vãos laterais são quadrangulares cegos, rodados a 45º, emoldurados por finas cantarias, em cujo vértice superior há uma fina ligação a um elemento circular. Sobre aqueles elementos correm troços de cornija, com uma largura aproximada à diagonal do quadrado maior inferior. Do centro daquelas cornijas sobem troços de pilastras, terminadas por capitéis e rematadas por pináculos, que se situam à mesma cota dos pináculos das pilastras centrais, autónomos, enquanto os das pilastras centrais se encontram embebidos na parede.

A sugestão dos dois níveis da secção superior da fachada é confusa, uma vez que a composição acaba por insinuar duas linhas horizontais: uma ao nível da cornija; outra nivelada pelos remates das pilastras. Para cima, só existe um elemento quadrangular similar aos laterais, que se liga, inferiormente, ao troço de pilastra simples que arranca no centro do entablamento central. Tem uma moldura de cantaria mais espessa que os vãos

quadrangulares, com a mesma ligação do vértice superior a um elemento circular. O remate superior é feito por volutas contracurvadas quebradas, com pináculos nas quebras, e volutas simples nas ligações aos campanários. No vértice central está um pedestal assente num troço de cornija, com volutas que elevam uma cruz.



Fig. 8.25 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): torre sineira poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.26 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): torre sineira poente.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As torres da Matriz de Santa Cruz apresentam três níveis delimitados por cornijas. As suas faces frontais constituem os panos dos extremos da fachada. Apesar disso, foram analisadas enquanto parte das torres porque se demarcam, claramente, do tratamento estético encorpado dos três panos centrais que as secundariza.

No nível térreo abrem-se janelas altas e um tanto estreitas, com um motivo floral em relevo, sobre os lintéis. Finas pilastras sobem das ombreiras, criando uma espécie de bandeira cega (que enquadra o motivo floral), limitada superiormente por uma espessa cornija que quase encosta ao friso, a partir do qual balança a cornija que separa os dois primeiros níveis. No segundo nível abrem-se janelas mais largas e baixas que as do nível térreo. Porém, o tratamento estético e compositivo é o mesmo das janelas inferiores, variando nas dimensões e na existência de meias volutas que arrancam da cornija inferior até alcançar a cornija/parapeito da janela, definindo um avental com uma cartela no centro. Sobre o lintel da janela encontra-se um motivo concheado em relevo.

O terceiro nível corresponde aos campanários, que não são autónomos por delimitarem o nível superior da fachada. Cada campanário arranca com um embasamento em cantaria, do qual se elevam as três grandes ventanas de cada torre, todas com as mesmas dimensões. Sobre as ventanas corre o entablamento simplificado que remata as faces das torres. Do último nível elevam-se os coruchéus bolbosos que coroam as torres, constituídos por tambores atarracados de secção octogonal que mostram as faces emolduradas, com um motivo decorativo ao centro, sobre os quais se erguem os bolbos oitavados, igualmente atarracados e com um pináculo no vértice. O achatamento pode parecer deliberado, para as torres não concorrerem com a parte central da fachada, ainda que sejam de construção anterior. Seja como for, as torres são altas o suficiente para deixarem bem marcada a sua presença.

Os alçados laterais das torres são compostos, no lado do Evangelho, por uma janela no nível térreo – espaço no qual se encontra instalado o baptistério –, com uma espessa moldura de cantaria que assenta no embasamento da face e que é rematada por moldura mais entablamento simplificado. No segundo nível abre-se uma janela pequena, perto do entablamento superior. A face do último nível, ocupado pelo campanário, mostra-se semelhante à da face frontal. Na face posterior da torre não existem vãos abertos para além da ventana, apesar de ali correr a cornija que separa os dois primeiros níveis. Na torre do lado da Epístola, a face lateral apenas possui uma pequena porta que rasga o embasamento do nível térreo. Na face posterior, abre-se uma pequena janela a cerca de meia altura do corpo inferior da torre, uma vez que a divisão entre os dois primeiros níveis não se encontra assinalada pela grande cornija.

As torres surgem como partes integrantes da frontaria, mal-grado se encostem, em planta e alçado, ao corpo das naves. Neste aspecto, o templo aproxima-se dimensional e proporcionalmente às igrejas picarotas de duas torres. Se se baixasse o frontão ou se se soltasse dos campanários, substituindo os coruchéus bolbosos por piramidais, inserir-se-ia, estruturalmente, no conjunto das igrejas de duas torres do Pico, cujas frontarias apresentam cinco panos com torres adossadas lateralmente – mais ou menos integradas na fachada –, conferindo-lhes uma grande horizontalidade. Esta característica seria dominante, ainda que a igreja florentina seja mais alta que as do Pico, não fosse a existência de um remate superior bem alto, em forma de frontão, sugerindo mais dois níveis. De facto, a altura da fachada entre torres é tal que supera as próprias torres, conseguindo atenuar, com sucesso, a horizontalidade que a marcaria se deveras tivesse um frontão. Aqui, parece se ter desejado a expansão do pano de fachada, sobrelevando o remate. Por isso, entre as razões já apontadas, a secção superior entre torres não pode ser frontão por querer ser fachada.

– *Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*, Fajãzinha



Fig. 8.27 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.28 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Fajãzinha (1776-1778): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Adiante, quatro legoas para o Poente* [das Lajes]*, se segue outro lugar, que consta de duas partes, huma chamaõ a Fajanzinha, ou a Fajã pequena, & outra chamaõ a Fajã grande, & ambas constaõ de oytenta fogos sugeytos à Matriz das Lagens no espiritual, & no temporal à dita Villa; & tem mais huma Ermida de Nossa Senhora dos Remédios* (…)[13].

Nesta referência, o Pe. António Cordeiro afirma que a Fajãzinha estava espiritual e temporalmente sujeita à Matriz e à vila das Lajes, respectivamente. Sucede que, em 1717, ano em que foi editada a obra do Pe. Cordeiro, já a Fajãzinha era freguesia desde 1676. O autor não deve ter tido conhecimento do facto, apesar de assinalar a ermida que tinha sido a eleita para albergar a paroquial, Nossa Senhora dos Remédios.



Fig. 8.29 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

[13] Pe. António Cordeiro, *Op. cit.*, p. 484.

A egreja parochial é um bom Templo com 40 metros de comprimento e 15,^{m}86 de largura: tem trez altares o principal é dedicado ao Santissimo Sacramento e os lateraes um a Nossa Senhora das Dores e o outro a Sant'Anna: é de duas [três] *naves* (…).
Foi edificada em 1770 pelo reverendo padre Alexandre Pimentel de Mesquita, no mesmo sitio em que existia a antiga, que era uma ermida dedicada a Nossa Senhora dos Remedios[14].

Apesar de o processo de construção da igreja da Fajãzinha se ter iniciado em 1770, as obras só começaram em 1776, concluindo-se em 1778, três anos antes do início das obras da Matriz de Santa Cruz. Existe uma grande afinidade entre os espaços internos das duas igrejas. No entanto, pela cronologia apresentada, parece ter sido a igreja da Fajãzinha a influenciar a Matriz de Santa Cruz.

A igreja de Nossa Senhora dos Remédios é um grande templo, com três altas naves divididas por cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, assentes em pilares com capitéis formados por troços de entablamento. Das chaves dos arcos sobe uma minúscula pilastra até ao entablamento simplificado que corre em todas as faces internas na nave central. Todos os elementos em cantaria das três naves da igreja foram pintados, no século XIX, com marmoreados em tons de cinzento e rosa. As naves são cobertas por três falsas abóbadas de berço, em madeira.



Fig. 8.30 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A entrada na capela-mor é feita através de um alto arco triunfal de volta inteira, que arranca de pés-direitos mais elevados que os pilares das arcarias e se lança a uma maior altura que aqueles. Por cima do arco corre, tangente, um entablamento simplificado – trata-se de um entablamento duplo alteado, cujos extremos se quebram e encurvam para se ligarem aos entablamentos duplos que correm no cimo das faces laterais. Por cima, abre-se um óculo entre o entablamento duplo e a falsa abóbada.

[14] António Macedo, *Op. cit.*, III vol., p. 132.

A capela-mor é funda, com uma janela em cada face lateral, rematadas por entablamentos de menores dimensões. O espaço é coberto por uma falsa abóbada de berço, em madeira pintada – realçam-se as cores rosa, verde, bege e castanho, onde se destaca a pintura do medalhão central representando Nossa Senhora dos Remédios.



Figs. 8.31 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Figs. 8.32 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

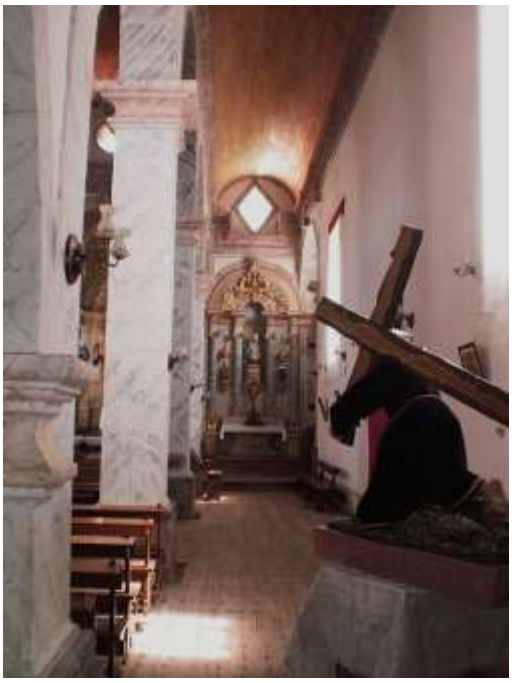
Quase a meio da nave central está o púlpito, uma obra de madeira executada sobre uma mísula de cantaria talhada. As guardas prolongam-se inferiormente como franjas, ofuscando a mísula pétrea. É acedido por uma escada de cantaria adossada ao pilar, contornando-o em duas faces. O púlpito é coroado por um guarda-voz de madeira.







Figs. 8.33, 8.34 e 8.35 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectivas da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.





Figs. 8.36 e 8.37– Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectivas da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No corpo das naves existem apenas dois altares colaterais nos topos das naves laterais. Os retábulos estão encastrados em arcos cegos, de volta completa, sobrepujados por mais um entablamento simplificado que corre em todas as faces internas das naves laterais. Sobre aqueles altares, o entablamento desce ortogonalmente da sua cota, para passar tangente ao arco do altar. No espaço superior àquele entablamento abre-se um óculo losangular emoldurado, cujos vértices superior e inferior são tangentes, respectivamente, às falsas abóbadas das naves laterais e aos entablamentos.

Perpendicularmente àqueles altares colaterais rasga-se, nas paredes laterais do corpo das naves, um arco cego de volta inteira, por lado, enquadrado por duas finas pilastras que arrancam das mesmas impostas que os arcos e que terminam nos entablamentos das naves laterais. São arcos mais altos e mais largos que os dos altares, subindo até tangenciarem o entablamento duplo. Têm as mesmas dimensões dos arcos das arcarias, aos quais são paralelos, como se fossem projecções daqueles nas paredes laterais. O nicho que os arcos criam é atravessado, a mais de meia altura, por um entablamento que começa à cota dos capitéis presentes nos retábulos dos altares laterais. Abaixo do entablamento existe uma porta rematada por um duplo entablamento. Acima abre-se uma janela rectangular num pano semicircular. A composição e o posicionamento daqueles arcos poderiam querer sugerir um transepto inscrito que não chega a existir.



Fig. 8.38 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): acesso ao coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.39 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): porta do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A meio das naves laterais situam-se as portas travessas, após as quais só o tramo de entrada possui vãos laterais. No lado da Epístola localiza-se a escada de acesso ao coro-alto e à torre. Trata-se de uma escada de madeira de grande declive que, a meia altura, se fecha lateralmente por uma porta. No lado do Evangelho fica a porta que acede ao baptistério, com remate semicircular. O baptistério não se situa no nível térreo da torre, mas num corpo adossado posteriormente àquela. Anota-se, ainda, a presença dos dois baixos arcos das arcarias que suportam o coro-alto.



Fig. 8.40 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.41 –Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

O coro-alto é tripartido pelas arcarias, possuindo a mesma largura do tramo de entrada, com uma guarda de madeira. A comunicação entre as secções faz-se por pequenos arcos ali presentes. Na parede da fachada abrem-se três janelas, uma por cada nave. Na secção central, a rosácea é grande e quadrilobada, acima da qual corre um entablamento simples. Acima ainda se abre um óculo circular.



Fig. 8.42 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A fachada da igreja da Fajãzinha é composta por três panos, a que se adiciona o pano mais estreito da torre. A tripartição corresponde à largura interna das naves. No pano central, mais largo, fica o portal principal, emoldurado por colunas que assentam sobre pedestais, com capitéis coríntios que sustêm um entablamento ressaltado nos extremos. Sobre estes ficam dois colunelos embebidos na parede, cujos extremos superiores estão unidos por uma réplica horizontal dos fustes dos colunelos, formando uma moldura rectangular. No espaço intermédio, sobre o entablamento, estão duas volutas que delimitam um pseudo-frontão. No tímpano está uma cartela com uma inscrição sobre a erecção da igreja, em 1770. Por cima fica uma rosácea quadrilobada, cujo lóbulo superior é tangente à moldura.

Os panos laterais possuem, no nível térreo, portas com molduras simples, ressaltadas nas arestas exteriores. No nível superior abrem-se janelas aprumadas com as portas. Têm molduras semelhantes às das portas laterais, embora sejam rematadas por cornijas. O espaço que fica entre cada porta e a respectiva janela apresenta uma almofada em alto-relevo, emoldurada com uma largura inferior à dos vãos. Pelo posicionamento, ainda que possa ser lido como um avental, ali, parece que a intenção foi de preencher aquelas superfícies.

Sobre os panos da fachada corre um entablamento, a partir do qual se ergue, no pano da torre, o campanário, enquanto os três panos correspondentes ao corpo das naves são encimados por um frontão que apresenta a mesma tripartição da parte inferior da fachada, executada pela continuação das pilastras inferiores. O pano central do frontão tem um óculo circular axial, estando inscrito numa moldura quadrada, com os lados dispostos a 45º, cujo vértice inferior alcança o entablamento da fachada. A composição conclui-se com um arco trilobado. Os panos laterais do frontão não têm vãos ou elementos decorativos. O remate das três secções do frontão é composto por volutas distendidas, com pináculos sobre as pilastras e sobre o cunhal oposto à torre. No vértice, entre dois enrolamentos de volutas, situa-se o pedestal da cruz.

A torre, apesar de estar na continuidade da fachada, não apresenta nenhum vão, à excepção do campanário. O tramo da torre é estreito, pelo que se decidiu abrir as respectivas janelas na face lateral, mais larga. O campanário tem uma ventana em cada face. Está assente no entablamento da fachada que se estende às outras faces da torre. É rematado por uma estreita cornija e encimado por um coruchéu piramidal oitavado, com um pequeno pináculo no vértice.

Exceptuando a altura, aquela torre apresenta-se reduzida nas suas habituais dimensões. Só o campanário apresenta a altura habitual. A diminuição das suas dimensões identificam-na como pertencente a uma ermida, cujas torres, a existirem, são geralmente mais reduzidas que as torres das igrejas, adaptadas a edifícios também eles menores. Trata-se, porventura, da torre que acompanhava a anterior ermida, que provavelmente foi aumentada em altura aquando da construção da igreja.

Depois de se tornar freguesia, em 1676, a Fajãzinha manteve a ermida de Nossa Senhora dos Remédios como igreja paroquial, sem que haja notícias de obras. Em 1747 foi construída uma torre sineira, conforme a lápide lá colocada. As obras da igreja arrancaram em 1770, porém, a edificação da igreja só começou em 1776. Data de 1778 a lápide que se encontra na fachada, na qual se informa ser o Pe. Alexandre Pimentel de Mesquita o patrono e promotor da obra da igreja da Fajãzinha – a igreja fez-se em dois anos. Em 1787 foi erguida a sacristia norte, ficando a torre muito tempo por acabar. De facto, só em 1896 se iniciou a obra de conclusão da torre sineira.

As obras iniciadas em 1896 para a conclusão da torre podem, muito bem, ter apeado o campanário, subido o corpo inferior da torre até à cota do entablamento da fachada e reconstituído o campanário a uma cota superior. Esta hipótese, não sendo descabida – face ao que já foi apurado noutras igrejas açorianas –, poderia responder ao facto de o campanário parecer mais antigo que a restante igreja, auxiliado por ter as cantarias à vista, sem estarem pintadas.

8.1. Análise das igrejas de três naves da ilha das Flores

A Matriz de Santa Cruz é indubitavelmente titular de uma arquitectura erudita. Se, pela estrutura e dimensões se aproxima das igrejas com duas torres do Pico, o «tratamento estilístico» que lhe foi dado não tem par nas outras ilhas. A presença de colunas a ladear as portas e janelas dos panos centrais da fachada é uma composição comum em Portugal Continental, mas não nas ilhas centrais e ocidentais dos Açores. A frontaria da Matriz de Santa Cruz já seria uma vasta superfície quando se decidiu expandi-la superiormente, entre as torres. Tornou-se enorme, pelo que houve necessidade de compor o pano superior com os elementos quadrangulares, os troços de cornija, os pináculos e o óculo axial superior. Esta empreitada, porém, foi essencialmente uma «operação de fachada», já que, de todos os vãos presentes na secção superior, só óculo o é de facto, sendo os outros cegos.

Todavia, a Matriz de Santa Cruz não é a única igreja portadora de uma arquitectura com laivos de erudição, embora seja a maior e mais vistosa das Flores. Os trabalhos para a construção da igreja da Fajãzinha precederam, numa década, a edificação da Matriz de Santa Cruz. O início efectivo das obras da Fajãzinha deu-se cinco anos antes. Como a construção só demorou dois anos, a igreja da Fajãzinha concluiu-se três anos antes do início das obras da Matriz de Santa Cruz.



Fig. 8.43 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.44 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Existem algumas similaridades entre as duas igrejas, que ou tiveram o mesmo arquitecto/mestre-de-obras, dada a proximidade física e temporal das campanhas de obras, ou a Matriz de Santa Cruz foi inspirar-se na igreja da Fajãzinha ou as duas coisas. Seja como for, se estruturalmente não são muito diferentes, divergem nas dimensões e nas articulações entre os elementos compositivos, resultando em espaços internos distintos. A proporção 2:1 na largura da nave central face às laterais de Santa Cruz também significa que, quanto maior for a nave central, maiores serão as laterais. Associadas a uma grande altura, as três naves constituem um corpo com cerca de 16 metros de largura interna, por 27,5 metros de comprimento, aos quais acresce o da capela-mor, perfazendo um comprimento total de 42,5 metros. Com 8 metros de largura, a nave central é um espaço amplo que, após o arco triunfal, se prolonga para a capela-mor com a mesma largura.

Em Santa Cruz, por se querer manter o arco triunfal enquadrado abaixo do entablamento simplificado que percorre todas as faces na nave central, o referido arco acaba por arrancar pouco acima do nível dos arcos das arcarias – a capela-mor não é tão alta como poderia ter sido. Na Fajãzinha, a menor largura da nave central aliada a uma grande altura resultou num espaço mais verticalizado, onde a menor distância entre o cimo das arcarias e o espesso entablamento da nave contribui grandemente para tal impressão – a falsa abóbada arranca pouco acima de altos arcos. No entanto, se o arco triunfal tivesse sido limitado à cota do espesso entablamento, originaria uma capela-mor algo estreita e da mesma altura dos arcos das arcarias. A solução encontrada foi sobrelevar o entablamento nessa face sem perder a ligação aos entablamentos das faces laterais. Assim, já foi possível lançar um arco triunfal mais alto que os restantes arcos. Como tal, a capela-mor aparenta ser um espaço de acentuada verticalidade, mais do que a da Matriz de Santa Cruz, ainda que esta possua maior altura absoluta. A solução adoptada pode ser encontrada na igreja coeva da Praia do Almoxarife, no Faial, embora esta apresente uma configuração menos expressiva. A diferença de larguras das naves e das capelas-mores é o factor que molda a arquitectura das duas igrejas, conferindo-lhes o carácter individualizado atrás exposto.

O tratamento estético dado ao espaço interno da Fajãzinha contrasta com a singeleza de largas dimensões da Matriz de Santa Cruz. Não obstante terem sido edificadas pelos mesmos anos do último quartel do século XVIII, o espaço interno da igreja da Fajãzinha mostra-se como obra tardo-barroca/rococó, enquanto a depuração e clareza do espaço interno da Matriz de Santa Cruz tanto revive uma atitude chã dos séculos XVI/XVII, quanto parece prenunciar o neoclassicismo da arquitectura açoriana do século XIX.



Fig. 8.45 – Matriz de Santa Cruz das Flores (1781-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 8.46 – Igreja da Fajãzinha (1776-1778): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No que concerne às frontarias das duas igrejas, dá-se precisamente o oposto. A fachada da Matriz de Santa Cruz é uma composição expressivamente tardo-barroca, um exemplar que tem paralelo noutras igrejas do arquipélago, mas não com aquele tratamento estilístico nem com a utilização generalizada da ordem coríntia. A frontaria da igreja da Fajãzinha, mesmo tendo o portal acompanhado de colunas e entablamento superior, mostra-se como uma fachada pós-barroca. As volutas que definem o frontão já pouco têm que ver com o barroco, distendidas e pouco enroladas, em que as centrais exibem um declive praticamente paralelo às águas do telhado. O remate da secção central da Matriz de Santa Cruz é bem mais barroco, seja na forma, seja na composição, seja ainda nos elementos utilizados – volutas finas bem curvadas.

A ideia de aumentar o pano da fachada, subindo o arranque até ao limite superior das torres, é o que existe na igreja jesuíta da Horta, que se torna em mais um nível com vãos, só que situados entre as ventanas das torres. Porém, aquelas três janelas centrais superiores situam-se à cota do arranque da abóbada de berço interna – são janelas terminais. A união dos três panos centrais e dos dois das torres sob o mesmo entablamento da fachada fez desaparecer um hipotético frontão, já que esse espaço foi ocupado por fachada. Sendo assim, o frontão foi colocado sobre a cornija superior, aumentando ainda mais a altura da fachada.

CAPÍTULO 9 – As igrejas de três naves na ilha de Santa Maria



Fig. 9.1 – "Insula S. Maria.": excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> *A ilha de Santa Maria está em altura de trinta e sete graus da parte do Norte setentrional, leste-oeste com o cabo de São Vicente, do Algarve, da qual, se deitarem um linha direita a Leste, vai dar no dito cabo, do qual, pouco mais ou menos, distará duzentas e cinquenta léguas* (…).
> *Tem de compridão três léguas e de largura légua e meia, e por algumas partes uma; e terá em roda pouco mais de seis léguas, quase toda redonda, ou, por melhor dizer, de figura ovada*[1]*.*

A ilha de Santa Maria foi mandada descobrir pelo infante D. Henrique, em 1431, com base no mapa trazido de Itália pelo infante D. Pedro. Para tal, encarregou Frei Gonçalo Velho Cabral (das Pias), comendador do castelo de Almourol, que a fosse achar. Frei Gonçalo Velho e os seus homens chegaram até uns penedos que emergem do mar, aos quais deram o nome de Formigas, mas não avançaram mais por não avistarem terra – a ilha de Santa Maria situa-se perto, a sudoeste das Formigas. Voltaram para Sagres, de onde tinham partido, onde informaram o infante D. Henrique da inexistência de qualquer ilha. O infante insistiu e, no ano seguinte, voltou a mandar Frei Gonçalo Velho buscar e descobrir a dita ilha, oferecendo-lhe a capitania daquela e de outras ilhas que achasse. No dia de Nossa Senhora da Assumpção (15 de Agosto) do ano de 1432, Frei Gonçalo Velho desembarcou, pela primeira vez, na ilha que baptizou de Santa Maria[2].

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 25.
[2] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 3-5.

Como primeiro capitão do donatário da ilha de Santa Maria, Frei Gonçalo Velho Cabral estabeleceu-se no lugar onde veio a ser fundada a Vila do Porto. Após conseguir alcançar e desembarcar na ilha de São Miguel, em 1444, tornou-se capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel. Por não lhe agradar a vida nas ilhas, Gonçalo Velho regressou ao Reino, acabando por renunciar à capitania. Foi então designado capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel um seu sobrinho, João Gonçalves de Albergaria, fidalgo da Casa do infante D. Henrique, que se estabeleceu em Santa Maria na década de 1460. Por doença da mulher, teve de se ausentar da ilha por longas temporadas. Numa delas, encontrando-se com a mulher na ilha da Madeira, acabou por ter de vender a capitania da ilha de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo do primeiro capitão do donatário do Funchal, João Gonçalves Zarco. A venda da capitania foi confirmada pela infanta D. Beatriz, em 1474, e em 1493 pelo ainda duque de Viseu e Beja, D. Manuel. A partir de então, a capitania das ilhas de Santa Maria e São Miguel foi desmembrada, passando a existir duas capitanias autónomas[3].

O povoamento de Santa Maria desenvolveu-se a partir de Vila do Porto, na parte sudoeste da ilha, onde se tinha estabelecido o capitão do donatário. Foi a primeira povoação criada na ilha, detentora do melhor porto, tornando-se na primeira vila criada nos Açores antes de 1472[4], sede do único concelho de Santa Maria. Assim, a ocupação do território partiu da parte sudoeste para as partes leste e norte da ilha, uma vez que a parte oeste se apresenta como um território seco, barrento e sem nascentes de água. As cinco freguesias que cobrem o território da ilha mostram um edificado disperso que não se orienta nem pelas vias de comunicação nem se aglomera nos centros das povoações, que nem sequer se encontram bem definidos por escassez de edifícios. Com a excepção de Vila do Porto, nenhuma das restantes freguesias está implantada na orla costeira. Em termos de paisagem humanizada, o povoamento disperso da ilha de Santa Maria tem por paralelos mais aproximados as paisagens do barrocal e serra algarvios.

Se a ilha foi pioneira no povoamento do arquipélago, onde primeiro se ensaiaram técnicas e métodos de ocupação de um território insular, a vila também o foi na implantação de um urbanismo tardo-medieval simples, de matriz geométrica e carácter orgânico, moldado num território virgem.

[3] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 5-8.

[4] Não se sabe ao certo a data em que Vila do Porto se tornou sede de concelho. A data 1472 é atribuída ao foral de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, o que também não é certo. Todavia, sabemos pelos cronistas açorianos que quando Vila Franca do Campo se tornou vila, Vila do Porto já o era.



Fig. 9.2 – Mapa administrativo da ilha de Santa Maria.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 93.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
Santa Maria	Vila do Porto	Vila do Porto	*Matriz N.ª S.ª Assunção*	P	sécs. XV-XVI
2 (0)	**2** (0)	Santo Espírito	*N.ª S.ª Purificação*	P	3.º quartel séc. XVIII
TOTAL: **2 igrejas de três naves identificadas na ilha de Santa Maria**					

Fig. 9.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de Santa Maria. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas.
Legenda: P-paroquial; séc.-século; sécs.-séculos.

Existem duas igrejas de três naves em Santa Maria. A igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Vila do Porto, foi fundada na segunda metade do século XV. Apesar de ter sido bastante modificada com o passar dos tempos, ainda possui estruturas e elementos arquitectónicos do edifício tardo-gótico.

– *Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, Matriz de Vila do Porto



Fig. 9.4 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.5 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *A igreja principal é da invocação da Assunção de Nossa Senhora (por se achar no mesmo dia a ilha), de naves, com quatro piares em vão, e muito bem assombrada, com altar do apóstolo São Matias, que é padroeiro de toda a ilha, da banda do Evangelho, e outro de Nossa Senhora do Rosairo, da parte da Epístola. Tem também duas capelas, uma da banda do sul, que mandou fazer Duarte Nunes Velho, com o altar de Jesus; a outra de Rui Fernandes de Alpoem, com o altar de Santa Catarina. Foi arrematada esta igreja Matriz, para se fazerem as paredes dela, a Estêvão da Ponte[5], por trezentos mil réis, e a carpintaria a João Roiz, carpinteiro, morador em Vila Franca, desta ilha de São Miguel, por noventa até cem mil réis* (…)*[6].*

A igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Vila do Porto, foi a primeira igreja construída, nos Açores, com três naves e sem transepto. Aparenta ter começado a ser erguida nas últimas décadas do século XV, com uma arquitectura tardo-gótica cujas estruturas de arcarias internas dá a entender, pelo menos, duas campanhas de obras que se distinguem não só pela pedra utilizada, mas também pelos desenhos dos arcos. Esta igreja tem cinco tramos e possui um clerestório, o que obrigaria à presença de três coberturas independentes sobre as naves, que desapareceram quando foi feita uma cobertura única para o corpo da igreja.

[5] Estêvão da Ponte também foi o responsável pela obra de alvenaria da igreja de São Sebastião de Ponta Delgada, como se verá mais adiante.
[6] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 31.

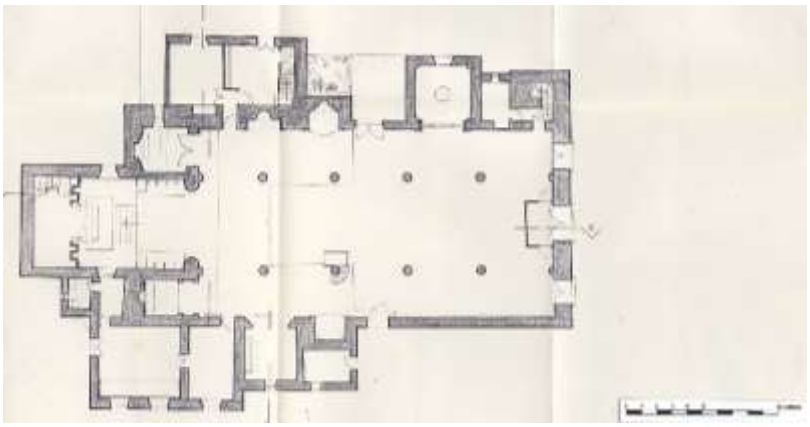


Fig. 9.6 – Matriz de N.ª S.ª Assunção, Vila do Porto (sécs. XV-XVI): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura dos Açores.

O tramo mais próximo da cabeceira apresenta, nas arcarias, arcos levemente apontados, cujos vãos têm uma largura inferior à dos restantes arcos, de volta levemente abatida e construídos com uma pedra diferente. Apesar de não parecerem ter todos a mesma largura, no mínimo são iguais aos pares, tramo a tramo. O arco triunfal é de volta completa, porém, com a mesma pedra dos arcos levemente apontados, o que sugere pertencerem à primeira campanha de obras correspondente à edificação da cabeceira da igreja. O restante corpo da igreja será de uma campanha posterior, mas não muito, em que se nota uma alteração de planos, nomeadamente no desenho das arcarias das naves, sustentadas por colunas cilíndricas com capitéis anelados. No entanto, o intradorso dos arcos não corresponde à continuação das colunas cilíndricas de secção circular, apresentando-se talhado em três faces. Este edifício mostra ser anterior à introdução, nos Açores, das formas e ornamentos arquitectónicos de gosto *manuelino*, presentes noutras igrejas tardo-góticas insulares e que não terão sido usados, nas ilhas, antes do início do século XVI. Contudo, esta igreja pode e deve ter começado a ser construída ainda no reinado de D. João II, mas não há dúvidas que teve uma campanha de obras manuelina que a concluiu.



Fig. 9.7 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das arcarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.8 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das arcarias.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.9 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.10 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.11 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Assunção é o resultado de várias intervenções arquitectónicas realizadas no decorrer dos séculos, na sequência da destruição causada pelos ataques de corsários e piratas (séculos XVI-XVIII) e de um incêndio em 1832. Apresenta alguns elementos e estruturas arquitectónicas da primeira campanha de obras: cabeceira e tramo adjacente. Posterior é o corpo da igreja e uma capela lateral, do lado do Evangelho, que se abre por um arco de volta inteira assente em pilares polilobados. A capela é coberta por uma cúpula oitavada, cujas nervuras se apoiam, nos vértices, em quatro trompas rudimentares.



Fig. 9.12 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): capela lateral do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.13 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): cúpula oitavada da capela do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.14 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): altar da capela do lado do evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Para além das primeiras campanhas de obras, outras intervenções foram feitas entre os séculos XVI e XVIII, nomeadamente nos arcos de entrada da capela lateral do lado da Epístola e da capela colateral do lado do Evangelho. O arco da capela do lado da Epístola tem volta inteira, assente em pilastras toscanas, com fustes e capitéis ornados pela repetição de um ou dois motivos decorativos; entre as pilastras do intradorso do arco não existe decoração. Este esquema decorativo ultrapassa as pilastras e expande-se para o arco, uma continuidade que nem os capitéis conseguem interromper. O arco da capela colateral substituiu um tardo-gótico pré-existente, da primeira campanha de obras. Trata-se de uma obra dos séculos XVII ou XVIII, com almofadões no intradorso do arco e entre as pilastras toscanas, enquanto as faces do arco e das pilastras não apresentam decoração.



Fig. 9.15 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): tramo com a capela do lado da Epístola ao fundo.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.16 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): arco de entrada na capela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.17 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): arco de entrada na capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de Vila do Porto foi construída com a capela-mor voltada a nascente e encontra-se implantada num quarteirão próprio. Da fachada primitiva nada resta. O actual frontispício talvez seja da segunda metade do século XIX, enquanto a torre foi acrescentada, em 1946, com um novo corpo colocado sobre o campanário para que fosse ali instalado o relógio, o que a alteou em cerca de três metros, alterando a relação pré-existente entre torre e igreja.



Fig. 9.18 – "Vila do Porto, Rua da Conceição"
Fonte: *Álbum Açoriano,* 1903.



Fig. 9.19 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Originalmente, a fachada teria um só portal, axial, encimado por uma rosácea ou janela. As portas que ladeiam o portal foram abertas na campanha de obras oitocentista, da qual resulta a actual fachada, com dois níveis. A fachada primitiva ficou escondida por um frontão do século XIX, de recorte curvo quebrado, com pináculos sobre as quebras.

– *Igreja de Nossa Senhora da Purificação*, Santo Espírito



Fig. 9.20 – Igreja de N.ª S.ª da Purificação, Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.21 – Igreja de N.ª S.ª da Purificação, Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII) : espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A outra igreja de três naves mariense é a de Nossa Senhora da Purificação, na freguesia de Santo Espírito. Segundo Gaspar Frutuoso, foi a primeira paróquia a emancipar-se de Vila do Porto, nos meados do século XVI[7]. Santo Espírito compreende todo o território sudeste da ilha. Embora tenha acessos ao mar, é uma povoação afastada da orla costeira, de carácter rural, implantada em terrenos de orografia bastante irregular, entre a serra e o mar.

A igreja primitiva era uma construção quinhentista que foi ampliada e reformada após a visita do Licenciado Pedro Moniz da Costa, a 9 de Agosto de 1753, sendo erguido um novo frontispício e uma nova torre. Segue-se o registo das razões apontadas para as obras, dado o estado de edifício.

> *Reparei que esta igreja se acha muito arruinada pello tecto e notavelmente piquena, q não recebe metade do povo por ser numeroso por cuja causa he aos fregueses muito onoroso, principalmente no tempo de inverno e chuvas, ouvirem missa no adro, e necessita de se acrescentar mais seis covados e de rectificar o tecto antes que exprimente alguma notavel ruyna e porq. para estas obras não basta o limitado rendimento da fabrica e sejão obrigados os fregueses a repara-la; mando que daqui em diante paguem os trabalhadores de esmola a dita fabrica quarenta reis, e os oficiais a outenta reis, e os lavradores pagarão as suas pensões a trigo na forma do costume athe agora e porque tambem necessita de reforma no lageamento da ditta igreja mando os que tiverem sepulturas próprias na ditta igreja o Red.º Vig.º os fará notificar para dentro de dois mezes depois do acrescentamento da ditta Igreja e concerto della retifiquem as ditas sepulturas (sob) pena de que o não fazendo assim perderem o domínio dellas[8].*

[7] Cf. Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 38.
[8] Pedro Moniz da Costa, "Auto de Visitação de 9 de Agosto de 1753", citado por Manuel Velho Arruda, " Igrejas da Comenda de Santa Maria da Assunção da ilha de Santa Maria", *Insvlana*, vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, [1944-1950], pp. 115-146; 463-518.

Não há dúvida que não se tratou de uma reconstrução, já que a igreja primitiva se tornara pequena para a população da freguesia. Foi acrescentada em seis côvados, muito possivelmente com o avanço da fronte da igreja. Também foi mandado rectificar o tecto antes que se arruinasse e procedeu-se à reforma do lajeamento da igreja, com as obrigações burocráticas acima descritas. A obra foi paga por todos os fregueses de Santo Espírito, tendo ficado pronta no terceiro quartel do século XVIII. Sendo assim, as paredes laterais, as arcarias e até a capela-mor podem ali estar desde a construção da igreja primitiva, no século XVI, embora a capela-mor pareça mais tardia. A reforma setecentista ampliou o espaço interno e dotou-a de uma nova frontaria.





Fig. 9.23 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 9.22 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): arcaria e púlpito.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja de Nossa Senhora da Purificação apresenta as três naves divididas por cinco tramos. O tramo de entrada é ligeiramente mais estreito que os restantes, correspondendo à parte ampliada nas obras do século XVIII. As arcarias são compostas por arcos que se aproximam, mais ou menos, da volta inteira (sem que nenhum verdadeiramente o seja), sustentados por baixos pilares com embasamento+ base+capitel/entablamento. Seja nos pilares, seja nos arcos, a cantaria encontra-se demarcada pelas juntas brancas, realçando mais o encaixe das pedras do que a unidade do pilar ou do arco. O púlpito que está adossado a um pilar da arcaria, no lado do Evangelho, é uma peça de pedra mármore introduzida nas obras do século XVIII – uma consola em forma de grande mísula moldurada. É interessante o contraste que faz com a pedra vulcânica local, de tons avermelhados. As três naves são cobertas por tectos de três esteiras em madeira pintada de branco, enquanto a nave central é a única que mostra as linhas das asnas que suportam o telhado.





Fig. 9.25 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 9.24 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal mais alto e mais largo que os arcos das arcarias, mas menor que a nave central. Com plintos baixos, mas volumosos, os pés-direitos do arco são terminados por capitéis em forma de troços de entablamento de cornija expressiva. O espaço interno da capela-mor é profundo, com duas janelas laterais abertas apenas no lado da Epístola. Todas as superfícies parietais – paredes e falsa abóbada de madeira – estão estucadas e pintadas com motivos decorativos de gosto neoclássico, com um retábulo a sugerir um neobarroco de «estilo nacional».



Figs. 9.26, 9.27 e 9.28 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado do Evangelho – perspectiva interna; altar axial e capela lateral.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Cada nave lateral apresenta uma capela axial e outra lateral. As axiais são colaterais à capela-mor, espaços sem grande profundidade abertos por arcos de volta perfeita, menores que os das arcarias e de diferentes proporções, mais próximos do arco triunfal. A meio da nave do lado do Evangelho encontra-se uma capela identificada por Gaspar Frutuoso como de São Pedro, hoje do Sagrado Coração de Jesus. Trata-se de um espaço que se acede por um arco de volta completa e que é coberto por uma abóbada de berço, de cantaria à vista, com uma janela lateral.



Figs. 9.29 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Figs. 9.30 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): capela colateral do lado da Epístola.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Figs. 9.31 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): arcaria do lado da Epístola nos tramos mais próximos da cabeceira.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Figs. 9.32 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): nave do lado da Epístola: arcaria nos tramos centrais.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Figs. 9.33 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): baptistério.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A nave do lado da Epístola, para além da capela axial, detém a capela baptismal, mais próxima da entrada da igreja que a capela lateral da nave do lado do Evangelho. A capela baptismal situa-se num extremo do tramo seguinte ao da entrada, abrindo-se por um arco de volta perfeita menor que os das arcarias, coberta por uma abóbada de berço pintada de branco, com uma pequena janela lateral. Antes da ampliação da igreja, aquele era o tramo de entrada, pelo que o baptistério ocuparia o nível térreo de uma provável torre sineira (ou não). Após o aumento do corpo das naves preservou-se a capela baptismal *in situ*, ainda que a nova torre tenha sido erguida à face da nova fachada, alinhada com o novo tramo de entrada. A diferença de largura do novo tramo de entrada para os restantes tramos está patente nas imagens que se seguem.



Figs. 9.34 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Figs. 9.35 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): um dos pilares que sustêm o coro-alto.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto nada tem que ver com o original. O sobrado foi substituído por três lajes de betão armado, em que a da nave central se encontra sobrelevada em relação às das naves laterais. O templo primitivo desta igreja não contemplava a integração de raiz do coro-alto na arquitectura da igreja, não sendo, também, a solução escolhida nas obras setecentistas de ampliação do corpo das naves, como se vê nos arcos do tramo de entrada, mais altos e estreitos que os demais das arcarias. Os pilares que demarcam o tramo de entrada do tramo seguinte sustêm as vigas de betão armado que suportam as lajes do nível do coro-alto, ao mesmo tempo que dão arranque às arcarias. Como o tramo de entrada é mais estreito, os arcos ali presentes também o são, embora tenham maior altura que os das arcarias. Corresponde à parte da igreja que foi ampliada no século XVIII.



Fig. 9.36 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): frontaria.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Santo Espírito apresenta uma frontaria erguida no terceiro quartel do século XVIII. Trata-se de um exemplar do período tardo-barroco, nos Açores, com grande afinidade à arquitectura religiosa que, então, se edificava na (pouco) vizinha ilha de São Miguel, com destaque para a igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Povoação Velha – curiosamente, é a igreja micaelense geograficamente mais próxima da ilha de Santa Maria.

Na base da frontaria da igreja está um expressivo embasamento de cantaria, bem desenvolvido, de perfil contracurvado. A fachada é constituída por três panos. O central tem mais de o dobro da largura dos laterais, projectando, na fachada, a organização do espaço interno e o posicionamento das arcarias. Também é o único pano com mais de um nível. Aos três panos que formam a fachada junta-se o pano da torre, que não se encontra integrada na composição do frontispício, adossando-se-lhe pelo lado da Epístola.

No pano central desenvolve-se um impressionante portal-janela tardo-barroco, cujas juntas pintadas de branco provocam ruído à leitura da obra como um todo e nas suas partes – privilegia o trabalho de montagem e o encaixe das pedras sobre a obra *per se* –, perturbando a percepção dos seus muitos motivos decorativos em alto-relevo. Talvez, se o fundo fosse pintado de branco, os motivos do portal pudessem ser mais bem compreendidos. A retirada das juntas brancas já ajudaria.



Figs. 9.37 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): pano central da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O portal e a janela que o encima estão envoltos num emolduramento constituído por variados motivos decorativos que ocupam a superfície em seu redor, desde volutas (quebradas ou não), enrolamentos, espirais, conchas e impostas. O portal não aparenta ter um emolduramento estruturado, com ombreiras e lintel definidos. A janela é ladeada por dois colunelos salomónicos que se apoiam em impostas e com capitéis rematados por grandes pináculos.





Fig. 9.39 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): embasamento da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 9.38 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): pano lateral da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os panos laterais têm uma janela pousada sobre o embasamento, terminada por um entablamento sobre o lintel. A superfície superior às janelas está ocupada por uma composição em alto-relevo sobre fundo branco, permitindo uma melhor leitura dos elementos arquitectónicos utilizados – duas volutas quebradas e espessas são encimadas por uma concha central, ladeada por duas comas. Ambos os panos terminam num entablamento e são delimitados por cunhais: um rematado por um pináculo; outro correspondendo ao cunhal da torre sineira, adossada à fachada. Sobre os entablamentos repousam grandes e espessas volutas quebradas, que atenuam a transição para o nível do entablamento do pano central, mais elevado. De facto, a fachada é corrida por um único entablamento superior, que se quebra nas pilastras que separam os panos, ainda que ininterruptamente.



Figs. 9.40 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No pano central, duas enormes volutas quebradas, bem expressivas, definem o frontão, rematado pela cruz fixa no vértice. No tímpano apenas emergem os pináculos dos colunelos da janela inferior e uma concha pequena axial, ao nível da quebra das volutas. O frontão é ladeado por pináculos que rematam as pilastras centrais da fachada, porém, alinhados pela soma da largura da pilastra com a do troço do entablamento quebrado que, ali, funciona como parte da pilastra.

A torre sineira é alta, quando comparada com o corpo da igreja. No seu corpo inferior abre-se uma janela, sensivelmente a meia altura, nivelada com o arranque do entablamento da fachada. O campanário possui quatro ventanas que se rasgam a partir

da cornija do corpo inferior. A torre é coroada por um coruchéu piramidal baixo, de secção octogonal, com um exíguo pináculo no vértice. Sobre os cunhais encontram-se pináculos pequenos que enquadram o coruchéu.

Se a fachada da igreja é pautada por um tratamento decorativo de carácter supostamente «rústico», que nada tem que ver com a estética tardo-barroca original do conjunto edificado, a torre sineira mostra-se como o expoente máximo dessa «rusticidade» que jamais teve. Os cunhais deixam de ser definidos por pilastras, enquanto uma camada de reboco, colocada em todas as faces da torre, é interrompida por formas rectangulares sem reboco, em baixo-relevo, sugerindo um padrão irregular, sem nunca o ser. O resultado é uma falsa rusticidade, baseada na ideia de «portuguesismo» defendida pelo Estado Novo, nos meados do século XX, ainda que, nesta igreja, nunca tenha existido.



Fig. 9.41 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): embasamento da fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

9.1. Análise das igrejas de três naves da ilha de Santa Maria

A Matriz de Vila do Porto é descendente directa das igrejas de três naves tardo-góticas que se construíram, no reino, no último quartel do século XV. Faz parte do conjunto de igrejas açorianas tardo-góticas. Como tal, também mostra ser um veículo na introdução das formas e linguagem renascentista nos Açores desde a primeira hora, a par das igrejas reinóis coevas.

Os espaços internos das duas igrejas de três naves que existem em Santa Maria parecem bastante próximos, mas não o são. A Matriz de Vila do Porto começou a ser construída na segunda metade do século XV, com uma segunda campanha de obras quinhentista. Todos os arcos presentes no tramo imediato à capela-mor – arcos das arcarias, arcos de abertura das capelas colaterais e duas laterais, mais o arco triunfal – foram construídos com uma pedra diferente dos restantes arcos das arcarias. Pelo posicionamento, tratamento e forma, aqueles arcos são os mais antigos da igreja, testemunhos da primeira campanha de obras quatrocentista.



Fig. 9.42 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 9.43 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): espaço interno.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Apesar de mal se notar, a Matriz de Vila do Porto possuía, primitivamente, um clerestório – agora cego – que deixou de funcionar quando unificaram as coberturas das naves. Para além disso, as arcarias formam cortinas mais desafogadas que as presentes na igreja do Santo Espírito. A grande diferença está na utilização de colunas na Matriz de Vila do Porto, em contraponto aos pilares usados em Santo Espírito. A preferência pelos pilares originou a criação de cortinas mais espessas, que, por sua vez, são mais estáveis e resistentes a sismos. Estruturalmente, as arcarias deixaram de ser dois planos verticais de apoio à cobertura para passarem a ter a mesma (ou mais) importância que as paredes laterais Tornaram-se, assim, nas «paredes-mestras» dos corpos das naves, uma vez que são elas que deveras mantêm a igreja erecta.

A Matriz de Vila do Porto é mais alta que a igreja de Santo Espírito, percepção que se acentua pelo maior afastamento das arcarias da segunda, cuja nave central relega as naves laterais a corredores. Porém, as baixas arcarias e o tecto que arranca lateralmente com a mesma altura que a largura da nave central proporcionam um espaço mais atarracado. A espessura das arcarias, aliada aos baixos arcos, forma duas cortinas-paredes que isolam a nave central das laterais. Na Matriz de Vila do Porto, as arcarias constituem-se como cortinas mais finas, aliadas à menor espessura das colunas, dos arcos e das paredes. O facto de a nave central não ser muito mais larga que as laterais ajuda a criar um espaço interno mais unitário, sem obstáculos a uma visão de conjunto das três naves.





Fig. 9.45 – Igreja de Santo Espírito (3.º quartel séc. XVIII): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 9.44 – Matriz de Vila do Porto (sécs. XV-XVI): fachada.
Fonte: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As fachadas da Matriz de Vila do Porto e de Santo Espírito têm composições diferentes, embora partilhem um delineamento aproximado. A da Matriz é o resultado de uma intervenção na igreja, na segunda metade do século XIX, que reformou a frontaria da igreja segundo o gosto da época, patente nos arcos das portas, nos seus remates e no remate da fachada. Originalmente, teria uma porta central, encimada por uma janela/rosácea/óculo. As portas laterais não existiriam; quanto muito, seriam janelas. O remate original da fachada acompanharia o clerestório primitivo, originando três coberturas descontínuas.

A frontaria da igreja de Santo Espírito é da segunda metade do século XVIII e veio, por sua vez, substituir a frontaria primitiva da igreja do século XVI, seis côvados adiante daquela. Trata-se de uma fachada horizontalizada pela pouca altura, com grande realce para o portal-janela. Apesar de a sua leitura ser pouco legível, podemos inferir que

se trata de uma composição estruturada pelos próprios motivos decorativos em alto relevo, dada a ausência de pilastras, capitéis, cornijas ou entablamentos a que pudessem estar associados. A excepção está nos colunelos salomónicos que ladeiam a janela superior, apoiados em impostas e com capitéis rematados por grandes pináculos. Contudo, são acompanhados exteriormente pelos tais motivos decorativos que envolvem/engolem o conjunto portal-janela, ainda que o destaquem.

As torres sineiras das duas igrejas erguem-se adossadas ao corpo das naves do lado da Epístola. O nível do relógio que termina a torre da Matriz foi acrescentado na primeira metade do século XX, conforme foi mostrado por imagens. A desproporção que apresenta face ao corpo das naves, cerca de duas vezes mais alta, só tem paralelo, nos Açores, com a torre da Matriz de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de onde foi buscar a ideia. A torre da igreja de Santo Espírito é mais baixa, mas proporcionalmente afim da torre original da Matriz de Vila do Porto, até ao nível do relógio.

Pelos exemplos mencionados, mais as igrejas de uma só nave, compreendemos que as torres das igrejas marienses (e micaelenses) são tendencialmente altas, com um corpo inferior que atinge o nível do vértice do frontispício, sobre o qual se ergue o campanário. Este, por sua vez, está sempre num nível acima da fachada, nunca a par do frontão/remate superior, como ocorre nas ilhas dos grupos central e ocidental dos Açores. A existência de um baixo coruchéu a coroar a torre da igreja de Santo Espírito é interessante, não só pela forma rebaixada que apresenta, mas também pela sua própria existência – as torres das igrejas das ilhas de Santa Maria e São Miguel mostram-se, inevitavelmente, com remate recto, muitas vezes feito por platibandas ou balaustradas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais, e sem coruchéus de qualquer tipo.

10. Ilha de São Miguel



Fig. 10.1 – "Insula S. Michaelis." – excerto do mapa de Luís Teixeira, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>. Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>

> (…) *e esta* [ilha] *de São Miguel* (...) *está estendida no mesmo rumo leste oeste, ainda que uma ponta da parte do levante tem lançada para o nordeste e a outra da parte do ponente está para o noroeste; é de comprido de dezoito léguas e de largura duas e meia, a partes, e em algumas, uma, que é no meio dela, onde a fazem mais estreita duas baías grandes que tem* (…)*; em torno, ao redor, tem trinta e seis léguas, pouco mais ou menos*[1]*.*

Segundo Gaspar Frutuoso, a ilha de São Miguel foi oficialmente achada a 8 de Maio de 1444, doze anos depois da chegada à ilha de Santa Maria[2]:

> *Depois de tornado Frei Gonçalo Velho, capitão da ilha de Santa Maria, da primeira viagem que fez por mandado do infante* [D. Henrique] *ao descobrimento desta ilha de S. Miguel, sem a poder achar nem ver, andando perto dela* (...)*, pelo que o infante sabia, lhe respondeu que andara antre o ilhéu, que é a ilha de Santa Maria, e a terra, que é esta de S. Miguel;* (…) *tornou* [o infante] *a mandar o mesmo Frei Gonçalo Velho a buscá-la, dando-lhe por regimento que pusesse a popa no ilhéu* (…), *e ao norte navegasse, e dariam na ilha que ele mandava buscar. O que cumprindo o dito Frei Gonçalo Velho* (…), *quase doze anos inteiros depois de ser descoberta a ilha de Santa Maria, aos oito dias do mês de Maio da era de mil e quatrocentos e quarenta e quatro anos,* (…) *foi vista e descoberta por eles esta ilha; que, por ser achada e aparecer em tal dia e festa do aparecimento do arcanjo, lhe foi posto este nome à ilha de S. Miguel* (…)[3].

O relato supracitado descreve o processo de descoberta da ilha de São Miguel. Por ele, sabe-se que a ilha de Santa Maria tinha sido descoberta em 1427, por Diogo de Silves, e dada pelo infante D. Henrique, em 1431, a Frei Gonçalo Velho, cavaleiro da

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 140-141.
[2] Em 1444, todas as ilhas do grupo central dos Açores já teriam sido descobertas.
[3] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 5.

Ordem de Cristo e comendador de Almourol. No ano seguinte, Gonçalo Velho deslocou-se à sua ilha, deixando lá gado para conferir as potencialidades de um possível povoamento. Por carta régia de 2 de Julho de 1439, assinada pelo infante D. Pedro enquanto regente na menoridade de D. Afonso V, foi dada permissão ao infante D. Henrique, como donatário dos Açores, para avançar com o povoamento das ilhas.

Só em 1444, doze anos depois achada a ilha de Santa Maria, Gonçalo Velho descobriu a ilha de São Miguel, impulsionado pelo desejo do infante D. Henrique de explorar o mar dos Açores em busca de outras ilhas, já que algumas apareciam em cartas de navegação italianas dos séculos XIII-XIV. Para além de ser o capitão do donatário de Santa Maria, Gonçalo Velho também recebeu a capitania da ilha de São Miguel. Se o processo de ocupação e povoamento de Santa Maria se iniciou a partir de 1439, São Miguel e as restantes *ilhas de baixo*, que entretanto foram sendo descobertas, só começaram a ser povoadas a partir de 1449.

A ocupação humana da ilha de São Miguel foi lenta no seu primeiro século e só no final deste suplantou a população da ilha Terceira, ainda que tivesse quase o dobro do território. Justifica-se não só pela orografia serrana da sua metade nascente e extremo poente, mas também por existirem vários relatos de actividade vulcânica. Entre os anos de 1444 (ano da descoberta) e 1449 (ano do início do povoamento) ocorreu uma violenta explosão vulcânica, que não foi testemunhada porque a ilha ainda estava despovoada. Contudo, na primeira viagem dos povoadores, foi notada a presença de destroços de árvores e pedras-pomes no mar em redor da ilha. Ao fazerem o reconhecimento da ilha, baseados no registo executado aquando da descoberta, não encontraram um grande pico que situar-se-ia no seu extremo poente[4]. Por estranharem tamanha discordância, os primeiros povoadores decidiram desembarcar no mesmo lugar onde a expedição de Frei Gonçalo Velho o tinha feito – no lugar da Povoação, a 29 de Setembro de 1449, dia dedicado ao arcanjo São Miguel[5].

Segundo Gaspar Frutuoso, os primeiros anos na ilha foram conturbados, com relatos de sismos e de erupções vulcânicas que aterrorizaram a população[6]. Os primeiros povoadores notaram que a terra da Povoação era bastante fértil, porém, não dava trigo. Ao ser informado do sucedido, o infante D. Henrique sugeriu que buscassem outro lugar que o desse, pelo que um grupo de povoadores partiu, num batel, à procura de mais terras ao longo da costa sul da ilha. A meio dessa costa encontraram um vasto campo chão, acedido por uma pequena praia, por onde desembarcaram: “E olhando bem a terra, em um largo e espaçoso campo que tem, determinaram de o cultivar, como,

[4] Aquele pico explodiu no maciço montanhoso que envolve a caldeira das Sete Cidades.
[5] Cf. Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 7.
[6] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 7.

cultivaram, semeando nele trigo que rendia tanto, que lhe pôs espanto. E a uma vila, que (…) depois se edificou neste mesmo campo, puseram nome Vila Franca do Campo, por ser nele edificada"[7]. Foi naquele lugar que os capitães do donatário estabeleceram, naqueles tempos iniciais, a sua casa em São Miguel, bem como boa parte da fidalguia.

Frei Gonçalo não ficou muito tempo nas ilhas, por lhe desagradar as condições de vida, voltando para o Reino. Como não tinha filhos, sucedeu-lhe um sobrinho, João Soares de Albergaria, fidalgo da casa do infante D. Henrique, que o indicou preterindo outros dois sobrinhos de Gonçalo Velho. João Soares de Albergaria foi residir para as suas terras, tornando-se no segundo capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel. O novo capitão decidiu estabelecer a sua residência em Santa Maria, que era, ao tempo, mais povoada. Visitava casualmente a ilha de São Miguel, onde prosseguia a expansão dos povoadores pelo território, que, partindo de Vila Franca do Campo, se foram instalar nos lugares da Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande, apesar de não existir a força empreendedora de uma liderança activa presente na terra.

No início da década de 1470, João Soares de Albergaria teve de se deslocar até à ilha da Madeira, por doença de sua mulher. Para conseguir pagar os elevados custos que teve, "(...) foi necessário vender uma das ditas ilhas; e tendo para isso procuração da Capitoa, sua mulher, lhe comprou Rui Gonçalves da Câmara esta ilha de S. Miguel, que então estava mais erma que a de Santa Maria (…)"[8]. Rui Gonçalves da Câmara era filho do primeiro capitão do donatário do Funchal, João Gonçalves Zarco, e homem de muitas posses[9]. A compra da ilha de São Miguel foi, posteriormente, confirmada pela infanta e donatária D. Beatriz, duquesa de Viseu, a 10 de Março de 1474.

A partir daquele ano, Rui Gonçalves da Câmara foi habitar as terras que tinha comprado. Passou a São Miguel acompanhado pela família e por alguns fidalgos que com ele viajaram. Pela primeira vez, houve um capitão do donatário a residir em permanência na ilha. Estabeleceu-se em Vila Franca do Campo, que se tornou vila algures entre 1472 e 1475, sem que haja registos precisos. Foi a primeira vila criada em São Miguel, cabeça da ilha, com um termo inicial correspondente a toda a ilha.

Com a chegada do novo capitão, o povoamento da ilha de São Miguel teve um novo incremento, definindo-se os principais núcleos urbanos que abrangeram quase toda a faixa costeira. Para além de Vila Franca do Campo, outra localidade começou a destacar-se. Situada a quase trinta quilómetros a poente da Vila, Ponta Delgada tinha-

[7] Idem, *Ibidem*, p. 8.
[8] Idem, *Ibidem*, p. 266.
[9] Rui Gonçalves da Câmara era casado com D. Maria Bettencourt, filha do segundo rei das Canárias, *Misser Maciote de Bettencourt*. Ao decidir abandonar as Canárias, das quais regia três ilhas [as outras, maiores, estavam povoadas pelos nativos das ilhas e não se deixavam conquistar], vendeu o direito que tinha sobre as ilhas ao infante D. Henrique, deslocando-se com a família para a Madeira (cf. Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, p. 266).

se desenvolvido a partir da protecção do seu porto, no extremo oeste de uma grande baía. Não só era o melhor porto da ilha, o mais protegido, mas também o mais acessível aos senhores das muitas terras agrícolas situadas nos territórios entre Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa. Por ser mais fácil o acesso a Ponta Delgada do que a Vila Franca, para a qual era preciso atravessar serranias, Ponta Delgada foi ganhando protagonismo, acabando por receber, de D. Manuel I, o foral de vila em 1499, confirmado a 28 de Maio de 1507. Anos mais tarde, por alvará régio de 12 de Junho de 1518, a alfândega da ilha de São Miguel foi transferida de Vila Franca do Campo, assento da fidalguia, para Ponta Delgada, que foi crescendo às custas da burguesia mercantil que lá se estabeleceu.

São Miguel, pelas suas grandes dimensões, com uma orografia de muitas serras, não foi inicialmente povoada com celeridade dadas as dificuldades encontradas no terreno. Depois de concretizada a ocupação e a apropriação do espaço, alguns povoados foram emergindo como cabeças de território. Como podiam distar bastante de Vila Franca do Campo, começaram por se afirmar nas suas áreas de influência, ganhando uma centralidade territorial que foi reivindicada e conseguida com a criação das vilas e seus termos.

O tempo do quinto capitão do donatário, Rui Gonçalves da Câmara (segundo do nome), entre 1502 e 1535, ficou marcado pela emancipação de algumas povoações que até então pertenciam ao termo de Vila Franca do Campo. Naquele período, foram criados os concelhos da Ribeira Grande (1507), Nordeste (1514), Água de Pau (1515) e Lagoa (1522), todos a pedido dos respectivos fregueses, retirando poder administrativo ao capitão. Com os concelhos já existentes de Vila Franca do Campo (c. 1472-1475) e de Ponta Delgada (1499), conformaram o mapa autárquico da ilha até ao século XIX.

O fervor na criação de concelhos na ilha de São Miguel, quatro num período de quinze anos, integrou-se na política desenvolvida no reinado de D. Manuel I, um período marcado pela acção do monarca de dar ou reformar as cartas de foral/de criação de vila. As referidas cartas eram fulcrais para que os residentes de uma povoação e do seu termo se salvaguardassem dos abusos e atropelos feitos pelos senhores das terras. No que concerne aos Açores, a criação de concelhos era uma forma de retirar poderes aos capitães do donatário, sobretudo, na gestão do território. Cada concelho insular tinha por único senhor o rei, a quem apelavam sempre que havia disputas com os capitães.

A Ribeira Grande recebeu o foral de vila em 1507. Situada na costa norte, a cerca de quinze quilómetros a nordeste de Ponta Delgada, foi na sua ribeira que se instalaram os moinhos de água, a força motriz da indústria de então. Como Ponta Delgada não tinha ribeiras, o povoado mais próximo com tais condições era a Ribeira

Grande, que prosperou com a ligação estabelecida entre as duas povoações. A Ribeira Grande também era o lugar de residência de boa parte da fidalguia da terra.

A povoação do Nordeste recebeu foral de vila a 18 de Julho de 1514. Como o seu nome indica, localiza-se no extremo nordeste de São Miguel. À época, era uma pequena povoação designada para sede do concelho mais isolado da ilha. Tratava-se de um território de orografia irregular, alto e desterrado, onde basicamente se vivia da agricultura e dos pastos, com uma orla costeira constituída por altos penhascos e com um pequeno porto de pesca. O caminho para o Nordeste era complicado, atravessando serranias, barrancos e ribeiras, quer pela costa norte quer pela sul. Como tal, o território nordestino ficava alheio, pela distância, à vida na restante ilha, o que não impediu a emergência de uma identidade comunitária, tendo os esforços dos seus moradores resultado no foral dado por D. Manuel I, com uma légua de termo ao seu redor. A vila do Nordeste assumiu, deste modo, uma centralidade num território remoto.

A 28 de Julho de 1515, a povoação de Água de Pau recebeu foral de vila, com meia légua de termo em seu redor. Água de Pau situa-se na vertente sul da ilha, a poente de Vila Franca do Campo. Com um pequeno porto abrigado, a povoação sobreleva-se em terras chãs, um pouco para o interior. É atravessada por uma ribeira caudalosa que nasce na serra do Fogo, tornando Água de Pau num lugar aprazível, envolto por muitos declives. Pela sua localização, era passagem obrigatória no caminho entre Vila Franca e o norte ou oeste da ilha. Todavia, não era um concelho de primeira grandeza, como se confirma no tamanho do termo, meia légua em torno do pelourinho, menor que os termos de um légua das vilas até então criadas em São Miguel.

A Lagoa recebeu o foral de vila a 11 de Abril de 1522, dado por El-rei D. João III. Localizada a oeste de Água de Pau, a Lagoa situa-se à beira-mar, no côncavo nascente da grande baía que se estende até Ponta Delgada, a oeste. Rodeada de terrenos férteis, onde se cultivava trigo e se produzia vinho que eram escoados pelo seu porto, a Lagoa era uma vila farta, tal como Água de Pau. Também era uma vila de segunda grandeza, comprovado pelo termo de meia légua ao seu redor. Foi o último concelho estabelecido, em São Miguel, até ao século XIX, quando foi criado o concelho da Povoação (1839).

A 22 de Outubro de 1522 deu-se o grande cataclismo de Vila Franca do Campo, subvertendo e soterrando a povoação. Ao declínio que já vinha assistindo desde a criação das novas vilas, cujos termos foram retirados do seu, acrescentado pela perda da alfândega para Ponta Delgada, o cataclismo foi o golpe final no que sobrava da sua capitalidade. A fidalguia que lá residia mudou-se, essencialmente, para as terras da Ribeira Grande e de Ponta Delgada. O capitão do donatário estabeleceu-se nas terras da Lagoa, onde tinha casa. A sua descendência, porém, acabou por assentar em Ponta Delgada. Só em 1534 é que avançaram as obras de reconstrução de Vila Franca do

Campo, por ordem régia de D. João III, doze anos após o sucedido. No entretanto, Ponta Delgada progrediu, ganhando a capitalidade da ilha a partir de 1522.

Em 1563, deu-se a erupção vulcânica do Fogo, na sua encosta norte. Não só atingiu o território da Ribeira Grande, mas também o de Vila Franca do Campo, localizada na encosta sul do vulcão. Apesar de serem inúmeros os registos sismológicos na ilha de São Miguel, desde que fora povoada, o cataclismo de 1522 e a erupção de 1563 foram os mais destrutivos. Ocorreram numa época em que as povoações da ilha ainda se consolidavam, na primeira centúria do povoamento, sendo reconstruídas segundo novos planos urbanísticos, mais apropriados ao estatuto de cada uma. O edificado foi, regra geral, reconstruído com maiores dimensões e melhores condições, no qual se distinguem as igrejas. A maior parte delas foi erguida com três naves, desde o século XVI e até ao início do século XX. Quase todas as igrejas tiveram origem numa ermida primitiva que foi sendo aumentada, nos séculos XVI e XVII, e substituídas por novos templos, a partir do século XVIII[10].



Fig. 10.2 – Mapa administrativo da ilha de São Miguel.
Fonte: AAVV, *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmica dos Açores, 2004, p. 91.

[10] A introdução do capítulo 10. "Ilha de São Miguel" é um texto livremente sorvido da obra do autor desta Tese de Doutoramento – cf. Mateus Laranjeira, *As casas de câmara e cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, pp. 63-73.

ILHA	CONCELHO	LOCALIDADE	IGREJA		DATAÇÃO
São Miguel **41** (2)	Vila Franca do Campo **3** (1)	Vila Franca do Campo	*Matriz S. Miguel Arcanjo*	P	ant. 1522/post. 1534
		Água de Alto	*São Lázaro*	P	1833-1855
		Ponta Garça	*N.ª S.ª Piedade*	P	1846-1869
	Ponta Delgada **10** (0)	Ponta Delgada	*Matriz S. Sebastião*	P	post. 1531-1545
			N.ª S.ª Conceição/S. José	C	1709-1714
			N.ª S.ª Graça	C	1680
		Santo António	*Santo António*	P	1730-1734
		Ajuda da Bretanha	*N.ª S.ª Ajuda*	P	sécs. XVII-XVIII
		Capelas	*N.ª S.ª Apresentação*	P	1733-1739
		Fenais da Luz	*N.ª S.ª Luz*	P	1728-1756
		Relva	*N.ª S.ª Neves*	P	1712-1758
		Arrifes	*N.ª S.ª Saúde*	P	séc. XVIII
		Rosto de Cão	*São Roque*	P	1734-1750
	Ribeira Grande **12** (1)	Ribeira Grande	*Matriz N.ª S.ª Estrela*	P	1728-1736
			N.ª S.ª Conceição	P	1732-1766
		Ribeira Seca	*São Pedro*	P	1830
		Rabo de Peixe	*Bom Jesus*	P	1734-1758
		Calhetas	*N.ª S.ª Boa Viagem*	P	1830
		Pico da Pedra	*N.ª S.ª Prazeres*	P	1802-1807
		Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	P	ant. 1852
		Ribeirinha	*S. Salvador do Mundo*	P	1830-1861
		Porto Formoso	*N.ª S.ª Graça*	P	séc. XVIII
		São Brás	*São Brás*	P	1874-1886
		Maia	*Divino Espírito Santo*	P	1796-1825
		Lomba da Maia	*N.ª S.ª Rosário*	P	1868-1877
		Fenais da Ajuda	*Reis Magos*	P	1832-1843
	Nordeste **7** (0)	Nordeste	*Matriz São Jorge*	P	1796
		Achada	*N.ª S.ª Anunciação*	P	1782/1869
		Achadinha	*N.ª S.ª Rosário*	P	1830/ref. 1882
		Lomba da Fazenda	*Imaculada Conceição*	P	1909-1918
		Lomba da Pedreira	*N.ª S.ª Luz*	P	1872
		Santana	*Santa Ana*	P	1869
		Nordestinho	*Santo António*	P	1899-1906
	Lagoa **4** (0)	Lagoa	*Matriz Santa Cruz*	P	1507/ref. 1583-1586
			N.ª S.ª Rosário	P	1767-1772
		Água de Pau	*N.ª S.ª Anjos*	P	post. 1525
		Cabouco	*N.ª S.ª Misericórdia*	P	1847-1859
	Povoação **5** (0)	Povoação	*N.ª S.ª Mãe de Deus*	P	1848-1856/1946-1952
			N.ª S.ª Rosário	P	c. 1595/ref. 1671
		Água Retorta	*N.ª S.ª Penha de França*	P	1872
		Faial da Terra	*N.ª S.ª Graça*	P	1808-1839
		N.ª S.ª Remédios	*N.ª S.ª Remédios*	P	post. 1893
TOTAL: **43 igrejas de três naves identificadas na ilha de São Miguel**					

Fig. 10.3 – Quadro das igrejas de três naves da ilha de São Miguel. A negrito está indicado o n.º de igrejas existentes, ladeado, entre parênteses, pelo n.º de igrejas desaparecidas. Os campos sombreados assinalam as igrejas desaparecidas.
Legenda: **P**-Paroquial; **C**-Conventual; **séc.**-século; **sécs.**-séculos; **c.**-cerca de; **ant.**-anterior a; **post.**-posterior; **ref.**-reformada em.

Em São Miguel existem, hoje, quarenta e uma igrejas de três naves, mais duas desaparecidas, excluindo os edifícios anteriores aos actuais de que há registos. Dado o número de exemplares, metade do conjunto total dos Açores, o capítulo das igrejas de três naves micaelenses será previamente dividido em duas partes: a primeira tratará de estudar o espaço interno das igrejas de três naves; a segunda debruçar-se-á sobre as frontarias. Ambas as partes serão mormente organizadas por data de construção.

Sendo assim, quanto ao espaço interno, primeiro surgirão as igrejas do século XVI, com as arcarias assentes em colunas, seguidas das do século XVII, já com as arcarias sustidas por pilares. O século XVIII foi o tempo de maior fervor construtivo em São Miguel, com muitos exemplares em estudo. Como tal, apresentar-se-á mais estruturado, com destaque para as igrejas cabeça-de-série, seguidas pelas igrejas dos séculos XVIII e XIX organizadas em três grupos – pequenas, médias e grandes dimensões. Por último, será abordado o grupo de igrejas dos séculos XIX-XX, que mostram as arcarias novamente sustentadas por colunas.

Quanto às frontarias, muitas não são coetâneas do restante corpo da igreja, mas derivadas de campanhas de obras geralmente executadas num tempo posterior. O grande número de igrejas com fachadas cronologicamente discrepantes acabou por impor a autonomização, no capítulo da ilha de São Miguel, da análise das frontarias das igrejas de três naves, cuja evolução se fez numa ordem cronológica de edificação própria, geralmente divergente da dos corpos das igrejas.

10.1. As igrejas de três naves de São Miguel – século XVI



Fig. 10.4 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.5 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.6 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.7 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ilha de São Miguel possui quatro igrejas erguidas no século XVI – as Matrizes de Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Água de Pau e Lagoa. Todas apresentam arcarias assentes em colunas, enquanto a Matriz de Ponta Delgada é a única que possui um clerestório funcional. Pelas cronologias apresentadas, existe a hipótese das arcarias e do arco triunfal da Matriz de Água de Pau serem os mais antigos. A Matriz da Lagoa mantém as arcarias baixas, com vãos largos e capitéis claramente toscanos, sendo o resultado da reforma efectuada à igreja no último quartel do século XVI, aquando da ampliação. Não há a certeza se as arcarias são, de facto, do tempo da reforma ou se serão anteriores, preservadas e integradas naquela reforma. Se, pelo desenho e proporções, poderiam ser obra da primeira metade do século XVI, o tratamento estético é de um tempo posterior, no qual a linguagem *ao romano* já está bem assimilada, o que não invalida que ainda sejam as arcarias da primitiva igreja, edificada em 1507.

O processo evolutivo das igrejas de três naves no século XVI está bem atestado pelas quatro Matrizes micaelenses. Todas elas possuem ou possuíram características da arquitectura tardo-gótica – período vigente no primeiro século de povoamento – sendo produto do tempo da sua construção. Estão presentes, em pleno ou em parte, na sua arquitectura: possuir ou ter possuído um clerestório – que implicava uma cobertura para cada nave –; apresentar arcos ou arcarias compostas por arcos quebrados ou de volta inteira, sustidos por colunas; possuir abóbadas tardo-góticas nas capelas.

10.1.1. Análise das igrejas quinhentistas de São Miguel

As primeiras igrejas que se ergueram em São Miguel correspondem às Matrizes das várias vilas criadas até 1522, à excepção da Ribeira Grande e do Nordeste. As cronologias apresentadas, de conluio com as estruturas e a estética, englobam as Matrizes de Água de Pau, Ponta Delgada e Vila Franca do Campo em um grupo de edificações coevas, tardo-góticas, mal-grado o arcaísmo da última. A Matriz da Lagoa resulta de uma reforma e ampliação de carácter inteiramente renascentista, decorrida no último quartel do século XVI. O último elemento arquitectónico da igreja primitiva que poderá ter subsistido é o arco triunfal, entalhado e mascarado de obra clássica. Contudo, permaneceu uma reminiscência do espaço interno tardo-gótico que se encontra nas restantes igrejas mais antigas, uma ligação umbilical que não foi totalmente cortada com as reformas a que foi sujeita. Até porque a igreja foi ampliada e reformada, mas não há registos de ter sido demolida e reconstruída desde a construção primitiva, em 1507. Nunca houve uma substituição do edifício no seu todo, foi-se reformando consoante os tempos e as necessidades.

À excepção da Matriz da Lagoa, o tratamento dado às arcarias integra as restantes igrejas no período tardo-gótico, com os intradorsos dos arcos polifacetados e os pés-direitos dos arcos triunfais constituídos por colunelos. A grande diferença de altura entre o arco triunfal e as arcarias é uma característica comum às quatro igrejas, havendo a possibilidade de todos aqueles arcos terem, no todo ou em parte, subsistido até hoje. Pela maior atenção, derivada da maior importância, os arcos triunfais revelam um tratamento tardo-gótico nas formas e nos elementos decorativos, tendo sido assim construídos na primeira metade do século XVI. A partir da reforma da Matriz da Lagoa – sem que se saiba o que se passou com o arco triunfal nessa reforma – as igrejas edificadas em São Miguel passaram a exibir arcos triunfais de volta completa, apoiados em pés-direitos planos ressaltados, numa composição de recorte clássico.

A observação dos espaços internos das quatro igrejas quinhentistas de São Miguel permite acompanhar o percurso evolutivo, na ilha, do tipo de igrejas de três naves

ao longo do século XVI, desde os espaços tardo-góticos até à espacialidade clássica. É uma evolução que se deu, nos Açores, em paralelo com o que se passava na Metrópole. Como tal, as igrejas quinhentistas micaelenses integram-se, em conjunto com as igrejas coevas das ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa, Pico e Faial, no vasto conjunto de templos portugueses de três naves construídos na primeira metade do século XVI.

Qualquer igreja que pertença ao tipo das três naves apresenta arcarias que separam os espaços das naves. A presença das arcarias permitia criar naves mais vastas/largas, o que era desejado para a construção de igrejas que serviam uma grande população. As grandes igrejas erguidas, em Portugal, até ao último quartel do século XVI apresentam três naves, um recurso eleito desde tempos bem anteriores à fundação do Reino. As arcarias, para além de só existirem numa igreja com naves, assumem um papel importante na estrutura que suporta a cobertura do corpo das naves e na consequente definição do espaço interno.

O primeiro quartel de Quinhentos foi o tempo da introdução e afirmação das colunas nas arcarias das igrejas de três naves. Até lá, quanto mais largo fossem os apoios dos arcos, mais espessa seria a parede superior às arcarias e menores seriam os vãos. A cantaria dos arcos era robusta, dotada de grande expressividade e com a espessura necessária para amparar o peso das paredes superiores aos arcos. A introdução das colunas, mais que a permuta da forma do arco, permitiu que os planos das arcarias diminuíssem de espessura e se tornassem mais leves, possibilitando a sua sobrelevação e, por conseguinte, o aumento do espaço interno disponível que se verificou ao longo do século XVI. Na sua segunda metade, as igrejas de três naves erigidas de raiz já não contemplam clerestórios, apresentando uma cobertura única, com telhado de duas águas. Tal permitiu o levantamento das naves laterais e a diminuição da proporção espacial usual entre aquelas e a nave central, sem que alguma vez chegassem a ter a mesma largura ou a elevar-se ao mesmo nível.

As arcarias de volta inteira, comuns no período tardo-gótico, possibilitaram o uso de novos tipos de arcos numa época plena de novidades, de profusão de formas, com a intenção de fazer diferente mantendo a funcionalidade estrutural. A transição das arcarias com arcos quebrados para arcos de volta perfeita dá-se naturalmente ao longo do reinado de D. Manuel I (1495-1521), desde o seu início. As arcarias foram das primeiras estruturas das igrejas a apresentar arcos de volta inteira.

A progressiva substituição dos arcos quebrados, nas arcarias, por arcos de volta inteira, para além de constituir uma novidade – as igrejas de três naves abobadadas ou com cobertura de madeira apresentaram, em Portugal, arcarias com arcos quebrados desde o século XII –, é uma solução que, estruturalmente, não interfere com a arquitectura do restante templo. As arcarias continuaram a ser compostas por arcos

simples, semicirculares – uma forma diferente que acarretava uma reduzida dificuldade de construção. Os arcos de volta inteira possibilitavam arcarias com vãos mais baixos e largos, uma «desverticalização» do espaço interno gótico. Talvez por isso, não se encontram arcarias compostas por arcos polilobados ou conopiais, já que se tratam de estruturas mais complexas e dispendiosas. Para além disso, tais arcos poderiam entrar em conflito com os clerestórios ainda existentes na primeira metade do século XVI. As arcarias queriam-se estruturalmente simples e funcionais, pelo que a mudança do arco apontado para o de volta inteira foi uma opção essencialmente estética.

A observação conjunta das capelas-mores das igrejas quinhentistas possibilita algum entendimento quanto à evolução dos arcos triunfais e das capelas. Os arcos triunfais evoluíram nas formas e dimensões tardo-góticas, do arco apontado para o de volta perfeita, numa fase bastante precoce, a par das arcarias das naves. Contudo, ainda eram compostos no modo gótico, com pés direitos complexificados pelos colunelos que se lhes aglutinam. A mudança da forma do arco não alterou a linguagem tardo-gótica vigente, mais arcaica que a das arcarias, não só pelo maior número de elementos identificáveis, mas também pelo grande destaque que recebe ao abrir a capela-mor. Esta intenção está patente e é reforçada pela arquitectura tardo-gótica do primeiro quartel do século XVI, estando ainda presente em igrejas quase clássicas, erguidas no segundo quartel do século. A simplificação/romanização da expressão do arco de volta inteira foi mais lenta nos arcos triunfais que nas arcarias, com tendência para a diminuição das dimensões dos primeiros e o aumento das segundas.

Todos os arcos triunfais foram lançados com vãos quase da largura da nave central. Os pés-direitos adossam-se aos planos das arcarias, que continuam para a capela-mor como paredes laterais. Na sua origem, os arcos triunfais das igrejas quinhentistas de São Miguel são estruturas tardo-góticas. Apenas o da Matriz de Vila Franca do Campo se encontra «ao natural». Nas Matrizes de Ponta Delgada e da Lagoa, os arcos triunfais originais foram completamente encobertos por trabalhos de madeira entalhada de expressão pós-barroca. A Matriz de Água de Pau preservou os pés-direitos originais, ainda que pareça ser a única a ter aumentado a altura do arco triunfal.

As capelas-mores são espaços com uma altura considerável, uma largura próxima da da nave central e alguma profundidade, iluminadas por janelas laterais originais ou rasgadas posteriormente. De todas as igrejas quinhentistas, somente a Matriz de Ponta Delgada apresenta a construção primitiva, coberta com uma abóbada de nervuras em dois panos. A solução escolhida enquadra-se na opção tipológica e estética que foi querida para aquela igreja. Todas as outras capelas-mores foram alvo de reformas/reconstruções/ampliações desde o século XVI. No entanto, mais nenhuma é abobadada, mas com falsas abóbadas de berço pintadas.

– *Matriz de São Miguel Arcanjo,* Vila Franca do Campo



Fig. 10.8 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.9 – Matriz de São Miguel Arcanjo, Vila Franca do Campo (post. 1534): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *Tiveram uma rica igreja de naves, da advocação do Arcanjo São Miguel, padroeiro de toda a ilha. Caída esta e destruída a vila (como a seu tempo direi) edificaram outra, do mesmo Orago e não menos sumptuoso edifício, e outra vila, não menos nobre, da outra parte da ribeira, para a parte do ponente, no arrabalde que dantes era,* […][1].

Vila Franca do Campo foi a primeira vila criada na ilha de São Miguel, sendo 1472 a data mais consensual para o foral. Foi a povoação da ilha que mais se destacou no século XV e no primeiro quartel do século XVI. Durante este período, os capitães do donatário tiveram ali a sua residência, o que tornava Vila Franca na cabeça da ilha.

A igreja de São Miguel Arcanjo, Matriz de Vila Franca do Campo, é uma das nove igrejas mencionadas no testamento do infante D. Henrique, de 1460, a *igreja de são Miguel na ilha de são Miguel*, embora a sua edificação só deve ter avançado a partir de 1474: "(…) Rui Gonçalves da Câmara, sendo o terceiro [capitão do] donatário, sendo o primeiro que na ilha entrou de assento, tratou logo com todas as forças de fazer nesta vila uma formosa igreja e esta fundou no campo do adro das freiras e a dedicou ao Arcanjo São Miguel (…)"[2]. Seja como for, a igreja seria uma construção recente quando se deu o grande terramoto de 1522, que originou o aluimento de dois montes sobre Vila Franca, soterrando-a. Quase toda a vila, que se erguia na margem esquerda da ribeira, foi arrasada. Nestes terrenos encontravam-se as casas dos senhores da terra, incluindo a do capitão, bem como a grande e recém edificada igreja do Arcanjo São Miguel.

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 154.
[2] Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1961, p. 231.

> *Muitos se acolhiam dos lugares onde a terra que corria não chegou para a igreja de S. Miguel, principal, cuidando ter nela refúgio, e os afogou o lodo e polme, que já ali não corria com muita pressa e ligeireza, senão com algum vagar* (…).
> (…) *parece que* [a enxurrada] *não podia trazer outro caminho senão pela igreja principal, que era um sumptuoso templo do Arcanjo S. Miguel, que havia pouco tempo que se acabara, mas em mais poucos acabou de desaparecer de todo*[3].

Nada sobrou da vila e, à excepção de umas quantas dezenas de habitantes, estima-se que mais de cinco mil pessoas tenham morrido naquele cataclismo[4]. Face à situação calamitosa, a decisão tomada pelos senhores da terra foi fazer tábua-rasa do núcleo primitivo de Vila Franca, na margem esquerda da ribeira, reerguendo a vila na margem direita, onde os estragos tinham sido menores, como relata Gaspar Frutuoso na epígrafe apresentada para esta igreja, recentrando-a nos terrenos que envolviam a primitiva cadeia que escapara à catástrofe[5]. Analise-se, agora, uma longa citação da qual se pode retirar algumas ilações preciosas quanto à datação da reconstrução da vila e da sua igreja matriz:

> *Ainda que por justo juízo de Deus a primeira Vila Franca foi subvertida, como o sítio fosse tão plano e bom, ainda a relíquia do povo, que escapou, se quis aproveitar de seus arredores; por onde, valendo-se da piedade de El-Rei D. João III, passou mandado em o primeiro de Fevereiro de 1534 para se tomarem chãos, que chamavam, onde a nova vila está hoje fundada, arrabalde. Os que escaparam no arrabalde, com os que edificaram a nova vila de novo, de modo que a rascunharam pela outra, que foi subvertida, porque em tudo parecia igual e, para que o parecesse em tudo, lhe edificaram a paroquial dedicada ao arcanjo São Miguel, como tinha sido a outra, na arquitectura e na grandeza* (…)[6].

Por este trecho sabe-se que só em 1534 é que D. João III mandou que se preparasse os terrenos a poente da ribeira para ali se construir a nova vila, ou seja, quase doze anos depois do acontecido[7]. Se assim foi, então a nova Matriz de Vila Franca do Campo é uma obra posterior àquela data e, como sugere Frei Agostinho de Monte Alverne, foi edificada *como tinha sido a outra, na arquitectura e na grandeza*, segundo os planos da anterior Matriz, reutilizando até o material original que fosse aproveitável. Como tal, a nova igreja de São Miguel Arcanjo apresenta-se como uma reconstituição da anterior, o que justifica um gosto arquitectónico tardo-gótico do último quartel do século XV, que já se encontraria ultrapassado nas décadas de 1530-40. Todavia, tipologicamente, é a mais antiga das igrejas tardo-góticas micaelenses.

---

[3] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 281.
[4] Cf. António Jacinto de Medeiros e Maria Gaspar, *Memorial de Vila Franca do Campo – séculos XV a XXI*, Vila Franca do Campo, Câmara Municipal, 2004, pp. 27-28.
[5] Cf. Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, *As casas de câmara e cadeia nos Açores -séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, pp. 77-78.
[6] Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Op.cit.*, p. 239.
[7] A data do alvará régio que manda avançar com as obras de construção da nova Vila Franca do Campo é motivo de alguma discórdia entre cronistas e investigadores micaelenses.



Fig. 10.10 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Trata-se do mesmo tempo de construção da Matriz de Ponta Delgada, ao passo que as Matrizes da Lagoa e de Água de Pau já tinham sido acabadas, a primeira em 1507 e a segunda em 1525. Apesar de ter sido erecta a partir de 1534. a Matriz de Vila Franca do Campo permanece um edifício filiado no modelo mendicante, com colunas nas arcarias e, consequentemente, planos das arcarias menos espessos, que resultam numa maior leveza das arcarias, em particular, e do espaço, em geral. A presença de arcos quebrados nas arcarias, no arco triunfal e nas aberturas de alguns altares laterais coloca esta igreja como ponto de partida para a evolução do tipo nos Açores, sendo a única que claramente os apresenta nas arcarias.

A planta da igreja desenvolve-se por seis tramos, sem transepto, uma constituição que deve permanecer desde a sua edificação. Por sua vez, as ampliações em altura a que a igreja foi sujeita – pelo menos, duas vezes até ao século XIX – alteraram principalmente os espaços das naves laterais. A consequente fenestração das paredes laterais conferiu uma luz à igreja que está longe de ser a do edifício original. Com a mudança para uma cobertura única sobre o corpo das naves, com duas águas, as naves laterais foram as que mais se sobrelevaram, com tectos que passaram a correr num nível acima do clerestório. Por sua vez, ao perder a funcionalidade de iluminar directamente a nave central, o clerestório passou a restringir-se aos pontuais vãos estreitos e cegos que, na nave central, têm um carácter unicamente decorativo. Os tectos de madeira que hoje cobrem as naves são obra dos séculos XVIII-XIX, falsas abóbadas de berço abatido nas naves laterais, abatidíssimo na central.



Fig. 10.11 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das naves a partir do altar.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de São Miguel Arcanjo possui três naves e seis tramos. No tramo junto à cabeceira situam-se as duas capelas laterais, com uma profundidade que pode sugerir um transepto inscrito que não o é. As arcarias são formadas por arcos apontados assentes em colunas, com capitéis próximos de um cone invertido e bases cilíndricas. O intradorso dos arcos é trifacetado, tal como na Matriz de Vila do Porto. Sobre as arcarias, alinhadas com as colunas, estão as aberturas do clerestório que deve ter funcionado até à conversão da cobertura num telhado único com duas águas, obra posterior denunciada pelos três tectos em falsa abóbada abatida.



Fig. 10.12 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal da Matriz de Vila Franca do Campo possui pés-direitos compostos por colunelos que, após os capitéis, prosseguem pelo intradorso de um arco quebrado. A capela-mor original, se ainda existir, encontra-se escondida pela posterior intervenção barroca. As capelas colaterais também resultam de campanhas de obras posteriores, não se abrindo por arcos apontados, mas de volta inteira, acedendo a espaços cobertos por falsas abóbadas de berço.

As capelas presentes nos extremos do tramo imediato à cabeceira abrem-se segundo arcos e pilares polilobados apontados, cuja continuidade apenas é suspendida pelos capitéis. No lado do evangelho, no tramo contíguo, situa-se um altar lateral enquadrado por um arco polilobado apontado.



Fig. 10.13 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): perspectiva das capelas lateral e colateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.14 – Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja de São Miguel Arcanjo que hoje se observa é, formal e estruturalmente, o mais arcaico que existe nos Açores, para além de ser o único a apresentar arcarias inteiramente compostas por arcos apontados. Porém, quando comparada com as outras igrejas tardo-góticas açorianas, o cuidado que o seu desenho apresenta e a execução de grande qualidade em toda a obra estrutural denotam uma racionalidade que ultrapassa os modelos medievos: os tramos têm todos a mesma largura; os arcos têm todos o mesmo vão; as colunas das arcarias são todas iguais, com uniformização dos capitéis; o formato e o posicionamento das aberturas do antigo clerestório, todas iguais e alinhadas com as colunas, mostram-no bem desenhado quando comparado com os existentes nas igrejas açorianas coevas.

– *Matriz de São Sebastião,* Ponta Delgada



Fig. 10.15 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): frontaria (1748).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.16 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *É a igreja à advocação do mártir S. Sebastião, na praça da mesma cidade, defronte da casa da Câmara, junto do porto e alfândega, pelo que sempre é acompanhada e frequentada de muita gente, e poucas igrejas haverá em tão bom lugar situadas; é de bom grandor de naves e muito alta, com uma alta e graciosa torre do relógio, junto da capela-mor, da banda do norte, e outra fortíssima, ainda não acabada, para os sinos, pegada com a fronteira da porta principal, da parte do sul; com ricas capelas de uma e outra parte, antre as quais, no cruzeiro, da banda do mar, está ricamente feita e ornada a capela do Santíssimo Sacramento* (…)*; além das outras, que há na mesma igreja, todas bem providas e servidas*[8]*.*

Ponta Delgada foi a segunda vila criada na ilha de São Miguel, tendo recebido foral de vila d'El-rei D. Manuel I em 1499. As circunstâncias que levaram à emancipação de Ponta Delgada em relação a Vila Franca do Campo estão detalhadamente relatadas, por Gaspar Frutuoso, no Livro IV das suas *Saudades da Terra*[9], nascidas da vontade dos seus moradores de não submissão a Vila Franca, da qual Ponta Delgada era o mais distante dos principais povoados. Em 1518, D. Manuel mandou transferir a alfândega da ilha de Vila Franca para Ponta Delgada, por ali existir um porto com melhores condições. A nova vila de Ponta Delgada viu, assim, reforçado o seu papel económico e mercantil na vida da ilha, crescendo em habitantes e extensão.

Com o cataclismo de Vila Franca do Campo de 1522, Ponta Delgada emergiu como a nova capital da ilha, confirmada com a mudança de residência do capitão do donatário, bem como de parte dos senhores da terra que antes residiam em Vila Franca.

[8] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 173.
[9] Idem, *ibidem*, pp. 171-172. Ver também: Mateus Laranjeira, *As casas de câmara e cadeia nos Açores – séculos XV-XVIII*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016, pp. 67-68.

No lugar da actual Matriz de Ponta Delgada encontrava-se a ermida de Santo André, primeiro padroeiro da povoação, um edifício erguido antes de 1514 e onde funcionou a Matriz da vila até à construção da nova igreja, a partir de 1531. Após o terramoto de Vila Franca do Campo houve um surto de peste que grassou em São Miguel, de 1523 até à década seguinte. Segundo Gaspar Frutuoso, a população de Ponta Delgada fez a promessa de erguer, na ermida de Santo André, um altar a São Sebastião, protector das pestes, para que os livrasse do flagelo. Assim que terminou o surto, a câmara começou as diligências para que se erguesse não um altar, mas uma nova igreja dedicada a São Sebastião (e Santo André), visto que a anterior ermida era demasiado pequena para albergar a Matriz.

Gaspar Frutuoso indica algumas informações importantes relativas à datação da nova igreja e aos mestres implicados na obra.

> *Sendo vereadores nesta cidade, quando era vila, Sebastião Barbosa da Silva e Gaspar de Viveiros, foi arrematada a obra de pedraria da dita igreja de S. Sebastião em um conto e trezentos e cinquenta mil reis, a um mestre Lupedo, que veio de Portugal, o qual recebeu logo cem mil reis a esta conta e foi buscar sua mulher ao Regno; e não querendo ela vir com ele, mandou de lá muita pedraria de mármore para os portais e peares, com um Afonso Fernandes, para trabalharem por ele, até tornar do Regno; mas, não podendo vir, por lhe acontecer um desastre, na era de mil e quinhentos e trinta e três anos, a treze dias de Janeiro* (…)*, se tornou a abrir o lanço e fez-se arrematação a Estêvão da Ponte e a Afonso Machado, pelo sobredito preço. E Nicolau Fernandes, que era extremado oficial, e seu irmão André Fernandes lavraram a obra dos portais e peares; a obra de alvenaria, fizeram, Estêvão da Ponte e Brás da Ponte, seu irmão; e da carpintaria Diogo Dias e Pero Fernandes, da cidade, e Diogalvres, de Água do Pau, a que foi arrematada*[10].

Apesar de não haver conhecimento da data certa da contratação do tal mestre Lupedo[11], sabe-se que os vereadores identificados por Gaspar Frutuoso eram-no a 20.07.1525 e que em Janeiro de 1528 já não o eram[12] – cada vereação durava cerca de um ano, mas podia ser extensível –, pelo que é entre aquelas duas datas que se deve aceitar a primeira arrematação da obra da igreja de São Sebastião. A crónica supracitada informa que o Mestre Lupedo *veio de Portugal* e que, feito o contracto, regressou ao Reino, demorando-se e acabando por sofrer um desastre que o impossibilitou de voltar. Como tal, quanto tempo esteve o mestre Lupedo em São Miguel? Gaspar Frutuoso dá a entender que ele recebeu cem mil reis logo após a celebração do contracto e se foi embora pouco tempo depois. Que obras foram feitas ou iniciadas por ele? Estaria ainda em São Miguel aquando da demolição da antiga

[10] Idem, *Ibidem*, pp. 173-174.
[11] Cf. Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, pp. 98-99. O mestre Lupedo, nome inexistente no Dicionário de Sousa Viterbo, pode ter sido um de vários mestres-de-obras espanhóis que estiveram activos em Portugal durante o reinado de D. Manuel I.
[12] Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 97-103.

ermida e da abertura dos alicerces da nova igreja? Chegou a dirigir o início das obras de edificação da capela-mor?

No meio de tantas questões sem resposta, Nestor de Sousa admite o início das obras em 1531 ou antes, uma vez que já estariam em curso aquando da chegada de dois alvarás de D. João III, datados de 22 e de 29 de Agosto de 1532, que se referem à obra da igreja de São Sebastião. No alvará do dia 22, dirigido a Jorge Nunes, rendeiro das ilhas dos Açores, El-rei afirma que "(…) hei por bem fazer esmola à Villa de Ponta Delgada da Ilha de Sam Miguel de quatro sentos cruzados para ajuda das obras da igreja de Sam Çabastião da dita Villa, os quais lhe hão de ser paguos em quatro annos, cem cruzados cada hum ano de que ho primeiro pagamento ade ser neste mez de Setembro do ano presente de quinhentos e trynta e dous (…)"[13]. O alvará do dia 29, em resposta à solicitação feita pela Câmara de Ponta Delgada, D. João III concedeu à Câmara "o rendimento da emposição à dita villa pera se dispender nas obras da Igreja de São Sebastião (…) e isto por tempo de doze anos que começarão ao primeiro dia de Janeiro que vem do anno de quinhentos e trinta e trez anos em diante (…)"[14], ordenando à Câmara que entregasse o dinheiro cobrado ao *recebedor das obras* e que se certificasse que o mesmo seria gasto naquelas obras e não noutras. Sendo assim, tendo as obras começado ou não antes da consignação real dos quatrocentos cruzados (iniciada em Setembro de 1532) e do *rendimento da emposição* concedido à Câmara pelo rei (começado no primeiro de Janeiro de 1533), o que é certo é que só depois da segunda arrematação da obra da igreja de São Sebastião (a 13 de Janeiro de 1533) é que a construção avançou definitivamente.

Conforme relata Gaspar Frutuoso no trecho citado, a obra foi arrematada segunda vez por Estêvão da Ponte e Afonso Machado, por um conto e trezentos e cinquenta mil reis, o mesmo valor que tinha sido acordado com o mestre Lupedo. Estêvão da Ponte é um nome já mencionado quanto à Matriz de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, cuja obra fora, anos antes, também arrematada por ele. Coube a Estêvão da Ponte e ao irmão, Brás da Ponte, a obra de alvenaria da igreja. Sabe-se também que, na impossibilidade do mestre Lupedo voltar para São Miguel, enviou Afonso Fernandes em seu lugar para trabalhar na obra, trazendo com ele a pedraria de mármore para os portais e *peares* que foram lavrados pelos irmãos Nicolau e André Fernandes. Sabe-se ainda os nomes dos responsáveis pela carpintaria, a saber, Diogo Dias, Pero Fernandes e *Diogalvres*. A obra da igreja deve ter terminado em 1545, segundo uma inscrição que existia debaixo do coro[15].

[13] AAVV, *Archivo dos Açores*, Vol. IV, pp. 49-50, in Nestor de Sousa, *Op.cit.*, p. 100.
[14] *Livro 4.º do Registo da Câmara*, f. 57v-58, in Nestor de Sousa, *Op. cit.*, p. 100.
[15] Cf. Fr. Agostinho de Montalverne, *Op cit.*, vol. II, p. 20.

Nestor de Sousa aprofunda, na sua obra *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, todo o processo do início das obras da nova igreja de São Sebastião, tentando determinar a datação das mesmas por via indirecta, sempre que tais informações são desconhecidas. Porém, levanta outras questões bastante interessantes, nomeadamente se foi mantida a traça do mestre Lupedo ou acabou por ser alterada por Estêvão da Ponte. Estas questões podem não ser respondidas apenas por documentos, mas também por uma análise crítica à arquitectura do edifício.

Se a edificação de praticamente toda a igreja ocorreu depois da segunda arrematação da obra, em Janeiro de 1533, a capela-mor, por onde começava a obra, poderia já estar em construção antes do mestre Lupedo viajar para o Reino. Seja como for, é dele a autoria da *traça* da igreja de São Sebastião de Ponta Delgada. Mesmo que tenham sido feitas algumas alterações ao projecto inicial, a capela-mor abobadada, a parte mais importante e delicada da igreja, deve ser de sua autoria. A capela-mor foi acrescentada num tempo posterior, possivelmente para albergar o novo retábulo e arrematado a 11.05.1716. A 20.07.1729 já se encontrava instalado[16].

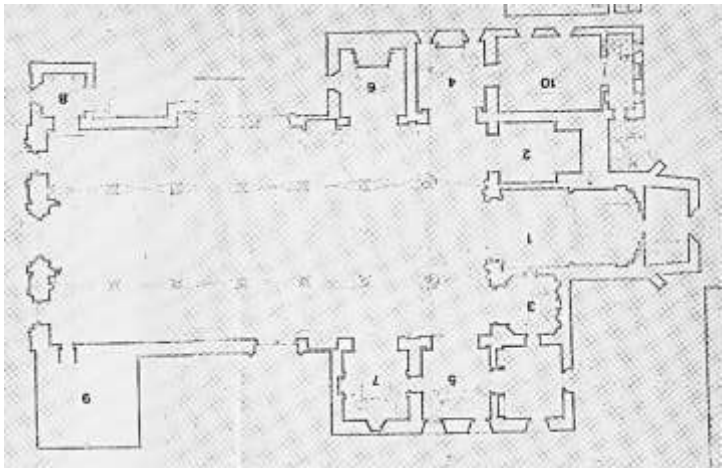


Fig. 10.17 – Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada (1531-1545): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *Op. cit.*, Apenso Gráfico, n.º 5.

O corpo das naves possui sete tramos, conferindo-lhe grande profundidade. As duas arcarias são compostas por arcos de volta inteira assentes em colunas. Porém, continua a existir um clerestório numa alta nave central. As arcarias originais encontram-se escondidas por baixo de um trabalho de gesso efectuado no século XIX, impossibilitando o reconhecimento das formas originais das arcarias e dos elementos constituintes – capitéis e fustes das colunas primitivas. Apesar de possuírem arcos de volta inteira e colunas, as arcarias e o arco triunfal da Matriz de Ponta Delgada não são suficientes para aplacar uma arquitectura tipologicamente tardo-gótica.

[16] Cf. Nestor de Sousa, *Op. cit.*, pp. 123 e 140-141.



Fig. 10.18 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

A maior elevação da nave central concede uma espacialidade gótica a toda a igreja, aliada a uma deficiente iluminação natural. A nave central tem mais do dobro de altura que de largura, um espaço bem verticalizado, de certa forma, «encaixotado». Os planos das arcarias têm uma grande superfície de alvenaria sobre os arcos, onde se abrem os estreitos vãos do clerestório, incapazes de iluminar o espaço da nave central.



Fig. 10.19 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

O arco triunfal encontra-se revestido de talha do século XVIII. Contudo, se fosse retirada a madeira, apresentaria pés-direitos com colunelos que prosseguem num arco de volta inteira, numa estrutura que continua gótica. Não obstante, trata-se de um arco que se lança quase à altura da abóbada da capela-mor e quase tão largo como a capela-mor e a nave central. Sobre o arco, envolvido pelo coroamento em talha, fica uma janela com um vitral que representa São Sebastião, muito provavelmente no lugar onde originalmente se encontrava um óculo.



Fig. 10.20 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 10.21 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): abóbada da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

A capela-mor da igreja de São Sebastião apresenta-se, quer pelo exterior quer no espaço interno, como a mais cuidada e "erudita" capela-mor das igrejas tardo-góticas açorianas que subsistiram até hoje, a única coberta por abóbadas de nervuras. O seu desenho lembra o das igrejas tardo-góticas do Reino, mais que os outros templos açorianos, o que se justifica por o mestre Lupedo ter viajado até São Miguel com o único propósito de construir aquela igreja. Ao comparar as Matrizes de Ponta Delgada e de Vila do Porto, ambas obras arrematadas por Estêvão da Ponte, as diferenças são tantas e tão grandes que jamais seria possível atribuir as duas *traças* a um mesmo autor. A obra que Lupedo deixou esboçada deve ter sido executada quase na íntegra, naquela que foi uma prova de fogo para Estêvão da Ponte, que jamais teria construído ou visto um edifício daquelas dimensões e com aquela complexidade, tendo-se mostrado à altura da maior empreitada da sua vida.

Em planta, a capela-mor tem uma forma próxima do duplo quadrado, acrescentado no século XVIII, como é visível pelo posicionamento das suas paredes laterais. Nesta capela destaca-se a cobertura em abóbada estrelada de dois panos, frequente na arquitectura tardo-gótica. Cada pano ostenta uma chave circular com motivos fitomórficos e, no encontro dos dois panos, uma terceira chave quadrangular ostenta as setas de São Sebastião. Nas paredes do último tramo da abóbada rasgaram-se, no século XIX, os dois janelões. A abóbada, protagonista desta capela, apresenta uma solução que não se encontra nas outras igrejas tardo-góticas açorianas.



Fig. 10.22 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): arco lateral da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Nas paredes laterais da capela-mor existem dois arcos de volta inteira, hoje cegos, que comunicavam directamente com as capelas colaterais. Os arcos aparentam ter as mesmas dimensões, mas diferem nos elementos que os compõem. O do lado do Evangelho possui um par de colunelos que, após os capitéis, prosseguem pelo arco, acompanhado no extradorso por um arco-moldura pontuado por motivos florais em toda a sua extensão; quer o arco quer a moldura assentam em envasamentos. O arco do lado da Epístola é composto por dois pares de colunelos que também continuam pelos arcos após os capitéis. É moldurado e não apresenta motivos decorativos.

No lado do Evangelho fica a capela lateral de São Pedro, de planta quadrangular, que se abre para a nave através de um arco trilobado com embasamento, colunelos e capitéis. Os colunelos continuam por toda a extensão do arco, pontuado de florões. Nos vértices internos pendem pequenas pinhas. A capela é coberta por uma abóbada de nervuras estrelada, com várias chaves representando elementos fitomórficos.



Fig. 10.23 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de S. Pedro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 10.24 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): abóbada da capela lateral de S. Pedro.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 10.25 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de S. João Baptista.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.



Fig. 10.26 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral do Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

A capela contígua de São João Baptista abre-se através de um arco de volta inteira com embasamento, colunelos e capitéis. Os colunelos continuam pelo arco pontuado de florões. De planta quadrangular, a capela é coberta por uma abóbada estrelada, com quatro meias-chaves junto das paredes e quatro chaves em torno da

grande chave central, todas com motivos florais. Depois desta capela fica o portal lateral norte, seguido do altar de Santo António. Por fim, abre-se um arco de volta perfeita apainelado para o primitivo baptistério, com planta quadrangular.





Fig. 10.28 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): cúpula hemisférica da capela lateral de N.ª S.ª da Conceição.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Fig. 10.27 – Matriz de Ponta Delgada (1531-1545): capela lateral de N.ª S.ª da Conceição.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2008.

Na nave do lado da Epístola encontra-se a capela lateral do Sagrado Coração de Jesus, acedida por um arco trilobado idêntico ao da capela fronteira. Possui planta quadrangular e é coberta por uma abóbada estrelada, com múltiplas chaves. A capela contígua de Nossa Senhora da Conceição também tem planta quadrangular, divergindo no tipo de arco e de cobertura – abre-se por um arco de volta inteira e cobre-se por uma cúpula semiesférica com finas circunferências nervuradas concêntricas, sugerindo uma grelha, com lanternim. A cúpula assenta em trompas rudimentares existentes nos ângulos, definindo um arranque octogonal. Nesta nave lateral situam-se, ainda, a porta lateral sul e um altar, para além da porta que acede ao coro alto e à torre sineira.

De todas as igrejas quinhentistas açorianas, a Matriz de Ponta Delgada é a que possui maior variedade, no espaço interno, de elementos estruturais e decorativos característicos do período tardo-gótico. Como tal, também é a igreja açoriana que melhor reflecte a proliferação de formas aplicadas aos arcos que caracterizou aquele tempo construtivo. Em conjunto com as abóbadas de nervuras que cobrem a capela-mor e três capelas laterais, mais os três portais da igreja, não há dúvidas sobre a obra marcadamente tardo-gótica que, então, se quis erguer.

– *Matriz de Nossa Senhora dos Anjos,* Água de Pau



Fig. 10.29 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): frontaria (1774).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.30 – Matriz de N.ª S.ª Anjos, Água de Pau (1525): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva de Água de Pau, de fundação quatrocentista, já existia em 1511. Destruída no terramoto de 1522, foi reconstruída a partir de 1525, o que a torna na mais antiga igreja de três naves micaelense que chegou até ao presente. No que respeita ao espaço interno, não existem registos de grandes obras de ampliação ou reconstrução ao longo dos séculos. A sua planta desenvolve-se por cinco tramos, com as arcarias formadas por arcos de volta inteira que repousam em colunas. Pela observação das arcarias e do arco triunfal, deduz-se poder se tratar, de facto, das estruturas construídas no início do segundo quartel do século XVI.



Fig. 10.31 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.32 – Matriz de Água de Pau (1525): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As arcarias são baixas, com arcos de perfil polifacetado, assentes em colunas com cerca de metade da sua altura. Contudo, os vãos dos arcos são largos, face à altura, já sem clerestório sobre as arcarias – não se pode precisar se chegou a possuí-lo primitivamente ou se o edifício foi já construído sem ele. Os planos das arcarias tornaram-se menos espessos e os arcos sustidos por colunas ajudaram à inclusão das naves laterais. Estas, por sua vez, descondicionadas pelo desaparecimento do clerestório, puderam sobrelevar-se, criando as condições para a abertura de janelas maiores nas paredes laterais, o que consequentemente originou uma maior profusão de luz no espaço interno.

Pelo facto de o tecto correr pouco acima do arco triunfal, não se verifica um espaço verticalizado na nave central como o que existe na Matriz de Ponta Delgada. Todavia, as arcarias também são baixas e sustêm o peso das altas paredes superiores que se prolongam até ao tecto. A combinação de um tecto que não se eleva muito com uma nave central que, não sendo muito larga, prolonga virtualmente o seu espaço para as naves laterais através dos vãos desafogados das arcarias, permitiu uma melhor inclusão daquelas naves no espaço litúrgico.



Fig. 10.33 – Matriz de Água de Pau (1525): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal tem cerca do dobro da altura das arcarias. Os pés-direitos arrancam através de colunelos que devem ser remanescentes do arco primitivo. A meia altura desenvolvem-se uns elementos em madeira talhada e pintada, com função de impostas, a partir dos quais se lança o arco de volta inteira, também ele de madeira pintada, encobrindo o arco original. Pelas dimensões dos pés-direitos, o arco triunfal

original seria menor que o actual, tendo sido aumentado em altura. A forma encontrada para conciliar elementos de épocas tão díspares não deixa de ser bastante peculiar.

A capela-mor não é profunda, resultado de uma planta quadrangular. Possui duas janelas laterais junto do retábulo, acima das quais correm cornijas que ligam o retábulo ao arco triunfal. A capela é coberta por uma falsa abóbada de berço pintada com motivos decorativos oitocentistas.



Fig. 10.34 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.35 – Matriz de Água de Pau (1525): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Sobre o tramo de entrada fica o coro-alto, tripartido, instalado nos arcos das arcarias ali presentes. Por isso, a transição entre as partes é bastante baixa pela menor altura disponível dos arcos naquele nível. Existe uma janela axial aberta na parede da fachada, encimada por outra menor encostada ao tecto. O nível do coro-alto é rematado por uma balaustrada contínua, de madeira.

A Matriz de Água de Pau denuncia-se como uma igreja tardo-gótica de fundação, que se apresenta como um espaço de transição para a obra *ao romano*, mais pelo uso de colunas que pelos arcos de volta inteira das arcarias. A presença de um alto arco triunfal com o dobro da altura das arcarias é anterior à diminuição da altura dos arcos triunfais, na sequência do desaparecimento do clerestório e de uma melhor adequação a um espaço coberto por um telhado de duas águas – a nave central tendeu a baixar enquanto as laterais subiram.

– *Matriz de Santa Cruz,* Lagoa



Fig. 10.36 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): frontaria (1844).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.37 – Matriz de Santa Cruz, Lagoa (1507/ref. 1583-1586): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Lagoa teve a sua primeira igreja paroquial erecta em 1507, ainda o concelho não fora criado. Aquele templo foi afectado no terramoto de 1522, porém, só em 1583 se iniciaram as obras de reforma e ampliação da Matriz, concluídas em 1586. O resultado dessa intervenção na igreja corresponde, pelo que parece e na sua essência, ao espaço interno actual. As três naves são constituídas por sete tramos, com as arcarias compostas por arcos de volta inteira assentes em colunas. As arcarias apresentam dimensões e proporções dos seus elementos constitutivos que as integram no conjunto de igrejas micaelenses quinhentistas de três naves com colunas.

Apesar de ainda se verificarem grandes panos de parede em alvenaria acima dos arcos, a sua extensão é menor que nas igrejas tardo-góticas. Os alçados das arcarias e das paredes laterais são rematados por cornijas longitudinais, acima das quais se desenvolvem, nas três naves, falsas abóbadas de berço abatido em madeira, com realce para a da nave central. Estas abóbadas sugerem um outro tempo construtivo que não o século XVI. Pela cronologia de intervenções na igreja, poderá ser obra dos meados do século XVIII. Se tivesse tido um tecto plano, ao nível das cornijas sobre as arcarias, a nave central adquiriria uma espacialidade comprimida. Poderá, contudo, ter tido tectos de três esteiras que ajudariam a ampliar superiormente o espaço interno.
As arcarias possuem um tratamento claramente clássico nos capitéis toscanos, enquanto os arcos se lançam sem o intradorso polifacetado, mas com perfil recto. Trata-se do espaço interno de uma igreja de três naves renascentista, sem clerestório, com o domínio seguro da linguagem clássica e o uso correcto da ordem toscana.



Fig. 10.38 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A espacialidade conseguida através das arcarias mais altas e da pouca espessura das paredes que lhes são superiores, sustidas pelas colunas, origina uma maior integração das naves laterais num espaço interno mais unitário. Com as naves laterais mais altas, até ao limite das águas do telhado, tornou-se possível a abertura de janelas laterais maiores que ajudaram a uma melhor iluminação do espaço interno.



Fig. 10.39 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um alto arco triunfal de volta inteira, de perfil clássico e pintado com marmoreados. Todo o arco é uma estrutura de madeira colocada sobre o arco primitivo, ocultando-o por completo. É possível que o arco original da igreja

erguida em 1507 tenha sido aproveitado na reforma e ampliação do final do século XVI. Como tal, é provável que, por baixo da madeira, ainda mantenha não só os pés-direitos originais, com colunelos e capitéis, mas também o arco.

A capela-mor é um espaço profundo, com uma janela aberta na parede exterior. Acima correm, em ambos os lados, cornijas que ligam o retábulo aos capitéis do arco triunfal. O espaço é coberto por uma falsa abóbada de berço, compartimentada por molduras espessas ortogonais em torno de um medalhão circular central. A composição presente nesta falsa abóbada tem grande realce pela pintura de todos os seus elementos compositivos, tratando-se de uma obra que datará, no máximo, dos finais do século XIX.



Fig. 10.40 – Matriz de Lagoa (1507/ref. 1583-1586): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A escala e as proporções adoptadas na reforma do templo contribuíram para a consecução de um espaço interno clássico. A Matriz da Lagoa já não possui nenhum dos atributos tardo-góticos que qualificam as outras igrejas micaelenses do século XVI. Porém, é o resultado do processo evolutivo das igrejas de três naves tardo-góticas para uma espacialidade renascentista – depois de acertar as estruturas, investiram-nas de um vocabulário clássico. Esta igreja foi uma das últimas, nos Açores, a apresentar colunas nas arcarias. A solução voltou a ser utilizada no último terço do século XIX, somente na ilha de São Miguel.

10.2. As igrejas de três naves de São Miguel – século XVII



Fig. 10.41 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ ref. 1671/ref. 1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.42 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (sécs. XVII/XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.43 – Igreja do Convento de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de três naves açorianas erigidas a partir dos primeiros anos do século XVII têm as arcarias sustidas por pilares. Como foi realçado, a edificação da Sé de Angra com pilares foi determinante para a fixação daquele tipo de igrejas nas ilhas. Como tal, as arcarias assentes em colunas desapareceram no final do século XVI, ressurgindo, na segunda metade do século XIX, em templos de média e grande dimensão somente na ilha de São Miguel.

Não são muitas as igrejas de três naves seiscentistas em São Miguel que tenham chegado ao tempo presente: as igrejas paroquiais da Povoação e da Ajuda da Bretanha, mais a conventual de Nossa Senhora da Graça, em Ponta Delgada. Aqueles templos são representativos das três escalas principais – pequena, média e grande – com que podemos categorizar os espaços internos das igrejas. Apesar do aumento crescente de dimensões dos edifícios, entre os séculos XVII e XIX, as igrejas de pequena e média dimensão não deixaram de ser construídas em São Miguel.

10.2.1. Análise das igrejas de três naves seiscentistas de São Miguel

O século XVII não foi muito produtivo na construção de igrejas de três naves em São Miguel. Várias das igrejas erguidas naquele tempo foram ampliadas, reformadas ou reconstruídas nos séculos XVIII e XIX. Se, nalguns casos, partes dos edifícios seiscentistas foram integradas na nova construção, noutros, os edifícios foram substituídos por construções construídas de raiz. Que tenham chegado até ao presente, apenas três igrejas podem, na maior parte, ser datadas do século XVII – as igrejas da Povoação, da Ajuda da Bretanha e do convento da Graça de Ponta Delgada. Pelo que se pode observar, a partir de uma primeira impressão dos três templos, percebe-se que houve um aumento das dimensões ao longo do século, particularmente, da altura. Como foi previamente referido, cada uma das igrejas representa um formato – pequeno, médio e grande –, com o qual se pode mensurar, genericamente, os templos de três naves.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário da Povoação é de pequenas dimensões, ainda que possua seis tramos. Os arcos são baixos, com vãos estreitos, o que não permite uma integração das três naves, como já se havia conseguido nos finais do século XVI. Se se tiver em consideração que as igrejas quinhentistas tinham arcarias assentes em colunas, com panos de alvenaria superiores extensos que, como já foi observado, permitiam o emagrecimento das paredes das arcarias. A adopção de pilares parece ter sido, à primeira vista, um retrocesso quanto a uma maior unificação das naves. Os pilares, mormente mais largos que as colunas, obrigaram a que as paredes sobre as arcarias voltassem a ganhar espessura e quanto mais espessos fossem as paredes das arcarias, maior seria a divisão das naves, comprometendo-se assim o intento de criar espaços internos mais unificados.

Os vãos dos arcarias tiveram de se alargar e altear para atenuar o espessamento das paredes das arcarias – quanto menor fosse a extensão superior dos panos das arcarias, menor seria o peso sustentado pelos arcos. Por sua vez, os arcos aumentaram de dimensões, assentes em pilares que também ficaram mais altos, mantendo a espessura. A largura dos vãos também aumentou, influindo na diminuição do número de tramos, não obstante o aumento geral das dimensões dos templos.

A igreja da Ajuda da Bretanha é exemplar na forma como erigir um espaço interno com arcarias. Sendo um templo de média dimensão, segue as características atrás mencionadas, com as arcarias compostas por arcos mais altos, a que corresponde uma menor extensão das paredes de alvenaria sobre os arcos. Resultou num espaço interno em que as arcarias não apartaram as naves, antes possibilitaram uma maior comunhão entre elas. O facto de os arcos serem mais altos implica que a volta do arco é feita mais longe do espectador. Contudo, se os arcos fossem baixos, então a espessura

dos planos das arcarias estaria bem patente nas voltas dos arcos, mais baixas, como é notório na igreja da Povoação, onde a separação das naves se acentuou face às igrejas quinhentistas.

A igreja do convento da Graça foi o primeiro templo de grandes dimensões edificado na ilha de São Miguel. Apresenta um corpo das naves bem alto, no qual a nave central tem cerca do dobro da largura das naves laterais. Este aspecto pode não ser muito expressivo na planta, porém, *in loco*, a nave central é a grande sala da *ecclesia*, à semelhança da Sé de Angra, partilhando a mesma proporção na relação das larguras das naves. A altura alcançada na nave central tem cerca do dobro da largura. Destaca-se a solução utilizada no tramo de entrada, no qual o coro-alto já não se encontra instalado num nível superior, transversal às arcarias, como uma obra realizada *a posteriori* – que, em templos com arcarias mais baixas, dificultava a passagem entre as três partes do coro-alto por insuficiência de altura. Passou a ser parte integrante do projecto arquitectónico da igreja. A solução para as igrejas de média e grande dimensão foi diminuir os arcos presentes no tramo de entrada para cerca de metade da altura dos seus pares. No nível superior, optou-se por fechar os planos das arcarias com paredes de alvenaria, rasgadas por portas que permitem a comunicação entre as três secções do coro, correspondentes às três naves. Deste modo, a tripartição do espaço do coro-alto ficou consolidada, onde passaram a existir três espaços autónomos, bem definidos, cujo central, primordial, se tornou no único a abrir-se claramente à restante igreja. Os espaços laterais do coro-alto podiam ou não mostrar-se fechados para as respectivas naves, mantendo-se como espaços secundários.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Povoação



Fig. 10.44 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): frontaria (séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.45 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja actualmente designada de Nossa Senhora do Rosário, a *Matriz Velha* da vila da Povoação, é o presumível exemplar mais antigo, em São Miguel, de uma igreja de três naves com arcarias sustidas por pilares. Trata-se de um edifício que resultou de várias campanhas de obras efectuadas ao longo dos séculos, entre reformas, ampliações e reconstruções que, hoje, nada parece ter da igreja primitiva. Desta igreja sabe-se quem a mandou construir, João Arruda da Costa, por testamento datado de 1553. Segundo Gil Moniz Jerónimo, o edifício primitivo desenvolver-se-ia na direcção Norte-Sul, com uma só nave e frontaria austral[1].

Por alvará de 20 de Março de 1595, o então bispo de Angra, D. Manuel de Gouveia, determinou as primeiras transformações ao templo primitivo[2]. Esta campanha de obras pode ter sido responsável pela construção de uma igreja de três naves, na orientação tradicional Este-Oeste, que esteve/está na base do templo que hoje se mostra. Pela cronologia daquele alvará seria possível, àquela data, a edificação de uma igreja de três naves com as arcarias sustentadas por pilares. Porém, nada mais se sabe quanto ao edifício que substituiu o primitivo.

Através de outro alvará, de 21 de Outubro de 1667, foram dados 4$000 reis à fábrica da igreja, o que não se correlaciona directamente com obras no edifício. Pelas informações presentes nas "Despezas feitas pela Fazenda Real nas Egrejas das

[1] Cf. Gil Moniz Jerónimo, *A Povoação Velha*, [s.l.], [s.ed.], 1999, p. 51.
[2] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 51.

Freguezias da Ilha de S. Miguel de 1631 a 1775"[3] tem-se conhecimento de notícias muito genéricas sobre algumas campanhas de obras realizadas na igreja, mas que não correspondem a outras tantas intervenções que ficaram por registar. Depois do alvará supracitado, houve obras de pedreiro na capela-mor, em 1671, no valor de 96$000 reis. Poder-se-á deduzir que uma nova capela-mor terá substituído a pré-existente. Tal também implica que houve um corpo das naves construído entre 1595 e 1671, sem que seja possível uma datação mais precisa. Todavia, por hipótese, a verba dada à fábrica da igreja, em 1667, poderia estar relacionada com uma ampliação e/ou reforma efectuada ao corpo das naves, a que se seguiu a reconstrução da capela-mor, quatro anos volvidos. Ou então, a reforma do corpo das naves poderá ter ocorrido após 1671, tendo sido refeita, primeiro, a capela-mor, seguida da restante igreja, naquele que era o processo habitual de construção de uma igreja – da cabeceira para a frontaria. Seja como for, as arcarias que a igreja apresenta poderão ter sido erguidas quer antes quer depois de 1671. Até poderão tê-lo sido no século XVIII.

A informação que se segue é de 1737, referindo-se a 135$000 reis expendidos em ornamentos. De todos os valores apresentados nas "Despezas feitas pela Fazenda Real nas Egrejas das Freguezias da Ilha de S. Miguel de 1631 a 1775", no que concerne à *Matriz Velha* da Povoação, o de 135$000 reis é, de longe, o mais avultado, sendo relativo a ornamentação, que poderia ser mais dispendiosa que a sua edificação. Certamente não se iria gastar tanto dinheiro a ornamentar uma igreja velha, a não ser que estivesse em boas condições de preservação, fruto de anteriores intervenções, reformas e/ou reconstruções. Na hipótese acima lançada, de o corpo das naves ter sido reconstruído depois de 1671, a verba dada em 1737 para a ornamentação poderá ter vindo no seguimento de outras obras realizadas na igreja, particularmente, obras de ampliação e/ou reconstrução que tenham intervindo no corpo das naves. À falta de mais informação, aquela hipótese tem alguma credibilidade, até prova em contrário. Em 1753, o templo passou a ser designado por igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus, orago que manteve até à inauguração do novo edifício da Matriz, em 1856.

As últimas notícias sobre a *Matriz Velha* da Povoação que se encontram nas "Despezas…" são todas do ano de 1761: *Arco e Pintura* – 100$000 reis; *Retábulo* – 50$000 reis; *Douradura* – 50$000 reis. Todas são relacionadas com a capela-mor. Pela leitura das fontes bibliográficas, deduz-se que sempre que se fala no arco, dentro do contexto igreja, refere-se ao arco triunfal. Sendo assim, parece que houve obras na capela-mor, com a construção de um novo arco triunfal, um novo retábulo e consequente douramento. Deste modo, fica-se sem saber se a capela-mor foi

[3] "Despezas feitas pela Fazenda Real nas Egrejas das Freguezias da Iha de S. Miguel de 1631 a 1775. Extraidas dos Livros de despeza da Alfandega de Ponta Delgada", in *Arquivo dos Açores*, vol. XII, 1983, p. 39.

reconstruída ou reformada. Comummente, substituía-se o arco triunfal quando se pretendia erguer uma capela-mor com maior altura ou quando já se a tinha erguido, ficando a faltar uma abertura maior da capela para o corpo das naves através do aumento do vão do arco.

Numa visitação feita em 1788, são mencionados os retábulos da capela-mor e da colateral do Santíssimo Sacramento, de como eram antigos e a precisar de serem reformados, sem qualquer menção à arquitectura da igreja. A visita do bispo de Angra à igreja, no ano de 1795, refere o bom estado de conservação do edifício e louva a dignidade do templo. Indica, ainda, a execução dos trabalhos de restauro que tinham sido apontados, numa visitação anterior, para além da construção de uma nova capela lateral dedicada ao Senhor Santo Cristo. Como tal, é legítimo considerar que novos retábulos tenham sido executados, no período entre 1788 e 1795, para a capela-mor e para a colateral do Santíssimo Sacramento. Mais uma vez, não é possível ter conhecimento se foi necessário realizar obras naquelas capelas para poderem receber os novos retábulos. A última notícia daquela visita episcopal à *Matriz Velha* da Povoação diz respeito à inexistência de uma torre sineira.

A igreja voltou a ser intervencionada no século XIX, mais uma vez sem que tenham ficado registadas informações mais específicas. "Na Carta de visitação do Bispo D. José Pegado d'Azevedo que tem a data de 15 de Outubro de 1811 se lamenta o estado de indecência e nenhum aceio em que está o Sacrário, o Baptistério, e em geral toda esta Igreja (…)"[4], sem que tenham sido tomadas medidas para recuperar a igreja de um cada vez maior estado de degradação, começando a ameaçar ruína. A ideia de uma nova igreja mais condigna da condição de Matriz, edificada noutro local, mais longe do mar, mais perto do centro da Povoação, não se sabe quando surgiu, mas, na primeira metade do século XIX, difundiu-se por entre a população. A questão oscilava entre a erecção de um templo novo e a preservação da *Matriz Velha*. Até que ponto valeria a pena continuar a investir-se numa igreja que já não correspondia às exigências mínimas de segurança e sem capacidade para albergar um número de paroquianos em contínuo aumento? A escolha recaiu na edificação de uma nova Matriz para a Povoação, um processo iniciado em 1845 e cuja campanha de obras decorreu entre 1848 e 1856, data em que foi inaugurada.

A *Matriz Velha* passou, então, a ser denominada igreja de Nossa Senhora do Rosário, orago que manteve até à actualidade. Ficou esquecida durante toda a segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, até o Padre Caetano Tavares Lima, na década de 1930, se empenhar na sua conservação e restauro. As obras

[4] Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, vol. II, [s.l.],[s.ed.], (Vila Franca do Campo, Tip. A Crença), 1949, p. 25.

decorrentes ficaram concluídas em 1936, deixando a igreja como hoje pode ser encontrada. Ao longo do século XX apenas se verificaram reparações pontuais no edifício.

Depois de relatadas as informações que se conhecem relativamente às obras e intervenções na *Matriz Velha*, há que confrontá-las com o edifício que chegou até ao presente, numa tentativa de estabelecer a cronologia das suas partes componentes. Não se pode precisar se a igreja actual ainda terá remanescências da que foi erguida depois de 1595. O templo foi sujeito a várias intervenções desde então, nas quais se realça uma mais que possível ampliação frontal do corpo das naves. Em 1671, a capela-mor foi reconstruída, na que se constitui como a única parte do edifício que está documentalmente datada. Permanece a dúvida sobre se as arcarias serão obra/reforma anterior ou posterior à da capela-mor.



Fig. 10.46 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.47 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.48 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja apresenta as três naves divididas em seis tramos, cobertas por um tecto de madeira de três esteiras, na nave central, e de uma esteira inclinada nas laterais. Porém, o corpo das naves possui tectos bastante baixos, o que resulta num espaço onde o comprimento se realça. As arcarias são baixas, com vãos de pouca largura constituídos por arcos de volta inteira assentes em pilares, com os capitéis formados, nas quatro faces, por troços de entablamento. As paredes superiores às arcarias têm uma extensão muito menor que aquelas, em claro contraste com o que acontece nas igrejas quinhentistas de São Miguel. A relação entre as duas partes dos planos das arcarias evoluiu para uma diminuição progressiva da dimensão da parede superior, enquanto as arcarias foram aumentando, tanto quanto os templos. Não há dúvida que estas arcarias têm um aspecto arcaico, dentro do tipo de arcarias com pilares.

Podem resultar da campanha de obras realizada após 1595, podem ser obra anterior ou posterior a 1671 ou até podem ser uma construção setecentista, ainda que não o evidencie. Reformadas ou não, as reduzidas dimensões dos vãos não ficam muito distantes das encontradas, por exemplo, na igreja coeva de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras, na ilha Terceira. Trata-se, em ambos os casos, de igrejas pioneiras na utilização de pilares nas arcarias, num tempo em que as dimensões dos templos estavam condicionadas por várias razões – fosse por motivos financeiros, fosse por estruturas pré-existentes –, particularmente, a altura do espaço interno.



Fig. 10.49 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os arcos que se encontram no primeiro tramo são mais altos que os restantes presentes nas arcarias, diferenciando-se também pela tonalidade da pedra e por um tratamento que os distingue dos demais. Pode resultar de uma ampliação frontal, já referida, ou de uma reforma de modo a permitir a passagem entre as secções do coro-alto. No entanto, devido à pouca altura do corpo das naves, em geral, e das arcarias, em particular, o coro-alto nivela-se a uma cota demasiado alta para que fosse possível transitar através de arcos com a mesma altura dos das arcarias. Estes factores coadjuvam a ideia de uma provável ampliação frontal do templo, acrescentado em um tramo, quiçá, aquando da erecção da actual fachada, uma obra do século XVIII.



Fig. 10.50 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação (c. 1595/ref. 1671/ref. 1761): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Depois da reconstrução da capela-mor, em 1671, e pelas informações relativas ao ano de 1761, houve uma intervenção que abrangeu o arco triunfal e o retábulo, bem como a pintura e o douramento. Não se pode afirmar se, na época, se reconstruiu a capela-mor ou se apenas se reformou a erecta em 1671. Certo é que o arco triunfal foi mexido na intervenção de 1761.

Trata-se de um espaço pouco profundo, coberto por uma falsa abóbada de berço. A capela abre-se para a nave central através de um arco triunfal de volta inteira que, apesar de ser mais alto que as arcarias, apresenta dimensões modestas. Sobressai o facto do arco triunfal ser bastante mais estreito que a nave central, em contraponto às igrejas quinhentistas de São Miguel, mal-grado a capela-mor existente não ser a primeira desta igreja.

Independentemente da lacuna de informações sobre a construção do corpo das naves, a igreja de Nossa Senhora do Rosário é pioneira, em São Miguel, na utilização de pilares nas arcarias. Apesar de ser um templo baixo, é já um edifício que se afasta das igrejas quinhentistas, mais pela articulação e composição dos seus componentes que pela espacialidade, embora esta já pouco tenha que ver com o que se tinha passado no século XVI.

– *Igreja de Nossa Senhora da Ajuda*, Ajuda da Bretanha



Fig. 10.51 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): frontaria (séc. XVIII):
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.52 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Ajuda, paroquial da Bretanha, teve a sua primeira construção no século XVI, pois em 1527 entrou o primeiro cura e, em 1596, o bispo de Angra nomeou um coadjutor para a paróquia. O mesmo começou por se instalar numa ermida, já deveria existir uma igreja no final do século. O templo foi remodelado no século XVII, sem que se saiba, ao certo, em que anos. Tal como sucede com a *Matriz Velha* da Povoação, a igreja da Ajuda da Bretanha também não possui registos relativos às obras de remodelação/reconstrução a que foi sujeita no século XVII. Depois dessas obras, não existem mais informações quanto a outras intervenções na arquitectura da igreja, para além das pontuais de conservação e restauro.



Fig. 10.53 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As três naves da igreja são divididas por cinco tramos. As arcarias compõem-se por arcos de volta perfeita que se apoiam em pilares com embasamento alto. Os capitéis são formados por troços de entablamento cujas cornijas são bastante desenvolvidas. As arcarias são mais altas que as das igrejas micaelenses que lhe são anteriores, porém, integram-se numa igreja de média dimensão. Está patente a diminuição da extensão da parede sobre as arcarias, bem menor que nas igrejas quinhentistas. Superiormente correm dois entablamentos, um de cada lado, com cornija desenvolvida, nos quais repousa a falsa abóbada de berço muito rebaixado. As naves laterais também são cobertas por falsas abóbadas de berço muito rebaixado, apoiadas em cornijas que correm pouco acima do nível das arcarias.



Fig. 10.54 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada no templo possui arcos com o mesmo vão dos das arcarias. Pela sua altura, foi possível instalar o coro-alto aproveitando a parte superior dos vãos para, por eles, se fazer a comunicação das três secções. Esta é a solução mais antiga para o coro-alto, anterior à solução que o apresenta tripartido por paredes até ao tecto.

No tramo de entrada abrem-se as três portas da fachada, uma por nave. São encimadas por janelas no nível superior, que iluminam as naves laterais. O mesmo poderia acontecer na nave central, contudo, a janela axial encontra-se encoberta pelo órgão colocado no coro-alto. No entanto, o tramo de entrada pode ter sido alterado no final do século XVIII, quando a frontaria da igreja foi reformada.



Fig. 10.55 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.56 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): arco triunfal e capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.57 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha (séc. XVII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta inteira, mais alto que os arcos das arcarias e quase tão largo quanto a nave central. O espaço da capela é profundo, com a mesma largura da nave central, apresentando as paredes laterais revestidas integralmente por painéis de azulejos figurativos azuis e brancos. Junto ao retábulo abrem-se duas janelas laterais. As paredes laterais são rematadas por cornijas, a partir dos quais arranca uma falsa abóbada de berço – entablamento e falsa abóbada estão pintados, obra da primeira metade do século XX.

Ladeando a capela-mor encontram-se, nas naves laterais, dois altares colaterais. Existem, ainda, dois altares laterais nos extremos do segundo tramo a contar da cabeceira. Note-se que esta igreja já não possui capelas colaterais, mas altares, uma solução que veio a ser adoptada em todas as igrejas açorianas construídas no século XVIII.

Segundo a cronologia, a igreja da Ajuda da Bretanha tem uma capela-mor e um corpo das naves erguidos na mesma campanha de obras. A capela-mor já aparece com o seu espaço bem definido – alta, larga e profunda, geralmente com duas janelas laterais e uma falsa abóbada de berço. Esta solução para as capelas-mores foi apreendida, nos Açores, no século XVII e continuada, com sucesso, até ao final do século XIX. A capela-mor em túnel é uma quase constante nas igrejas de todas as ilhas.

A igreja da Ajuda da Bretanha apresenta um espaço interno consolidado que, com maior ou menor dimensão, se estabeleceu para as igrejas de três naves com arcarias sustidas por pilares a partir do século XVII. Destacam-se os embasamentos altos e as cornijas expressivas dos capitéis dos pilares. Também se realça o menor número de tramos, cinco, associados a arcarias constituídas por arcos maiores, com vãos mais largos, quando comparada com as igrejas quinhentistas que possuem, no mínimo, cinco tramos.

– *Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça*, Ponta Delgada



Fig. 10.58 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.59 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O convento de Nossa Senhora da Graça data do século XVII. Os Religiosos Eremitas de Santo Agostinho chegaram a Ponta Delgada em 1606, vindos da casa-mãe açoriana, o convento de Nossa Senhora da Graça de Angra. Depois de um primeiro assentamento na ermida de Santa Ana, a comunidade de frades gracianos estabeleceu-se no actual lugar, em 1618, nas terras que lhes foram doadas para a edificação do convento, onde já existia uma ermida de Nossa Senhora da Natividade[5]. Não existem informações sobre se, quando se mudaram para os terrenos definitivos, já existiriam algumas infra-estruturas construídas. O actual edifício conventual e a igreja começaram a ser edificados depois de 1618, não tendo chegado até nós nenhuma informação sobre qual dos dois foi erguido primeiro – normalmente, a igreja era erecta antes do convento, mas houve excepções. Foi um longo processo de construção que Frei Diogo das Chagas sinalizou no seu *Espelho Cristalino...*.

> (…) *depois se mudarão pera o meio da cidade, ao longo da hermida de Nossa Senhora da Natiuidade aonde hoje em dia ainda estão bem mal accomodados, por cujo respeito pedirão este anno de 1646, esmola polla Cidade e mais Villas e Lugares da Ilha de que tirarão certos mil cruzados com que uão fundando e principiando hum famoso conuento que permita Deus acabem*[6].

Como se depreende pelo excerto supracitado, em 1646, os frades gracianos estavam *bem mal acomodados* num convento que já estava começado. Pelas palavras

[5] Cf. Francisco Affonso de Chaves & Mello, *A Margarita Animada, Margarida de Chaves*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1723, pp. 212-213.
[6] Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989, p. 148.

do autor, parecia uma empresa promissora, mas ainda faltaria muito para ficar concluída, o que só veio a acontecer em 1680.

Com a extinção das ordens religiosas nos Açores, em 1832, o convento de Nossa Senhora da Graça passou a albergar as aulas públicas de Instrução Secundária, tornando-se, em 1852, no edifício escolhido para a instalação do Liceu Nacional. Actualmente, acolhe o Conservatório de Música de Ponta Delgada. A partir de 1832, a cerca foi adaptada a mercado de animais e é hoje o recinto do Mercado Municipal da Graça. A igreja foi profanada depois de 1832, sendo actualmente um espaço expositivo, despojado de todos os elementos móveis do antigo templo. O espaço interno que se observa é o esqueleto constituído pelas estruturas em cantaria e alvenaria da igreja de três naves, os tectos e pouco mais, aos quais se adicionaram duas lajes de betão a meia altura das naves laterais e a toda a sua longitude, constituindo dois mezaninos.

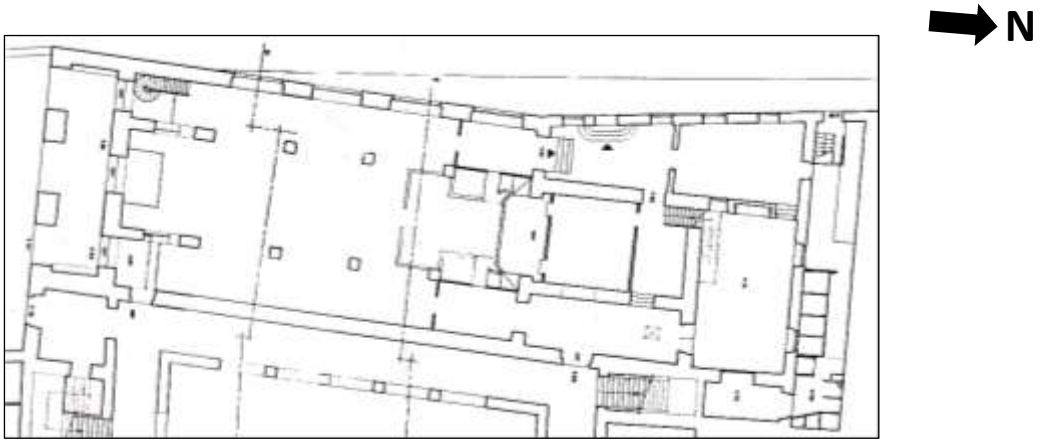


Fig. 10.60 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

O espaço interno da igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta as três naves bastante altas, divididas por cinco tramos. Pela planta, podemos observar que a nave central tem cerca do dobro da largura das naves laterais. As arcarias compõem-se por arcos de volta completa que se apoiam em pilares elevados, com embasamento alto e capitéis formados por troços de entablamento. Esta igreja foi a primeira, com três naves, a ser erguida em São Miguel com tamanha altura, mostrando que as arcarias assentes em pilares permitiam a construção de templos altos. Superiormente, sobre as arcarias, correm duas finas cornijas, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço muito rebaixado da nave central. A extensão de alvenaria dos planos das arcarias é diminuta, quando comparada com a altura dos arcos. Se confrontarmos com o que usualmente se passa nas igrejas tardo-góticas, a proporção entre arcaria/parede alterou-se bastante – de uma proporção que rondava os 50/50, as arcarias passaram a ocupar cerca de 4/5 da altura, sobejando 1/5 de parede.

O arco triunfal, de volta inteira, define um vão mais alto e largo que os vãos das arcarias, abrindo-se quase com a mesma largura da nave central. Estranhamente, o arco triunfal não possui capitéis. A capela-mor é profunda, com a mesma largura da nave central, não possuindo, hoje, qualquer janela aberta. A capela é coberta por um pano de uma falsa abóbada de berço muito rebaixado.



Fig. 10.61 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.62 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): porta encimada por janela, colaterais à capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A partir da capela-mor tem-se noção da grande altura das arcarias e, consequentemente, das naves. Em planta, a nave central é o espaço da *ecclesia*, bastante mais larga que as naves laterais. Como tal, se a nave central tem uma altura que duplica a largura, estas proporções alteram-se nos espaços das naves laterais, que mais não são que corredores estreitos e proporcionalmente muito altos, com tectos a uma cota logo acima das arcarias.

Esta igreja não apresenta capelas ou altares colaterais, mas, em seu lugar, portas encimadas por janelas rasgadas até ao pavimento, numa composição emoldurada por pilastras, cornijas e entablamentos expressivos. A presença destas portas nos topos das naves laterais assinala-as como locais de passagem entre o espaço litúrgico e as sacristias, bem como a comunicação com o edifício conventual. Nessa qualidade, a presença das portas naquelas posições, em conjunto com as portas laterais situadas na galilé de entrada enfatizam, ainda mais, a ideia das naves laterais como corredores de circulação no espaço interno.



Fig. 10.63 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.64 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada (1646-1680): arco do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo da entrada já apresenta os arcos das arcarias mais baixos, cerca de metade da altura dos restantes. Por cima do primeiro tramo fica o coro-alto – hoje, substituído por uma laje de betão – tripartido por paredes de alvenaria, cuja comunicação se faz através de portas rasgadas a eixo dos arcos inferiores. Sobre as paredes de alvenaria correm as cornijas que vêm da nave central e prosseguem pelo coro-alto. Axialmente a cada uma das naves abre-se uma janela em cada secção do coro-alto, correspondendo às três janelas do nível superior da fachada.

É curiosa a existência de duas estreitas pilastras fronteiras que se erguem dos pilares que separam os dois primeiros tramos, subindo até às cornijas superiores que limitam os planos das arcarias. As pilastras ali colocadas acabam por demarcar o espaço da nave central do coro-alto, que se desenvolve até aos referidos pilares.

A igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta uma coerência arquitectónica das suas partes constituintes, seja no espaço interno seja na frontaria, não obstante ter demorado várias décadas até ficar concluída. As suas dimensões, principalmente a altura, alteraram a proporcionalidade entre os elementos componentes. A altura é o aspecto que mais se realça no espaço interno da igreja, seguido da largura da nave central *versus* naves laterais. Foi a primeira igreja daquela dimensão a ser construída em São Miguel, pioneira do que foi edificado nos séculos XVIII e XIX.

10.3. As igrejas de três naves em São Miguel – séculos XVIII-XIX

A construção de novas igrejas teve, na ilha de São Miguel, uma notória evolução das suas dimensões, tal como nas outras ilhas. Porém, em São Miguel, o grande número de exemplares existentes permite acompanhar, a passo, o processo evolutivo das igrejas, desde o século XVI até ao final do século XIX. O aumento das dimensões advém quer do aumento populacional quer do aumento da riqueza da terra. Em São Miguel, o século XVIII foi um tempo de incremento da produção agrícola, mormente, da cultura da laranja, cuja exportação para o norte da Europa enriqueceu a pequena elite micaelense, senhora dos terrenos da ilha. Os tempos de fartura favoreceram o melhoramento das igrejas, o principal bem comum das comunidades. Com o aumento populacional registado no século XVIII – que originou a primeira vaga de emigração açoriana –, verificou-se um crescendo na criação de novas paróquias e, por conseguinte, a necessidade de erguer novas e maiores igrejas que substituíssem as antigas ermidas, já sem condições. As primitivas igrejas paroquiais também foram, no decorrer dos séculos, sendo substituídas por templos maiores.

A análise das igrejas de três naves no século XVIII começará com a actual igreja de São José, do antigo convento de São Francisco de Ponta Delgada, erguida entre 1709 e 1714. Trata-se de um grande templo conventual, possivelmente a maior igreja da ilha, cuja construção ajudou a fixar a composição do espaço interno das igrejas de três naves micaelenses. A Matriz da Ribeira Grande, erecta entre 1728 e 1736, veio afirmar a possibilidade de construir uma igreja paroquial com três naves de grandes dimensões. Pela influência que tiveram na arquitectura religiosa micaelense, aquelas duas igrejas bem podem ser apreciadas como cabeças-de-série de muitas igrejas posteriormente erectas. Seguir-se-á o subcapítulo dedicado à análise dos exemplares setecentistas, mais alguns oitocentistas da mesma «linhagem», que serão divididos em grupos de igrejas de pequenas, medianas e grandes dimensões.

No século XVIII, a construção de uma igreja de grandes dimensões não estaria ao alcance da boa parte das freguesias rurais. Como tal, a edificação de igrejas de três naves de pequenas e médias dimensões, que vinha dos séculos XVI e XVII, continuou a prosperar no século XVIII, prosseguindo no século seguinte. A construção de igrejas de grandes dimensões intensificou-se pelos meados do século XVIII, com um crescente aumento de exemplares até aos inícios do século XX, quando atingiu dimensões quase colossais. Estas foram as últimas igrejas de três naves erguidas em São Miguel.

10.3.1. Análise das igrejas de três naves de São Miguel – séculos XVIII-XIX

A edificação das igrejas de São José e da Matriz da Ribeira Grande, na primeira metade do século XVIII, foram acontecimentos que indelevelmente marcaram a arquitectura religiosa micaelense. Aquelas igrejas tanto fixaram a estruturação do espaço interno, quanto mostraram a possibilidade de construir templos de grandes dimensões. No entanto, as igrejas grandes só começaram a ser erguidas nos meados do século XVIII, verificando-se um aumento dos exemplares à medida que o século termina, tendência que prossegue no século XIX, com dimensões cada vez maiores.

As igrejas de três naves micaelenses edificadas no século XVIII são todas paroquiais. Como tal, a sua construção dependia do número de fregueses e da riqueza da povoação, o que se reflectia nas dimensões escolhidas para as igrejas. Pelo elevado número de exemplares em São Miguel, as igrejas setecentistas foram repartidas em três grupos, consoante as suas dimensões – pequenas, medianas e grandes.

As igrejas pequenas foram organizadas em dois subgrupos, ambos relativos ao posicionamento e à distância entre as arcarias – igrejas com maior ou menor afastamento, entre si, das arcarias. A diferença entre ambos os espaços é notória, principalmente na nave central, onde a maior largura das naves centrais desfaz a verticalidade imposta pela maior aproximação das arcarias. Do mesmo modo, a diferença de altura dos arcos que compõem as arcarias contribui para a maior ou menor adjunção das naves. Em contraponto, a maior ou menor extensão das paredes de alvenaria superiores aos arcos, percebendo-se o impacto que aquelas panos fechados podem ter na espacialidade interna das igrejas de três naves.

As igrejas medianas têm uma escala desafogada. Para além de possuírem, regra geral, naves centrais espaçosas, também têm naves laterais mais largas, criando espaços internos maiores. Tudo isto é coadjuvado com os arcos das arcarias, mais altos e largos, enquanto a menor extensão em alvenaria sobre as arcarias permite uma comunhão maior entre as naves.

As igrejas grandes apresentam uma grande escala, por vezes, quase colossal. O espaço conseguido é vasto em todas as dimensões, dividido por arcarias com altos pilares, sustentando arcos lançados a cotas bastante elevadas. Os vãos por eles formados são altos e largos, no que resulta em curtas extensões de alvenaria sobre os arcos, contribuindo muito para a união dos espaços das naves. Certas igrejas são tão altas que o tecto aparenta perder peso. Colocado num nível tão elevado, o tecto deixa de ter uma presença relevante na definição do espaço interno – está tão alto que facilmente passa despercebido, acima do alcance dos olhos.

As capelas-mores das igrejas micaelenses de três naves continuaram, no século XVIII, a tendência de erguer espaços mais ou menos altos, mas sempre profundos. Pela observação feita às igrejas setecentistas, assoma-se uma estandardização das capelas-mores com uma profundidade aproximada, duas janelas laterais junto do retábulo, e cobertas por (falsas) abóbadas de berço.

Quanto aos coros-altos, verifica-se que a solução que triparte o espaço do nível superior com paredes de alvenaria não foi utilizada nas igrejas de pequena dimensão. Está presente na maior parte das igrejas de média dimensão, porém, não prevaleceu nas de grande dimensão. Se, nas mais pequenas, não havia altura suficiente para aquela solução, nas igrejas maiores havia altura em demasia. Implicava levantar paredes de alvenaria no coro-alto, no seguimento das arcarias, que, pela elevada cota do tecto, atingiriam uma grande extensão. É o que acontece nalgumas igrejas grandes, onde a presença daquelas paredes produzem uma certa obstrução à fluidez do espaço interno.

– *Igreja de S. José/ N.ª S.ª Conceição*, Convento de São Francisco de Ponta Delgada



Fig. 10.65 – Igreja de S. José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada (1709-1714): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.66 – Igreja de São José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada: (1709-1714): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primeira comunidade franciscana só se estabeleceu em Ponta Delgada depois do terramoto de 1522 ter destruído o convento erigido em Vila Franca do Campo. Ao instalarem-se em Ponta Delgada, foi-lhes doado pela Câmara, em 1525, um terreno no extremo ocidental da então vila, onde já havia uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Nesse mesmo ano, a nova casa conventual foi ali fundada por Frei Vasco de Taveyra. O primeiro convento foi erguido no segundo quartel do século XVI, definindo urbanisticamente o *campo de São Francisco*, a poente. A igreja foi construída no sentido Este-Oeste, com a frontaria voltada a nascente, à urbe, ao passo que o convento foi edificado a sul da igreja, com as fachadas principais volvidas a nascente e a sul.

Pouco se sabe do edifício primitivo, a não ser através de episódios da sua existência. Assim, em 1572, uma provisão régia ordenou a conclusão da torre dos sinos dos franciscanos. Porém, em 1575, a torre foi mandada apear, em virtude de a sua altura interferir com o forte de São Brás, em construção – este forte era o elemento que faltava para fechar, a sul, o *campo de São Francisco*.

De todos os cronistas, Frei Agostinho de Monte Alverne (1630-1726) é o que fornece mais informações sobre o primeiro convento de São Francisco de Ponta Delgada. Como frade franciscano, residiu no convento da então vila da Ribeira Grande, tendo sido o cronista que mais de perto conheceu o primitivo convento de Ponta Delgada. Foi sobre esse edifício que Monte Alverne se debruçou, nas suas *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. Não obstante o segundo convento ter sido erguido ainda no seu tempo de vida, Monte Alverne não lhe fez qualquer menção porque o limite cronológico alcançado na sua obra é o ano de 1695.

"Nunca deste sítio se mudou este convento, antes sempre foi em aumento, assim nas obras, como nos moradores dele (…)"[1]. O autor também faz referência à construção de várias dependências do convento, mormente dormitórios, ao longo do século XVII. Da igreja somente informa que tem sete altares, a contar com o *altar maior*, e que o cruzeiro do adro ficou acabado em 1592[2]. Tal permite deduzir que, àquela data, já a igreja estaria acabada, sem que haja mais notícias referentes ao edifício. Em 1581, por decisão do bispo de Angra, D. Pedro de Castilho, a igreja franciscana passou a albergar a paroquial da recém criada freguesia de Santa Clara, enquanto não se edificava uma nova igreja por falta de condições da respectiva ermida. Esta situação manteve-se por algum tempo, até a nova paroquial estar pronta. "Em 1623, em uma escritura de venda de terras, se diz que confrontavam com a Igreja nova de S.ª Clara"[3].

> *O Convento dos Religiosos de S. Francisco he o mais sumptuoso de todos, fica no fim da Cidade para o Poente; tem hum magestoso Templo do Orago de nossa Senhora da Conceyçaõ, foy o seu fundador o Padre Frey Gonçalo de JESUS, Padre mais digno da Provincia, & natural desta Cidade. Lançou-se a primeyra pedra no dia oytavo de Santo Antonio do anno de 1709 & em 25 de Junho de 1714 se disse a primeyra Missa. Gastàraõ-se mais de cento & vinte mil cruzados na sua fabrica[4].*

O excerto da obra de Francisco de Chaves e Melo, editada em 1723, é a mais antiga referência ao segundo/actual convento de São Francisco de Ponta Delgada, mais especificamente, à edificação da nova igreja. Esta campanha de obras desenvolveu-se entre 1709 e 1714, ano em que foi realizada a primeira missa. A casa conventual seguiu-se-lhe, depois de 1714, não havendo conhecimento de datas precisas sobre o final das obras. A quantia mencionada pelo autor, cento e vinte mil cruzados, é unicamente respeitante à construção da igreja.

Na sequência da extinção das Ordens Religiosas, a igreja conventual de Nossa Senhora da Conceição passou a ser, em 1834, sede da paróquia de São José por falta de condições do seu templo. Esta igreja de São José era a mesma que, antes, se designava de Santa Clara. Algures, no primeiro quartel do século XVIII, a freguesia mudou de nome e, sequentemente, o orago da igreja também mudou. A casa conventual franciscana foi transformada para ali se estabelecer o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

---

[1] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1961, p. 23.
[2] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 24.
[3] Ernesto do Canto, "Notícias sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. LVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 149.
[4] Francisco Affonso de Chaves & Mello, *A Margarita Animada, Margarida de Chaves*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1723, p. 208.

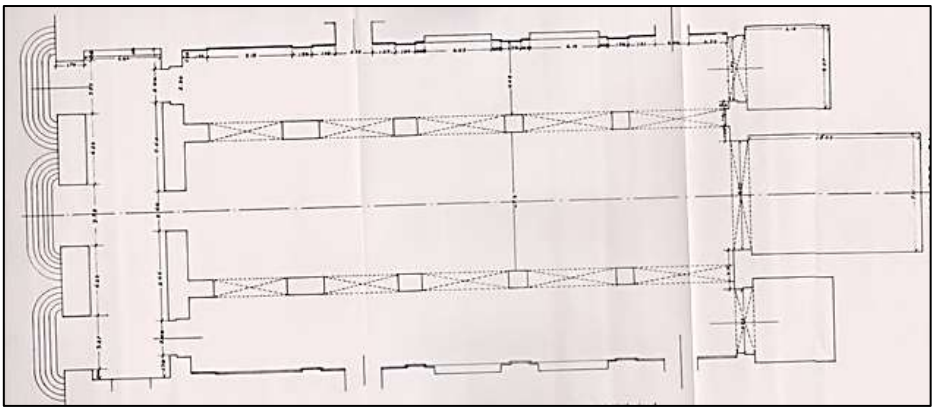


Fig. 10.67 – Igreja de São José, Convento de São Francisco de Ponta Delgada (1709-1714): planta.
Fonte: Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, apenso gráfico.

Em planta, a igreja de São José é antecedida por um nártex, dentro do qual os três arcos da fachada comunicam com as três portas do templo, uma por nave. O espaço interno é constituído pelas três naves divididas em cinco tramos, mais o tramo do nártex. O tramo mais próximo da cabeceira é um pouco mais largo que os restantes, com arcos mais altos que os das arcarias, ainda que não se constitua num transepto. A nave central tem o dobro da largura das naves laterais, com uma capela-mor profunda, ladeada por duas capelas colaterais, enquanto que não há capelas nas naves laterais, só altares. Estão assinaladas duas saídas em cada nave lateral, que transitam para espaços do antigo convento. Nenhuma destas passagens laterais alguma vez comunicou com o espaço público. A planta desta igreja só não é igual à de Nossa Senhora da Guia, do convento de São Francisco de Angra por falta de um transepto inscrito.



Fig. 10.68 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja detém grandes dimensões, a maior de São Miguel, ainda que a largura da nave central fique ofuscada pela sua enorme altura. As arcarias são formadas por arcos de volta inteira sustentados por pilares, com embasamento e capitéis toscanos. Os arcos do tramo mais próximo da cabeceira, para além de serem mais largos, são também mais altos que os outros, encostando-se a finas cornijas que correm por cima das restantes arcarias. O mesmo acontece na igreja de Nossa Senhora da Guia, em Angra, que, contudo, possui um transepto inscrito definido, ao passo que na igreja de Ponta Delgada isso não acontece. Apesar de aqueles arcos o sugerirem, não existem mais elementos que indiquem um transepto. Seria necessário adicionar as capelas dos topos dos braços do transepto, com os seus tectos perpendiculares e prevalecentes aos das naves laterais, atributos que se encontram na igreja franciscana de Angra e que definem um transepto inscrito. Entre o arranque dos arcos sobem, aprumadas, finas pilastras até atingirem a grande cornija superior que percorre todos os alçados internos da nave central, salvo o verso da fachada, e que ressalta ao cruzar as ditas pilastras verticais às chaves dos arcos.

A partir da grande cornija arranca a falsa abóbada de berço que cobre aquele espaço, de madeira pintada em *trompe-l'oeil*. O pano central mostra uma grande composição em forma de medalhão, antecedido e sucedido por panos que parecem simular uma abóbada com penetrações.



Fig. 10.69 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.70 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.





Fig. 10.72 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): janela axial do alçado do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.71 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal eleva-se sensivelmente à mesma altura dos arcos do tramo mais próximo da cabeceira. Encontra-se completamente revestido de talha dourada, com um remate fitomórfico, sobre o qual, ao centro, estão as armas reais. Por cima do arco corre a grande cornija superior, à qual se sobrepõe uma janela axial que se abre quase até ao tecto. A janela é ladeada por colunelos finos espiralados, com capitéis coríntios que sustêm um entablamento que remata a composição.



Fig. 10.73 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): parede lateral da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.74 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor é profunda, com duas janelas abertas em cada lado. As paredes laterais estão azulejadas, num primeiro nível, por painéis azuis e brancos do século XVIII, após o qual toda a capela se acha revestida de talha dourada. O espaço é coberto por uma falsa abóbada de berço, com caixotões plenos de motivos decorativos dourados, cujos fundos formam um xadrez azul e vermelho.



Fig. 10.75 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral e porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.76 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.77 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.78 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): janela do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais foram compostas com pilastras e cornijas, num desenho simples que as converte em autênticas fachadas internas. Os pilares das arcarias são projectados nas paredes laterais das naves em duplas pilastras, que sobem a uma cota mais alta que os pilares, até à cornija superior donde arrancam as falsas abóbadas de berço, cobrindo longitudinalmente aqueles espaços. No enfiamento das naves laterais estão as capelas colaterais, de planta quadrangular. Os alçados daqueles topos são compostos por um arco de volta perfeita, no primeiro nível, com uma altura pouco mais de metade da das arcarias. Tangente ao arco corre um entablamento à cota dos capitéis das arcarias, sobre o qual fica uma janela ladeada por colunelos espiralados, assentes em mísulas em forma de volutas, com capitéis coríntios que sustentam um entablamento ressaltado nos extremos – esta janela é igual à que existe sobre o arco triunfal, bem como a outras duas que se situam nos extremos do tramo imediato à cabeceira, perfazendo cinco janelas. Acima corre a cornija superior presente em todas as faces internas das naves laterais. O último nível é criado pelas janelas rasgadas nos panos superiores semicirculares resultantes da intersecção da parede de fundo com a falsa abóbada.



Fig. 10.79 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.80 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os alçados das naves laterais são pautados pelas pilastras atrás mencionadas, que os dividem em cinco panos. O tramo mais próximo da cabeceira é, como se viu, mais largo que os restantes, o que mal se nota, não fosse a sua composição diferir dos restantes panos laterais. No seu primeiro nível abre-se uma porta ladeada por pilastras

que «suportam um entablamento», prosseguindo em relevo até formarem novos capitéis nos extremos da cornija. Sobre a porta fica, a eixo, um nicho com uma moldura semicircular nos extremos que se encosta superiormente ao entablamento que corre a todo o comprimento da nave. Pousada naquele entablamento está uma janela do tipo já descrito, encimada por uma janela jacente encostada à cornija superior.



Fig. 10.81 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.82 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.83 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.84 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): altar/nicho do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os outros panos das naves laterais têm disparidades entre si. Os dois que se seguem aos panos imediatos à cabeceira são semelhantes, cada um com um altar rasgado entre pilastras. No primeiro nível, não se pode precisar o desenho da sua cantaria, tapada pelo revestimento em talha dourada, embora deva ser como nos dois panos seguintes – um arco de volta inteira em cantaria é tangente à cornija que divide os dois níveis do alçado. Nos panos a seguir aos do tramo da entrada situam-se, nos topos, as portas laterais da igreja que foram rasgadas no interior de um arco cego. Por fim, nos extremos do tramo de entrada existem altares simples, instalados em nichos grandes, envolvidos em arcos de cantaria iguais aos dos restantes panos laterais. Para além da cornija que corre acima de todos os altares laterais há outra, mais estreita, que corre à cota dos capitéis dos arcos das paredes laterais e que por estes é interrompida.

O nível superior de todos os panos laterais é igual, composto por uma janela simples que repousa na cornija que divide as paredes laterais em dois níveis, encimada por uma janela jacente, aberta sob a cornija superior do alçado. Lateralmente à janela, duas pilastras sobem alinhadas com as pilastras dos arcos inferiores, terminando antes da grande cornija com pequenos pináculos. Das suas bases partem meias volutas que se encostam na janela jacente superior. Nos panos das portas laterais, aquelas pilastras prolongam-se inferiormente, sob o entablamento que divide os níveis, curvando-se ao tocar nos arcos, com remates de enrolamentos.



Fig. 10.85 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.86 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): tecto da nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os tectos das naves laterais em falsa abóbada de madeira encontram-se, tal como o da nave central, pintados com motivos decorativos em *trompe l'oeil*. A pintura tenta completar a arquitectura, simulando o prolongamento das pilastras como arcos que, também no tecto, demarcam a divisão dos tramos. Os panos intermédios têm representados grandes medalhões, enquanto os outros panos simulam abóbadas de arestas ou nervuras.



Fig. 10.87 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): extremo da nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.88 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os topos das naves laterais, junto à entrada, possuem uma porta que se abre para o nártex. A cornija que divide os níveis é prolongado superiormente por uma faixa de cantaria, sobre a qual corre uma nova cornija. Acima desta ficam duas janelas geminadas, rematadas por arcos abatidos quase tangentes a uma terceira cornija. Por fim corre, mais acima, a cornija superior da nave, encimada por uma pequena janela inserida no pano semicircular definido pela falsa abóbada, cujos umbrais se estendem inferiormente como meias volutas.

No tramo de entrada, as arcarias têm dois arcos pequenos, com cerca de metade da altura dos restantes. Sustentam o coro-alto, que só se desenvolve sobre a nave central, com um remate recto e guarda de ferro. Acima daqueles arcos sobem paredes de alvenaria até às cornijas superiores das naves. Por outro lado, a profundidade do coro-alto é superior à do nível térreo do primeiro tramo da nave central, já que se prolonga sobre o tramo do nártex e avança sobre o primeiro tramo da nave central.

As paredes laterais do coro-alto, para além de delimitadas pela grande cornija superior, possuem uma cornija mais estreita que corre sensivelmente a meia altura. Entre esta cornija e a superior existem troços de pilastras que não prosseguem até ao pavimento. Contudo, marcam a separação entre o corpo das naves e o corpo da frontaria. Na parede da fachada não corre a grande cornija superior, somente a cornija inferior atrás referida. Aquela parede tem seis janelas em três níveis e um óculo circular, no nível intermédio, todos abertos para a nave central, inundando-a de luz natural.



Fig. 10.89 – Igreja de S. José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva da nave central e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.90 – Igreja de São José, Ponta Delgada (1709-1714): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto é ladeado por compartimentos, sobre os extremos do nártex, que se alinham num nível superior com as naves laterais, sem lhes pertencerem, situando-se para lá das janelas geminadas dos topos daquelas naves.

Como já foi observado, este templo é uma réplica da igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco de Angra, sede da Província dos Açores. O seu projecto, de meados do século XVII, foi decalcado na igreja franciscana de Ponta Delgada. Edificada quase meio século depois, a planta é praticamente idêntica. As grandes dimensões do espaço interno são análogas, tal como as proporções entre as arcarias e o arco triunfal ou entre as capelas-mores, bem como no número de janelas e seu posicionamento. A maior diferença está no tratamento dado às janelas presentes no lado da cabeceira da igreja de São José, ladeadas por colunelos espiralados e rematadas por entablamentos, fruto de um tempo mais barroco. Os alçados das naves laterais são repartidos por panos, delimitados por pilastras duplas, cujo desenho de vãos e cantarias é muito semelhante. Os topos das naves laterais, no lado da entrada, têm um desenho mais aprimorado, com a abertura da janela superior às janelas geminadas. A solução para o coro-alto é a mesma – só existe na nave central e prolonga-se sobre a galilé –, tal como o número de janelas existentes na fachada.

A construção da igreja do convento franciscano de Ponta Delgada foi um marco na arquitectura praticada, em São Miguel, até àquele momento. Era a maior igreja da ilha, ultrapassando a igreja do convento da Graça já erigida naquela cidade, sobretudo na largura. Estas duas igrejas, edificadas num período de cerca de trinta anos, foram os primeiros exemplares de grandes dimensões na ilha, embora fossem conventuais.

– *Igreja de Nossa Senhora da Estrela*, Matriz da Ribeira Grande



Fig. 10.91 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.92 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primeira Matriz da Ribeira Grande foi erguida no lugar de uma antiga ermida de Nossa Senhora do Loreto, num alto próximo da praça da vila. As obras começaram em 1507, logo após a Ribeira Grande ter recebido a carta de criação de vila. Terminaram em 1517, tendo a igreja sido sagrada a 8 de Março desse ano, pelo *bispo d'anel* D. Duarte. Segundo relata Gaspar Frutuoso, aquando da sagração da Matriz, a povoação da Ribeira Grande ainda se concentrava na margem nascente da ribeira, com apenas duas casas na margem poente. Todavia, ao longo do século XVI, a povoação cresceu muito, principalmente para poente, originando a criação de uma nova freguesia nos arrabaldes da vila, São Pedro da Ribeira Seca, em 1576[5].

> (…) *aos quatro dias do mês de Junho do dito ano* [1507]*, que havia de fazer o dito João de la Peña a obra de pedraria da dita igreja de Nossa Senhora da Estrela, da feição e grandura da igreja de São Miguel de Vila Franca, por cento e quarenta mil réis e obrigaram-se mandar-lhe acarretar toda a pedra e lenha necessária para cozer cal, com declaração que haviam de ser as paredes da nave do meio de trinta e seis palmos em alto, as quais, achando-se serem baixas, – de pedras – defeitas, Pero Roiz da Câmara (como era fidalgo grandioso e liberal) mandou acrescentar nelas duas fiadas à sua custa; e o lajeamento da dita igreja foi arrematado na era de mil e quinhentos e vinte e oito a Fernão Alvres, pedreiro, com a obrigação de fazer e lajear os poiais ao redor, dentro na mesma igreja, tudo por preço de cinquenta mil réis e mais oitocentos réis de alças[6].*

João de la Peña era um mestre pedreiro natural da Biscaia que surge, em São Miguel, no contexto da edificação da Matriz da Ribeira Grande. Não se sabe se já estaria

[5] Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, pp. 187-189.
[6] Idem, *Ibidem*, pp. 188.

na ilha ou se lá deixou mais alguma obra. Pelo relato de Gaspar Frutuoso, queria erguer-se uma igreja à semelhança da Matriz de Vila Franca do Campo, a primitiva, que em 1507 devia ser uma construção recente – tão recente que podem ter ido buscar o responsável pela obra de Vila Franca para que fizesse a Matriz da Ribeira Grande. Depois de levantadas as *paredes da nave do meio* – planos das arcarias –, com trinta e seis palmos de altura – cerca de 7,92 metros –, acharam-se baixas, pelo que foram acrescentadas em *duas fiadas*, supõe-se de pedra, sem que se saiba a medida da *fiada*. Também se sabe que, em 1528, a igreja foi lajeada.

A primeira Matriz da Ribeira Grande parece que tinha sido inspirada na Matriz de Vila Franca do Campo. Pela documentação consultada, Leite de Ataíde afirma que "A igreja de São Miguel de Vila Franca foi portanto copiada, com ligeiras alterações, na da Ribeira Grande e talvez mesmo, na actual matriz de Vila Franca"[7].

Seria, pela cronologia da sua construção, entre 1507 e 1517, uma igreja tardo-gótica e teria, à semelhança da Matriz de Vila Franca, um clerestório – a altura das *paredes da nave do meio* atrás mencionada incluía, obrigatoriamente, a extensão do clerestório. Também apresentaria arcarias compostas por colunas, sem que se possa saber se teria arcos quebrados ou de volta inteira. Se a primeira Matriz da Ribeira Grande foi realmente uma cópia da de Vila Franca, então teria arcos quebrados. Porém, não se pode esquecer que a Matriz de Água de Pau, já estudada, foi erecta na mesma cronologia e com arcos de volta inteira. A distinção entre os dois tipos de arcos muito raramente aparece nos textos dos cronistas e autores anteriores ao século XIX, tal como acontece com as colunas e os pilares, sempre designados por colunas.

> *A construção de João de La Peña não durou muito, as sucessivas convulsões sísmicas que abalaram esta ilha – 1563-1564-1571-1588 e 1591 –, algumas violentíssimas, como a primeira que destruiu quase todas as casas da Ribeira Grande, derruindo a ermida da Madre de Deus e a igreja de São Pedro da Ribeira Seca, foram a causa principal da ruína da Matriz*[8].

A primeira Matriz da Ribeira Grande foi bastante afectada, em 1563, pela erupção na serra do Bulcão, no maciço vulcânico do Fogo, seguida pela erupção do pico do Sapateiro, no sopé do mesmo. Esta erupção foi ainda pior, já que se situava mais próximo das povoações, chovendo cinza e calhau por todo o território, destruindo as casas e as culturas. No Inverno seguinte, as fortes chuvas provocaram uma enxurrada na ribeira, de árvores, pedras e cinzas, que destruiu não só as duas pontes da vila, mas também as casas mais ribeirinhas, arrastando-as para o mar. "Guardou Deus a igreja Matriz, que é de Nossa Senhora, mas ficou toda aberta. E a torre dos

[7] Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. I, (ed. fac-similada Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1973), [Ponta Delgada], Presidência do Governo/Direcção Regional da Cultura, 2011, p. 266.
[8] Idem, *Ibidem*, p. 230.

sinos, forte e de caracol, também se abriu e ficou tão desbaratada que para se tornar a fazer é necessário derribar grande parte dela"[9]. Ainda que não tenha caído, a Matriz da Ribeira Grande ficou bastante afectada, particularmente a torre sineira. Segundo Frutuoso, esta torre era *forte e de caracol*, o que poderá indicar uma torre prismática, com escadas em caracol, ou uma torre cilíndrica. Não sendo comum, era uma solução arquitectónica presente no período tardo-gótico, que, em Portugal, nunca teve grande sucesso[10]. Se for o caso, então seria a única torre cilíndrica erguida numa igreja açoriana de que há registo.

> *A obra de reparo da torre foi demorada; ainda em 1580 não se concluíra, mandando, em capítulo de visitação o visitador aos fregueses, segundo já estava ordenado em visitações anteriores, que acabassem a torre sob pena de vinte cruzados, pertencendo a responsabilidade desta negligência aos oficiais da Câmara* (…)[11]*.*

Mesmo com obras de consolidação, as estruturas da igreja e da torre sineira não mais voltaram a ser o que eram, pelo que o edifício se foi deteriorando e perecendo no decorrer do século XVII. Na sequência da visita do bispo D. Pedro de Castilho, em 1581-1582, foi mandado fazer um novo retábulo para a capela-mor, pedindo-se, entretanto, ao rei uma provisão para que se erguesse uma nova capela-mor abobadada. Porém, aquando da visitação de 1591, o bispo D. Manuel de Gouveia referiu:

> (…) *achar que el-rei, nosso senhor, passou uma provisão para que se fizesse a capela mor desta igreja de abóbada, e posto que nós demos para isso informação, foi estando ainda no Reino, sem termos visto a capela, como agora vimos* (…)*, visitando nós pessoalmente esta igreja, vimos a dita capela mor que é grande, formosa e bem acabada de pedra e cal e tem o emadeiramento muito bom de ponto e de excelente obra melhor ornada que quantas vimos nas Ilhas de Madeira, e achámos que, por este respeito, o Bispo D. Pedro de Castilho, nosso antecessor, não quis consentir que a dita capela se desmanchasse, nem nós tal consentimos, antes mandamos que se não desmanche, nem use da dita provisão, porque é grande a perda da fazenda de sua majestade e se poderá com isso também danar o Retábulo que é novo e bem acabado e custou muito porque de abóbada não ficará mais perfeita do que esta de madeira, antes assim está mais firme por causa dos tremores de terra, porém, Sua Majestade deve de mandar passar provisão para que se concerte o entabolamento e os fechais da dita capela que estão mal tratados e com isto ficará bem*[12]*.*

O último argumento exposto, relativo aos tremores de terra, comprova a percepção, no final do século XVI, que as coberturas de madeira, no caso da capela-mor, eram preferíveis às abóbadas, cujos prejuízos e custos de reparação seriam mais

[9] Gaspar Frutuoso, *Op. cit.*, p. 338.
[10] Há o exemplo da igreja de N.ª S.ª Visitação, de nave única, Matriz de Vila Alva, pertencente ao concelho de Cuba.
[11] Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Op. cit.*, p. 230.
[12] "Livro 1.º de visitas da matriz da Ribeira Grande, no seu arquivo 1576 a 1634, págs. 33 e segs. e 41", cit. por Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Op. cit.*, pp. 227-228.

elevados. Por fim, o bispo de Angra sugeriu ao monarca que, em vez da provisão não utilizada para a capela-mor, se devia passar provisão para consertar o *entabolamento e os fechais da dita capela*. Tratar-se-ia, possivelmente, de ajustamentos estruturais e/ou decorativos entre o corpo primitivo da igreja e a nova capela-mor, erecta depois de 1581 e antes de 1591. Não há conhecimento se a provisão que o bispo sugeriu ao rei chegou a ser aceite.

> *Em 28 de Setembro de 1612 caiu a capela-maior da igreja desta vila, sendo de madeira muito fermosa e a melhor obra que havia no bispado; e a 2 de Fevereiro de 1622 se cantou já missa nela, por estar já feita de abóbada*[13].

Face ao ocorrido, é possível que as obras em falta apontadas pelo bispo de Angra, em 1591, nunca tenham sido executadas. Duas décadas passadas, a capela-mor ruiu. As obras sequentes terminaram em 1622. "Para se fazer outra de novo tantos anos correram, que o sítio se cobriu de tão grande silvado, que nele se criaram coelhos (…). Enfim, Bento Soares, pedreiro, que neste tempo morava na vila, a fez de abóbada, por ordem dos ministros de El-Rei, e saiu obra tão excelente, como hoje se vê"[14]. Se a capela-mor não tinha sido abobadada antes, acabou por sê-lo nas obras de reconstrução. Esta foi a terceira capela-mor erigida na Matriz da Ribeira Grande, enquanto o corpo das naves permanecia o mesmo desde que fora inaugurado, em 1517.

Em 1681, caiu a torre sineira sobre o corpo da igreja, "levando na derrocada uma nave e arruinando as outras a ponto de tentar o vigário Li^{do} Hieronimo Tavares, homem virtuosíssimo e ilustrado, a sua total reedificação"[15]. Todavia, pela empresa importante que era construir, de raiz, a Matriz de uma vila tão importante, mais os fundos que seriam necessários à sua edificação, optou-se por levantar uma nova torre sineira, concluída em 1701[16], e remendar o corpo da igreja, enquanto não avançassem as obras para a construção do novo templo. A torre erguida é a que chegou ao tempo presente.

As primeiras obras de que há notícia datam de 1726. Versam todas sobre a capela-mor, nomeadamente, a colocação de azulejos nas paredes daquela capela, bem como a execução do tecto, do cadeiral e o entalhamento do arco triunfal, todas da autoria de João de Sousa Freire. Todavia, nunca se percebe se se substituiu a capela-mor erecta em 1622 ou se apenas se interveio no espaço pré-existente, remodelando-o. Pelas informações dadas, ambas as soluções são possíveis. As obras iniciadas em 1726 estão relacionadas somente com a capela-mor. Sabe-se que o tecto era novo e que o arco foi

---

[13] Frei Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1961, p. 294.
[14] Idem, *Ibidem*, p. 297.
[15] Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Op. cit.*, p. 231.
[16] Cf. Ernesto do Canto, "Notícias sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. LVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 245.

entalhado, ainda que nada se saiba sobre a construção desse arco, nem das paredes onde foram colocados os azulejos. À excepção do tecto, não existem referências relativas à sua construção. Como tal, poderá dar-se o caso dessas estruturas serem remanescências remodeladas no século XVIII.

As obras do corpo das naves só começaram em 1728, quase meio século depois da queda da torre. "Ao demolir-se o templo construído por João de La Peña reconheceu-se, então, o completo estado de ruína em que se encontrava"[17]. Quem se encarregou da obra foi o vigário João de Sousa Freire, "(…) homem nobre de Ponta Delgada e muito considerado como prégador e artista, dotado de «grandes prendas, em especial, em riscos e moldear», (…) foi por ele inaugurada a reconstrução da Matriz, alcançando de El-Rei alvará para fintar as terras e fregueses"[18]. Segundo Leite de Ataíde, Sousa Freire foi o provável autor do desenho da nova igreja, tendo falecido pouco tempo depois de começadas as obras. Sucedeu-lhe no cargo Inácio Manuel de Vasconcelos, "(…) zeloso continuador daquele grande impulsionador da obra de reconstrução [Sousa Freire], cujo projecto foi, depois, alterado no respeitante a cantarias e a alguns botaréus e chaparias"[19]. Parece que "Houve o desejo de dar mais importância a estas partes arquitectónicas e, assim, os homens mais importantes da vila resolvem colher esmolas para fazer face ao aumento de despesa (…)"[20]. Por morte de Inácio Manuel de Vasconcelos, sucedeu-lhe o R.^{do} Agostinho Tavares, que reverteu a renda da vigararia para as obras de reconstrução da Matriz. Em conjunto com a ajuda do povo, "grande impulso tomou então a obra, tanto na parte de cantarias, trazidas da Ribeira do Salto, como de lageamento, altares e retábulos"[21].

A edificação da nova Matriz da Ribeira Grande terminou em 1736, oito anos após o seu início. As obras decorativas do espaço interno continuaram por mais uns anos, encontrando-se a ornamentação em talha quase concluída em 1754. Porém, o douramento do arco triunfal, capela-mor e retábulo só foi adjudicado em 1779[22].

Em 1834 desabaram os tectos da igreja, reconstruídos nos anos seguintes. A igreja foi sujeita, ao longo da década de 1870, a um novo programa de decoração pictórica tanto das estruturas em cantaria quanto dos tectos das três naves e da capela-mor. Para tal, executava-se o trabalho de gesso para depois dourar ou pintar. Foi nesta intervenção que foram retirados os painéis de azulejos setecentistas da capela-mor. O espaço interno da Matriz da Ribeira Grande conserva aquela intervenção plástica oitocentista, mascarando as principais estruturas da igreja.

---

[17] Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Op. cit.*, p. 232.
[18] Idem, *Ibidem*, p. 232.
[19] Idem, *Ibidem*, p. 232.
[20] Idem, *Ibidem*, p. 232.
[21] Idem, *Ibidem*, p. 233.
[22] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 233.

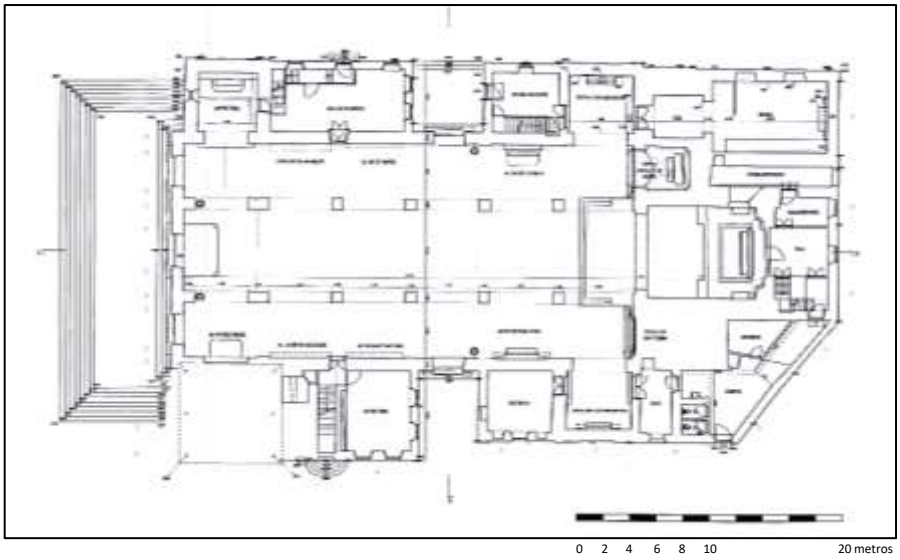


Fig. 10.93 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): planta.
Fonte: Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores, 2018.

A planta da Matriz da Ribeira Grande apresenta as três naves divididas por seis tramos. A cabeceira é formada por uma capela-mor profunda, ladeada por capelas colaterais axiais às naves laterais. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira abrem-se capelas laterais através de arcos paralelos às arcarias, ainda que apresentem vãos mais estreitos e baixos. Em planta, aquelas capelas laterais, em conjunto com os três espaços do tramo imediato à cabeceira poderiam sugerir um transepto. Todavia, essa percepção é contrariada, *in loco*, pela presença do altar que se sobreleva na nave central, bem como pelas cinco coberturas diferentes presentes naquele tramo – nave central, naves laterais e capelas laterais.



Fig. 10.94 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As arcarias são compostas por grandes arcos de volta inteira, que se apoiam em altos pilares de secção quadrangular, com chanfros boleados. Os panos de parede superiores às arcarias terminam com duas cornijas. A partir dali desenvolve-se o tecto da nave central, em falsa abóbada de berço muito rebaixado. As naves laterais também são cobertas por falsas abóbadas de berço muito rebaixado, embora mais estreitas, desenvolvendo-se a uma cota menos elevada que a da nave central. No último quartel do século XIX, as arcarias, as paredes e os tectos foram inteiramente rebocados e pintados com vários motivos decorativos.



Fig. 10.95 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.96 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal mais alto que os das arcarias. É encimado por uma sanefa que corre ao mesmo nível das cornijas das arcarias. Sobre a sanefa encontram-se, ao centro, as armas reais de Portugal, ladeadas por motivos decorativos. Embora seja profunda, o retábulo retira-lhe um espaço considerável. Possui duas janelas laterais quase encostadas ao retábulo. Entre as janelas e os pés-direitos do arco triunfal desenvolve-se o cadeiral. Sobre as janelas corre, em ambas as paredes laterais, um entablamento que prossegue dos existentes no retábulo, a partir do qual arranca a abóbada de berço que cobre o espaço. Pelas informações recolhidas, pode-se afirmar que se trata, efectivamente, de uma abóbada de berço verdadeira, ainda que tenha sido rebocada e pintada como a restante igreja.



Fig. 10.97 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.98 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As capelas colaterais abrem-se através de arcos de volta perfeita, integrados em composições idênticas. Os arcos são ladeados por finas pilastras que terminam num entablamento superior. Sobre este fica, ao centro, uma pintura emoldurada, rematada por uma cornija, ladeada por dois grandes motivos decorativos. Ambas as capelas colaterais possuem portas gradeadas nos vãos dos arcos. As capelas laterais que se situam nos extremos do tramo imediato à cabeceira também se abrem por arcos de volta completa, sem terem portas gradeadas, sobre os quais se encostam janelas centradas nos tramos.



Fig. 10.99 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A partir do tramo imediato à cabeceira levantam-se altares nas naves laterais. Estão instalados em nichos definidos por arcos de volta inteira. Superiormente, encostam-se janelas com largos enxalços, centradas quer com os altares quer com os arcos das arcarias. Aproximadamente a meio do corpo das naves situam-se as portas travessas, encimadas por janelas um pouco maiores que as dos outros tramos. Todas as janelas existentes nas naves laterais situam-se entre as chaves dos arcos inferiores e as cornijas superiores daquelas naves.



Fig. 10.100 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada comunica, a partir da nave do lado do Evangelho, com a capela baptismal. Em planta, o baptistério corresponde a um corpo autónomo adossado a norte e alinhado com a fachada. Entra-se naquele espaço através de um baixo arco de volta inteira, cujos pés-direitos apresentam embasamento e capitéis toscanos, bem como um gradeamento em ferro fundido. A capela possui uma planta quadrangular com um retábulo na parede do fundo. É iluminada por uma janela na parede lateral que dá para o adro. A cobertura do espaço é feita por uma abóbada de berço rebaixado, com motivos decorativos em alto-relevo que percorrem a chave.

No outro extremo do tramo de entrada situa-se a torre sineira. Porém, a entrada não se faz por aquele tramo, mas através de uma porta pequena localizada entre os dois altares laterais mais próximos, na nave do lado da Epístola. Por fim, no tramo de entrada ficam as três portas de entrada no templo, centradas nas três naves.



Fig. 10.101 – Matriz da Ribeira Grande (1728-1736): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto desenvolve-se sobre o tramo de entrada. No nível térreo lançam-se os arcos menores das arcarias que sustêm o coro-alto, prosseguindo como paredes no nível superior. Aqui, o espaço coral encontra-se tripartido pelas paredes das arcarias, de acordo com a solução arquitectónica própria já abordada neste trabalho. Na parte que se desenvolve na nave central, o nível do coro-alto avança sobre todo o tramo de entrada, ao passo que, nas secções laterais, fica mais recuado, avançando até metade do tramo de entrada. A comunicação entre as três secções do coro-alto é feita por duas pequenas portas situadas junto à parede da fachada. Os três espaços são profusamente iluminados por várias janelas. Na secção central, uma grande janela axial abre-se ao nível do coro-alto, encimada por outras duas mais pequenas num nível superior. Nas naves laterais há uma janela em cada uma das secções laterais do coro-alto.

O espaço interno da Matriz da Ribeira Grande não apresenta grandes novidades na sua estruturação, quando comparado com o das igrejas micaelenses dos conventos da Graça e do Convento de São Francisco de Ponta Delgada. Foi a primeira igreja paroquial de grandes dimensões a ser erguida na ilha e serviu de modelo a muitos templos edificados nos séculos XVIII e XIX. Não restam dúvidas que o seu espaço interno foi inspirado naquelas igrejas conventuais e que, com elas, não se diferenciam das igrejas construídas, à época, nas restantes ilhas dos Açores.

Em São Miguel é comum o baptistério ocupar um espaço próprio, adossado à igreja no lado oposto à torre. Nas outras ilhas, o baptistério tende a ocupar o nível térreo da torre. Todavia, a Matriz de Santa Cruz da Graciosa apresenta-o tal como a Matriz da Ribeira Grande. Ambas as igrejas tiveram edifícios primitivos coevos, de arquitectura tardo-gótica, em que o baptistério de Santa Cruz ainda é o primitivo. Como tal, é possível que a disposição da igreja, torre e baptistério da Matriz da Ribeira Grande venha de trás, do primitivo templo quinhentista, tendo sido actualizado na nova igreja do século XVIII.

– Igrejas de três naves de pequenas dimensões – séculos XVIII-XIX



Fig. 10.102 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.103 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.104 – Igreja de N.ª S.ª Misericórdia, Cabouco (1847-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.105 – Igreja de N.ª S.ª Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O conjunto das igrejas de três naves de pequenas e médias dimensões situa-se na linhagem de edifícios que vêm do século XVII, não mostrando uma correlação específica com a Matriz da Ribeira Grande. O primeiro grupo de edifícios alvo de análise abrange as igrejas de menores dimensões, com as arcarias das naves mais aproximadas entre si. A ele pertencem as igrejas de Porto Formoso, Arrifes e Cabouco, cujas plantas têm cinco tramos, às quais se junta a igreja do Pico da Pedra, com quatro tramos. Todas possuem sensivelmente a mesma altura, mostrando uma relação altura/largura das naves centrais de, aproximadamente, 2 para 1. Numa escala menor, aquela proporção coadjuva a percepção da altura de um espaço interno de menores dimensões, desde que acompanhada por arcarias que aproveitam a altura disponível dos planos onde se inserem. Quanto mais altos e largos fossem os vãos das arcarias, tanto maior seria a envolvência das naves laterais no espaço interno, aumentando a profusão de luz natural provinda das janelas laterais.

– *Igreja de Nossa Senhora da Graça*, Porto Formoso



Fig. 10.106 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.107 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva de Nossa Senhora da Graça data do século XVI, no tempo em que Porto Formoso se tornou freguesia. Não se pode precisar se o edifício primitivo subsistiu ou não até à campanha de obras de que foi alvo no século XVIII. O templo que chegou ao tempo presente é o resultado da intervenção setecentista, tenha ela sido de construção ou reforma do edifício pré-existente.

A igreja apresenta uma planta com as três naves divididas por cinco tramos. As dimensões e o desenho das arcarias, particularmente os capitéis dos pilares, indiciam um tempo construtivo que se desenvolveu no século XVII – compostos por troços de entablamento cujas arquitrave e cornija se mostram mais expressivas – e que continuou pelo século XVIII. Os pilares, de secção quadrangular, possuem as arestas chanfradas. Suportam os arcos de volta inteira que rasgam as paredes das arcarias até cerca de ¾ da sua altura. No cimo daquelas paredes correm entablamentos estreitos, donde arranca a falsa abóbada de berço muito abatido.

O arco triunfal é mais alto que as arcarias, um arco de volta perfeita assente em pés direitos com capitéis formados por troços de entablamento, também com as arquitraves bem marcadas. Por cima do arco triunfal rasga-se uma janela quadrangular, centrada e encostada ao tecto. A capela-mor não é profunda, com duas janelas abertas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes são rematadas por um entablamento que ali corre, no seguimento do entablamento do retábulo. A partir dali lança-se a falsa abóbada de berço, pintada com diversos motivos decorativos.



Fig. 10.108 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.109 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva da nave central e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.110 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.111 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem, nos topos da cabeceira, capelas axiais em posição colateral à capela-mor. Abrem-se por arcos de volta completa que se integram numa composição rematada por um entablamento, acima do qual se situam janelas rectangulares axiais encostadas aos tectos das naves. As capelas colaterais são espaços de planta quadrangular, iluminados por janelas laterais e cobertos por falsas

abóbadas de berço. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira existem portas, às quais se seguem os altares laterais dos extremos do tramo sequente. Nos topos do tramo central ficam as portas laterais da igreja, encimadas por janelas. As naves laterais são cobertas por estreitas abóbadas falsas, de berço bastante abatido, que repousam nos finos entablamentos que correm longitudinalmente às naves, num nível ligeiramente acima das arcarias.



Fig. 10.112 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso (séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo da entrada tem dois níveis – o térreo e o coro-alto –, a toda a sua extensão. No nível térreo situam-se a porta principal, que se abre para a nave central, ladeada por janelas axiais às naves laterais. No extremo do tramo, no lado da Epístola, encontra-se a capela baptismal, um corpo autónomo adossado à igreja. A entrada faz-se sob um arco de volta inteira, assente em pés-direitos com o mesmo tipo de capitéis expressivos presentes nas arcarias ou no arco triunfal. Possui uma porta gradeada em ferro fundido. No extremo oposto, no lado do Evangelho, abre-se uma porta que comunica com a torre sineira, adossada naquele lado da igreja.

O coro-alto encontra-se tripartido pelas três naves, cuja comunicação é feita através da parte superior dos arcos do tramo de entrada, que se abrem no nível superior, por mais baixos que sejam. A secção central possui uma janela centrada. O coro-alto é delimitado por uma guarda de madeira.

A solução para o coro-alto da igreja de Porto Formoso, instalado no tramo de entrada depois da igreja construída, não só atesta a sua antiguidade, mas também era a mais recorrente em templos de pequenas dimensões, associados a povoações mais modestas em população e riqueza.

– *Igreja de Nossa Senhora da Saúde*, Arrifes



Fig. 10.113 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.114 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Saúde, nos Arrifes, é uma edificação setecentista, possivelmente dos meados do século. Apresenta as três naves divididas por cinco tramos, com uma nave central com pouca largura, embora compensada pela largura das naves laterais. Tal como na igreja de Porto Formoso, a aproximação das arcarias entre si ajuda a acentuar a percepção da altura da nave central, que simula, numa escala menor, a espacialidade das igrejas grandes – este templo é menor do que aparenta.

As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita – que se abrem até ¾ da altura das paredes em que se inserem –, apoiados em pilares de secção quadrangular, com arestas chanfradas e capitéis formados por troços de entablamento. As paredes das arcarias são delimitadas superiormente por cornijas, apesar de se encontrarem camufladas, pintadas de branco. A partir delas lança-se a falsa abóbada de berço muito rebaixado.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta inteira, com um vão mais alto e largo que os das arcarias, quase com a largura da nave central – os pés-direitos do arco adossam-se às paredes das arcarias. A capela-mor é profunda, com janelas laterais junto ao retábulo, embora a do lado do Evangelho pareça falsa. As paredes laterais da capela são rematadas por entablamentos que ligam os capitéis do arco triunfal ao retábulo. Logo acima arranca a falsa abóbada de berço que cobre todo o espaço, pintada com vários motivos decorativos.





Fig. 10.116 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.115 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): capela-mor
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Quando se observa a nave central a partir da capela-mor é impossível não reparar nos dois púlpitos simetricamente colocados quase a meio da nave. São acedidos por escadas espiraladas de madeira. Possuem guardas expressivas e são coroados por guarda-vozes de madeira talhada e dourada. As dimensões de cada um dos púlpitos são excessivas para o espaço da nave central, quanto mais para dois, instalados em pilares fronteiros.



Fig. 10.117 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.118 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A organização das naves laterais é similar à da igreja de Porto Formoso. Possui duas capelas axiais, colaterais à capela-mor, cobertas por falsas abóbadas de berço e com janelas laterais que as iluminam naturalmente. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas laterais de acesso a dependências externas ao espaço litúrgico. Os altares laterais levantam-se nos extremos do tramo seguinte e, no tramo central, ficam as portas travessas do templo. As janelas resultam de uma intervenção posterior, havendo quatro em cada nave lateral, no alinhamento dos pilares e não dos arcos, razão pela qual as portas laterais não são encimadas por janelas.



Fig. 10.119 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): capela baptismal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.120 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes (séc. XVIII): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo da entrada seria semelhante ao da igreja de Porto Formoso, não fosse a existência das três portas na fachada que se abrem axialmente às três naves. No extremo do tramo, no lado do Evangelho, situa-se a capela baptismal, instalada no nível térreo da torre sineira. Acede-se-lhe através de uma porta gradeada em ferro fundido, encastrada num arco de volta inteira apoiado em pés-direitos finos, mas de intradorso largo, e capitéis formados por troços de entablamento. O espaço do baptistério é iluminado por duas janelas pequenas (quase frestas), que ladeiam o altar ali existente e que se abrem no alçado lateral exterior daquele lado da igreja.

A solução para o coro-alto da igreja dos Arrifes é a mesma usada na igreja de Porto Formoso, cobrindo todo o tramo de entrada a um nível superior. É tripartido pelas arcarias, cuja intercomunicação é realizada sob a parte superior dos arcos ali presentes. Na secção central abre-se uma janela. O coro-alto tem um remate recto, com uma guarda de madeira.

– *Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia*, Cabouco



Fig. 10.121 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.122 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, paroquial do Cabouco, teve a sua origem numa ermida ali fundada em 1690. Com o crescimento da povoação ao longo do século XVIII, aumentou o desejo e a necessidade de se erguer uma igreja nova que albergasse um maior número de fregueses. Data de 1798 a notícia da edificação de uma igreja e nada mais. Porém, entre 1847 e 1859, foi empreendida uma grande campanha de obras de reedificação do templo, cujo resultado é o que hoje se observa. A capela-mor foi ampliada entre 1916 e 1917.

Não se pode afirmar que a actual igreja do Cabouco seja, no todo, uma obra dos meados do século XIX, a começar pelo desenho das arcarias e dos seus pilares. A referência a um templo erguido em 1798 poderá ajudar a compreender a escolha das arcarias, uma solução que não se coaduna com as existentes nas demais igrejas micaelenses suas coevas. É possível que as arcarias tenham pertencido ao edifício construído em 1798 e que tenham sido mantidas na campanha de obras de 1847-1859.

A igreja apresenta as suas três naves divididas em cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita assentes em pilares, ambos com chanfros bem acentuados – a secção nos fustes dos pilares revela um octógono irregular/quadrado de ângulos cortados, cujos lados chanfrados têm metade do comprimento dos lados maiores. Os capitéis são formados por troços de entablamento. Toda a estrutura pétrea das arcarias foi pintada, no século XIX, com marmoreados em tons de cinzento.

Com as arcarias a ultrapassarem os ¾ da altura das paredes a que pertencem, a parte superior fica menos extensa. Não existem cornijas/entablamentos superiores no arranque do tecto de madeira da nave central, com três esteiras pintadas de branco.





Fig. 10.124 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.123 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor foi ampliada provavelmente em profundidade, parecendo uma obra setecentista. Abre-se por um arco triunfal de volta inteira, inserido numa composição de madeira entalhada de gosto oitocentista. É rematada por um entablamento ressaltado nos extremos, ao nível do arranque do tecto, e é coroada por uma cartela centrada, emoldurada e ladeada por motivos decorativos vegetalistas em talha dourada.

A capela-mor é profunda e um tanto estreita, acentuando a altura. As paredes laterais têm duas janelas junto do retábulo, que se encostam aos entablamentos superiores que ligam o retábulo aos capitéis do arco triunfal. Esta solução tende a tratar a capela-mor como um todo, uma «caixa-de-jóias» que é abraçada pelos ditos entablamentos. A capela é coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada com motivos decorativos de estética oitocentista.

As naves laterais reproduzem a mesma organização já vista nas igrejas de Porto Formoso e Arrifes, com a diferença de terem altares axiais, em vez de capelas, em posição colateral à capela-mor. Estes altares axiais são encimados por janelas. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situa-se uma porta, no lado da Epístola, e um arco cego de construção recente, convertido em altar lateral (originalmente, deve ter sido uma porta). Nos extremos do tramo seguinte levantam-se os altares laterais, seguidos das portas travessas, nos extremos do tramo central. As três janelas abertas em cada nave lateral encontram-se centradas nos extremos dos três tramos centrais, alinhadas com os vãos das arcarias. Ambas as naves laterias são cobertas por tectos de madeira de três esteiras pintadas de branco.



Fig. 10.125 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.126 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada centradas em cada nave. O tramo de entrada da igreja de Cabouco é uma solução mista, com a presença dos arcos no nível térreo que sustêm o coro-alto e, no nível superior, arcos iguais aos demais das arcarias, apresentando assim dois arcos sobrepostos nas duas arcarias.



Fig. 10.127 – Igreja de N.ª S.ª da Misericórdia, Cabouco (1847-1859): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto sobrepõe-se por completo ao tramo de entrada, encontrando-se tripartido pelas arcarias, com altura suficiente para permitir a intercomunicação das secções. Em cada uma delas há uma janela na fachada, todas aprumadas com as portas do nível térreo. O coro-alto é rematado por uma guarda de madeira recta.

– *Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres*, Pico da Pedra



Fig. 10.128 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.129 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno no início do século XX.
Foto: Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres do Pico da Pedra.



Fig. 10.130 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primitiva ermida de Nossa Senhora dos Prazeres foi fundada em 1604, dando origem à consolidação de um povoado ao seu redor que, em 1735, foi elevado a curato e, cem anos depois, a paróquia. A igreja foi erguida de 1802 a 1807, com a data 1804 inscrita na fachada. Dela se mostra duas fotografias: a primeira, captada no início do século XX; a segunda, no início do século XXI. Trata-se do mesmo edifício, cuja principal diferença está no facto de, na imagem mais antiga, não se encontrarem pintados os intradorsos dos arcos das arcarias nem as cantarias dos cunhais dos pilares. A imagem mais recente mostra o espaço interno da igreja inteiramente pintado, com cantarias falsas. O que se vê resulta do capeamento de pedra dos cunhais dos pilares e dos extradorsos dos arcos. No século XX, houve algumas intervenções na arquitectura do edifício, a principal das quais ocorreu nas estruturas da cabeceira da igreja. O tratamento estético dado ao espaço interno confere-lhe um carácter falso.



Fig. 10.131 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja tem as três naves divididas em quatro tramos, tornando-a mais curta que as outras igrejas já analisadas. As arcarias são compostas por arcos de volta inteira que se apoiam em pilares de secção quadrangular. Os capitéis são formados por troços de cornija que, conforme a imagem do início do século XX, faziam parte de um entablamento. As arcarias ocupam cerca de ¾ da extensão das paredes em que se inserem. São rematadas por um expressivo entablamento, com a arquitrave pintada de cinzento, enquanto o friso modelado e a cornija estão pintados de branco. Aqueles entablamentos sustêm o tecto de madeira da nave central, de três esteiras pintadas de branco.



Fig. 10.132 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.133 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta inteira, mais alto, porém, menos largo que os arcos das arcarias. Possui finos colunelos que correm nos extradorsos do arco, a toda a sua extensão, interrompidos pelos capitéis de secção circular. Sobre o arco triunfal está um óculo axial elíptico.

A grande surpresa desta igreja está na chegada à cabeceira. Pela imagem do início do século XX, é visível a existência de capelas colaterais à capela-mor. A intervenção principal na cabeceira consistiu em abrir vãos bastante largos em arco abatido, com um vão quase do comprimento das paredes que separavam as três capelas. Ainda que o contexto temporal seja outro, ficou com uma espacialidade que recorda a de algumas igrejas quinhentistas, com arcos abertos entre a capela-mor e as colaterais, como nas Matrizes de São Sebastião (Terceira), Santa Cruz (Graciosa) e, embora estejam cegos, de Ponta Delgada (São Miguel).



Fig. 10.134 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Para além da alteração radical da espacialidade de cada uma das três capelas da cabeceira, foram rasgados mais dois arcos abatidos que integram os espaços que havia nos extremos, as antigas sacristias que agora integram o espaço litúrgico. A sucessão de arcos abatidos de iguais dimensões e paralelos entre si cria um espaço transversal com vontade de ser transepto, ainda que atravesse os espaços das capelas da cabeceira em vez de correr no lugar do tramo que lhes é imediato.



Fig. 10.135 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Sem paredes laterais, as capelas da cabeceira passam a assumir-se como um único espaço. Os três altares surgem lado a lado, demarcados pelos pés-direitos dos arcos que foram rasgados nas paredes laterais. Cada um dos altares continua a ser axial à nave a que pertence. Fica a impressão de se ter criado um tramo extra, abrindo os espaços da cabeceira, cujas arcarias prosseguem até terminar nos altares. O espaço da capela-mor apresenta entablamentos que correm sobre os arcos laterais, pintados de cinzento e branco, como na nave central. A partir dali, lança-se uma falsa abóbada de berço que a cobre. Os espaços colaterais são cobertos por tectos planos. Prevalece a impressão que esta igreja, que já teve uma cabeceira composta por três capelas, agora nem sequer tem cabeceira.



Fig. 10.136 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.137 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se duas capelas laterais, que se abrem por baixos arcos desalinhados com as arcarias. São ladeadas por nichos de remate semicircular que, no lado do Evangelho, exibe uma imagem, enquanto que no lado da Epístola foi convertido em janela. As portas travessas ficam nos extremos do segundo tramo a contar da entrada, sobrepujadas por janelas. As naves laterais são corridas por entablamentos similares aos da nave central, também cobertas por tectos de madeira de três esteiras pintadas de branco.



Fig. 10.138 – Igreja de N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra (1802-1807): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja não possui coro-alto, parecendo ter sido essa a intenção aquando da edificação da igreja, entre 1802 e 1807, pois não foi projectado de raiz nem nunca algum foi instalado. Sendo assim, no tramo da entrada estão as três portas da fachada, axiais às três naves, encimadas por três janelas cuja central se sobreleva face às laterais.

A igreja do Pico da Pedra é um exemplar do início do século XIX, alterado em parte e reformado no século XX. Porém, pela fotografia do início do século XX supra exibida, percebe-se que os pilares e seus capitéis possuíam as arestas curvas, bem boleadas. Também o arco triunfal as exibia boleadas, com capitéis de secção circular. As arcarias parecem ter sido rebocadas aquando da colocação dos capeamentos de pedra que simulam as cantarias originais, tornando-as mais espessas. Apesar de se tratar de uma igreja de pequenas dimensões, os quatro tramos que apresenta em planta são relativamente largos. O espaço interno do corpo das naves parece maior, seja pela falta do coro-alto seja consequência da abertura do «tramo da cabeceira».



Fig. 10.139 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Faial da Terra (1808-1839): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.140 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.141 – Igreja de N.ª S.ª Anunciação, Achada (1782/ ref. 1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.142 – Igreja de N.ª S.ª Boa Viagem, Calhetas (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O grupo de igrejas acima exposto, constituído pelas paroquiais de Faial da Terra, Santo António, Achada e Calhetas – segundo a ordem cronológica de construção –, são templos de menores dimensões que mostram um maior afastamento entre as arcarias. Como tal, definem uma nave central mais larga que nas igrejas anteriormente analisadas, ainda que mantenham alturas próximas entre si. Sendo assim, a relação de 2 para 1, entre a altura e a largura, já não se aplica às naves centrais destes templos, uma vez que a largura é sempre superior à meia altura.

O afastamento das arcarias, aliado à manutenção da altura, origina um espaço interno em que a nave central se evidencia ainda mais, ao mesmo tempo que o espaço parece ter menor altura em relação às igrejas com as arcarias mais próximas. O maior afastamento das arcarias, mantendo-se a altura, cria uma espacialidade diferente, ampla, em repouso, contrariando a impressão de verticalização do espaço interno das igrejas com as arcarias mais próximas entre si.

– *Igreja de Nossa Senhora da Graça*, Faial da Terra



Fig. 10.143 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.144 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primitiva igreja de Nossa Senhora da Graça foi fundada no século XVI, o que comprova a antiguidade da paróquia. Contudo, em 1597, o Faial da Terra sofreu um ataque corsário perpetrado por uma armada inglesa comandada pelo conde de Essex. Na sequência do assalto, a igreja foi saqueada e incendiada. Em 1599, foi pedido à coroa que ordenasse a construção de uma nova igreja. Não há notícias sobre a edificação desse templo, mas há quanto a uma ampliação, em 1690, e que, em 1705, só faltaria lajear o espaço interno. Em 1725, devido ao mau estado a que chegara a capela-mor, foi pedida a construção de uma nova. Em 1735 ficou pronto o baptistério e em 1753 foi concluído o novo campanário[23].

A igreja do Faial da Terra foi muito abalada pelos fortes sismos registados na primeira década do século XIX. Em 1808, iniciaram-se os trabalhos de reparação e ampliação da igreja que, no essencial, ficaram prontos em 1839. A igreja foi aumentada lateralmente em 3 ½ côvados (1 ¾ para cada lado), permitindo o alargamento das naves laterais. Também foi acrescida para a frente em 2 ½ côvados. As obras prosseguiram para a nova frontaria, mais avançada, que possivelmente foi concluída em 1847. A nova torre sineira foi erguida em 1874, alinhada com a frontaria da igreja[24].

[23] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, II vol., Vila Franca do Campo, Tipografia "A Crença", 1949, pp. 51-60.
[24] Cf. Idem, *Ibidem*, pp.51-60.



Fig. 10.145 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja apresenta as três naves divididas em quatro tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, suportados por pilares. Estes possuem os fustes chanfrados – originando uma secção octogonal (em quadrado de ângulos cortados) – semelhantes aos pilares existentes na igreja do Cabouco, contudo, com um tratamento estético completamente diferente. Os capitéis são formados por troços de entablamento. As paredes das arcarias são rematadas por finas cornijas onde se apoia a falsa abóbada de berço rebaixado que cobre a nave central.



Fig. 10.146 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.147 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é maior que os das arcarias, mas não muito. É composto por um arco de volta inteira, assente em pés-direitos com capitéis formados por troços de entablamento. Sobre ele está uma janela axial que se encosta superiormente ao tecto

da nave central. A capela-mor é um espaço profundo, com uma janela no lado da Epístola e uma porta no lado oposto. As paredes laterais são rematadas por entablamentos que correm entre o retábulo e os capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada com motivos decorativos de estética oitocentista.



Fig. 10.148 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.149 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais posicionadas colateralmente à capela-mor, com planta quadrangular e cobertas por falsas abóbadas de berço. Acede-se-lhes através de arcos de volta inteira, de madeira entalhada – com uma porta gradeada no lado do Evangelho –, e encimadas por janelas axiais que se encostam aos tectos.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira lançam-se arcos de volta inteira, mais baixos que os das arcarias, que comunicam com as capelas laterais ali existentes. Trata-se de espaços de planta quadrangular, cobertos por falsas abóbadas de berço. Nos extremos do segundo tramo, a contar da entrada, situam-se as portas travessas encimadas por janelas. As paredes das naves laterais são rematadas por finas cornijas donde arrancam as falsas abóbadas de berço abatido, pintadas de branco, que cobrem as naves laterais.



Fig. 10.150 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, Faial da Terra (1808-1839): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No nível térreo do tramo de entrada fica a porta principal, na nave central, ladeada pelas janelas axiais às naves laterais. No extremo do lado do Evangelho está uma porta estreita que comunica com a torre sineira, enquanto que no extremo do lado da Epístola se abre um arco abatido para o baptistério – um corpo externo adossado lateralmente à igreja, com planta quadrangular e que se levanta à face da frontaria.

O coro-alto sobrepõe-se por completo ao tramo de entrada, tendo sido adaptado às arcarias já construídas. Como tal, é um espaço tripartido pelos planos das arcarias, cuja comunicação entre secções é feita pelas partes superiores dos arcos, que têm alguma altura. Na parede do coro-alto está, na nave central, uma janela aprumada com a porta da igreja, enquanto se abrem pequenos vãos rectangulares nas naves laterais, que correspondem a dois óculos da fachada, alinhados com as janelas laterais do nível térreo. O coro alto é resguardado por uma balaustrada rectilínea de madeira.

– *Igreja de Santo António*, Santo António



Fig. 10.151 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): frontaria (1830-1835).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.152 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva de Santo António, na freguesia homónima, já existia em 1524. Esse templo não chegou ao século XVIII. Ou houve uma campanha de obras que reedificou a igreja, algures durante o século XVII, ou a nova igreja foi erguida à volta do primeiro terço do século XVIII. Entre 1730 e 1734 há registo de obras na capela-mor e da colocação dos sinos na torre, que estaria concluída, mas não há informação sobre se o corpo das naves já estaria ou não construído. Seja como for, é possível que aquele corpo das naves seja coevo das obras de 1730-1734. Cem anos depois, entre 1830 e 1835, a fachada foi alterada e a torre sobrelevada. O espaço interno da igreja foi remodelado no século XX, mantendo-se a estética decorativa oitocentista. A cantaria das arcarias está pintada com marmoreados em tons de cinzento.



Fig. 10.153 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja de Santo António apresenta as três naves separadas por cinco tramos. O maior afastamento das arcarias permite uma nave central ampla. São constituídas por arcos de volta inteira com os extradorsos boleados, sustentados por pilares de secção quadrangular, também com as arestas boleadas, e capitéis formados por troços de entablamento. As arcarias ocupam mais de ¾ da altura das paredes em que se inserem, pelo que a extensão de alvenaria é curta. São rematadas por entablamentos pintados, donde se lança a falsa abóbada de berço rebaixado da nave central, pintada com diversos motivos decorativos de estética oitocentista.



Fig. 10.154 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): tecto da nave central.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.155 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta completa, quase com a largura da nave central, embora não seja alto, atingindo um nível ligeiramente superior aos arcos das arcarias. Tanto o arco como os capitéis e os respectivos pés-direitos encontram-se revestidos de madeira entalhada e pintada. Os capitéis são formados por troços de entablamento. Sobre o arco triunfal fica uma janela axial, cujo peitoril se nivela com os prolongamentos dos entablamentos que rematam as arcarias. Estes elementos foram ligados por elementos decorativos vegetalistas e panejamentos pintados no século XIX.

A capela-mor é profunda, com um vão aberto em cada parede lateral, junto ao retábulo: uma janela no lado da Epístola e uma porta no lado do Evangelho. Esta capela ostenta a fórmula da «caixa de jóias», tratada como um todo. Assim, sobre os vãos

laterais correm os entablamentos longitudinais que ligam os existentes no retábulo e os capitéis do arco triunfal. A partir daqueles entablamentos lança-se a falsa abóbada de berço, de madeira engessada e pintada com motivos decorativos de estética oitocentista – a partir de um medalhão central, a abóbada foi dividida em quatro painéis de cor única, diferente do emolduramento, simulando uma superfície vazada através da pintura de supostos sombreados. Porém, este tecto não é um exemplo de pintura em *trompe l'oeil*.



Fig. 10.156 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.157 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais, de planta quadrangular, cobertas por falsas abóbadas de berço. Abrem-se para as naves através de arcos de volta perfeita, integrados em composições de madeira entalhada e pintada, rematadas por entablamentos com coroamento central. Nas paredes laterais estão portas, nos extremos do tramo imediato à cabeceira, e altares laterais nos dois tramos seguintes. As portas travessas situam-se nos extremos do segundo tramo a contar da entrada. As naves laterais são cobertas por tectos de madeira de três esteiras.

No tramo de entrada ficam as três portas da fachada, todas em posição axial às naves. No extremo da do lado do Evangelho situa-se a capela baptismal. O coro-alto cobre todo o tramo de entrada, sendo um espaço tripartido pelas arcarias. É pelos arcos ali presentes que se efectua a comunicação entre as secções. Cada uma é iluminada por uma das três janelas da fachada, sendo maior a central, todas aprumadas com as portas do nível térreo. O coro-alto é resguardado por uma balaustrada rectilínea de madeira.



Fig. 10.158 – Igreja de Santo António, Santo António (1730-1734): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Santo António é maior do que parece. O maior afastamento das arcarias, a menor altura relativa, a espessura dos pilares e até a própria fachada dão a entender uma igreja de pequenas dimensões, embora a sua escala seja já de um templo de dimensões medianas.

– *Igreja de Nossa Senhora da Anunciação*, Achada



Fig. 10.159 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.160 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva de Nossa Senhora da Anunciação da Achada já existia em 1526. Foi afectada na erupção de 1563, quando albergou muito povo, porém, resistiu. As informações que se seguem encontram-se no Arquivo dos Açores:

Em 1693 – Capela mor e sacristia, resto…….100$000
Em 1730 Capela mor, entalhador……....173$200
Em 1731 Sinos……....188$000
Em 1734 Retábulo……..……....172$000
» Ornamentos, último pagamento…....69$000[25]

Estas informações tratam do que foi intervencionado/substituído em 1693 e, mais tarde, entre 1730 e 1734. Por hipótese, a capela-mor, a sacristia e o *resto* poderão ter sido reformados ou reconstruídos em1693. Contudo, no período 1730-1734 verifica-se uma nova intervenção na capela-mor, bem como um novo retábulo, o que coadjuva a hipótese da erecção de uma nova capela-mor. Quanto ao corpo das naves, não há qualquer referência à sua construção. Pode ser que tenha sido incluído no *resto*, em 1693, mas também pode ser uma parte remanescente do edifício que, em último caso, poderá tratar-se do templo primitivo da primeira metade do século XVI.

As notícias que se seguem assinalam a deterioração da igreja, no decorrer do século XVIII, assim como o desajuste do templo, pequeno e incapaz de albergar uma população crescente. Como tal, foi decidida a construção de uma nova igreja, no mesmo local da antiga, que foi inaugurada em 1782.

[25] *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, p. 44.

Em 1869, por vontade do povo, foi construída a actual igreja. Não se sabe o que se aproveitou da igreja de 1782, ou se se aproveitou alguma coisa. O facto de a torre sineira do século XVIII se encontrar recuada em relação à fachada, solução única nos Açores, poderá assinalar o lugar da antiga fachada, antes da ampliação da igreja. A existência de duas portas laterais no corpo das naves também poderá explicar-se pela mesma ampliação. Todavia, no espaço interno não é perceptível qualquer diferença que indique datações diversas. Sem mais informações, parte-se do princípio que o corpo das naves é o resultado da campanha de obras de 1869, embora fosse plausível que tivesse sido erguido em 1782. O desenho das arcarias e as proporções do espaço integram-no mais na construção de finais de Setecentos que no último terço do século XIX. Seja como for, o espaço interno foi integralmente reformado em 1869.



Fig. 10.161 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O espaço interno da igreja da Achada apresenta as três naves divididas em cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos baixos, de volta perfeita, suportados por pilares de secção quadrangular com embasamento baixo, fustes com arestas boleadas e capitéis formados por troços de cornijas. Os arcos ocupam cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias, pelo que a extensão superior em alvenaria é curta. Aquelas paredes são rematadas por finas cornijas, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço muito rebaixado. O facto de as arcarias estarem mais afastadas entre si aumenta a largura da nave central, aliado a uma altura pouco maior que a largura proporciona um espaço interno amplo onde a horizontalidade é dominante – uma obra em contraciclo com o contexto construtivo do último terço do século XIX.



Fig. 10.162 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta completa, assente em pés-direitos com embasamento simples e capitéis formados por troços de cornija. Realça-se a distância do arco triunfal às paredes das arcarias. Por conseguinte, a capela-mor tem uma largura bem menor que a nave central, o que não é habitual nas igrejas em estudo. Possui alguma profundidade, com duas janelas laterais situadas junto do retábulo. As paredes da capela-mor são rematadas por cornijas que ligam o retábulo ao arco triunfal, acima dos quais se lança a falsa abóbada de berço, de madeira estucada.



Fig. 10.163 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): nave do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.164 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): nave da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais em posição colateral à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta inteira, quase com a largura das naves. São espaços de planta quadrangular, cobertos por falsas abóbadas de berço muito rebaixado. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas. Nos extremos do tramo sequente levantam-se os altares laterais, enquanto que nos extremos do tramo central se abrem as portas travessas. As grandes janelas presentes nas naves laterais foram rasgadas sobre as duas portas existentes. Duas cornijas rematam as paredes laterais, correndo logo acima das arcarias. As naves laterais também são cobertas por falsas abóbadas de berço muito rebaixado.



Fig. 10.165 – Igreja de N.ª S.ª da Anunciação, Achada (1782/ref. 1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada possui, no piso térreo, a porta da igreja que abre para a nave central, não existindo vãos abertos nas naves laterais. O coro-alto ocupa todo o nível superior daquele tramo, tripartido pelas arcarias. A comunicação entre as secções do coro-alto realiza-se através da parte superior dos vãos das arcarias daquele tramo. Na secção central fica a janela axial da fachada, enquanto que, nas secções laterais, as janelas foram rasgadas nas paredes dos extremos. O coro-alto possui um remate recto que atravessa as três naves, com uma balaustrada fina de madeira.

– *Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem*, Calhetas



Fig. 10.166 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.167 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Calhetas, teve a sua origem numa ermida fundada no século XVI. Foi referenciada por Gaspar Frutuoso, indicando que teria sido nessa ermida que esteve instalada a paroquial de Rabo de Peixe, antes de ser construída a igreja do Bom Jesus[26]. A povoação foi crescendo, tornando-se curato em 1717. A data 1728 que se encontra inscrita na fachada poderá relacionar-se com obras na ermida primitiva ou com a sua completa reconstrução, como ermida ou já como pequena igreja. Porém, por ser pequena e não responder ao número crescente de paroquianos, a ermida acabou por ser substituída em 1830, pela actual igreja.

As três naves da igreja são separadas por arcarias, com arcos de volta perfeita sustentados por pilares de secção quadrangular e capitéis formados por troços de cornija. As cantarias das arcarias têm as juntas pintadas de branco. A altura dos arcos estende-se por ¾ da altura das paredes das arcarias, sendo rematadas por cornijas donde arranca a falsa abóbada de berço muito rebaixado que cobre a nave central.

A igreja de Calhetas possui um espaço interno caracterizado por um maior afastamento das arcarias, face a sua altura, permitindo uma nave central mais ampla. Porém, se comparada com a igreja da Achada, a das Calhetas tem maior altura, por pouca que seja, não possuindo a horizontalidade reinante na da Achada.

[26] Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.



Fig. 10.168 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta inteira, directamente assente nos pés-direitos por ausência de capitéis. É mais alto e largo que os arcos das arcarias, apresentando o mesmo tratamento estético daqueles. Os pés-direitos do arco triunfal situam-se a pouca distância das paredes das arcarias, mas suficiente para a capela-mor ser menos larga que a nave central.

A capela-mor é profunda, com duas janelas laterais situadas junto ao retábulo. As paredes são rematadas por um entablamento que liga o retábulo ao arco triunfal – que não possui os capitéis que rematariam o conjunto. A capela é coberta por uma falsa abóbada de berço de madeira pintada.



Fig. 10.169 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.170 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais que se situam colateralmente à capela-mor. Abrem-se por arcos de volta perfeita assentes em pés-direitos sem capitéis, com o fecho sobressaído e as juntas da cantaria pintadas de branco. As capelas colaterais têm uma planta quadrangular com uma janela lateral cada. São cobertas por falsas abóbadas de berço de madeira. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas, ao passo que no tramo seguinte se erguem os altares alterais. Nos extremos do tramo central encontram-se as portas travessas. As janelas foram rasgadas sobre aquelas portas e nos extremos do tramo seguinte, o segundo a contar da entrada.



Fig. 10.171 – Igreja de N.ª S.ª da Boa Viagem, Calhetas (1830): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada estão, no nível térreo, a porta da igreja que se abre para a nave central e as duas janelas axiais às naves laterais, rematadas por arcos quebrados. O coro-alto sobrepõe-se por completo ao tramo de entrada, encontrando-se tripartido pelas arcarias. A comunicação entre os espaços faz-se pela parte superior dos vãos das arcarias ali presentes. Na parede da fachada abre-se uma rosácea sobre a secção central. O coro-alto tem uma guarda de madeira de recorte curvo, na nave central, e recto nas laterais.

A igreja de Calhetas é uma obra de 1830. No entanto, para a principal estrutura da igreja, as arcarias, a opção recaiu numa solução que, pelas dimensões dos arcos e pelo perfil dos pilares, poderia ter sido construída desde o século XVII. Nota-se a permanência de uma solução que, face ao contexto construtivo em que se insere, se torna numa reminiscência de templos de modestas dimensões.

– Igrejas de três naves de dimensões medianas – séculos XVIII-XIX



Fig. 10.172 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.173 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Fenais da Luz (1728-1756): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.174 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.175 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1856/1946-1952): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.176 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.177 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de dimensões medianas podem apresentar as arcarias mais ou menos aproximadas, afectando a espacialidade interna na maior ou menor percepção da altura. As igrejas de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira Grande, e a de Nossa Senhora da Luz, nos Fenais da Luz, são exemplificativas do binómio referente às arcarias. A altura dos seus arcos, face à altura das paredes das arcarias, é outro aspecto de maior ou menor inclusão das naves laterais no espaço litúrgico, que aumenta quando aliado a uma maior largura dos vãos das arcarias.

As igrejas de Nossa Senhora da Piedade, em Ponta Garça, Nossa Senhora Mãe de Deus, na Povoação, São Lázaro, em Água de Alto, e Nossa Senhora dos Remédios, na Povoação, são edifícios dissemelhantes. Contudo, todos possuem arcarias sustidas por pilares mais estreitos que o comum. Por esse motivo, aquelas paredes também são mais estreitas, ajudando a uma maior incorporação das naves laterais no espaço.

Das igrejas citadas, apenas as de Fenais da Luz e de São Lázaro possuem o coro-alto instalado nos arcos do tramo de entrada. Esta solução, predominante nas igrejas de pequenas dimensões, tende a secundarizar-se nos templos medianos. A solução do coro-alto projectado com a igreja seria difícil em edifícios de pequenas dimensões porque a menor altura do nível do coro-alto não possibilitaria a existência de portas entre as secções[27]. Nas igrejas medianas, isso já não é um problema, pelo que se tenha optado por projectá-lo de raiz na maior parte das igrejas. Destaque-se a igreja de Nossa Senhora dos Remédios, onde a frontaria ocupa um tramo autónomo do corpo das naves. Apresenta uma fachada interna composta por três arcos apontados em ambos os níveis. Esta solução, derivada do espírito revivalista que preenche o templo, é similar à existente na Matriz das Lajes do Pico, de construção coeva.

[27] A menor altura de algumas igrejas que têm o coro-alto instalado entre os arcos do tramo de entrada origina a que, por vezes, os arcos de passagem entre as partes do coro-alto sejam tão baixos que é necessário vergar-se para as trespassar.

– *Igreja de Nossa Senhora da Conceição*, Ribeira Grande



Fig. 10.178 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.179 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primitiva ermida de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira Grande, não se situava no lugar da actual igreja, mas em terrenos mais próximos da orla marítima. No lugar actual foi construída, no século XVI, a ermida de São Sebastião. Após várias tentativas goradas, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição veio a ser criada pelo bispo de Angra, D. António Vieira Leitão, em 1699, posteriormente confirmada por D. Pedro II, em 1703, e por D. João V, em 1707.

Em virtude das reduzidas dimensões da ermida de Nossa Senhora da Conceição, decidiu-se construir uma nova igreja. Em 1708 foi enviada uma petição ao rei, sobre a necessidade da construção de uma nova igreja, já que ao rei cabia a obrigação de custear a construção das capelas-mores e das sacristias de todas as igrejas paroquiais açorianas. D. João V respondeu favoravelmente e autorizou que se lançasse uma finta sobre os moradores e proprietários de terrenos. O local escolhido foi aquele onde se erguia a ermida de São Sebastião, mais central, que passou a ser designada por Nossa Senhora da Conceição após a conclusão da nova igreja.

O processo de edificação de um novo templo foi um tanto demorado. Se, em 1716, se apontavam algumas alterações no desenho, a obra só foi arrematada em 1724, tendo sido trespassada em 1728. As obras de edificação da igreja começaram em 1732 e concluíram-se em 1766. Em 1734, as «obras d'el rei» terminaram, ou seja, a capela-mor e a sacristia. Nesse mesmo ano começaram os trabalhos para a construção da torre sineira. O corpo das naves foi erigido entre os anos 1737-1738[28].

[28] Cf. *Archivo dos Açores,* vol. XII, *op.cit.*, p. 46.

Depois de erecta, a igreja da Conceição foi intervencionada algumas vezes, mas nunca estruturalmente. Assim, logo em 1755 foram apontadas algumas obras a realizar na capela-mor e na sacristia. Em 1763 há registo da entrada de uma considerada maquia na fábrica da igreja, a ser despendida na sua ornamentação e lajeamento, bem como na aquisição de uma pia baptismal. Na transição dos séculos XIX-XX, a capela-mor foi alvo de obras de restauro, conferindo-lhe uma estética oitocentista.



Fig. 10.180 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição apresenta as três naves divididas por cinco tramos. Um certo afastamento das arcarias não é imediatamente perceptível devido à altura da nave central. O espaço interno não parece baixo nem alto, embora as arcarias possuam dimensões medianas. A relação entre a largura e a altura da nave central é de 2/3, proporcionando um espaço cuja percepção da altura é atenuada pelo afastamento das arcarias entre si.

As arcarias são compostas por arcos de volta inteira, sustentados por pilares de secção quadrangular com arestas boleadas nos fustes e capitéis formados por troços de entablamento. A altura dos arcos ultrapassa os ¾ das paredes das arcarias, sendo a parte superior de alvenaria. Finos entablamentos rematam aquelas paredes, nos quais se apoia o tecto de madeira de três esteiras pintadas de branco que cobre a nave central.



Fig. 10.181 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é mais alto e mais largo que os das arcarias e tem quase a largura da nave central. É constituído por um arco de volta completa que repousa em pés-direitos com capitéis formados por troços de entablamento. Todo o arco encontra-se revestido de madeira entalhada, pintada e dourada, destacando-se as armas reais sobre a chave. A capela-mor é profunda, com duas janelas nas paredes laterais, junto ao retábulo. Aquelas paredes estão revestidas por painéis de azulejos ali colocados no século XX. São rematadas por entablamentos dourados que ligam os entablamentos presentes no retábulo aos do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira pintada com elementos decorativos de uma estética oitocentista. Aquele espaço foi restaurado na transição do século XIX para o XX, uma intervenção que deu à capela o aspecto de obra total.



Fig. 10.182 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.183 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.184 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais divergem. Se, no lado da Epístola, existe uma capela axial, colateral à capela-mor, de planta quadrangular e coberta por uma falsa abóbada de berço, no lado do Evangelho levanta-se um altar colateral sem a profundidade de uma capela. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas rematadas por entablamentos. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se altares laterais, enquanto que, no tramo central, se abrem as portas travessas. No tramo seguinte, o segundo a contar da entrada, encontra-se a capela baptismal no lado do Evangelho – trata-se de um corpo exterior à igreja, posterior à torre, com uma janela lateral e cobertura em falsa abóbada de berço, de madeira pintada de branco. No extremo oposto, no lado da Epístola, levanta-se um altar lateral.

As naves laterais têm, cada uma, três janelas nos extremos de três tramos: o imediato à cabeceira, o central e o que lhe segue. As janelas ficam aprumadas com as portas e capelas/altares laterais que lhes estão inferiores. De facto, foram rasgadas a um nível muito elevado, quase encostadas às cornijas superiores, não havendo qualquer relação, a não ser axial, com as portas que que sobrepujam. As cornijas longitudinais superiores rematam as paredes laterais e as das arcarias, servindo de apoio aos tectos de madeira, de três esteiras pintadas de branco, que cobrem as naves laterais.



Fig. 10.185 – Igreja de N.ª S.ª da Conceição, Ribeira Grande (1732-1766): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada estão as três portas da fachada, axiais às respectivas naves. No extremo do tramo, no lado do Evangelho, situa-se a porta de acesso à torre. O tramo de entrada possui arcos baixos, com cerca de metade da altura dos restantes, suportando o coro-alto.

O coro-alto foi projectado, de raiz, com a igreja. O nível do coro cobre todo o tramo de entrada, mostrando-se tripartido pelas paredes das arcarias. Assim, naquele nível, a comunicação entre as três secções do coro-alto faz-se através de portas rasgadas junto à respectiva guarda de ferro fundido. Na parede da fachada abrem-se as três janelas da fachada, axiais às naves e aprumadas com as portas do nível térreo. Na nave central, sobre a janela, ainda se abre um óculo circular grande.

– *Igreja de Nossa Senhora da Luz*, Fenais da Luz



Fig. 10.186 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.187 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primitiva igreja de Nossa Senhora da Luz, nos Fenais da Luz, já existia em 1568, aquando do aumento das côngruas decretado por D. Sebastião. A história desta igreja está envolta em dúvidas. Não se sabe, ao certo, quando foi construída, nem quando ou se foi substituída até ao segundo terço do século XVIII. Há notícias de obras na igreja num período cronológico muito longo, balizado pelos anos 1631 e 1775. A data 1631 poder-se-á referir à edificação de uma nova igreja, uma reforma ou ampliação. Todavia, a capela-mor foi construída entre 1728 e 1732, prolongando-se a edificação da restante igreja até 1756. A data 1775 é relativa à erecção da torre sineira e à conclusão da frontaria.

Trata-se de uma igreja maior que as até aqui analisadas, de dimensões medianas. Pela maior aproximação das arcarias, criando uma altura de cerca do dobro da largura na nave central, a espacialidade deste templo recorda a que se encontra no grupo das igrejas pequenas, com as arcarias mais aproximadas entre si, ainda que numa escala maior. As três naves são divididas em cinco tramos. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, sustentados por pilares de secção quadrangular com fustes de arestas boleadas e capitéis formados por troços de entablamento. Os arcos lançam-se até cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias, sendo o ¼ superior de alvenaria. Dois entablamentos rematam superiormente as referidas paredes, de onde arranca a falsa abóbada curva da nave central.





Fig. 10.189 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.188 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é mais alto que os das arcarias, porém, não é muito mais largo, sendo, também, um pouco menos largo que a nave central. O arco de volta inteira apoia-se nos capitéis dos pés-direitos, formados por troços de entablamento. Encontra-se inteiramente revestido de madeira entalhada, com motivos vegetalistas dourados que também revestem a parede do topo da nave, acima do arco triunfal.

A capela-mor tem a mesma largura que a nave central. Possui duas janelas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes são rematadas por entablamentos que ligam o retábulo ao arco triunfal. A partir daquele nível lança-se a falsa abóbada de berço, de madeira pintada, segundo uma estética oitocentista.



Fig. 10.190 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.191 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais situadas colateralmente à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta completa, integrados numa composição de madeira entalhada. A composição prolonga-se superiormente, sendo rematada por uma cornija. Superiormente, foram rasgadas janelas elípticas em posição axial. As capelas colaterais são espaços de planta quadrangular, sem iluminação directa, cobertos por falsas abóbadas de berço em madeira pintada.

Os extremos do tramo imediato à cabeceira apresentam portas, enquanto que, no tramo central, situam-se as portas travessas encimadas por janelas. Nos extremos dos segundo e quarto tramos levantam-se os altares laterais, sobrepujados por falsas janelas. As naves laterais são corridas por finos entablamentos que rematam as paredes laterais e encimam as arcarias. A partir deles lançam-se falsas abóbadas curvas, revestidas de pintura decorativa.



Fig. 10.192 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Fenais da Luz (1728-1756): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada fica a porta da igreja, na nave central, enquanto as janelas laterais se posicionam axialmente às naves laterais. No extremo do lado do Evangelho localiza-se o baptistério, de planta quadrangular e cobertura em abóbada de berço pintada, com uma janela na face que se mostra a par da fachada. No extremo do lado da Epístola está a porta que acede à torre sineira.

O coro-alto encontra-se tripartido pela paredes das arcarias. Sobrepõe-se ao tramo de entrada, avançando um pouco na nave central devido ao recorte convexo daquele nível. As três secções do coro-alto comunicam através das partes superiores dos arcos ali presentes. Na face interna da fachada estão três janelas de iguais dimensões, uma por cada nave, todas aprumadas com os vãos do nível térreo, ainda que a da nave central esteja sobrelevada.

– *Igreja de Nossa Senhora da Piedade*, Ponta Garça



Fig. 10.193 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.194 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva de Nossa Senhora da Piedade, em Ponta Garça, foi fundada na primeira metade do século XVI. Não há conhecimento se a ermida foi substituída nos séculos XVI ou XVII ou se foi reformada sem grandes obras de construção. Em 1696, na sequência de uma visitação, o edifício existente foi considerado pequeno para o número de fregueses. Por conseguinte, foi decidida a edificação de uma nova igreja, cuja campanha de obras se iniciou em 1702.

1702 – Capella mór……...…...……151$000
1712 – « « entalhador…….…...756$000
1728 – Ornamentos…….…....98$000
1732 – Douradura da capella mór……..…..535$000
1735 – Terreno para a egreja……...…...78$500
« – Azulejo…….…...150$000
1738 – Torre…….…....310$000
1739 – Ornamentos…….…...…94$000
1758 – Sino, resto…….……...85$000[29]

Pela cronologia do rol das quantias empregues na construção da igreja fica a saber-se a duração da campanha de obras, de 1702 a, no mínimo, 1758. Apesar de o corpo das naves não aparecer discriminado, só pode ter começado a ser edificado após a compra do terreno para a igreja, em 1735. Em 1739, já estaria terminado para receber os ornamentos apontados no rol. Entretanto, a torre foi erecta em 1738. A última entrada data de 1758, indicando a aquisição do sino e o *resto*, seja isso o que for. Poderá ser

[29] *Archivo dos Açores*, vol. XII, *Op. cit.*, pp. 43-44.

referente a um conjunto de obras menores que foram então concluídas, ainda que também possa ser relativa à conclusão do frontispício, que era, a par com a torre, das últimas partes da igreja a ser acabada. O facto de a torre ter sido levantada vinte anos antes não significa necessariamente que a frontaria já estivesse pronta. Como tal, a fachada foi erguida depois de 1739 e até 1758.

Numa visitação, em 1799, são apontadas algumas reparações efectuadas à igreja, das quais se realça a reconstrução da cobertura. A partir do século XIX, a primeira informação que existe é de 1846, relativa ao começo da reedificação da igreja. Os motivos que levaram à substituição do edifício setecentista não são conhecidos. Contudo, à falta de desastres naturais, devem ter estado relacionados com a reduzida dimensão do templo, face a uma população sempre crescente. A campanha de obras que reedificou a igreja ficou concluída em 1869, tendo durado vinte e três anos.

Em 1996, o edifício foi sujeito a obras de reconstrução do que estava em risco, bem como de restauro geral do templo.



Fig. 10.195 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Ponta Garça, apresenta as três naves divididas por arcarias de cinco tramos. As paredes das arcarias mais afastadas entre si permitem à nave central ter o dobro da largura das naves laterais. A altura da nave central fica longe do dobro da largura. As arcarias são constituídas por arcos de volta inteira com as arestas chanfradas, sustidos por pilares de secção quadrangular, com as arestas dos fustes igualmente chanfradas e capitéis formados por troços de entablamento. As estruturas pétreas das arcarias mostram as juntas pintadas de branco.

As arcarias não são baixas, ainda que os pilares sejam proporcionalmente mais finos que o habitual, o que lhes confere uma maior leveza, parecendo mais esguias do que realmente são. Isto reflecte-se, no espaço interno, numa maior unificação do espaço das naves. Para isso também contribuiu a altura dos arcos, cerca de 5/6 da altura das arcarias, reduzindo-se a extensão superior em alvenaria. Ao abrir ainda mais as paredes das arcarias, os vãos dos arcos permitem uma maior comunhão das três naves. As paredes das arcarias são rematadas por cornijas pintadas de branco, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço bem rebaixado, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.196 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é um pouco abatido, com pés-direitos mais altos que os pilares das arcarias, ainda que a altura dos vãos seja próxima. O arco triunfal levanta-se até perto dos limites superiores das paredes das arcarias. Todos os seus componentes estão revestidos por madeira entalhada, pintada e dourada.

A capela-mor é profunda, com duas janelas situadas nas paredes laterais, junto ao retábulo. Aquelas paredes estão revestidas por painéis de azulejos ali colocados na primeira metade do século XX. São rematadas por entablamentos dourados, que ligam os existentes no retábulo aos capitéis do arco triunfal. Sobre eles desenvolve-se a cobertura em falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada. A capela-mor e o arco triunfal estão tratados como uma peça única, dentro da estética oitocentista.



Fig. 10.197 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.198 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais, colateralmente à capela-mor, que se abrem através de arcos de volta inteira inteiramente revestidos de madeira talhada, pintada e dourada. As capelas têm uma planta quadrangular, sem janelas. São cobertas por falsas abóbadas de berço. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira existem capelas laterais, que se abrem por arcos de volta inteira contínuos, sem impostas, com as juntas brancas como nas arcarias. As capelas laterais têm uma planta quadrangular, com portas de acesso às sacristias. Sobre as portas correm cornijas que começam nos retábulos, mas que terminam antes do arco. Estas capelas são igualmente cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do tramo seguinte levantam-se altares laterais, enquanto, no tramo central, se situam as portas travessas. No tramo sequente, o segundo a contar da entrada, também há altares laterais. As naves laterais estão bem iluminadas, com quatro janelas em cada uma, axialmente posicionadas acima dos arcos das colaterais, excepto no tramo de entrada, presente na parte superior dos extremos de todos os tramos da igreja. Quer as paredes laterais quer as paredes das arcarias são rematadas por entablamentos pintados de branco. A partir deles se lançam as falsas abóbadas abatidas, pintadas de branco.



Fig. 10.199 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, Ponta Garça (1702-1758/1846-1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada estão as três portas da fachada, todas axiais às respectivas naves. Os arcos ali presentes são de volta perfeita, com cerca de metade da altura das arcarias por ter de suportarem o coro-alto. No extremo do lado do Evangelho ergue-se um arco de volta inteira contínuo, sem impostas, pelo o qual se acede ao baptistério. Este é um corpo externo adossado ao corpo das naves, com uma janela lateral que se abre a par da frontaria. O baptistério é coberto por uma falsa abóbada de berço. No extremo oposto fica a porta que acede à torre sineira.

O coro alto desenvolve-se sobre todo o tramo de entrada, com um remate convexo contracurvado na nave central e guarda com balaustres de madeira. É um espaço tripartido pelas paredes de alvenaria das arcarias, com portas rasgadas perto da parede da frontaria. Cada uma das secções é iluminada por uma janela da fachada, centrada e aprumada sobre as portas. Na secção central existe mais uma janela superior axial num terceiro nível. Nas secções laterais, as janelas são envolvidas por arcos de volta inteira, rasgados na parede da fachada.

– *Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus*, Povoação



Fig. 10.200 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.201 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus, actual Matriz da Povoação, foi construída de raiz a partir de 1848, em substituição da antiga *Matriz Velha*, a actual igreja de Nossa Senhora do Rosário, de construção original seiscentista já analisada. "Em 1856 é então a Igreja aberta ao público, continuando as obras nas dependências, vindo a torre a fazer-se quando nesta Igreja paroquiou o P.e Julião Cesar Augusto, que aqui morreu em 1917"[30]. Sendo assim, é provável que a torre tenha sido erguida já no século XX.

Embora fosse uma construção relativamente recente, tinha necessidade de realizar algumas obras que foram sendo adiadas, piorando o estado do edifício. O processo das obras de reedificação da igreja da Mãe de Deus teve início em 1946. "Foi uma renovação completa que sofreu a linda Matriz, gastaram-se perto de seiscentos contos e duraram as obras seis anos e quatro meses"[31], reabrindo ao público em 1952.

Pelas informações existentes, aquelas obras têm de ser entendidas não como de reforma, mas de reconstrução. "E assim se fizeram reparações totais, desde o forramento de todo o tecto da Igreja, que ameaçava ruína, até aos sinos! Apenas se aproveitaram as paredes laterais e os retábulos de duas Capelas. Todo o mais foi posto no chão, para dar lugar a obra nova"[32].

[30] Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, vol. II, (Vila Franca do Campo, Tip. A Crença), 1949, p. 10.
[31] Idem, *Ibidem*, p. 13.
[32] Idem, *Ibidem*, pp. 13-14.



Fig. 10.202 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja da Mãe de Deus é o resultado da reconstrução efectuada nos meados do século XX. As três naves encontram-se divididas por arcarias de seis tramos. A nave central tem cerca do dobro da largura das laterais e uma altura apreciável. As arcarias são compostas por arcos de volta inteira, com os extradorsos chanfrados. São sustidos por pilares de secção quadrangular com as arestas chanfradas. Possui embasamentos altos e cornijas formadas por troços de entablamento.

Os arcos ascendem até cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias, o que, com as proporções que o templo mostra, o tornam num espaço amplo onde se constata uma maior comunhão das três naves. Sobre as arcarias correm os entablamentos que rematam as paredes das arcarias. A partir deles lança-se a falsa abóbada de berço abatido que cobre a nave central.



Fig. 10.203 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.204 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é quase da largura da nave central e um pouco mais alto que as arcarias. É de volta inteira, assente em pés-direitos que se encostam nos extremos das paredes das arcarias, com capitéis formados por troços de entablamento. Todo o arco encontra-se dourado e pintado com marmoreados. A capela-mor é profunda, com janelas nas paredes laterais, junto do retábulo. Sobre elas correm os entablamentos que ligam os presentes no retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela é coberta por uma falsa abóbada de berço. Toda a obra da capela-mor e arco triunfal estão esteticamente tratados como um todo, resultantes da reconstrução novecentista.

As naves laterais possuem capelas axiais que se colocam colateralmente à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta inteira mais baixos que os das arcarias, quase da largura das naves laterais, e são encimados por janelas axiais. As capelas colaterais têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço, de madeira pintada. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se duas capelas laterais, que se abrem por meio de arcos de volta inteira, um pouco mais baixos que os das colaterais, encimados por janelas centradas. Estas capelas também se encontram inteiramente decoradas por pinturas.



Fig. 10.205 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.206 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos dos segundo e quarto tramos, a contar da cabeceira, erguem-se altares laterais, ao passo que, no terceiro tramo, se abrem as portas travessas. Para além das janelas já referidas, existem mais cinco janelas laterais em cada nave lateral, nos extremos dos tramos, encimando as capelas, os altares e as portas laterais. Sobre essas janelas correm finos entablamentos longitudinais que rematam as paredes e as

arcarias. As naves laterais também são cobertas por falsas abóbadas de berço muito abatido, de madeira pintada já no século XX.



Fig. 10.207 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação (1848-1852/1946-1952): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada ficam as três portas de entrada no templo, cada uma centrada e axial à respectiva nave. No extremo do lado do Evangelho situa-se o baptistério, externo ao corpo das naves, com uma planta quadrangular, uma janela aberta a par da fachada e uma cobertura em falsa abóbada de berço. No extremo oposto, no lado da Epístola, está uma pequena porta que comunica com as escadas de acesso ao coro-alto e torre sineira. As paredes das arcarias têm dois arcos sobrepostos: os do nível térreo têm cerca de metade da altura das arcarias e sustentam o coro-alto; os arcos superiores arrancam do nível do coro-alto e erguem-se à mesma altura que os restantes das arcarias, pintados de branco.

O coro-alto é tripartido pelas paredes das arcarias. A intercomunicação é feita através dos arcos supra mencionados ali presentes. Cada uma das secções do coro-alto é iluminada por uma janela da fachada. Na secção central há, ainda, outra janela axial num nível superior.

– *Igreja de São Lázaro*, Água de Alto



Fig. 10.208 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.209 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primitiva ermida de São Lázaro já existia em 1511. Junto foi construída uma gafaria para doze doentes, em 1524. "Até 1604 serviu a Igreja de paroquial, sufragânea da Matriz de Vila Franca, mas como S. Lázaro estivesse quase em ruína, foi a paroquial mudada para S. Pedro"[33], em Vila Franca do Campo.

Em 1811, o bispo de Angra, D. José Pegado de Azevedo, ao visitar a arruinada igreja abandonada desde 1604, decidiu restaurar a igreja de São Lázaro. Em 1833 começaram as obras de edificação da nova igreja. "Em consequência do aumento da população, foi modernamente elevada de novo a paróquia, construindo-se outro templo que no frontispício tem a data de 1855"[34]. Esta data, 1855, refere-se à conclusão das obras do corpo da igreja, já que a torre só foi erguida em 1882.



Fig. 10.210 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[33] Ernesto do Canto, *Op. cit.*, p. 177.
[34] Idem, *Ibidem*, p. 177.

A igreja de São Lázaro, em Água de Alto, apresenta as três naves divididas em quatro tramos. As arcarias são compostas por arcos de volta completa amplos e não muito altos, originando vãos com a relação proporcional altura/largura mais aproximada. Os arcos são suportados por pilares estreitos, com as arestas chanfradas e capitéis formados por troços de entablamento, também eles chanfrados nos vértices. Ao contrário das arcarias, as naves, principalmente a central, são relativamente altas. Os arcos erguem-se até cerca de 2/3 da altura das paredes das arcarias, pelo que o terço superior é constituído alvenaria. As paredes são rematadas por cornijas pintadas de branco. A nave central é coberta por um tecto de madeira de três esteiras pintadas de branco.





Fig. 10.212 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.211 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é ligeiramente abatido, apoiado em pés-direitos que se encostam às paredes das arcarias, ficando quase com a mesma largura da nave central. Não têm capitéis, mas troços de cornija simplificados. Sobre o arco triunfal fica uma janela axial encostada ao tecto.

A capela-mor é profunda, com mesma largura da nave central. Possui duas janelas nas paredes laterais, junto ao retábulo. Aquelas paredes são rematadas por entablamentos dourados que provêm do retábulo, porém, não se ligam aos capitéis do arco triunfal por correrem a uma cota superior. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada. O arco triunfal não se integra no tratamento decorativo da capela-mor, mostrando-se em cantaria simples.



Fig. 10.213 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais têm capelas axiais que se situam colateralmente à capela-mor. Essas capelas, quase com a largura das naves laterais, abrem-se através de arcos de volta perfeita, apoiados em pés-direitos. São profundas, com uma planta quadrangular e janelas nas paredes laterais externas. Ambas são cobertas por falsas abóbadas de berço, de madeira rebocada e pintada.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira encontram-se portas, enquanto nos extremos do tramo seguinte se levantam os altares laterais. No tramo sequente, o segundo a contar da entrada, situam-se as portas travessas. As paredes laterais são rematadas por finas cornijas pintadas de branco, onde assentam os tectos de madeira de três esteiras, também pintados de branco.



Fig. 10.214 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto (1833-1855): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada estão as três portas de entrada no templo, axiais a cada uma das naves. O coro-alto sobrepõe-se a todo o tramo de entrada, tendo sido instalado depois da construção da igreja. É um espaço tripartido pelas paredes das arcarias, cuja comunicação entre secções se faz pela parte superior dos vãos dos arcos. O coro-alto é rematado por uma guarda de madeira. Cada uma das secções do coro é iluminada por uma das janelas da fachada, aprumadas com as portas do nível térreo. Na parte central do coro-alto ficava ainda um óculo axial num nível superior, que hoje se encontra cego devido à colocação do relógio da igreja.

A igreja de São Lázaro possui uma espacialidade estranha, com algumas reminiscências das igrejas quinhentistas de São Miguel. Por um lado, as arcarias são mais estreitas que o comum, não são altas e possuem uma maior extensão superior em alvenaria. Por outro, os vãos têm uma grande extensão, pelo que só são necessários quatro arcos por arcaria. A altura das naves é bem superior à das arcarias, o que provoca uma maior compartimentação do espaço superior às arcarias pela maior extensão de alvenaria. Assim, embora as naves comuniquem visualmente entre si, tal não sucede a um nível superior.

– *Igreja de N.ª S.ª dos Remédios*, Nossa Senhora dos Remédios



Fig. 10.215 – Igreja de N.ª S.ª dos Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.216 – Igreja de N.ª S.ª dos Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora dos Remédios teve origem numa ermida fundada entre 1753 e 1765. Em 1798, numa visitação, foi apontado que estava a precisar de reparar o tecto. No entanto, era já considerada pequena para a população crescente, tendo atravessado quase todo o século XIX sem sofrer qualquer aumento. As obras de erecção da nova igreja começaram em 1893, sem data de conclusão conhecida[35].

A igreja edificada integra-se num período em que era frequente o revivalismo neogótico, mas não só, resultando numa arquitectura ecléctica. Trata-se de um edifício de amplas dimensões, embora seja composto por apenas três tramos bem extensos. A nave central volta a ter, desde o século XVI, a relação altura/largura de 2/1, ainda que não chegue a ter o dobro da largura das naves laterais.

As arcarias são mais estreitas do que o comum, como em São Lázaro, sendo constituídas por largos arcos de volta inteira que repousam em pilares de secção quadrangular, de arestas chanfradas e troços de cornija por capitéis. Os arcos erguem-se até cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias, sendo o restante fechado. Com a aproximação das arcarias e a maior largura das naves laterais, os arcos permitem uma maior comunhão do espaço entre as naves. Para isso, é essencial a menor espessura das paredes das arcarias, cujos pilares são mais estreitos, procurando ter menos impacto no espaço. Lembra as arcarias da Matriz quinhentista de Lagoa, como se os pilares de Nossa Senhora dos Remédios buscassem o papel desempenhado então pelas colunas. A nave central é coberta por um tecto de madeira de três esteiras.

[35] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, II vol., Vila Franca do Campo, Tipografia "A Crença", 1949, pp. 35-39.



Fig. 10.217 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.218 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal ergue-se ligeiramente mais alto que as arcarias, mas quase ao mesmo nível. É de volta perfeita, mais estreito que os das arcarias, assentando em pés-direitos com embasamento e troços de entablamento por capitéis. Acima fica um grande óculo axial, quase encostado ao tecto.

A capela-mor é profunda, com duas janelas cegas nas paredes laterais, junto do retábulo. As paredes estão totalmente revestidas com painéis de azulejos do século XX. A rematá-los correm os entablamentos que ligam os do retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, em madeira pintada.



Fig. 10.219 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.220 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva das capelas axial e lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.221 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais, colaterais à capela-mor, que se abrem por de arcos de volta completa, quase com a largura daquelas naves e com pouco mais de metade da altura das arcarias. Aprumadas com aqueles arcos situam-se, bem acima, duas janelas rematadas por arcos quebrados cujos vértices se encostam aos tectos das naves laterais. As capelas têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço, em madeira pintada.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira encontra-se, de cada lado, um arco de volta inteira e um altar lateral. Os arcos abrem-se para espaços com alguma profundidade, em tudo semelhantes a capelas laterais, cobertos por falsas abóbadas de berço de madeira pintada. Aqueles espaços fazem a transição do espaço litúrgico para a sacristia e outras dependências. No tramo central ficam as portas travessas, formadas por arcos quebrados com moldura canelada: a do lado da Epístola comunica para o espaço externo; a do lado do Evangelho abre-se para uma dependência interna. Nos extremos do tramo de entrada levantam-se mais dois altares laterais.

As naves laterais mostram painéis de azulejos azuis e brancos do século XX, que preenchem o nível térreo das paredes. Em cada nave lateral rasgam-se três janelas acima dos altares, nos extremos dos tramos, rematadas por arcos quebrados. As naves laterais são cobertas por tectos de madeira pintada de três esteiras.



Fig. 10.222 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, Nossa Senhora dos Remédios (1893): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada desta igreja difere das até aqui analisadas por ser um tramo de frontaria adossado ao corpo das naves. Esta solução está presente, nos Açores, desde a construção da Sé de Angra, no século XVI, encontrando-se sempre em igrejas que possuem galilés, como nas igrejas franciscanas, embora as igrejas revivalistas do século XIX a tenham redesenhado. A partir do século XVII, começaram a surgir frontarias com três portas na fachada, nomeadamente as das igrejas jesuítas, que acabaram por ter grande influência nas paroquias erguidas nas ilhas de São Miguel, Pico e Faial durante os séculos XVIII e XIX.

O tramo de entrada antecede o espaço litúrgico, mas não lhe pertence. Naquelas condições, assume um carácter vestibular, um espaço de transição entre o exterior e o interior que também comunica com o coro alto através de uma escada espiralada, encostada a um dos extremos do tramo.

O alçado interno do tramo de entrada está tratado como uma fachada. É composto por grandes aberturas rematadas por arcos de volta inteira, em dois níveis, sendo maiores os centrais. São axiais a cada uma das naves, alinhadas e de dimensões idênticas nos dois níveis. Os vãos do nível superior apresentam guardas de madeira.

Para lá do alçado dos arcos, o coro-alto desenvolve-se como os demais coros. Encontra-se tripartido pelas paredes das arcarias, que, ali, são fechadas, com pequenas portas a permitir a comunicação entre as secções. Na parede da fachada abrem-se janelas geminadas, na secção central, formadas por arcos apontados. Nas secções laterais, as janelas são igualmente formadas por arcos quebrados.

– As igrejas de três naves de grandes dimensões – séculos XVIII-XIX



Fig. 10.223 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734/1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.224 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.225 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/ 1734-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.226 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.227 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.228 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796/ 1825): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.229 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.230 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.231 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de três naves micaelenses com grandes dimensões são das maiores paroquiais do arquipélago. Existem nove exemplares: Rosto de Cão, Relva, Rabo de Peixe, Nossa Senhora do Rosário, Matriz do Nordeste, Maia, Capelas, Ribeirinha e Fenais da Ajuda. As arcarias erguem-se afastadas entre si, originando um amplo espaço interno partilhado pelas três naves. No entanto, a grande altura atingida pelas naves centrais esbate a noção de largura. A igreja da Ribeirinha é a que apresenta o menor afastamento entre as arcarias, embora a sua grande altura resulte num espaço interno aparentemente esguio.

Neste grupo de nove igrejas, três possuem a solução projectada de origem para o coro-alto, tripartido pelas paredes das arcarias. As restantes seis têm-no instalado sobre o tramo de entrada. As dimensões da igreja permitiriam a inclusão, de raiz, de um coro-alto no projecto de construção. Todavia, a opção eleita teve mais que ver com a espacialidade adquirida com os altos arcos das arcarias. A opção com paredes tripartiria o coro-alto em grandes extensões de alvenaria, dada a altura do corpo das naves, o que impossibilitaria o vasto espaço que mostra. Nalgumas igrejas, existem dois arcos no nível térreo a suster o coro-alto, constituindo uma solução mista entre as duas soluções.

– *Igreja de São Roque*, Rosto de Cão



Fig. 10.232 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.233 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de São Roque, em Rosto de Cão, já era paroquial em 1568, aquando do aumento das côngruas eclesiásticas, tendo sido mencionada na obra de Gaspar Frutuoso[36]. A capela do Santíssimo Sacramento foi mandada construir numa colateral, no primeiro quartel do século XVII, para receber a sepultura dos seus patronos. Foi nesse período temporal que se fizeram obras na igreja, nomeadamente a adjudicação de um novo retábulo e ornamentos, em 1619, e a erecção de um novo arco triunfal, em 1623[37]. Por aquelas informações fica a saber-se que, pelo menos, uma nova capela-mor foi erguida no primeiro quartel do século XVII, havendo a probabilidade de todo o templo ter sido reconstruído na mesma campanha de obras, embora não exista mais nenhuma notícia que o confirme.

A igreja actual é fruto de uma grande campanha de obras que reedificou o edifício entre 1734 e 1750.

1734 – 1 sino……..240$000
1734 – Ornamentos……..60$000
1737 – Capella e sacristia, pedreiro……....424$000
« « « entalhador……..….400$000
1750 – Ornamentos……..…...55$000
1750 – Carpina……...….83$600[38]

[36] Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 168.
[37] Cf. Ernesto do Canto, "Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. LVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 221.
[38] "Despezas Feitas pela Fazenda Real nas egrejas das Freguezias da ilha de S. Miguel de 1631 a 1775", in *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, pp. 40-41.

Pelas informações supracitadas, em 1737 foi construída uma nova capela-mor, com obra de pedreiro e de entalhador. Mais uma vez, não há qualquer referência à construção do corpo das naves. Todavia, a obra de carpina de 1750 poder-se-á referir à instalação dos tectos das naves ou às armações de madeira utilizadas para se erguer a frontaria. Não existindo qualquer notícia, presume-se que a igreja de São Roque tenha sido aberta ao culto na década de 1750.

Pela sua datação, a igreja de São Roque foi dos primeiros templos de grandes dimensões edificados em São Miguel. A sua construção começou logo depois da Matriz da Ribeira Grande ficar pronta. No entanto, a sua espacialidade ampla, bem alta e larga revela alguma influência da igreja de São José de Ponta Delgada.



Fig. 10.234 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de São Roque apresenta as três naves divididas por cinco tramos. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita que repousam em altos pilares de secção quadrangular. Possuem embasamentos, arestas com chanfro boleado e capitéis formados por troços de entablamento. Os arcos erguem-se a cerca de 4/5 da altura das paredes das arcarias, o que permite uma maior comunhão entre as naves.

Apesar de altas, as arcarias encontram-se bastante afastadas entre si, criando uma larga nave central. Essa percepção não é imediata, em virtude da grande altura verificada. Concomitantemente, as naves laterais também são amplas, com mais de metade da largura da nave central. As três naves são cobertas por tectos de madeira, de três esteiras pintadas de branco. Embora o primeiro realce vá para a altura do espaço interno, depois constata-se a sua real largura e, consequentemente, a grande amplitude do espaço.





Fig. 10.236 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva das naves a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.235 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é mais largo e um pouco mais alto que as arcarias. É de volta inteira, pousando em altos pés-direitos, com troços de entablamento nos capitéis. Encontra-se totalmente revestido de talha dourada, com as armas reais sobre a chave. Acima fica uma janela axial, com moldura em cantaria, constituída por colunelos laterais suportados por mísulas. Sob estas prolongam-se inferiormente dois elementos decorativos. A janela é rematada por uma fina cornija que se encosta à esteira central do tecto da nave.

A capela-mor é profunda, com duas janelas laterais junto ao retábulo. As paredes laterais são corridas por entablamentos pintados e dourados que ligam os do retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada que, em conjunto com o arco triunfal, se assumem como obra única. Para além da talha dourada, todas as superfícies da capela foram pintadas num tempo posterior à sua construção.

As naves laterais têm capelas axiais em posição colateral à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta inteira bem mais baixos que os das arcarias e de largura menor que a das naves laterais. Sobre os arcos daquelas capelas situam-se janelas axiais, com a mesma composição da janela existente na nave central, sobre o arco triunfal – colunelos laterais assentes em mísulas, com extensões inferiores. A diferença é que são rematadas por um entablamento duplo, tapado na janela da nave central por estar encostada ao tecto. Nas naves laterais, as janelas estão a uma cota inferior aos tectos, permitindo um remate aparatoso.



Fig. 10.237 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.238 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão (1734-1750): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Estas capelas têm plantas quadrangulares, com janelas situadas nos lados externos, cobertas por falsas abóbadas de berço, de madeira rebocada e pintada. Tanto as capelas como os arcos que as abrem exibem um programa decorativo que recorreu à talha dourada e à pintura para conceder às capelas o tratamento de obra única.

Ambos os extremos do tramo imediato à cabeceira possuem um altar lateral e uma porta rematada por um entablamento simplificado. No tramo seguinte ficam dois vãos: o do lado do Evangelho corresponde a uma porta travessa; o do lado da Epístola também o seria, mas encontra-se entaipado. O baptistério encontra-se no extremo do tramo sequente ao de entrada, no lado da Epístola, instalado num corpo adossado exteriormente ao corpo das naves, ao qual se entra através de um arco de volta inteira.

As naves laterais têm quatro janelas cada, centradas nos extremos dos tramos, que se abrem ao mesmo nível das janelas que lhes são axiais. Aquelas naves também são cobertas por tectos de madeira, de três esteiras pintadas de branco.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada, que se abrem axiais às naves. O coro-alto sobrepõe-se-lhe, avançando sobre a nave central. Nas secções laterais, o coro só avança até cerca de metade da extensão, exibindo uma guarda de madeira. Em virtude da altura alcançada pelas arcarias, os vãos dos arcos ali presentes também apresentam uma altura considerável, permitindo, mais que a comunicação entre as secções, a criação de um espaço contínuo unificado. Nas secções do coro-alto ficam as três janelas da fachada, aprumadas com as portas do nível térreo.

– *Igreja de Nossa Senhora das Neves*, Relva



Fig. 10.239 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): frontaria (déc. 1880).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.240 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva foi fundada no último quartel do século XV. Por volta de 1514, a ermida foi instituída em sede paroquial. Na passagem dos séculos XVI-XVII há notícias sobre obras na capela-mor e na sacristia pagas pela Fazenda Real, o que poderá indicar a edificação de um novo templo. O restante corpo da igreja deve-lhe ter seguido, embora não haja notícias. Para além da capela-mor, tinha três capelas e quatro altares laterais.

Em 1649, devido ao estado de deterioração da igreja, os paroquianos solicitaram a D. João IV que ordenasse a sua reedificação, sem êxito. A igreja ruiu no início do século XVIII, avançando-se logo com a reedificação, solicitando-se mais tarde ao rei que as concluísse. Em 1732, D. João V mandou o provedor da Fazenda Real proceder à arrematação das obras em falta. Segue-se o rol dos valores despendidos nas obras da nova igreja de Nossa Senhora das Neves, decorrida entre 1712 e 1758.

1712 – Ornamentos……...104$000
1716 – Capella Mor, entalhador……..……..932$000
1725 – « « ……..……..464$000
1735 – « « ……..……...1:200$000
1748 – Pedreiro……..…….....600$000
1758 – Douradura e pintura……..……..400$000[39]

As obras da igreja terminaram em 1748. No século XIX, a capela colateral do lado da Epístola tornou-se num altar para permitir a ampliação da sacristia. Na década de 1880, a frontaria foi alvo de uma intervenção que alterou o portal central, agora abatido, e que rasgou as portas laterais da fachada, rematadas por arcos apontados.

[39] *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, p. 41.



Fig. 10.241 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora das Neves tem as três naves divididas em cinco tramos. As arcarias são altas e estão um tanto afastadas entre si, definindo uma ampla nave central. São compostas por arcos de volta inteira sustidos por pilares de secção quadrangular com as arestas de chanfro boleado e os capitéis formados por troços de entablamento. Os arcos ascendem até cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias, contribuindo para o aparente «atarracamento» do espaço interno. A nave central tem uma relação altura/largura na ordem dos 2/1. As naves laterais têm uma largura que supera metade da da nave central. As três naves possuem um tecto único, de madeira, de três esteiras na nave central, acompanhando as duas águas da cobertura.



Fig. 10.242 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal levanta-se um pouco mais alto que as arcarias. É um arco abatido que pousa em pés direitos encostados às paredes das arcarias, com quase a largura da nave central. Sobre o arco encontra-se um óculo axial encostado ao tecto da nave.

A capela-mor é profunda, com duas janelas nas paredes laterais. Superiormente correm os entablamentos que ligam os do retábulo aos capitéis do arco triunfal. A partir dali arranca a falsa abóbada de berço que cobre o espaço da capela-mor, de madeira rebocada e pintada.



Fig. 19.243 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.244 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais diferem, desde o século XIX, nas capelas axiais posicionadas colateralmente à capela-mor. No lado do Evangelho conservou-se a capela colateral, à qual se entra através de um arco de volta completa revestido de madeira entalhada, enquadrado numa composição rematada por uma sanefa e com uma porta gradeada. O espaço da capela colateral tem planta quadrangular, com uma janela na parede do lado externo e uma cobertura em falsa abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira encontram-se altares laterais encostados ao lado da cabeceira, ladeados por pequenas portas laterais que se abrem quase no tramo seguinte. Nos extremos do tramo central levantam-se altares laterais, ao passo que no tramo seguinte, o segundo a contar da entrada, situam-se as portas travessas.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada, axiais às respectivas naves. Os arcos das arcarias ali presentes são baixos, com cerca de metade da altura dos restantes arcos, suportando o coro-alto. No extremo do lado do Evangelho, descentrada, fica a capela baptismal que ocupa a parte posterior do nível térreo da torre sineira. Abre-se através de um arco de volta completa, assente em pés direitos com troços de entablamento por capitéis. O espaço do baptistério tem uma planta quadrangular, com uma janela rasgada na parede do fundo. Uma cornija corre as faces internas da capela, acima da qual se lança uma abóbada de berço, onde se salientam vários arcos de cantaria paralelos.



Fig. 10.245 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.246 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva (1712-1758): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto sobrepõe-se a todo o tramo de entrada, apresentando-se tripartido pelas paredes das arcarias que se desenvolvem sobre os arcos baixos do nível térreo. Estas paredes interrompem a guarda rectilínea de madeira, nas quais se abrem as portas que permitem a comunicação entre as três secções do coro. A cada secção corresponde uma das três janelas da fachada, axiais às naves e aprumadas com as portas do nível térreo. Na nave central ainda se abre um grande óculo circular axial, a nível superior do espaço do coro-alto.

– *Igreja do Bom Jesus*, Rabo de Peixe



Fig. 10.247 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.248 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A primeira igreja do Bom Jesus que houve em Rabo de Peixe foi destruída no terramoto de 1522. Por esse motivo, a função paroquial foi transferida para uma ermida mais afastada da costa e do núcleo central da povoação, enquanto não foi construída a nova igreja. Aquela ermida veio a dar lugar, a partir de 1830, à actual igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, paroquial de Calhetas.

Em 1560, foi edificada a nova igreja do Bom Jesus no actual lugar. Porém, nada mais se sabe até 1690, data de início do rol de despesas da Fazenda Real referentes à paroquial de Rabo de Peixe.

1690 – Capella Mór e sacristia……70$000
1732 – Armarios da d.ª……180$000
1734 – 1 sino……180$000
« – Arco da Capella Mór……104$000
«.. 1737 Entalhador da Capella Mór……104$000
« – Pedreiro da Capella Mór……245$200
1735 – Armarios da sacristia……180$000
« – Torre dos sinos, pedreiro……252$000
« – Retabolo……460$000
1750 – Ornamentos……99$000
« . – Carpina ultimo pagamento……92$000
« – Ornamentos……49$500
1758 – Pedreiro, á conta……50$000
« – Carpina……100$000
« – Pintura……100$000
« – Ornamentos……100$000[40]

[40] *Archivo dos Açores*, *Op. cit.*, vol. XII, p. 46.

Em 1690, a capela-mor e a sacristia foram intervencionadas ou reconstruídas. No entanto, pelas informações de 1734 supracitadas, a capela-mor parece ter sido reconstruída. Os itens relacionados com o arco triunfal, o pedreiro e o entalhador da capela-mor poderão ser comprovantes de uma reedificação. Salienta-se o facto, quanto ao entalhador, de estar indicado o intervalo temporal 1734-1737. Em 1735 foram executados o retábulo e o mobiliário da sacristia, bem como os trabalhos de pedreiro na torre sineira. Quanto ao corpo das naves, não existe qualquer menção acerca da sua construção, mas é provável que já estivesse pronto em 1750. Nesse ano, os itens indicados referem-se a ornamentos e ao último pagamento dos trabalhos de carpintaria (carpina). Porém, parece que foi feita uma última intervenção, em 1758, envolvendo trabalhos de pedreiro (*à conta*), carpintaria, pintura e ornamentos. Poderão ter estado relacionados com a erecção da frontaria.



Fig. 10.249 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja do Bom Jesus, paroquial de Rabo de Peixe, apresenta as três naves divididas em cinco tramos. As arcarias são bastante afastadas entre si, com a altura da nave central cerca do dobro da largura, o que só se torna possível em templos com grandes dimensões. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, assentes em pilares de secção quadrangular. Os pilares possuem embasamento e capitéis formados por troços de entablamentos. Os arcos elevam-se até cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias. Estas são rematadas por entablamentos, a partir dos quais se lança a falsa abóbada rebaixada, rebocada e pintada com motivos decorativos oitocentistas.



Fig. 10.250 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal, mais alto que as arcarias, é de arco de volta inteira, quase com a largura da nave central, repousando sobre altos pés-direitos com embasamento e capitéis formados por troços de entablamento. Acima do arco mostram-se as armas reais no centro de uma cartela emoldurada.

A capela-mor é profunda e tem duas janelas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes estão revestidas por painéis de azulejos e são rematadas por entablamentos dourados que ligam os do retábulo aos capitéis do arco triunfal, ainda que estes não se encontrem dourados. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, rebocada e pintada no século XIX.



Fig. 10.251 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.252 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): porta de acesso à sacristia.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Em posição colateral à capela-mor fica uma capela axial, no lado da Epístola, enquanto na nave do lado do Evangelho se ergue um altar. A capela colateral é acedida por um arco de volta completa, pousado em pés-direitos, bem mais baixo que as arcarias e quase com a largura da nave lateral. O arco encontra-se inserido numa composição de madeira entalhada, dourada e pintada, rematado por uma sanefa. No vão do arco foi instalada uma porta de madeira gradeada. A capela apresenta uma planta quadrangular, com uma janela na parede lateral externa e coberta por uma falsa abóbada de berço, de madeira estucada e pintada.

No lado do Evangelho, o altar colateral é definido por um arco de volta inteira, que se insere numa composição de madeira entalhada, semelhante à da capela do outro lado da igreja. Encostadas superiormente às sanefas ficam as janelas axiais das naves laterais, que se desenvolvem quase até aos tectos, rematadas por entablamentos.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira encontram-se portas laterais que acedem a dependências externas ao espaço litúrgico. São enquadradas por pilastras com embasamento elevado e rematadas por entablamentos de fole. Nos extremos do tramo seguinte levantam-se altares laterais, ao passo que, no tramo central, situam-se as portas travessas. No tramo sequente, o segundo a contar da entrada, também se erguem altares laterais nos extremos.

Ao longo das naves laterais existem quatro janelas de cada lado. Ficam num nível superior, alinhadas quer com os altares e portas travessas quer com os vãos das arcarias. Estas janelas quase se encostam ao entablamento que corre sobre as paredes laterais da igreja, simétrico ao que remata as paredes das arcarias. As naves laterais são cobertas por tectos de madeira de três esteiras rebocadas e pintadas.



Fig. 10.253 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva do baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada ficam as três portas da igreja, cada uma axial à respectiva nave. As arcarias mostram, neste tramo, dois arcos sobrepostos e aprumados, sendo o superior igual aos restantes arcos e tendo o inferior cerca de metade da altura, sustendo o coro-alto. No extremo do tramo, no lado do Evangelho, levanta-se um arco de volta inteira que acede à capela baptismal, um corpo externo adossado ao corpo das naves. No vão daquele arco foi instalada uma porta gradeada, de talha dourada e pintada. O baptistério tem planta quadrangular, um altar na parede frontal e uma janela lateral a par da fachada, sendo coberto por uma falsa abóbada de berço.



Fig. 10.254 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe (1690/1734-1758): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto cobre todo o tramo de entrada, sendo tripartido e comunicante pelas paredes das arcarias. Possui uma guarda de madeira rectilínea, interrompida pelas paredes das arcarias. Cada secção do coro-alto tem uma das três janelas da fachada. Na secção central existe, ainda, uma janela axial a um nível superior.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Lagoa



Fig. 10.255 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.256 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva de Nossa Senhora do Rosário, na Lagoa, foi erguida antes de 1543. Entre 1583-1586 serviu de matriz, aquando das obras na Matriz de Santa Cruz. Em 1593 foi criada a paróquia de Nossa Senhora do Rosário, a segunda freguesia urbana da Vila da Lagoa.

Em 1596 foi mandado fazer um baptistério, um campanário a sul da ermida e foram acrescentados 6 côvados à nave. Estas obras de conversão da ermida em igreja paroquial decorreram entre 1602 e 1637. Foram acabadas em 1625, ao passo que a frontaria e o lajeamento da igreja só ficaram concluídos em 1637. Em 1665, as obras da torre e do adro não estariam terminadas, pelo que foi ordenada a sua conclusão. Em 1671, ainda não tinham sido concluídas, apesar da aquisição, nesse ano, de um sino. Em 1675, a igreja era considerada pequena e estava em mau-estado. Veja-se, de seguida, um excerto das despesas da Fazenda Real com a igreja de Nossa Senhora do Rosário, desde o século XVII até ao meado do século XVIII.

1671 – 1 Sino.....74$000
1693 – Capella mór e sacristia.....93$000
1730-1732 – Idem, pedreiro.....438$400
« – Sinos.....448$000
« – Capella mór, douradura.....246$400
1731-1732 – Idem, entalhador.....440$000
1734 – Ornamentos, ultimo pagamento.....66$500[41]

[41] *Archivo dos Açores, Op. cit.,* vol. XII, pp. 42.

Em 1693 realizaram-se obras na capela-mor, que, pelos valores apresentados, devem ter sido de consolidação e reparação, mas não de reconstrução. Em 1726, a capela-mor encontrava-se quase em ruínas e a sacristia não tinha condições. A torre, que tinha sido iniciada mas nunca acabada, necessitava de ser aumentada 15 a 16 palmos, incluindo a construção do campanário.

As obras na igreja iniciaram-se em 1730, com a construção de uma nova capela-mor, como é patente nas despesas relativas aos anos 1730-1732. Em 1734, a despesa refere-se a ornamentos, na qual é explícito o facto de se tratar do último pagamento. Como tem sido corrente, não existe nenhuma menção à construção do corpo das naves, que poderia ter decorrido entre 1732 e 1734. Todavia, não foi o caso, já que em 1743, no seguimento de uma visitação, foi relatado o mau-estado de conservação do templo, bem como a falta da torre, tendo sido pedida uma nova igreja.

Em 1765, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida, para dar lugar ao actual templo. As obras de edificação decorreram entre 1767 e 1772, tendo sido necessária a demolição de algumas casas junto à igreja para se fazer o adro. Em 1782 compraram-se outras casas para serem demolidas, a fim de se prosseguir com a erecção da nova torre sineira, entre 1792 e 1796.



Fig. 10.257 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta, como é habitual, as três naves divididas por cinco tramos. As paredes das arcarias têm uma altura superior ao dobro da largura da nave central. As arcarias também são altas, constituídas por arcos de volta inteira que se sustêm em pilares de secção quadrangular, com capitéis formados por troços de entablamento. As arcarias são rematadas por cornijas, onde assenta a falsa abóbada de berço abatido que cobre a nave central.



Fig. 10.258 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.259 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): capelas colateral e lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é abatido e assenta em pés-direitos Toda a estrutura encontra-se revestida de madeira entalhada, pintada e dourada, com embasamento e capitéis formados por troços de entablamento, culminando nas armas reais emolduradas sobre o fecho do arco.

A capela-mor, tal como o arco triunfal, foram intervencionados num período posterior à sua construção. Trata-se de um espaço profundo, com duas janelas abertas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes mostram, acima dos cadeirais, painéis de azulejos, sobre os quais correm entablamentos que ligam o retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço levemente abatido, de madeira rebocada e pintada com um medalhão central emoldurado.

As naves laterais possuem capelas axiais que são colaterais à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta completa inseridos em tabelas de madeira entalhada, pintada e dourada, rematadas por cornijas. Jacentes nestas encontram-se janelas axiais. Nos extremos do tramo imediato à capela-mor abrem-se arcos de volta perfeita, menores que os das arcarias, que acedem a espaços laterais que comunicam com as sacristias.





Fig. 10.261 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.260 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No segundo tramo a contar da capela-mor levantam-se altares nas naves laterais. Nos extremos do tramo central situam-se as portas travessas, enquanto no tramo seguinte, o segundo a contar da entrada, erguem-se altares laterais. As naves laterais têm três janelas cada, para além das janelas axiais. Foram abertas nos extremos dos três tramos centrais, ao mesmo nível e com as mesmas dimensões das janelas axiais, centradas sobre os altares e as portas travessas. Acima daquelas janelas e sobre as arcarias correm as cornijas de remate das paredes das naves, a partir das quais se lançam as falsas abóbadas de berço abatido e rebaixado.



Fig. 10.262 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.263 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (1767-1772): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada, axiais às respectivas naves. No extremo do lado do Evangelho fica um arco de volta perfeita comunicante com o baptistério, que ocupa o nível térreo da torre sineira. Os arcos do tramo de entrada têm cerca de metade da altura das restantes arcarias por susterem as paredes fechadas do nível superior.

O coro-alto sobrepõe-se a todo o nível superior do tramo de entrada, embora tripartido pelas paredes das arcarias onde se rasgam as portas que permitem a comunicação entre as três secções do coro, protegido por uma guarda de madeira. Na parede da fachada existem três janelas aprumadas com as portas do nível térreo. Na secção central há mais uma janela, menor e a um nível superior. Todas aquelas janelas são axiais às respectivas naves.

– *Matriz de São Jorge*, Nordeste



Fig. 10.264 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): fachada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.265 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva de São Jorge foi fundada ainda no século XV. Com a criação do concelho do Nordeste, em 1514, aquele templo tornou-se na Matriz de São Jorge. O terramoto de 1522 também afectou o território do Nordeste, o qual destruiu a Matriz. Foi reedificada no decorrer do século XVI, sem que haja notícias específicas quanto a essas obras, pelo que pode ter perdurado até aos anos finais do século XVIII.

A saga da Matriz do Nordeste é longa, plena de medidas que jamais foram implementadas. Assim, em 1705, uma visitação informava o mau-estado geral da igreja, particularmente da torre sineira. A situação prosseguiu, tendo sido pedida uma finta sobre os fregueses que nunca foi lançada. Em 1731, outra visitação relatava:

> *Achei que esta igreja tinha várias falhas que já foram providas na visita passada, e que de presente andava o Rev. Vig. Na obrigação de fazer arrematar nova Capela maior, sacristia e armários e retábulo, que tudo andava já empregão, e que já se havia arrematado os consertos e reforma de alguns ornamentos de que a dita Igreja tem em falta, que recomendo ao Rev. Vig. faça na dita Igreja com a diligência possível*[42].

As poucas informações sobre a Matriz de São Jorge patentes no livro de despesas da Fazenda Real são relativas ao período entre 1731 e 1737.

> *1731 – Capella mór e sacristia, pedreiro, à conta.....135$333*
> *1732 – 1 Sino.....358$400*
> *1737 – Carpina.....492$000*[43]

[42] Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas micaelenses*, (Vila Franca do Campo, Tip. A Crença), 1949, p. 137.
[43] *Archivo dos Açores, Op. cit.*, vol. XII, p. 44.

Em 1735, os melhoramentos foram anotados aquando de nova visitação: “Tem a capela maior um retábulo novo, que Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido dar-lhe, e porque se acha por dourar, mando ao Ver. Vigário requeira a Sua Majestade, que Deus guarde, pelo seu Provedor da Fazenda, o douramento dele”[44]. Também foram apontados alguns consertos na sacristia ainda por acabar. No entanto, não é possível precisar se a nova capela-mor foi reerguida ou se terá sido alvo de uma grande reforma.

Em 1788, outra visitação anotava que “(...) o tecto da dita Igreja ameaçando uma tal ruína, pelo que se faz indispensável acudir-se-lhe sem perda de tempo, antes que se abata e seja mais custoso a sua reforma (...)”[45], tendo sido pedido o empenho de toda a comunidade através de esmolas e trabalho na obra. A partir daqui não se sabe bem o que aconteceu, mas deve ter havido uma discussão de ideias entre a construção de uma nova cobertura e a edificação de uma igreja nova. Ganhou a segunda, já que em 1796 foi inaugurada a actual Matriz de São Jorge.



Fig. 10.266 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de Nordeste temas três naves divididas por cinco tramos. As arcarias ascendem perto dos ¾ da altura das suas paredes, mostrando-se bastante altas. É por causa da grande altura que a percepção do afastamento das arcarias se dilui, não obstante a significativa largura da nave central. As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita que repousam sobre altos pilares de secção quadrangular e arestas concavadas. Os pilares possuem embasamento e são terminados por capitéis formados por troços de cornija. As paredes das arcarias são rematadas por cornijas, de onde se lançam os tectos de madeira de três esteiras que cobrem as três naves.

[44] Idem, *Ibidem*, p. 137.
[45] Idem, *Ibidem*, p. 138.



Fig. 10.267 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.268 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): capelas colateral e lateral do lado do Evangelho
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta completa, apoiando-se em pés direitos mais altos que os pilares das arcarias, quase tão largo quanto a nave central, todo em cantaria. A capela-mor é profunda e tem a mesma largura da nave central. Nas paredes laterais estão duas janelas junto do retábulo, sobre as quais correm cornijas que ligam as existentes no retábulo com os capitéis do arco triunfal. Acima daquelas cornijas arranca a falsa abóbada de berço, em madeira, que, em conjunto com as paredes laterais, se apresentam rebocadas e pintadas com motivos decorativos do século XIX.



Fig. 10.269 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.270 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais possuem capelas axiais, colaterais à capela-mor, que se abrem por arcos de volta inteira, um pouco menos largos que as naves. São sobrepujados por janelas quase encostadas às cornijas transversais dos topos das naves laterais.

As capelas colaterais têm plantas quadrangulares e uma janela lateral na parede externa, sendo cobertas por falsas abóbadas de berço. Nos extremos do tramo imediato à capela-mor ficam duas capelas laterais acedidas por arcos de volta perfeita. Possuem portas que comunicam com a sacristia e outras dependências externas ao espaço litúrgico. Também são cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do segundo tramo, a contar da cabeceira, estão altares laterais, enquanto que no tramo central se localizam as portas travessas. Cada nave lateral tem três janelas nos extremos dos três tramos centrais, quase encostadas às cornijas que correm sobre as paredes das arcarias.



Fig. 10.271 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.272 – Matriz de São Jorge, Nordeste (1796): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada, cada uma axial à sua nave. Os arcos deste tramo têm cerca de metade da altura por susterem o coro-alto. No extremo do lado do Evangelho fica o baptistério, acedido por um arco de volta perfeita gradeado, com uma janela na fachada e uma cobertura em falsa abóbada de berço. O baptistério ocupa o nível térreo de um corpo com dois níveis adossado à igreja pelo lado oposto à torre, tenuemente recuado em relação à frontaria. No extremo do lado da Epístola fica um arco de volta inteira cego, com uma porta que acede à torre sineira.

O coro-alto sobrepõe-se a todo o tramo de entrada, tripartido pelas paredes das arcarias que se estendem acima do par de arcos do nível térreo. Junto da fachada ficam as portas que permitem a comunicação entre as três secções do coro. Na parede da fachada abrem-se três janelas axiais a cada nave, aprumadas com as portas do nível térreo. Ainda há outra janela axial na secção central, num nível superior.

– *Igreja do Divino Espírito Santo*, Maia



Fig. 10.273 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.274 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja primitiva do Divino Espírito Santo, na Maia, já existia em 1522. Em 1537, o pedreiro Fernão Alvares recebeu 8$000 reis para a erecção de uma capela lateral[46]. Só volta a haver notícias da igreja da Maia no final do século XVIII. Em 1796, iniciou-se a edificação de uma nova igreja, de maiores dimensões, com o propósito de albergar um maior número de paroquianos. "Foi reconstruída em fins do século passado [XVIII], e em 15 de Outubro de 1812 dava o Cabido da Sé de Angra licença ao Ouvidor da Ribeira Grande para a benzer por estarem concluídas a Capela-mor e Capela do Sacramento"[47]. As obras da nova igreja terminaram em 1825.

A igreja do Divino Espírito Santo apresenta as três naves divididas por cinco tramos. A nave central é bastante alta, com as arcarias a elevarem-se a cerca de ¾ da altura das suas paredes. A nave central é relativamente larga, embora essa impressão seja contrariada pela sua grande altura. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, que repousam em pilares de secção quadrangular com as arestas chanfradas. Possuem embasamento e os capitéis são formados por troços de entablamento. Sobre as paredes das arcarias correm cornijas, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço muito abatido, de madeira rebocada e pintada de branco.

[46] Cf. *Archivo dos Açores, Op. cit.*, vol. IV, p. 111.
[47] Ernesto do Canto, "Noticia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. XII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 163.



Fig. 10.275 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.276 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta inteira, ligeiramente mais alto que as arcarias, encontrando-se totalmente revestido de madeira entalhada pintada de branco, dourado e com marmoreados. A capela-mor é profunda, com duas janelas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes são rematadas por entablamentos que ligam o retábulo aos capitéis do arco triunfal. A partir dali arranca a falsa abóbada de berço que cobre a capela-mor. Quer a falsa abóbada quer as paredes laterais encontram-se rebocadas e pintadas com diversos motivos decorativos oitocentistas.

As naves laterais variam no tratamento estético dado às capelas axiais, colaterais à capela-mor. Acedem-se através de arcos de volta inteira quase da mesma largura das naves laterais. Ambos os arcos estão revestidos de madeira entalhada, pintada e dourada, que, no lado do Evangelho, apresenta uma porta gradeada. As duas capelas têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas rematadas por entablamentos duplos que dão acesso às sacristias. No tramo seguinte, os extremos possuem altares e, no tramo central situam-se as portas travessas. Cada nave lateral tem quatro janelas no nível superior, excepto no tramo de entrada, sendo rematadas por cornijas, a partir das quais se lançam as falsas abóbadas de berço muito abatido que cobrem as três naves, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.277 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.278 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada tem arcos iguais aos outros das arcarias, segmentado a um nível superior pelo coro-alto. No nível térreo, para além das três portas da fachada que são axiais às naves, o tramo de entrada é definido por uns curtos muros azulejados, de cujos extremos sobem duas colunas de ferro que ajudam a suster o coro-alto.

No extremo do lado do Evangelho situa-se a capela baptismal. É precedida por um arco de volta perfeita que acede a um espaço adossado ao corpo das naves. O baptistério possui planta quadrangular e tem uma janela na fachada. É coberto por uma falsa abóbada de berço, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.279 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia (1796-1825): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto é tripartido pelas arcarias. A comunicação entre as secções faz-se através da parte superior dos arcos. Possui uma guarda de balaustres em madeira pintada de branco: nas secções laterais, a guarda é recta; na central descreve uma curva saliente. Na parede da fachada situam-se as três janelas da fachada, uma por secção, axiais às naves e aprumadas com as portas do nível térreo. Na secção central há um vão superior aprumado com a janela, que foi preenchido com o relógio da igreja.

– *Igreja de Nossa Senhora da Apresentação*, Capelas



Fig. 10.280 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): frontaria (sécs. XVIII-XIX).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.281 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, nas Capelas, foi criada em 1592 por proposta do bispo de Angra, D. Manoel de Gouveia, instalando-se na ermida de Santa Bárbara, no lugar dos Poços[48]. Em 1606, por carta régia foi ordenado ao Juiz de Fora que lançasse uma finta de 390$000 reis pelos fregueses e proprietários das Capelas, para a construção de uma igreja que substituísse a pequena ermida referida como *um oratório de palha*[49]. Em 1617, El-rei ordenou que se consultasse o Conselho da Fazenda para saber se havia dinheiro para o retábulo e outras obras da igreja das Capelas[50].

> *Em 25 de Agosto de 1617 foi baptizada uma criança de nome Antonio, filha do Licenciado Ruy Pereira do Amaral pelo Vigário Francisco Tavares, na Igreja Velha das Capelas,* com tecto de palha em um alguidar vermelho*, segundo diz o dito Licenciado em um seu assento. Em 1633 o mesmo Licenciado requeria que lhe fosse vendido o chão da* igreja velha *cheio de silvas e encravado em propriedade sua*[51]*.*

Em 1617, a paroquial ainda estava na *igreja velha* [ermida], asseverado pelo *tecto de palha*. Com a venda do *chão da igreja velha* em 1633, deduz-se que a nova igreja já estaria acabada. A igreja foi reedificada entre 1733 e 1739.

> *1737 – Capella Mor, entalhador.....332$000*
> *1733-1738 – Dita, pedreiro.....532$000*
> *1739 – Sino.....232$000*[52]

[48] Cf. *Archivo dos Açores*, vol. IV, *Op. cit.*, p.187.
[49] Cf. *Archivo dos Açores*, vol. VIII, *Op. cit.*, p.166.
[50] Cf. *Archivo dos Açores*, vol. V, *Op. cit.*, p.275.
[51] Ernesto do Canto, *Op. cit*, p. 137.
[52] *Archivo dos Açores*, vol. XII, *Op. cit.*, p.47.

Embora as informações se refiram só à capela-mor e ao sino, o corpo das naves e a fachada devem ter sido construídos/reconstruídos naqueles anos. Mais tarde, na transição para o século XIX, a fachada foi alvo de uma reforma. Já no século XX, a torre sineira foi reconstruída, tendo sido coroada por um coruchéu oitavado, algo raro de se ver em São Miguel, ainda que esteja encoberto pelo mostrador do relógio.



Fig. 10.282 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.283 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas, (1733-1739): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja das Capelas não difere das igrejas anteriores, com três naves divididas por cinco tramos, a nave central alta e com as arcarias a se erguerem a cerca de ¾ da altura das suas paredes. As arcarias não são muito afastadas entre si, sendo compostas por arcos de volta perfeita que pousam em pilares de secção quadrangular, com as arestas levemente chanfradas. Os capitéis são formados por troços de entablamento. Sobre as paredes das arcarias correm largos entablamentos, a partir dos quais se lança a falsa abóbada de berço muito rebaixado, de madeira rebocada e pintada de branco.

As naves laterais possuem capelas axiais, colaterais à capela-mor. Acede-se-lhes através de arcos de volta inteira. Ambos os arcos estão inseridos em tabelas, revestidos de madeira entalhada, pintada e dourada, sendo encimados por pequenos óculos cegos. No arco do lado da Epístola fica uma porta gradeada. As duas capelas têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se portas rematadas por entablamentos. No tramo seguinte, os extremos têm altares laterais, enquanto que, no

tramo central, ficam as portas travessas. Cada nave lateral possui quatro janelas situadas nos extremos de todos os tramos, excepto no de entrada. As paredes laterais e as das arcarias são corridas por cornijas, donde se lançam as falsas abóbadas de berço muito rebaixado, de madeira pintada de branco.

Os arcos do tramo de entrada são segmentados pelo coro-alto. No nível térreo, as três portas da fachada são axiais às naves. No extremo do lado da Epístola fica uma porta que comunica com a torre sineira.



Fig. 10.284 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.285 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas (1733-1739): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto sobrepõe-se a todo o tramo de entrada, encontrando-se tripartido pelas arcarias. A comunicação entre as secções faz-se pelo nível superior dos arcos. Na parede da fachada abre-se uma janela por secção, axial à respectiva nave e aprumada com a porta do nível térreo. Na secção central ainda existe uma janela superior menor, igualmente aprumada. O coro alto é rematado por uma balaustrada de madeira recta.

– *Igreja de São Salvador do Mundo*, Ribeirinha



Fig. 10.286 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.287 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva de São Salvador do Mundo, na Ribeirinha, foi fundada no século XVI. O lugar tornou-se curato em 1674, funcionando sempre na mesma ermida. A partir de 1826, começaram as movimentações para a edificação de uma nova igreja noutro local. A campanha de obras teve início em 1830 e concluiu-se em 1861, com a erecção da frontaria. A Ribeirinha foi elevada a freguesia em 1948.



Fig. 10.288 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja da Ribeirinha tem as três naves divididas por cinco tramos. As paredes das arcarias mostram um certo afastamento entre si, que se esbate na enorme altura

atingida, mais de ¾ da altura das paredes das arcarias. São constituídas por arcos de volta inteira que repousam em altos pilares de secção quadrangular, com embasamento, arestas concavadas e capitéis formados por troços de cornijas. Sobre aquelas paredes correm largas cornijas pintadas de branco, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço muito rebaixado.



Fig. 10.289 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.290 – Igreja de S. Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela colateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é muito alto, mais que as arcarias, com quase a largura da nave central. É de volta inteira, assente em pés-direitos com embasamento. Encontra-se totalmente revestido de madeira entalhada, pintada com marmoreados e dourados, encimado por uma cornija contracurvada quebrada.

A capela-mor é profunda, mas é a altura que impressiona. Sugere tratar-se de um espaço estreito, o que não corresponde à verdade, já que a capela-mor tem a mesma largura da nave central. No entanto, a relação altura/largura daquele espaço é de cerca de 2/1, o que o torna singular tanto em São Miguel quanto nos Açores. As paredes laterais estão revestidas por painéis de azulejos oitocentistas acima dos cadeirais, com duas janelas situadas junto do retábulo. Acima correm os entablamentos dourados que rematam aquelas paredes, ligando o retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma abóbada de berço, de madeira rebocada e pintada com diversos motivos decorativos.

As naves laterais possuem capelas axiais, colaterais à capela-mor. São acedidas por arcos de volta perfeita assentes em pés direitos. Se, no lado do Evangelho, o arco foi pintado com marmoreados, no lado da Epístola mostra uma porta gradeada dourada. As duas capelas têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço, ainda que o tratamento estético das paredes laterais difira: no lado do Evangelho, há uma composição de vários motivos decorativos com marmoreados; no lado da Epístola a composição apresenta motivos decorativos, pintados e dourados.



Fig. 10.291 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): capela lateral do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.292 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se capelas laterais, às quais se acede através de arcos de volta perfeita ligeiramente rebaixados. Têm planta quadrangular, com os altares ladeados por pequenas janelas formadas por arcos apontados. São cobertas por falsas abóbadas de berço levemente rebaixado.

Nos extremos do tramo seguinte encontram-se altares laterais, peculiares pela sua simplicidade – nichos delimitados por cantaria, com as imagens sobre mísulas. No tramo central ficam as portas travessas. Cada nave lateral possui quatro janelas nos extremos de todos os tramos excepto no de entrada. Sobre as paredes laterais e as arcarias correm as cornijas, a partir das quais se lançam falsas abóbadas de berço muito rebaixado, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.293 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.294 – Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha (1830-1861): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada é formado por arcos da mesma amplitude que os das arcarias, mas subdivididos por dois pisos: os arcos do nível térreo que sustentam o coro-alto, inscritos nos arcos das arcarias. No nível térreo, as três portas da fachada abrem-se axiais às naves. No extremo do lado da Epístola situa-se uma porta que comunica com a torre sineira.

O coro-alto atravessa todo o tramo de entrada. Encontra-se tripartido pelas paredes das arcarias e a intercomunicação entre secções faz-se através dos arcos ali presentes. Na parede da fachada abrem-se três janelas axiais às respectivas naves e aprumadas com as portas do nível térreo. Na nave central existe uma janela superior, um pouco menor e aprumada com a janela inferior.

– *Igreja dos Santos Reis Magos*, Fenais da Ajuda



Fig. 10.295 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.296 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva dos Santos Reis Magos, nos Fenais da Ajuda, foi fundada em torno do ano 1500. Em 1541 foi criada a paróquia, que se estabeleceu na dita ermida. Em 1598, foi destinada uma verba à construção de uma igreja devido à pequenez da ermida. O novo templo deve ter sido erguido nas primeiras décadas do século XVII. Em 1665, regista-se uma verba da fábrica da igreja para obras. A partir daí, veja-se a lista de despesas da Fazenda Real com a igreja dos Fenais da Ajuda:

1671 – 1 Sino.....76$800
1728 – Entalhador.....173$000
« – 2 Sinos, à conta.....132$000
1730 – Retabolo.....332$000
1732 – Ornamentos.....120$000
« – Torre, pedreiro.....80$000
1755 – Idem.....30$000[53]

Externa à lista supra citada há a informação que o corpo da igreja foi provavelmente edificado em 1731[54]. Em 1732 ornamentou-se a igreja e deu-se início à erecção da torre, concluída em 1755.

Em 1832, deu-se início à reedificação da igreja dos Santos Reis Magos. As obras duraram até 1843, quando o templo foi benzido. Durante a campanha de obras, as funções paroquiais foram desempenhadas pela ermida de Nossa Senhora da Ajuda.

[53] *Archivo dos Açores*, vol. XII, *Op. cit.*, p. 45.
[54] Cf. José de Torres, *Ensaios*, Ponta Delgada, Typ.de Castilho, 1849-1854, pp. 56-57.



Fig. 10.297 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja dos Fenais da Ajuda tem as três naves divididas em cinco tramos. A nave central é bastante alta, com as arcarias a elevarem-se a mais de ¾ da altura das suas paredes. As arcarias afastam-se entre si, originando uma nave central com alguma largura, ainda que essa impressão seja diluída pela grande altura do espaço interno. São compostas por arcos de volta perfeita, assentes em pilares de secção quadrangular com as arestas chanfradas e os capitéis formados por troços de entablamento. Sobre as paredes das arcarias correm cornijas, a partir das quais arranca a falsa abóbada de berço muito abatido, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.298 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.299 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O arco triunfal é de volta inteira, ligeiramente mais alto que as arcarias. Encontra-se totalmente revestido de madeira entalhada, pintada e dourada. A capela-mor é profunda, com janelas nas paredes laterais, junto do retábulo. Aquelas paredes são rematadas por entablamentos pintados de vermelho, branco e dourado, a ligar o retábulo aos capitéis do arco triunfal. A partir dali lança-se a falsa abóbada de berço que cobre a capela-mor, que se encontra rebocada e pintada de branco.

As capelas colaterais, axiais às naves laterais, são acedidas por arcos de volta perfeita, assentes em pés direitos quase com a largura das naves laterais. Ambos os arcos estão revestidos de madeira entalhada, pintada e dourada. Aprumadas com aqueles arcos estão janelas, num nível superior, quase encostadas aos tectos. As duas capelas têm planta quadrangular, com janelas nas paredes externas, e são cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do tramo imediato à cabeceira situam-se capelas laterais. Abrem-se por arcos de volta inteira, têm planta quadrangular e portas laterais que comunicam com as sacristias. São cobertas por falsas abóbadas de berço. No tramo seguinte, os extremos estão ocupados por altares laterais, enquanto nos extremos do tramo central ficam as portas travessas. Cada nave lateral possui quatro janelas num nível superior, nos extremos de todos os tramos, excepto no de entrada. As paredes laterais e as arcarias são rematadas por cornijas, a partir das quais se lançam as falsas abóbadas de berço muito abatido, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.300 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O tramo de entrada possui arcos iguais às restantes arcarias, segmentados pelo coro-alto. No nível térreo ficam as três portas da fachada que são axiais às naves. No extremo do lado do Evangelho situa-se a capela baptismal. Trata-se de um espaço

pertencente a um corpo adossado ao corpo das naves, com planta quadrangular, acessível por um arco de volta inteira e com uma janela a par da fachada. É coberto por uma falsa abóbada de berço, de madeira pintada de branco.



Fig. 10.301 – Igreja dos Santos Reis Magos, Fenais da Ajuda (1832-1843): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto é tripartido pelas paredes das arcarias, que devido à altura dos vãos permite a comunicação entre as secções. Possui uma guarda de balaustres que, nas naves laterais, o remate é recto, enquanto na nave central é mistilíneo, descrevendo uma curva ao centro. Na parede da fachada existem três janelas axiais às naves e aprumadas com as portas do nível térreo. Na nave central existe ainda uma janela superior quase com as mesmas dimensões da janela inferior.

10.4. As igrejas de três naves de São Miguel com as arcarias assentes em colunas – séculos XIX-XX



Fig. 10.302 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.303 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Lomba da Pedreira (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.304 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.305 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.306 – Igreja de N.ª S.ª Penha de França, Água Retorta (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.307 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.308 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Achadinha (1830/ ref. 1882): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.309 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.310 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A construção, em 1830, da igreja de São Pedro da Ribeira Seca, à saída da vila da Ribeira Grande, reapresentou o uso de colunas nas arcarias, algo que não era visto, nos Açores, desde o final do século XVI. Apenas as igrejas quinhentistas as possuíam e, em São Miguel, existem quatro que certamente influenciaram o retorno das colunas às arcarias, numa atitude que se insere nos revivalismos que marcaram o século XIX.

A solução apresentada na Ribeira Seca teve continuidade num grupo de igrejas micaelenses edificadas a partir da década de 1860 e até ao final da década de 1910. Trata-se das igrejas de Santana (Nordeste), da Lomba da Pedreira (Nordeste), São Brás (Ribeira Grande), Água Retorta (Povoação), Lomba da Maia (Ribeira Grande), Achadinha (Nordeste), Nordestinho (Nordeste) e Lomba da Fazenda (Nordeste). Apresentam dimensões variadas, desde as pequenas às grandes passando pelas medianas. A principal diferença entre este conjunto de igrejas e o templo da Ribeira Seca reside nos intradorsos dos arcos das arcarias. Se, na Ribeira Seca, possuem um intradorso com perfil recto, em todas as outras igrejas apresentam-no boleado, perfilado com a forma cilíndrica dos fustes das colunas, como acontece nas igrejas quinhentistas de São Miguel.

10.4.1. Análise das igrejas de três naves micaelenses com arcarias assentes em colunas – séculos XIX-XX

As igrejas de três naves micaelenses com as arcarias constituídas por arcos assentes em colunas constituem um retorno às origens do tipo, nos Açores, ainda que num contexto histórico muito diferente.

> *A disposição interna destas* (...) *igrejas nordestenses é, no essencial, a mesma, como se fizessem parte de uma série, com as três naves separadas por arcadas de cinco arcos de volta inteira (à excepção da paroquial da Lomba da Fazenda que tem seis arcos como a Matriz da Ribeira Grande). Só uma mudança é verdadeiramente significativa: enquanto nas duas igrejas reconstruídas ainda no século XVIII (Achada e Matriz de São Jorge), os arcos de volta inteira, lisos (quanto muito com as arestas chanfradas), assentam em pilares de secção quadrada* (...), *todas as outras* (...) *reconstruídas na segunda metade do século XIX ou em inícios do século XX, têm os arcos de volta inteira boleados e assentes em colunas ou pilares cilíndricos*[1].

Estas igrejas, que apresentam outras dimensões, no geral, maiores, têm de ser analisadas em duas frentes: por um lado, são descendentes das igrejas de três naves dos séculos XVIII-XIX, com as arcarias sobre pilares; por outro, os movimentos de gosto revivalista que se fizeram sentir na segunda metade do século XIX podem ter facilitado o uso das colunas por estarem presentes nas igrejas quinhentistas de São Miguel. Estruturalmente, as igrejas de três naves com colunas do século XIX não se distinguem das que têm pilares. Trata-se de uma permuta que não influi na concepção do espaço interno. No entanto, as colunas destas igrejas são mais altas que as das igrejas quinhentistas, tal como as naves laterais, proporcionando amplos vãos nas arcarias.

> *Mas estas igrejas de série revelam ainda maior uniformidade na concepção do espaço interno. Raras são a que não têm três naves com tectos de madeira de três esteiras ou imitando abóbadas* (...). *A sua utilização dois e três séculos depois só se compreende pelo prestígio dos modelos intermediários: a Igreja Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada, cuja organização interna corresponde ainda a uma concepção da primeira metade de quinhentos; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande, reconstruída segundo o mesmo tipo de espaço de três naves (que já seria o seu antes da reconstrução) embora "actualizado" pela influência da* arquitectura chã[2].

Deste grupo de igrejas, a única a apresentar elementos neogóticos é a igreja de São Brás, claramente, a mais revivalista. Para além de possuir apenas três largos tramos, tem muitos vãos definidos por arcos quebrados, sejam portas ou janelas, sejam ainda os arcos que se abrem nos dois níveis da fachada interna do tramo da frontaria.

---

[1] João Vieira Caldas, "Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste", in Paulo Vilela Raimundo (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Nordeste, São Miguel*, [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal do Nordeste, 2011, p. 31.
[2] Idem, *Ibidem*, p. 34.

Não obstante e apesar das diferentes formas, aqueles vãos foram abertos segundo o mesmo posicionamento das igrejas precedentes, assimilado durante séculos pela sua funcionalidade – uma substituição das formas. Neste sentido, lembra a Matriz das Lajes do Pico, não obstante esta possuir altas arcarias compostas por arcos apontados assentes em pilares, combinação única no arquipélago.

> *Já é outro o espírito subjacente às escolhas formais presentes no desenho das igrejas (re) construídas na segunda metade do século XIX e no século XX. As concluídas neste último século, as paroquiais de Santo António de Nordestinho e da Lomba da Fazenda, seguem um figurino essencialmente neogótico caldeado por um classicismo quase renascentista, ambos os estilos enquadráveis nas preferências revivalistas açorianas*[3].

As capelas-mores continuaram a ser erigidas com grandes dimensões, sempre profundas, afirmando-se a estandardização daqueles espaços, já mencionada nas conclusões das igrejas de três naves dos séculos XVIII-XIX. De todas, a que mais se destaca é a da igreja da Achadinha. Por ser da igreja anterior, preservada aquando das obras de ampliação da igreja, nos finais do século XVIII, é a única cujo arco triunfal é ligeiramente mais baixo que as arcarias. Também na largura é bastante menor que a nave central, em contraponto aos arcos triunfais das restantes igrejas do grupo.

Dos nove exemplares deste conjunto de igrejas com as arcarias assentes em colunas, sete possuem um coro-alto instalado nos arcos do tramo de entrada, uma tem-no coincidente com o tramo da frontaria (São Brás) e outra simplesmente não o detém (Água Retorta). A solução que tripartia o espaço do coro-alto com paredes de alvenaria não foi utilizada nestas igrejas da segunda metade do século XIX, na sequência do que já vinha a acontecer nas igrejas de três naves de grandes dimensões.

[3] Idem, *Ibidem*, p. 35.

– *Igreja de São Pedro*, Ribeira Seca



Fig. 10.311 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.312 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Não se sabe quando a primitiva ermida de São Pedro terá sido fundada, mas poderá tê-lo sido ainda no século XV. Com a erupção do vulcão do Fogo, em 1563, uma torrente de lava destruiu-a, assim como várias casas que a rodeavam. Foi reconstruída em local próximo, já existindo aquando da criação da paróquia da Ribeira Seca, em 1575, confirmada no ano seguinte.

Em 1642, foram concedidos 50$000 reis, extra côngruas, à paróquia de São Pedro, com intuito de prover a igreja de ornamentos e alguns paramentos[4]. No século XVIII, foram várias as intervenções na igreja quinhentista.

1702 – Carpina da sacristia.....35$000
« – Pedreiro.....60$000
1712 – Ferragem do sino.....14$000
1730 – Entalhador; Capella Mor.....600$000
1738 – Ornamentos.....136$400
1739 – Sino.....84$000[5]

Segundo as informações supra citadas, a igreja não sofreu obras estruturais na primeira metade de Setecentos. Os principais montantes referem-se à encomenda e instalação de um novo retábulo, em 1730, seguida da ornamentação do templo, em 1738. Desta forma, o edifício do século XVI perdurou, atravessando todo o século XVIII.

[4] Cf. Ernesto do Canto, "Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. LVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 197.
[5] "Despezas Feitas pela Fazenda Real nas egrejas das Freguezias da ilha de S. Miguel de 1631 a 1775", in *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, p. 46.

No decorrer do primeiro quartel do século XIX, com o aumento da população ilhoa, a igreja quinhentista da Ribeira Seca mostrava-se em mau estado e demasiado pequena para uma comunidade em crescimento. Após a decisão de se construir um novo templo, as obras de edificação da actual igreja de São Pedro começaram em 1830.



Fig. 10.313 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja da Ribeira Seca apresenta as três naves segmentadas por arcadas de cinco tramos. Trata-se de uma igreja de grandes dimensões, ainda que não seja tão alta quanto outras congéneres. Porém, a noção da altura acaba por se diluir devido ao grande afastamento das arcarias. Por sua vez, a grande largura da nave central também se esbate face à existência de naves laterais bem amplas. As três naves são cobertas por tectos de madeira com três esteiras.

As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, sustidos por colunas com embasamento e capitéis de secção circular. Os intradorsos dos arcos mostram um perfil recto. Os arcos são amplos, erguendo-se a cerca de 4/5 da altura das paredes das arcarias, o que permite uma grande comunhão entre as três naves. No que respeita à espacialidade interna, as naves laterais desta igreja não são espaços tão secundários, vindo na continuidade do que já foi analisado nas igrejas micaelenses de grandes dimensões – o aumento das dimensões dos templos origina espaços maiores. A parte superior de alvenaria dos planos das arcarias é curta o suficiente para não influir sobremaneira na fluidez do espaço interno.

A capela-mor abre-se através de um alto e largo arco triunfal de volta inteira, mais alto que as arcarias. Possui um intradorso de perfil recto e pés-direitos de fina espessura. Envolvendo o extradorso do arco triunfal, encontram-se cinco altos-relevos com formatos irregulares, em que o central possui uma forma floral.



Fig. 10.314 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor é profunda, com uma janela em cada parede lateral, junto ao retábulo. Estas paredes são rematadas por largas cornijas, ligando os entablamentos presentes no retábulo aos capitéis/cornijas do arco triunfal. O espaço da capela é coberto por uma falsa abóbada de berço, de madeira pintada com motivos decorativos que formam molduras e um motivo floral central.



Fig. 10.315 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.316 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A constituição das naves laterais difere: no lado do Evangelho ergue-se um altar axial, envolvido numa moldura de remate rectilíneo. No lado da Epístola situa-se uma capela axial, cujo espaço é colateral à capela-mor. O arco de entrada encontra-se

inserido numa composição de madeira entalhada e dourada, com remate recto, coroado, ao centro, por motivos em alto-relevo dourados e, nos extremos, por fogaréus.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor ficam portas, rematadas por entablamentos duplos, que comunicam com as sacristias e demais dependências externas da igreja. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se altares laterais, inseridos em molduras de madeira entalhada e dourada com remate rectilíneo. Nos extremos do tramo central situam-se as portas travessas, com molduras simples de cantaria. No tramo que se segue, o segundo a contar da entrada, erguem-se outros dois altares laterais nos extremos, emoldurados por talha dourada, também com remate rectilíneo.

As naves laterais são iluminadas por quatro pares de janelas situadas no cimo das paredes laterais, alinhadas com as arcarias nos extremos dos tramos menos no de entrada.



Fig. 10.317 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca (1830): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No nível térreo do tramo de entrada ficam as três portas da fachada, axiais às respectivas naves. As arcarias prolongam-se sobre aquele tramo com arcos iguais aos restantes, embora subdivididos já que, no piso térreo, foram preenchidos por arcos abatidos que sustêm o coro-alto. Os extremos do tramo de entrada têm portas: a do lado do Evangelho comunica com o baptistério; a do outro lado acede ao coro-alto e à torre.

O coro-alto é tripartido pelos planos das arcarias, cuja intercomunicação das partes se faz pela parte superior dos arcos. Atravessa o tramo de entrada, avançando na nave central por causa do remate contracurvado. Na parede do fundo abrem-se, ao nível do coro-alto, três janelas de iguais dimensões centradas e axiais às naves. Na parte central do coro ainda existe uma outra janela axial, encostada superiormente ao tecto da nave central, que se abre aprumada com a janela inferior.

– *Igreja de Nossa Senhora da Luz*, Lomba da Pedreira



Fig. 10.318 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.319 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Não se sabe quando foi fundada a ermida primitiva de Nossa Senhora da Luz. O povoamento da Lomba da Pedreira efectivou-se tarde, entre os séculos XVII e XVIII. Com a fixação de alguns habitantes, foi erguida a ermida primitiva. Em 1861, com o aumento populacional, foi pedido ao bispo de Angra o estabelecimento de um sacrário na ermida, já que se distanciava em vários quilómetros da Matriz do Nordeste. O pedido foi concedido naquele mesmo ano, sendo também motivo para que se decidisse a construção de uma igreja maior. Apesar de não haver registos sobre aquelas obras, existe uma cartela com a data «1872» na fachada, indicativa do início ou término das obras da igreja. A torre só foi levantada em 1903[6].



Fig. 10.320 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[6] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, II vol., Vila Franca do Campo, Tipografia "A Crença", 1949, pp. 142-147.

A igreja da Lomba da Pedreira tem as três naves divididas por arcarias de cinco tramos. É um templo de pequenas, mas equilibradas dimensões. As arcarias são compostas por arcos de volta perfeita, suportadas por colunas com embasamento e capitéis de secção circular. Os intradorsos dos arcos são boleados, de secção semicircular, como um prolongamento superior das colunas. Os vãos dos arcos são baixos, atingindo cerca de 3/4 da altura dos planos das arcarias, o que permite uma boa fluência entre os espaços das naves. A rematar as paredes das arcarias estão cornijas nas quais se apoia o tecto de madeira de três esteiras que cobre a nave central.



Fig. 10.321 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal abatido, mais alto que as arcarias e quase com a largura da nave central. O arco apoia-se em pés-direitos de secção semicircular, como colunas embebidas nas paredes. A capela-mor é profunda, com duas janelas estreitas nas paredes laterais, junto ao retábulo. Aquelas são rematadas por cornijas que ligam os retábulos do altar-mor aos capitéis do arco triunfal, ainda que os elementos não tenham o mesmo tratamento estético – a decoração da capela não é unitária. Sobre as cornijas arranca a falsa abóbada de berço abatido, pintada com um medalhão elíptico central e um friso vegetalista que emoldura os extremos da abóbada.

As naves laterais possuem capelas axiais colateralmente à capela-mor. Têm planta quadrangular e são cobertas por falsas abóbadas de berço, acessíveis por arcos de volta completa assentes em pés-direitos, quase com a largura das naves laterais.



Fig. 10.322 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.323 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor abre-se uma porta, do lado do Evangelho, que comunica com a sacristia. Num nível superior existem janelas em ambos os lados. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se os altares laterais, tendo actualmente dois nichos em forma de arco de volta inteira: um interior, menor, inserido num outro maior, ambos com moldura em cantaria. Nos extremos do tramo central ficam as portas travessas encimadas por janelas. As naves laterais são cobertas por tectos de madeira de três esteiras.



Fig. 10.324 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.325 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, Lomba da Pedreira (1872): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada fica a única porta axial da igreja, enquanto nas naves laterais se abrem janelas axiais. Nos extremos do tramo fica uma porta no lado da Epístola, que acede ao coro-alto e à torre. Esta igreja não possui baptistério.

O coro-alto atravessa o tramo de entrada, encontrando-se instalado entre os arcos das arcarias ali presentes que o tripartem. Tem uma guarda rectilínea e uma única janela axial na secção central, encostada à esteira central do tecto de madeira.

– *Igreja de Santa Ana*, Santana



Fig. 10.326 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.327 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva de Santa Ana foi fundada antes de 1583. No caso, era mesmo uma ermida, erguida num ermo afastado dos povoados. Veio a tornar-se no móbil para o assentamento da população e consequente criação da povoação.

Em 1867, a ermida encontrava-se em mau estado e era considerada pequena para servir a comunidade. Em 1869, deu-se início às obras de edificação da actual igreja. A torre foi erecta no final do século XIX[7].

A igreja de Santana apresenta as três naves divididas por arcarias de cinco tramos. Trata-se de um templo de modestas dimensões, ainda que tire partido das proporções que parecem ampliar-lhe o espaço, fruto da ilusão criada. A nave central não possui grande largura entre as arcarias, enquanto as naves laterais são claramente acanhadas.

As arcarias são constituídas por arcos de volta inteira, sustentados por colunas com embasamento e capitéis de secção circular. Os intradorsos dos arcos são trifacetados, com as arestas boleadas. Os vãos dos arcos não são largos, tendo uma altura mediana-baixa que atinge cerca de 4/5 da altura das paredes das arcarias, possibilitando uma boa unificação dos espaços das três naves. Assim, a parte superior de alvenaria daquelas paredes não tem expressão bastante para interferir na fluência do espaço interno. As paredes das arcarias são rematadas por cornijas nas quais assenta o tecto de madeira, de três esteiras, que cobre a nave central.

[7] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *Op. cit.*, pp. 233-242.



Fig. 10.328 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco de volta perfeita mais alto que as arcarias. Apoia-se em capitéis que rematam os pés-direitos que têm secção semicircular como se fossem colunas embebidas nas paredes. A largura do vão do arco triunfal tem quase a largura da nave central. A capela-mor tem alguma profundidade, com janelas abertas nas paredes laterais, junto ao retábulo. As paredes são rematadas por cornijas boleadas que ligam as presentes no retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada com diversos medalhões de molduras irregulares, porém, simétricas entre si.



Fig. 10.329 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.330 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais são acentuadamente exíguas. A pouca largura, quando combinada com a altura das naves – que não é muita – origina espaços que recordam igrejas de maiores dimensões. É a diferença de escala que afecta a apreensão correcta do espaço, ao criar uma ilusão dimensional. As capelas axiais, que se desenvolvem colateralmente à capela-mor, abrem-se através de arcos de volta completa que se encontram inteiramente revestidos de madeira entalhada e dourada, inseridos numa composição coroada por motivos vegetalistas.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor situa-se, no lado do Evangelho, a porta de acesso à sacristia, encimada por uma grande janela, enquanto no lado da Epístola somente existe a grande janela superior. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se os altares laterais, cujos retábulos têm um remate semicircular. Nos extremos do tramo central localizam-se as portas laterais da igreja, encimadas por grandes janelas. As naves laterais são também cobertas por tectos de madeira, com três esteiras.



Fig. 10.331 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.332 – Igreja de Santa Ana, Santana (1869): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situa-se, na nave central, a única porta axial da igreja, enquanto nas laterais abrem-se janelas na mesma posição. Nos extremos do tramo existem duas portas: a do lado da Epístola acede ao coro-alto e à torre; a do outro lado comunica com o baptistério.

O coro-alto atravessa todo o tramo de entrada. Foi instalado entre os arcos das arcarias ali presentes, que o tripartem. Possui uma guarda rectilínea e uma única janela axial, na nave central, aberta a um nível superior.

– *Igreja de São Brás*, São Brás



Fig. 10.333 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.334 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida primitiva de São Brás foi fundada antes de 1522. O lugar pertencia à paróquia de Porto Formoso, tendo, no decorrer do tempo, ganho habitantes que formaram o povoado denominado pelo orago da ermida.

Em 1696, encontrar-se-ia bastante arruinada. Porém, o início do processo para a construção de uma nova igreja (a actual) só aconteceu em 1866. As obras avançaram na década seguinte: "Igreja edificada em terrenos dados pelo falecido Conde da Fonte Bela, conforme plano elaborado por Frederico Augusto Serpa em 1874"[8]. Concluíram-se em 1886, data que está inscrita sobre o portal. As torres só foram edificadas em 1961.

A igreja de São Brás é o resultado da actualização, na segunda metade do século XIX, do tipo de igrejas de três naves, quiçá, a última actualização feita ao espaço interno antes de deixarem de ser construídas.

Apresenta as três naves divididas por arcarias de apenas três tramos, para além do vestíbulo – que corresponde ao tramo criado pela frontaria adossada ao corpo da igreja –, que se apresentam bem mais largos que o habitual. Tal reflecte-se nas arcarias, com amplos arcos de volta inteira, de altura mediana e de secção semicircular, que assentam em colunas com capitéis de secção circular com os intradorsos boleados. Os arcos ascendem a cerca de 5/6 da altura das paredes das arcarias, sendo estas rematadas por cornijas. As naves são cobertas por tectos de madeira de três esteiras.

[8] Ernesto do Canto, *Op.cit.*, p. 241.



Fig. 10.335 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se por um arco de volta perfeita, mais alto e estreito que os das arcarias mas quase da largura da nave central, com pés-direitos e arco delimitados por finos colunelos. Os capitéis são compostos por troços de entablamento boleados.

A capela-mor tem alguma profundidade, com janelas de remate semicircular nas paredes laterais, junto do retábulo. Estas paredes são rematadas por cornijas que ligam as presentes no retábulo aos capitéis do arco triunfal. É coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada com medalhões de moldura irregular, ainda que simétricas entre si.



Fig. 10.336 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.337 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais têm altares axiais de madeira entalhada, situados em posição colateral à capela-mor, não possuindo capelas ou altares laterais. Como tal, no tramo imediato à capela-mor estão, nos extremos, portas rematadas por arcos apontados que comunicam com as sacristias. No tramo central ficam as portas travessas, também com a forma de arco apontado, maiores que os anteriores. Num nível superior, nos extremos dos três tramos, encontram-se grandes janelas rematadas por arcos apontados.



Fig. 10.338 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.339 – Igreja de São Brás, São Brás (1874-1886): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No nível térreo do tramo da frontaria estão três vãos rematados por arcos apontados. São todos fronteiros aos vãos da fachada, igualmente rematados por arcos quebrados: a porta principal, axial à nave central, e as janelas laterais, axiais às naves laterais.

No nível superior fica o coro-alto com uma guarda de desenvolvimento mistilíneo, que atravessa o tramo da frontaria e é rematado por um balcão que avança um pouco mais na nave central que nas laterais. Existem três vãos abertos para o espaço interno, todos formados por arcos apontados, cujo central é bastante mais largo que os laterais.

– *Igreja de Nossa Senhora da Penha de França*, Água Retorta



Fig. 10.340 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.341 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida de Nossa Senhora da Penha de França foi fundada no século XVII. Porém, já se encontrava em ruínas em 1698. No século XVIII, existem algumas notícias relativas a obras efectuadas na ermida. Data de 1705 uma lista de obras a executar, sem que saibamos o seu conteúdo. Em 1707 foi criado o curato de Água Retorta. Em 1720 foi colocado um novo tecto. A reparação e ampliação da ermida foram feitas antes de 1753, tal como a erecção da torre. Em 1872, deu-se início às obras de edificação da actual igreja, tendo-se mantido a torre da anterior ermida[9].



Fig. 10.342 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Água Retorta apresenta as três naves divididas por arcarias de cinco tramos. Trata-se de um templo de medianas dimensões. As arcarias não se encontram

[9] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *Op. cit.*, pp. 115-124.

muito afastadas, o que resulta numa nave central sem grande largura. São constituídas por arcos de volta inteira, sustentados por colunas com embasamento e capitéis de secção circular. Os intradorsos dos arcos têm secção semicircular. Os vãos dos arcos não são largos, apresentando uma altura mediana-baixa que atinge cerca de 5/6 da altura das paredes das arcarias, viabilizando uma boa unificação dos espaços das três naves. Como tal, a parte superior das paredes das arcarias não tem expressão bastante para interferir na fluidez do espaço interno. A rematar os planos das arcarias existem cornijas, a partir das quais se lança o tecto de madeira de três esteiras que cobre a nave central. A esteira central encontra-se sobrelevada.



Fig. 10.343 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): nave do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.344 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal um pouco abatido. Repousa sobre pés-direitos formados por dois altos colunelos emparelhados. Os capitéis estão revestidos de talha dourada. Sobre o arco situa-se um óculo com moldura de cantaria, que obriga à sobrelevação da esteira central do tecto. A capela-mor é profunda, com janelas nas paredes laterais junto do retábulo. Sobre aquelas paredes correm entablamentos de madeira entalhada e dourada que ligam os do retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço ligeiramente abatido, pintada com vários motivos decorativos, realçando-se o medalhão central.

As naves laterais possuem capelas axiais em posição colateral à capela-mor. Abrem-se através de arcos de volta inteira, sendo espaços de planta quadrangular cobertos por falsas abóbadas de berço e com janelas rasgadas nas paredes exteriores.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor ficam as portas que comunicam com as sacristias. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se altares laterais, inseridos em molduras de talha dourada, com remate semicircular. As portas laterais da igreja situam-se nos extremos do tramo central.

Num nível superior, as naves laterais apresentam quatro janelas em cada lado, abertas nos topos de todos os tramos, menos no de entrada. Aqueles espaços são cobertos por tectos de madeira de três esteiras, pintadas de branco.



Fig. 10.345 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Água Retorta não tem um coro-alto. Assim, o tramo de entrada é tripartido pelos arcos das arcarias. Neste tramo situam-se as três portas frontais da igreja, cada uma axial à sua nave. São vãos rematados por arcos de volta inteira. No nível superior abrem-se, aprumadas, três janelas inseridas em vãos similares aos das portas inferiores, axiais às respectivas naves. Na nave central existe ainda mais uma janela, aberta num terceiro nível, alinhada com os vãos dos níveis inferiores. Esta janela aproveita a sobreelevação da esteira central do tecto da nave central.



Fig. 10.346 – Igreja de N.ª S.ª da Penha de França, Água Retorta (1872): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Lomba da Maia



Fig. 10.347 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.348 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida de Nossa Senhora do Rosário foi fundada no século XVI, quando ali se sediou o curato da Lomba da Maia. O edifício que chegou ao século XIX devia estar bastante modificado e, sem dúvida, ampliado. Em 1845 era designado por capela de Nossa Senhora do Rosário.

Em 1868, deu-se início à edificação da actual igreja, concluída dois anos depois. Em 1876, o curato foi elevado a paróquia. Existe uma cartela na fachada com a data «1877» que, provavelmente, indica o término das obras da igreja, após a erecção da torre e do baptistério. Também se percebe que a instituição da paróquia estaria dependente da construção de um novo templo, capaz de albergar a comunidade.



Fig. 10.349 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja da Lomba da Maia apresenta as três naves divididas por arcarias de cinco tramos. Trata-se de uma igreja de grandes dimensões, cuja noção da altura acaba por se suavizar face ao grande afastamento das arcarias.

As arcarias são constituídas por arcos de volta perfeita, sustidos por colunas com embasamento e capitéis de secção circular. Os intradorsos dos arcos mostram um perfil de secção semicircular. Os arcos são amplos, erguendo-se a cerca de 5/6 da altura das paredes das arcarias, o que permite uma melhor comunhão entre as três naves. No que respeita à espacialidade interna, as naves laterais desta igreja são espaços secundários, de parca largura.

As três naves são cobertas por falsas abóbadas de berço bem rebaixados, pintadas de branco, sendo a da nave central mais alta.



Fig. 10.350 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.351 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): capela axial e porta do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um alto e largo arco triunfal de volta inteira, mais alto que os das arcarias. Possui um intradorso com perfil semicircular, tal como os pés-direitos. Os capitéis encontram-se revestidos de talha pintada e dourada.

A capela-mor é profunda, com uma janela em cada parede lateral, junto ao retábulo. Estas paredes são rematadas por largas cornijas que ligam as do retábulo aos capitéis do arco triunfal. O espaço da capela-mor é coberto por uma falsa abóbada de berço, de madeira pintada com motivos decorativos com um medalhão central.





Fig. 10.353 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Fig. 10.352 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Em ambas as naves laterais situam-se capelas axiais, colaterais à capela-mor, que se abrem através de arcos de volta perfeita e que diferem entre si no tratamento decorativo. No lado da Epístola, o arco está envolvido numa moldura de talha dourada de remate recto, dividido em porta e bandeira com a forma do arco. No lado do Evangelho, o arco mostra-se em cantaria que curiosamente tem perfil semicircular, tal como os pés-direitos que os sustêm. Os capitéis estão revestidos de talha pintada de dourado. Ambas as capelas possuem uma planta quadrangular, com janelas abertas nas paredes laterais externas, sendo cobertas por falsas abóbadas de berço.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor ficam portas rematadas por entablamentos duplos, que comunicam com as sacristias e demais dependências. Nos extremos do tramo seguinte erguem-se altares laterais, inseridos em molduras de talha dourada de remate semicircular. Nos extremos do tramo central situam-se as portas laterais da igreja, enquanto nos extremos do tramo sequente, no sentido da entrada, erguem-se outros dois altares laterais emoldurados de madeira entalhada e pintada de dourado, também com remate semicircular.

As naves laterais são iluminadas por quatro pares de janelas que se situam num nível superior, no enfiamento dos vãos das arcarias, abertas nos extremos de todos os tramos, excepto no de entrada.

No tramo de entrada situam-se, no nível térreo, as três portas da fachada, cada uma axial à respectiva nave. As arcarias possuem, naquele tramo, arcos iguais aos restantes presentes. Todavia, foram colocados outros dois arcos abatidos no nível térreo das arcarias para suportar o coro-alto. Nos extremos do tramo de entrada encontram-

se duas portas – a do lado do Evangelho comunica com o baptistério e a do lado da Epístola permite o acesso ao coro-alto e à torre.



Fig. 10.354 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.355 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto é tripartido pelas arcarias, cuja altura dos arcos permite a intercomunicação. Sobrepõe-se a todo o tramo de entrada, avançando um pouco na nave central por causa do recorte mistilíneo da guarda de balaústres de madeira. Na parede da fachada abrem-se, no nível do coro-alto, três janelas de iguais dimensões, axiais às naves. Na nave central há um óculo encostado ao tecto, aprumado com a janela que lhe é inferior.



Fig. 10.356 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Lomba da Maia (1868-1877): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

– *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Achadinha



Fig. 10.357 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.358 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Aquando do terramoto de Vila Franca do Campo, em 1522, o povoado da Achadinha já existia. A ermida primitiva de Nossa Senhora do Rosário foi fundada em 1529. A paróquia foi criada em 1634, tendo sido instalada na ermida existente.

Por carta de visitação, de 1707, percebe-se que a ermida estaria a converter-se em igreja, com a capela-mor e as capelas colaterais já prontas. Contudo, em 1720, um sismo forte arruinou o que havia sido edificado, pelo que os trabalhos de reedificação prosseguiram por toda a década de 1720.

Em 1743, o bispo de Angra, D. Fr. Valério do Sacramento, em visitação, refere que o templo era pobre e se encontrava quase arruinado, sem torre nem sino. Como tal, ordenou que se lançasse finta para custear as obras. Em 1747, uma outra carta de visitação regista as obras de «reparo» efectuadas, porém, é anotada a falta de uma fachada condigna com a igreja. Como tal, é lançada nova finta sobre os moradores, "para com a dita finta se fazer um novo frontispício, fundado em «*Xapacunho*» e guarnecido de cimalha, com uma porta de melhor forma e estilo, para ficar esta Igreja com maior ornato e perfeição"[10]. Em 1765, as obras realizadas foram muito apreciadas pelo bispo D. António Caetano da Rocha, aquando da sua visitação.

Em 1830, foi decidido substituir a igreja de Nossa Senhora do Rosário por um novo templo maior. Existe a possibilidade de a capela-mor ter sido preservada, tendo, a torre sineira, sido posteriormente erguida.

[10] Urbano de Mendonça Dias, *Op.cit.*, p. 247.

Em 1882, data inscrita na fachada, a igreja da Achadinha foi remodelada e alteada, ficando mais alta que a torre. “A entrada que actualmente dá do Coro para a torre, é a que dava da torre para o telhado da Igreja”[11]. Também a frontaria foi modificada: “(...) tinha uma porta e duas janelas; tem agora três portas e quatro janelas à frente, e janelas nos lados, que não tinha e que a tornam muito luminosa”[12]. Em planta, o corpo da igreja manteve as dimensões que lhe tinham dado em 1830, com 19 metros de comprimento e 11,50 metros de largo.



Fig. 10.359 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja da Achadinha apresenta as três naves divididas por arcadas de cinco tramos. O afastamento das arcarias confere uma boa largura à nave central. Aquelas são altas, constituídas por arcos de volta inteira, com o intradorso de secção semicircular. São sustidas por robustas colunas cilíndricas, com capitel e embasamento de secção circular. Os arcos desenvolvem-se até cerca de 4/5 da altura das paredes das arcarias, sendo rematados por finas cornijas. A nave central é coberta por um tecto de madeira, de três esteiras apaineladas, enquanto as naves laterais possuem tectos de madeira de uma só esteira.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta completa, ligeiramente mais baixo que as arcarias. Apoia-se em pés-direitos com embasamento e capitéis formados por cornijas. Quanto à largura do arco triunfal/capela-mor é notoriamente menor que a da nave central. O arco encontra-se pintado e dourado.

[11] Idem, *Ibidem*, p. 249.
[12] Idem, *Ibidem*, p. 249.



Fig. 10.360 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1822): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor é profunda, com uma janela em cada parede lateral, junto do retábulo. A do lado do Evangelho parece ser cega. Estas paredes são rematadas por entablamentos que ligam os existentes no retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada com vários motivos decorativos, mostrando um medalhão central.

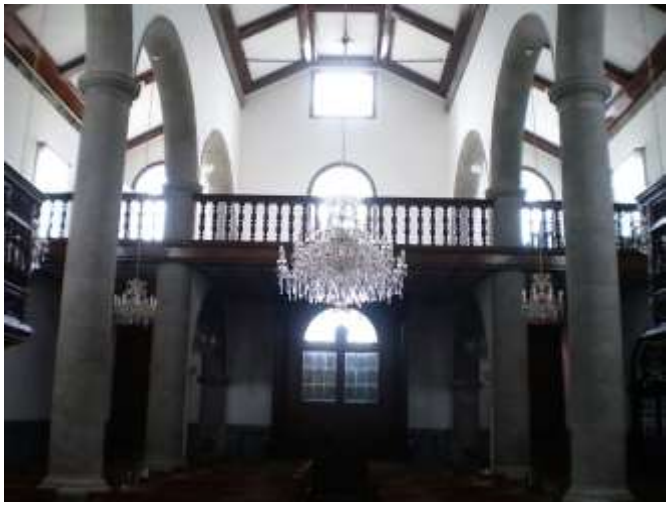


Fig. 10.361 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.362 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais têm um altar axial, no lado do Evangelho, e uma capela axial no da Epístola, em posição colateral à capela-mor, que se rasgam através de arcos de volta perfeita. Esta capela tem uma janela na parede lateral externa e é coberta por uma

falsa abóbada de berço. No tramo imediato à capela-mor fica, no lado do Evangelho, uma porta que acede à sacristia. Nos extremos do tramo seguinte levantam-se os altares laterais, emoldurados por madeira entalhada, pintada e dourada, de remate recto. Nos extremos do tramo central encontram-se as portas laterais da igreja.

As naves laterais são iluminadas por três janelas de cada lado, que se abrem nos tramos ímpares da igreja, ou seja, nos tramos imediato à capela-mor, central e de entrada – neste último para as secções laterais do coro-alto.



Fig. 10.363 – Igreja de N.ª S.ª do Rosário, Achadinha (1830/ref. 1882): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situam-se as três portas axiais da igreja, cada uma axial à respectiva nave. No nível térreo existem arcos de volta inteira menores, com cerca de metade da altura das arcarias, que suportam o coro-alto. Nos extremos do tramo localizam-se as portas que comunicam com o baptistério, no lado do Evangelho, e com o coro-alto e a torre, no da Epístola.

O coro-alto encontra-se tripartido pelos arcos das arcarias ali presentes, através da parte superior dos quais se efectua a comunicação entre as secções. O coro-alto mostra um remate recto contínuo, com guarda de madeira interrompida pelas colunas das arcarias. Na parede da fachada rasgam-se, naquele nível, três vãos/arcos de volta perfeita, nos quais se abrem três janelas, todas axiais às naves, aprumadas com as portas inferiores. Na secção central existe ainda uma janela num nível superior, quase encostada à esteira central do tecto.

– *Igreja de Santo António*, Nordestinho



Fig. 10.364 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.365 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ermida de Santo António foi fundada no século XVI, pertencendo à paróquia de São Pedro do Nordestinho. Em 1693 já se celebrava missa na ermida que, no século XVIII, foi ampliada, resultando no edifício que chegou quase até ao fim do século XIX. A edificação de uma nova igreja iniciou-se em 1899, tendo as obras demorado três anos até à colocação do telhado. A actual igreja de Santo António foi benzida em 1906, mas a torre só foi erecta em 1918[13].



Fig. 10.366 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[13] Cf. Urbano de Mendonça Dias, *Op.cit.*, pp. 212-219.

Possui as três naves divididas por cinco tramos. As arcarias encontram-se bem afastadas, criando uma nave central com cerca do dobro da largura das naves laterais, sendo compostas por altos arcos de volta perfeita, com os intradorsos, com secção semicircular. São sustentados por colunas cilíndricas, com embasamentos e capitéis de secção circular. Os arcos elevam-se a cerca de ¾ da altura das paredes das arcarias. Contudo, a parte superior em alvenaria não interfere grandemente na fluidez do espaço interno. Os planos das arcarias são rematados por finas cornijas, a partir das quais se lança a falsa abóbada de berço abatido da nave central, pintada de branco. Também as naves laterais são cobertas por falsas abóbadas de berço, menos abatido, pintadas de branco.



Fig. 10.367 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um arco triunfal de volta inteira, mais alto que as arcarias, mas menos largo que a nave central. É constituído por um intradorso plano, com colunelos nos extremos, mas não apresenta capitéis.

A capela-mor é profunda, com uma janela de remate quebrado em cada parede lateral, junto ao retábulo. Estas paredes são rematadas por largas cornijas que ligam os entablamentos do retábulo ao arco triunfal. A capela-mor é coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada de branco.



Fig. 10.368 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): tramo imediato à cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.369 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva das naves.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As naves laterais têm capelas axiais que se abrem através de estreitos arcos de volta completa, colateralmente à capela-mor. Possuem plantas rectangulares e são cobertas por falsas abóbadas de berço. Apenas a do lado da Epístola tem uma janela, na parede lateral externa. Nos extremos do tramo imediato à cabeceira rasgam-se arcos de volta perfeita, mais largos que os das capelas colaterais. Acedem a espaços com duas janelas de remate apontado rasgadas na parede do fundo, ladeando nichos, que talvez tenham sido projectados para receber capelas.

Nos extremos do tramo seguinte ficam altares laterais, revestidos de talha dourada e pintada, com remate recto. No tramo central situam-se as portas laterais da igreja.



Fig. 10.370 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.371 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada ficam as três portas da fachada, todas rematadas por arcos apontados. No extremo do lado do Evangelho está um largo arco de volta perfeita que comunica com o baptistério, de planta quadrangular, com uma janela maior na face lateral esquerda e duas menores nos extremos da parede do fundo. Todas estas janelas são rematadas por arcos apontados. O baptistério é coberto por um tecto plano. No extremo do mesmo tramo do lado da Epístola fica a porta que acede à escada para o coro-alto e a torre.



Fig. 10.372 – Igreja de Santo António, Nordestinho (1899-1906): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto encontra-se tripartido pelos arcos das arcarias, ainda que seja através deles que se efectua a comunicação entre as partes. O nível do coro sobrepõe-se ao tramo de entrada por completo, exibindo uma guarda contínua recta de madeira. Na parede da fachada abrem-se três janelas axiais a cada uma das naves e aprumadas com as portas inferiores. A janela central é bem mais larga que as laterais, sendo todas rematadas por arcos quebrados. Num nível superior à janela central fica um óculo quase encostado à falsa abóbada da nave central.

– *Igreja da Imaculada Conceição*, Lomba da Fazenda



Fig. 10.373 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.374 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *Dum pequeno livro do Tombo pertencente a esta Igreja, foi-nos fornecida uma cópia, que nos leva a crer que na verdade houve primeiramente, neste lugar uma Ermida, depois uma Igreja maior, para comodidade do povo, em 1817, e finalmente a Igreja actual, edificada sobre a anterior, por uma comissão de naturais do lugar, nos princípios do seculo XX*[14]*.*

A ermida de Nossa Senhora da Conceição foi fundada no início do século XVIII. A igreja erecta em 1817 foi lajeada após 1826. Em 1842, tornou-se sede de curato. Nos princípios do século XX foi decidido substituir a igreja por outra maior. Em 1909 fez-se a demolição quase total da igreja, seguida das obras de edificação do actual templo. Concluíram-se no ano seguinte, enquanto a frontaria ficou terminada em 1918.



Fig. 10.375 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva interna.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[14] Urbano de Mendonça Dias, *Op.cit.*, pp 148-149.

A igreja da Lomba da Fazenda apresenta grandes dimensões, com as três naves a serem divididas por arcarias de cinco tramos. As arcarias não ficam tão afastadas quanto aparentam. São constituídas por arcos de volta inteira, com intradorsos trifacetados, cujas arestas se encontram boleadas. Os arcos repousam sobre colunas cilíndricas, com embasamentos e capitéis de secção circular. Erguem-se até cerca de 4/5 das paredes das arcarias. A rematar estas paredes estão cornijas que sustentam o tecto de madeira de três esteiras da nave central.



Fig. 10.376 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A capela-mor abre-se através de um fino arco triunfal, mais alto que as arcarias e quase da largura da nave central. A capela-mor tem alguma profundidade, com grandes janelas abertas nas paredes laterais, junto do retábulo. Estas paredes são rematadas por cornijas douradas que ligam o retábulo aos capitéis do arco triunfal. A capela-mor está coberta por uma falsa abóbada de berço, pintada com vários motivos decorativos que enquadram um medalhão central.

As naves laterais possuem capelas axiais que se desenvolvem colateralmente à capela-mor. Abrem-se através de finos arcos de volta perfeita. Sobre os arcos existem janelas axiais de remate semicircular. As capelas têm plantas rectangulares mais largas que profundas e não têm vãos, sendo cobertas por falsas abóbadas de berço.



Fig. 10.377 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): capelas axial e lateral do lado do Evangelho.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.378 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): nave do lado da Epístola.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nos extremos do tramo imediato à capela-mor levantam-se arcos de volta perfeita, um pouco mais baixos mas mais largos que os das capelas axiais. No lado do Evangelho, o espaço a que o arco dá acesso foi convertido num vestíbulo que antecede a sacristia. No lado da Epístola corresponde a uma capela lateral, com uma janela lateral e cobertura em falsa abóbada de berço.

As naves laterais não possuem altares ou capelas. As portas travessas localizam-se no tramo imediato ao de entrada. Existem duas janelas no lado da Epístola – nos extremos do segundo e terceiro tramos, a contar da cabeceira – e uma no lado do Evangelho – terceiro tramo. Todas têm remate semicircular. As naves laterais são cobertas por tectos de madeira de três esteiras, mais acanhados que o da nave central.



Fig. 10.379 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva interna a partir da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

No tramo de entrada situam-se as três portas da fachada, todas axiais às respectivas naves. Em ambos os extremos abrem-se portas com remate semicircular – a do lado do Evangelho comunica com o baptistério, ao passo que a do lado da Epístola abre para a escada que acede ao coro-alto e à torre.



Fig. 10.380 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda (1909-1918): perspectiva do tramo de entrada e coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O coro-alto sobrepõe-se ao tramo de entrada, apoiando-se em finas colunas de madeira na nave central. Encontra-se tripartido pelos arcos das arcarias ali presentes. Apresenta um remate recto, com guarda de madeira, interrompido pelas colunas das arcarias. Na parede da fachada abrem-se três janelas, de remate em arco apontado, axiais a cada uma das naves e aprumadas com as portas inferiores. Sobre a janela central ainda se situa um vão rectangular jacente, que corresponde ao óculo axial existente na face exterior da fachada.

10.5. As frontarias das igrejas de três naves da ilha de São Miguel

Na introdução deste capítulo dedicado à ilha de São Miguel foram comunicadas as razões para a separação das análises do espaço interno e das frontarias das igrejas. Devido ao número de igrejas micaelenses em estudo seria difícil manter dois fios condutores de análise em paralelo. Ainda mais quando, em muitos exemplares, o corpo da igreja não é coevo da frontaria. Veja-se, agora, o quadro cronológico das frontarias das igrejas de três naves micaelenses.

LOCALIDADE	IGREJA	DATAÇÃO IGREJA	DATAÇÃO FACHADA	DATAÇÃO TORRE
Vila Franca do Campo	*Matriz S. Miguel Arcanjo*	ant. 1522/post. 1534	**post. 1534/(1768)**	**ant. 1589/1624/1768**
Ponta Delgada	*N.ª S.ª Graça*	1680	**1680**	
Ponta Delgada	*N.ª S.ª Conceição/S. José*	1709-1714	**1714**	
Ribeira Grande	*Matriz N.ª S.ª Estrela*	1728-1736	**1736**	**1701**
Ponta Delgada	*Matriz S. Sebastião*	post. 1531-1545	**1748**	**1623**
Rosto de Cão	*São Roque*	1734-1750	**1750**	
Fenais da Luz	*N.ª S.ª Luz*	1728-1756	**1756**	
Rabo de Peixe	*Bom Jesus*	1734-1758	**1758**	**1735**
Ribeira Grande	*N.ª S.ª Conceição*	1732-1766	**1766**	**post. 1734**
Ajuda da Bretanha	*N.ª S.ª Ajuda*	sécs. XVII-XVIII	**2.ª ½ séc. XVIII**	
Arrifes	*N.ª S.ª Saúde*	séc. XVIII	**ref. 2.ª ½ séc. XVIII**	
Lagoa	*N.ª S.ª Rosário*	1767-1772	**1772**	**1796**
Água de Pau	*N.ª S.ª Anjos*	post. 1525	**1774**	**1737**
Povoação	*N.ª S.ª Rosário*	c. 1595/ref. 1671	**séc. XVIII**	**post. 1795**
Porto Formoso	*N.ª S.ª Graça*	séc. XVIII	**séc. XVIII**	
Nordeste	*Matriz São Jorge*	1796	**1796**	
Capelas	*N.ª S.ª Apresentação*	1733-1739	**sécs. XVIII-XIX**	**séc. XX**
Pico da Pedra	*N.ª S.ª Prazeres*	1802-1807	**1804**	**1807**
Maia	*Divino Espírito Santo*	1796-1825	**1825**	
Ribeira Seca	*São Pedro*	1830	**1830**	
Calhetas	*N.ª S.ª Boa Viagem*	1830	**1830**	
Santo António	*Santo António*	1730-1734	**1830-1835**	
Faial da Terra	*N.ª S.ª Graça*	1808-1839	**1839**	**1874**
Lagoa	*Matriz Santa Cruz*	1507/ref. 1583-1586	**1844**	
Fenais da Ajuda	*Reis Magos*	1832-1843	**1847**	
Santa Bárbara	*Santa Bárbara*	ant. 1852	**ant. 1852**	
Água de Alto	*São Lázaro*	1833-1855	**1855**	**1882**
Povoação	*N.ª S.ª Mãe de Deus*	1848-1856/1946-1952	**1856/1952**	**séc. XX**
Cabouco	*N.ª S.ª Misericórdia*	1847-1859	**1859**	
Ribeirinha	*S. Salvador do Mundo*	1830-1861	**1861**	
Ponta Garça	*N.ª S.ª Piedade*	1846-1869	**1869**	
Achada	*N.ª S.ª Anunciação*	1782/1869	**1782/1869**	**ant. 1817**
Santana	*Santa Ana*	1869	**1869**	**post. 1869**
Lomba da Pedreira	*N.ª S.ª Luz*	1872	**1872**	**1903**
Água Retorta	*N.ª S.ª Penha de França*	1872	**1872**	**ant. 1753**
Lomba da Maia	*N.ª S.ª Rosário*	1868-1877	**1877**	
Achadinha	*N.ª S.ª Rosário*	1830/ref. 1882	**ant. 1765/ref. 1882**	**post. 1743**
São Brás	*São Brás*	1874-1886	**1886**	**1961**
Relva	*N.ª S.ª Neves*	1712-1758	**1748/ref. déc. 1880**	
N.ª S.ª Remédios	*N.ª S.ª Remédios*	post. 1893	**post. 1893**	
Nordestinho	*Santo António*	1899-1906	**1909**	**1918**
Lomba da Fazenda	*Imaculada Conceição*	1909-1918	**1918**	

Fig. 10.381 – Quadro cronológico das frontarias das igrejas de três naves micaelenses.

Legenda: **c.**-cerca de; **ant.**-anterior; **post.**-posterior; **ref.**-reformada em; **ref. déc**.-reformada na década de; **séc.**-século; **sécs.**-séculos; **2.ª ½ séc.**-segunda metade do século.

A leitura do quadro das frontarias das igrejas de três naves permite perceber que apenas há um exemplar do século XVI (Matriz de Vila Franca do Campo), tal como do século XVII (igreja da Graça de Ponta Delgada). Do século XVIII, existem catorze frontarias, enquanto o século XIX apresenta o maior número, vinte e quatro. Por fim, há duas frontarias erguidas já no século XX.

Após a disposição das frontarias por ordem cronológica percebeu-se não ser possível uma análise da evolução temporal. Perder-se-ia a leitura daquilo que é mais importante – a estruturação e composição das fachadas.

O primeiro factor de distinção de frontispícios reside no número de níveis que possuem – dois ou três níveis –, consoante se trata de uma igreja de pequena, média ou grande dimensão. Por outro lado, as dimensões das fachadas nem sempre espelham as dimensões internas dos templos, existindo frontarias erguidas num tempo posterior ao corpo das naves com dimensões (bem) maiores que a restante igreja.

O segundo factor de distinção advém do destaque das frontarias como rosto das igrejas. Sempre houve um cuidado especial com o desenho e a composição dos frontispícios. Em São Miguel, desenvolveu-se um desenho para a Matriz da Ribeira Grande, no segundo quartel de século XVIII, cujo sucesso levou à hegemonia da fórmula a partir da segunda metade de Setecentos, tendo também sido adaptada às fachadas menores. A característica principal daquele desenho é a inexistência de um friso/cornija a demarcar os dois níveis inferiores da fachada, enquanto as portas e as janelas que os sobrepujam se aproximam entre si. Por vezes, as cantarias aglutinam-se, dando uma expressão de unidade ao «portal-janela».

O terceiro factor de distinção é o frontão, tripartido por pilastras e rematado por aletas delimitadas por volutas, frequentemente com um vão ou nicho aberto no pano central do tímpano. Esta fórmula para o frontão foi repetida nas igrejas paroquiais de toda a ilha, de um modo quase ubíquo.

Por fim, existe um grupo de igrejas de arquitectura neogótica. Trata-se de edifícios construídos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A composição das suas fachadas não se enquadra na lógica presente na grande maioria das igrejas micaelenses – na estruturação, no desenho e na estética –, embora possuam uma certa lógica entre si. Seja como for, as igrejas neogóticas são os últimos exemplares do tipo de igrejas de três naves nos Açores.

Sendo assim, será pelo número de níveis e pelas características do desenho que se fará a organização da análise das frontarias, que, sempre que possível, seguirá a ordem cronológica de construção das mesmas.

	LOCALIDADE	IGREJA	DATAÇÃO IGREJA	DATAÇÃO FACHADA	DATAÇÃO TORRE
FACHADAS COM 2 NÍVEIS	**Vila Franca do Campo** 1 P	*Matriz S. Miguel Arcanjo*	ant.1522/post.1534	**post. 1534/1768**	ant.1589/1624/1768
– COM DEMARCAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS	**Achada** 1 P	*N.ª S.ª Anunciação*	1782/1869	**1782/1869**	ant. 1817
	Santana 1 P	*Santa Ana*	1869	**1869**	post. 1869
	Lomba da Pedreira 1 P	*N.ª S.ª Luz*	1872	**1872**	1903
– SEM DEMARCAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS	**Povoação** 1 P	*N.ª S.ª Rosário*	c. 1595/ref. 1671	**ant. 1795**	post. 1795
	Porto Formoso 1 P	*N.ª S.ª Graça*	séc. XVIII	**séc. XVIII**	
	Faial da Terra 1 P	*N.ª S.ª Graça*	1808-1839	**1839**	1874
	Pico da Pedra 3 P	*N.ª S.ª Prazeres*	1802-1807	**1804**	1807
	Santo António 3 P	*Santo António*	1730-1734	**1830-1835**	
	Cabouco 3 P	*N.ª S.ª Misericórdia*	1847-1859	**1859**	
FACHADAS COM 3 NÍVEIS (ou mais) – COM DEMARCAÇÃO ENTRE NÍVEIS INFERIORES	**Ponta Delgada** 3 P	*N.ª S.ª Graça*	1680	**1680**	
	Ponta Delgada 3 P	*N.ª S.ª Conceição/S. José*	1709-1714	**1714**	
	Ponta Delgada 3 P	*Matriz S. Sebastião*	post. 1531-1545	**1748**	1623
	Rosto de Cão 3 P	*São Roque*	1734-1750	**1750**	
	Ribeira Grande 3 P	*N.ª S.ª Conceição*	1732-1766	**1766**	post. 1734
	Água de Pau 1 P	*N.ª S.ª Anjos*	post. 1525	**1774**	1737
	Ribeira Seca 3 P	*São Pedro*	1830	**1830**	
– SEM DEMARCAÇÃO ENTRE NÍVEIS INFERIORES	**Ribeira Grande** 3 P	*Matriz N.ª S.ª Estrela*	1728-1736	**1736**	1701
	Relva 3 P	*N.ª S.ª Neves*	1712-1758	**1748/ref. déc.. 1880**	
	Fenais da Luz 3 P	*N.ª S.ª Luz*	1728-1756	**1756**	
	Rabo de Peixe 3 P	*Bom Jesus*	1734-1758	**1758**	1735
	Ajuda da Bretanha 3 P	*N.ª S.ª Ajuda*	sécs. XVII-XVIII	**2.ª ½ séc. XVIII**	
	Arrifes 3 P	*N.ª S.ª Saúde*	séc. XVIII	**ref. 2.ª ½ séc. XVIII**	
	Lagoa 3 P	*N.ª S.ª Rosário*	1767-1772	**1772**	1796
	Capelas 3 P	*N.ª S.ª Apresentação*	1733-1739	**sécs. XVIII-XIX**	séc. XX
	Maia 3 P	*Divino Espírito Santo*	1796-1825	**1825**	
	Lagoa 3 P	*Matriz Santa Cruz*	1507/ref.1583-1586	**1844**	
	Fenais da Ajuda 3 P	*Reis Magos*	1832-1843	**1847**	
	Água de Alto 3 P	*São Lázaro*	1833-1855	**1855**	1882
	Povoação 3 P	*N.ª S.ª Mãe de Deus*	1848-1856/1946-1952	**1856/1952**	séc. XX
	Ribeirinha 3 P	*S. Salvador do Mundo*	1830-1861	**1861**	
	Ponta Garça 3 P	*N.ª S.ª Piedade*	1846-1869	**1869**	
	Lomba da Maia 3 P	*N.ª S.ª Rosário*	1868-1877	**1877**	
	Nordeste 3 P	*Matriz São Jorge*	1796	**1796**	
	Água Retorta 3 P	*N.ª S.ª Penha de França*	1872	**1872**	ant. 1753
	Achadinha 3 P	*N.ª S.ª Rosário*	1830/ref. 1882	**ant. 1765/ref. 1882**	post. 1743
	Santa Bárbara 3 P	*Santa Bárbara*	ant. 1852	**ant. 1852**	
FACHADAS REVIVALISTAS	**Calhetas** 1 P	*N.ª S.ª Boa Viagem*	1830	**1830**	
	São Brás 1 P	*São Brás*	1874-1886	**1886**	1961
	N.ª S.ª Remédios 3 P	*N.ª S.ª Remédios*	post. 1893	**post. 1893**	
	Nordestinho 3 P	*Santo António*	1899-1906	**1909**	1918
	Lomba da Fazenda 3 P	*Imaculada Conceição*	1909-1918	**1918**	

Fig. 10.382 – Quadro das frontarias das igrejas de três naves micaelenses, divididas por grupos e subgrupos.

Legenda: **1 P**-fachada com um portal; **3 P**-fachada com três portais; **c.**-cerca de; **ant.**-anterior; **post.**-posterior; **ref.**-reformada em; **ref. déc**.-reformada na década de; **séc.**-século; **sécs.**-séculos; **2.ª ½ séc.**-segunda metade do século.

10.5.1. Análise das frontarias das igrejas de três naves da ilha de São Miguel

As frontarias das igrejas da ilha de São Miguel não mostram grande divergência do que se fazia nas outras ilhas dos Açores até ao século XVIII. De facto, só existem dois exemplares anteriores àquele século – a Matriz de Vila Franca do Campo e a Igreja do Convento da Graça de Ponta Delgada. Se a primeira é um exemplar tardo-gótico, a segunda é uma solução que não foi apropriada pela arquitectura posterior da ilha, salvaguardando-se a composição das janelas, ladeadas por colunelos torsos.

A reedificação da igreja franciscana de Ponta Delgada (São José), entre 1709 e 1714, trouxe à ilha uma versão da fachada da igreja seiscentista do convento da mesma ordem de Angra, ainda que actualizada. É a única fachada com quatro níveis de São Miguel e, também, a que mostra a malha ortogonal de pilastras e cornijas/frisos mais expressiva. Emerge, assim, uma compartimentação do frontispício onde se abrem os vãos por ela emoldurados. Esta solução mostrou que, mesmo numa frontaria bastante extensa, era possível compô-la através da assumpção dos elementos estruturais (pilastras, cornijas e frisos) como parte fundamental da composição. A fachada da igreja de São José influenciou algumas fachadas construídas, essencialmente, até ao final do terceiro quartel do século XVIII.

A reedificação da Matriz da Ribeira Grande, entre 1728 e 1736, apresentou uma nova solução para as fachadas micaelenses. Partindo das frontarias das igrejas da Graça e de São José, ambas de Ponta Delgada, desenvolveu-se um desenho menos denso, onde sobressai a ausência de demarcação, por cornija ou friso, entre o nível térreo e o que lhe é superior. Assim, os três panos da fachada estendem-se, sem a interrupção de elementos horizontais, desde o embasamento até à grande cornija superior. Acresce a estas características o facto das portas e janelas superiores se encontrarem envolvidas num mesmo emolduramento, efectuado por vários motivos vegetalistas em torno e entre os vãos.

A escolha de abrir três portais à face com a fachada e não dentro de uma galilé – como nas igrejas conventuais da Graça e de São José –, dos quais o central é sempre mais alto, foi apropriada da solução encontrada para a então fachada da igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, concluída em 1666 e ocultada por volta de 1740. Trata-se de uma solução presente nas três igrejas dos Colégios Jesuítas Açorianos – Angra, Horta e Ponta Delgada –, característica presente na arquitectura desenvolvida pela Companhia de Jesus. O primeiro templo português onde se empregou aquela solução foi na igreja de São Roque, em Lisboa, cabeça da Companhia em Portugal. Aberta ao culto em 1573, apesar de inacabada, apresenta uma frontaria concluída por Terzi com uma enorme diferença de dimensões entre os portais, com o

central a erguer-se com mais do dobro da altura dos laterais, que são meras portas. Por sua vez, a fachada de São Roque foi influenciada, naquele aspecto, pela igreja de *Il Gesù*, matriz da Companhia de Jesus em Roma, edificada em 1551.

A outra grande novidade presente na fachada da Matriz da Ribeira Grande é a solução encontrada para o frontão. Tripartido pelas pilastras centrais, apresenta um terceiro nível, no pano central, onde se abre um vão entre cornijas – no caso excepcional desta fachada, existe um nicho situado entre duas janelas. O frontão é rematado por volutas quebradas, duas sobre o pano central e uma sobre cada pano lateral. A tripartição do frontão dá lugar a uma dupla interpretação – ou se trata de um frontão assente sobre os três panos da fachada ou o pano central tem um nível adicional, rematado por um pequeno frontão (duas volutas) e ladeado por aletas (volutas laterais). Se, na Matriz da Ribeira Grande e na maioria das fachadas com três níveis, se pode ler como um grande frontão, noutras fachadas, como as que têm apenas dois níveis, sem demarcação, a leitura possível só pode ser a segunda.

De facto, a fachada desenvolvida na Matriz da Ribeira Grande não só inspirou as fachadas com três níveis, mas também algumas com dois níveis. São constituídas por três panos desiguais, sendo mais alto o central. Se as janelas laterais abrem-se logo acima das respectivas portas, a janela central encontra-se sobreelevada, aproveitando a maior extensão do pano.

Por último, as igrejas com fachadas revivalistas, geralmente de estética neogótica, construídas na segunda metade do século XIX, pouco ou nada têm que ver com as pré-existentes. Todavia, as últimas edificadas de Nordestinho e da Lomba da Fazenda voltam a mostrar uma composição dos corpos – igreja, baptistério e torre – com uma volumetria em tudo similar às igrejas dos séculos XVIII e XIX.

Exceptuando duas igrejas neogóticas, todas as igrejas são acompanhadas por torres sineiras semelhantes. São constituídas por um alto corpo inferior, comummente mais alto que o extremo da fachada. Se, nas torres mais antigas, o corpo inferior não possui vãos ou apresenta-os como frestas ou pequenos óculos rectangulares, no decorrer do século XVIII e entrada no XIX começaram a ser abertas várias janelas e óculos aprumados, por vezes niveladas com os vãos da fachada. Partiu da vontade de integrar as torres na composição da fachada, mal-grado o apartamento original dos dois corpos que foram concebidos independentes, sem um projecto comum, ainda que construídos adossados entre si.

Os campanários são todos similares, geralmente com uma ventana por face, sendo rematados por guardas balaustradas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. Somente três torres são coroadas por coruchéus: a das Capelas e as neogóticas de Nossa Senhora dos Remédios e de São Brás, sendo esta última a que

os apresenta maiores, embora telhados. Ao contrário do que acontece nas outras ilhas dos Açores, a escolha de coruchéus para coroar as torres não teve sucesso nas igrejas de São Miguel e Santa Maria. Quanto às cúpulas hemisféricas e bolbosas, simplesmente não existem. A solução presente em São Miguel aproxima as torres das igrejas das torres civis, que acompanhavam e acompanham as casas de câmara e cadeia açorianas – os campanários não mostram qualquer diferença entre si.

As torres das Matrizes da Ribeira Grande e de Ponta Delgada destacam-se pelas suas dimensões e volumetria. A primeira é uma construção de uma macicez ímpar nos Açores, bastante robusta e complexa, com cinco níveis demarcados. Os dois níveis superiores correspondem ao campanário, com duas ventanas por nível, perfazendo quatro ventanas em cada face da torre, tornando-a na única torre de igreja micaelense com aquelas características – no arquipélago, somente tem paralelo nas torres da Sé de Angra e apenas no que respeita aos dois níveis de campanários, nada mais. A torre da Matriz de Ponta Delgada é a torre mais alta da ilha – já o era originalmente, antes de lhe ser acrescentado o corpo superior do relógio. Evidencia-se uma certa disputa entre as igrejas micaelenses, no que concerne à construção da torre mais alta.

Por último, uma palavra quanto ao posicionamento das torres em relação à fachada. Das quarenta e duas fachadas micaelenses que foram analisadas, vinte e seis apresentam a torre adossada ao lado da Epístola, catorze ao do Evangelho, uma ao centro e uma possui duas torres. Predominam as igrejas com torres encostadas ao lado da Epístola, embora as que as têm do lado do Evangelho não sejam poucas. São Miguel, Santa Maria e Graciosa formam o grupo de ilhas em cujas igrejas de três naves predominam as torres adossadas ao lado da Epístola. Contudo, as torres das primeiras duas ilhas têm características que as diferem das torres da Graciosa e restante arquipélago.

– Fachadas com dois níveis



Fig. 10.383 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Matriz de Vila Franca do Campo – frontaria (post. 1534/1768).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A frontaria da Matriz de Vila Franca do Campo é a mais antiga da ilha. Tendo sido reconstruída a partir de 1534, é possível que reproduza ou reconstrua a fachada da primitiva Matriz, soterrada no cataclismo de 1522. Trata-se de uma fachada com remate de duas águas, de cantaria à vista. O portal é formado por uma sucessão de arcos quebrados, apoiados em colunelos, cujos arcos exteriores definem o emolduramento com remate contracurvado. Sobre o portal fica uma rosácea, emoldurada por três coroas circulares. O remate anguloso da fachada não é o original. Desde o século XVI, a Matriz foi aumentada em altura por duas vezes, em 1631 e 1768, particularmente, na subida do remate da fachada.

A torre está datada de 1624, mas sabe-se que houve uma torre anterior que já existiria em 1589. A presente torre foi intervencionada em 1768, nomeadamente, no campanário. Apresenta-se toda em cantaria à vista, sendo constituída pelo corpo inferior, da mesma altura do arranque do remate da fachada, e pelo corpo superior do campanário, com uma ventana em cada face da torre. O campanário é rematado por uma balaustrada com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. A convergência dos dois corpos da torre denuncia o campanário como uma intervenção posterior ao corpo inferior.

A Matriz de Vila Franca do Campo tem a única fachada quinhentista da ilha, ainda que já fosse arcaizante à data da sua construção. É uma reprodução, dos meados do século XVI, da fachada da Matriz primitiva que tinha sido erguida na transição dos séculos XV e XVI. Esta fachada tardo-gótica tem paralelo na Matriz de São Sebastião, na ilha Terceira, assim como na igreja de Cedros, no Faial, embora nesta só se conserve o portal. São testemunhos do primeiro século de povoamento, um tempo tardo-gótico que foi relativamente curto nos Açores, ainda que a duração das obras de algumas daquelas igrejas as tenham tornado anacrónicas.

– Com demarcação entre os níveis



Fig. 10.384 – Igreja de N.ª S.ª Anunciação, Achada: frontaria (1782/1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.385 – Igreja de Santa Ana, Santana: frontaria (1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.386 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Lomba da Pedreira: frontaria (1872).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As três igrejas acima expostas, Achada, Santana e Lomba da Pedreira, são detentoras de fachadas com dois níveis, demarcados por uma cornija/friso/ entablamento simplificado. A fachada da igreja da Achada é a mais antiga, inicialmente construída em 1782. Todavia, em 1869, a igreja foi acrescentada frontalmente em mais um tramo. É por isso que a torre desta igreja é a única, em São Miguel, a não se encontrar à face da frontaria, embora já tenha estado. A fachada da igreja da Achada parece ser a mesma que existia em 1782, com um frontão de recorte tardo-barroco que teria sido desmontada e remontada mais à frente. Apesar de ter sido erguida em 1869, aquela fachada dificilmente será fruto do século XIX. O desenho da fachada da igreja da Achada é notoriamente mais antigo quando comparado com o das outras igrejas, ambas edificadas na segunda metade do século XIX. A expressividade dos elementos presentes na Achada denuncia a sua origem setecentista. As duas pilastras centrais, até aos cunhais, são cruzadas por uma cornija que corre a fachada de um extremo ao outro, demarcando o nível térreo do superior e a porta da janela superior. Sobre esta

última corre uma cornija superior, que só existe no pano central da fachada e que une os extremos superiores das pilastras.

O desenho estrutural da fachada da igreja da Achada é o mesmo que compõe as frontarias de Santana e da Lomba da Pedreira. Em todas, as pilastras, os cunhais e as cornijas/frisos/entablamentos simplificados compartimentam as fachadas. Se, na Achada, abrem-se apenas dois vãos no pano central, nas fachadas das outras igrejas foram abertas janelas nos panos laterais, no nível térreo, a flanquear a porta. A dimensão das janelas e o tratamento estético geral da fachada derivam do gosto do século XIX. A fachada da Lomba da Pedreira apresenta a porta e as janelas formadas por arcos de volta perfeita, uma característica oitocentista.

No entanto, mais do que a estruturação das frontarias, igualmente presente nas demais igrejas açorianas, a originalidade encontrada nas fachadas micaelenses reside no frontão se constituir no último nível da fachada. Existem janelas nos tímpanos, enquadradas por pilastras e cornijas que tornam ambígua a interpretação do frontão: ou o entendemos com a base assente na cornija que corre a fachada, tripartido pelas pilastras e com uma janela central no tímpano; ou assumimos um terceiro nível da fachada, que existe apenas no pano central, coroado por um frontão definido por volutas e ladeado por aletas que rematam os panos laterais do frontispício. A primeira fachada erguida em São Miguel com um frontão com aquelas características foi a Matriz da Ribeira Grande (1736), cuja frontaria será abordada mais à frente, neste trabalho.

As torres que acompanham aquelas igrejas são estruturalmente similares. O corpo inferior pode variar em altura, mas são sempre coroadas por campanários com a cantaria à vista, rematados por balaustradas e quatro pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. A torre da igreja da Achada é a mais antiga, com menor volume e menor altura. A torre da igreja de Santana é, das três, a mais alta. Possui vários níveis de vãos/óculos, tal como a torre da igreja da Lomba da Pedreira.

As torres das igrejas micaelenses tendem a não apresentar uma relação racional com as fachadas. Se, nas outras ilhas dos Açores, existe uma solução corrente em que o corpo inferior da torre se ergue até à altura dos extremos da fachada, desenvolvendo-se a partir dali o campanário, o corpo inferior das torres micaelenses tende a ser sempre mais alto que os extremos da fachada. A abertura de óculos na face frontal da torre não significa que estas se integrem na fachada, algo que só passou a suceder, esporadicamente, durante o século XIX.

– Sem demarcação entre os níveis



Fig. 10.387 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Povoação: frontaria (ant. 1795).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.388 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Porto Formoso: frontaria (séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.389 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Faial da Terra: frontaria (1839).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de Nossa Senhora do Rosário, na Povoação, de Porto Formoso e do Faial da Terra também possuem dois níveis. Tal como as igrejas antecedentes, o segundo nível existe apenas no pano central da fachada. A grande diferença destes templos, comparativamente aos anteriores, está na inexistência de uma cornija no pano central que separe os dois níveis da fachada, uma cornija que prossiga as que existem nos panos laterais. A ausência daquela cornija permite que a janela superior se rebaixe, aproximando-se da porta inferior. Também livra o pano central dos condicionamentos que a referida cornija causaria – ou a janela superior teria de subir ou as cornijas dos panos laterais teriam de descer.

O número e o posicionamento dos vãos mantém-se, variando segundo a decoração dos edifícios. Se, na Povoação, só os vãos do pano central estão decorados com volutas e motivos vegetalistas pétreos, nas outras duas igrejas, os motivos decorativos estão presentes nos três panos da fachada, emoldurando as cantarias. No Porto Formoso, quer a porta quer as janelas têm remates curvos.

A fachada da igreja da Povoação já estava pronta em 1795. Foi executada numa igreja pré-existente, pequena e baixa, dos séculos XVI e XVII. Talvez por isso apresente, no pano central, uma cornija a contornar a janela superior por falta de espaço, embora seja uma solução encontrada noutras igrejas de São Miguel e das outras ilhas. Se, antes, a malha ortogonal de pilastras e cornijas/frisos/entablamentos simplificados condicionava o posicionamento dos vãos, agora, estes têm primazia sobre a malha ortogonal, que se desvia ou é interrompida ou até desaparece. Na igreja de Porto Formoso, a cornija do pano central também contorna a janela superior, desta feita, com um arco de volta inteira. Isso não acontece na fachada da igreja do Faial da Terra porque é mais alta, consequência dos tempos revivalistas do século XIX.

Nas igrejas da Povoação, Porto Formoso e Faial da Terra não se pode falar na existência de um frontão, a não ser no pano central, composto por duas volutas. A cornija em falta completaria a base de um grande frontão que, deste modo, não existe.



Fig. 10.390 – Igreja de N.ª S.ª Prazeres, Pico da Pedra: frontaria (1804).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.391 – Igreja de Santo António, Santo António: frontaria (1830-1835).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.392 – Igreja de N.ª S.ª Misericórdia, Cabouco: frontaria (1859).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas do Pico da Pedra, Santo António e Cabouco mantêm os dois níveis da fachada. A estrutura de pilastras e cornijas é a mesma das frontarias anteriores, sem

cornija a demarcar os níveis. Contudo, aquelas fachadas detêm duas diferenças face às anteriores: existem portas nos três panos da frontaria e, sobre as portas laterais, encontram-se janelas. A janela central é sobrelevada em relação às laterais. Como tal, os panos laterais passam a ter dois níveis de vãos sobrepostos, enquanto que, nas igrejas anteriores, apresentavam somente um. Isto só foi possível com o aumento em altura das fachadas, originando espaço suficiente para a abertura das janelas superiores, entre os lintéis das portas e as cornijas dos panos laterais. Se, na fachada da igreja do Pico da Pedra, não há altura suficiente para autonomizar as janelas superiores das portas, o mesmo já não acontece nas frontarias de Santo António e do Cabouco. Esta última tem as janelas ligadas às portas pelas cantarias, por opção estética e não por falta de espaço. Mais uma vez se verifica que as fachadas foram aumentando de altura à medida que decorria o século XIX, expandindo a área do frontispício.

Tal como nas igrejas anteriores, as fachadas erguidas no Pico da Pedra, Santo António e Cabouco mostram um frontão definido por volutas, sobre o pano central, enquanto aletas rematam os panos laterais, encostando-se às pilastras centrais.

As torres das seis igrejas de dois níveis têm corpos inferiores sem demarcação externa dos seus níveis, prosseguindo os atributos já referidos nas outras igrejas. Aliás, regra geral, as torres parecem não ter qualquer relação com a fachada. De todas, destaca-se a torre da igreja da Povoação, mais baixa e robusta, porém, erecta após 1795. A torre que se ergue na igreja do Pico da Pedra é de 1804, aparentemente sem vãos. No entanto, no decorrer do século XIX foram levantadas torres, de raiz, com óculos e janelas em vários níveis das torres que, então, se edificaram em São Miguel.

– Fachadas com três níveis (ou mais)

As igrejas com fachadas de três níveis são as mais numerosas da ilha de São Miguel. Em Ponta Delgada existem duas igrejas conventuais, a Graça e São José, cujas fachadas aparentam ter mais de três níveis. Porém, nem uma nem outra possuem três níveis – a da Graça tem dois e a de São José, quatro. Na verdade, nenhuma delas se ajusta bem à definição de fachadas com três níveis. A igreja da Graça tem dois níveis, mas não pode ser inserida no grupo de fachadas já analisadas por inadequação. Ela está na origem das fachadas com três níveis, esboçando um terceiro nível superior, muito baixo, que não chega a desenvolver-se. Como segunda frontaria mais antiga da ilha, parece ter tido mais impacto na arquitectura religiosa micaelense que a procedeu do que aquele que lhe é reconhecido, particularmente, na composição das janelas.

– Com demarcação entre os níveis inferiores



Fig. 10.393 – Igreja de N.ª S.ª Graça, Ponta Delgada: frontaria (1680).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.394 – Igreja de São José, Ponta Delgada: frontaria (1714).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Depois da frontaria da Matriz de Vila Franca do Campo, as fachadas mais antigas de São Miguel pertencem às igrejas dos conventos da Graça (1680) e de São Francisco (1714), ambas situadas em Ponta Delgada. Em ambas as igrejas, o piso térreo apresenta uma galilé formada por três arcos de volta inteira, enquadrados pelas pilastras. A galilé foi a solução escolhida para a Sé de Angra (1570-1618), tendo sido repetida tanto nas igrejas dos grandes conventos franciscanos de Angra (1672), Horta (1700), Santa Cruz da Graciosa (1700) e Ponta Delgada (1714), como nos demais conventos franciscanos dos Açores. Porém, o seu uso em igrejas paroquiais nunca teve sucesso nos Açores e, em São Miguel, para além daquelas duas igrejas conventuais, não se encontra em mais frontarias.

Possuem o frontispício enquadrado por cunhais e dividido em três secções por duas pilastras que são interceptadas pelos vários elementos horizontais que assinalam o número de níveis existentes: cornijas, frisos, faixas e/ou entablamentos simplificados. A malha ortogonal resultante estrutura toda a fachada, compartimentando-a. Por outro lado, em todos os compartimentos abrem-se os vãos enquadrados pela malha ortogonal gerada pelas pilastras e os elementos horizontais supra-referidos.

A fachada da igreja da Graça apenas possui janelas no segundo nível. São três janelas iguais, ladeadas por colunelos assentes em mísulas e rematados por capitéis e pináculos. Sobre a cornija das janelas existem motivos decorativos em relevo com pequenas volutas em cantaria. Foi a primeira vez que janelas com este tipo de composição foram executadas numa fachada micaelense. Este modelo de janelas foi utilizado várias vezes no século XVIII, realçando-se nas frontarias das Matrizes da Ribeira Grande (1736) e de Ponta Delgada (1748).

A frontaria da Graça possui uma torre integrada na fachada e inscrita na planta da igreja, uma solução rara nas igrejas de São Miguel. Também não é habitual nas outras ilhas, nem mesmo na maior parte das igrejas que têm duas torres. Esta solução pode ser observada na igreja de três naves de Guadalupe (1756), na ilha Graciosa, e nas igrejas de nave única dos conventos franciscanos de menores dimensões, como nas Velas (São Jorge), São Roque (Pico), Lagoa e Ribeira Grande (São Miguel). Todas possuem uma torre integrada na fachada, ainda que separada do corpo da igreja – corresponde a um vestíbulo que comunica com o claustro. Também apresentam, no nível térreo, uma galilé que se desenvolve a toda a largura da fachada, uma imagem presente em quase todas as frontarias das igrejas dos conventos franciscanos masculinos existentes nos Açores.

No entanto, a frontaria da igreja da Graça é estranha. Parece que lhe falta uma segunda torre nunca construída, já que o pano lateral oposto ao da torre possui um inusitado remate recto. Sendo assim, o pseudo-frontão formado por volutas cinge-se ao pano central. No corpo superior encontra-se o campanário, rematado por guardas de cantaria que ligam os pináculos, colocados nos ângulos, sobre os cunhais. O campanário possui uma ventana por face, todas em janelas com gelosias fechadas – nos Açores, para além desta igreja da Graça, só se encontram na igreja do Colégio jesuíta de Angra (1651).



Fig. 10.395 – Igreja de São José, Ponta Delgada: frontaria (1714).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.396 – Igreja de N.ª S.ª Guia, Angra do Heroísmo: frontaria (1672).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A frontaria da igreja de São José é uma reprodução fiel do desenho e composição presentes na frontaria da igreja de Nossa Senhora da Guia (1672), em Angra, cabeça da província franciscana de São João Evangelista dos Açores. Trata-se da mesma estrutura de pilastras, cornijas e frisos que compartimenta a fachada e enquadra os vãos. Também exibe os mesmos elementos decorativos na parte inferior das finas pilastras que ladeiam a janela central e as janelas dos panos laterais, todas situadas no segundo nível.

A maior dissemelhança está no frontão, ainda que a composição básica se mantenha. O frontão da igreja de São José conta com duas janelas no pano central, que flanqueiam o nicho axial, ladeadas por duas pequenas janelas nos panos laterais, encostadas inferiormente à cornija superior da fachada. Contrariamente àquele frontão, o da igreja de Nossa Senhora da Guia somente possui uma janela central, não existindo mais vãos nem no pano central nem nos laterais. Foi certamente intervencionado, algures entre os séculos XVIII e XIX, já que o remate executado por volutas distendidas, a sua sobrelevação central e a forma da janela axial nada têm que ver com o desenho seiscentista. É bastante provável que, aquando da sua construção, a igreja franciscana de Angra também tivesse sido rematada por um frontão triangular tripartido, com pináculos sobre as pilastras, como acontece na igreja franciscana de Ponta Delgada.

A igreja de São José tem a torre adossada à fachada lateral esquerda da igreja, recuada em relação à frontaria. Trata-se de uma torre incomum, de planta rectangular, perpendicular ao corpo das naves, que não pareceria tão peculiar se, no século XIX, não lhe tivessem adicionado um corpo frontal de dois níveis, cujo alçado frontal tenta continuar o frontispício da igreja.

As frontarias das igrejas conventuais da Graça e de São Francisco (São José) correspondem às primeiras fachadas, em São Miguel, compostas segundo um desenho racional, pensado para ocupar toda a extensão da fronte da igreja. Até então, as fachadas apresentavam apenas um portal central, encimado por um óculo ou janela, dentro da lógica tardo-gótica que se observa na Matriz de Vila Franca do Campo, a mesma lógica da fachada original da Matriz de Ponta Delgada. Como tal, tanto a igreja da Graça como a de São José estão na base do desenvolvimento das fachadas micaelenses, tendo influído nos projectos de muitas igrejas edificadas ou reformadas até ao final do século XVIII. Também influenciaram a solução encontrada para a fachada da Matriz da Ribeira Grande, que se tornou a cabeça de série da variante compositiva sem demarcação entre os dois níveis inferiores do frontispício, preeminente na segunda metade do século XVIII e no XIX.



Fig. 10.397 – Matriz de Ponta Delgada: frontaria (1748).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de Ponta Delgada tem uma frontaria erecta em 1748. Originalmente, possuía uma fachada tardo-gótica (c. 1550), com o portal central que lá se encontra – o único elemento que subsistiu da fachada primitiva – encimado por uma rosácea, óculo ou janela que não as que ora lá estão. Não se sabe se, até ao século XVIII, se conservou desse modo, nem como era antes da reforma que produziu a actual fachada.

A fachada da Matriz de Ponta Delgada apresenta três níveis, incluindo o frontão. Está bem estruturada pelas pilastras que delimitam o pano central e as cornijas que assinalam os níveis existentes. No nível térreo, manteve-se o portal tardo-gótico quinhentista, em pedra lioz, ainda que tenham sido abertas portas tardo-barrocas nos panos laterais da fachada, em pedra vulcânica. Sobre as portas laterais corre uma cornija que não existe no pano central da fachada. Esta ausência justifica-se mais para não interferir com o portal pré-existente que por opção compositiva – se o portal central não se expandisse tanto, certamente haveria uma cornija a correr toda a largura da fachada. Os panos laterais possuem dois níveis demarcados, o que, só por si, a exclui do grupo de fachadas sem demarcação entre os níveis inferiores.

O segundo nível apresenta quatro janelas – duas no pano central e uma em cada pano lateral. Estas janelas descendem directamente das que existem na fachada da igreja da Graça da mesma cidade. Os colunelos torsos assentes em mísulas, com capitéis encimados por pináculos e com motivos decorativos vegetalistas sobre o lintel, formam um modelo de janelas que foi utilizado, sem grandes alterações, em várias igrejas micaelenses. As que se situam no pano central são ligeiramente menores que as laterais, por falta de espaço dentro do compartimento em que se inserem.

O terceiro nível está confinado ao pano central do frontão, onde fica uma rosácea de contorno polilobado condicionada pela baixa altura. Nesta frontaria existe um frontão, tripartido pelas pilastras que para ali prosseguem e com a base na cornija que corre sobre o segundo nível, de um extremo ao outro. O facto de ser baixo e de só possuir uma rosácea é distintivo o suficiente para não ser entendido como uma expansão superior do pano central. A rosácea antes abria-se acima da porta central, contudo, no século XVIII, passou a ocupar o lugar central do tímpano – deixou de estar numa posição intermédia, entre o portal e o vértice da fachada, para passar a abrir-se na parte superior daquela. A fina cornija sobre a rosácea marca a base para o frontão do pano central da fachada, delimitado por volutas, enquanto os panos laterais são rematados por aletas encostadas às pilastras centrais. O frontão da Matriz de Ponta Delgada foi inspirado no da Matriz da Ribeira Grande, apesar das diferenças compositivas.

A Matriz de Ponta Delgada possui a mais alta torre sineira de todas as igrejas micaelenses, com mais do dobro da altura dos extremos da fachada. Erguida em 1623, tem um corpo inferior muito alto, que sobe até o arranque do campanário, com aberturas nalgumas faces, desniveladas entre si mas sem demarcação dos níveis. O campanário é de cantaria à vista, sobre o qual foi adicionado, em 1909, o corpo superior do relógio, coroado por uma cobertura em barrete de clérigo. A torre ficou excessivamente alta, desvirtuada e desproporcionada em relação ao corpo da igreja.



Fig. 10.398 – Matriz de Água de Pau: frontaria (1774).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de Água de Pau possui uma frontaria ímpar, já que se trata da única fachada micaelense com três níveis e uma só porta. A malha ortogonal de pilastras e cornijas que estrutura a fachada tem uma expressividade que lembra a igreja de São José de Ponta Delgada. No entanto, o desenho também deriva dos frontispícios das Matrizes da Ribeira Grande e de Ponta Delgada. A frontaria da Matriz de Água de Pau apresenta-se compartimentada, com o portal e sem mais vãos no nível térreo, com três janelas no segundo nível e um óculo no terceiro. A janela central é a maior e a única ladeada por finas pilastras, rematadas por pináculos já no nível superior. Porém, mal-

grado as dimensões, todas têm o mesmo emolduramento em cantaria, com as ombreiras prolongadas inferiormente e entablamentos duplos sobre os lintéis.

O terceiro nível encontra-se assinalado por um entablamento no pano central, cuja arquitrave se prolonga pelos panos laterais até aos cunhais. Se o entablamento corresse toda a fachada poder-se-ia falar mais comodamente de um frontão tripartido. Contudo, a diferente expressão das linhas que constituem a sua base parece realçar o pano central do frontão como o último nível da fachada, dissonante do que se passa nos panos laterais. Mais uma vez, a ambiguidade dos frontões micaelenses desarranja a sua interpretação. Naquele último nível abre-se um óculo central, emoldurado por volutas, sobre o qual corre um fino friso. Encostado superiormente ao friso está, ao centro, um alto relevo que representa uma custódia. A fachada é rematada por dois pares de volutas quebradas que formam um frontão, no pano central, e se posicionam como aletas, nos panos laterais.

A torre sineira da Matriz de Água de Pau segue o tipo de torres existente em São Miguel, apesar de ser baixa quando comparada à altura usual nas outras igrejas. Apesar de as torres dessas igrejas raramente se conjugarem com as fachadas, mesmo sendo coevas, neste caso, a torre e a fachada não só parecem como são de campanhas de obras distintas. A fachada data de 1774, mas a torre é de 1737. Acompanhava a fachada anterior, desconhecendo-se se seria a original, reformada no último quartel de Quinhentos ou se teria, entrementes, sido intervencionada. Seja como for, era uma fachada mais pequena que a actual, face à qual a torre evidencia as suas parcas dimensões. O campanário mostra uma ventana por face, sendo rematado por balaustradas de pedra com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 10.399 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Ribeira Grande: frontaria (1766).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.400 – Igreja de São Roque, Rosto de Cão: frontaria (1750).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira Grande, e de São Roque, em Rosto de Cão, não renegam uma ascendência comum – a igreja de São José de Ponta Delgada. A fachada da Conceição mostra-se como uma versão simplificada, com menos níveis, menos janelas e com três portas à face da frontaria, enquanto que na igreja de São José se abrem três portas recuadas dentro da galilé. No entanto, a malha ortogonal constituída por pilastras, cunhais, frisos e cornijas, acrescida de um frontão triangular tripartido, confirma a influência da fachada da igreja franciscana na sua elaboração, mais que a da Matriz da Ribeira Grande, que já estava edificada à data da construção da frontaria da igreja da Conceição.

No nível térreo, a porta central é maior que as laterais, cada uma centrada no seu pano e todas rematadas por entablamentos. No pano central, sobre a porta, existe um motivo decorativo central, enquanto duas mísulas se posicionam acima dos extremos do entablamento. Nos panos laterais, ao entablamento das portas segue-se um segundo entablamento, com um friso mais largo, que se liga por cantaria ao fino friso que corre toda a fachada, separando os dois primeiros níveis.

O segundo nível é composto por três janelas que encimam as portas inferiores, com a janela central a mostrar-se mais larga. Esta janela de guilhotina possui volutas distendidas que fazem parte do seu emolduramento. A ladear a janela estão dois colunelos torsos aprumados com as mísulas existentes sobre os extremos da porta inferior, assentes no friso que separa os níveis e encimados por capitéis que se ligam a um friso superior. As janelas dos panos laterais são ladeadas por pilastras igualmente simples, alinhadas com as ombreiras das portas.

O entablamento simplificado que corre, superiormente, toda a largura da fachada incorpora os lintéis das janelas no seu friso. Assinala a base do frontão triangular, tripartido pelas pilastras que por ali prosseguem. No pano central fica um óculo ladeado por colunelos torsos que assentam num pequeno friso, enquanto que os capitéis são sobrepujados por elementos decorativos. Sobre o óculo está uma cartela pentagonal, formada por uma moldura de cantaria à vista e pelo vértice do frontão.

A torre tem uma dimensão média quando confrontada com o conjunto das torres sineiras micaelenses. O campanário é delimitado por dois pares de cornijas. Se os frisos não estivessem rebocados e pintados de branco, poder-se-iam ler melhor como entablamentos. A torre é rematada por uma balaustrada pétrea, limitada e entremeada por pilaretes com pináculos.

A igreja de São Roque, em Rosto de Cão, foi erguida em 1750. Contudo, a frontaria ou foi construída ou reformada num tempo posterior, entre os séculos XVIII e XIX, embora não haja qualquer informação sobre o assunto. A malha ortogonal é similar à da fachada da Conceição, com pilastras e cunhais mais estreitos. Todos os vãos são

rematados por entablamentos, com pináculos sobre os extremos das cornijas, enquanto que o espaço existente entre eles é ocupado por motivos vegetalistas em alto relevo. O friso que demarca os níveis inferiores é fino, como na frontaria da Conceição. O segundo nível, sobre o qual corre a cornija superior, é um pouco mais alto.

A partir dali desenvolve-se o terceiro nível que correspondem ao frontão. Mostra-se estruturalmente igual ao da Conceição, igualmente tripartido por pilastras, com um óculo elíptico central envolvido por motivos fitomórficos em relevo, que também se fazem representar nos panos laterais. Diverge da Conceição na forma do remate, um misto de frontão semicircular, no pano central, com volutas quebradas e distendidas nos panos laterais. A sobrelevação do frontão nos extremos, associada à extensão e forma do remate, acrescida dos motivos vegetalistas em relevo presentes nos três panos adensam ainda mais a desconfiança desta fachada ser fruto de uma reforma realizada umas décadas após a data registada, 1750. O presente frontão pode ter sido reformado, ocultando ou integrando um frontão anterior, o que justificaria as suas dimensões e sobrelevação nos extremos.

A torre sineira é bastante elevada, com um corpo inferior que se alteia bem acima do extremo da fachada, no qual se abrem duas pequenas janelas aprumadas. O campanário, com uma ventana por face, é delimitado por cornijas e rematado por balaustradas de pedra, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

Tanto a fachada de São Roque quanto a da Conceição possuem um friso entre os dois níveis inferiores, bem mais fino que nas Matrizes de Ponta Delgada (nos panos laterais) e de Água de Alto. Esta alteração influi mais na expressividade que no desenho da fachada, um meio caminho entre as fachadas de três níveis com e sem demarcação dos níveis inferiores. Também é o que acontece na fachada da Ribeira Seca, onde a composição se repete, mais simples, estilizada, consequência do contexto temporal e estilístico em que foi erguida.



Fig. 10.401 – Igreja de São Pedro, Ribeira Seca: frontaria (1830).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A fachada da igreja da Ribeira Seca, construída em 1830, afasta-se das frontarias anteriores em algumas décadas, numa época em que as fachadas de três níveis, sem demarcação entre os dois níveis inferiores, se tinham tornado hegemónicas. Repetindo a estruturação e composição usuais nas fachadas micaelenses da segunda metade do século XVIII, possui um desenho mais fino, menos expressivo, com novas formas de portas – são rematadas por arcos de volta inteira, enquadradas por pilastras e com óculos cegos noa ângulos, entre os arcos e os extremos da cornija superior. A composição é uma actualização dos portais quinhentistas do primeiro Renascimento, um revivalismo clássico. Contudo, ainda que se trate de uma simplificação ou estilização do desenho quinhentista, a composição da fachada da Ribeira Seca está incutida de uma fórmula que não chegou a desaparecer de São Miguel.

– <u>Sem demarcação entre os níveis inferiores</u>



Fig. 10.402 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A frontaria da Matriz da Ribeira Grande foi erguida aquando da reedificação da igreja, entre 1728 e 1736. Foi de tal forma determinante que se impôs como cabeça-de-série de quase todas as fachadas de igrejas que se lhe seguiram. Não se pode olvidar que esta fachada é, nos dias de hoje, a quarta mais antiga de São Miguel, depois das frontarias da Matriz de Vila Franca do Campo (post. 1534), da igreja da Graça (1680) e de São José (1714), já analisadas. É nesse contexto que deve ser compreendida, a partir do confronto com aquelas igrejas, com o intuito de determinar as inovações quer no desenho estrutural quer nas formas utilizadas na sua composição.

A Matriz da Ribeira Grande possui duas novidades significativas na sua fachada: a ausência de demarcação entre os níveis inferiores e a solução encontrada para o frontão. A primeira acaba por ter um impacto na estruturação da fachada, uma vez que os panos deixam de ser divididos a meia altura. Assim, os elementos verticais (pilastras e cunhais) ficam realçados, delimitando os três panos que se estendem, sem interrupções, do soco até ao entablamento da fachada – o único elemento horizontal que a corre de um extremo ao outro. Como tal, a frontaria da Matriz da Ribeira Grande ficou com maior leveza, sem a compartimentação registada nas frontarias das igrejas estruturadas pela malha ortogonal de pilastras e frisos/cornijas.

Como resultado, as portas e as janelas que as encimam puderam aproximar-se, interligando-se pelo emolduramento de cantaria. As três portas são flanqueadas por pilastras, sobre as quais correm os entablamentos que as rematam com cornijas balançadas. Acima, abrem-se as janelas do segundo nível da fachada. A janela central é mais larga, mas possui a mesma altura das outras. É ladeada por colunelos que são torsos na parte superior. Assentam em mísulas, das quais decaem meias volutas. O espaço delimitado pelo peitoril da janela, a cornija da porta e as meias volutas forma um avental em cantaria à vista. Superiormente, os colunelos são rematados por capitéis que se integram ressaltados no entablamento da fachada. Nas janelas laterais, em vez de colunelos existem pilastras a flanqueá-las. Como sucede na janela central, os capitéis encontram-se integrados no entablamento, com um tratamento apilastrado.



Fig. 10.403 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

O terceiro nível corresponde ao frontão, a partir do entablamento superior que lhe serve de base. É tripartido pelas pilastras centrais da fachada. O pano central apresenta um nicho axial encaixado no espaço entre duas janelas, todos interpolados por quatro colunelos torsos (na parte superior). A composição é rematada por um entablamento que corre entre as pilastras centrais, ressaltado sobre os colunelos e agregando os seus capitéis. O terceiro nível é, por sua vez, rematado por um frontão formado por duas volutas quebradas. Os panos laterais não têm vãos, sendo definidos pelo entablamento superior da fachada, as pilastras e a voluta quebrada que acompanha o desnível, formando aletas.

O desenho e a composição da fachada da Matriz da Ribeira Grande – tripartida pelas pilastras, cada pano constituído por um portal encimado por uma janela, dos quais se destaca o central, com a porta ligeiramente mais alta que as laterais e a maior atenção decorativa dada às janelas – afectou profunda e indelevelmente a arquitectura religiosa que, depois, se edificou em São Miguel. Para além de desaparecer o friso/cornija que demarcava os dois primeiros níveis, unificando os panos da fachada, o emolduramento das portas e janelas com cantaria estabelece uma interdependência entendida como uma unidade que se mostra nos três panos da fachada.

O frontão tripartido, com remate constituído por volutas quebradas, intercaladas por pináculos sobre pedestais que findam as pilastras e os cunhais, foi a grande solução encontrada para ultimar as fachadas. O frontão da Matriz da Ribeira Grande foi copiado na maioria das igrejas micaelenses, variando essencialmente nos vãos do pano central. Se, na Matriz, aquele nível apresenta um nicho axial ladeado por janelas, nas restantes igrejas existe ou um nicho ou uma janela, mas sempre um só elemento.



Fig. 10.404 – Matriz de N.ª S.ª Estrela, Ribeira Grande: frontaria (1736).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A actual torre é, no mínimo, a terceira sineira erguida na história da Matriz da Ribeira Grande. Foi erecta em 1701, em substituição de uma torre que tinha ruído sobre a igreja. Começou, assim, por acompanhar o antigo templo, tendo sido conservada na campanha de obras que reedificou a igreja entre 1728 e 1736.

A torre encontra-se praticamente toda em cantaria à vista. Impressiona pelas dimensões, pois, para além de alta, tem um aspecto bastante robusto e maciço. Possui cinco níveis demarcados por cornijas. O corpo inferior é formado por três níveis, existindo, no segundo, um vão com guarda pétrea. O corpo superior da torre é composta por dois níveis de campanários, cada um com duas ventanas, o que perfaz quatro ventanas por face. A torre possui um remate plano, com balaustrada de pedra em todas as faces, ligando oito pináculos ali existentes – quatro erguem-se centrados nas faces, enquanto os outros quatro situam-se nos ângulos, sobre os cunhais. Este remate com guarda pétrea e oito pináculos foi repetido, com menores dimensões, umas décadas depois, na torre da igreja da Conceição da mesma cidade.



Fig. 10.405 – Igreja de N.ª S.ª Luz, Fenais da Luz: frontaria (1756).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.406 – Igreja de N.ª S.ª Saúde, Arrifes: frontaria (ref. 2.ª ½ séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.407 – Igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe: frontaria (1758).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.408 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa: frontaria (1772).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de Fenais da Luz, Arrifes, Rabo de Peixe e Nossa Senhora do Rosário (Lagoa) foram construídas na segunda metade do século XVIII. Todas são descendentes directas da cabeça-de-série, a Matriz da Ribeira Grande, não só na ausência de friso/cornija entre os níveis inferiores, mas também na composição dos vãos da fachada e do frontão. Estas igrejas (e as que se seguirão) apresentam uma matriz constituída por pilastras e cunhais, como elementos verticais, sempre terminados por pináculos. Dividem a fachada em três panos, nos quais se abrem dois vãos aprumados em cada um – exceptuando a igreja de Fenais da Luz, as fachadas têm três portais, cujo central é mais alto, encimados por janelas. A grande cornija da fachada é o elemento horizontal preponderante, à qual se encostam sempre as cantarias das janelas do segundo nível. Também serve de base ao frontão, que se assume como mais um nível da fachada. Ali se abre, regra geral, uma janela, embora haja fachadas que apresentam um nicho, sempre encimados por uma cornija superior. O frontão permite uma dupla interpretação em todas as fachadas: ou o tímpano encontra-se tripartido pelas pilastras ou o terceiro nível só existe no pano central, ladeado por volutas na posição de aletas.

As frontarias das igrejas de Fenais da Luz, Arrifes, Rabo de Peixe e Nossa Senhora do Rosário (Lagoa) variam nas proporções, na expressividade, no tratamento e decoração das cantarias, bem como no desenho das volutas do frontão, quase sempre quebradas. Como exemplares do século XVIII, possuem molduras expressivas nos vãos, com as arquitraves dos entablamentos bem desenvolvidos. A fachada da igreja de Fenais da Luz, embora tenha três níveis, não tem uma janela superior ao portal central, não obstante existirem nos panos laterais – as portas e as janelas são-se emolduradas por cantaria que as une através de um duplo entablamento entre elas. Na fachada da de Arrifes, as janelas do segundo nível são ladeadas por colunelos torsos que assentam em mísulas, como na igreja do convento da Graça e na Matriz de Ponta Delgada. Nas frontarias das de Rabo de Peixe e de Nossa Senhora do Rosário (Lagoa) realça-se a maior cota das grandes cornijas, proporcionando panos mais altos e vãos mais espaçados. Também se nota a autonomia entre as portas e as janelas que as encimam, com remates inferiores das ombreiras com os extremos encurvados.

As torres daquelas igrejas são semelhantes. As que acompanham as igrejas de Fenais da Luz e Arrifes são mais antigas, sem vãos no corpo inferior da torre. À medida que o século XVIII avançou, começaram a rasgar-se mais vãos aprumados nos corpos inferiores, que podem ser quase frestas, óculos ou janelas. Os campanários das várias torres são similares, destacando-se o da torre de Nossa Senhora do Rosário (Lagoa) por ter duas ventanas em cada face. Todos os campanários são rematados por guardas pétreas com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 10.409 – Igreja de N.ª S.ª Ajuda, Ajuda da Bretanha: frontaria (2.ª ½ séc. XVIII).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.410 – Igreja de N.ª S.ª Apresentação, Capelas: frontaria (sécs. XVIII-XIX).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As fachadas das igrejas da Ajuda da Bretanha e de Capelas foram erguidas entre os séculos XVIII e XIX, continuando a mesma composição das igrejas anteriores. Na primeira realça-se o terceiro nível com um nicho axial. Na segunda, existe um entablamento que corre somente no pano central e que divide os dois níveis inferiores. As duas janelas que se abrem naquele pano prolongam-se inferiormente, sendo enquadradas por finas pilastras e frisos. Nos panos laterais da fachada de Capelas surgem motivos vegetalistas em relevo, entre as portas e as janelas do segundo nível. Também existem, com menor expressão, na fachada de Rabo de Peixe, bem como de outras igrejas que se seguirão. É mais uma opção para ocupar o espaço entre as portas e as janelas que as encimam, sem que se constituam como um avental por indefinição.

Os frontões das igrejas da Ajuda da Bretanha e das Capelas seguem as mesmas regras dos frontões das igrejas anteriores. Porém, o desenho mais gordo das volutas quebradas não só lhes dá uma imagem mais «roliça», como também gera mais tímpano.

As torres das duas igrejas são mais antigas que os corpos das naves. Na de Ajuda da Bretanha, o corpo inferior tem um pequeníssimo vão, quase inexpressivo. Na de Capelas existem duas pequenas janelas aprumadas, também elas pouco expressivas. Em ambos os casos, resultam da abertura de vãos com o intuito de iluminar a escada interna de aceso ao campanário, não havendo qualquer intencionalidade de integrar aqueles vãos na composição da fachada – foram abertos de dentro para fora. Quanto aos campanários, o da igreja de Capelas é rematado por um baixo coruchéu piramidal oitavado, enquadrado pelos pináculos colocados nos ângulos, encontrando-se encoberto pelo mostrador do relógio. Trata-se de uma solução extra-ordinária em São Miguel, já que a imagem que marca as torres da ilha é o seu remate recto, com guardas pétreas e pináculos nos ângulos.



Fig. 10.411 – Igreja do Divino Espírito Santo, Maia: frontaria (1825).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.412 – Igreja de Santa Cruz, Matriz da Lagoa: frontaria (1844).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.413 – Igreja dos Reis Magos, Fenais da Ajuda: frontaria (1847).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas da Maia, Fenais da Ajuda e Matriz da Lagoa têm fachadas erguidas na primeira metade do século XIX. Têm a mesma composição das igrejas anteriores, embora se verifique um aumento da altura, especialmente nas da Maia e Fenais da Ajuda. A expressividade dos elementos de cantaria – pilastras, cornijas e molduras dos vãos –simplifica-se e se adelgaça. Nas três fachadas, as janelas do segundo nível são autónomas das portas inferiores, mesmo com a existência de motivos decorativos em relevo no espaço entre ambas. Relativamente aos frontões, que continuam a fórmula das igrejas anteriores, para além dos seus elementos constitutivos apresentarem a mesma expressividade das respectivas fachadas, em todos nota-se uma distensão das volutas laterais, com um desenho mais delgado e quebras mais ténues.

As torres que se levantam nas igrejas da Maia, Fenais da Ajuda e Matriz da Lagoa são bastante altas. Destacam-se pelas três janelas aprumadas dos corpos inferiores, niveladas com os vãos da fachada. A janela superior é sempre menor, nivelando-se pelas janelas presentes nos frontões. Se, nas da Maia e Fenais da Ajuda, aquelas janelas se encostam superiormente à cornija que marca o arranque do campanário, na Matriz da Lagoa tal não acontece pela maior altura da torre. Os três campanários são rematados por balaustradas pétreas, com pináculos nos ângulos.

A abertura de janelas no corpo inferior da torre, niveladas com os restantes vãos da fachada e com o mesmo tratamento estético revela uma intenção que ultrapassa a iluminação natural da escada interna da torre. Denota uma vontade de integração das torres na composição da frontaria. Na realidade, as janelas das torres prolongam lateralmente a leitura dos níveis da fachada, embora não respeitem a métrica nem a sua composição. Apresentam-se algo comprimidas no espaço entre cunhais, a que não é alheia a espessura das molduras em cantaria.



Fig. 10.414 – Igreja de N.ª S.ª Mãe de Deus, Povoação: frontaria (1856/1952).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.415– Igreja de São Salvador do Mundo, Ribeirinha: frontaria (1861).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.416 – Igreja de N.ª S.ª Piedade, Ponta Garça: frontaria (1869).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.417 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lomba da Maia: frontaria (1877).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As fachadas da igrejas de Nossa Senhora Mãe de Deus (Povoação), Ribeirinha, Ponta Garça e Lomba da Maia são obras da segunda metade do século XIX. Permanece a utilização da matriz compositiva destas fachadas, embora o tratamento estilístico dos elementos – pilastras, cornijas e vãos – seja menos expressivo e mais adelgaçado. Como já fora notado nas igrejas precedentes, o espaço entre as portas e as janelas superiores está ocupado por motivos vegetalistas em relevo. Também as volutas quebradas do frontão se simplificam e se estiram.

A relação das torres com as frontarias parece ter estabilizado. A cornija inferior, a partir da qual arrancam os campanários, encontra-se nivelada com a cornija superior do pano central das fachadas É um aspecto que já se observava nas igrejas anteriores, mas que parece ter-se estabelecido na segunda metade do século XIX. A torre da igreja da Mãe de Deus (Povoação) possui uma outra cornija, ao nível da grande cornija da fachada que ali prossegue, marcando exteriormente um nível intermédio da torre. Os corpos inferiores das torres das quatro igrejas apresentam três óculos aprumados, cuja forma e tratamento estético são variados, realçando-se os óculos circulares na Lomba da Maia pela raridade da solução. Todas as torres possuem um remate executado por balaustradas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 10.418 – Igreja de São Jorge, Matriz do Nordeste (1796): frontaria (1796).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.419 – Igreja de N.ª S.ª Penha de França, Água Retorta: frontaria (1872).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.420 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Achadinha: frontaria (ant. 1765/ref. 1882).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.421 – Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara: frontaria (ant. 1852).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas do Nordeste, Água Retorta, Achadinha e Santa Bárbara constituem um subgrupo que apresenta vãos rematados por lintéis curvos ou em arco de volta inteira. Esta é a principal característica que as ressalva das fachadas anteriores. De

resto, são todas exemplares de fachadas com três níveis (a de Santa Bárbara também o teve), sem demarcação entre os níveis inferiores e com um desenho de pilastras e cornijas mais fino. Exceptuando a da Matriz do Nordeste, datada de 1796, as outras fachadas foram maioritariamente erigidas na segunda metade do século XIX. As frontarias das igrejas de Nordeste, Água Retorta e Achadinha são mais altas, um processo que já tinha dado sinais nalgumas fachadas que as antecederam, ainda que aqui atinjam uma maior expressão.

A Matriz do Nordeste tem altos panos de fachada, o que gera mais espaço para compor. Como consequência, as janelas do segundo nível autonomizaram-se, «descolando» da grande cornija da fachada. Os espaços maiores que medeiam os vãos e a grande cornija foram ocupados por motivos vegetalistas em relevo. O mesmo acontece nas fachadas das igrejas de Água Retorta e Achadinha, cujas janelas em forma de arco de volta perfeita se encostam à grande cornija através da parte superior do emolduramento em cantaria, na primeira, ou com motivos vegetalistas em relevo, na segunda.

Os frontões daquelas três igrejas continuam a fórmula utilizada desde a Matriz da Ribeira Grande, embora se note diferença nas proporções, nomeadamente, numa maior altura relativamente à largura. Na Matriz do Nordeste, um óculo emoldurado que se abre axialmente no frontão corresponde ao terceiro nível. Todavia, realça-se o remate com volutas quebradas e um tratamento tardo-barroco. Nas igrejas de Água Retorta e Achadinha, os frontões apresentam janelas axiais com a mesma forma e tratamento estético das janelas do segundo nível das fachadas. Os frontões continuam a ser definidos por volutas quebradas, mas com um desenho mais fino.

Apenas a torre sineira da Matriz do Nordeste é coetânea da fachada. As torres das igrejas de Água Retorta e Achadinha pertenciam às anteriores ermidas, tendo sido conservadas e integradas nas novas igrejas. Possuem menores dimensões, o que as denuncia como obra externa à fachada, ainda que a altura e a largura atingidas pela torre da Achadinha a aproximem de uma torre de igreja comum. Todas mostram o campanário com uma ventana por face, rematado por balaustradas e com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

A fachada da igreja de Santa Bárbara é o remanescente da igreja oitocentista, arruinada no sismo de 1852. Foi decidido construir uma nova igreja que se lhe ergue defronte. No entanto, a antiga frontaria e a sua torre foram conservadas, embora já não possua o frontão, integrando-se no grupo de fachadas em estudo.



Fig. 10.422 – Igreja de N.ª S.ª Neves, Relva: frontaria (1748/ref. post. 1880).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.423 – Igreja de São Lázaro, Água de Alto: frontaria (1855).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As fachadas das igrejas da Relva e de Água de Alto integram-se no grupo de fachadas sem demarcação entre os níveis inferiores. Contudo, por serem rematadas por frontões triangulares, divergem na composição do terceiro nível. Em conjunto com as fachadas já analisadas das igrejas de São José (Ponta Delgada) e de Nossa Senhora da Conceição (Ribeira Grande), formam o grupo de fachadas micaelenses que são rematadas por frontões triangulares.

A fachada da igreja da Relva data de 1748, o que a torna na quinta mais antiga da ilha, logo após a Matriz da Ribeira Grande. Foi reformada depois de 1880, cujos trabalhos incidiram nas três portas do nível térreo. A porta central foi aumentada nas suas dimensões, com um remate em arco abatido, enquadrada por pilastras e por um entablamento superior, com pináculos nos extremos, no prolongamento das pilastras. As portas laterais são menores, com a forma de arco quebrado.

A restante fachada, bem como a torre sineira, não foram intervencionadas naquela reforma. Mostram a obra construída no meado do século XVIII, com pilastras largas, que se prolongam pelo frontão. O segundo nível desenvolve-se a uma cota bem elevada e é constituído por três janelas que se encostam ao entablamento da fachada. No terceiro nível encontra-se o frontão triangular, tripartido pelas pilastras rematadas por pináculos e com uma rosácea axial. Os pináculos e as pilastras são os elementos *in situ* compartilhados com os frontões delimitados por volutas das outras igrejas do grupo. Contudo, não é o suficiente para estabelecer qualquer familiaridade, já que os recortes dos remates são totalmente díspares.

A fachada da igreja de Água de Alto possui um desenho mais adelgaçado nas pilastras, cornijas e molduras dos vãos, reflectindo o tempo da sua edificação, nos meados do século XIX. As janelas do segundo nível não se encontram encostadas à grande cornija da fachada. Porém, a grande novidade está na inexistência de tripartição no frontão, o que torna esta fachada única na ilha – todas as outras fachadas rematadas

por frontões, triangulares ou não, mostram-nos tripartidos pelas pilastras centrais que sobem das fachadas. Centrado no tímpano, tangente à base, fica um vão cego emoldurado que sugere uma rosácea, onde foi instalado um relógio.

As torres sineiras das igrejas da Relva e de Água de Alto não diferem da grande maioria das torres de igrejas micaelenses. Entre si, têm datações que se apartam por pouco mais de um século, entre meados do século XVIII e meados do XIX. O tratamento diferente espelha a pouca importância dada, na Relva, ao corpo inferior da torre, ao passo que, em Água de Alto, aquele corpo apresenta três óculos emoldurados, aprumados entre si e nivelados com os vãos da fachada. Os dois campanários possuem uma ventana por face, sendo rematados por balaustradas pétreas com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

10.5.4. Fachadas revivalistas

As igrejas de Calhetas, São Brás, Nossa Senhora dos Remédios, Nordestinho e Lomba da Fazenda foram as últimas, com três naves, a serem erectas em São Miguel. Têm em comum o facto de exibirem frontarias cuja composição e tratamento estético se imbuíram no espírito da arquitectura revivalista do século XIX, essencialmente neogótica, que prosseguiu para o século XX.



Fig. 10.424 – Igreja de N.ª S.ª Boa Viagem, Calhetas: frontaria (1830).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A igreja de Calhetas foi edificada em 1830, não possuindo a estruturação executada por pilares e cornijas. Também não tem frontão, constituindo-se como um único pano de fachada onde foram abertos os vãos. Possui um portal central encimado por um óculo e ladeado por duas janelas. Todos os vãos, à excepção do óculo, são definidos por arcos apontados, a única característica neogótica presente na fachada. Ainda assim, foi a primeira fachada de influência neogótica erguida numa igreja de três naves micaelense.

O baptistério apresenta-se adossado ao corpo da igreja pelo lado da Epístola. Encontra-se à face com a fachada, com uma janela em forma de arco apontado e o mesmo tratamento das janelas laterais da fachada, insinuando uma extensão lateral desta. O mesmo pode ser corroborado pelo remate que, após uma quebra, continua o declive do remate da fachada.

A torre sineira da igreja de Calhetas é estreita, lembrando as torres das ermidas, ainda que mais alta. Possui um corpo inferior com uma janela, no nível térreo, em forma de arco apontado. Num segundo nível, demarcado por cornijas, encontra-se instalado o relógio. O terceiro nível correspondente ao campanário, com uma ventana formada por um arco quebrado em cada face, sendo rematado por platibandas com pináculos colocados nos ângulos, sobre os cunhais.



Fig. 10.425 – Igreja de São Brás, São Brás: frontaria (1886).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.426 – Igreja de N.ª S.ª Remédios, N.ª S.ª dos Remédios: frontaria (post. 1893).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A frontaria da igreja de São Brás destaca-se de todas as outras igrejas micaelenses por possuir duas torres coroadas por coruchéus, integradas quer na fachada quer na planta do templo. A fachada apresenta-se tripartida pelos cunhais ressaltados das torres, com os níveis demarcados por cornijas. Todos os vãos são rematados em forma de arco apontado, até as ventanas das torres, cujas molduras se mostram mais espessas no remate dos arcos propriamente ditos.

No nível térreo situa-se o portal central, ladeado por janelas situadas nos panos das torres. No segundo nível abrem-se, no pano central, duas janelas geminadas, assentes na cornija que demarca o nível inferior da fachada. Sobre aquelas janelas está um óculo axial, ficando os três vãos inseridos numa fina moldura em arco quebrado que parte das molduras externas das janelas geminadas. Nos panos das torres encontram-se janelas similares às do nível térreo, mas mais altas. No terceiro nível situa-se, no pano central, um frontão com remate contracurvado quebrado. Nos panos das torres, aquele nível corresponde aos campanários, concluídos em 1961, com uma ventana em

cada face. As torres são rematadas por uma balaustrada com pequenos pináculos nos ângulos, sobre os cunhais, e coroadas por coruchéus piramidais de secção rectangular, com as faces e as arestas revestidos de telha, como as quatro águas de um telhado muito declivoso.

A fachada de Nossa Senhora dos Remédios também é ímpar, com a sua torre inserida na planta da igreja em posição axial, desenvolvendo-se num tramo adossado à planta da igreja. A composição dos três panos da fachada é similar à da igreja de São Brás, desde os cunhais ressaltados nas torres e nos extremos possuírem o mesmo tratamento estético, até às janelas do segundo nível – em que o óculo axial é cego. A grande diferença observa-se no nível térreo, onde se abrem três portais. Todos os vãos são rematados por arcos apontados e molduras de cantaria simples. Sobre a cornija superior da fachada corre uma platibanda que liga os pináculos colocados nos extremos, sobre os cunhais. Essa platibanda prossegue nos alçados laterais da frontaria.

A torre ergue-se em posição axial na fachada, coincidindo com o pano central da mesma, embora a sua leitura fique prejudicada pela grande platibanda da frontaria. É constituída por três níveis, onde se abrem, por ordem ascendente, o portal central, a janela geminada e o campanário que, por sua vez, possui duas ventanas geminadas e um óculo cego central, repetindo a composição do segundo nível. O campanário é rematado por platibandas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais. Um coruchéu baixo coroa a torre, ainda que fique semiocultado pelas platibandas.



Fig. 10.427 – Igreja de Santo António, Nordestinho: frontaria (1909).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 10.428 – Igreja da Imaculada Conceição, Lomba da Fazenda: frontaria (1918).
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas de Nordestinho e da Lomba da Fazenda foram as últimas do tipo de três naves a serem construídas em São Miguel, datando já das duas primeiras décadas do século XX. Numa primeira observação percebe-se que há um retorno ao formato/silhueta tradicional da fachada, ladeada pela torre e pelo corpo do baptistério em extremos opostos. Se a frontaria da igreja do Nordestinho se filia na mesma

expressão neogótica das restantes igrejas do grupo, a da Lomba da Fazenda é uma miscelânea revivalista, sem ser especificamente neogótica.

Os dois primeiros níveis da fachada da igreja de Nordestinho, excluindo a torre e o baptistério, apresentam uma composição semelhante à fachada de Nossa Senhora dos Remédios. O desenho é o mesmo, no qual as pilastras e cunhais mostram um tratamento estético idêntico, ainda que não estejam ressaltados, e os vãos são todos rematados por arcos apontados. As diferenças surgem no nível térreo, no prolongamento das molduras das ombreiras dos portais até à cornija que corre entre os níveis inferiores. Acima, divergem nas molduras externas da janela geminada do pano central, enquanto que, nos panos laterais, são rematados por pináculos apilastrados.

A fachada de Nordestinho é superiormente corrida por uma grande cornija, que continua tanto para a torre quanto para o baptistério, onde serve de base a um pequeno frontão. Sobre ela assenta o pseudo frontão da fachada, com os lados quebrados e a silhueta de uma igreja com clerestório. No pseudo tímpano encontra-se um grande óculo emoldurado de cantaria. É encimado por um frontão que remata a parte central expandida superiormente.

Os corpos que ladeiam a fachada mostram, nos dois níveis inferiores, uma composição que os integra no desenho da fachada, expandindo-a lateralmente. No nível térreo, as janelas que ali existem têm o mesmo programa decorativo presente nos portais. No segundo nível apenas se encontram óculos aprumados com as janelas inferiores, revelando uma menor importância dada àquele nível dos corpos laterais. O nível térreo realça-se por ter sido alvo de uma maior atenção decorativa. A continuidade do tratamento da fachada para os corpos laterais ajuda a afirmar uma certa horizontalidade, vincada na grande cornija, que só não é contraditada pelas pilastras e cunhais devido ao tratamento estético pouco expressivo que lhes foi dado.

A torre sineira prossegue, autónoma, por mais dois níveis demarcados por cornijas. No corpo inferior abre-se um óculo centrado. O último nível corresponde ao campanário que, estranhamente, tem ventanas com arcos de volta inteira, os únicos daquela forma existentes na frontaria de Nordestinho. A torre é rematada por balaustrada, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

A fachada da igreja da Lomba da Fazenda é, como foi dito, uma miscelânea de vários revivalismos. Estruturalmente, a malha ortogonal das pilastras e cunhais entrecortadas por cornijas descende tanto da Matriz da Ribeira Grande como de todas as fachadas de três níveis sem demarcação nos níveis inferiores, ainda que tenha um fino friso, quase inexpressivo, a demarcá-los. Os portais possuem lintéis curvos, como os da fachada de Santa Bárbara, mas mais expressivos. No segundo nível abrem-se janelas com a forma de arcos quebrados, aprumadas com os portais. O segundo nível

desenvolve-se com uma composição similar ao mesmo nível das frontarias de Nordestinho, Nossa Senhora dos Remédios e São Brás. É comprovado pelas janelas geminadas no pano central e pelas janelas dos panos laterais. Ainda no pano central, sobre as janelas geminadas fica o relógio, em posição axial e com moldura de cantaria. O pano central é rematado por um frontão triangular, enquanto os laterais o são por declives rectos que arrancam das bases das pilastras dos cunhais e terminam num nível abaixo do frontão central.

A combinação de revivalismos na fachada da Lomba da Fazenda é patente na diferença no tratamento dos vãos. Os do nível térreo têm molduras largas, com lintéis curvos, ao passo que os do segundo nível são abertos por arcos apontados, com emolduramentos finos. Parecem níveis retirados de igrejas diferentes, estruturados pela velha malha de pilastras e cornijas. Neste caso, a maior expressão das pilastras coadjuva na verticalização da fachada.

A torre sineira também é revivalista, com um óculo a meio altura do corpo inferior, delimitado por uma fina cornija que cria um nível intermédio, de pouca altura, terminando com uma cornija. Acima desenvolve-se o campanário, com uma ventana por face, todas formadas por arcos de volta inteira. A torre é rematada por uma cornija, sobre a qual correm balaustradas, com pináculos nos ângulos, sobre os cunhais.

11. DISSERTAÇÃO

11.1. O espaço interno das igrejas de três naves açorianas

Existem actualmente, nos Açores, oito igrejas de origem tardo-gótica com três naves e os registos documentais de outras quatro, desaparecidas já no século XX. São os exemplares que subsistiram das primeiras igrejas construídas entre os finais do século XV e os meados do século XVI. Apesar de várias terem arcos quebrados nos portais e nos arcos triunfais, apenas duas os apresentam mais ou menos apontados nas arcarias das naves: a Matriz de Vila do Porto (Santa Maria), construída desde os finais do século XV, e a Matriz de Vila Franca do Campo (São Miguel), uma reconstrução posterior a 1534 da igreja primitiva que desapareceu no cataclismo de 1522, cuja primeira erecção terá ocorrido no início do século XVI. As restantes igrejas existentes são as Matrizes de Água de Pau, Ponta Delgada e Lagoa (São Miguel), as de São Sebastião e Praia da Vitória (Terceira), e a de Santa Cruz da Graciosa.

As quatro igrejas desaparecidas eram as paroquiais de Cedros e da Feteira (Faial), a primitiva Matriz das Lajes e a paroquial de Santa Bárbara (Pico). Estas igrejas diferem das anteriores por não terem possuído arcarias nas naves, mas colunatas desprovidas de arcos. De recursos mais parcos, esta solução não permitia a existência de clerestório. Todas as outras igrejas de três naves tardo-góticas açorianas tiveram clerestório, cujas aberturas sobre os arcos se mantiveram após perderem a funcionalidade, com a substituição das coberturas do corpo das naves por uma única, de duas águas.

> *A hibridez das obras confirma que o tempo de gestação foi lento ou, nalguns casos, senão em quase todos, decorrendo desde cerca de 1510 até 1540, ou mesmo depois, até cerca de 1560, numa manifestação de arcaísmo ou, melhor, de insularidade e periferismo, o que se torna compreensível considerando um quadro geográfico. Por sua vez, algumas das ilhas açorianas foram em toda a sua história prejudicadas por intensos abalos sísmicos, alguns dos quais terríveis, que levaram à ruína total ou parcial de muitos dos templos mais antigos e à sua demolição e substituição, parcial ou total, mudando constantemente a sua feição. A hibridez explica-se também – ou sobretudo – por este facto* (...)*. A «longa duração» do tardo-gótico manuelino levou a que muitos edifícios transitassem desta linguagem para a linguagem do classicismo dito «maneirista», fruto, na maior parte das vezes, de delongas nas obras de um determinado estaleiro, das vicissitudes dos sismos e da maior ou menor proficiência dos patrocinadores*[1].

As igrejas de três naves açorianas mostram-se semelhantes às congéneres e coetâneas reinóis, como resultado da evolução do tipo de igrejas filiado no modelo

[1] Paulo Pereira, "Arquitetura entre o gótico e o clássico", in Delfim Sardo, João Vieira Caldas, Vítor Serrão (coord. científica) *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000),* [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 35-36.

mendicante. Todas foram construídas antes de se cumprir um século de presença humana no arquipélago. Talvez por isso não existam elementos, ou composições, ou até um tratamento do espaço que as distinga dentro do conjunto de igrejas de três naves com cobertura de madeira construídas em Portugal.

O espaço interno das igrejas quinhentistas é constituído por três naves, separadas por duas arcarias compostas por arcos de volta inteira assentes em colunas, com coberturas de madeira. As capelas-mores e as principais capelas laterais podem ser cobertas por abóbadas tardo-góticas, com nervuras. As capelas-mores de várias igrejas comunicam com as colaterais através de arcos, o que origina um espaço transversal na cabeceira, um último tramo que já é pertença da cabeceira.

> *Todos estes templos têm* (...) *uma história atribulada, de acrescentos e alterações, mas parecem filiar-se numa mesma matriz planimétrica. Aliás,* (...)*, tornar-se-á evidente que nem todos obedecem a um esquema evolutivo e incremental exactamente igual, por exemplo na instituição e edificação de capelas laterais às naves. Mas qualquer um destes exemplos oferece um esquema de base, a nível planimétrico sobretudo, mas que se podia extrapolar para as fachadas e volumetrias em geral, esquema este que faz eco de um conjunto de igrejas que provêm de modelos metropolitanos, desde muito cedo adoptados nas paróquias do continente e que depois serviram de modelo para igrejas erguidas durante o período mais activo da expansão portuguesa, de povoamento ou colonização de territórios fossem eles norte-africanos, africanos orientais, goeses ou, como parece ser o caso, atlânticos*[2]*.*

Em Portugal, o século XVI foi a centúria das igrejas de três naves com arcarias apoiadas em colunas, já que há muito não as tinham nem depois as mantiveram. As igrejas de três naves e cobertura de madeira deixaram de ser construídas, no Continente, no final do século XVI, passando a predominar as igrejas de nave única. As primitivas igrejas de três naves erguidas nos Açores foram-no já com colunas – não existem arcarias assentes em pilares polistilos, como na ilha da Madeira e no Continente –, sendo a primeira metade do século XVI um sinal do tempo da sua construção,. O uso de colunas originou paredes das arcarias menos espessas, ajudando a uma melhor conglomeração das naves. Excluindo a Matriz de Vila Franca do Campo, todas as Matrizes possuem arcarias que, não sendo altas, são compostas por arcos de volta inteira assentes em colunas, gerando espaços internos mais desafogados.

> *No seu conjunto, as edificações de culto com vestígios mais antigos das ilhas açorianas constituem, aliás, exemplos de dimensões médias se comparadas com as do continente. Porém, obedecem, a meu ver, aos mesmos princípios de uma «unificação» de processos que começou a ter lugar no período de D. Manuel, e logo nos inícios do seu reinado* (...). *É isso que, segundo creio, se pode comprovar na tipologia semelhante das principais igrejas das ilhas mais precocemente povoadas e com núcleos urbanos significativos.*

[2] Idem, *Ibidem,* pp. 37-38.

Refiro-me à Igreja Matriz de Santa Cruz de Praia da Vitória, à Igreja Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada, e à Igreja Matriz de São Sebastião da Terceira. Uma comparação entre as plantas destes templos é suficiente para confirmar o ar de família e para determinar a existência de um plano de fundação e de expansão, previamente firmado e rigorosamente seguido[3].

A característica comum às igrejas tardo-góticas açorianas, que as diferencia das outras de três naves posteriormente construídas no arquipélago, é a existência de colunas e não de pilares a suster as arcarias, aferindo a sua maior antiguidade. Após o período construtivo tardo-gótico houve, nos Açores, um tempo entre a década de 1540 e o último terço do século do qual não há registos de edificação de igrejas nas ilhas. Tal período coincide com os anos da viragem definitiva para o classicismo no Continente. A escolha de pilares para as arcarias da Sé de Angra (1570) deu o mote para o desaparecimento repentino das colunas enquanto elementos estruturais das arcarias, sendo substituídas por pilares nos templos que doravante se ergueram no arquipélago. A ubiquidade dos pilares nas igrejas de três naves açorianas, durante três séculos, ajudou a criar a espacialidade interna que caracteriza e aparenta todos os exemplares. As colunas acabariam por regressar, no último terço do século XIX, como elementos pertencentes a um gosto ecléctico de um tempo revivalista, apenas num grupo de igrejas de São Miguel.

Percebe-se, igualmente, que as soluções utilizadas podem ir do tardo-gótico pré-manuelino, passando pelo «manuelino» e transitando sem delongas para aquilo a que poderemos chamar «tardo-manuelino», já do tempo de D. João III. Nesses edifícios alguns elementos renascentistas, embora timidamente integrados, convivem com elementos tardogóticos, partes manuelinas com traços de arcaísmo, ou com elementos edificados e lavrados segundo preceitos puramente manuelinos, influenciados pelos estaleiros da metrópole ou directamente importados destes[4].



Fig. 11.1 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.2 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.3 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.4 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): arcos quebrados.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

[3] Idem, *Ibidem*, pp. 37-38.
[4] Idem, *Ibidem*, pp. 37-38.

A Matriz de Vila do Porto sugere ser uma construção anterior ao reinado de D. Manuel I, que poderá remontar aos últimos anos de D. Afonso V, mas que foi concluída no século XVI. Enquanto edifício humilde de cariz gótico, nada tem de «manuelino». A Matriz de Vila Franca do Campo é a reconstituição da igreja primitiva. Na época em que foi reconstruída (depois de 1534), já a sua arquitectura se tinha tornado anacrónica. Trata-se de um edifício que já seria arcaizante no tempo da sua primitiva construção, a viragem para o século XVI, assumindo-se assim como um edifício tardo-gótico «pré-manuelino».



Fig. 11.5 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.6 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): pé-direito do arco triunfal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.7 – Matriz de Água de Pau (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Segundo a cronologia apurada, a Matriz de Água de Pau é o edifício tardo-gótico mais antigo da ilha de São Miguel. De fundação anterior, foi reformada a partir 1525, mantendo, hoje, as arcarias e os pés-direitos do arco triunfal construídos nessa reforma, mas sem vestígios do clerestório, que poderá ou não ter existido. A simplicidade do desenho dos arcos de volta inteira (a caminhar para o clássico) contrasta com os pés-direitos do arco triunfal, formados por colunelos aglutinados que se constituem como elementos denunciantes do período tardo-gótico.



Fig. 11.8 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.9 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.10 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.11 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): nave central e clerestório.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A Matriz de Ponta Delgada é o exemplar tardo-gótico mais erudito e «manuelino» do arquipélago, a que não é alheia a vinda de um mestre-de-obras da corte que a traçou e a começou a erguer. Para além dos portais principal e sul, os mais exuberantes das ilhas, o espaço interno alberga a única capela-mor com uma abóbada de nervuras que subsistiu numa igreja de três naves açoriana, bem como várias capelas laterais abobadadas, que se abrem por arcos trilobados ou de volta perfeita, que também podem ser encontradas noutras igrejas açorianas e metropolitanas coevas. Destaca-se a grande altura a que se eleva o clerestório que, a par de outros elementos e soluções construtivas, já estaria ultrapassado no tempo da sua construção.



Fig. 11.12 – Matriz de São Sebastião (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.13 – Matriz de São Sebastião (Terceira): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.14 – Matriz de São Sebastião (Terceira): cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.15 – Matriz de São Sebastião (Terceira): cobertura de capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz da Vila de São Sebastião tem um ar arcaico que, com um portal gótico formado por arquivoltas quebradas assentes em colunelos e uma fachada que acompanha o perfil das naves e acusa o clerestório, se filia no modelo mendicante. Contudo, o clerestório é quase residual e, uma vez no espaço interno, verifica-se que se trata de um edifício situado na charneira entre o Tardo-gótico e o Renascimento. Todos os arcos são de volta perfeita, com os capitéis uniformizados, mas de uma ordem indefinida, enquanto que os arcos entre as capelas da cabeceira criam um espaço fluido transversal – um tramo da cabeceira. Algumas capelas são cobertas por abóbadas de nervuras, abrindo-se através de arcos de volta perfeita baixos, com uma linguagem que reflecte o tempo de transição de gosto que existia aquando da sua construção. Porém, a capela-mor é uma obra posterior, do último terço do século XVI: uma capela-túnel coberta por uma abóbada de berço, com caixotões, rematada por uma abside coberta por uma calote semi-hemisférica. Talvez a capela-mor conceda um certo sabor renascentista ao espaço interno, não entrando em conflito com a arquitectura do restante templo. Pelo contrário, actualiza-a.



Fig. 11.16 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.17 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.18 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): cobertura de capela lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz da Praia da Vitória foi muito afectada e alterada ao longo dos séculos por vários terramotos, derivando, essencialmente, de quatro grandes campanhas-de-obras. O que subsistiu do espaço interno da primitiva igreja tardo-gótica foram os portais e as capelas laterais com abóbadas de nervuras.



Figs. 11.19 e 11.20 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): perspectivas das naves e da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.21 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): capela lateral vista da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.22 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A Matriz de Santa Cruz da Graciosa ainda possui as arcarias originais nas naves, assim como o arco triunfal e os arcos das capelas colaterais e de comunicação entre as capelas da cabeceira. Actualmente, nenhuma capela possui uma abóbada de nervuras tardo-gótica, ainda que o baptistério seja coberto por uma pequena abóbada nervurada. A igreja foi alvo de uma grande reforma na primeira metade do século XVIII, da qual resultou o actual frontispício. Também é possível que as abóbadas de berço com caixotões das capelas colaterais e de duas laterais sejam daquela campanha de obras.

As desaparecidas igrejas primitivas de Cedros e Feteira (Faial), Santa Bárbara e Matriz das Lajes (Pico) foram casos especiais nos Açores. Eram igrejas de três naves com cobertura de madeira, sem arcarias, mas com duas colunatas que sustentavam uma estrutura ortogonal de vigas de madeira que se apoiavam sobre os capitéis das colunas. Esta estrutura sustinha uma cobertura de duas águas, impossibilitando a existência de um clerestório que, desse modo, foi escusado. Essa impossibilidade também encaminha aqueles templos, quanto à espacialidade minimal, para uma realidade mais proto-renascentista que tardo-gótica, embora se aproxime do «ponto zero» entre ambas. Esta solução estrutural também pode ser encontrada na continental e coeva Matriz de Mêda. A estrutura interna da igreja de três naves foi simplificada até aos componentes mais básicos e insubstituíveis, as colunas, prescindindo dos arcos.



Fig. 11.23 – Igreja de Cedros (Faial): perspectiva das naves em 1897.
Foto: Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros.



Fig. 11.24 – Antiga Matriz das Lajes (Pico): perspectiva das naves na transição para o século XX.
Foto: Manuel Laureano Moniz Jr., colecção de Ermelindo Ávila.

O espaço interno da igreja de Cedros apresentava um arco triunfal bastante expressivo, formado por arquivoltas quebradas, e com colunas esguias nas naves, cujos capitéis recordavam a ordem coríntia. Da Matriz das Lajes do Pico apenas chegou um desenho (de memória) da planta e uma fotografia do espaço interno. A planta não difere da da igreja de Cedros, sem arcarias nas naves e com colunatas a suster a cobertura. Tinha colunas mais baixas que as da igreja dos Cedros, com capitéis indefinidos. A Matriz das Lajes do Pico parecia formalmente a mais arcaica das duas, com uma arquitectura mais simples e rústica. Contudo, o seu espaço interno pouco ou nada tinha de gótico ou clássico – estaria no «ponto zero» atrás mencionado.

As igrejas de três naves açorianas mais antigas, que chegaram até hoje, foram construídas desde a segunda metade do século XV (Matriz de Vila do Porto) até ao final do século XVI (Sé de Angra). O seu processo evolutivo, do período tardo-gótico para o clássico, foi reflexo do que sucedeu na arquitectura portuguesa de Quinhentos. Começou no reinado de D. Manuel I, prosseguiu no de D. João III, atingindo o classicismo desejado pelos meados do século. Quando se iniciou o reinado de D. Sebastião, em 1557, a arquitectura *ao romano* estava no seu apogeu em Portugal Continental, enquanto que a

linguagem clássica já se afirmava plenamente apreendida no risco da arquitectura chã que, por aqueles anos, se tinha começado a desenvolver.



Fig. 11.25 – Matriz de Lagoa (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.26 – Matriz da Praia (Graciosa): fachada em 1845.
Foto: Paróquia de São Mateus da Praia.

Nos Açores, só no último terço do século XVI é que apareceram os primeiros edifícios construídos de raiz, ou reformados, com um vocabulário inteiramente clássico – a Matriz da Lagoa (São Miguel), a desaparecida Matriz da Praia (Graciosa) e a Sé de Angra (Terceira). O espaço interno da Matriz da Lagoa, reformado nos finais do século XVI, e a fachada da desaparecida Matriz da Praia, erguida na segunda metade do mesmo século, são exemplos pontuais da classicização da arquitectura religiosa no arquipélago. Na Lagoa, as arcarias são sustidas por colunas – segundo registos escritos –, tal como o eram na Praia, ainda que o termo tenha sido usado indiferenciadamente para colunas ou pilares ao longo do tempo (ainda hoje). A fachada da igreja graciosense tinha o portal rematado por um frontão triangular, uma solução rara nas frontarias açorianas, mas que tem paralelo nos portais laterais da Sé de Angra. Seja como for, o classicismo presente nas duas igrejas chegou aos Açores por uma via externa à Catedral, passando ao lado da sua influência. São, por isso, importantes para se perceber como a arquitectura *ao romano* começou por ser apreendida nas ilhas, antes da Sé de Angra impor um classicismo chão que formatou a arquitectura religiosa açoriana durante séculos, com as arcarias assentes em pilares, em vez de colunas.



Fig. 11.27 – Sé de Angra (Terceira): espaço interno visto da entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.28 – Sé de Angra (Terceira): espaço interno visto da cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A edificação da Sé de Angra (1570-1618) foi um marco fundacional para toda a arquitectura religiosa erecta, desde então, nos Açores, seja pelas dimensões jamais ultrapassadas, seja pelo desenho clássico do projecto, seja ainda pelas soluções estruturais ali apresentadas pela primeira vez no arquipélago. Possui uma planta original em rectângulo, onde se insere o corpo das naves (sete tramos), a capela-mor, as sacristias, a galilé/coro-alto e as torres da frontaria. Com o tempo, foram adicionados os corpos das capelas laterais e da sacristia maior (século XVIII).

> *A sua arquitectura abre, no espaço açoriano, um caminho que vinha a ser trilhado no continente desde meados do século: é o primeiro edifício religioso construído no arquipélago que conjuga um pragmatismo funcional e uma solidez construtiva de influência militar com um conhecimento tratadístico de fundo, que se expressa através de um classicismo depurado, com apontamentos de grande erudição. É, portanto, enquadrável na corrente arquitectónica de pendor vernáculo predominante em Portugal na segunda metade do século XVI (com persistências intermitentes ao longo dos séculos XVII e XVIII), a que George Kubler chamou «arquitectura chã» e cuja pertinência e âmbito foram depois redefinidos por Horta Correia*[5]*.*

A utilização de pilares nas arcarias de separação das naves da Sé veio marcar indelevelmente o panorama arquitectónico açoriano, em geral, e o tipo de igrejas de três naves, em particular. A escolha dos pilares pode ter derivado do estatuto catedralício, no seguimento da utilização de pilares nas Sés das novas dioceses de Leiria, Portalegre e Miranda do Douro, criadas por D. João III, cujas obras se desenrolaram a partir da década de 1550. Possivelmente, devido às maiores dimensões daqueles templos ou por serem abobadados, os pilares foram uma escolha que conferia maior segurança à estrutura arquitectónica – a secção cruciforme que possuem coadjuva no reforço estrutural dos pilares.

No continente português existem poucas igrejas de três naves do século XVI que tenham arcarias assentes em pilares de secção quadrangular ou rectangular, quando comparadas com o número de igrejas quinhentistas que possuem colunas ou com os templos góticos que as precederam. Destacam-se três exemplares: a Matriz de Fronteira (abobadada), a igreja de São Julião de Setúbal e a desaparecida igreja de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa (as duas com cobertura de madeira). Estas três igrejas têm em comum o facto de terem sido construídas por arquitectos régios na segunda metade do século XVI.

As arcarias da Sé de Angra foram projectadas altas, constituídas por pilares de secção quadrangular, que se encontram longe da macicez presente nas referidas Sés

[5] João Vieira Caldas, "A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 251-253.

metropolitanas por não terem de suportar um tecto abobadado. Porém, assemelham-se às arcarias presentes na igreja de São Julião de Setúbal que, como a Sé de Angra, possui uma cobertura de madeira, embora diferente, que permite a existência de altos arcos assentes em esbeltos pilares, possibilitando a sua assumpção como cortinas mais abertas entre a nave central e as laterais. A cobertura de madeira também permitiu criar uma nave central com o dobro da largura das naves laterais, assumindo desse modo o papel de grande sala da *ecclesia* desejada no período pós-tridentino, aqui adequada ao contexto arquitectónico de uma igreja de três naves. Para isso contribui a extensão do corpo das naves, com sete tramos, cuja planta insinua uma nave central com pouca largura relativa (12 metros entre os eixos dos pilares opostos), para o comprimento alcançado (42 metros). Porém e *in loco*, em conjunção com a altura (16 metros), realmente se arroga como um grande salão eclesiástico.



Fig. 11.29 – Sé de Angra (Terceira): cabeceira.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.



Fig. 11.30 – Sé de Angra (Terceira): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.



Fig. 11.31 – Sé de Angra (Terceira): deambulatório visto da capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A capela-mor da Sé de Angra é, incontestavelmente, o objecto de maior erudição clássica que se pode admirar em templos açorianos, uma obra única na arquitectura portuguesa, uma solução ímpar para o espaço mais sagrado das igrejas. Trata-se de um *templum* clássico composto por um *podium* de remate semicircular, no qual se erguem seis colunas jónicas clássicas junto dos seus limites. As colunas sustentam um largo entablamento no qual repousa uma abóbada de berço, com caixotões, rematada por uma calote semi-hemisférica. A entrada na capela-mor faz-se através de alguns degraus, por entre os pilares de um arco triunfal que é a peça central de uma serliana de grandes dimensões. Se a face de entrada da capela-mor tem uma linguagem clássica-chã, a capela-mor que se desenvolve para lá do arco triunfal é um preito à arquitectura clássica da Antiguidade. As seis colunas jónicas constituem uma «cortina» que delimita o espaço mais sagrado do deambulatório que acompanha o *podium* pelo exterior. Para além de possuir três altares radiantes, o deambulatório tem por principal função realçar o *templum* central. No entanto, começa e acaba na nave central e não

nos topos das naves laterais, como nas cabeceiras das igrejas românicas e góticas. Como tal, o *templum* e o deambulatório partilham o mesmo espaço da capela-mor, duas partes distintamente desniveladas onde o *templum* é primordial.

Com 11 metros de largura e uma profundidade máxima (axial) de 13 metros, a capela-mor da Sé de Angra era um espaço demasiado amplo para ser coberto por uma abóbada de berço. Se tivesse sido construída, seria uma das abóbadas portuguesas, até então, com maior largura de vão, superando a da capela-mor de Santa Maria de Belém. Tendo em conta a natureza das ilhas açorianas, a frequência e intensidade com que são atingidas por fenómenos telúricos, a construção de uma única abóbada de berço para cobrir todo o espaço da capela-mor da Sé era inexequível. Também o era pelas implicações que teria no desenho estrutural do espaço interno, já que ficaria mais alta que as arcarias das naves e interromperia os dois entablamentos superiores que correm em todas as faces da nave central, obrigando ao aumento da altura do templo.



Fig. 11.32 – Igreja de S.ta Maria de Belém, Lisboa: capela-mor (1572).
Fonte: Miguel Soromenho, "A arquitectura do ciclo filipino", vol. 10, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao Século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009, p. 19.



Fig. 11.33 – Capela de N.ª S.ª da Pena, Sintra: retábulo do altar-mor (1532).
Foto: Nuno Calvet, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 325.



Fig. 11.34 – Capela de N.ª S.ª da Pena, Sintra: pormenor do retábulo.
Foto: Nuno Calvet, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 325.



Fig. 11.35 – Igreja da Misericórdia do Porto: capela-mor.
Foto: Francisco Laranjeira, 2022.

A solução escolhida foi especificamente projectada e construída para aquele espaço. Se estruturalmente é única, a sua composição poderá ter sido inspirada em algumas obras coevas da arquitectura religiosa portuguesa. São exemplos as capelas-mores das igrejas de Santa Maria de Belém e da Misericórdia do Porto: a primeira, de sobeja erudição, apresenta dois níveis de colunas emparelhadas a acompanhar a abside, junto à parede; a segunda, com o sacrário a ocupar o centro da capela, origina um espaço ao seu redor por onde se circula, embora não tenha sido projectado com tal propósito nem se constitua em deambulatório. Existem ainda as microarquitecturas presentes em retábulos, púlpitos e túmulos das décadas de 1530-40, onde o classicismo foi experimentado e representado numa escala muito reduzida. O retábulo que Nicolau de Chanterene fez para a capela de Nossa Senhora da Pena (1532), no convento de São Jerónimo de Sintra, é uma obra plenamente clássica que incorpora na sua composição alguns elementos e estruturas que são próximas à capela-mor da Sé de Angra.

A edificação da Sé de Angra determinou a continuidade e afirmação do tipo de igrejas de três naves, no arquipélago, para lá do século XVI. Depois da Sé, as igrejas açorianas de três naves «classicizaram-se», mesmo os edifícios de arquitectura mais simples, sempre fundados na Arquitectura Portuguesa Chã. Mantiveram as arcarias constituídas por arcos de volta inteira, agora, assentes em pilares em vez de colunas, ainda que a escala da Sé só se tenha tornado mais comum no decorrer do século XVIII.

> *Em suma, a catedral de Angra e Ilhas dos Açores constitui um marco importante na história da arquitectura regional, porque introduz no arquipélago um tipo de edificação construtivamente sólida e de uma limpidez estrutural e espacial interna que se reflete claramente no exterior e indica a influência da arquitectura militar. Com os arcos das naves, significativamente elevados, apoiados em pilares (e não em colunas como anteriormente) e as janelas com capialço a abrir para o exterior, como canhoneiras de fortaleza, poder-se-ia confirmar que comunga das características da arquitectura chã, predominante então no Continente*[6].

Não há dúvida que a Sé introduziu soluções estruturais e uma linguagem clássica que se afirmaram na arquitectura religiosa açoriana. Porém, as suas dimensões estiveram longe de ser o padrão da grande maioria das igrejas de três naves do arquipélago. Até meados do século XVIII, a maior parte das igrejas, cuja arquitectura se formou na continuidade dos templos quinhentistas, era de pequenas ou médias dimensões, com as arcarias assentes em pilares. As plantas tinham usualmente cinco tramos. Podiam ter seis, como é habitual nas igrejas Matrizes de várias ilhas, ou sete, como na Matriz de Ponta Delgada, mas também podiam ter três ou quatro, como a igreja de São João Baptista de Angra, que tem três tramos mais o da frontaria.



Fig. 11.36 – Igreja de São João Baptista, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.37 – Igreja de São João Baptista, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de São João Baptista de Angra foi erguida no contexto pós-Restauração de 1640. Com um corpo das naves curto, detém grandes dimensões, cujas arcarias se apoiam em pilares robustos. As faces da nave central são rematadas por duas cornijas, em que a superior sustém o tecto plano de madeira, reproduzindo a solução presente

[6] Idem, *Ibidem*, p. 258.

na Sé de Angra, embora em São João Baptista haja apenas uma janela axial entre as cornijas, sobre a capela-mor. A capela-mor-túnel é bastante profunda, mas o que diferencia o espaço interno desta igreja, até então, é a face interna da fachada que, com as suas várias janelas, aumenta o volume de luz que entra pelo coro-alto. O posicionamento das janelas superiores obrigou a que a cornija inferior da nave central as contornasse por cima, ficando assim ressaltada. Esta solução apareceu pontualmente no século XVIII, como são exemplos as igrejas da Praia do Almoxarife (Faial) e Fajãzinha (Flores). A plasticização de um elemento tão rígido como a cornija é denotativa dos tempos barrocos, realçando-se num espaço interno austero, descendente directo da Arquitectura Portuguesa Chã da segunda metade do século XVI.



Fig. 11.38 – Matriz Velha da Povoação (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.39 – Igreja do Capelo (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.40 – Igreja de Santo António (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Num primeiro tempo parece que houve uma regressão em termos espaciais. As arcarias quinhentistas assentes em colunas da Matriz da Lagoa (último quartel do século XVI) já proporcionavam cortinas mais finas, da espessura das colunas, permitindo uma menor obstrução entre as naves. Nos primeiros templos seiscentistas, como a Matriz Velha da Povoação (São Miguel), os pilares são espessos e baixos, o que implicava paredes das arcarias mais espessas e impositivas no espaço interno, tornando as estruturas mais pesadas. Estas paredes, aliadas a arcos estreitos, provocam uma maior separação das naves, contrária ao percurso até então realizado de uma maior unificação do espaço interno.

As arcarias estruturam os templos como um esqueleto, sendo uma constante imprescindível das igrejas de três naves. O seu posicionamento, o maior ou menor afastamento entre si, a maior ou menor altura ou largura dos arcos, a maior ou menor extensão superior e espessura das paredes das arcarias são factores determinantes para a definição do espaço interno. Apesar de serem estruturas rígidas, as arcarias são detentoras de plasticidade suficiente para influir na espacialidade. A maior proximidade entre as arcarias, aliada a uma maior altura da nave central, origina uma espacialidade próxima da gótica, onde se realça a altura. Já o maior afastamento das arcarias, conjugado com uma menor altura da nave central, tende a criar grandes salas.

Quanto aos arcos presentes nas arcarias, se forem mais altos e largos criam «cortinas» mais abertas entre as naves, possibilitando uma melhor participação das naves laterais na desejada unificação dos espaços. Por outro lado, se as arcarias possuírem arcos mais baixos e estreitos originam «cortinas» mais densas e uma maior separação das naves. Também podem não ter arcos altos, mas largos o suficiente para gerar um espaço interno mais unido. Como tal, as arcarias são condição *sine qua non* quer para a formatação do espaço interno dos templos quer para a definição dos tipos de igrejas com mais de uma nave.

Há, contudo, outro agente interventor na formatação do espaço interno das igrejas de três naves – o tipo de tecto. Essencialmente, existem três tipos de tecto que cobrem o corpo das naves: os tectos planos (com ou sem caixotões), os tectos de três esteiras e as falsas abóbadas de berço. Como todos eles arrancam de um nível superior às arcarias, os tectos planos contêm mais o espaço interno, enquanto os de três esteiras e as falsas abóbadas de berço ampliam-no superiormente, desafogando o espaço das naves, sobretudo das centrais.

A conjugação de todos estes factores permitiu a concretização de várias espacialidades nas igrejas de três naves, que podem ser compreendidas como variantes espaciais dentro de um mesmo tipo. A flexibilidade das arcarias não deixa de ter as limitações inerentes à estrutura. As arcarias são, antes de mais, paredes verticais de apoio à cobertura do corpo das naves, permitindo a erecção de templos mais largos, com duas, três ou mais naves.

As igrejas seiscentistas açorianas que se seguiram à Sé de Angra transpuseram e integraram no seu contexto algumas soluções ali presentes. Foi um processo desenvolvido durante o século XVII, de algum mimetismo simplificado que levou à vernaculização do classicismo chão introduzido no arquipélago pela Catedral. Se, no século XVII, não foi criado um modelo de igreja de três naves, pelo menos chegou-se a um arquétipo de espaço interno – com arcarias assentes em pilares, sem transepto e com a capela-mor profunda – que teve grande sucesso em todas as ilhas, perdurando por séculos no panorama arquitectónico açoriano. Trata-se de um espaço sóbrio e sem decoração, onde o classicismo foi absorvido como parte constituinte da arquitectura praticada nas ilhas. Apresenta um classicismo singelo, patente nos arcos de volta inteira das arcarias e capelas, na generalização e simplificação da ordem toscana e no uso de (falsas) abóbadas de berço a cobrir as capelas. O classicismo destas igrejas é, acima de tudo, estrutural. Os arcos, os pilares, as pilastras, as cornijas e os entablamentos são os elementos que desenham e compõem o espaço interno das igrejas de três naves, assumindo muitas vezes um cariz decorativo, sobretudo na ausência de ornamentação.

Quando o arquétipo do espaço interno ficou estabelecido, foi reproduzido por todo o arquipélago, variando somente em pormenores e nas dimensões. Entretanto, na segunda metade do século XVII, assistiu-se ao surgimento de alguns elementos de estética barroca, mormente decorativos e associados aos vãos da fachada, que se intensificaram no século XVIII, sem nunca pôr em causa a essência estrutural chã das igrejas de três naves. Foi neste contexto que se edificaram as primeiras grandes igrejas de três naves, depois da Sé: as conventuais de São Francisco de Angra (1672), Horta (1700) e Ponta Delgada (1714), bem como a graciana de Ponta Delgada (1680).



Fig. 11.41 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.42 – Igreja do Convento de S. Francisco da Horta (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.43 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.44 – Igreja do Convento da Graça de Ponta Delgada (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

> *Estas* (...) *igrejas são ainda representativas de um tipo de arquitectura de características chãs, com predominância de superfícies planas segmentadas por elementos estruturais e compositivos bem marcados. No interior, um dos principais reflexos desta expressão construtiva está na utilização de pilares de secção quadrada (em vez de colunas) a suportar os altos arcos entre as naves* (...)[7].

O espaço interno das igrejas franciscanas e graciana segue a solução da Sé, com altas arcarias e largos vãos que ajudam à unificação das naves. Diferem no tipo de tecto, com falsas abóbadas de berço a cobrir as três naves, ampliando-as superiormente. As arcarias das igrejas de Angra e Ponta Delgada possuem arcos maiores no tramo imediato à capela-mor. Se, em Angra, correspondem a um transepto inscrito assumido – o único em igrejas de três naves nos Açores –, em Ponta Delgada fica-se pela sugestão de um transepto não concretizado. Esta invulgar intenção de demarcar o espaço do cruzeiro sem que se constitua num transepto também se encontra na Matriz da Calheta (São Jorge).

[7] Idem, *Ibidem*, pp. 280-282.



Fig. 11.45 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): braço do transepto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.46 – Igreja do Convento de S. Francisco de Angra (Terceira): parede lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.47 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): topo da nave lateral.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.48 – Igreja do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): extremo do tramo imediato ao de entrada.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Quanto à composição do espaço interno, as igrejas franciscanas são os exemplares de três naves com maior expressão barroca, dentro daquilo que o tipo de igrejas permite. A existência de (falsas) janelas com motivos decorativos e a contextura de pilastras e faixas contracurvadas que emolduram os altares foram uma maneira de criar fachadas internas nas naves laterais, introduzidas nos Açores com a edificação da igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra (1638-1651), de nave única. Os altares ficam no enfiamento dos arcos das arcarias, emoldurados e encimados por janelas de peito e de sacada que pertencem à composição. Por sua vez, as igrejas passaram a ser mais fenestradas, geralmente abertas nos extremos dos tramos, alinhadas com os vãos das arcarias.

As igrejas conventuais possuem todas uma galilé, sobre a qual se desenvolve o coro-alto, no prolongamento da nave central, a um nível superior. A solução, já existente na Sé de Angra, tem nas igrejas franciscanas e graciana uma outra dimensão, pois o coro-alto desenvolve-se sobre dois tramos na nave central.



Fig. 11.49 – Igreja da Luz (Graciosa): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.50 – Igreja da Ribeira Seca (S. Jorge): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.51 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Apesar de a construção daquelas igrejas conventuais ter tido grande importância na arquitectura religiosa das ilhas, certo é que grande parte das poucas paroquiais seiscentistas erguidas nos Açores foram-no com dimensões pequenas e médias. O mesmo se verificou, pelo menos até aos meados de Setecentos, quando o número e as

dimensões dos templos começaram a aumentar consideravelmente. Com um espaço interno estruturalmente simples e sem decoração, muitas igrejas continuam a ter, como únicos animadores do espaço, os elementos estruturais – os capitéis das arcarias, as cornijas e entablamentos das naves. A partir de meados do século XVII e no decorrer do XVIII, estes elementos ganharam expressividade (espessura, volume) e algum protagonismo no espaço interno das igrejas.



Fig. 11.52 – Igreja N.ª S.ª Conceição, Angra (Terceira): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.53 – Matriz da Ribeira Grande (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.54 – Igreja da Praia do Almoxarife (Faial): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.55 – Matriz de Santa Cruz (Flores): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No século XVIII, sobretudo na segunda metade, houve um aumento no número de templos erguidos nas ilhas e nas suas dimensões. Isto em termos gerais, porque, na realidade, nem todas as ilhas têm igrejas grandes nem a sua grandeza é igual entre as ilhas que as possuem. Em Santa Maria, Graciosa e São Jorge não há igrejas grandes. Nas outras ilhas, o aumento das dimensões é geral, mas a espacialidade varia consoante a combinação dos factores estruturais já abordada. Na segunda metade do século, em São Miguel, privilegiou-se a altura dos templos, enquanto que, no Pico, se favoreceu a largura. Comparando as espacialidades resultantes, nas igrejas micaelenses realça-se a verticalidade, por vezes, com uma altura superior à largura do corpo das naves. As igrejas picarotas mostram-se como vastos salões, com uma altura inferior à largura do corpo das naves.



Fig. 11.56 – Igreja de Fenais da Luz (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.57 – Igreja de N.ª S.ª Rosário, Lagoa (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.58 – Igreja de São Roque (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.59 – Matriz de São Roque (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.60 – Igreja da Prainha (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.61 – Igreja da Piedade (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No geral, as igrejas de três naves açorianas conservaram o arquétipo formatado depois da Sé de Angra, sendo muito pouco permeáveis a mudanças que pusessem em causa a estrutura assimilada. Como tal, o classicismo chão dos espaços internos conservou-se durante todo o período barroco, cujas parcas manifestações fora dos retábulos são sempre pontuais, mesmo nos motivos decorativos que possam existir. O aumento das dimensões permitiu rasgar janelas laterais maiores que passaram a inundar de luz o corpo das naves, sempre sem afectar a estrutura das igrejas. Quanto ao afastamento das arcarias, a solução apresentada na Sé de Angra, com a nave central duas vezes mais larga que as naves laterais, não foi comum nos séculos XVII e XVIII. São excepções a Matriz de Santa Cruz das Flores e a igreja do Raminho, na ilha Terceira. Geralmente, as naves centrais não chegam a atingir aquela largura, a não ser já no século XIX e, particularmente, na conjuntura revivalista da sua segunda metade.



Fig. 11.62 – Matriz do Nordeste (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.63 – Igreja da Maia (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.64 – Igreja da Ribeirinha (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Apesar de existirem algumas igrejas de pequenas e médias dimensões, o século XIX pautou-se pela construção de grandes templos que continuaram a respeitar a estrutura das três naves. Até mesmo quando os revivalismos na arquitectura chegaram aos Açores, mormente o gótico, tal afectou mais as frontarias que os espaços internos das igrejas de três naves. A nova Matriz das Lajes do Pico, construída nos inícios do século XX, destaca-se por ser uma igreja de três naves com as arcarias compostas por arcos quebrados sustidos por pilares, uma combinação que não existe em mais nenhuma igreja açoriana. Todavia, a estruturação da igreja leva a crer que o projecto se

tenha baseado no arquétipo das igrejas de três naves atrás definido, um modo de construir enraizado no arquipélago que, aqui, foi interpretado numa linguagem neogótica. Todos os vãos passaram a ser rematados por arcos apontados, nos quais se incluem janelas, portas, arcos de entrada nas capelas colaterais e nichos. Nesta igreja não existem remates de vãos rectos ou em arco de volta inteira.



Fig. 11.65 – Matriz das Lajes (Pico): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.66 – Igreja de São Brás (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.67 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): espaço interno.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Em São Miguel mantiveram-se os arcos de volta inteira nas arcarias, mesmo nas igrejas que têm fachadas neogóticas com vãos rematados por arcos quebrados – um revivalismo de fachada. No espaço interno, essas arcarias podem conviver com vãos rematados por arcos apontados, sejam de janelas laterais, arcos de capelas ou nichos de altares. Verificou-se um regresso às arcarias assentes em colunas num grupo de igrejas do norte e nordeste da ilha, na segunda metade do século XIX, um revivalismo de algo do qual se tinha conhecimento directo através das igrejas quinhentistas micaelenses – um revivalismo autóctone. No entanto, a sua reutilização foi executada longe de quaisquer normas clássicas, tendo sido adaptada à época em que se insere. Associadas a templos grandes, as altas colunas das arcarias aproximam-se mais da espacialidade das igrejas-salão quinhentistas, presentes em Portugal continental, do que quaisquer outros templos nos Açores, mal-grado as diferentes coberturas.



Fig. 11.68 – Igreja de Guadalupe (Graciosa): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.69 – Matriz de São Roque (Pico): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.70 – Igreja da Fajãzinha (Flores): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.71 – Matriz da Povoação (S. Miguel): capela-mor.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As capelas-mores das igrejas de três naves açorianas tenderam, desde o século XVI, a ser espaços mais ou menos altos, mais ou menos largos, mas genericamente profundos. A capela-mor túnel quinhentista de planta a rondar o quadrado e meio, com remate recto, duas janelas laterais e cobertura em (falsa) abóbada de berço foi assimilada pela arquitectura religiosa açoriana, sendo praticamente ubíqua nos séculos sequentes, até ao século XX. A maior parte possui a mesma largura da nave central, como se a sua prossecução fosse interrompida pelo arco triunfal. Geralmente, a capela-mor tem menor altura que a nave central, ainda que haja casos em que o tecto da nave central prossegue para a capela-mor. Outros casos há em que a capela-mor é coberta por uma abóbada verdadeira (poucos) ou por um tecto de madeira de três esteiras.

Observa-se, na composição do espaço da capela-mor, uma vontade de o tratar como um todo, em que o arco triunfal é a sua face externa. A ligação dos capitéis dos pés-direitos aos retábulos através de cornijas ou entablamentos laterais abraça internamente o espaço, projectando a relação entre eles e definindo a altura de capitéis, paredes laterais e do arranque dos remates dos retábulos. As janelas laterais ganharam um lugar fixo, junto ao retábulo. A composição da capela-mor teve uma maior atenção na segunda metade do século XVIII, quando os seus elementos estruturais se tornaram mais expressivos, muitas vezes pintados e/ou dourados. Com a passagem para o século XIX, as capelas-mores mantiveram a composição, mas com menor expressividade. Porém, estas capelas-mores, onde todos os elementos constituintes ocupam um lugar pré-determinado, já se encontram racionalizadas. Aqui pode falar-se de um modelo de capela-mor que foi estandardizado e repetido em todas as ilhas. Em São Miguel, o elevado número de templos e a sua proximidade geográfica permitiu que se originasse uma vasta cadeia de capelas-mores, desde o século XVIII, que fixou a formatação daqueles espaços.



Fig. 11.72 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.73 – Igreja da Piedade (Pico): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.74 – Igreja de S. Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.75 – Igreja da Lomba da Maia (S. Miguel): coro-alto.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Os coros-altos da maioria das igrejas de três naves encontram-se instalados no tramo de entrada do corpo das naves. A tripartição do coro é feita pelos arcos das arcarias, através dos quais se efectua a comunicação entre as partes. Como tal, o espaço do coro-alto é tripartido pelos arcos que, em arcarias mais baixas, dificultam a passagem entre as três partes por insuficiência de altura. Vários coros-altos resultam de uma construção executada depois do corpo das naves estar pronto, adaptando-se o nível do coro-alto ao espaço pré-existente do tramo de entrada, com uma altura situada, na fachada, entre o portal principal e a janela que o encima. Esta solução é a escolhida para as igrejas de pequenas dimensões, existindo em algumas de médias dimensões e voltando a ser preponderante nas grandes igrejas micaelenses do século XIX.

Paralelamente, no século XVII, desenvolveu-se uma nova solução para o coro-alto, que deixou de ser instalado para passar a ser parte integrante, desde o início do projecto, da estrutura arquitectónica da igreja. Aplicada em boa parte nas igrejas de média e grande dimensão do arquipélago, consistiu em baixar os arcos das arcarias presentes no tramo de entrada para cerca de metade da altura dos restantes, a fim de suportar o coro-alto. A partir deste nível, o coro-alto é tripartido por paredes de alvenaria que sobem até ao arranque do tecto. As três secções resultantes ficam apartadas com a criação de três espaços autónomos bem definidos, cuja intercomunicação se faz por portas simples, geralmente perto da fachada. Se a secção do meio aberta para a nave central corresponde ao coro-alto, propriamente dito, as secções laterais tanto podem abrir para as respectivas naves, como podem cerrar-se por paredes de alvenaria.

A opção de dividir os coros-altos através de paredes, tripartindo-os, pode ter tido origem na solução presente na Sé de Angra. O coro-alto fica sobre a galilé, prolongando a nave central a um nível superior, aí ladeada pelos volumes e paredes das torres. Só que, na Sé, o coro-alto encontra-se num tramo autónomo que pertence à frontaria, fora do corpo das naves, enquanto a solução do coro-alto dividido por paredes de alvenaria foi também desenvolvida para os tramos de entrada de igrejas cujas frontarias não têm profundidade, não existindo, por isso, um tramo autónomo. Fosse por uma questão funcional, estrutural ou estética, os coros-altos tripartidos por paredes foram uma solução aplicada às igrejas de três naves açorianas de médias e grandes dimensões.

Porém, num grupo de igrejas micaelenses do século XIX, aquela solução não foi adoptada, mas sim a que não apresenta paredes. A grande altura dos edifícios implicaria levantar as paredes de alvenaria que segmentam o coro-alto até à elevada cota do tecto. Tornar-se-iam, desse modo, em elementos impositivos e interferentes no espaço interno, produzindo uma certa obstrução à fluidez espacial nos tramos de entrada. Influiriam, também, na dispersão da luz que entra pelas janelas da fachada, direccionando-a para cada uma das naves.



Fig. 11.76 – Igreja de Santo Espírito (Sta. Maria): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.77 – Matriz de São Roque (Pico): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.78 – Matriz do Topo (S. Jorge): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.79 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): baptistério.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Das oitenta e duas igrejas de três naves existentes nos Açores, quatro são conventuais, pelo que não possuem baptistério. Das setenta e oito igrejas paroquiais, sessenta e cinco têm o baptistério no lado do Evangelho e treze no da Epístola. Porém, a sua localização em planta é mais complexa do que se possa pensar, pela variedade de opções. A solução mais comum é o baptistério ocupar o nível térreo da torre adossada ao corpo das naves, como um espaço acrescentado no extremo do tramo de entrada. Também há uma solução que mantém o posicionamento anterior, mas, em vez de se inserir na torre, constitui-se como um corpo autónomo adossado ao corpo das naves pelo lado oposto ao da torre. Neste caso, a frontaria é composta pelo frontispício da igreja, com a torre de um lado e o corpo do baptistério do outro. Ainda outra solução consiste numa localização atrás da torre, ficando no extremo do segundo tramo da igreja. Apesar de esta última só existir em cinco templos das ilhas do Pico (1), Santa Maria (2) e São Miguel (2), sempre no lado da Epístola, em alguns casos não parece ter sido uma primeira opção. Na igreja da Piedade (Pico), o baptistério foi relocalizado depois do desaparecimento da torre onde se encontrava instalado.

A solução do baptistério se encontrar dentro do rectângulo que define a planta da igreja só acontece nos casos da frontaria se erguer num tramo autónomo. Aí, ocupa o nível térreo da torre, na continuação frontal da nave lateral. No entanto, existem muitas igrejas com estas características, mas cujas frontarias não se desenvolvem em profundidade e, por conseguinte, não se apresentam num tramo autónomo. Nestes casos, os espaços dos extremos do tramo de entrada encontram-se encerrados por paredes, cada um com uma porta de entrada, enquanto que o espaço central funciona como vestíbulo da nave central, que fica mais longa que as naves laterais, com o coro-alto por cima. Num dos compartimentos laterais fica o baptistério, geralmente no lado do Evangelho. São exemplo as igrejas de Guadalupe (Graciosa) e Raminho (Terceira).

Os baptistérios são usualmente acessíveis por um arco de volta inteira, com planta que tende a ser quadrangular. É frequente serem cobertos por abóbadas verdadeiras, talvez por terem modestas dimensões, mostrando alguma variedade estrutural nas coberturas, desde abóbadas de arestas, nervuradas, de berço, de barrete de clérigo, de arcos paralelos e até cúpulas hemisféricas. Aqueles espaços são sempre iluminados naturalmente por um ou mais vãos, que podem ser janelas ou óculos, na maior parte das vezes abertos para a frontaria, a par da fachada.

A existência, nos Açores, de exemplares de baptistérios desde o século XVI, cujos mais antigos fazem parte de igrejas tardo-góticas, como nas Matrizes de Santa Cruz da Graciosa e de Ponta Delgada, permite observar a passagem do tempo arquitectónico por aqueles espaços. Estão sempre apartados do corpo das naves, em volumes que se lhe adossam pelo exterior, mesmo quando se inserem no espaço interno, delimitados por paredes ou arcos, como na igreja da Luz (Graciosa). Como tal, os baptistérios são espaços sempre autónomos, com uma funcionalidade própria, bem definida, a par da igreja.

11.2. As frontarias das igrejas de três naves açorianas

Eventuais exemplos de arquitectura quatrocentista são escassíssimos, se exceptuarmos o casco da capela-mor da Igreja de São Sebastião da ilha Terceira. As outras edificações marcadas pelo modo gótico que subsistem são já de um período mais avançado, certamente de inícios do século XVI[1]*.*



Fig. 11.80 – Matriz de São Sebastião (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.81 – Matriz de Vila Franca do Campo (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As frontarias mais antigas das igrejas de três naves que subsistiram nos Açores pertencem a igrejas tardo-góticas da primeira metade do século XVI. Trata-se das Matrizes da Vila de São Sebastião (Terceira) e de Vila Franca do Campo (São Miguel), mal-grado a fachada da segunda ter sido acrescida posteriormente. A Matriz de São Sebastião, que hoje se vê, é o resultado de uma intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, iniciada em 1964, que a restituiu a uma imagem próxima da «primitiva». O resultado mais impactante foi a restituição do recorte superior original da fachada, acusando a existência de clerestório, e as três coberturas sobre o corpo das naves. A fachada da Matriz de São Sebastião é a única, nos Açores, com essas características, mas decerto não foi a única igreja tardo-gótica a possuí-las.

Entre os séculos XVII e XVIII, as fachadas das igrejas tardo-góticas foram intervencionadas no sentido de disfarçar ou tapar o clerestório, resultando nas frontarias rematadas por frontões ou apenas pelo ângulo formado pelas duas águas do telhado. Foi o que sucedeu à própria Matriz de São Sebastião e à Matriz de Vila Franca do Campo, que primitivamente deveria denunciar o clerestório, tendo a fachada sido levantada até terminar no ângulo formado pelo remate das duas águas do telhado. As fachadas de ambas as igrejas mantêm os portais com arquivoltas quebradas (a exterior de Vila Franca é contracurvada) e a rosácea original, naquela que era a composição dominante nas igrejas tardo-góticas açorianas, baseada no modelo mendicante.

[1] Paulo Pereira, "Arquitetura entre o gótico e o clássico", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 35-36.



Fig. 11.82 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): portal principal e rosácea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.83 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.84 – Igreja de Cedros (Faial): portal principal.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Apesar de as fachadas já não serem tardo-góticas, as Matrizes da Praia da Vitória (Terceira) e de Ponta Delgada (São Miguel) possuem *in situ* os portais principais primitivos e as rosáceas que os encimam, não obstante a de Ponta Delgada não estar na posição original, tendo sido sobrelevada aquando da reforma setecentista. O portal da Matriz da Praia da Vitória é formado por arquivoltas quebradas e encimado por uma rosácea. Os portais encontram-se inseridos num gablete pouco ressaltado, uma solução adoptada no modelo mendicante que, no arquipélago, somente existe ali. O portal da Matriz de Ponta Delgada é bastante mais complexo, com um arco da porta muito abatido e o remate do portal trilobado, ladeado por contrafortes decorativos com pináculos. Em conjunto com os portais laterais sul de ambas as igrejas, constituem-se como os exemplares tardo-góticos mais elaborados que se podem encontrar nos Açores. A igreja dos Cedros, na ilha do Faial, ainda tem um portal principal levemente quebrado, o único elemento remanescente da igreja primitiva. A linguagem, a composição e os motivos decorativos utilizados integram aquele portal na estética «manuelina».

Pelos meados do século XVI começou, em Portugal, uma busca para autonomizar a fachada das igrejas, com o intuito de criar um «rosto» que fosse para além do portal encimado por rosácea/óculo/janela. Afinal, as igrejas de três naves tinham evoluído no sentido da classicização e unificação do espaço interno, mas continuavam a apresentar fachadas compostas pelo tradicional esquema medieval do portal coroado por rosácea/óculo, ainda que se consistissem como obras *ao romano*. É o caso das fachadas da Misericórdia de Tavira (Algarve) e da Matriz de Almendra (Beira Transmontana), onde o vocabulário clássico, que é novidade, se adstringe aos mesmos elementos dantes existentes, colocados nas mesmas posições de sempre.



Fig. 11.85 – Igreja da Misericórdia de Tavira (Algarve): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2018.



Fig. 11.86 – Matriz de Almendra (Vila Nova de Foz Côa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2016.



Fig. 11.87 – Antiga Matriz de S. Mateus da Praia (Graciosa): frontaria em 1845.
Foto: Paróquia de São Mateus da Praia.

A desaparecida Matriz de São Mateus da Praia (Graciosa) foi construída na segunda metade do século XVI. A sua frontaria pode ser entendida como a primeira, nos Açores, a ultrapassar a fórmula do portal-rosácea e a mostrar pilastras que a dividem em três panos, correspondentes às três naves. Para além do portal clássico, que vem no seguimento dos portais das igrejas renascentistas quinhentistas, já da segunda metade – a novidade estava na existência de duas janelas laterais ao portal principal, situadas no enfiamento das naves laterais. Possuía uma fina cornija que delineava a base de um frontão pouco assumido, tripartido pelo prolongamento das largas pilastras que dividiam os panos da fachada.



Fig. 11.88 – Sé de Angra (Terceira): perspectiva aérea.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.



Fig. 11.89 – Sé de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2004.



Fig. 11.90 – Sé de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2005.

A Sé de Angra (1570-1618) tem a primeira frontaria, nos Açores, a desenvolver-se num tramo autónomo, com profundidade, adossado frontalmente ao corpo das naves. Não se trata apenas da parede do frontispício, mas de uma construção com espessura, que engloba as torres (alinhadas na continuação das naves laterais), a galilé e o coro-alto (alinhados no seguimento da nave central).

> *A Sé de Angra do Heroísmo é um excelente exemplar de templo de três naves e cobertura de madeira, mas com pilares e não colunas como na maioria das igrejas continentais. A sua fachada, com galilé de arcos à mesma altura e duas torres de três pisos rematados por coruchéus oitavados, lembra, a um tempo, pela composição, a Graça de Setúbal e Santa Catarina dos Livreiros* [e a Matriz de Fronteira] *e, pelas proporções, desenho e colocação dos vãos, as igrejas-salão alentejanas*[2]*.*

O desenho da frontaria da Sé é fortemente marcado pelas torres, com dois níveis de campanários na parte superior, que, aqui, são parte integrante do frontispício. Verticalmente, é dividida em três panos por largas pilastras que acusam a largura das torres (e das naves laterais internas). Horizontalmente uma cornija, que corre toda a fachada a meio da sua altura, sustenta a platibanda e o «frontão» no pano central, colocado em 1782. Nos panos laterais, aquela cornija marca o início da parte superior e autónoma das torres.

A fachada da Sé de Angra foi a primeira erecta, nos Açores, autónoma do corpo das naves, recorrendo somente aos elementos estruturais – pilastras e cornijas – e aos vãos para a estruturar e compô-la segundo um desenho geométrico. A alternância das janelas do segundo nível e a repetição da tripla arcada da galilé no último nível dos campanários são tentativas de dinamização da fachada. Por sua vez, o desenho da frontaria recorre à linguagem clássica, revelando um rigoroso conhecimento da geometria, tendo sido elaborado sobre a base $x\sqrt{2}^3$. A composição da fachada foi inspirada na tratadística ilustrada do século XVI, mormente Serlio, ainda que simplificada pelo gosto chão da época em que foi «traçada» e que a vernaculizou[4].

> *Em suma, a catedral de Angra e Ilhas dos Açores constitui um marco importante na história da arquitectura regional, porque introduz no arquipélago um tipo de edificação construtivamente sólida e de uma limpidez estrutural e espacial interna que se reflete claramente no exterior e indica a influência da arquitectura militar. Com os arcos das naves, significativamente elevados, apoiados em pilares (e não em colunas como anteriormente) e as janelas com capialço a abrir para o exterior, como canhoneiras de fortaleza, poder-se-ia confirmar que comunga das características da arquitectura chã, predominante então no Continente*[5]*.*

A relevância da Sé de Angra na arquitectura religiosa açoriana é tremenda. Para além de deter a cátedra episcopal, é a maior igreja dos Açores até hoje. A sua edificação veio influenciar, em absoluto, a construção de igrejas de três naves no arquipélago. A

[2] José Eduardo Horta Correia, "A arquitectura – maneirismo e «estilo-chão»", in AAVV, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986, p. 111.
[3] Sobre a frontaria da Sé de Angra, cf. Mateus Laranjeira, *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 47-58.
[4] Cf. João Vieira Caldas, "A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, pp. 251-259.
[5] Idem, *Ibidem*, p. 258.

decisão de erguer a frontaria da Sé com profundidade, em tramo próprio, adossada ao corpo da igreja e com autonomia foi seguida em quase todas as igrejas conventuais franciscanas das ilhas, bem como na graciana de Ponta Delgada. Nas igrejas paroquiais de três naves, foi uma opção pontualmente aplicada entre os séculos XVII-XX.

No pano central da fachada da Sé fica a galilé, no nível térreo entre as torres, comunicando com a nave central. É um espaço externo de transição, coberto por uma tripla abóbada de arestas, cujos três arcos são seguidos pelas três portas principais do templo. Esta solução, que alcançou o sucesso na arquitectura portuguesa pelo mundo, teve, na Sé de Angra, um dos primeiros exemplares conhecidos. Contudo, nos Açores, a utilização da galilé nas frontarias apenas teve seguimento nas igrejas conventuais acima referidas. Nestes templos, a galilé ocupa toda a largura do nível térreo da fachada.

As torres, sejam uma ou duas, ocupam os extremos do tramo da frontaria. Nas igrejas com uma só torre, verifica-se a organização do tramo da frontaria como se tivesse duas torres, o que gera a compartimentação do tramo, mas mantém uma simetria interna. Nesses compartimentos instalam-se, em lados opostos, o baptistério e as escadas de acesso ao coro-alto e à torre. Em planta, inserem-se no grande rectângulo que define as igrejas, no seguimento das naves laterais.

Os coruchéus piramidais oitavados e azulejados à *mudéjar* que coroam as torres da Sé de Angra foram os primeiros erguidos no arquipélago. É uma solução com origens medievais que foi bastante utilizada no período manuelino, tendo sido actualizada nos reinados de D. João III e D. Sebastião, como são exemplos os coruchéus da Sé de Portalegre e da desaparecida igreja de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa. Nos Açores, tiveram muito sucesso nas ilhas dos grupos central e ocidental, onde passaram a fazer parte da «imagem de igreja», mas não no grupo oriental, onde quase não existem.

No cômputo geral das igrejas de três naves açorianas, o número de frontarias que se erguem num tramo autónomo é bastante menor do que as que não têm profundidade. São acompanhadas pelas torres que se encostam lateralmente – geralmente uma, mas também duas –, logo, em posição externa ao rectângulo que define a igreja em planta. Pela sua posição secundária, os panos das torres demoraram algum tempo até começarem a ser integrados nas fachadas, depois dos meados do século XVIII. Essa inclusão consistiu na abertura de vãos que, no decorrer do tempo, foram sendo nivelados com as janelas da fachada. Também são estruturadas pelas cornijas/entablamentos da fachada que, para além das pilastras que sobem como cunhais na parte superior e autónoma das torres – geralmente os campanários –, também podem prosseguir para os panos das torres, correndo nas faces laterais.



Fig. 11.91 – Igreja do Porto Judeu (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.92 – Igreja do Cabo da Praia (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2022.



Fig. 11.93 – Matriz do Topo (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.94 – Igreja de N. S.ª Conceição, Ribeira Grande (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.95 – Igreja do Pico da Pedra (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.96 – Igreja da Achada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

As igrejas construídas depois da Sé de Angra começaram por mostrar fachadas com uma composição executada pelos elementos estruturais – pilastras, cornijas ou entablamentos – e pelos vãos – portas e janelas. Porém, esse foi um processo que demorou décadas, porque as frontarias de igrejas pequenas de várias ilhas continuaram a ser erguidas, apenas, com portal/janela, como sucede nas igrejas do Porto Judeu, na Terceira, de Santo António, no Pico, e da Achada, em São Miguel. A solução mais comum foi compor o frontispício com o portal/janela ladeado por duas janelas no nível térreo, afirmada como um passo evolutivo da velha solução medieval para as fachadas. Embora já existissem duas fachadas do século XVI – Sé de Angra e São Mateus da Praia (Graciosa) –, foi no século XVII que se começou, de facto, a compor as fachadas como o «rosto da igreja», tentando ultrapassar de vez a solução portal/janela. Ainda assim, a referida igreja da Achada foi ampliada e reformada no último quartel do século XVIII, mantendo a fórmula ou até reaproveitando o portal/janela da anterior fachada, sem mais vãos.

Os emolduramentos pétreos dos vãos são frequentemente as únicas partes da fachada a possuir motivos decorativos em relevo – sobretudo pilastras toscanas, jónicas, coríntias ou compósitas, entablamentos, volutas, aventais e frontões. Evoluíram no decorrer da segunda metade do século XVII e durante todo o século XVIII, num processo de densificação dos elementos compositivos. A relação propínqua que o portal mantém com a janela ou janelão que o encima é acentuada pelas cantarias. A partir

dali, a composição da restante fachada é elaborada em função do portal/janela, chegando ao ponto de interromper cornijas e entablamentos ou obrigá-los a contornar a janela. Não há estruturação na fachada que afecte a posição destacada dos portais/ janelas, que seguramente foram os principais elementos na composição das frontarias no século XVII, prosseguindo com menor assiduidade até ao final do Antigo Regime.



Fig. 11.97 – Igreja de S. João Baptista, Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.98 – Igreja de S. João Baptista, Angra (Terceira): pano central da frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A igreja de São João Baptista de Angra foi iniciada em 1645, mas as obras prolongaram-se até ao princípio do século XVIII. Foi uma obra de iniciativa régia para comemorar a Restauração. Embora não tenha um portal/janela propriamente dito, possui uma grande pedra-de-armas reais sobre o portal que concentra, ao seu redor, a composição do pano central e toda a decoração da fachada – arranca sobre o portal e prolonga-se até ao remate do pano central da fachada. Esta mostra-se bem estruturada e muito expressiva, com duas janelas aprumadas a ladear a pedra-de-armas que, por sua vez, é encimada por um relógio e um nicho. As janelas laterais encostam-se ao entablamento que corre entre elas, a meia altura da frontaria, e que é interrompido pela grande pedra-de-armas que o sobreeleva através de volutas.

Os três níveis de vãos da frontaria foram alvo de um tratamento clássico, tendo sido utilizadas as ordens jónicas, coríntia e toscana. Os panos laterais das torres têm janelas de emolduramento simples, niveladas com os vãos do pano central até ao entablamento a meia altura. Acima erguem-se os campanários, com duas ventanas por face, coroados por cúpulas oitavadas. A imagem desta igreja tem antecedentes na Arquitectura Portuguesa Chã do século XVI, recuperando as proporções e algo do desenho da igreja de Santa Maria de Graça de Setúbal e da Matriz de Fronteira. Estava-se na conjuntura pós-Restauração, quando foram recuperadas algumas ideias e soluções estruturais desenvolvidas na segunda metade do século XVI. Prolongou-se, assim, o tempo de vigência da Arquitectura Portuguesa Chã, que continuou a servir de base, no período barroco, para a *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar* que foi instituída por D. João IV em 1647.

As características da igreja de São João Baptista, porém, revelam um outro tempo, a partir de meados do século XVII, quando os elementos barrocos começaram a chegar aos Açores. Quanto à arquitectura das igrejas de três naves, o Barroco nunca foi estrutural, mostrando-se essencialmente nos elementos decorativos que se encontram associados aos vãos, numa primeira fase, e aos frontões, a partir do século XVIII. Porém, o maior número de vãos nas fachadas, tal como a expressiva estruturação criada pela malha de pilastras, cornijas ou entablamentos, também pode ser compreendida como uma intenção barroquizante, com forte presença nas oito ilhas açorianas em foco. Estes atributos dos séculos XVII e XVIII (já abordados quanto ao espaço interno) jamais puseram em causa a estrutura e, muito menos, o tipo de igrejas de três naves gerado pela arquitectura chã que, nos Açores, fez do Barroco o seu mais aparatoso acessório. E nenhuma parte dos templos esteve tanto na mira barroca quanto as frontarias.

Talvez por se querer criar um rosto para as igrejas, as frontarias foram alvo de um acelerado processo evolutivo no decorrer dos séculos XVI e XVII, como não ocorrera no passado. Pelos meados de Quinhentos, quando o classicismo se firmou na arquitectura portuguesa, começou uma busca por soluções, encetada por mestres-pedreiros e arquitectos, para que a fachada fosse além do portal/janela. Se a tratadística ilustrada foi uma fonte de inspiração, a arquitectura militar proveu respostas práticas e funcionais, sendo, em muito, responsável pelo «ar» limpo e hirto que caracteriza a Arquitectura Portuguesa Chã. As composições resultantes abraçaram a linguagem clássica com a liberdade criativa de quem não tinha referências clássicas na arquitectura erigida no país, nem plena consciência dos cânones relativos às ordens clássicas. A procura por soluções para a frontaria – que, em Portugal, se iniciou antes das directivas tridentinas e do modelo apresentado na igreja de *Il Gesù*, em Roma – foi parte fundamental para o estabelecimento e sucesso da Arquitectura Chã no Império.

A arquitectura religiosa e civil açoriana é fundamentalmente chã. Ainda que também o sejam, as frontarias possuíam maior liberdade compositiva que o interior das igrejas. Contudo, é uma liberdade condicionada pela ordenação do espaço interno, que amiúde se projecta na fachada por meio de pilastras, cornijas ou entablamentos. Deste modo, é possível «ver de fora» a largura das naves e a altura dos níveis internos. A abertura dos vãos sujeitava-se aos espaços criados pela malha estrutural, excepção feita aos portais/janela, quando presentes, que só começaram a perder preponderância e a serem integrados na estruturação da fachada a partir do século XVIII.

Depois da Sé de Angra, a primeira grande fachada que se ergueu nas ilhas e que muito influiu no desenvolvimento das frontarias das igrejas de três naves foi a do Colégio dos Jesuítas de Angra (1638-1651), paradoxalmente, de nave única. Foi a cabeça-de-série para as outras duas igrejas jesuítas edificadas na Horta (1680-1719) e

em Ponta Delgada (1637-1666). Esta última, apesar de começada um ano antes da de Angra, teve alterações ao projecto inicial e foi concluída mais tarde. Difere no espaço interno – nave única, sem capelas laterais intercomunicantes – , bem como na frontaria, uma intervenção datada de 1740 que se sobrepôs à fachada original de meados do século XVII, pelo que só se pode conjecturar – a nova frontaria, executada segundo a estética tardo-barroca, respeitou a fenestração anterior.



Fig. 11.99 – Igreja do Colégio de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.100 – Igreja do Colégio da Horta (Faial): frontaria.
Foto: SIPA – *Colégio de São Francisco Xavier / Igreja Paroquial da Horta*, IPA.00008182, FOTO.00685815 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8182>



Fig. 11.101 – Igreja do Colégio de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Fonte: SIPA – *Colégio de Todos os Santos/Colégio de São Miguel/Museu Carlos Machado-Núcleo de Arte Sacra*, IPA.00008145, FOTO.00928316 [em linha]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8145>

As três frontarias jesuítas de Angra, Horta e Ponta Delgada tornaram-se em cabeças-de-série nas respectivas ilhas e nas vizinhas, exibindo as primeiras fachadas estruturadas e compostas que influenciaram as igrejas de três naves. Na segunda metade do século XVII, a edificação das frontarias dos templos franciscanos das mesmas urbes, com três naves, seguiu a estruturação e a abertura de vãos, excepto no nível térreo – se as fachadas franciscanas têm quase sempre uma galilé formada por três arcos, as jesuítas têm três portas, uma por pano, cuja central é maior.



Fig. 11.102 – Igreja de São Francisco de Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.103 – Igreja de São Francisco de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.104 – Igreja de São Francisco da Horta (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

> *Pode dizer-se que as fachadas destas três igrejas franciscanas seguem, até certo ponto, o tipo de fachada-palácio adotado, de uma forma mais estrita, pelas três igrejas jesuítas. Nestas, a integração das torres na fachada e a utilização de três portas, como é habitual nas frontarias da Companhia de Jesus, supera o carácter palaciano daquela que tem sido unanimemente considerada o protótipo genérico deste tipo de fachadas – a da Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, Nas igrejas conventuais de São Francisco, com*

fachadas de quatro níveis, embora o tipo e a distribuição dos vãos pelos dois andares intermédios aponte para essa filiação tipológica, os arcos da galilé do nível térreo e o remate em frontão contrariam-na. Aliás, a própria divisão vertical tripartida, que, nas construções jesuítas, integra as torres, nas construções franciscanas corresponde à divisão das naves, ficando a torre (uma, apenas, em cada igreja) à esquerda da fachada e – devido à escala, dimensão ou posição – como se fosse um elemento espúrio.
Dos três casos, só a torre da Horta parece concebida de acordo com a fachada, juntando-se-lhe como se fosse uma quarta secção vertical mais estreita que as restantes[6]*.*

A galilé tornou-se num recurso quase ubíquo nas igrejas franciscanas dos Açores, desenvolvendo-se a toda a largura da fachada. Se os grandes templos de Angra, Horta, Ponta Delgada e Santa Cruz da Graciosa tinham três naves – com os arcos alinhados com as portas axiais às naves –, as igrejas mais pequenas dos outros conventos franciscanos das ilhas têm/tinham nave única. Todavia, não prescindiram da tripla arcada na galilé – o arco do pano da torre não comunica com a igreja, mas com um vestíbulo que acede o claustro, como sucede nos conventos da Ribeira Grande, Velas, São Roque do Pico ou Santa Cruz das Flores. As galilés não fazem parte de mais nenhuma frontaria açoriana, tendo as igrejas paroquiais adoptado outra solução. A parte central do tramo da frontaria deixou de ser um espaço externo de transição para continuar a sê-lo enquanto pertença do espaço interno, um prolongamento da nave central que funciona como vestíbulo, sob o coro-alto. É o caso das igrejas de São João Baptista de Angra e do Raminho, na Terceira, e de Guadalupe, na Graciosa, em que as duas primeiras possuem duas torres, ao passo que a última tem uma só.

Tanto as igrejas jesuítas quanto as franciscanas vieram fixar a imagem da fachada estruturada e plena de vãos, que, depois, foi adoptada e adaptada «quanto baste» pelas igrejas paroquiais. Independente da maior ou menor relevância, as igrejas franciscanas assumem as suas torres, mormente, a par da fachada, não havendo lugar para a ambiguidade das torres inseridas/camufladas/escondidas nas fachadas das igrejas jesuítas. Entre as paroquiais vingou a opção, que já vinha de trás, da torre-a-par-da-fachada, constituindo a «imagem de igreja», seja nos Açores ou no Continente português, seja na Índia ou no Brasil. Todavia, a solução da fachada estruturada não teve o mesmo êxito nem foi interpretada do mesmo modo em todas as ilhas.

A partir do século XVIII começa a observar-se o germinar de uma «imagem de igreja» própria de cada ilha, que se consubstancia em pequenas diferenças de composição e de expressividade dos elementos das frontarias que, conforme o gosto das populações, lhes conferem o «carácter da ilha».

[6] João Vieira Caldas, "A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018, p. 287.



Fig. 11.105 – Igreja de N.ª S.ª Conceição, Angra (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.106 – Igreja do Capelo (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.107 – Igreja da Ribeira Seca (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.108 – Igreja da Luz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.109 – Igreja da Prainha (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.110 – Matriz de Ponta Delgada (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Nas ilhas Terceira, Faial e São Jorge, as fachadas tendem a não ser muito estruturadas. Além disso, a maior parte das fachadas dessas ilhas não possui pilastras a demarcar os três panos – e que, no exterior, denunciam a estruturação do espaço interno –, enquanto algumas nem têm a cornija superior. Os níveis térreos podem variar nos vãos laterais, com duas janelas ou, a partir da segunda metade do século XVIII, com duas portas, embora esta solução só possa existir quando toda a fachada possui dois níveis.

As frontarias presentes nas ilhas Graciosa, Pico, Flores, Santa Maria e São Miguel são geralmente bastante estruturadas e fenestradas, conquanto seja manifesta a distinção entre ilhas, na execução, composição e tratamento dos elementos estruturais e decorativos, tal como no número desigual de igrejas de três naves existentes.



Fig. 11.111 – Igreja do Cabouco (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.112 – Igreja da Maia (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.113 – Igreja da Achadinha (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.114 – Igreja da Feteira (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.115 – Igreja da Ribeirinha (Faial): frontaria no séc. XX.
Foto: Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.



Fig. 11.116 – Igreja de Bandeiras (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.117 – Igreja do Raminho (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

No século XIX assistiu-se a uma «desbarroquização» gradual da arquitectura, em geral, e das fachadas das igrejas, em particular. Houve uma clara simplificação dos vãos e dos elementos estruturais, cujos eixos portal/janela perderam o protagonismo e o aparato. Passaram a uniformizar-se com os restantes vãos, sendo tenuemente maiores. Também é visível a evolução estética no decorrer do século, na utilização de vãos rematados por verga curva e por arcos, tal como coetaneamente acontecia na arquitectura civil, verificando-se uma aproximação das fachadas das arquitecturas religiosa e civil, fruto da simplificação dos elementos compositivos.



Fig. 11.118 – Matriz da Madalena (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.119 – Matriz das Lajes (Pico): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.120 – Igreja de Nordestinho (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.121 – Igreja N.ª S.ª Remédios (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Na segunda metade do século XIX foram erguidas novas igrejas influenciadas pelos movimentos revivalistas. O mais expressivo foi o neogótico, presente em São Miguel, Terceira, Faial e Pico. Acresce, ainda, nas mesmas ilhas e também nas Flores, fachadas de um revivalismo clássico que, na prática, se inserem na prossecução de uma tradição construtiva que se enraizou nos Açores, a partir dos finais do século XVI, aliada aos preceitos da Arquitectura Portuguesa Chã. Apesar da crescente derivação formal das frontarias, na transição dos séculos XIX-XX, as suas composições continuaram a ter, por referência, os antecedentes arquitectónicos presentes em cada ilha.

Como foi referido, desde o século XVIII que se verifica a constituição de uma «imagem de igreja», em cada ilha, baseada nas características formais e compositivas das fachadas, mediante o agrado das populações. As diferenças entre as características compositivas de cada ilha acentuaram-se no decorrer do século XIX, fruto de uma maior liberdade criativa, até ao final da construção de igrejas de três naves. A última igreja do tipo erigida nos Açores foi a paroquial da Lomba da Fazenda (São Miguel), na segunda década do século XX, pondo um ponto final no tipo de igrejas de três naves no arquipélago, começado com a Matriz de Vila do Porto (Santa Maria), nos finais do século XV.



Fig. 11.122 – Matriz da Praia da Vitória (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.123 – Igreja das Lajes (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.124 – Igreja das Quatro Ribeiras (Terceira): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

Várias paroquiais da ilha Terceira não apresentam pilastras a estruturar a fachada, ficando um pano único. Algumas não têm sequer a cornija superior, como é o caso das igrejas de Nossa Senhora da Conceição de Angra, Porto Judeu e Matriz da Praia. Outras frontarias têm uma cornija superior quebrada, que se encurva e rebaixa na secção central, correndo entre o portal e a janela superior. Foi a solução escolhida pelas igrejas que tiveram o frontispício reformado no século XIX, como as de Santa Bárbara, Quatro Ribeiras e Lajes. Esta última inspirou-se na igreja setecentista de Nossa Senhora da Conceição de Angra. Os vãos encimados por verga curva e os elementos decorativos que os rematam são indicadores, no arquipélago, do tempo em que as fachadas foram intervencionadas – apesar de serem elementos datados da segunda metade do século XVIII, a sua utilização nos Açores só se deu no século XIX.



Fig. 11.125 – Matriz da Calheta (S. Jorge): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.126 – Matriz das Velas (S. Jorge): frontaria no 1.º quartel do século XX.
Foto: Paróquia de São Jorge das Velas.



Fig. 11.127 – Igreja dos Rosais (S. Jorge): frontaria na 1.ª metade do século XX
Foto: Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais.

As frontarias das igrejas de São Jorge seguem a composição portal/janela ladeada por duas janelas no nível térreo (a Matriz do Topo possui óculos sobre as janelas). Também apresentavam uma cornija superior estreita que era interrompida pela janela superior axial – a fachada da Matriz das Velas foi muito modificada, mas tinha-a, enquanto a igreja de Rosais nunca a teve. Em São Jorge, os portais/janela destacam-se como os elementos principais da fachada, onde se concentra a atenção decorativa.



Fig. 11.128 – Igreja da Praia do Almoxarife (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.129 – Igreja de Castelo Branco (Faial): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.130 – Igreja dos Flamengos (Faial): frontaria na 1.ª½ séc. XX.
Foto: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

As fachadas das igrejas do Faial ou eram bem estruturadas por pilastras e cornijas ou não as possuíam de todo. A frontaria da igreja dos Jesuítas da Horta influenciou a fachada da igreja da Praia do Almoxarife. Também influenciou as fachadas de outras igrejas de nave única, como as de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição (desaparecida) e da Misericórdia (desaparecida), todas na Horta. As restantes igrejas paroquiais da ilha mostram ou tendem a mostrar fachadas pouco ou nada estruturadas. Seguem um modelo simplificado do portal/janela, ladeado por janelas em um ou dois níveis, com um tratamento singelo e quase sem protagonismo. Possuem, quando muito, a cornija superior, mas não têm pilastras.



Fig. 11.131 – Matriz de Santa Cruz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.132 – Igreja de Guadalupe (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.133 – Igreja da Luz (Graciosa): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As frontarias existentes e desaparecidas na ilha Graciosa apresentam-se sempre estruturadas, à excepção da fachada actual da igreja de São Mateus da Praia. A fachada original, já apresentada, era uma composição de origem quinhentista, anterior

às restantes igrejas da ilha (e às igrejas jesuítas e franciscanas do arquipélago). A fachada da Matriz de Santa Cruz, reformada no século XVIII, exibe uma composição bastante densa, cuja divisão em três panos se complexificou. No entanto, notam-se algumas soluções mal resolvidas, principalmente na articulação com o corpo da igreja quinhentista. As restantes igrejas graciosenses foram construídas ou reformadas no século XVIII. Seguiram as ideias-base da Matriz de Santa Cruz, sempre com os três panos demarcados por pilastras e frontão triangular. As paroquiais de Guadalupe e Luz possuem portais/janela que se destacam na frontaria, ambos com a cornija superior/ base do frontão interrompido pelas janelas que são encimadas por nichos emoldurados.



Fig. 11.134 – Igreja de Santo António (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.135 – Matriz de São Roque (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.136 – Igreja de São Mateus (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.137 – Igreja de São João (Pico): frontaria:
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

A ilha do Pico possui alguma variedade nas frontarias, embora quase todas sejam estruturadas por pilastras e cornijas. Destaca-se o grupo de igrejas com duas torres laterais – Matriz de São Roque, Prainha, São Mateus e Bandeiras –, que mostram fachadas de cinco tramos: os três panos centrais do corpo das naves mais os dois laterais das torres. Por serem mais recentes, as igrejas de São Mateus e de Bandeiras são as que melhor assimilam as torres na frontaria – na de Bandeiras, estes panos têm portas no nível térreo. A ideia que fica é que aquelas torres foram projectadas com a intenção de fazerem parte da fachada, já que a composição geral da frontaria foi projectada e executada de raiz para os cinco panos. No século XIX, todos os tramos passaram a mostrar a mesma composição dos panos centrais – porta encimada por janela –, tornando-se nas únicas frontarias açorianas com cinco portas. O coroamento dos tramos centrais é executado por frontões que podem ser triangulares (mais antigos) ou contracurvados. Porém, nunca existe ambiguidade nos frontões, pois todos têm por base a cornija superior da fachada, que não está interrompida. São fachadas em que a horizontalidade impera, delimitadas por torres maciças que não são altas.



Fig. 11.138 – Matriz de Santa Cruz (Flores): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.



Fig. 11.139 – Igreja da Fajãzinha (Flores): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2015.

As duas igrejas de três naves existentes na ilha das Flores têm frontarias estruturadas por pilastras e cornijas, sendo exemplares da segunda metade do século XVIII. Destaca-se a Matriz de Santa Cruz, com uma frontaria monumental, ímpar no conjunto das igrejas de três naves açorianas. Para além dos três panos centrais do corpo da igreja, tem ainda adicionados os panos laterais das duas torres. Todos os vãos presentes na fachada são ladeados por colunas que se projectam, na parede, em «pilastras sombra». Possui três portas encimadas por janelas e, apesar de ligeiramente maior, o portal/janela central já não se realça dos laterais: são todos principais. O pseudo-frontão é o elemento que mais sobressai na frontaria, seja pelas dimensões, seja pela forma, seja ainda pelo tratamento de continuidade da fachada que o afasta de ser um frontão.

A igreja da Fajãzinha, apesar de ter sido construída poucos anos antes da Matriz de Santa Cruz, parece ter uma fachada que lhe é posterior. Se, em Santa Cruz, se ergue uma frontaria palaciana tardo-barroca, a fachada da igreja da Fajãzinha parece, em parte, ter-se inspirado na Matriz, embora com uma composição e um tratamento estético dos elementos mais simplificados.



Fig. 11.140 – Matriz de Vila do Porto (S.ta Maria): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.141 – Igreja de Santo Espírito (S.ta Maria): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

Na ilha de Santa Maria existem duas igrejas de três naves. A Matriz de Vila do Porto, fundada ainda no século XV, é genericamente o resultado de uma campanha de obras quinhentista. A fachada, porém, é do século XIX, não possuindo qualquer vestígio

das anteriores frontarias, cuja composição original seria feita por um portal encimado por uma janela/rosácea/óculo. Já a igreja do Santo Espírito é um interessante exemplar de fachada tardo-barroca. O pano central é mais alto e tem mais do dobro da largura dos panos laterais. Como tal, a cornija superior quebra-se e sobreleva-se no pano central. A fachada possui expressivos motivos decorativos em torno do portal/janela e sobre as janelas laterais. Os que rodeiam o portal parecem um aglomerado de motivos sem qualquer estruturação, ainda que se componham com organização e simetria. O frontão é formado por duas enormes volutas, no pano central, enquanto outras duas volutas fazem a transição para os panos laterais. Realça-se, ainda, o embasamento de perfil contracurvado, de grande expressividade, que também se encontra em alguns exemplares da ilha de São Miguel.



Fig. 11.142 – Matriz da Ribeira Grande (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.143 – Igreja do Faial da Terra (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.144 – Igreja de N.ª S.ª Rosário (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.



Fig. 11.145 – Matriz do Nordeste (S. Miguel): frontaria.
Foto: Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira, 2014.

A ilha de São Miguel possui o maior número de igrejas de três naves nos Açores. No entanto, a quantidade não se exprime em diversidade, como foi verificado no respectivo capítulo. A frontaria da Matriz da Ribeira Grande foi marcante para a arquitectura religiosa micaelense (e mariense), a partir dos meados do século XVIII. O seu desenho, com três portas encimadas por janelas, sem divisão entre os dois níveis inferiores, e um vistoso frontão delimitado por volutas, inspirou muitas fachadas em São Miguel e uma em Santa Maria (Santo Espírito). Todavia, não conquistou nem sequer influenciou as restantes ilhas do arquipélago. A composição das fachadas é um dos principais factores que mais contribui para uma clara distinção entre a maior parte das igrejas do grupo oriental e as dos grupos central e ocidental dos Açores. As torres são outro factor de diferenciação.

Nas ilhas de São Miguel e Santa Maria não parece existir qualquer relação entre as alturas da torre e da fachada, sendo as torres genericamente mais altas que nas restantes ilhas. Sendo assim, torna-se mais complicado criar fachadas que assimilem as torres, quando estas foram erguidas sem relação com as igrejas a que pertencem.

Em São Miguel, somente na viragem para o século XIX se verifica uma tentativa de incorporar a torre na fachada, embora se observe mais a fachada que se expande para a torre com a abertura de janelas de igual ou menor dimensão niveladas com as presentes no frontispício. Nas restantes ilhas açorianas, para além de, na generalidade, as torres das igrejas serem mais baixas e com outras proporções, não deixam de estabelecer uma relação com as fachadas: a torre sobe até à altura do extremo lateral do corpo das naves, nível acima do qual se desenvolve o campanário.

Por sua vez, os campanários apresentam um desenho e dimensões diferentes, sendo mais vulgar a existência de duas ventanas por face. O coroamento das torres é outro factor que distingue as igrejas de São Miguel e Santa Maria. Nas ilhas do grupo oriental, as torres possuem remates planos envolvidos por balaustradas ou platibandas sobre os campanários, ao passo que nas igrejas dos grupos central e ocidental predominam os coruchéus piramidais oitavados, existindo também coruchéus bolbosos, cúpulas hemisféricas e oitavadas (com e sem tambor).

CONCLUSÃO

O porquê da grande longevidade do tipo de igrejas de três naves nos Açores – durante mais três séculos após o seu desaparecimento no Continente – terá uma explicação um pouco complexa, que resulta da conjugação de vários factores. Se, por um lado, não apresentavam grandes dificuldades na sua edificação – já que as matérias-primas necessárias existiam nas ilhas –, a cobertura em madeira do corpo das naves tornava a construção mais expedita e menos onerosa. Por outro, eram funcionais e podiam ter a capacidade para albergar toda a comunidade. No entanto, um factor primordial era o desempenho das igrejas quando abaladas pelos frequentes sismos. À resistência e menor perigo de desabamento que demonstravam ter – se comparadas com as pouquíssimas igrejas açorianas que tiveram o corpo das naves abobadado e não subsistiram – adicionava-se, também, uma reconstrução mais simples e económica.

O tipo de igrejas de três naves desenvolveu-se, nas ilhas açorianas, partindo do velho modelo mendicante, já no período tardo-gótico. A construção da Sé de Angra foi a grande impulsionadora e difusora dos princípios da Arquitectura Portuguesa Chã da segunda metade do século XVI. O seu classicismo chão imbuiu a arquitectura religiosa açoriana de uma singeleza que acentua o carácter chão dos edifícios. É o classicismo singelo que atravessou os séculos, sobre o qual se manifestou o barroco possível, que, nas igrejas de três naves, jamais foi estrutural. Essencialmente, a estética barroca cingiu-se aos motivos decorativos no emolduramento dos vãos, que viram o seu número aumentar, à maior expressividade dos elementos estruturais/compositivos e ao desenvolvimento dos frontões. O século XIX trouxe uma simplificação estrutural e compositiva aos elementos que compõem tanto o espaço interno quanto a frontaria. Porém, quer a estrutura quer a composição de ambas as partes continuou a pautar-se pelos mesmos preceitos desenvolvidos desde o século XVII.

A edificação de igrejas de três naves foi levada para o arquipélago ainda no século XV, mas desenvolveu-se a partir da centúria seguinte, aquando da consolidação dos primeiros povoados. Os exemplares quinhentistas açorianos não revelam diferenças em relação aos reinóis seus coevos, inseridos na estética manuelina do primeiro quartel do século XVI, que se prolongou, nos Açores, até aos seus meados. À excepção da Matriz de Vila Franca do Campo (São Miguel), todos eles apresentam arcarias de volta inteira que estruturam um espaço interno filiado no modelo mendicante, com clerestórios, abóbadas de nervuras na capela-mor – Matriz de Ponta Delgada (São Miguel) –, nas capelas laterais – Matrizes de Ponta Delgada, São Sebastião (Terceira) e Praia da Vitória (Terceira) – e no baptistério – Matriz de Santa Cruz (Graciosa), para além do tratamento tardo-gótico dado aos arcos triunfais e capitéis das colunas.

A construção da Matriz primitiva de São Mateus da Praia (Graciosa) e a reforma interna da Matriz da Lagoa (São Miguel) foram, na segunda metade do século XVI, os dois primeiros exemplos de construção *ao romano* nos Açores. Todavia, a edificação da Sé de Angra (Terceira), a partir de 1570, foi determinante para a fixação do tipo de igrejas de três naves no arquipélago, ao mesmo tempo que desaparecia no Continente. O emprego de pilares em vez de colunas poderá advir da sua condição catedralesca, tal como sucedeu na construção das Sés das outras dioceses criadas por D. João III. Essa escolha acabou por redefinir o tipo de igrejas de três naves nos Açores, que apresentou as arcarias sustentadas por pilares nos três séculos subsequentes.

A Sé de Angra possui uma arquitectura plenamente clássica, quer no espaço interno quer na frontaria e restantes fachadas. É um produto da Arquitectura Portuguesa Chã, do último terço do século XVI, exibindo grande maturidade no desenho e no tratamento clássico de todo o edifício, no qual se realçam as altas e longas arcarias e a capela-mor – um templo clássico circunscrito por um deambulatório, em que ambos os espaços partilham a ordem jónica.

A composição da frontaria da Sé de Angra não se voltou a repetir posteriormente. Porém, o facto de ser uma das primeiras fachadas autónomas nos Açores, acrescida da importância de deter a cátedra episcopal, influenciou o desenvolvimento das frontarias em todo o arquipélago. Nela se expuseram, pela primeira vez, os vários elementos estruturais que também podem ser compositivos, como as largas pilastras/ cunhais das torres e as cornijas que demarcam os níveis – a cornija superior serve de base ao frontão e aos campanários –, a que se juntam os vãos das janelas e as ventanas dos campanários. Foi com base nestes elementos que se estruturaram e compuseram as frontarias das igrejas de três naves açorianas até ao seu desaparecimento, no século XX.

Para além da estruturação e da linguagem clássica, a Sé apresentou, pela primeira vez nos Açores, uma frontaria com duas torres – no caso, inscritas em planta, como era comum nas igrejas catedrais – coroadas por coruchéus piramidais oitavados. Se a solução das duas torres começou, no século XVIII, a tornar-se mais comum em algumas ilhas dos grupos central e ocidental – sobretudo na Terceira, Pico, Faial e Flores –, nas restantes ilhas (praticamente) não existem. Com coruchéus a coroar as torres, somente existem nas ilhas dos grupos central e ocidental, porque, nas do grupo oriental, as torres quase sempre exibem um remate plano, ultimado por uma balaustrada ou platibanda. Aliás, as proporções das torres (e campanários), em relação ao corpo das naves, também são díspares, parecendo, em São Miguel e Santa Maria, não haver qualquer relação estabelecida entre ambos, ao contrário do que sucede nas restantes ilhas.

Da Sé de Angra irradiou um classicismo singelo que se disseminou por todas as ilhas e que prosseguiu, como suporte, durante e para além do período barroco. Esse

classicismo singelo firma-se na Arquitectura Chã, cujos princípios basilares de austeridade, clareza, ordem, proporção e simplicidade são transversais à arquitectura construída em todas as ilhas açorianas, no período cronológico compreendido, de modo genérico, entre os séculos XVII e XIX.

O tipo de igrejas de três naves permitiu a construção de templos de várias dimensões, de acordo com os exemplares analisados. As arcarias que apartam as naves são estruturas fundamentais para a sustentação da cobertura, assim como para a definição do tipo de igrejas. Apesar de serem estruturas rígidas, as arcarias possuem plasticidade suficiente para influir na definição do espaço interno. Este varia, consoante a altura da nave central, das arcarias, dos pilares, das dimensões dos arcos e pilares e do tipo de tecto, sempre de madeira, sobre o corpo das naves – plano, com ou sem caixotões, de três esteiras ou em falsa abóbada de berço, essencialmente. Contudo, a relação entre a largura da nave central, as dimensões das arcarias e a altura e tipo de tecto são os factores que mais contribuem para a percepção do espaço interno, cuja correlação e variabilidade geram espacialidades distintas.

Nos três séculos (XVII, XVIII e XIX) em que as igrejas de três naves foram preponderantes nos Açores, o tipo arquitectónico não deixou de evoluir, ainda que vagarosamente, sendo essa evolução mais visível na composição das frontarias que no espaço interno. O vagar evolutivo pode ser compreendido por o arquipélago se encontrar numa situação geográfica marginal, que, por sua vez, é constituída por ilhas centrais e periféricas. Também o facto de se ter deixado de construir igrejas de três naves, no Continente, poderá ter ajudado a uma estabilização do tipo, que, a partir de então, ficou circunscrito aos Açores.

As fachadas das igrejas de três naves foram actualizadas no século XVII. No seguimento da fórmula medieval do portal encimado por rosácea/óculo, surgiu o portal/janela clássico, que continuou a ser a parte da fachada a receber mais atenção compositiva e decorativa. Começou por estar acompanhado por duas janelas laterais e, a partir dos meados do século XVII, o portal/janela passou a ser emoldurado pela ornamentação barroca, cada vez mais complexa, densa e expressiva, à medida que o século XVIII foi decorrendo. Durante este período, o portal/janela foi o grande protagonista das frontarias, tivessem elas dois ou mais níveis.

Ao longo do tempo houve algumas (poucas) igrejas cuja edificação se impôs no panorama arquitectónico açoriano, tornando-se cabeças-de-série intra e interinsulares. Para além da Sé, as igrejas franciscanas de Angra e Ponta Delgada e as Matrizes da Ribeira Grande (São Miguel) e de São Roque (Pico) foram os templos que mais influíram na história da construção das igrejas de três naves nos Açores. A Sé e a igreja franciscana de Angra propagaram a sua influência sobre todo o arquipélago, quer na composição

do espaço interno quer nas fachadas. Se a utilização, na igreja franciscana, de falsas abóbadas de berço sobre as três naves foi difundida por várias ilhas, as suas fachadas revelaram a possibilidade de se compor um frontispício através do uso dos elementos estruturais e da abertura de mais janelas, fulcral para preencher e estruturar as cada vez maiores frontarias. Todas as igrejas conventuais de três naves açorianas possuem uma galilé, que se desenvolve a toda a largura da fachada, sucedendo o mesmo com quase todas as outras igrejas franciscanas de nave única. Quanto às igrejas paroquiais, a galilé é uma solução que somente aparece na Sé de Angra, tendo a preferência recaído por um ou três portais na fachada.

A igreja franciscana de Ponta Delgada é uma reprodução actualizada da sua congénere de Angra. Teve impacto, em São Miguel, na densa estruturação de pilastras, cornijas ou entablamentos que compõem a fachada. A existência de um segundo (e um terceiro) nível completo de janelas contribuiu tanto para o aumento quanto para a organização das frontarias. A fachada desta igreja preparou o caminho para a emergência de uma nova composição clássica, de origem vernácula, desenvolvida para a frontaria da nova Matriz da Ribeira Grande.

Com a construção da Matriz da Ribeira Grande, em 1736, passou a haver uma nova opção compositiva para a frontaria, com três portais quase à mesma altura, cujo central é maior, mais composto e decorado. Esta solução foi inspirada nas fachadas das igrejas jesuítas, que, com o tempo, tenderam a aproximar as dimensões dos portais e a diminuir a densidade da sua composição. Nas igrejas erguidas no século XIX observa-se uma quase igualdade nas dimensões, composição e ornamentação dos portais, ainda que o central continue a ser ligeiramente maior. São encimados por janelas que, na segunda metade do século XVIII, encetaram uma «desaglutinação» (autonomização e afastamento) relativamente aos portais, deixando de ter um emolduramento comum. As fachadas prescindiram da cornija que demarcava os dois níveis inferiores, embora tenham mantido sempre a divisão por pilastras. Outra característica de sucesso desta Matriz foi o remate da fachada composto por quatro volutas, independentemente do frontão se constituir ou não como tal, mas que se exibe sempre estruturado.

A Matriz de São Roque do Pico, obra da primeira metade do século XVIII, foi a primeira a apresentar uma fachada composta por cinco panos, incluindo os panos das duas torres que se adossam lateralmente ao corpo das naves. A este correspondem os três panos centrais, nos quais se abrem os três portais da frontaria. Esta solução confere uma grande horizontalidade à frontaria, a que corresponde um espaço interno que não é muito alto, mas que tende a ser longo e amplo. Depois da Matriz de São Roque foram construídas mais três igrejas do género, no Pico, e uma no Faial, que se adaptaram ao desenvolvimento da estética e do gosto durante os séculos XVIII e XIX. Tanto a Matriz

de São Roque como a da Ribeira Grande tiveram grande importância na arquitectura religiosa das respectivas ilhas (Pico e São Miguel), sobretudo, no que respeita às frontarias, mas a sua influência praticamente não se difundiu às restantes ilhas.

As igrejas de três naves viram as suas dimensões gradualmente aumentadas desde o século XVII, mas principalmente ao longo do século XVIII, culminando nas grandes igrejas oitocentistas, particularmente em São Miguel. Não obstante, a estruturação do espaço interno não sofreu alterações sérias durante aquele tempo, aparte a abertura de mais janelas nas fachadas laterais que, mormente, se inserem numa maior racionalização da composição, quer do espaço interno quer das fachadas. As janelas laterais abrem-se nos extremos dos tramos, numa posição que lhes é axial, podendo situar-se sobre as capelas/altares laterais e fazer parte da composição – deixou de haver capelas/altares desalinhados com os vãos das arcarias.

Também é notória a crescente atenção dada ao tratamento estético do espaço interno das igrejas, seja pelo emprego de mais apontamentos ornamentais seja pelo uso mais constante de elementos estruturais com cariz decorativo – fundamentalmente pilastras, cornijas ou entablamentos. Estes elementos chegaram a ter, no século XVIII, um tratamento de grande expressividade barroca que se simplificou na viragem para o século XIX. É o caso das igrejas franciscanas da Horta e Ponta Delgada, da Matriz da Calheta (São Jorge) e das paroquiais da Piedade (Pico), Praia do Almoxarife (Faial) e Fajãzinha (Flores).

Na segunda metade de Setecentos ficou estabelecida a composição decorativa de conjunto do arco triunfal, capela-mor e retábulo. Todos se interligam através de cornijas/entablamentos que correm nas paredes laterais, ligando os capitéis dos pés-direitos do arco triunfal à estrutura retabular, acima dos quais se lança a falsa abóbada de berço da capela-mor. Em São Miguel, pode afirmar-se a existência de um modelo compositivo para a capela-mor que prosseguiu e evoluiu no século XIX, tendo sido repetido várias vezes num procedimento quase estandardizado.

As fachadas das igrejas de três naves demonstram ter sofrido, desde o começo do século XIX, um processo de «desbarroquização». A composição tendeu a manter-se, tal como os elementos constituintes. Porém, o tratamento simplificado que passaram a ter, com o «emagrecimento» geral dos elementos estruturantes e/ou compositivos, retirou-lhes a densidade que antes detinham, conferindo-lhes a impressão de uma maior leveza e clareza. Em São Miguel, na sequência da erecção de igrejas cada vez mais altas, surgiram extensas fachadas que tenderam a desenvolver-se em altura, sempre estruturadas por pilares e cornijas e preenchidas com janelas. Na Terceira, as fachadas oitocentistas foram construídas ou reformadas, regra geral, com menores dimensões que as micaelenses. Não possuem pilastras e, quanto muito, corre uma cornija superior

que se quebra e encurva numa secção central desnivelada, entre o portal e a janela que o encima. A solução do portal/janela perdurou no tempo, expressando-se, no século XIX, com um tratamento mais desintrincado.

A composição aliada ao tratamento estético presente nas fachadas oitocentistas aproximaram-nas das fachadas da arquitectura civil, como nas portas ou janelas rematadas por arco ou verga curva, particularmente quando se apresentam sem pilastras, como pano único. Nalguns casos, as três portas encimadas por janelas têm todas cantarias estandardizadas, diferindo da composição existente na fachada de uma casa sobradada, com loja no nível térreo, apenas pela presença da(s) torre(s) sineira(s) – são exemplos as igrejas de São João e São Mateus (Pico), e da Ribeirinha (Faial).

Na segunda metade do século XIX foram edificadas várias igrejas de três naves, nas ilhas de São Miguel, Pico e Faial, que exibem uma arquitectura revivalista de três tempos – o gótico , o clássico quinhentista e o barroco – e que coevamente coexistiram nos mesmos territórios. Existe um grupo de igrejas no norte e nordeste da ilha de São Miguel, erguido na segunda metade do século XIX, que se caracteriza por recuperar as arcarias apoiadas em colunas, ausentes desde o final do século XVI, ainda que apresentem outras dimensões – recuperou-se a forma do elemento, aumentando-o e estilizando-o, adaptando-se ao contexto dimensional dos novos templos.

As igrejas neogóticas caracterizam-se pelas frontarias implantadas, em planta, num tramo autónomo ao corpo das naves. Todos os vãos são rematados por arcos apontados, ainda que o seu posicionamento na fachada não se distancie do que sucede nas frontarias precedentemente erectas. Todavia, o espaço interno continuou a mostrar-se estruturado por arcarias de volta inteira apoiadas em pilares, mas de grandes dimensões, com alguns apontamentos neogóticos – janelas e nichos rematados por arcos apontados –, mas muito menos presentes que na frontaria. São igrejas neogóticas de fachada, já que o espaço interno se manteve fiel à estruturação e composição herdadas das igrejas de três naves açorianas que as antecederam.

O classicismo singelo não desapareceu das fachadas no século XIX: simplificou-se ainda mais com a crescente estilização e estandardização dos elementos compositivos. As fachadas viram aumentadas a sua superfície, consequência do aumento das dimensões dos templos, mas a estruturação/composição que as acompanhou desde a Sé de Angra permaneceu até à última igreja de três naves erigida nos Açores, no segundo decénio do século XX.

O certo é que, no arquipélago, a estrutura das igrejas de três naves e cobertura de madeira ficou associada à «ideia de igreja» – em termos formais, espaciais, funcionais e semióticos –, encontrando-se, o tipo de igrejas, ininterruptamente presente desde o primeiro século do povoamento e conservando-se unicamente nos Açores.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

AAVV, *Archivo dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1878.

- vol. IV, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1882.

- vol. V, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1883.

- vol. VIII, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1886.

- vol. XII, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1892.

ALVERNE, Frei Agostinho de Monte, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1960-1962.

CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ponta Delgada, [Universidade dos Açores], 1989.

CORDEIRO, Padre António, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, (ed. fac-similada Lisboa Occidental, 1717), [Angra do Heroísmo], Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, 6 livros, 8 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

JUNIOR, Felix José da Costa; MONJARDINO, José Ignacio d'Almeida; DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Memória Histórica do Horrível Terramoto De 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Victoria*, in AAVV, *Memória Histórica do Horrível Terramoto De 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Victoria da Ilha Terceira*, (ed. fac-similada Angra do Heroísmo, Imprensa da Administração Geral, 1841), Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983.

MALDONADO, Padre Manuel Luís, *Fenix Angrence*, 3 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997.

MATOS, Teodoro de, "Uma memória setecentista inédita da Ilha Graciosa", in AAVV, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XL, Angra do Heroísmo, Novembro de 1982.

MELO, Francisco Afonso de Chaves e, *A Margarita Animada*, Lisboa Occidental, Na Officina de António Pedrozo Galrão, 1723.

Fontes Secundárias

AAVV, *Atlas Básico dos Açores,* Ponta Delgada, ed. Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004.

AAVV, *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: A Arte no Mundo Português nos séculos XVI-XVII-XVIII*, Faro, Universidade do Algarve, 2002.

AAVV, *História da Arte em Portugal*, 10 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte Portuguesa – O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "Um Percurso Através da Paisagem Urbana Medieval", in *Povos e Culturas*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1987.

- *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

ANDRADE, Padre Jerónimo Emiliano de, *Topographia ou descrição phísica, política, civil, ecclesiastica e historica da Ilha Terceira: parte primeira offerecida à mocidade terceirense*, 2.ª ed. prefaciada e anotada por José Alves da Silva, Angra do Heroísmo, Livraria Religiosa, 1891 (1.ª ed. 1843-45).

ARRUDA, Manuel Velho, "Igrejas da Comenda de Santa Maria da Assunção da ilha de Santa Maria", in *Insvlana*, vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, [1944-1950].

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de, *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 vols., (ed. fac-similada Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1973), [Ponta Delgada], Presidência do Governo/Direcção Regional da Cultura, 2011.

AVELLAR, José Candido da Silveira, *Ilha de S. Jorge (Açores) – Apontamentos para a sua História*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902.

ÁVILA, Ermelindo, *Ilha do Pico – suas origens e suas gentes (Notas Históricas)*, São Roque do Pico, Câmara Municipal, 1988.

BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

BETTENCOURT, Maria Leontina, *Freguesia das Ribeiras – Memórias da Minha Terra*, vol. II, [s/l.], [s/ed.], 2015.

BOTTINEAU, Yves, *L'Architecture aux Açores du Manuelin au Baroque*, in "Colóquios-Artes", n.º 35, Lisboa, Dez. 1977.

BRAZ, Henrique, *Ruas da Cidade (notas para a toponímia da cidade de Angra, na ilha Terceira) e outros escritos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

CALDAS, João Vieira, "Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste", in *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Nordeste*, *São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal do Nordeste, 2011.

- "A Matriz Velha da Povoação e a sua fachada «micaelense»", in *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Povoação*, *São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Povoação, 2012.

- "A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018.

- "A arquitetura religiosa do tempo barroco", in Delfim Sardo; João Vieira Caldas; Vítor Serrão (coord. científica), *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE VELAS; António dos Santos Pereira (introdução, transcrição e notas), *Vereações de Velas (São Jorge) – 1559-1570-1571*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1984.

CANTO, Ernesto do, "Notícias sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel", in *Insvlana*, vol. LVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

CORREIA, José Eduardo Horta, - “A arquitectura: maneirismo e estilo chão”, in AAVV, *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

- *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida Lda., 1987.

- *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo-Chão*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

COSTA, Susana Goulart da, *Pico. Séculos XV-XVIII,* s/l., Associação de Municípios da Ilha do Pico, 1997.

- “A Igreja: implantação, práticas e resultados”, in MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (dir. científica), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A arquitectura “Ao Romano”*, vol. 9, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

CUNHA, Pe. Manuel de Azevedo; PEREIRA, António dos Santos (recolha, introdução e notas), *Notas Históricas*, 2 vols. – *Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822) – O Espaço do Atlântico*, 2.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

- “A arquitectura manuelina”, vol. 5, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

DIAS, Urbano de Mendonça, *A Vila*, vol. IV, Vila Franca do Campo, [s.ed.], 1918.

- *A Vila, correições de 1575 a 1716,* vol. VI, Vila Franca do Campo, [s.ed.], 1927.

- *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, 3 vols., Vila Franca do Campo, Tipografia “A Crença”, 1949-1950.

- *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, 3 vols., (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal d’Angra do Heroísmo, 1850-1864), [Angra do Heroísmo], Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981.

- *Memoria Historica da Capitania da Muito Notavel Villa da Praia da Victoria*, in AAVV, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15 de Junho de 1841 que Assolou a Villa da Praia da Victoria*, (ed. fac-similada de Praia da Victoria, Camara Municipal, 1846), Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983.

- *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.

ENES, Carlos, *Vila Nova: Pelos caminhos da sua história*, Angra do Heroísmo, ed. Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores, 2011.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, colecção *Cidades e Vilas de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

- **"**A Cidade Portuguesa. Um modo característico de espaço urbano", in *Sínteses da cultura portuguesa – A Arquitectura*, Lisboa, Comissariado para a Europália/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

- *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 1996.

FERREIRA, Pe. José Idalmiro Ávila, *Património Religioso. Concelho de São Roque do Pico*, São Roque do Pico, Câmara Municipal, 1999.

FERREIRA, Manuel, *Ponta Delgada. A História e o Armorial,* Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1992.

FRANÇA, José-Augusto, *Tomar*, colecção *Cidades e Vilas de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

- *História da Arte em Portugal – O Pombalismo e o Romantismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.

GOMES, Paulo Varela, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

- *Expressões do neoclássico*, vol. 14, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

ILHÉU, João (pseud. de Frederico Augusto Lopes da Silva Júnior), *Da Praça Às Covas. Memórias de uma velha rua*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1971.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: São Roque, Pico*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/ Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de São Roque, 1999.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Lajes, Pico*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal das Lajes do Pico, 2000.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Madalena, Pico*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Madalena, 2001.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Horta, Faial*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Horta, 2003.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Praia da Vitória, Terceira*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2004.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto, Santa Maria*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de Vila do Porto, 2005.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Lajes, Flores*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal das Lajes das Flores, 2006.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Ribeira Grande, São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2007.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Cruz, Flores*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, 2008.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Cruz, Graciosa*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2010.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Nordeste, São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal do Nordeste, 2011.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Povoação, São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal da Povoação, 2012.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Calheta, São Jorge*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal da Calheta, 2013.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Velas, São Jorge*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal das Velas, 2013.

- *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Angra do Heroísmo, Terceira*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2014.

JERÓNIMO, Gil Moniz, *A Povoação Velha*, [s.l.], [s.ed.], 1999.

JUNIOR, Felix José da Costa, *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, (ed. fac-similada de Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845), Santa Cruz da Graciosa, Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal, 2007.

JUNIOR, Tomaz Duarte, *O concelho da Madalena – Subsídios*, [s.l.], Câmara Municipal da Madalena, 1999.

- *A Matriz da Madalena e três dos seus Padres*, Madalena, Câmara Municipal, 2000.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1988.

- *A Forma do Tempo*, Lisboa, Vega, 1998.

LARANJEIRA, Mateus, *São Salvador de Angra – uma catedral sebástica,* Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

- *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores (séculos XV-XVIII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2016.

LEITE, Antonieta Reis, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

- "Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa", separata da revista *Atlântida*, vol. XLVII, [Angra do Heroísmo], Instituto Açoriano de Cultura, 2002.

LIMA, Pe. Manuel Narciso de, *Album Litterario – Commemoração do 4.º centenário da Sagração da Egreja Matriz da Villa da Praia*, Angra do Heroismo, Typ. Catholica Açoreana, 1917.

LIMA, Marcelino, *Anais do Município da Horta (História da ilha do Faial)*, [s.l.], [s.ed.] (Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas "Minerva"), 1943.

LUCAS, Pe. Alfredo, *As ermidas da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, s/ed., 1976.

MACEDO, António Lourenço da Silveira, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, 3 vols., (ed. fac-similada de Horta, Typ. de L. P. da Silva Correa, 1871), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981.

MACHADO, Francisco Soares de Lacerda, *História do concelho das Lages,* (ed. fac-similada [s.l.], [s.ed.], 1937), Lajes do Pico, Câmara Municipal/Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 1991.

MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas; LEITE, José Guilherme Reis (dir. científica), *História dos Açores – Do descobrimento ao século XX*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MEDEIROS, António Jacinto de; GASPAR, Maria, *Memorial de Vila Franca do Campo – séculos XV a XXI,* Vila Franca do Campo, Câmara Municipal, 2004.

MENDES, Hélder Fonseca (dir.), *Igrejas paroquiais dos Açores – Suplemento do Boletim Eclesiástico dos Açores*, vol. 60, Angra do Heroísmo, Diocese de Angra, 2010.

MENESES, Avelino de Freitas, *O Município da Madalena (Pico): 1740-1764-Subsídios para o seu estudo,* s/l., Câmara Municipal da Madalena, 1988.

MENESES, Avelino de Freitas; DUARTE JR., Tomaz, *O Concelho da Madalena – 275 anos da sua História,* s/l., Câmara Municipal da Madalena, 1999.

MERELIM, Pedro de (pseud. de Joaquim Gomes da Cunha), *As 18 paróquias de Angra: sumário histórico*, Angra do Heroísmo, [Câmara Municipal de Angra do Heroísmo], 1974.

- *Freguesias da Praia,* 2 vols., Angra do Heroísmo, ed. Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1983.

MONIZ, Antonio Borges do Canto, *Ilha Graciosa – Descripção Historica e Topographica*, 2.ª ed. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1981 (1.ª ed. Angra do Heroismo, Imprensa da Junta Geral, 1883).

MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, in Paulo Pereira (dir.): *História da Arte Portuguesa*, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

MOTA, Valdemar, *Santa Sé do Salvador – Igreja Catedral dos Açores*, Angra do Heroísmo, ed. Sé de Angra, 1981.

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGON Marcelle, *Analyse Urbaine*, Marseille, Éditions Paranthèses, 1999.

PEREIRA, António dos Santos, *Ribeira Grande (São Miguel-Açores) no século XVI: Vereações (1555-1578)*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006.

PEREIRA, José Fernandes, *Estética Barroca I: arquitectura e escultura*, vol. 12, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

PEREIRA, Paulo, - *História da Arte Portuguesa* (dir.), 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

- “Do «Modo» Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI)”, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

- “As grandes edificações (1450-1530)”, in Paulo Pereira, (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

- *A arquitectura gótica*, vol. 3, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

- “Arquitectura entre o Gótico e o Clássico”, in SARDO, Delfim; CALDAS, João Vieira; SERRÃO, Vítor (coord. científica), *História da Arte nos Açores*, s/l., Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018.

PEREIRA, P.e Vital Cordeiro Dias, S. J., *Igrejas e Ermidas da Graciosa*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1986.

RIBEIRO, José Rodrigues, *Dicionário Corográfico dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1979.

RIVERA BLANCO, Javier, “Tipologia y Metodo Analitico Arquitectonico y Urbano”, in, Javier Rivera Blanco (coord.), *Arquitectura y Orden – Ensayos sobre tipologias arquitectónicas,* Valladolid, Instituto de Ciencias de la Educacion – Universidad de Valladolid/Colegio Oficial de Arquitectos de Leon, 1988.

RODRIGUES, José Damião, "Ribeira Grande: de nobre vila a nova cidade – marcos na história de um concelho" in *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Ribeira Grande, São Miguel*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional da Cultura/ Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2007.

RODRIGUES, Martinho Vicente*, O "Santíssimo Milagre" de Santarém*, Santarém, Real Irmandade do Santíssimo Milagre, 2008.

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 1977.

SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória Sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904.

SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, 2 vols., [Angra do Heroísmo], Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989.

SARDO, Delfim; CALDAS, João Vieira; SERRÃO, Vítor (coord. científica), *História da Arte nos Açores*, [s.l.], Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, 2018.

SERRÃO, Vítor, - *Santarém*, colecção Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

- *História de Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

- *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Páginas de História de Arte*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005.

SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal – a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

SILVEIRA, Carlos, *A Horta Antiga,* Ponta Delgada, Nova Gráfica, 2007.

SOROMENHO, Miguel, "Classicismo, italianismo e «estilo-chão». O ciclo filipino" in AAVV, *História da Arte Portuguesa,* II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

- *A arquitectura do ciclo filipino*, vol. 10, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao Século* XX, Vila Nova de Gaia, ed. Fubu, [2009].

SOUSA, Nestor de, *A matriz da Vila das Velas e o seu retábulo quinhentista no contexto da fixação da sociedade na ilha de S. Jorge*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983.

- *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

SOUSA, Paulo Silveira e, "*O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime*", in AAVV, *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

TAVARES, Pe. João José, *A Vila da Lagoa e o seu Concelho: subsídios para a sua história,* São Miguel, Artes Gráficas, 1944.

TORRES, José de, *Ensaios*, Ponta Delgada, Typ. de Castilho, 1849.

TRINDADE, Luísa, *O urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

VASCONCELOS, Jorge Gamboa de, *Ponta Delgada e alguns aspectos estéticos e urbanísticos,* Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1980.

VITERBO, Francisco de Sousa, *Dicionario Historico e Documental de Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional,1899-1922.

Fontes Electrónicas

Carreira, Paula Cristina Ferreira da Costa – *Dominicanos: Breve história da fundação da Ordem dos Pregadores e da presença em Portugal*, in Secretariado Nacional para a Pastoral da Cultura [em linha]. (2014). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.snpcultura.org/dominicanos_historia_fundacao_e_presenca_portugal.html>

- *Os Franciscanos, Os Franciscanos em Portugal, 1 – Desenvolvimento da Ordem até ao século XIX*, in Editorial Franciscana [em linha]. (s.d.). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.editorialfranciscana.org/portal/index.php?id=5653>

Património Cultural-DGPC [em linha]. (s.d.). Disponível na Internet: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio>

SIPA [em linha]. (s.d.). Disponível na Internet: <https://www.monumentos.gov.pt>

SILVA, Gabriel – *A Ordem de S. Domingos em Portugal (parte I)*, in Estudos sobre a Ordem dos Pregadores [em linha]. (2004). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <https://estudosop2.wordpress.com/2004/09/28/a-ordem-de-s-domingos-em-portugal-parte-i>

Fontes Imagéticas

AAVV, *Atlas Básico dos Açores,* Ponta Delgada, ed. Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004.

– *Álbum Açoriano*, 1903.

BETTENCOURT, Maria Leontina, *Freguesia das Ribeiras – Memórias da Minha Terra*, vol. II, s.l., s.n., 2015.

– *Castelo de Montemor-o-Velho / Castelo e cerca urbana de Montemor-o-Velho*, in SIPA: IPA.00002593 [em linha]. (1992). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2593>

– *Colégio de São Francisco Xavier / Igreja Paroquial da Horta*, IPA.00008182 [em linha]. (2005). [Consult. 17 Junho 2019]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8182>

– *Colégio de Todos os Santos / Colégio de São Miguel / Museu Carlos Machado-Núcleo de Arte Sacra*, IPA.00008145 [em linha]. (2003/2005). [Consult. 17 Junho 2019]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8145>

Direcção Regional de Cultura – Governo dos Açores.

– *Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Tavira*, in SIPA: IPA.00009143 [em linha]. (2001). [Consult. 21 Maio 2018]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9143>

ENES, Carlos, *Vila Nova antiga*, Praia da Vitória, Blu edições, 2009.

Francisco Eduardo da Rocha Laranjeira.

Foto Jovial – Horta, Faial, Açores.

– *Igreja de Azurara / Igreja de Santa Maria*, in SIPA: IPA.00005240 [em linha]. (1994/1996/2012). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5240>

– *Igreja de Santo Estêvão / Igreja do Santo Milagre / Santuário do Santíssimo Milagre,* in SIPA: IPA.00006488 [em linha]. (2013). [Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6488>

– Igreja da São João Baptista, in SIPA: IPA.00035487 [em linha]. (2015). [Consult. 16 Junho 2018]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35487>

– *Igreja Paroquial de Abrantes / Igreja de São João Baptista* [em linha], in SIPA: IPA.00003380 [em linha]. (1990/1995). [Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3380>

– *Igreja Paroquial de Almendra / Igreja de Nossa Senhora dos Anjos*, in SIPA: IPA.00005792 [em linha]. (1992/2013).[Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5792>

– *Igreja Paroquial de Areias / Igreja de Nossa Senhora da Graça*, in SIPA: IPA.00002040 [em linha]. (1990). [Consult. 21 Abril 2018]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2040>

– *Igreja Paroquial de Dois Portos / Igreja de São Pedro*, in SIPA: IPA.00006524 [em linha] (1991/2004).[Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6524>

– *Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos / Igreja de São João Baptista*, in SIPA: IPA.00001782 [em linha]. (1991/2009). [Consult. 07 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1782>

– *Igreja Paroquial de Marvila / Igreja de Santa Maria / Igreja de Santa Maria de Marvila*, in SIPA: IPA.00006532 [em linha]. (1990/1996). [Consult. 07 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6532>

– *Igreja Paroquial de Pedro Miguel / Igreja de Senhora da Ajuda*, in SIPA: IPA.00008187 [em linha]. (2007). [Consult. 17 Fevereiro 2018]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8187>

– *Igreja Paroquial de Pedrogão Grande / Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, in SIPA: IPA.00005561 [em linha]. (1991). [Consult. 07 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5561>

– *Igreja Paroquial de Praia do Almoxarife/ Igreja de Nossa Senhora da Graça*, IPA.00008188 [em linha]. (2002). [Consult. 17 Fevereiro 2018]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8188>

– *Igreja Paroquial de Santa Maria da Graça / Igreja de Santa Maria da Graça / Catedral de Setúbal / Sé de Setúbal*, in SIPA: IPA.00002149 [em linha]. (2013). [Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2149>

– *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar / Igreja de São João Baptista*, in SIPA: IPA.00006538 [em linha]. (1997/2002). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538>

– *Igreja Paroquial de São Julião / Igreja de São Julião* [em linha], in SIPA: IPA.00003448 [em linha]. (1992). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3448>

– *Igreja Paroquial de São Pedro de Peniche / Igreja de São Pedro*, in SIPA: IPA.00001771 [em linha]. (1992). [Consult. 09 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1771>

– *Igreja Paroquial de São Quintino / Igreja de Nossa Senhora da Piedade*, in SIPA: IPA.00002439 [em linha]. (1990/2001). [Consult. 06 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2439>

– *Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa / Igreja de Nossa Senhora do Pranto*, in SIPA: IPA.00001531 [em linha]. (1992/2010). [Consult. 08 Abril 2016]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1531>

Instituto Cultural de Ponta Delgada.

José Ilídio da Costa.

Junta de Freguesia de Rosais.

LEITE, Antonieta Reis, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

LINSCHOTEN, *Itinerarium*, 1595.

Liseta da Silveira Pinheiro.

MACHADO, Francisco Soares de Lacerda, *História do Concelho das Lages*, (fac-símile [s.l., s.ed.], 1937), Lajes do Pico, Câmara Municipal/Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 1991.

Manuel Laureano Moniz Jr., colecção de Ermelindo Ávila

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira; NEMÉSIO, Vitorino; LEITE. José Guilherme Reis, *António José Leite: Artista Fotógrafo*, Lisboa, IMCM, 1984.

Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira.

MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017.

Museu da Graciosa – Governo dos Açores

ORTELIUS, Abraham,"Mapa de la Isla Tercera". Gravura a cobre colorida à mão, inserida no Atlas *L'Epitome du theatre de l' universe*, editado em Antuérpia, 1602.

PACHECO, Norberto da Cunha, *Graciosa. As Tradições e as Paisagens de Uma Ilha*, Graciosa, Governo dos Açores/Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 1986

Paróquia de N.ª S.ª Rosário dos Rosais

Paróquia de Santa Bárbara dos Cedros

Paróquia de Santa Catarina de Castelo Branco

Paróquia de São Jorge das Velas.

Paróquia de São Mateus da Praia.

Paróquia de São Pedro da Ribeirinha.

PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

Pe. José Alvernaz Escobar

Pe. José Idalmiro Ávila Ferreira

RAIMUNDO, Paulo Vilela (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Cruz, Graciosa*, [Angra do Heroísmo], ed. Direcção Regional de Cultura/Instituto Açoriano de Cultura//Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2010. p. 171.

SILVEIRA, Carlos, *A Horta Antiga*, ed. do autor [Nova Gráfica], 2007.

SOROMENHO, Miguel Soromenho, "A arquitectura do ciclo filipino", vol. 10, in Dalila Rodrigues (coord.), *Arte Portuguesa – da Pré-História ao Século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu, 2009.

SOUSA, Nestor de, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

TEIXEIRA, Luís, "AÇORES INSVLAE." [Material cartográfico],[s.l.], [s.ed.], 1584. In Biblioteca Nacional Digital [em linha]. (s.d.). [Consult. 27 Setembro 2016]. Disponível na Internet: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt>
Acesso directo: <https://purl.pt/4004/3>